



TERMO DE REFERÊNCIA

APENSOS

Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

- Anexo I do ETP - Características Gerais dos Imóveis
- Anexo II do ETP - Composição dos BDI's Referenciais
- Anexo III do ETP do TR - Planilha da Administração
- Anexo IV do ETP - Convenções Coletivas

ANEXOS

- Anexo I do TR - Caderno de Encargos
- Anexo II do TR - IMR
- Anexo III do TR e do ETP - Planilha da Administração
- Anexo IV do TR - Modelo de RISF
- Anexo V do TR - Modelos de Declaração



1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	3
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	4
3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.....	4
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	4
Sustentabilidade.....	4
Subcontratação.....	4
Garantia da contratação.....	5
Vistoria.....	8
5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	10
Condições de execução.....	10
Local e horário da prestação do serviço.....	10
Rotinas a serem cumpridas.....	10
Materiais a serem disponibilizados.....	11
Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:.....	11
Uniformes.....	12
Transição Contratual.....	12
6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	12
Preposto.....	12
Rotinas de Fiscalização.....	13
Fiscalização Técnica.....	13
Fiscalização Administrativa.....	16
Gestor da execução do contrato.....	19
7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	20
Do Recebimento.....	22
Liquidação.....	24
Prazo de pagamento.....	25
Forma de pagamento.....	25
Repactuação (mão de obra residente).....	26
Reajuste (insumos).....	29
Cessão de crédito.....	29
Conta-Depósito Vinculada.....	30
8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	31
9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	34
Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	34



Regime de execução.....	34
Critérios de aceitabilidade de preços.....	34
Exigências de habilitação.....	35
Habilitação jurídica.....	35
Habilitação fiscal, social e trabalhista.....	36
Qualificação Econômico-Financeira.....	36
Qualificação Técnica.....	37
10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	40
11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	40



TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA (PREGÃO ELETRÔNICO)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, inclusive dos espaços de treinamento policial, pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, localizados no município de Campo Grande, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Corumbá/MS, Dourados/MS, Naviraí/MS, Ponta Porã/MS e Três Lagoas/MS nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total (2 ANOS)
	1	SUPERVISÃO TÉCNICA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 27.507,42	R\$ 330.089,03	R\$ 660.178,06
	2	EQUIPE RESIDENTE - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 85.451,45	R\$ 1.025.417,37	R\$ 2.050.834,74
	3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - ROTINAS DE MANUTENÇÃO - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 34.101,44	R\$ 409.217,27	R\$ 818.434,54
	4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 10.418,09	R\$ 125.017,14	R\$ 250.034,28
	5	SERVIÇOS GERAIS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 47.193,35	R\$ 566.320,18	R\$ 1.132.640,35
	6	PEÇAS E MATERIAIS - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 20.650,88	R\$ 247.810,62	R\$ 495.621,24
Valor Total Estimado dos Serviços						R\$ 225.322,63	R\$ 2.703.871,60	R\$ 5.407.743,21

- 1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, de engenharia, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.2.1. A presente licitação não poderá ser usada para a contratação de obras de engenharia, de modo que os serviços insertos na planilha orçamentária somente serão requisitados sob a forma de intervenções isoladas de manutenção predial, que não gerem alterações significativas, autônomas e independentes na edificação.
- 1.2.2. Os serviços constantes no item 2 da tabela acima, serão executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a manutenção predial é uma necessidade permanente durante toda a ocupação das edificações, conforme detalhado no



Estudo Técnico Preliminar, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando também o disposto no mesmo ETP.

- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000031/2025
 - II) Data de publicação no PNCP: 23/05/2024
 - III) Id do item no PCA: 17
 - IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
 - V) Identificador da Futura Contratação: 200354-16/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Apêndice** deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e que se encontram exauridos no ETP.
- 4.2. Quanto à **ACESSIBILIDADE** observa-se que deverão ser respeitadas as diretrizes da NBR 9050/2004, visto que a remoção, instalação e manutenção de divisórias, portas e acessórios para PcD, fazem parte do objeto de contratação. A execução das mudanças de layout e arranjo de divisórias serão executadas pela contratada, no entanto a decisão quanto a disposição será da equipe técnica da contratante.

Subcontratação

- 4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:
 - 4.3.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação do objeto da contratação, a qual consiste em:

- 4.3.1.1. Serviços prestados pela equipe residente - item 1 e 2 deste Termo de Referência, que correspondem a 42% do total a ser contratado.
- 4.3.2. A subcontratação fica limitada a até 30% do total a ser contratado.
- 4.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.
- 4.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 4.5. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.6. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.7. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 4.8. Em se tratando de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o Contratado terá responsabilidade solidária por atos e omissões do subcontratado que resultem em descumprimento da legislação trabalhista (art. 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.174, de 2024).

Garantia da contratação

- 4.9. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- 4.9.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.
- 4.10. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.10.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.10.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.10.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 4.10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.10.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.11. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.14. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
 - 4.14.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.15. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
 - 4.15.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 4.15.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
 - 4.15.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.16. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.17. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.18. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.



- 4.19. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.20. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.20.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.20.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.21. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.21.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.21.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 4.22. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 4.22.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 4.22.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 4.22.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 4.23. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.
- 4.24. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 4.25. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.



Vistoria

- 4.26. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser feito previamente pelo telefone (67) 3303-5658 (GTED) ou (67) 3303-5600 (Plantão).
- 4.27. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.28. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.28.1. Locais das instalações da CONTRATANTE:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade	Área
1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do SUL	Rua Fernando Luiz Fernandes, n° 322 - Bairro Vila Sobrinho	Campo Grande	7.892,59
2	Aeroporto - sala	Av. Duque de Caxias, s/n - Vila Serradinho, Campo Grande - MS, 79101-901	Campo Grande	50,85
3	BASE GISE	Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira	Campo Grande	398,50
4	Estande de tiro Outdoor	BR 262 sem numero, proximo a Sede da Unidade Descentralizada Embrapa Gado de Corte	Campo Grande	120,00
5	Passaporte Shopping - sala	Av. Afonso Pena, 4909 - Santa Fé, Campo Grande - MS, 79031-900	Campo Grande	400,00
6	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá	Praça da República, 51, Centro	Corumbá	812,59
7	Terreno para nova DPF em Corumbá	Rua Nossa senhora da Candelaria, S/N	Corumbá	3.200,81
8	Nova Delegacia de Polícia Federal em Corumbá (INSS)	Rua Dom Aquino Corrêa, 1265 - Centro	Corumbá	3.595,00
9	Aeroporto - sala	R. Santos Dumont, S/n - Aeroporto	Corumbá	10,00
10	Posto de Migração ESDRAS	Fronteira Brasil/Bolívia	Corumbá	46,50
11	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular	Dourados	3.888,84



12	Aeroporto em Dourados	Av. Guaicurus, S/N - Cidade Universitária de, Dourados - MS	Dourados	50,00
13	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	1.024,23
14	Pátio de Veículos	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	600,00
15	Pátio de Veículos	JARDIM PARAÍSO - PARQUE INDUSTRIAL- Lado ímpar da Rua José Teixeira, a uma distância de 50,30 metros da Rua Projetada 06 DIJP	Naviraí	15,00
16	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro	Ponta Porã	688,57
17	Nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Av. Jorge Roberto Salomão, S/N, CEP 79.904-15,	Ponta Porã	3.800,00
18	Aeroporto - sala	R. Batista de Azevedo, 770 - Granja, Ponta Porã - MS, 79905-360	Ponta Porã	39,89
19	BASE GISE	Rua Sete de Setembro Bairro Santa Isabel 2292 Ponta Porã M.S	Ponta Porã	196,96
20	Pátio de Veículos	MS-380, Km 04 - Zona industrial, Ponta Porã	Ponta Porã	50,00
21	NPA	Rua Antônio João, 1371, Centro	Ponta Porã	407,11
22	ALOJAMENTO	Rua Campo Grande, 131 - Vila Reno - Ponta Porã - MS, 79902-274	Ponta Porã	310,00
23	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada	Três Lagoas	917,9
24	Passaporte Shopping - sala	Av: Jamil Jorge Salomão, 3807 - Portal das Araras, Três Lagoas - MS, 79644-900	Três Lagoas	166,00

- 4.28.2. Embora não tenha caráter obrigatório, a vistoria é essencial para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Edital e dar oportunidade às licitantes de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados.
- 4.28.3. Quando da vistoria, não é possível a disponibilização ou divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres por se tratar de projeto em área de segurança federal.



- 4.28.4. Ainda, pela necessidade de sigilo de informações que possam comprometer futuras operações policiais, quando da realização da vistoria será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório.
- 4.28.5. Quando da vistoria, os licitantes deverão se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade dos serviços, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente à Comissão de Licitação, antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no edital); após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à CONTRATADA a execução do objeto em sua totalidade.
- 4.28.6. Depois de realizada a vistoria, o funcionário responsável da CONTRATANTE assinará o Atestado de Vistoria, assinado conjuntamente com o representante do licitante, comprovando de que o mesmo vistoriou presencialmente as instalações da unidade, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em conformidade com o Edital e seus Anexos deste TR, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação para desconhecimento.
- 4.29. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria deverá declarar, por meio de **Termo de Renúncia**, assinado pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.30. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. O modelo de execução do objeto está detalhado de forma pormenorizada no Caderno de Encargos, Anexo deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação do serviço

- 5.2. Os serviços serão prestados nos endereços e horários previstos no Caderno de Encargos, Anexo deste Termo de Referência.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3. A execução contratual observará as rotinas que constam no Caderno de Encargos, Anexo deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, que por sua vez já possuem previsão em planilha orçamentária, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Caderno de Encargos, Anexo deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta:

- 5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 5.5.1. As informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam de forma detalhada no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência, destacando-se em especial as seguintes informações:
- 5.5.1.1. Para a formação dos preços e apresentação de proposta, a licitante deve considerar que os locais listados neste Termo de Referência e Anexos possuem laudos de periculosidade, devendo, portanto, o salário base da categoria foi acrescido de 30% (trinta por cento), para cálculo da remuneração;
- 5.5.1.2. Quanto aos custos do Engenheiro Responsável Técnico a empresa LICITANTE deverá apresentar a respectiva planilha preenchida com os valores, de acordo com o vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços do profissional com a empresa.
- 5.5.1.3. As justificativas para as quantidades estimadas constam detalhadas no ETP;
- 5.5.1.4. As características das edificações, que serão objeto de manutenção, constam de maneira não exaustiva, detalhadas no Anexo Características Gerais dos Imóveis;
- 5.5.1.5. As justificativas para definição do valor estimado constam detalhadas no item 8 do ETP, e as planilhas detalhadas constam do Anexo Planilha da Administração;
- 5.5.1.6. As justificativas e composição do BDI constam de forma detalhada no Anexo Justificativa e Composição dos BDI's Referenciais.
- 5.5.1.7. A solução a ser contratada contempla atividades que podem ser previstas com certa exatidão e também serviços onde não é possível precisar as quantidades.
- 5.5.1.7.1. Por esta razão para os itens 1 e 2 será adotado o regime de empreitada por preço global, e os serviços listados deverão ser executados e serão pagos em sua totalidade, conforme valores ofertados na licitação e rotinas previstos neste Termo de Referência;
- 5.5.1.7.2. Para os itens 3, 4, 5 e 6 será adotado o regime de empreitada por preço unitário, e os serviços e materiais, serão executados conforme as Ordens de Serviços, previamente autorizadas pela contratante, e serão pagas conforme os detalhamentos e quantidades efetivamente prestados, considerando os valores da tabela SINAPI da data do orçamento da licitação, aplicados os descontos eventualmente ofertados na licitação e acrescido do valor de BDI ofertado na licitação.



Uniformes

- 5.5.2. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com as prescrições do Caderno de Encargos, Anexo deste Termo de Referência.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 5.5.3. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Transição Contratual

- 5.6. O Contratado deverá realizar a transição contratual, caso seja necessário, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

- 6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa, que deverá ser o responsável técnico, no local da execução do objeto durante todo o período de execução contratual.



- 6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) da execução e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da execução do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.16.1. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no **Anexo Instrumento de Medição de Resultados** para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.
- 6.16.2. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 6.16.3. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 6.16.4. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

- 6.16.5. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 6.16.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 6.16.7. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.
- 6.16.8. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 6.16.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)
- 6.16.10. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN 05/2017)
- 6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.19. Quanto a fiscalização dos postos de trabalho destaca-se:
- 6.19.1. Para a compensação da jornada prevista no Decreto 12.174, de 2024, e na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024, na hipótese de os trabalhadores prestarem serviços para unidades distintas, caberá ao fiscal setorial fazer a interlocução com os responsáveis pelas unidades de execução onde o trabalhador presta os serviços, para o fim da avaliação sobre a compensação pretendida. Em não havendo designação de fiscal setorial, a competência recairá no fiscal técnico.
- 6.19.2. O controle das horas compensadas será feito por meio de registros decorrentes do ponto eletrônico da contratada ou outros meios admitidos pela legislação trabalhista.
- 6.19.3. O fiscal técnico deverá incluir no relatório mensal ou no termo de recebimento provisório a informação consolidada sobre compensação de jornada pelos trabalhadores alocados no contrato.



- 6.19.4. Caso o período de ausência corresponda a um dia de trabalho, o fiscal observará se foi efetuado o desconto do pagamento do vale transporte na fatura apresentada pela contratada, exceto quando a compensação recair em um dia no qual o trabalhador não exerceria suas atividades.
- 6.19.5. O desconto do valor referente ao vale-alimentação só deverá ser realizado se as horas de ausência não venham a ser compensadas posteriormente e a convenção coletiva ou o acordo coletivo aplicável estabelecer que o benefício está vinculado ao dia trabalhado.
- 6.19.6. Caso a ausência seja parcialmente compensada, o desconto do valor do vale alimentação será proporcional ao período não compensado.
- 6.19.7. Na hipótese de diminuição excepcional e temporária dos serviços, inclusive em razão de recesso de final de ano, o fiscal do contrato, apoiado na decisão do gestor de realizar escalas de revezamento dos trabalhadores, conferirá se a escala apresentada atende às necessidades de manutenção dos serviços de cada unidade, dando ciência ao gestor do contrato.
- 6.19.8. O total de horas calculadas para o recesso deverá ser compensado a partir da fixação da escala de revezamento, com cumprimento integral até o mês subsequente ao do recesso.
- 6.19.9. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório, com as seguintes informações:
- 6.19.9.1. se o saldo de horas se encontra positivo, caso ainda não usufruído o recesso;
 - 6.19.9.2. se o recesso foi parcialmente compensado, caso o recesso tenha sido usufruído, mas a compensação não tenha sido concluída;
 - 6.19.9.3. se o recesso foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.19.9.4. se há saldo em aberto, com sugestão de glosa no pagamento da fatura, caso a compensação não tenha sido concluída até o mês imediatamente subsequente ao recesso.
- 6.19.10. Quando o trabalhador manifestar interesse na compensação de jornada por necessidade de ausência eventual, deverá informar previamente ao responsável pela unidade de execução onde desempenha suas atividades. Em havendo concordância, este informará ao fiscal do contrato, que avisará o preposto da empresa sobre a compensação pretendida e a previsão da data de ausência do trabalhador.
- 6.19.11. Neste caso, o fiscal do contrato poderá efetuar o recebimento provisório, informando o saldo de horas a compensar para fins de controle, sem indicação de glosa.
- 6.19.12. O fiscal técnico deverá elaborar o termo de recebimento provisório com as seguintes informações:
- 6.19.12.1. se o saldo de horas objeto do recebimento anterior foi integralmente compensado, caso a compensação tenha sido concluída; ou
 - 6.19.12.2. se o saldo de horas não foi integralmente compensado, com a sugestão de glosa no pagamento da fatura.
- 6.19.13. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a

análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da execução do contrato.

Fiscalização Administrativa

- 6.20. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.21. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da execução do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.22. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.
- 6.23. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
 - 6.23.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):
 - 6.23.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:
 - 6.23.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;
 - 6.23.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;
 - 6.23.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
 - 6.23.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
 - 6.23.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
 - 6.23.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;



- 6.23.1.2.3. certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.23.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.23.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
 - 6.23.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
 - 6.23.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
 - 6.23.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
 - 6.23.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
 - 6.23.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.23.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.23.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.23.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.23.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.23.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.23.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.23.1.3 acima deverão ser apresentados.
- 6.23.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.23.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.23.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.



- 6.23.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.23.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item.
- 6.23.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.
- 6.23.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.
- 6.23.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores da execução de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar à Receita Federal do Brasil (RFB).
- 6.23.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores da execução de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficiar ao Ministério do Trabalho.
- 6.23.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 6.23.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, havendo a possibilidade de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.23.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.
- 6.23.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.
- 6.23.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.
- 6.23.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.
- 6.23.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.



- 6.23.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 6.23.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 6.23.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.
- 6.23.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor da execução do contrato.
- 6.23.23. A fiscalização administrativa verificará a possibilidade de compensação de jornada de trabalho, que poderá ser adotada nas seguintes hipóteses:
- 6.23.23.1. diminuição excepcional e temporária da demanda de trabalho na unidade de execução, inclusive na hipótese de recesso de final de ano, quando houver; e
 - 6.23.23.2. necessidade eventual de caráter pessoal dos trabalhadores, em que não se mostre eficiente ou conveniente convocar trabalhadores substitutos.
- 6.23.24. As compensações de jornada limitam-se:
- 6.23.24.1. à jornada diária máxima de 10 (dez) horas; e
 - 6.23.24.2. ao acréscimo de 2 (duas) horas à jornada diária do trabalhador.
- 6.23.25. A compensação de jornada depende do interesse manifestado pelo trabalhador e da avaliação do responsável pela unidade de execução.

Gestor da execução do contrato

- 6.24. Cabe ao gestor de execução do contrato:
- 6.24.1. coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
 - 6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
 - 6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da

liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

- 6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
 - 6.24.5. prestar as informações necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
 - 6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
 - 6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 6.25. Para os períodos de diminuição excepcional e temporária de trabalho, inclusive em razão de recesso de fim de ano, o gestor avaliará a conveniência e oportunidade de elaboração de escalas de revezamento dos trabalhadores, comunicando a todas as unidades sobre a possibilidade e os requisitos para concessão (artigo 11 da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 81, de 12 de setembro de 2024).

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IMR deste Termo de Referência.
 - 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
 - 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,
 - 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
 - 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
 - 7.3.1. As atividades de fiscalização ficarão a cargo dos seguintes atores: fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscais setoriais e público usuário (avaliação dos serviços), conforme o caso.



- 7.3.2. A designação formal do gestor da execução e fiscais será feita por ato do Chefe da respectiva Unidade Gestora.
- 7.3.3. Para o exercício da função, gestor da execução e fiscal serão cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
- 7.3.4. Deverá ser priorizado o correio eletrônico como meio oficial de comunicação entre a Contratada e a Contratante. Para tanto deverá ser disponibilizado e-mail profissional da empresa. Também deverão ser disponibilizados números telefônicos fixo e móvel, para contato direto com o representante legal da empresa e preposto.
- 7.3.5. Os critérios de medição e pagamento estão dispostos ao longo do presente Termo de Referência e seus Anexos deste TR, salientando-se ainda que:
- 7.3.5.1. Os itens relacionados nas planilhas de custos das manutenções e serviços, envolvendo Equipe Residente, Peças e Materiais, Serviços sob Demanda e Serviços especializados, sejam as rotinas ou aqueles sob demanda, apresentada no Relatório Mensal serão medidos e pagos somente se efetivamente aplicados ou executados, desde que previamente aprovado pela Fiscalização Técnica.
 - 7.3.5.2. No caso de necessidade de utilização de materiais ou serviços que não estejam originalmente nas planilhas orçamentárias deste Termo de Referência, deverá ser observado o procedimento previsto no item 6.14 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
 - 7.3.5.3. Os dados supracitados serão analisados pela Fiscalização Técnica, devendo ser previamente autorizados para que seja efetuada a aquisição/execução, respectivamente, de bens e serviços.
 - 7.3.5.4. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação do Relatório Mensal de Manutenção relativo ao período trabalhado, anexar uma planilha indicando especialmente os materiais que foram utilizados e que não estavam originalmente na Planilha de Peças e Materiais, contendo os códigos e a fonte da cotação ou os três orçamentos, conforme acima explicitado. Após a conferência dos itens, códigos e valores apresentados na fatura, esses serão recebidos provisoriamente e encaminhados para o Gestor da execução do Contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
 - 7.3.5.5. A CONTRATADA deverá, quando da apresentação do Relatório Mensal de Manutenção relativo ao período trabalhado, anexar planilha indicando as peças e materiais que foram utilizados, contendo as fontes de cotação ou os três orçamentos. Após a conferência dos itens, códigos e custos apresentados na fatura, esses serão recebidos provisoriamente e encaminhados para o Gestor da execução do Contrato para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
 - 7.3.5.6. Caso solicitado pela Fiscalização Técnica, a CONTRATADA deverá comprovar a qualidade das peças e materiais instalados ou das manutenções e serviços realizados. Não serão aceitas substituição por peças e materiais de qualidade inferior aos previamente instalados; ou a realização de manutenções e serviços de qualidade técnica inferior ao estipulado neste Termo de Referência e seus Anexos.

- 7.3.5.7. Em caso de dúvida ou solicitação de equivalência na especificação das peças e materiais, ou seja, caso seja necessário substituir um determinado equipamento e sistema por outro diferente do modelo anteriormente instalado, seja em suas características, em seu modelo de fabricação ou seu fabricante, a Fiscalização Técnica deverá ser previamente consultada para atestar a equivalência através de relatório assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA.
- 7.3.5.8. A aprovação das manutenções e serviços realizados e posterior medição pela Fiscalização Técnica somente será realizada após a execução dos procedimentos de avaliação previstos no IMR.
- 7.3.5.9. A CONTRATADA deverá apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do Engenheiro Responsável Técnico, de acordo com o art. 1º da Lei Federal nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução nº 425/98 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, referente ao objeto e relativa ao período de vigência do contrato como pré-requisito para o pagamento da primeira nota fiscal/fatura, procedimento este a ser mantido em períodos subsequentes em caso de prorrogação contratual.
- 7.3.6. A Fiscalização Técnica definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, a melhor forma para apresentação dos documentos objetivando a medição dos serviços, sempre respeitando os procedimentos previamente estabelecidos no presente Termo de Referência e seus Anexos.
- 7.3.7. O pagamento dos serviços apenas será realizado quando a CONTRATADA reunir todos os documentos necessários, tais como relatórios mensais de manutenção, notas fiscais, Anotações de Responsabilidade Técnica - ART, regularidade perante os órgãos públicos, entre outros, conforme os procedimentos estabelecidos em todo o presente Termo de Referência e seus Anexos.
- 7.3.8. Para medição e pagamentos dos postos de trabalho previstos no presente Termo de Referência e seus Anexos, serão verificados e avaliados a presença física do funcionário durante o seu expediente, o sistema de controle de frequência de pessoal a ser enviado e controlado pela CONTRATADA, e também a qualidade e eficácia dos serviços, conforme IMR.

Do Recebimento

- 7.4. Mensalmente, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 7.4.1. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.
- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.



- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:
 - 7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da execução do contrato;
 - 7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor da execução do contrato.
- 7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da execução do contrato para recebimento definitivo.
- 7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor da Execução do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
 - 7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com

menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

- 7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.17.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.17.5. Enviar a Nota Fiscal Atestada juntamente à documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão da execução.
- 7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e



f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **INCC-M** de correção monetária.

Forma de pagamento

- 7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



- 7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação (mão de obra residente)

- 7.37. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o intervalo de um ano, mediante solicitação do Contratado.
- 7.38. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:
- 7.39. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- 7.40. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.
- 7.41. Nas repactuações subsequentes à primeira, o intervalo mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.
- 7.42. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.
- 7.43. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- 7.44. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.
- 7.45. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.
- 7.46. Na repactuação, o Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratam de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.



- 7.47. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 7.48. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.
- 7.49. A repactuação dos valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação) e não o instrumento paradigma.
- 7.50. Os índices aplicados para aumento do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social indicados neste Termo de Referência serão aqueles constantes no instrumento coletivo ao qual está vinculado o Contratado, e esses índices serão aplicados sobre os valores do salário, do auxílio-alimentação e dos benefícios de natureza trabalhista ou social constantes na proposta apresentada pela empresa no momento da licitação.
- 7.51. A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, aquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).
- 7.52. Quando a repactuação solicitada pelo Contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento [indicar o índice a ser adotado], com base na seguinte fórmula:
- I. $R = V (I - I^0) / I^0$, onde:
 - II. R = Valor do reajustamento procurado;
 - III. V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;
 - IV. I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;
 - V. I = Índice relativo ao mês do reajustamento
- 7.53. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 7.54. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 7.55. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 7.56. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.



- 7.57. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.
- 7.58. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.
- 7.59. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.
- 7.60. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 7.61. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.
- 7.62. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 7.63. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.
- 7.64. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até [indicar o prazo], contado da data do fornecimento, pelo Contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.
- 7.65. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.
- 7.66. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.
- 7.67. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.68. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.
- 7.69. Caso o Contratado esteja sujeito ao regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a comprovação das alíquotas médias efetivas de recolhimento deverá ser feita no momento da prorrogação contratual ou da repactuação de preços, a fim de que sejam promovidos os ajustes necessários decorrentes das oscilações dos custos efetivos dessas contribuições.
- 7.70. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.



- 7.71. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte será formalizada por apostilamento.

Reajuste (insumos)

- 7.72. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando as planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês de **AGOSTO do ano de 2024**.
- 7.73. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **INCC-M**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.74. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.75. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.76. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.77. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.78. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.79. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de crédito

- 7.80. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.
- 7.81. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do contratante.
- 7.82. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.83. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.



- 7.84. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 7.85. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada

- 7.86. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 7.87. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
- 7.88. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 7.89. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 7.90. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 7.91. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 7.91.1. 13º (décimo terceiro) salário;
 - 7.91.2. Férias e um terço constitucional de férias;
 - 7.91.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e



- 7.91.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 7.91.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 7.92. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.
- 7.93. Os valores referentes às provisões mencionadas neste Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 7.94. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 7.95. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 7.96. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.
- 7.97. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.
- 7.98. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - 8.1.1. a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 8.1.2. b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 8.1.3. c) der causa à inexecução total do contrato;



- 8.1.4. d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 8.1.5. e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- 8.1.6. f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.7. g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.8. h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
 - 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
 - 8.2.4. Multa:
 - 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (1 décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias.
 - 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
 - 8.2.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 8.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.
 - 8.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 8.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
 - 8.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.
 - 8.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.



- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

- 8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** para os itens 1, 2 e **MAIOR DESCONTO** para os itens 3, 4, 5 e 6. Considerando o agrupamento dos itens, restará vencedora a empresa que apresentar o menor valor global para o grupo único.

Regime de execução

- 9.2. O regime de execução do contrato será:
- 9.2.1. Empreitada por **Preço Global** para os itens **1 e 2** (supervisão técnica e equipe residente);
- 9.2.2. Empreitada por **Preço Unitário** para os itens **3, 4, 5 e 6** (serviços especializados - rotinas de manutenção; serviços especializados - sob demanda; serviços gerais - sob demanda; peças e materiais).

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.
- 9.4. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;
- 9.5. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:
- 9.5.1. Valor global: conforme valor estimado da contratação de **R\$ 5.407.743,21**
- 9.5.2. Preço global para os itens:

9.5.2.1. R\$ 818.434,54 para o item 3

9.5.2.2. R\$ 250.034,28 para o item 4

9.5.2.3. R\$ 1.132.640,35 para o item 5

9.5.2.4. R\$ 495.621,24 para o item 6

9.5.3. preço unitários para os itens:

9.5.3.1. R\$ 660.178,06 para o item 1;

9.5.3.2. R\$ 2.050.834,74 para o item 2

9.5.3.2.1. decorrentes de CCT das categorias envolvidas para os item 2 que compõem o objeto da licitação;

9.5.3.2.2. custos decorrentes de legislação trabalhista e previdenciária para os itens 1 e 2 que compõem o objeto da licitação;

9.5.3.2.3. acrescidos de BDI.

9.6. Para os itens 3, 4, 5 e 6, cujo critério de julgamento é o maior desconto, não haverá percentual mínimo de desconto. As regras de desconto serão definidas em edital.

Exigências de habilitação

9.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.9. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.10. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

9.12. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.13. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ~~ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;~~
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 9.25.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um).

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

- 9.25.2. Ou, Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de 12 meses e;
- 9.25.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para 12 meses;
- 9.25.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 9.25.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.25.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.26. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante em Anexo Modelos de Declaração deste termo de referência de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- 9.26.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.26.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º)
- 9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 9.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 9.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação
- 9.30. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.



- 9.30.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnica Operacional

- 9.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso
- 9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 9.31.2. **Para a empresa : Comprovação de prestação de serviço de manutenção predial, ou obra para construção ou reforma de edificação com área mínima de 3.946,3 m² mediante apresentação de:**
- 9.31.2.1. Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA/CAU; ou
- 9.31.2.2. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 9.31.2.3. Não será admitido o somatório de atestados, para comprovação de capacidade técnica da empresa.
- 9.31.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.31.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.31.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.32. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 9.33. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnica Profissional

- 9.34. Apresentação do profissional abaixo indicado, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado:

9.34.1. **Para o Engenheiro Civil: Comprovação de prestação de serviço de manutenção predial, ou obra para construção ou reforma de edificação com área mínima de 3.946,3 m² (50% da área de maior abrangência - SR/PF/MS: 7.892,59 m²); ou ainda, serviços de manutenções industriais ou comerciais, através de:**

9.34.1.1. Certidão de Acervo Técnico emitido pelo CREA; ou

9.34.1.2. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

9.34.1.3. Será admitida a utilização de somatórios de até 2 (dois) atestados, com vistas a flexibilizar a contratação por profissionais que possuem menor quantidade de acervo técnico.

9.34.1.4. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.35. O profissional indicado na forma supra deverá participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

9.36. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

Disposições Gerais sobre Habilitação

9.36.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 5.407.743,21** (cinco milhões quatrocentos e sete mil setecentos e quarenta e três reais e vinte e um centavos), para o período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme custos unitários apostos na Planilha da Administração.
- 10.2. *Para os itens 1 e 2 o valor de referência para aplicação do menor preço corresponde a:*
- 10.2.1. R\$ 660.178,06 para o item 1;**
- 10.2.2. R\$ 2.050.834,74 para o item 2**
- 10.3. *Para os itens 3, 4, 5 e 6, o valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a:*
- 10.3.1. R\$ 818.434,54 para o item 3**
- 10.3.2. R\$ 250.034,28 para o item 4**
- 10.3.3. R\$ 1.132.640,35 para o item 5**
- 10.3.4. R\$ 495.621,24 para o item 6**

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 200354/0001;
 - II) Fonte de Recursos: RECURSOS LIVRES DA UNIÃO (1000000000);
 - III) Programa de Trabalho: 0032 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER EXECUTIVO;
 - IV) Elemento de Despesa: 339039 - SERVIÇOS DE TERCEIRO PJ;
 - V) Plano Interno: ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE (PF99900AG25);
- 11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

Anexo I do TR - Caderno de Encargos

Anexo II do TR - IMR

Anexo III do TR e do ETP - Planilha da Administração

Anexo IV do TR - Modelo de RISF

Anexo V do TR - Modelos de Declaração

APÊNDICE A

do Termo de Referência

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

e ANEXOS

Anexo I do ETP - Características Gerais dos Imóveis

Anexo II do ETP - Composição dos BDI's Referenciais

Anexo III do ETP do TR - Planilha da Administração

Anexo IV do ETP - Convenções Coletivas



GLOSSÁRIO e SIGLAS

Fonte para consulta rápida, sempre consultar a lei, jurisprudência ou doutrina especializada.

Administração (Lei 14.133) - órgão ou entidade por meio do qual a Administração Pública atua.

Administração Pública (Lei 14.133) - administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e as fundações por ele instituídas ou mantidas.

Adjudicação do objeto licitado - é o ato administrativo que declara oficialmente que determinada empresa foi a vencedora do certame, que identifica e declara qual das licitantes foi a proponente da melhor proposta, nos termos do edital. Estabelece um vínculo jurídico entre a Administração e a licitante vencedora, visto que indica que é com determinada empresa que a Administração contratará a execução do objeto licitado.

Adjudicação por itens - é aquela feita com base na regra do parcelamento do objeto, cada item é uma licitação diferente, estão inseridas no mesmo edital considerando o aproveitamento do mesmo certame e mesmo julgamento nas mesmas datas. Um item pode ser homologado independente do sucesso de outro que conste no mesmo edital.

Adjudicação por lotes - uma única licitação composta por dois ou mais itens, significa que apenas uma empresa vai vencer o lote e terá que entregar a totalidade da composição. Os itens compõem o lote, quem vence o lote entrega tudo, é uma licitação única e não separada. A homologação é pelo lote.

Agente público (Lei 14.133/21) - indivíduo que, em virtude de eleição, nomeação, designação,

contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, exerce mandato, cargo, emprego ou função em pessoa jurídica integrante da Administração Pública;

Autoridade (Lei 14.133/21) - agente público dotado de poder de decisão.

Atestado de Capacidade Técnica - Atestados fornecidos por Órgão da Administração Pública ou empresa privada que comprove a execução de serviço ou entrega de produtos.

Atestado de Responsabilidade Técnica - Atestados fornecidos por entidade competente de fiscalização de exercício profissional de que o detentor teve sob sua responsabilidade técnica a execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto licitado.

Bens e serviços comuns (Lei 14.133/21) - aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Bens e serviços especiais (Lei 14.133/21) - aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput (item anterior)** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante.

Bonificação de Despesas Indiretas (BDI)- BDI, Bonificação ou Benefícios e Despesas Indiretas, é a parte do preço de cada serviço, expresso em percentual, que não se designa ao custo direto ou que não está efetivamente identificado como a produção direta do serviço ou produto. O BDI é a parte do preço do serviço formado pela recomposição do empreendimento, chamado lucro estimado, despesas financeiras, rateio do



custo da administração central e por todos os impostos sobre o faturamento, exceto leis sociais sobre a mão-de-obra utilizada no custo direto. É um percentual relativo às despesas indiretas que incide sobre os custos diretos de maneira geral, a fim de compor com precisão o preço de venda ou produção de um serviço ou produto

Caderno de Encargos e Especificações Técnicas

(CEET) - Documento de um projeto no qual se enumeram as obrigações das partes e condições técnicas para a execução da obra. É um manual de instruções do projeto e respectivas especialidades, onde se explicam métodos e formas de aplicação e construção com os materiais prescritos.

Comissão de licitação - Criada pela administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes, em número mínimo de três membros.

Compra (Lei 14.133/21) - toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

Compra imediata (Lei 14.133/21) - considerada imediata aquela (compra) com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento

Contratante (Lei 14.133) - pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.

Contratado (Lei 14.133) - pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração

Cronograma Físico Financeiro - ferramenta que considera o planejamento dos custos de acordo com a etapa física (ou construída) da obra, verificando quanto dos recursos do orçamento foram usados em cada uma. O cronograma físico-financeiro está previsto nas normas da ABNT para controle das atividades executivas de uma obra, essencialmente na Norma 13531 da ABNT, no seguinte parágrafo: “3.3.6 – As atividades técnicas de projeto devem ser apresentadas em cronograma físico-financeiro que informe os prazos necessários, as datas dos eventos e os seus custos.”

Cronograma de Atividades - é uma ferramenta de gestão de atividades normalmente em forma de tabela, que também contempla o tempo em que as atividades vão se realizar. É uma representação gráfica do tempo investido em uma determinada tarefa ou projeto, segundo as tarefas que devem ser executadas no âmbito desse projeto.

Cronograma PERT - serve para descobrir a duração de alguma atividade e tem como base três estimativas: otimista, pessimista e a mais provável. Tem por finalidade definir prazos mais assertivos em todas as etapas. Inclusive, leva em consideração todos os riscos e possíveis atrasos no cronograma.

Cronograma GANTT - é um gráfico de barras horizontais utilizado para representar o cronograma de um projeto e das tarefas e eventos relacionados durante o ciclo de vida do projeto. O usuário tem acesso a uma visão geral do agendamento do projeto, dos marcos próximos e do cronograma geral. Cada barra horizontal nesse tipo de diagrama representa uma tarefa, e o comprimento da barra indica o tempo que levará para concluir essa tarefa ou etapa. Ao afastar a visualização do diagrama, os gestores de projetos e as equipes têm acesso à visão geral do trabalho que precisa ser feito, quem é responsável por este e quando.

Direcionamento – Vedação legal para o caso de o objeto da licitação ou suas exigências conterem elementos distintivos, restritivos, capazes de ferir o princípio da igualdade.

Dispensa de licitação - Modalidade de contratação direta por meio da qual a administração está desobrigada de realizar procedimento licitatório. Na dispensa de licitação, a competição, embora possível, não é obrigatória, em razão de outros princípios que regem a atividade administrativa.

Edital - Lei interna da licitação. Documento que enumera todas as condições que devem ser cumpridas pela administração e pelos licitantes num processo licitatório.

Empenho – Ato emanado de autoridade competente que cria, para o Estado, obrigação de pagamento.



Empreitada integral - Quando se contrata determinado empreendimento na integralidade, que compreenda todas as etapas da obra, serviço e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até a respectiva entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para utilização em condições de segurança estrutural e operacional, bem assim com as características adequadas às finalidades da contratação.

Empreitada por preço global (Lei 14.133/21) - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo e total.

Empreitada por preço unitário (Lei 14.133/21) - contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.

Empresa autorizada pelo fabricante - Organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnica específica e que são indicados e treinados pelo fabricante.

Empresa capacitada - Nos termos da ABNT NBR 5674, organização ou pessoa que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado.

Empresa especializada - Nos termos da ABNT NBR 5674, organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnica específica.

Entidade (Lei 14.133) - unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.

Equipe de apoio - Grupo de pessoas, detentoras de conhecimento técnico sobre o objeto licitado, para prestar auxílio ao pregoeiro.

Estrutura Analítica de Projeto (EAP) - é uma subdivisão hierárquica do trabalho do projeto em partes menores, mais facilmente gerenciáveis. Seu objetivo primário é organizar o que deve ser feito para produzir as entregas do projeto. Diferente do cronograma, a estrutura analítica do projeto não comporta atividades. A sua última unidade de decomposição é o pacote de trabalho. Um pacote de trabalho, por sua vez, é um conjunto de atividades.

Execução Contratual - é o prazo em que a atividade contratada efetivamente vai ser realizada, executada.

Execução direta - Forma de execução realizada pelos órgãos e entidades da administração, pelos próprios meios.

Execução indireta - Contratada com terceiros sob os regimes empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, tarefa ou empreitada integral.

Fiscalização da Execução Contratual - A Administração deve designar representante responsável pela fiscalização de seus contratos, garantindo cumprimento da execução nos termos do ato pactuado.

Fracionamento do Objeto - dividir o objeto em várias contratações separadas, com o objetivo de fugir de uma modalidade licitatória mais complexa, ou até mesmo para evitar a licitação, buscando a dispensa por pequeno valor.

Garantia contratual - Período de tempo igual ou superior ao prazo de garantia legal e condições complementares oferecidas voluntariamente pelo fornecedor (incorporador, construtor ou fabricante) na forma de certificado ou termo de garantia ou contrato no qual constam prazos e condições complementares à garantia legal, para que o consumidor possa reclamar dos vícios ou defeitos verificados na entrega de seu produto. Este prazo pode ser diferenciado para cada um dos componentes do produto, a critério do fornecedor.

Garantia legal - Período de tempo previsto em lei que o comprador dispõe para reclamar do vício ou defeito verificado na compra de seu produto durável.

Habilitação - Documentação comprobatória da constituição jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal, além de outros documentos que se fizerem necessários nos termos da lei, para comprovar a aptidão da empresa para fornecer o objeto em licitação para o ente público.

Homologação - Ato privativo da autoridade que autorizou a abertura da licitação, ratificando todos



os atos anteriores praticados pelas autoridades subalternas, capaz de gerar direitos e deveres entre as partes do processo licitatório.

Impugnação do edital – Possibilidade atribuída a qualquer cidadão para interromper o trâmite licitatório, durante o período que antecede a sessão, se discordar ou verificar eventual irregularidade no instrumento convocatório ou não aplicação da lei.

Inabilitação do Licitante – Declaração emanada por parte do pregoeiro durante o certame licitatório para os casos de licitante que deixar de apresentar ou apresentar incorretamente os documentos necessários à habilitação. Do ato de inabilitação cabe recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata.

Inexigibilidade de licitação - Modalidade de contratação direta por meio da qual a administração está desobrigada de realizar o procedimento licitatório, por inviabilidade de competição.

Inexequível – Condição da proposta que traga custos dos insumos do objeto incoerentes com os de mercado, coeficientes de produtividade incompatíveis com a execução do mesmo.

Instrumento de Medição de Resultados (IMR) - é o ajuste escrito, anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Deverá definir as situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

Insumos - Mão de obra, materiais e equipamentos utilizados na produção de materiais e serviços.

Julgamento das propostas – Critério objetivo estipulado pela Administração para aferir o valor da licitação de acordo com os tipos: melhor técnica, técnica e preço, menor preço, maior lance ou oferta

Leilão – Modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para alienação de bens imóveis, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior a valor avaliado.

Licitação – Procedimento administrativo que, assegurando o princípio constitucional da isonomia, procura selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração realizar obras, compras e contratações, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo.

Licitação dispensada - Modalidade de contratação por meio da qual a Lei de Licitações desobriga a administração do dever de licitar. Abarca as alienações de bens móveis e imóveis previstas no artigo 17 da lei 8.666/1993.

Licitação deserta - Caracteriza-se quando não comparecem licitantes ao procedimento licitatório realizado.

Licitação fracassada - Caracteriza-se quando há participantes no processo licitatório, mas todos são inabilitados ou todas as propostas são desclassificadas.

Licitações simultâneas - Aquelas com objetos similares e que ocorram em intervalos inferiores ou iguais a 30 dias.

Licitações sucessivas - Aquelas com objetos similares, em que o edital subsequente tenha data anterior a 120 dias após o término do contrato resultante da licitação antecedente.

Licitação de alta complexidade técnica - Aquela que envolve alta especialização, como fator de extrema relevância para garantir a execução do objeto a ser contratado, ou que possa comprometer a continuidade da prestação de serviços públicos essenciais.

Licitante (Lei 14.133/21) - pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, que participa ou manifesta a intenção de participar de



processo licitatório, sendo-lhe equiparável, para os fins desta Lei, o fornecedor ou o prestador de serviço que, em atendimento à solicitação da Administração, oferece proposta

Licitante vencedora - Pessoa física ou jurídica habilitada no procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, a quem for adjudicado o objeto da licitação.

Manutenção corretiva - Nos termos da ABNT NBR 5674, caracteriza-se por serviços que demandam ação ou intervenção imediata a fim de permitir a continuidade do uso dos sistemas, elementos ou componentes das edificações, ou evitar graves riscos ou prejuízos pessoais e/ou patrimoniais aos seus usuários ou proprietários.

Manutenção preventiva - Nos termos da ABNT NBR 5674, caracteriza-se por serviços cuja realização seja programada com antecedência, priorizando as solicitações dos usuários, estimativas da durabilidade esperada dos sistemas, elementos ou componentes das edificações em uso, gravidade e urgência, e relatórios de verificações periódicas sobre o seu estado de degradação.

Mapa Comparativo – Documento anexo ao processo licitatório que evidencia os valores estimados para a licitação, bem como os valores avançados após o certame, como forma de demonstrar a vantagem alcançadas.

Matriz de Riscos (Lei 14.133/21) - cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação (...), contendo a listagem de possíveis eventos supervenientes e estabelecendo as métricas das obrigações.

Melhor Técnica – Tipo de licitação a ser utilizada exclusivamente para serviços de natureza predominantemente intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, e, em particular, para elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

Memorial descritivo – Documento descritivo detalhado que compõe o Projeto Básico, quando o objeto deste for serviços de engenharia ou relacionado a obras que não necessitam de um projeto completo.

Menor preço – Tipo de licitação normalmente empregada para contratação de obras, serviços e compras, que independem de sofisticação técnica, devendo o edital ou ato convocatório prever que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e oferecer o menor preço.

Objeto – O motivo da licitação. A externalização do interesse público capaz de ser licitado. Deve ser obrigatoriamente descrito de forma clara e detalhada, contendo seus elementos característicos, atentando para a objetividade, vedado a exigência de marca e particularidades que o tornem dirigidos a determinado fornecedor. Deve sempre conter as mesmas especificações do mercado, garantindo a vantagem pecuniária ao Estado sem deixar de lado a qualidade.

Obra (Lei 14.133/21) - toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel

Orçamento – É um ato de previsão de receita e da despesa pública, para um determinado período de tempo, e constitui o documento fundamental das finanças do Estado, bem como da sua contabilidade.

Órgão (Lei 14.133/21) unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Pública;

Parcelamento do Objeto - divisão do objeto do contrato em partes menores e independentes ampliando a oferta e a competitividade. Considerando se é tecnicamente e economicamente viável dividir a solução e se não há perda de escala ao dividir a solução.

Pregão - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é



feita em sessão pública, por meio de propostas de preços escritas e lances verbais ou via internet.

Pesquisa de preços – Levantamento de preços de mercado do objeto da licitação para compor média de preço destinada a orientar a Administração, com a finalidade de se estimar o valor de referência dos itens para licitação, garantindo assim a economicidade e a vantagem para a Administração.

Preço de Referência – Valor estimado, pelo órgão central de aquisições governamentais, para servir de parâmetro limite no momento da licitação, garantindo a economicidade.

Pregão presencial - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a presença dos interessados, por meio de propostas escritas e lances verbais.

Pregão eletrônico - Modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, com a utilização de recursos de tecnologia da informação. No pregão eletrônico, o oferecimento de propostas e lances é feito exclusivamente pela internet.

Pregoeiro - Servidor designado para, em procedimento licitatório na modalidade pregão, credenciar os interessados, receber as propostas e os documentos de habilitação, examinar as propostas, conduzir os procedimentos relativos à fase de lances, analisar a aceitabilidade dos preços, habilitar os licitantes e adjudicar o objeto ao vencedor.

Probidade – Conduta ilibada exigida dos agentes públicos na condução dos negócios da Administração e que se constitui num dos princípios fundamentais da licitação.

Profissional habilitado - Pessoa física e/ou jurídica, prestadora de serviço, legalmente habilitada, com registro válido em órgãos legais competentes para exercício da profissão, prevenção de respectivos riscos e implicações de sua atividade nos demais sistemas que compõem o objeto da intervenção.

Projeto básico (Lei 14.133/21) - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de

precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução (...). Restringe-se às licitações que tenham como objeto obras e serviços de engenharia, não se aplicando no caso de compras e serviços que não tenham relação com obras.

Projeto Executivo (Lei 14.133/21) - conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, com o detalhamento das soluções previstas no projeto básico, a identificação de serviços, de materiais e de equipamentos a serem incorporados à obra, bem como suas especificações técnicas, de acordo com as normas técnicas pertinentes

Proposta de preço – Documento em que o licitante apresentará, nos termos do edital da licitação, sua oferta para disputar aquele certame.

Proposta Técnica – A proposta técnica somente deve ser apresentada em licitações dos tipos melhor técnica ou técnica e preços quando o licitante explicita a metodologia, organização e tecnologia com as quais pretende executar o objeto da licitação. O envelope que a contenha será aberto após a fase de habilitação e antes da proposta de preço.

Publicidade – Princípio fundamental nos procedimentos administrativos em geral, e, em particular, na licitação, pois além de garantir a transparência do procedimento, enseja a possibilidade de se atingir um universo maior de interessados. A inobservância do princípio da publicidade induz à nulidade do procedimento licitatório.

Ratificação de dispensa ou Inexigibilidade – Espécie de homologação assinada pelo titular da pasta, ratificando os termos do processo de dispensa ou inexigibilidade, tornando os atos válidos e aptos a produzirem seus efeitos.

Reajustamento em sentido estrito (Lei 14.133/21) - forma de manutenção do equilíbrio econômico



financeiro de contrato consistente na aplicação do índice de correção monetária previsto no contrato, que deve retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais.

Recebimento Definitivo - aceitação efetiva do bem ou do serviço contratado, a partir da análise detalhada e profunda do cumprimento das obrigações legais, técnicas e contratuais e será realizado por servidor ou comissão especialmente designada, que marca a prestação da última parcela devida ao contratado e a liberação das garantias contratuais (seguro-garantia). É o ato administrativo realizado pelo gestor da execução do contrato que concretiza os atestes dos fiscais técnico e administrativo para efeito de liquidação e pagamento, com base na análise dos relatórios e em toda a documentação apresentada pela fiscalização. Equipara-se a um ato composto, ou seja, há um ato principal (atesto da fiscalização técnica e administrativa) e, outro subsequente, que é o ato acessório (do gestor da execução do contrato), o qual torna exequível a ordem de pagamento (autorização) do contrato.

Recebimento Provisório - simples transferência da posse do objeto ou do resultado do serviço contratado pela Administração Pública, o qual será realizado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato. É o ateste inicialmente realizado pelos fiscais técnico, administrativo, setorial ou equipe de fiscalização, durante o acompanhamento da execução do contrato.

Recurso – Petição do participante da licitação contra decisão do pregoeiro durante o certame, no que diz respeito à desclassificação de propostas de preço ou inabilitação de empresas.

Recursos Orçamentários – Previsão da lei orçamentária destinada à cobertura das despesas oriundas do objeto da licitação. Nenhuma licitação para contratação de obras, serviços e compras poderá ser iniciada sem previsão de recursos orçamentários, sob pena de nulidade do ato e apuração de responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, salvo nos casos de Registro de Preço.

Repactuação (Lei 14.133/21) - forma de manutenção do equilíbrio econômico financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou

predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra;

Responsabilidade Solidária – Os membros das comissões de julgamento (licitação) respondem solidariamente pelos atos praticados, salvo quando posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

Revogação – Decisão tomada pelo titular da pasta, motivada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, sem caráter discricionário, capaz de encerrar os efeitos de uma licitação.

Seguro Garantia (Lei 14.133/21) - seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado.

Serviço (Lei 14.133/21) - atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração

Serviço Comum de Engenharia (Lei 14.133/21) - todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens.

Serviço Especial de Engenharia (Lei 14.133/21) - aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” (item anterior) deste inciso.

Serviço de Engenharia (Lei 14.133/21) - toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do caput deste artigo, são



estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados.

Serviços e fornecimentos contínuos (Lei 14.133/21) - serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas

Serviço por Escopo (Lei 14.133/21) - aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto

Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual (Lei 14.133/21) - aqueles realizados em trabalhos relativos a: estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias; fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; restauração de obras de arte e de bens de valor histórico; controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso.

Sobrepço (Lei 14.133/21) - preço orçado para licitação ou contratado em valor expressivamente superior aos preços referenciais de mercado, seja de apenas 1 (um) item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, seja do valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada.

Sobrestar – Suspende os trabalhos da comissão (também o processo) até que sejam atendidas as diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de um processo.

Suspensão – Penalidade aplicada à empresa por inexecução total ou parcial do contrato firmado

com a Administração. Consiste na suspensão temporária de participar em licitações e impedimento em contratar, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

Superfaturamento (Lei 14.133/21) - dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, entre outras situações: medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas; deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia; alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor do contratado; distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a Administração ou reajuste irregular de preços.

Suplementação – aumento de recursos por crédito adicional, para reforçar as dotações que já constam na lei orçamentária.

Técnica e preço – Tipo de licitação que procura mesclar a melhor técnica com o menor preço, em que a classificação dos proponentes se fará de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnica e de preço, de acordo com os pesos preestabelecidos no instrumento convocatório. Deve ser utilizada exclusivamente para serviços com predominância intelectual, em especial na elaboração de projetos, cálculos, fiscalização, supervisão e gerenciamento e de engenharia consultiva em geral, e, em particular, para elaboração de estudos técnicos preliminares e projetos básicos e executivos.

Termo de Referência – documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter; definição do objeto, fundamentação da contratação, descrição da solução como um todo requisitos da contratação, modelo de execução do objeto, modelo de gestão do contrato, critérios de medição e de pagamento, forma e critérios de seleção do fornecedor, estimativas do valor da contratação, adequação orçamentária.

Vigência Contratual - o prazo de vigência é o período de duração do contrato que não pode ultrapassar o respectivo crédito orçamentário. Já o prazo de execução é o tempo que o particular tem



para executar o objeto e está, portanto, englobado no prazo de vigência. Assim, o prazo de vigência é delimitado pelo período necessário para a execução do objeto, seu recebimento e o respectivo pagamento, para que ambas as partes contratantes possam cumprir suas obrigações finais.

Vinculação ao Edital – Obrigação da Administração, bem como dos participantes da licitação, em atender rigorosamente às normas e condições previstas em edital

SIGLAS

CG - Campo Grande

CRA - Corumbá

CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CATSER - Catálogo de Serviços

CATMAT - Catálogo de Materiais

CEET - Caderno de Encargos e Especificações Técnicas

CFF - Cronograma Físico Financeiro

CONFEA - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia

CPL - Comissão Permanente de Licitações

CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.

DDO - Declaração de Disponibilidade Orçamentária

DEA - Divisão de Engenharia e Arquitetura

DFD - Documento de Formalização da Demanda

DRS - Dourados

EAP - Estrutura Analítica de Projeto

ETP - Estudo Técnico Preliminar

ESDRAS - Posto Migratório de Fronteira entre Bolívia x Brasil (Corumbá/MS)

GTED - Grupo Técnico de Edificações

IMR - Instrumento de Medição de Resultados

INCC - Índice Nacional da Construção Civil

MD - Memorial Descritivo

MJSP - Ministério da Justiça e Segurança Pública

MR - Matriz de Risco

NVI - Naviraí

OD - Ordenador de Despesas

PCA - Plano de Contratações Anual

PB - Projeto Básico

PF - Polícia Federal

PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações

PPA - Ponta Porã

SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil

SR - Superintendência

TLS - Três Lagoas

TR - Termo de Referência

UCI - Unidade de Controle Interno

UG - Unidade Gestora



SUMÁRIO

ETP-1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE	13
ETP-1.1. Problema a ser resolvido (por quê fazer?)	13
ETP-1.2. Perspectiva do interesse Público	17
ETP-2. PREVISÃO NO PCA/PNCP	18
ETP-3. ÁREA REQUISITANTE	18
ETP-4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	20
ETP-4.1. Enquadramento do objeto	20
ETP-4.1.1. Classificação como obra, serviço comum ou especial de engenharia ou serviço comum geral	20
ETP-4.2. Building Information Modelling – BIM	21
ETP-4.3. Natureza dos Serviços:	21
ETP-4.3.1. Serviço por escopo ou continuado	21
ETP-4.3.2. Atividade de custeio ou investimento	26
ETP-4.4. Duração inicial do contrato:	26
ETP-4.4.1. Execução e vigência	26
ETP-4.5. Subcontratação:	28
ETP-4.5.1. Itens e percentuais aplicáveis	28
ETP-4.5.2. O que não pode ser subcontratado	31
ETP-4.6. Participação de Consórcios	31
ETP-4.7. Participação de Cooperativas	31
ETP-4.8. Elaboração de Projeto Executivo	31
ETP-4.8.1. Existência de Projeto Executivo	31
ETP-4.8.2. A contratação para elaborar Projeto Executivo	31
ETP-4.8.3. A instrução exaure o Projeto Executivo	31
ETP-4.9. Cessão de Uso de Direitos	32
ETP-4.10. Confidencialidade	32
ETP-4.11. Sustentabilidade:	32
ETP-4.12. Garantia da Contratação	37
ETP-4.12.1. Comprovação de Capital	37
ETP-4.12.2. Seguro garantia	37
ETP-4.13. Garantia dos Bens e Serviços	37
ETP-4.13.1. Garantia quinquenal	37
ETP-4.13.2. Garantia Legal Código Consumidor	37
ETP-4.13.3. Garantia Contratual dos Serviços	37
ETP-4.13.4. Garantia Estendida	37
ETP-4.14. Software de Gerenciamento	38
ETP-4.15. Transição Contratual e Encerramento	38
ETP-4.15.1. Obrigatoriedade da transição contratual	38



ETP-4.15.2. Transferência de conhecimento	38
ETP-4.15.3. Manual de operações	39
ETP-4.16. Requisitos de Qualificação Técnica:	39
ETP-4.16.1. Registro na entidade profissional	40
ETP-4.16.2. Capacidade técnica operacional	40
ETP-4.16.3. Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):	41
ETP-4.17. Regime de Execução Indireta:	41
ETP-4.17.1. Tipo de Empreitada	41
ETP-4.17.2. Empreitada por Preço Global	41
ETP-4.17.3. Empreitada por Preço Unitário	42
ETP-4.17.4. Subestimativas ou Superestimativas Relevantes	42
ETP-4.18. Matriz de Riscos Para o Contrato:	43
ETP-5. LEVANTAMENTO DE MERCADO	44
ETP-5.1. Análise de Alternativas	44
ETP-5.2. Soluções Similares	44
ETP-5.2.2. Solução mais vantajosa	45
ETP-6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	45
ETP-6.1. O que fazer?	46
ETP-6.2. Quem vai fazer?	46
ETP-6.3. Como fazer?	48
ETP-6.4. Onde Fazer?	53
ETP-6.5. Por que Fazer?	55
ETP-6.6. Vida útil do objeto da contratação.	55
ETP-6.7. Manutenção e Assistência	55
ETP-7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS	55
ETP-8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	58
ETP-8.2. Composição do BDI	61
ETP-8.3. Outros Modelos de Estimativa	63
ETP-9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO	66
ETP-10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES	72
ETP-10.1. O objeto prescinde ou não de outras contratações?	72
ETP-11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO	72
ETP-12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO	73
ETP-12.1. Resultados Financeiros (ROI)	74
ETP-12.2. Resultados para a produtividade	74
ETP-12.3. Resultados quanto à aplicação de materiais e tecnologia	74
ETP-13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS	74
ETP-13.1. Adequação dos Locais e Ambientes	75
ETP-13.2. Gestão e Fiscalização Técnica	75
ETP-13.3. Gestão e Fiscalização Administrativa	75
ETP-14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS	75
ETP-15. JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO	75
ETP-16. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS	76
ETP-16.1. Licença Ambiental	76
ETP-16.2. Habite-se	76
ETP-16.3. Matrícula/RGI	76



<u>ETP-16.4. SPIU</u>	<u>76</u>
<u>ETP-16.5. Combate á incêndio aprovado</u>	<u>76</u>
<u>ETP-16.6. Autorização Para Contratação de Atividade de Custeio</u>	<u>76</u>
<u>ETP-16.7. Autorização do Ordenador Para o Início da Demanda</u>	<u>76</u>
<u>ETP-16.8. Aprovação do Ordenador ao Fim da Instrução Processual</u>	<u>76</u>
<u>ETP-16.9. ART/RRT</u>	<u>76</u>
<u>ETP-17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE</u>	<u>77</u>
<u>ETP-17.2. VIABILIDADE TÉCNICA OPERACIONAL</u>	<u>77</u>
<u>ETP-17.3. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA</u>	<u>77</u>
<u>ETP-17.4. VIABILIDADE TÉCNICO LEGAL</u>	<u>77</u>
<u>ETP-17.5. VIABILIDADE AMBIENTAL</u>	<u>77</u>



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MANUTENÇÃO PREDIAL

ETP-1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Conforme exigências do Art 18, inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R01
R05
R06

ETP-1.1. Problema a ser resolvido (por quê fazer?)

etp-1.1.1.1. Contratação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, inclusive dos espaços de treinamento policial, pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, localizados no município de Campo Grande, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Corumbá/MS, Dourados/MS, Naviraí/MS, Ponta Porã/MS e Três Lagoas/MS.

etp-1.1.1.2. A ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de Edificações - Requisitos para o sistema de gestão da manutenção, em sua introdução traz as seguintes informações acerca da manutenção das edificações:

A manutenção de edificações é um tema cuja importância supera, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso.

As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas as atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste



tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando seu desempenho atinge níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575 (Partes 1 a 6). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso.

A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecurso intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações.

Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado, esporádico ou casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e como um investimento na preservação do valor patrimonial.

A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.

Para atingir maior eficiência e eficácia na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de qualidade e de custo.

etp-1.1.1.3. A ABNT NBR 14037 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso operação e manutenção das edificações, traz as seguintes definições:

3.1. componente: unidade integrante de determinado elemento do edifício, com forma definida e destinada a cumprir funções específicas (exemplos: blocos de alvenaria, telha, folha de porta) [ABNT NBR 15575-1]

[...]

3.5. manutenção: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança de seus usuários. [ABNT NBR 15575-1]

3.6. operação: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários [ABNT NBR 15575-1]

3.7. sistema: a maior parte funcional do edifício. Conjunto de elementos e componentes destinados a cumprir com uma macrofunção que a define (exemplo: fundação, estrutura, vedações verticais, instalações hidro sanitárias, coberturas) [ABNT NBR 15575-1]

etp-1.1.1.4. Por sua vez, a ABNT NBR 5674 traz as seguintes definições:

3.1. edificação: produto constituído de um conjunto de sistemas, elementos ou componentes estabelecidos e integrados em conformidade com os princípios e técnicas da engenharia e arquitetura.



3.6. *serviço de manutenção: intervenção realizada na edificação e seus sistemas, elementos ou componentes constituintes.*

3.7. *sistema de manutenção: conjunto de procedimentos organizados para gerenciar os serviços de manutenção.*

etp-1.1.1.5. A Superintendência Regional da Polícia Federal e suas unidades subordinadas financeiramente, têm por utilização efetiva, neste momento, as seguintes edificações:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade	Área	REF
1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do SUL	Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 - Bairro Vila Sobrinho	Campo Grande	7.892,59	9051.00191.500-6
2	Aeroporto - sala	Av. Duque de Caxias, s/n - Vila Serradinho, Campo Grande - MS, 79101-901	Campo Grande	50,85	Novo TC em andamento
3	BASE GISE	Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira	Campo Grande	398,50	AUTORIZADO JUD
4	Estande de tiro Outdoor	BR 262 sem numero, proximo a Sede da Unidade Descentralizada Embrapa Gado de Corte	Campo Grande	120,00	COMODATO
5	Passaporte Shopping - sala	Av. Afonso Pena, 4909 - Santa Fé, Campo Grande - MS, 79031-900	Campo Grande	400,00	COMODATO
6	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá	Praça da República, 51, Centro	Corumbá	812,59	9063.00161.500-6
7	Terreno para nova DPF em Corumbá	Rua Nossa senhora da Candelaria, S/N	Corumbá	3.200,81	9063.00206.500-0
8	Nova Delegacia de Polícia Federal em Corumbá (INSS)	Rua Dom Aquino Corrêa, 1265 - Centro	Corumbá	3.595,00	EM REGULARIZAÇÃO
9	Aeroporto - sala	R. Santos Dumont, S/n - Aeroporto	Corumbá	10,00	TERMO DE CESSÃO
10	Posto de Migração ESDRAS	Fronteira Brasil/Bolívia	Corumbá	46,50	EM REGULARIZAÇÃO
11	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular	Dourados	3.888,84	9073.00095.500-5
12	Aeroporto em Dourados	Av. Guaicurus, S/N - Cidade Universitária de, Dourados - MS	Dourados	50,00	EM REGULARIZAÇÃO
13	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	1.024,23	9113.00021.500-4



14	Pátio de Veículos	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	600,00	9113.00038.500-7
15	Pátio de Veículos	JARDIM PARAÍSO - PARQUE INDUSTRIAL- Lado ímpar da Rua José Teixeira, a uma distância de 50,30 metros da Rua Projetada 06 DIJP	Naviraí	15,00	COMODATO
16	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro	Ponta Porã	688,57	9131.00178.500-7
17	Nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Av. Jorge Roberto Salomão, S/N, CEP 79.904-15,	Ponta Porã	3.800,00	9131.00285.500-9
18	Aeroporto - sala	R. Batista de Azevedo, 770 - Granja, Ponta Porã - MS, 79905-360	Ponta Porã	39,89	TERMO DE CESSÃO
19	BASE GISE	Rua Sete de Setembro Bairro Santa Isabel 2292 Ponta Porã M.S	Ponta Porã	196,96	AUTORIZADO JUD
20	Pátio de Veículos	MS-380, Km 04 - Zona industrial, Ponta Porã	Ponta Porã	50,00	TERMO DE CESSÃO
21	NPA	Rua Antônio João, 1371, Centro	Ponta Porã	407,11	TERMO DE ENTREGA DE CHAVES
22	ALOJAMENTO	Rua Campo Grande, 131 - Vila Reno - Ponta Porã - MS, 79902-274	Ponta Porã	310,00	AUTORIZADO JUD
23	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada	Três Lagoas	917,9	9165.00111.500-6
24	Passaporte Shopping - sala	Av: Jamil Jorge Salomão, 3807 - Portal das Araras, Três Lagoas - MS, 79644-900	Três Lagoas	166,00	COMODATO

etp-1.1.1.6. É possível verificar que a Superintendência da Polícia Federal em Mato Grosso do Sul e suas unidades subordinadas financeiramente, possuem edificações que utilizam vários sistemas, máquinas e equipamentos, além de inúmeros componentes, e apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados de forma a garantir seu perfeito funcionamento.

etp-1.1.1.7. Entre estes sistemas, as instalações elétricas e civis (estruturas, acabamento – piso, divisórias, portas, esquadrias, pintura, rebocos, etc. - hidráulicas, sanitárias, águas pluviais, de combate a incêndio etc.), e outras no mesmo nível de complexidade devem ser inspecionadas periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional.

etp-1.1.1.8. Além da necessidade de constante manutenção preventiva, tais sistemas e equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante ampliação das atividades da Polícia Federal impõe a necessidade de adequação, recuperação e ampliação, de forma a atender a



demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação de novos aparelhos de ar condicionado e pontos elétricos.

etp-1.1.1.9. Considerando que as atividades de manutenção predial não constituem área de competência legal desta Polícia Federal, seja nas disposições constitucionais, em especial no art. 144 da Constituição Federal, bem como nas demais disposições legais e normativas, verifica-se a necessidade de contratação dos serviços terceirizados (execução indireta), consoante previsão no Art. 40 da Lei nº 14.133/2021, para atender a necessidade de manutenção das edificações sob responsabilidade da SR/PF/MS e de seus sistemas, a fim de preservar o patrimônio público, o adequado uso das edificações, garantindo a segurança e qualidade de vida dos usuários, bem como para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada das edificações.

etp-1.1.1.10. Além disto a Portaria MPDG nº 443/2018, dispõe que:

Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão **preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:**

[...]

VII - conservação e jardinagem;

[...]

X - elaboração de projetos de arquitetura e engenharia e acompanhamento de execução de obras;

[...]

XV - manutenção de prédios e instalações, incluindo montagem, desmontagem, manutenção, recuperação e pequenas produções de bens móveis;

etp-1.1.1.11. A previsão de que tais serviços serão preferencialmente objeto de execução indireta segue ainda o que já havia sido instituído pelo Decreto-Lei 200/67, que estabelece que para melhor dedicar-se às tarefas inerentes à Administração Pública e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração deve procurar desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato.

etp-1.1.1.12. Atualmente, há o Contrato de manutenção predial nº 006/2020-SR/PF/MS, vigente até 28/03/2025, com a empresa Araujo Abreu Engenharia SA, sob responsabilidade da Superintendência Regional da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul - UASG 200354.

etp-1.1.1.13. O Contrato nº 006/2020-SR/PF/MS foi prorrogado durante 04 (quatro) anos consecutivos, totalizando, junto com o período inicial de 01 (um) ano, 05 (cinco) anos de contrato, o qual se encerra no dia 28/03/2025, não podendo mais, portanto, ser prorrogado.

etp-1.1.1.14. Nesse período foram registrados os seguintes pontos para aprimoramento:

- VALOR ESTIMADO PARA MATERIAIS E PEÇAS
- VALOR ESTIMADO PARA SERVIÇOS EVENTUAIS
- VALOR ESTIMADO PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS
- FALTA DE IMPLEMENTAÇÃO DE SOFTWARE PARA ABERTURA E FECHAMENTO DAS ORDENS DE SERVIÇO (O.S)

O contrato atual, ainda vigente, de manutenção predial não dispõe de previsão de implementação de software para controle das ordens de serviço, o que prejudica muito o controle de prazos das O.S, levantamento de estatísticas de materiais e peças utilizadas durante todo o período e geração de relatórios para melhoria do contrato.



Além disso, toda abertura de O.S para manutenção predial é feita pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informação) ou por e-mail, sistemas estes QUE NÃO FORAM CRIADOS para abertura de chamados, pois possuem finalidade diversa à pretendida, além de pouca agilidade na abertura dos chamados, o que prejudica a aprovação ou não das ordens de serviço pela fiscalização técnica.

ETP-1.2. Perspectiva do interesse Público

etp-1.2.1.1. Assim, por todo o exposto, conclui-se que é imprescindível a preservação e conservação das características de funcionamento, segurança, conforto ambiental e higiene das edificações e de todos os sistemas que a compõem constituindo-se, portanto, em uma necessidade permanente para a manutenção da atividade administrativa. A não execução da correta manutenção dos sistemas supracitados e objetos do presente estudo traz prejuízo ao andamento dos trabalhos do Órgão, bem como os inevitáveis transtornos que uma interrupção indubitavelmente causaria a terceiros interessados – vale dizer, à população que se utiliza dos serviços por exemplo, expedição de passaporte, processos relativos a estrangeiros; registro, porte e devolução de armas de fogo; segurança privada; produtos químicos; oitivas; entre outros. Além disso, as edificações objeto desta contratação foram custeadas por meio de verba pública, sendo certo que deverão estar em condições de funcionamento por todo o ciclo de vida útil que os materiais ali empregados permitirem, ou seja, ao menos 50 anos. Tais edificações não podem ser consideradas bens descartáveis ou ainda presumir que a obsolescência programada prevaleça com o único fim de construir novas edificações a pretexto de dispensar as já existentes.

ETP-2. PREVISÃO NO PCA/PNCP

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

II -demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R25

etp-2.1.1.1. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2025**, conforme detalhamento a seguir:

etp-2.1.1.1.1. ID PCA no PNCP: [00394494000136-0-000031/2025](#)

etp-2.1.1.1.2. Data de publicação no PNCP: [23/05/2024](#)

etp-2.1.1.1.3. Id do item no PCA: [17](#)

etp-2.1.1.1.4. Classe/Grupo: [545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO](#)

etp-2.1.1.1.5. Identificador da Futura Contratação: [200354-16/2025](#)



ETP-3. ÁREA REQUISITANTE

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R17
R40

INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - GTED/SR/PF/MS			
Nome	Matrículas	Telefone	E-mail
PPF Douglas Menin de Oliveira	21.216		douglas.dmo@pf.gov.br;
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - GTE/SR/PF/PR			
APF Junior Maggi	20.351	(45) 3576-5595	junior.jm@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/CRA/MS			
EPF Jules Rimet Nogara Junior	23.894		jules.jrnj@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/CRA/MS			
APF Victor Hiran Scaldelai Lullo	23.427		victor.vhsl@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/TLS/MS			
APF Neury Piacente Junior	15.503		neury.npj@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/TLS/MS			
APF Marcos Pereira Xavier	14.364		marcos.mpx@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/DRS/MS			
EPF Celino Ramos Chimenez	6.834		celino.crc@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/DRS/MS			
APF Marcos José Peixoto	16.728		peixoto.mjp@dpf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/PPA/MS			
EPF Franz Priester	23.310		franz.fp@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/PPA/MS			
AADM Roberto Eneas Flecha Haufes	11.966		roberto.refh@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE TITULAR - DPF/NVI/MS			
EPF Leandro Mascarenhas da Silva	19.762		silva.lms@pf.gov.br
INTEGRANTE DEMANDANTE SUBSTITUTO - DPF/NVI/MS			



EPF Eduardo Antonio Rondis	18.034		eduardoantonio.ear@pf.gov.br
----------------------------	--------	--	------------------------------

INTEGRANTE ADMINISTRATIVO TITULAR - GTED/SR/PF/PR			
APF Marcio de Souza Bouzas	16.380	(42) 3576-5595	bouzas.msb@pf.gov.br
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO SUBSTITUTO - SETEC/SR/PF/MG			
AADM Cristiane Barbosa	14.576	(31)	cristiane.cb@pf.gov.br

INTEGRANTE DA CPL TITULAR - SELOG/SR/PF/MS			
AADM Daiane Machado Severo dos Santos Flores	11.964		daiane.dmss@pf.gov.br
INTEGRANTE DA CPL SUBSTITUTO - SELOG/SR/PF/MS			
APF Fagne de Oliveira Lira	23.783		fagne.fol@pf.gov.br

ETP-4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

II -requisitos da contratação

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R08

ETP-4.1. Enquadramento do objeto

ETP-4.1.1. Classificação como obra, serviço comum ou especial de engenharia ou serviço comum geral

etp-4.1.1.1. O objeto da contratação deve ser classificado com um **serviço comum de engenharia**, pelos motivos abaixo elencados.

etp-4.1.1.2. Os serviços de engenharia estão disciplinados da seguinte forma na Lei nº 14.133/2021:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:
[...]*



*XXI - serviço de engenharia: toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que, não enquadradas no conceito de obra a que se refere o inciso XII do **caput** deste artigo, são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, que compreendem:*

a) serviço comum de engenharia: todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens;

b) serviço especial de engenharia: aquele que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não pode se enquadrar na definição constante da alínea “a” deste inciso;

- etp-4.1.1.3. Os serviços de manutenção predial, objeto que se pretende contratar, demandam a atuação de um técnico responsável pelas edificações, que é responsável por coordenar as atividades e avaliar as intervenções necessárias, sendo que esta atividade é privativa das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, e portanto, se enquadram enquanto serviços de engenharia.
- etp-4.1.1.4. Os serviços de manutenção predial são usuais no ramo da engenharia, e tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, e, portanto, enquadram-se como serviço comum de engenharia.
- etp-4.1.1.5. Além disso, o serviço comum de engenharia não se presta a criar coisa nova, espaço novo ou mesmo trazer significativa mudança na geometria da edificação ou parte dela. São pequenas adequações, reparos, realocações, mas nada que mude a finalidade para qual a edificação, ou parte dela, foi concebida.

ETP-4.2. Building Information Modelling – BIM

Conforme exigências do Art 19, § 3º da lei 14.133/21 que diz:

II - Nas licitações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, sempre que adequada ao objeto da licitação, será preferencialmente adotada a Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM) ou tecnologias e processos integrados similares ou mais avançados que venham a substituí-la

- etp-4.2.1.1. Não se aplica ao objeto desta contratação, a exigência de Modelagem da Informação da Construção (Building Information Modelling - BIM), prevista no Decreto 10.306/2020 e no artigo 19, §3º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a modelagem em BIM é meio e não fim para o objeto a ser contratado. Os serviços de manutenção predial não se prestam a grandes intervenções ou modificações de layout, são adequações pontuais que não merecem destaque ao ponto de contratar profissional especializado ou exigir que a empresa realize as-built, de prancha, desenho ou BIM e, ainda que fosse fugiria do escopo da contratação pois para este contrato não pode ser exigido da empresa a elaboração de projeto.



ETP-4.3. Natureza dos Serviços:

ETP-4.3.1. Serviço por escopo ou continuado

etp-4.3.1.1. Os serviços demandados devem ser classificados como **serviços contínuos**, pelos motivos abaixo elencados.

etp-4.3.1.1.1. A definição da Lei nº 14.133/2021 para serviços contínuos é dada da seguinte forma:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;

etp-4.3.1.1.2. A nova lei de licitações alterou a definição acerca dos serviços e fornecimentos contínuos, em comparação com a legislação anterior. Nesse sentido texto de artigo publicado:

Vejam-se que a legislação usou as expressões contínuos, permanentes e prolongadas. Contínuos são os serviços ou fornecimentos e permanentes ou prolongadas são as necessidades a serem satisfeitas. Vale dizer: “Contratação dos serviços de manutenção predial para as edificações pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul (SR/PF/MS), localizadas em Campo Grande/MS, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Corumbá/MS, Dourados/MS, Naviraí/MS, Ponta Porã/MS e Três Lagoas/MS”

etp-4.3.1.2. A ABNT NBR 5674:2012 - Manutenção de Edificações - Requisitos para o sistema de gestão da manutenção, em sua introdução traz as seguintes informações acerca da manutenção das edificações:

A manutenção de edificações é um tema cuja importância supera, gradualmente, a cultura de se pensar o processo de construção limitado até o momento quando a edificação é entregue e entra em uso.

As edificações são o suporte físico para a realização direta ou indireta de todas atividades produtivas, e possuem, portanto, um valor social fundamental. Todavia, as edificações apresentam uma característica que as diferencia de outros produtos: elas são construídas para atender seus usuários durante muitos anos, e ao longo deste tempo de serviço devem apresentar condições adequadas ao uso que se destinam, resistindo aos agentes ambientais e de uso que alteram suas propriedades técnicas iniciais.

É inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis, passíveis da simples substituição por novas construções quando seu desempenho atinge níveis inferiores àqueles exigidos pela ABNT NBR 15575 (Partes 1 a 6). Isto exige que a manutenção das edificações seja levada em conta tão logo elas sejam colocadas em uso.

A omissão em relação à necessária atenção para a manutenção das edificações pode ser constatada nos frequentes casos de edificações retiradas de serviço muito antes de cumprida a sua vida útil projetada (VUP), causando muitos transtornos aos seus usuários e um sobrecusto intensivo dos serviços de recuperação ou construção de novas edificações.

Significando custo relevante na fase de uso da edificação, a manutenção não pode ser feita de modo improvisado, esporádico ou casual. Ela deve ser entendida como um serviço técnico perfeitamente programável e como um investimento na preservação do valor patrimonial.



A elaboração e a implantação de um programa de manutenção corretiva e preventiva nas edificações, além de serem importantes para a segurança e qualidade de vida dos usuários, são essenciais para a manutenção dos níveis de desempenho ao longo da vida útil projetada.

Para atingir maior eficiência e eficácia na administração de uma edificação ou de um conjunto de edificações, é necessária uma abordagem fundamentada em procedimentos organizados em um sistema de manutenção, segundo uma lógica de controle de qualidade e de custo.

etp-4.3.1.3. A ABNT NBR 14037 - Diretrizes para elaboração de manuais de uso operação e manutenção das edificações, traz as seguintes definições:

3.1. componente: unidade integrante de determinado elemento do edifício, com forma definida e destinada a cumprir funções específicas (exemplos: blocos de alvenaria, telha, folha de porta) [ABNT NBR 15575-1]

[...]

3.5. manutenção: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança de seus usuários. [ABNT NBR 15575-1]

3.6. operação: conjunto de atividades a serem realizadas para conservar ou recuperar a capacidade funcional da edificação e de seus sistemas constituintes de atender as necessidades e segurança dos seus usuários [ABNT NBR 15575-1]

3.7. sistema: a maior parte funcional do edifício. Conjunto de elementos e componentes destinados a cumprir com uma macrofunção que a define (exemplo: fundação, estrutura, vedações verticais, instalações hidro sanitárias, coberturas) [ABNT NBR 15575-1], a lei incluiu no conceito de contínuos tanto serviços/fornecimentos duradouros, de fato permanentes, como serviços/fornecimentos transitórios cuja necessidade é prolongada, alongada. Nada impede que serviços ou fornecimentos prolongados, transformem-se, com o tempo, em permanentes. O ponto é que, na Nova Lei, não se trata necessariamente de serviços essenciais, imprescindíveis e permanentes.

Recentemente, para concretizar ainda mais a noção do que pode enquadrar-se como serviço ou fornecimento contínuo, a Justiça Federal, no seu Primeiro Simpósio de Licitações e Contratos, aprova vários Enunciados relacionados à contratação pública na Nova Lei de Licitações e estes certamente podem ser utilizados como referência em todas as demais esferas. Pelo menos 03 deles tratam de serviços e fornecimentos contínuos, vejamos:

[...]

ENUNCIADO 14 Consideram-se serviços prestados de forma contínua, para fins de aplicação do disposto nos arts. 106, 109, parágrafo único do art. 98, parágrafo único do art. 97, inciso I do art. 40 e § 8º do art. 25 da Lei n. 14.133/2021, as compras para a manutenção dos órgãos da Justiça Federal decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, tais como:

XXIII – manutenção preditiva, preventiva, corretiva, operação, suporte e/ou atualização do sistema, no que couber, de: a) ar-condicionado, ventilação e exaustão; b) cabeamento de transmissão de dados e voz; c) estruturas de dados das soluções de Business Intelligence das áreas judicial e administrativa; d) central telefônica do CJF; e) elevadores; f) equipamentos elétricos, eletrônicos, eletroeletrônicos e de TIC; g)



equipamentos de combate a incêndio, com ou sem reposição de peças, componentes e acessórios; h) equipamentos de inspeção por raio-x, de detectores de metais e de narcóticos e explosivos; i) grupo de geradores fornecedores de energia; j) persianas e cortinas; k) softwares e serviços de TIC; l) sinalização de segurança, CFTV e controle de acesso; m) veículo da frota, mediante sistema de administração e gerenciamento; n) prédios (instalação, estrutura e todos os seus subsistemas);

A previsão legal a respeito de serviços contínuos na Nova Lei de Licitações, somada aos Enunciados recentemente divulgados pela Justiça Federal, deixam clara a quebra de paradigma em relação a esse assunto e encerram de vez aquela ideia vigente na Lei nº 8.666/93 de que serviços contínuos eram somente aqueles cuja ausência poderia paralisar a Administração Pública, aqueles cujos quais a Administração não sobreviveria sem. Esse conceito não cabe mais no dinamismo e eficiência que exigem o agir da Administração Pública. Sabe-se que obviamente a Administração precisa de serviços de muita imprescindibilidade bem como precisa de serviços que, embora não sejam imprescindíveis para que as luzes permaneçam acesas, são tão importantes quanto. Ter esses serviços cobertos pela natureza da continuidade, garante à Administração a possibilidade de ter contratos vigentes por até 10 anos, o que traz um ganho absoluto em termos de eficiência e agilidade.
Acesso em 15/03/2023 - sem grifo no original -
https://sollicita.com.br/Noticia/?p_idNoticia=19626&n=assinatura-de-peri%C3%B3dicos-especializados.

- etp-4.3.1.3.1. Conforme conceito da ABNT NBR 5674, a edificação é um produto constituído de um conjunto de sistemas, elementos ou componentes estabelecidos e integrados em conformidade com os princípios e técnicas da engenharia e arquitetura.
- etp-4.3.1.3.2. Assim, é necessário que todos os sistemas que compõe cada edificação sejam devidamente mantidos, com o fim de preservar o desempenho da edificação ao longo do tempo, minimizando a depreciação patrimonial, pois como já citado é *inviável sob o ponto de vista econômico e inaceitável sob o ponto de vista ambiental considerar as edificações como produtos descartáveis*.
- etp-4.3.1.3.3. **Assim, a manutenção predial é uma necessidade permanente, independente se as atividades de intervenção são rotineiras ou por evento, visto que é obrigação do Gestor manter todos os sistemas prediais operando, caso não fosse as atividades do órgão seriam comprometidas ou mesmo cessariam.**
- etp-4.3.1.3.4. Quando uma edificação fica sem a devida manutenção, por conseguinte se está reduzindo a sua vida útil e/ou aumentando a necessidade de intervenções corretivas na tentativa de fazer o imóvel cumprir o seu ciclo de vida útil.
- etp-4.3.1.3.5. Assim, as atividades de manutenção devem sempre ser realizadas de forma contínua, não se confundindo com a reforma e/ou retrofit de edificações, que se caracterizam como serviço por escopo e que possuem seu próprio lugar na cronologia da construção, pois no ciclo de vida de um prédio ou edifício já existem as marcações temporais, aos 30 e 50 anos após sua construção, onde serão realizadas as grandes intervenções.
- etp-4.3.1.3.6. Embora haja diferentes periodicidades para a realização das atividades, o serviço de manutenção das edificações continua sendo caracterizado pela destinação para atendimento de uma necessidade permanente.
- etp-4.3.1.4. **A solução para o serviço de manutenção** a ser contratado deverá abarcar atividades de supervisão e responsabilidade técnica, atividades a serem executadas por empresa ou profissional capacitado e atividades a serem executadas por empresa ou profissional especializado, sejam elas executadas com dedicação exclusiva de mão de obra ou por



demanda, além de incluir o fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços pelos motivos abaixo.

- etp-4.3.1.4.1. Como já citado, cada edificação possui diversos sistemas que são interligados e que possuem interdependência entre si. Assim, por mais que alguns destes sistemas sejam mais complexos, em especial, por exemplo, o sistema de climatização central, os sistemas de combate à incêndio e os sistemas de energia ininterrupta e grupo gerador, as atividades de manutenção que serão executadas nestes sistemas se comunicam entre si a exemplo, dos quadros de distribuição de energia e do sistema hidráulico, que abastecem máquinas e equipamentos de toda a edificação.
- etp-4.3.1.4.2. Quando uma intervenção é realizada em um sistema terá reflexos em outro, além disso uma demanda específica muitas vezes exige a interação com diversas áreas, como o exemplo de um reparo em um duto de ventilação onde será necessária a atuação do profissional pedreiro, do mecânico de refrigeração e, a depender do tamanho e da dificuldade do reparo haverá a necessidade de lançar mão do serviço eventual especializado para a confecção daquele duto.
- etp-4.3.1.4.3. Ainda, para a realização das diversas atividades de manutenção é necessário o uso de peças, equipamentos, insumos, bem como necessária a disponibilização de EPI's e ferramentas às equipes que realizarão as intervenções. Tais materiais devem estar prontamente disponibilizados sob pena de impedir ou retardar a realização das intervenções. O levantamento das quantidades será abordado de forma detalhada mais adiante.
- etp-4.3.1.4.4. No caso de compra separada de materiais, na situação de defeito de algum serviço, é bastante dificultosa a apuração da causa do referido problema, que pode ser tanto em função de uma peça defeituosa ou de serviço executado de forma deficiente. Nesta situação haveria um custo alto para gerenciar e operacionalizar a compra de insumos em contratação à parte, além de um custo alto com a identificação e resolução de problemas que ocorrem durante a execução do contrato. Entretanto, é necessário definir critérios objetivos que permitam que os materiais sejam adquiridos por preços vantajosos à Administração Pública. Entende-se que o contrato a ser celebrado deve ter a capacidade de fornecer manutenção periódica seja de caráter preventivo ou corretivo, alocando mão de obra e materiais de acordo com a necessidade dos sistemas que compõem a edificação.
- etp-4.3.1.4.5. Conforme já explicitado há a ainda a necessidade de se contratar um responsável técnico pelas edificações. Além da obrigação legal, tal atividade será ainda mais crucial na presente contratação, vez que conforme já informado a maioria das edificações não vem sendo mantida através de contrato há alguns anos, smj, havendo apenas intervenções emergenciais, conforme o caso. Tal situação demandará levantamento da situação das edificações, do gerenciamento das atividades de manutenção de forma a estabelecer prioridade na execução, observando a criticidade e os limites de recursos disponíveis, bem como será necessário realizar levantamento de eventuais reformas que serão necessárias, naquelas situações em que as atividades de manutenção não sejam suficientes para preservar a edificação, a fim de que sejam licitadas em processo próprio por esta Administração.
- etp-4.3.1.5. Em função da necessidade de contratação de serviços por postos com dedicação exclusiva de mão de obra, justificada no neste ETP, é necessária a adoção de **medidas para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado**, optando-se, conforme razões detalhadas a seguir, por:
 - a) prever a exigência de garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas



- b) condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;
 - c) adotar o mecanismo da conta vinculada
 - d) em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;
- etp-4.3.1.5.1. As medidas listadas acima estão previstas no § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021, ainda em Nota Explicativa no modelo de TR para serviços comuns de engenharia disponibilizado pela AGU, consta a necessidade de se a contratação de serviço comum de engenharia for realizada com dedicação exclusiva de mão-de-obra, a combinação com o modelo do termo de referência de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, transportando as cláusulas pertinentes, em especial as que asseguram os direitos trabalhistas dos terceirizados e disciplinam a repactuação de preços, para este instrumento.
- etp-4.3.1.5.2. Relativamente ao instituto da conta vinculada, o mecanismo já vem sendo adotado há alguns anos e tem se mostrado eficiente a fim de garantir o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo Contratado.
- etp-4.3.1.5.3. Nessa contratação especificamente a vantajosidade deste mecanismo (conta vinculada) em comparação com o mecanismo do fato gerador, se justifica principalmente por ser um procedimento mais simples de utilização pela fiscalização. Na conta vinculada mensalmente serão depositados em conta os percentuais estipulados na IN MPDG nº 05/2017. Tais valores somente serão liberados para o pagamento das obrigações trabalhistas do contrato.
- etp-4.3.1.5.4. A contratação que se pretende formalizar será uma inovação para esta SR/PF/MS trazendo diversos procedimentos que serão necessários de observação pela fiscalização do contrato, assim o mecanismo do pagamento pelo fato gerador, que é um mecanismo que exige maiores procedimentos pela fiscalização e seria mais uma inovação nesta SR/PF/MS, entende-se que é mais desvantajoso do que a conta vinculada, dada a realidade atual da Unidade Gestora. Os custos de operacionalização do pagamento pelo fato gerador, neste momento, estima-se suplantarem os benefícios, vez que a conta vinculada tem atendido de forma satisfatória a necessidade dos contratos terceirizados da Unidade Gestora.
- etp-4.3.1.5.5. Todas estas medidas passaram a ser contempladas diretamente na Lei nº 14.133/2021 e são fundamentais para evitar a responsabilização subsidiária da Administração em eventuais ações trabalhistas.

ETP-4.3.2. Atividade de custeio ou investimento

Conforme disciplina o D 10.193/19 e Art 2º da Portaria ME 7.828/22 que diz:

Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

(...)

II - os serviços de conservação, limpeza, jardinagem, mensageria, segurança, vigilância, transportes, informática, copeiragem, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações;

- etp-4.3.2.1. De acordo o Art 2º, inciso II, da Portaria ME 7.828/22 a pretendida contratação é atividade de custeio, portanto possui centro de custo próprio e por imposição do Art3º do Decreto



10.193/19 necessita de autorização de titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República ou autoridade delegada.

ETP-4.4. Duração inicial do contrato:

ETP-4.4.1. Execução e vigência

etp-4.4.1.1. A duração inicial do contrato, considerando se tratar de serviço contínuo conforme já justificado, deverá ser de 02 (dois) anos prorrogáveis por até 10 (dez) anos, por ser mais vantajoso pelos motivos abaixo expostos.

etp-4.4.1.2. A nova lei de licitações passou a tratar a duração dos contratos administrativos para serviços e fornecimentos contínuos da seguinte forma:

Art. 106. A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

*§ 1º A extinção mencionada no inciso III do **caput** deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.*

§ 2º Aplica-se o disposto neste artigo ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática.

Art. 107. Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

etp-4.4.1.3. A formalização dos contratos de serviços contínuos por prazo superior a um ano implica na diminuição dos custos administrativos com as formalizações das prorrogações dos contratos, além disso demonstra ao mercado fornecedor a intenção da Administração em manter o contrato pelo período legalmente estabelecido, o que gera uma perspectiva de obtenção de melhores preços.

etp-4.4.1.4. A inovação dos dispositivos de vigência do contrato da nova lei de licitações parece atender a necessidade verificada na execução de seus contratos, qual seja a de racionalizar e diminuir custos com procedimentos administrativos.

etp-4.4.1.5. Como se verifica no próprio processo de planejamento desta contratação, o caminho buscado para a Administração pública é cada vez mais voltado ao planejamento e à eficiência. Assim, para que possam ser desenvolvidas todas as atividades que se esperam no processo de planejamento de contratações é necessário que se possa desincumbir de atividades que analisadas sob a perspectiva de custo x benefício não se justificam, como é entendido, pela verificação na prática, dos processos anuais de prorrogação.

etp-4.4.1.6. Veja-se que a verificação da manutenção da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como da ausência de impedimento de contratar é realizada mensalmente antes do pagamento de cada fatura, assim ainda não que não se formalizem processos de prorrogação anual os requisitos legais e normativos acerca deste aspecto são verificados mensalmente.



- etp-4.4.1.7. Ainda, mensalmente, deve ser analisado pela fiscalização do contrato, se o contrato está sendo prestado de forma adequada, dispondo ainda de mecanismos para ajustes de pagamento e mesmo de rescisão do contrato no caso de descumprimento.
- etp-4.4.1.8. Além disso, a lei reservou disposição específica quanto à necessidade de anualmente se verificar a existência de créditos orçamentários para a execução do contrato. Tal análise já era realizada anualmente no âmbito da Polícia Federal, com o cadastro das Declarações de Disponibilidade Orçamentária no módulo DDO do sistema e-Log.
- etp-4.4.1.9. Ainda a própria lei estabelece regra para que a Administração possa extinguir sem ônus o contrato antes de vencido o prazo inicialmente previsto, seja porque não dispõe de créditos orçamentários, seja porque as circunstâncias de execução tornaram o contrato desvantajoso, ao mesmo tempo resguarda o contratado prevendo prazo mínimo de antecedência.
- etp-4.4.1.10. No caso do presente contrato, ainda que a Administração resolva pela rescisão antecipada, seria necessário que o novo processo de contratação fosse iniciado com bastante antecedência, a fim de evitar a interrupção contratual.
- etp-4.4.1.11. Ainda o contrato envolve em parte serviços que deverão ser desenvolvidos sob o regime de mão de obra exclusiva, sendo que nesses serviços há a necessidade da elaboração das planilhas de custos que prevejam benefícios trabalhistas e custos de reposição de profissional ausente em função de férias que passarão a incidir apenas após o segundo ano de execução do contrato. Assim, em o contrato sendo firmado para ser executado pelo período de 02 (anos) anos os custos estimados poderão ser previstos de forma mais adequada para toda a execução contratual.

ETP-4.5. Subcontratação:

ETP-4.5.1. Itens e percentuais aplicáveis

- etp-4.5.1.1. Ao analisar o objeto e as contratações já realizadas, bem como a realidade da execução contratual, entende-se que a solução para atendimento da necessidade não deverá ser parcelada de maneira formal, pelas razões justificadas detalhadamente no item 9 neste ETP. Entretanto, entende-se que é vantajoso adotar o parcelamento material, mediante a permissão de subcontratação pelos motivos expostos abaixo.
 - etp-4.5.1.1.1. A permissão da subcontratação ampliará a competitividade, possibilitando a participação de empresas que não possuem em seu quadro de funcionários, técnicos especializados em todos os sistemas das edificações, e não prejudicará a execução contratual vez que *em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação*, nos termos do modelo de contrato disponibilizado pela AGU.
 - etp-4.5.1.1.2. De toda forma, há de se adotar mecanismos para não se desvirtuar o processo licitatório, razão pela qual, entende-se que a subcontratação somente deverá ser permitida, mediante autorização da Administração, conforme o caso, através da Fiscalização Técnica do Contrato, especialmente, para manutenção de eventuais equipamentos durante o prazo de garantia, para situações de manutenção corretiva de emergência e para serviços a serem realizados de forma periódica rotineira quando os sistemas envolvidos assim pedirem.
 - etp-4.5.1.1.3. Os serviços de manutenção supracitados, poderão ser executados diretamente pela contratada desde que comprovada a habilitação e pessoal capacitado para tal, sem ônus sobre a equipe residente. Entende-se como habilitada a empresa que possui em seus quadros:



etp-4.5.1.1.3.1. Para os sistemas de climatização: Engenheiro mecânico com capacidade técnica comprovada equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.

etp-4.5.1.1.3.2. Para os sistemas de combate a incêndio: Engenheiro ou arquiteto com comprovada habilitação em segurança do trabalho.

etp-4.5.1.1.3.3. Para os sistemas de Energia Ininterrupta e Grupo Gerador: Engenheiro Eletricista com capacidade técnica comprovada, equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.

etp-4.5.1.2. Ao todo a subcontratação será permitida até o percentual de 30%. Sendo que os serviços especializados rotineiros deverão ter subcontratação compulsória, enquanto para os sob demanda poderá ser facultativa.

ETP-4.5.2. O que não pode ser subcontratado

etp-4.5.2.1. Não poderá ser objeto de subcontratação a equipe residente e o responsável técnico.

ETP-4.6. Participação de Consórcios

etp-4.6.1.1. Trata-se de serviço de manutenção predial, e dentro, do parâmetro de serviço de engenharia, se refere a um serviço de pequeno vulto, além disso as parcelas destinadas à possível subcontratação já foram definidas. Assim a opção pelo consórcio seria desproporcional ao objeto a ser contratado, e o embaraço administrativo causado por uma gestão de contrato de uma modalidade de contratação tão peculiar não traria qualquer benefício para a Administração Pública.

ETP-4.7. Participação de Cooperativas

etp-4.7.1.1. Considerando a necessidade de contratação de parte dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não deverá ser permitida a participação de cooperativas, tendo em vista especialmente o disposto na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, que assim dispõe:

“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

ETP-4.8. Elaboração de Projeto Executivo

ETP-4.8.1. Existência de Projeto Executivo

etp-4.8.1.1. Não existe para essa contratação a necessidade de formalizar um caderno com o título Projeto Executivo, não trata-se de obra e nem de serviço especial de engenharia. A soma das peças técnicas produzidas durante a instrução processual suprem as necessidades da contratada.

ETP-4.8.2. A contratação para elaborar Projeto Executivo

etp-4.8.2.1. A pretendida contratação não é para elaborar executivo, trata-se de contratação de serviço contínuo de manutenção predial, eventuais atualizações de layout ou modificações de projetos de sistemas já possuem previsão em planilha orçamentária.

ETP-4.8.3. A instrução exaure o Projeto Executivo

etp-4.8.3.1. No tocante ao tema a Lei 14.133/21 diz o seguinte:



Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o [inciso VII do caput do art. 12 desta Lei](#), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

etp-4.8.3.2. Portanto, é necessário que os estudos preliminares, o termo de referência e o caderno de especificações, dentre outros, estejam suficientemente claros e precisos, para que não haja dúvidas quando da fase aberta da licitação. Dessa maneira e levando em conta o material produzido pela EPC, que resumidamente se constitui em Estudos Técnicos Preliminares, Planilhas Orçamentárias, Caderno de Encargos e Termo de Referência, considera-se a união desses documentos como um Projeto Executivo, que detém nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a correta execução dos serviços.

ETP-4.9. Cessão de Uso de Direitos

- etp-4.9.1.1. As soluções originais, ou propriedade intelectual que tenha como polo passivo o contrato de manutenção predial de que trata esse documento, e que venham a ser elaboradas pela contratada, serão cedidas tacitamente à Administração Pública, na figura da Polícia Federal.
- etp-4.9.1.2. O cedente não poderá proibir a vinculação da obra à Polícia Federal, restando àquele os direitos de propriedade intelectual na figura de co-autor.

ETP-4.10. Confidencialidade

- etp-4.10.1.1. Durante a vistoria das instalações, caso a licitante opte por vistoriar as edificações, será permitido o acesso a pranchas ou desenhos da edificação, porém será proibida sua reprodução, e posterior trânsito dessas informações, seja por meio digital ou analógico.
- etp-4.10.1.2. Após a assinatura do contrato poderá ser disponibilizado para a contratada, mediante Termo de Confidencialidade, pranchas, desenhos, projetos e outros documentos que possuam informações sobre as características internas das edificações, bem como os sistemas que nelas estão contidos.

ETP-4.11. Sustentabilidade:

- etp-4.11.1.1. A própria contratação do serviço de manutenção predial é uma iniciativa sustentável, uma vez que atende, em especial, dois pilares de sustentabilidade, o econômico e o ambiental. Sob o ponto de vista econômico, as edificações são um investimento da instituição e que devem ser adequadamente mantidos a fim de evitar a perda de valor econômico. Sob o ponto de vista ambiental, as edificações não podem ser tratadas como um produto descartável, pois utilizam consideráveis recursos naturais na sua produção, assim há que se adotar a adequada manutenção com o fim de atender ou prolongar a vida útil estimada do empreendimento.
- etp-4.11.1.2. Em relação ao ciclo de vida do objeto, cabe ressaltar que o serviço de manutenção predial é meio para garantir um ciclo de vida sustentável para as edificações que fazem parte do



objeto da pretendida contratação. Não há como mensurar ou criar qualquer regra de obsolescência programada para este objeto. Entretanto, tal fato, não afasta a obrigatoriedade da contratada em seguir as normas de sustentabilidade quanto à obtenção de insumos ou execução dos serviços.

etp-4.11.1.3. A empresa contratada deverá seguir critérios e práticas de sustentabilidade, conforme critérios abaixo, em especial verificados a partir do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

etp-4.11.1.3.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

etp-4.11.1.3.2. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenagem e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio (SDOs) abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:

etp-4.11.1.3.2.1. É vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs, CFC-12, CFC- 114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

etp-4.11.1.3.2.2. Quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do art. 2º e parágrafos da citada Resolução;

etp-4.11.1.3.2.3. A SDO recolhida deve ser reciclada “in loco”, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente.

etp-4.11.1.3.2.4. Quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante, licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.

etp-4.11.1.3.3. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

etp-4.11.1.3.3.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

etp-4.11.1.3.3.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição



- for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- etp-4.11.1.3.3.3.** Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.
- etp-4.11.1.3.3.4.** Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- etp-4.11.1.3.4.** Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- etp-4.11.1.3.5.** O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- etp-4.11.1.3.6.** Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- etp-4.11.1.3.6.1.** resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- etp-4.11.1.3.6.2.** resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- etp-4.11.1.3.6.3.** resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- etp-4.11.1.3.6.4.** Resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- etp-4.11.1.3.7.** Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;
- etp-4.11.1.3.8.** Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira



de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

etp-4.11.1.3.9. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

- etp-4.11.1.3.9.1.** Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;
- etp-4.11.1.3.9.2.** Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- etp-4.11.1.3.9.3.** Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;
- etp-4.11.1.3.9.4.** Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- etp-4.11.1.3.9.5.** Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) nº 6, de 3 de novembro de 1995, e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- etp-4.11.1.3.9.6.** Os equipamentos elétricos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), na classe A, nos termos da Portaria INMETRO que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade (RAC) e trata da etiquetagem compulsória do respectivo equipamento;
- etp-4.11.1.3.9.7.** A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol e das lâmpadas fluorescentes originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;
- etp-4.11.1.3.9.8.** A contratada deverá providenciar o recolhimento dos recipientes de tintas, vernizes e solventes originários da contratação, para posterior repasse às empresas industrializadoras, responsáveis pela reciclagem ou reaproveitamento dos mesmos, ou destinação final ambientalmente adequada.



etp-4.11.1.4. Além disto, a contratada deverá observar, no que couber, as normas gerais de sustentabilidade:

etp-4.11.1.4.1. Normas ABNT para sustentabilidade:

- etp-4.11.1.4.1.1. ABNT ISO/TR 14062:2004
- etp-4.11.1.4.1.2. ABNT NBR 16001:2012
- etp-4.11.1.4.1.3. ABNT NBR ISO 10002:2005
- etp-4.11.1.4.1.4. ABNT NBR ISO 10014:2008
- etp-4.11.1.4.1.5. ABNT NBR ISO 14001:2015
- etp-4.11.1.4.1.6. ABNT NBR ISO 14040:2009 Versão Corrigida:2014
- etp-4.11.1.4.1.7. ABNT NBR ISO 14044:2009 Versão Corrigida:2014
- etp-4.11.1.4.1.8. ABNT NBR ISO 26000:2010
- etp-4.11.1.4.1.9. ABNT NBR ISO 31000:2009
- etp-4.11.1.4.1.10. ABNT NBR ISO 50001:2011
- etp-4.11.1.4.1.11. ABNT NBR ISO 9001:2015
- etp-4.11.1.4.1.12. ABNT NBR ISO 9004:2010

etp-4.11.1.4.2. Legislação Ambiental e correlatas:

- etp-4.11.1.4.2.1. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente.
- etp-4.11.1.4.2.2. Lei nº 12.187/2009 – Política Nacional de Mudança do Clima.
- etp-4.11.1.4.2.3. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- etp-4.11.1.4.2.4. Lei nº 12.349/2010 – Alterou o artigo 3º da Lei nº 8.666/93.
- etp-4.11.1.4.2.5. Decreto nº 10.024/2019 – Regulamenta o pregão eletrônico.
- etp-4.11.1.4.2.6. Decreto nº 2.783/1998 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio.
- etp-4.11.1.4.2.7. Decreto nº 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93.
- etp-4.11.1.4.2.8. Decreto nº 5.940/2006 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal
- etp-4.11.1.4.2.9. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional.
- etp-4.11.1.4.2.10. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 10, de 12/11/2012 – Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências.



- etp-4.11.1.4.2.11.** Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 2017 – Dispõe sobre regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal.
- etp-4.11.1.4.2.12.** Instrução Normativa SEGES/ME nº 1, de 2019 - Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.
- etp-4.11.1.4.2.13.** Portaria nº 61 – MMA, de 15/05/2008 – Estabelece práticas de sustentabilidade ambiental nas compras públicas.
- etp-4.11.1.4.2.14.** Portaria nº 43 – MMA, de 28/01/2009 – Proíbe o uso de amianto em obras públicas e veículos de todos os órgãos vinculados à administração pública.
- etp-4.11.1.4.2.15.** Portaria nº 23, - MPOG, de 12/02/2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços.

ETP-4.12. Comprovação de Capital

- etp-4.12.1.1.** Deverá ser exigida a comprovação mínima de 5% de Capital Mínimo sobre o valor total da contratação, ressaltando que tal valor refere-se a um contrato de prestação continuada cuja vigência é de 24 meses.

ETP-4.13. Garantia da Contratação

ETP-4.13.1. Garantia de Execução

- etp-4.13.1.1.** Deverá ser exigida a garantia da contratação (garantia de execução), tendo em vista que a natureza dos serviços, bem como a existência de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, requerem que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas, adotando-se o percentual de 5% previsto como regra no art. 96, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.

ETP-4.13.2. Seguro garantia

- etp-4.13.2.1.** Faculta à contratada a opção pelo seguro garantia desde que explícito em contrato.

ETP-4.14. Garantia dos Bens e Serviços

ETP-4.14.1. Garantia quinquenal

- etp-4.14.1.1.** A garantia quinquenal dos serviços, fornecida pela contratada, será aplicada para os itens que incluam intervenções de alvenaria, hidráulica+alvenaria e elétrica+alvenaria, sejam cosméticas ou estruturais, a contar do recebimento definitivo do serviço, na forma do Art 618 do Código Civil.

Art 618 da Lei 10.406/02

Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo.

Parágrafo único. *Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito*



ETP-4.14.2. **Garantia Legal Código Consumidor**

etp-4.14.2.1. A garantia legal para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas será aquela estipulada pela Lei 8078/90.

ETP-4.14.3. **Garantia Contratual dos Serviços**

etp-4.14.3.1. A garantia contratual para peças, materiais, equipamentos, mecanismos ou ferramentas soma-se à garantia legal em um período de 9 meses, fazendo um total de 12 meses de garantia contratual.

ETP-4.14.4. **Garantia Estendida**

etp-4.14.4.1. Não será exigida garantia estendida para os materiais aplicados, ou para os serviços executados.

ETP-4.15. **Software de Gerenciamento**

etp-4.15.1.1. Um ponto crucial no planejamento das contratações, para avaliação da execução dos contratos, e para a própria avaliação das manutenções das edificações, é a disponibilidade de dados históricos da manutenção. Atualmente tais dados não podem ser obtidos de forma célere ou com grau de certeza adequado da exatidão dos dados, seja pela ausência de software adequado que disponibilizaria histórico de peças e materiais utilizados nos últimos anos, em contratos anteriores sob responsabilidade da SR/PF/MS, seja porque o contrato atual não prevê a disponibilização destas informações de uma forma estruturada.

etp-4.15.1.2. Com o avanço da tecnologia da informação, atualmente é possível encontrar no mercado diversos softwares para a gestão da manutenção, que entre outros se propõem a: planejar e programar a manutenção preventiva; gerenciar ordens de serviço com eficiência; gerenciar estoque de peças de reposição; melhorar a produtividade; reduzir os custos de reparo; garantir a conformidade da manutenção com os padrões regulamentares; otimizar a gestão de performance; entre outros.

etp-4.15.1.3. Assim, com a finalidade de atingir os objetivos supracitados, bem como criar um banco de dados que possa fundamentar a tomada de decisões, à exemplo da contratação por postos ou demandas, da estimativa das quantidades de peças e materiais, além do conhecimento da realidade dos ativos imobiliários da SR/PF/MS, para a contratação pretendida a empresa contratada deverá disponibilizar um sistema de gerenciamento de manutenção para registrar de forma on line todas as atividades de manutenção realizadas, incluindo aquelas realizadas pela equipe residente.

etp-4.15.1.4. Ao final do contrato a base de dados do software de gerenciamento de manutenção deverá ser entregue à CONTRATANTE em meio digital compatível com sistemas de banco de dados para aplicativos Windows.

ETP-4.16. **Transição Contratual e Encerramento**

ETP-4.16.1. **Obrigatoriedade da transição contratual**

etp-4.16.1.1. Em qualquer caso de extinção do contrato deverá a Contratada promover a adequada transição do contrato, considerando os aspectos legais, a transferência de recursos, pessoas e conhecimento, a fim de evitar a interrupção na prestação dos serviços.

etp-4.16.1.2. O Gestor da execução do Contrato deverá elaborar o relatório final de que trata a [alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com as informações obtidas durante a execução do contrato, a fim de relatar a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

etp-4.16.1.3. No prazo de 08 (oito) meses, antes da previsão do encerramento do contrato, seja pelo esgotamento do prazo ou pela possibilidade de rescisão antecipada, prevista no



inciso III do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, o Gestor da execução do Contrato deverá iniciar procedimento com vista ao início de novo processo de contratação, anexando em especial versão preliminar do relatório previsto no item anterior.

ETP-4.16.2. Transferência de conhecimento

etp-4.16.2.1. Para os equipamentos, sistemas e mecanismos adquiridos ou adaptados durante o contrato, ou ainda para aquelas soluções originais elaboradas pela contratada e sempre que a especialização assim determinar, deverá haver transferência de conhecimento para operação e controle desses novos aparatos.

ETP-4.16.3. Manual de operações

etp-4.16.3.1. O manual de operações não refere-se ao escopo da própria contratação, contudo é item inerente à aquisição de novos insumos, os quais, quando a especialização assim exigir deverão trazer consigo o respectivo manual de operações.

ETP-4.17. Requisitos de Qualificação Técnica:

Conforme exigências da lei 14.133/21 que diz:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por



cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prova de que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

e ainda o inciso IX Art 18 da mesma lei:

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R28
R29
R42

ETP-4.17.1. Registro na entidade profissional

- etp-4.17.1.1. A Contratada deverá estar registrada no CREA/CONFEA pelos motivos expostos abaixo.
- etp-4.17.1.2. Conforme destacado no inciso V do Art. 67 da Lei 14.133 exige-se, a depender do caso, registro ou inscrição na entidade profissional competente.
- etp-4.17.1.3. O objeto da pretendida licitação trata de serviço comum de engenharia, embora seja “comum”, não exige a responsabilidade técnica do executor do serviço. Sendo assim a empresa, pessoa jurídica a ser contratada deverá possuir inscrição na entidade fiscalizadora do exercício da profissão, que para a contratação que se pretende celebrar restringe-se ao CREA/CONFEA, pois o responsável técnico deverá obrigatoriamente ser um Engenheiro.

ETP-4.17.2. Capacidade técnica operacional

- etp-4.17.2.1. A contratada deverá comprovar que possui capacidade técnica operacional para execução do contrato, mediante comprovação de que já executou contrato de manutenção predial, em edificação com no mínimo 3.683m².
- etp-4.17.2.2. Para a comprovação técnica-operacional vale destacar o Artigo 67 da Lei 14.133:

“Art 67 A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

[...]

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#).”



[...]

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

*§ 2º Observado o disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados*

- etp-4.17.2.3. Nesse sentido, para o contrato que se pretende celebrar, será exigida capacidade técnica operacional para 50% das parcelas mais relevantes do objeto, levando-se em conta que a unidade de medida para mensurar tal atestado é a *área*.
- etp-4.17.2.4. Considerando que todas as edificações fazem parte do objeto da contratação, mas que na verdade são independentes e seus sistemas não se relacionam, seria equivocado fazer o somatório dessas áreas com a finalidade de exigir capacidade técnica.
- etp-4.17.2.5. Definiu-se assim que a área de maior intervenção será utilizada como base para calcular a capacidade técnica pois se há a habilitação para uma edificação de área de maior não exige-se para outra de área menor.
- etp-4.17.2.6. Sendo assim, valendo-se da maior área (parcela de maior relevância) $7.366\text{m}^2 \times 0,50$ obteve-se o resultado de 3.683m^2 para comprovação de capacidade técnica operacional para serviços de manutenção predial.
- etp-4.17.2.7. Para efeitos de comprovação serão aceitos:
 - etp-4.17.2.7.1. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
 - etp-4.17.2.7.2. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- etp-4.17.2.8. Não serão admitidos somatórios para efeitos de comprovação de capacidade técnica operacional.

ETP-4.17.3. Capacidade técnica profissional (do responsável técnico):

- etp-4.17.3.1. Valendo-se do raciocínio anterior, para a capacidade técnica profissional será exigida a mesma comprovação de área, 13.793m^2 , ou ainda, serviço de manutenções industriais ou comerciais, entrada de energia ou manutenções em rede de energia equivalente a 300 kVA, referente a 50% da entrada de energia da maior edificação.
- etp-4.17.3.2. Para efeitos de comprovação serão aceitos:
 - etp-4.17.3.2.1. Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA.
 - etp-4.17.3.2.2. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- etp-4.17.3.3. Será admitido o somatório de até 2 (dois) atestados para efeitos de comprovação de capacidade técnica profissional.

ETP-4.18. Regime de Execução Indireta:

ETP-4.18.1. Tipo de Empreitada

- etp-4.18.1.1. Considerando que a contratação envolve diferentes tipos de manutenção e materiais, todas necessárias à adequada manutenção das edificações, na descrição da solução como um todo consta a divisão realizada por itens para que seja possível a adequada disputa de preços na licitação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para à Administração,



bem como a adequada contraprestação conforme as características dos serviços contratados e efetivamente executados.

ETP-4.18.2. **Empreitada por Preço Global**

etp-4.18.2.1. Para os itens 1 - Supervisão Técnica e 2 - Equipe Residente, é possível a mensuração dos serviços e insumos que compõem a contratação, sendo portanto, mais adequado que sejam contratados para serem executados no regime de empreitada por preço global.

ETP-4.18.3. **Empreitada por Preço Unitário**

etp-4.18.3.1. Para os demais serviços e para os materiais a serem utilizados pela equipe residente, não é possível definir com exatidão a quantidade necessária, nem tão pouco as atividades que serão necessárias durante a execução, assim, a contratação será por demanda e deverá ser executada no regime de empreitada por preço unitário.

ETP-4.18.4. **Subestimativas ou Superestimativas Relevantes**

etp-4.18.4.1. Como regra geral, mas sempre justificado, admite-se aditivo em contratos regidos por qualquer regime que não seja contratação integrada ou semi integrada.

etp-4.18.4.2. Neste contexto, verifica-se situações que a possibilidade de celebração de aditivos em EPG dividem-se em dois grupos:

etp-4.18.4.2.1. Alterações de projeto propostas pela administração, fatos imprevisíveis e demais situações, em que é obrigatória a celebração de termo aditivo ao contrato de obra pública, respeitados os limites legais;

etp-4.18.4.2.2. Alterações contratuais decorrentes de erros de orçamentação, projetos ou quantitativos, em que se devem considerar os riscos que envolvem os contratos administrativos, sendo divididos, doutrinariamente, em álea ordinária e álea extraordinária (subdivididos em áleas administrativa e econômica).

etp-4.18.4.3. Em relação a esses conceitos, pode-se dissertar conforme o Acórdão TCU n. 1977/2013-Plenário:

"68. A álea ordinária corresponde aos riscos normais de qualquer empreendimento e que devem ser suportados pelo contratado, como é o caso das pequenas variações de quantitativos, não. ensejando qualquer cobertura por parte do contratante, nos casos em que o contrato é celebrado no regime de preço global. A jurisprudência é pacífica ao atribuir o ônus das áleas ordinárias ao contratado [Por exemplo, o Acórdão nº 2005/0066286-7 de Superior Tribunal de Justiça, 2ª Turma, 17 de Abril de 2008 RECURSO ESPECIAL Nº 744.446 - DF (2005/0066286- 7)RELATOR:MINISTRO HUMBERTO MARTINS]. Caso se permitisse a revisão pretendida, estar-se-ia beneficiando a contratada em detrimento dos demais licitantes que, agindo com cautela, apresentaram propostas coerentes com os ditames do mercado e, talvez por terem quantificado criteriosamente todos os serviços previstos no projeto, considerando-os em suas propostas, não apresentaram valor mais atraente.

69. A álea administrativa corresponde aos atos da administração, não como parte da relação contratual, mas sim como ente no exercício de seu poder extroverso (nos dizeres de Marçal Justen Filho), de imperium. A tais situações se aplica a teoria do fato da administração, o que acarreta integral indenização pelo contratante, uma vez que, por ato da Administração, houve desequilíbrio na equação econômico-financeira gerando indevido ônus ao contratado, o qual não deve ser por ele suportado.

70. A álea econômica corresponde a fatos globalmente considerados, conjunturais, naturais, cuja etiologia acaba por ser desconhecida, tais como as crises econômicas, desastres naturais e oscilações de câmbio. A tais situações se aplica a teoria da imprevisão, ensejando a partilha entre o contratante e o contratado dos prejuízos decorrentes de tais fatos. São situações às quais os contraentes não hajam dado causa e que provocam profundo desequilíbrio da equação econômico-financeira, acabando por tornar extremamente onerosa a execução do contrato para uma das partes.



71. Dessa forma, as grandes variações dos quantitativos, decorrentes de erros ou omissões nos orçamentos que não pudessem ser detectados pelas licitantes, podem ser considerados como álea extraordinária, enquadrando-se na teoria da imprevisão."

etp-4.18.4.4. Salienta-se, oportunamente, da necessidade da definição dos seguintes conceitos:

etp-4.18.4.4.1. subestimativas relevantes: quantitativos relevantes subestimados no orçamento base da licitação, omissões perceptíveis (entendidas como itens que estariam incluídos no serviço contratado por uma exigência lógica do próprio serviço ou pela inclusão em qualquer outro item do projeto básico: projetos, especificações, memoriais, etc);

etp-4.18.4.4.2. superestimativas relevantes: quantitativos superestimados que comprometam a observância aos princípios da economicidade, moralidade e probidade administrativas devem sofrer alteração contratual para reduzir os quantitativos inadequados, ajustando o montante total ao valor real, caracterizando superfaturamento de obras públicas e configurar ato de improbidade administrativa.

etp-4.18.4.5. Para o fato concreto deve-se demonstrar que a subestimativa do quantitativo não é mera álea ordinária ou empresarial, presente em qualquer tipo de negócio, pois trata-se de risco que todo empreendedor corre por desenvolver atividade econômica no mercado (instável por própria natureza), e que, previsível, deve ser suportado exclusivamente pelo particular. Percebe-se que alterações nos quantitativos de serviços, por si só, não constituem hipóteses de álea extraordinária senão quando decorridos de algum evento imprevisível ou, se previsível, incalculável, cuja natureza inegavelmente fática torna imperiosa sua comprovação (Acórdão TCU n. 1977/2013-Plenário).

etp-4.18.4.6. Para os casos em que houve subestimativa relevante dos quantitativos de alguns serviços e a contratada pleiteie aditivo por acréscimo de quantitativos ou inclusão de serviços novos, em regra os aditivos são vedados, pelo motivo de tal fato se constituir álea ordinária.

etp-4.18.4.7. No caso de superestimativas relevantes, em que os quantitativos foram superestimados, a Administração Pública deve, de ofício, promover sua adequação mediante celebração de aditivo contratual. Admite-se que a contratada pleiteie a não redução do valor global do contrato comprovando haver outros serviços cujos quantitativos estão subestimados, promovendo-se a compensação entre os montantes financeiros.

etp-4.18.4.8. Neste contexto, segundo a Orientação Técnica n. 04/2011 do Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos, seguindo padrões internacionais (ICEC - International Cost Engineering Council), **indica uma margem de erro de um orçamento de referência de aproximadamente 5%** (cinco por cento) para um Projeto Básico quando caracterizada uma situação de utilização de EPG, ou seja: com todas as informações necessárias para a confecção de uma planilha orçamentária detalhada e disponíveis. Assim, esse parâmetro será utilizado neste processo como critério médio de variação de risco de cada etapa do projeto.

etp-4.18.4.9. **Caso seja ultrapassado o limite supracitado, pode ser efetuado aditivo contratual, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, o limite máximo de tolerância de até 25% do valor total dispensado para a parcela destinada a Empreitada por Preço Global do contrato, previsto no art. 13, inciso II, do Decreto n. 7.983, de 2013, em prestígio ao princípio da segurança jurídica.**

etp-4.18.4.10. Nesse sentido segue abaixo tabela com as tolerâncias permitidas:



RISCO	DEFINIÇÃO	IMPACTO (Alto, Médio ou Baixo)	ALOCÇÃO (Contratado, Contratante ou compartilhado)
Erros nos quantitativos dos serviços da faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Subestimativas superiores a 10%	Alto	Contratante
	Superestimativas superiores a 10%	Alto	Contratado
Erros nos quantitativos dos serviços das faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária	Subestimativas ou Superestimativas de qualquer valor	Baixo	Compartilhado
Alteração nos quantitativos ou inclusão de novos itens por revisão de projetos e especificações.	Alteração nos custos devido a revisão de projeto e especificação emitida pela Contratante	Médio	Contratante
Serviços previstos nos projetos e especificações, mas não contemplados na planilha orçamentária	Serviços cujos valores se enquadrem na faixa A (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Alto	Contratante
	Serviços cujos valores se enquadrem nas faixas B e C (Metodologia ABC) da planilha orçamentária.	Baixo	Contratado

ETP-4.19. Matriz de Riscos Para o Contrato:

- etp-4.19.1.1. É facultativa a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, no contrato, para a presente contratação. Tendo em vista se tratar de serviço contínuo de manutenção predial, onde as intervenções são de pequeno vulto. Além disso, tal dispositivo é obrigatório apenas em contratações integradas ou semi-integradas. Ainda assim, deverão ser definidas e explicitadas as regras para o caso de equilíbrio financeiro sempre que a continuidade do contrato assim exigir. Resta esclarecer ainda que a Matriz de Alocação de Risco difere da Matriz de Riscos da contratação, visto que esta vai anexa à instrução processual, enquanto aquela é parte do contrato.

ETP-5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar

ETP-5.1. Análise de Alternativas

- etp-5.1.1.1. A prospecção de mercado consiste em buscar soluções semelhantes às pretendidas nesta licitação, e que tenham em comum os mesmos problemas. Verificado o problema, qual seja, manter as edificações (objeto desta licitação) e sistemas que as compõem, deve-se



verificar quais as possíveis soluções, que no universo da administração pública desdobram-se em uma variedade de tipos de contratação a saber:

- etp-5.1.1.1.1. Contratação de posto de trabalho fixo para cada local;
- etp-5.1.1.1.2. Catálogo de serviços para cada item a ser mantido;
- etp-5.1.1.1.3. Gestão de condomínios (Facility);
- etp-5.1.1.1.4. Contratações separadas para cada sistema e/ou subsistema da edificação, ex: climatização, gerador de energia, ponte rolante, etc;
- etp-5.1.1.1.5. Contratação de empresa para fornecer serviço de manutenção por evento; entre outros.

etp-5.1.1.2. Isto posto, deve-se adequar os tipos de contratação à realidade das edificações, bem como o manejo dos contratos provenientes dessas contratações, de maneira que haja um equilíbrio entre a rigidez do empenho do dinheiro público e a flexibilidade que o serviço de manutenção exige, visto o elevado grau de imprevisibilidade de tal tipo de serviço. Sendo assim passou-se a prospecção que pode ser verificada na Planilha da Administração, na aba PAINEL DE PREÇOS.

etp-5.1.1.3. Da pesquisa em painel de preços verificou-se que:

- etp-5.1.1.3.1. A pesquisa é apenas uma amostra qualitativa, possui um universo reduzido frente ao volume de contratações existentes, sendo ideal que fosse feita uma revisão histórica mais aprofundada.
- etp-5.1.1.3.2. A amostragem foi feita de forma aleatória valendo-se como parâmetro de busca a região sul e centro-oeste do país, em edificações com ocupação e finalidade similares, ou seja, repartições públicas com desenho interno predominante para salas de escritório.
- etp-5.1.1.3.3. Da amostra verifica-se que as licitações valeram-se de mão de obra residente, serviços sob demanda, serviços especializados e relação de peças e materiais (insumos) para mensurar a previsão de recursos a ser alocado para a contratação.
- etp-5.1.1.3.4. Verificou-se que além dos profissionais habilitados, exige-se a contratação, alocada por unidade de medida (hora, dia ou mês), de responsável técnico, seja engenheiro ou arquiteto.
- etp-5.1.1.3.5. Em todas as licitações pesquisadas está incluso o fornecimento de materiais e insumos necessários à execução dos serviços de manutenção predial;
- etp-5.1.1.3.6. Em relação ao custo das contratações das licitações pesquisadas, verifica-se que a relação recurso/área ficou em:

valor total da pesquisa	área total m ²
R\$ 8.968.886,60	101.066,04
m ² de manutenção	R\$ 88,74

etp-5.1.1.3.7. Já para a contratação que se pretende celebrar essa relação ficou em:

valor nova contratação	área total m ²
R\$	
2.670.595,29	28.681,34
m ² de manutenção	R\$ 93,11

etp-5.1.1.3.8. Sendo assim, verifica-se que a pretendida contratação está 5% mais onerosa que a média verificada na pesquisa em Painel de Preços. Isso se justifica pelo alto nível de



obsolescência da edificação sede da PF no MS, que necessita de mais manutenção e com maior frequência.

- etp-5.1.1.3.9. Cabe ressaltar que não há como saber o nível de deterioração das edificações envolvidas na pesquisa, o que influencia diretamente na quantidade de recursos alocados.

ETP-5.1.2. Solução mais vantajosa

- etp-5.1.2.1.1. Verificada a prospecção de dados no sistema painel de preços, parece razoável a contratação de manutenção predial de forma aglutinada, por meio de uma modelagem híbrida que racionaliza os recursos financeiros e privilegia os sistemas a serem mantidos. Impedindo assim que mão de obra seja alocada apenas pela quantidade serviço ou pelo tamanho da edificação, mas também pelo aspecto qualitativo da demanda e dos sistemas envolvidos.
- etp-5.1.2.1.2. As demais justificativas para este tipo de contratação encontram-se ao longo deste ETP.

ETP-6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R06
R07
R09

ETP-6.1. O que fazer?

- etp-6.1.1.1. A solução como um todo contempla a contratação de serviços contínuos de operação, supervisão, assessoramento técnico, manutenção preventiva, corretiva, preditiva e emergencial, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, nos sistemas, equipamentos e instalações prediais, inclusive dos espaços de treinamento policial, pertencentes à Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul, localizados no município de Campo Grande, bem como nas suas unidades subordinadas localizadas nos municípios de Corumbá/MS, Dourados/MS, Naviraí/MS, Ponta Porã/MS e Três Lagoas/MS.
- etp-6.1.1.2. Desta forma a solução de manutenção predial atenderá aos diversos tipos de manutenções necessárias para a adequada manutenção das edificações e seus respectivos sistemas, que deverão ser realizadas de forma coordenada.
- etp-6.1.1.3. A ABNT NBR 5674:2014 informa que *o programa de manutenção deve especificar se os serviços devem ser realizados por empresa capacitada, empresa especializada ou equipe de manutenção local*, e dá a seguinte definição para estes agentes:

3.2. empresa capacitada: organização ou pessoa que tenha recebido capacitação, orientação e responsabilidade de profissional habilitado e que trabalhe sob responsabilidade de profissional habilitado



3.3. empresa especializada: organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnicas específicas

3.4. equipe de manutenção local: pessoas que realizam diversos serviços, tenham recebido orientação e possuam conhecimento de prevenção de riscos e acidentes

ETP-6.2. Quem vai fazer?

etp-6.2.1.1. A equipe técnica entende necessária a utilização de mão de obra residente (equipe de manutenção local) para todas as unidades da PF no Estado, pois é de conhecimento da Administração a dificuldade em conseguir prestadores de serviço terceirizados, principalmente nas unidades no interior do Estado, para a realização de serviços pequenos e sem grande retorno financeiro às empresas subcontratadas. Somados a isso, analisando os contratos anteriores de manutenção predial, verificou-se que a maior quantidade das demandas de manutenção predial são relacionadas à serviços elétricos/civis de pequena complexidade, tais como: substituição de lâmpadas queimadas, instalação de novos pontos de rede e tomadas elétricas, modificação de divisórias, conserto de mobiliário, conserto de encanamentos hidráulicos, dentre outros. Logo, conclui-se que um posto fixo de mão de obra resolverá a grande maioria dos chamados com maior agilidade e eficácia do que subcontratando empresa terceirizada a cada novo chamado.

etp-6.2.1.2. Entretanto, não há como a manutenção da edificação e de todos os seus sistemas ser realizada na totalidade apenas pela equipe local, necessitando ainda a contratação de serviços que vão além da capacitação e disponibilidade da equipe residente, bem como de serviços especializados para os diversos sistemas que compõem as edificações.

etp-6.2.1.2.1. Ainda, considerando o volume de trabalho previsto no edifício sede da SR/PF/MS e descentralizadas, bem como a logística de execução do contrato, a equipe residente deverá executar atividades para as quais possui habilitação e capacitação, para as outras deverão ser realizadas por meio de serviços contratados sob demanda e especializados.

etp-6.2.1.3. Para todas as unidades, a área técnica entende necessária a contratação de supervisão técnica, que deverá ser realizada por profissional habilitado, e que deverá atuar de forma residente no edifício sede da SR/PF/MS, conforme horas estipuladas neste ETP.

etp-6.2.1.4. Ainda será necessário o fornecimento de todos os materiais, peças e insumos necessários à prestação dos serviços, que deverá ser fornecido pela empresa contratada a fim de evitar interrupções e problemas com a garantia dos serviços. A prática do fornecimento conjunto dos materiais é justificada no decorrer do presente estudo e pode ser verificada na totalidade das contratações da Administração Pública estudadas e relacionadas no item 5 - Levantamento de Mercado.

etp-6.2.1.5. Ainda a utilização de postos de trabalho leva em consideração o contido no Acórdão 2339/2016-TCU, que em abordagem acerca dos modelos de contratação de manutenção predial trouxe a seguinte redação:

"59.4.2. Nesse modelo de contrato, a organização deve avaliar quais tipos de postos de trabalho são utilizados por mais tempo no âmbito da contratante (o que justificaria a contratação do posto de trabalho, pois seria menos oneroso) e quais postos são utilizados apenas eventualmente, de forma que não se justifica a presença desse profissional em tempo integral (sendo que o pagamento seria apenas por aquele período que o profissional esteve na organização e por aquele serviço específico)."

etp-6.2.1.6. Assim, a modelagem proposta para contratação por postos e não somente por resultados para o Edifício Sede da SR/PF/MS e todas as suas subordinadas no Estado leva em conta todo o material já detalhado, reforçando em especial o histórico da contratação anterior, além do tamanho e complexidade da edificação.



- etp-6.2.1.7. A previsão de horas de profissionais na Planilha da Administração tem por objetivo considerar os eventuais serviços prestados por esses profissionais que não exigem insumos para a sua execução, tais como: a contratação de serviço de marceneiro para ajustar a altura de uma porta e cortar/remover uma pequena faixa da parte inferior danificada por água; a contratação do serviço de pintura a ser executado com material recebido em doação; remoção dos vidros de uma janela guardada em depósito e substituição em uma em uso com vidro quebrado; e outras diversas situações que podem exigir a contratação de serviço sem utilização de material ou mesmo material diverso daquele já listado.
- etp-6.2.1.8. Em qualquer caso, os serviços sob demanda deverão ser cobrados considerando o valor da composição e unidade de medida da SINAPI, aplicado o desconto ofertado na licitação.
- etp-6.2.1.9. Ressalta-se que o tema “a possibilidade da contratação de manutenção predial nas unidades da Polícia Federal na modalidade “postos de trabalho + materiais + serviços” já foi objeto de análise, no Processo 08389.005972/2020-47, conforme o questionamento da CGPLAM/DLOG/PF, no documento SEI 19571873. Nesse contexto, o Grupo Técnico de Edificações e a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização da Polícia Federal sustentam que o modelo proposto pela e-CJU, de realizar 03 (três) licitações distintas é ineficiente, sobretudo porque:
- etp-6.2.1.10. “há um aumento desnecessário dos custos administrativos com a realização das licitações, bem como com a gestão desses contratos, especialmente nos momentos das renovações, prorrogações, reajustes e repactuações, exame de documentos, processos de pagamentos, etc; o fornecimento de materiais e insumos, em separado, se mostra inadequado às necessidades do dia a dia de uma manutenção predial;”
- etp-6.2.1.11. No mesmo documento (19571873), tal matéria fora abordada demonstrando em termos práticos que “o modelo proposto pela CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU tornaria um simples reparo de uma tubulação rompida, em um procedimento ineficiente e trabalhoso.” Tal apontamento também está presente no PARECER n. 00875/2021/CONJUR-MJSP/CGU/AGU, documento 19931375, do processo supracitado.
- etp-6.2.1.12. As premissas para contratação por posto trabalho em contraponto à demanda, seja na administração pública ou privada levam em conta não somente o valor dos serviços, mas também a vantajosidade em optar por uma ou outra abordagem, sempre levando em consideração, ao menos, os seguintes fatores:
- etp-6.2.1.12.1. Tempo médio de reparo;
 - etp-6.2.1.12.2. Tempo médio de ociosidade;
 - etp-6.2.1.12.3. Valor do ticket médio dos serviços;
 - etp-6.2.1.12.4. Quantidade de rotinas para manutenção preventiva;
 - etp-6.2.1.12.5. Condições de uso e taxa de ocupação da edificação;
 - etp-6.2.1.12.6. Condições atuais de manutenção dos sistemas e;
 - etp-6.2.1.12.7. Ciclo de vida da edificação.
- etp-6.2.1.13. Lançando mão dessas premissas, consegue-se inferir um juízo de valor a respeito de qual abordagem será a mais indicada.
- etp-6.2.1.14. Após exaustiva pesquisa em literatura especializada não foi possível encontrar, em língua pátria, números que indiquem a quantidade de tempo dispensada para os serviços de manutenção predial e tampouco a taxa de ociosidade aceita para os postos de trabalho.
- etp-6.2.1.15. Por outro lado, o Termo de Referência, por meio do Caderno de Encargos, já identifica e planifica as rotinas de manutenção preventiva que deverão ser realizadas para os sistemas e subsistemas da edificação e que, por si só, já ocupam horas de trabalho diário.
- etp-6.2.1.16. Além disso, deve-se considerar quantas pessoas fazem uso da edificação, pois maior número de pessoas denotam maior uso, seja de uma torneira, climatizador ou mesmo uma porta que se abre e fecha de forma intermitente várias vezes ao dia.
- etp-6.2.1.17. Por fim, cabe à área técnica avaliar o estado em que se encontra a manutenção da edificação levando em consideração a idade do imóvel. O ciclo de vida útil de um prédio



público é de 50 anos e, durante todo esse período, ele haverá de ser mantido, sempre respeitando a curva de obsolescência da edificação, ou seja, uma edificação com 5 anos de construção gastará menos com manutenção do que outra com 20 anos.

- etp-6.2.1.18.** Ainda, durante esse ciclo haverão colapsos em vários dos sistemas, a hidráulica se romperá, a climatização irá parar de funcionar, a fachada irá se decompor, entre outros. Portanto, sabendo das condições e do regime de trabalho dos sistemas a serem mantidos, é possível escolher a melhor abordagem, seja por eventualidade, por posto de trabalho ou mesmo de forma híbrida.
- etp-6.2.1.19.** É importante lembrar que os serviços a serem realizados pelo posto de trabalho, caso ele não exista, deverão, obrigatoriamente, ser contemplados na cesta de serviço (por demanda), ou seja, é uma transferência de passivo de uma planilha para outra, que, a depender da quantidade vezes que essas demandas ocorrerão poderá onerar o contrato de maneira desproporcional.
- etp-6.2.1.20.** Dessa maneira, escolheu-se um modelo híbrido de contratação, na tentativa de manter um equilíbrio entre o posto de trabalho e a demanda a ser contratada eventualmente, o que pode ocorrer por conta da urgência da intervenção, da taxa de ocupação da equipe residente ou mesmo do grau de especialidade do serviço.

ETP-6.3. Como fazer?

- etp-6.3.1.1.** Destaca-se novamente a exigência de que a empresa a ser contratada disponibilize um software de gerenciamento da manutenção, que possibilite o registro de chamados e de atividades desenvolvidas, inclusive para gerenciamento das atividades desenvolvidas pela equipe residente.
- etp-6.3.1.2.** Assim, a solução como pretendida engloba a contratação de serviços que deverão ser executados sob o regime de empreitada global e serviços que deverão ser executados sob o regime de empreitada unitário, conforme tabela abaixo:

Item	Serviços	Mão de Obra	Regime de Execução	Localidade da Prestação dos Serviços	Critério de Julgamento
1	Serviços de Supervisão Técnica - responsável todas as Edificações	1 - Engenheiro (Residente - CAMPO GRANDE)	Empreitada por Preço Global	Campo Grande/MS	Menor Preço Global
2	Equipe Residente	4 Oficiais Eletricistas 1 Oficiais Pedreiros 6 Oficiais de Manutenção 1 Almojarife 1 Auxiliar de Almojarifado	Empreitada por Preço Global	Campo Grande/MS Corumbá/MS Dourados/MS Naviraí/MS Ponta Porã/MS Três Lagoas/MS	Menor Preço Global
3	Serviços Especializados - Rotinas de Manutenção	Subcontratação Especializada	Empreitada por Preço Unitário	Campo Grande/MS Corumbá/MS Dourados/MS Naviraí/MS Ponta Porã/MS Três Lagoas/MS	Maior desconto sobre a Tabela SINAPI



Serviços			Campo Grande/MS	
4	Especializados - Sob Demanda - incluindo o fornecimento de peças e materiais	Subcontratação Especializada	Empreitada por Preço Unitário	Corumbá/MS Dourados/MS Naviraí/MS Ponta Porã/MS Três Lagoas/MS Maior desconto sobre a Tabela SINAPI
5	Serviços Gerais - Sob Demanda - incluindo o fornecimento de peças e materiais		Empreitada por Preço Unitário	Campo Grande/MS Corumbá/MS Dourados/MS Naviraí/MS Ponta Porã/MS Três Lagoas/MS Maior desconto sobre a Tabela SINAPI
6	Peças e Materiais - Sob Demanda		Empreitada por Preço Unitário	Campo Grande/MS Corumbá/MS Dourados/MS Naviraí/MS Ponta Porã/MS Três Lagoas/MS Maior desconto sobre a Tabela SINAPI

- etp-6.3.1.3. Para os itens 4, 5 e 6, considerando que não é possível prever com precisão todos os serviços e materiais que serão necessários durante o período da contratação, opta-se por licitar com critério de julgamento de maior desconto sobre a tabela SINAPI.
- etp-6.3.1.4. Para os itens 4 e 5, as estimativas foram realizadas utilizando-se composições de serviços e materiais, considerando que as atividades não serão realizadas por equipe residente.
- etp-6.3.1.5. A estimativa do item 6 considera os materiais a serem utilizados pela mão de obra residente na SR/PF/MS e todas suas unidades subordinadas.
- etp-6.3.1.6. A descrição das atividades e materiais, dos itens 4, 5 e 6, constantes na Planilha da Administração, Anexo deste ETP, são orientativas para a formulação do valor de referência da licitação. A relação é apenas estimativa, não sendo exaustiva, podendo a Contratante se utilizar de qualquer dos itens presentes na planilha referencial do SINAPI e suas composições para a perfeita execução dos serviços necessários.
- etp-6.3.1.7. Ainda, durante a execução contratual, para os serviços e materiais que não constem da tabela SINAPI, a Contratada deverá apresentar no mínimo 3 (três) orçamentos válidos, excluindo-se, após tratamento estatístico, os assim considerados excessivamente elevados ou inexequíveis.
- etp-6.3.1.7.1. Considera-se uma cotação excessivamente elevada aquela que ultrapassar 25% da média de todas as cotações analisadas.
- etp-6.3.1.7.2. Considera-se uma cotação inexequível aquela que for menor que 25% da média de todas as cotações analisadas.
- etp-6.3.1.7.3. Sempre deverão haver ao menos 3 cotações válidas após o tratamento estatístico, a partir das quais será extraída a mediana.
- etp-6.3.1.8. Extraída a mediana das cotações válidas, aplica-se o desconto ofertado na licitação, para os itens julgados pelo menor preço unitário (itens por demanda, evento, ou insumos).
- etp-6.3.1.8.1. A Contratante poderá realizar pesquisa complementar, caso julgue necessário, situação em que a pesquisa deverá ser considerada pela Contratada para definição do valor a ser cobrado.



- etp-6.3.1.9. Para todos os itens há a incidência de BDI, nos termos do art. 9º do Decreto 7983/2013, conforme justificativa da área técnica e cálculos constantes no Anexo deste ETP - Composição dos BDIs Referenciais.
- etp-6.3.1.10. As estimativas para os serviços e as quantidades, que fazem parte da Planilha da Administração foi realizada tendo como base contratações anteriores de outras unidades (de manutenção predial), tendo em vista a ausência de histórico de manutenções para diversas edificações abrangidas. Dessa maneira, criou-se uma razão entre as áreas das edificações objeto desta licitação e a estimativa de serviços por ela demandadas.
- etp-6.3.1.11. Assim sendo, resumiu-se o universo de possíveis demandas corretivas, visto que para as preventivas já existe um planejamento baseado em rotinas, proporcionando um nível adequado e satisfatório de previsibilidade, conforme informações já detalhadas neste ETP.
- etp-6.3.1.12. Entretanto, ficam alheias a este universo, aquelas demandas em que não há como serem previstas ou mesmo inseridas em planilha por força do teto de empenho, preferencialmente corretivas ou emergências, as quais são intrínsecas ao colapso dos sistemas, acidentes ou obsolescência da edificação.
- etp-6.3.1.13. Nestas encontram-se, por exemplo, o defeito em um ramal principal de água potável, rachaduras e trincas em alvenaria por acomodação do solo, assoreamento de fossa ou sumidouro em decorrência da permeabilidade do solo entre tantas outras que não são previsíveis e nem tão pouco mensuráveis.
- etp-6.3.1.14. Dessa maneira, no caso de eventualidade não prevista em planilha, cabe ao contratado utilizar a tabela SINAPI como referência para o valor do serviço ou material e, caso o item lá não exista, recorrer a cotações de mercado.
- etp-6.3.1.15. O cenário para um contrato de manutenção predial apresenta, entre outras, as seguintes variáveis:
- etp-6.3.1.15.1. Prever os eventos que poderão ocorrer, tendo a cautela de não dimensionar em demasia, caso assim fosse o valor empenhado poderia alcançar, ou mesmo superar, o valor de construção da mesma edificação;
 - etp-6.3.1.15.2. Assim, manutenções preventivas, preditivas poderiam ser de maior facilidade de mensuração.
 - etp-6.3.1.15.3. Contudo, em manutenções corretivas e também situações cotidianas e/ou excepcionais, alguns os sistemas têm que ser desmontados, paredes cortadas, entre outras intervenções, tornando extremamente penosa e difícil a contabilização de todos os itens, peças e materiais que estão em uso na edificação e a partir daí elaborar uma planilha exaustiva;
 - etp-6.3.1.15.4. Como o cenário acima é inexequível, cabe à parte técnica definir quais são os serviços prioritários ou mais rotineiros, aqueles que mais acontecem, arrazando uma cesta de serviços compatível com o orçamento disponível;
 - etp-6.3.1.15.5. Em contrapartida, vários serviços ou materiais ficarão de fora da referida cesta, alguns por falta de previsibilidade, outros pela impossibilidade de mensurar valores ou mesmo tamanho da intervenção;
 - etp-6.3.1.15.6. Após, de posse da planilha elaborada, verificar a paridade dos itens que compõem a edificação com a tabela SINAPI, visto que a mesma não contempla boa parte dos sistemas de uma edificação pública tradicional;
 - etp-6.3.1.15.7. Em seguida, verificado os itens que não constam em SINAPI, é obrigatória a realização de ao menos três cotações de mercado, extraíndo-se a mediana (conforme determina o Decreto 7.983/13) e elaborar novas composições ou adaptar as existentes em SINAPI;
 - etp-6.3.1.15.8. Como exemplo prático seria a troca de uma luminária (formato arandela que fica em determinada fachada). Nesse caso hipotético, nem o material e o serviço foram previstos durante a elaboração do TR. Assim, deve-se verificar se tal item consta na



- tabela SINAPI e, em caso negativo, realizar ao menos três cotações de mercado. Por fim, da mediana extraída aplicar o desconto adjudicado;
- etp-6.3.1.15.9. Dessa maneira tem-se uma cesta de serviços com o máximo ponderável de itens da edificação, tomando-se a cautela, novamente, de não chegar a custos elevados e com valor de empenho excessivamente alto e incompatível com o valor dispensado tradicionalmente para este tipo de demanda.
- etp-6.3.1.15.10. Repisa-se citar, o método PABI, constante no ETP, em que os custos / investimentos em manutenção são mensurados entre 0,6 a 2,6% do valor atualizado da edificação, podendo agregar maiores / menores custos de acordo com seu tempo de construção e subsistemas agregados (climatização, automação, entre outros);
- etp-6.3.1.16. As estimativas dos serviços e quantidades constam da Planilha da Administração, sendo que a estimativa para serviços sob demanda e materiais para utilização pela equipe residente foi realizada a partir de um critério objetivo de razão das demandas por m2 a partir do histórico de contratação similar, conforme já justificado.
- etp-6.3.1.17. Não há como contemplar todos os itens que compõem uma edificação; mesmo numa situação hipotética e improvável de se obter sucesso nessa pretensão, ou seja, que todos os serviços fossem contemplados, não há como prever quando e quantas vezes ocorrerão. Ainda, tal fato ocasionaria um empenho de proporções gigantescas, assim, presumindo que não há como dispensar um montante/orçamento para todos os serviços muitos deles ficarão fora da planilha.
- etp-6.3.1.18. Dessa maneira, por força da razoabilidade não há como prever exaustivamente todos os serviços e nem se de fato eles ocorrerão, não há como exigir conduta diversa do gestor da execução ou fiscal do contrato ao permitir que a contratada procure a similaridade do serviço em SINAPI ou colha cotações no mercado, de itens não planilhados, visto que o embaraço é inerente à própria contratação.
- etp-6.3.1.19. Trata-se de uma aplicação prática do princípio da não contradição, pois caso assim não fosse, o próprio processo não poderia existir, ou seja, duas idéias contraditórias não podem ser verdadeiras ao mesmo tempo. Por fim, a matéria deverá seguir o princípio da razão exigindo coerência lógica e racionalidade das autoridades envolvidas.
- etp-6.3.1.20. No mesmo sentido transcreve-se trecho do Voto do Acórdão 1.238/2016-TCU-Plenário:

“29. Mesmo que considere como adequada a contratação de materiais, com base em uma estimativa de preços e quantidades, nos termos realizados pela administração deste Tribunal, compreendo a pertinência e a eficiência da realização de procedimento licitatório, cuja adjudicação observaria o maior desconto sobre o valor dos materiais registrados na tabela Sinapi. Ressalto, por oportuno, que a Lei 12.462/2011, que aprovou o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC, prevê expressamente a possibilidade de contratação com base no maior desconto. Embora não se aplique ao certame em tela, a evolução legislativa já demonstra a necessidade de uma maior racionalidade na busca da eficiência.

30. Em primeiro lugar, o procedimento propicia a obtenção do melhor preço, a exemplo da forma utilizada pelo TCU, e evita o jogo de planilha, em que o licitante oferta maiores preços para itens com probabilidade de maior utilização. Em segundo lugar, evitaria o levantamento desnecessário de quantidades, as quais, em grande parte, são meramente referenciais. Em terceiro lugar, o modelo do desconto incluiria todos os materiais existentes naquela tabela, mesmo que incluídos posteriormente, e evitaria, desse modo, a formalização desnecessária de termos aditivos. Em quarto lugar, o procedimento atende aos princípios da eficiência e da licitação previstos no art. 37, caput, e seu inciso XXII, da Constituição Federal, e da competitividade de que trata o art. 3º, da Lei 8.666/93.

31. Há que ser considerada, ainda, a eficiência na gestão dos contratos, no que se refere à execução dos serviços, às repactuações, às prorrogações, bem como na elaboração da estimativa de preços da licitação.



32. *Questiona-se, contudo: qual seria o critério de pagamento para os materiais inexistentes na tabela Sinapi? Sobre essa questão, o item 4 do anexo I do termo de referência do Pregão 211/2015, ora questionado, determina que, “caso o material, comprovadamente, não faça parte da tabela Sinapi, a empresa deverá apresentar cotação com um mínimo de três empresas da praça de Fortaleza e adquiri-lo conforme a menor cotação”.*

33. *O procedimento previsto mostra-se razoável, desde que sejam observadas as seguintes orientações: i) o contratado apresentaria a proposta, com base em pesquisa realizada junto três fornecedores, e a administração, com base em pesquisa por ela realizada, também junto a três fornecedores, confirmaria ou não o preço proposto; ii) sobre os preços negociados, incidiria o mesmo desconto dado para os materiais constantes da tabela Sinapi, uma vez que regularmente os preços ofertados em licitações estão abaixo daqueles estimados pela administração.*

34. *A esse respeito, é pertinente, inclusive, que se determine à universidade que mude o critério para pagamento dos materiais que não constam da tabela Sinapi, para: i) contemplar a forma de negociação logo acima descrita; e ii) sobre os preços pesquisados, incida o mesmo desconto dado na tabela Sinapi.*

- etp-6.3.1.21. O contrato de manutenção não pode ser direcionado para serviço diverso do objeto (manutenção dos sistemas da edificação). A razoabilidade fica por conta da quantidade de possíveis intervenções, pois cada item do sistema edificado teria que ser necessariamente um item de planilha, talvez centenas / milhares, a depender da área de intervenção.
- etp-6.3.1.22. Quando, de forma eventual ou acessória existe a necessidade de demandar serviço ou empregar material diverso do estimado, mas que ainda assim faça parte do objeto do contrato, não foge ao escopo desse a realização daquele serviço, ou seja, nada estranho ao serviço de manutenção será feito.
- etp-6.3.1.23. Essa premissa é válida pois da mesma maneira que não se consegue incluir todos os itens ou serviços em planilha, não se faz aditivo de glosa para aqueles que não ocorreram ou que não foram prestados em determinado intervalo de tempo, reafirmando mais uma vez o princípio da não contradição. Ainda, sobre um aditivo, deve-se esclarecer que da mesma forma que os itens que não foram utilizados (num intervalo de tempo) não deverão ser glosados, itens que posteriormente forem incluídos farão obrigatoriamente parte do empenho.
- etp-6.3.1.24. Este fato, ao longo da vigência contratual (dez anos), poderá causar evidente prejuízo e desequilíbrio na elaboração do orçamento do órgão, ou ainda, a cada intervalo de tempo a ser definido, a equipe de fiscalização haverá de retirar e incluir novos itens, a fim de alcançar um teto razoável de empenho, criando um ciclo infinito de revisões contratuais, pois aqueles que foram glosados poderão ser necessários novamente, devendo ser novamente incluídos em futura revisão.
- etp-6.3.1.25. Ainda que tal cenário pudesse existir, estaria a própria administração realizando / proporcionando um eventual jogo de planilhas - concorrendo em ilícito - ao retirar item anteriormente disputado.
- etp-6.3.1.26. Além disso, o contrato possui um teto (percentual) para ser aditivado e, sendo certo que permanecerá o mesmo durante 10 anos ele haverá de ser finito, podendo acabar no 3º ou no 7º ano, quando então, obrigatoriamente, todo item ou serviço não contemplado em planilha deverá ser licitado.
- etp-6.3.1.27. Ainda cabe a ressalva quanto ao resultado do pregão, para os itens ou serviços que poderão ou não ser utilizados (eventuais ou por demanda), em que a adjudicação é feita pelo maior desconto em cima do preço global daquele item da licitação (no caso uma planilha inteira de serviços ou de peças/materiais).
- etp-6.3.1.28. Portanto, independente da quantidade de insumos, o desconto sempre ocorrerá, tanto para os itens já planilhados quanto para os que deverão ser adquiridos durante a execução do contrato.



etp-6.3.1.29. Em suma, resta claro que a realização de serviço ou item, o qual não se sabe, se e quando será utilizado, e, que não conste em planilha, não se constitui aditivo, pois nada se adiciona ao contrato, seja tempo ou valor, tampouco trata-se de enriquecimento ilícito da Administração, pois não se presume que a contratada realizará serviço diverso do objeto contratado. Além disso, o pagamento é efetuado somente pelo serviço realizado, conforme critério de preços que foi objeto de disputa em licitação.

ETP-6.4. Onde Fazer?

etp-6.4.1.1. A Superintendência Regional da Polícia Federal e suas unidades subordinadas financeiramente, têm por utilização efetiva, neste momento, as seguintes edificações:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade	Área	REF
1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do SUL	Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 - Bairro Vila Sobrinho	Campo Grande	7.892,59	9051.00191.500-6
2	Aeroporto - sala	Av. Duque de Caxias, s/n - Vila Serradinho, Campo Grande - MS, 79101-901	Campo Grande	50,85	Novo TC em andamento
3	BASE GISE	Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira	Campo Grande	398,50	AUTORIZADO JUD
4	Estande de tiro Outdoor	BR 262 sem numero, proximo a Sede da Unidade Descentralizada Embrapa Gado de Corte	Campo Grande	120,00	COMODATO
5	Passaporte Shopping - sala	Av. Afonso Pena, 4909 - Santa Fé, Campo Grande - MS, 79031-900	Campo Grande	400,00	COMODATO
6	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá	Praça da República, 51, Centro	Corumbá	812,59	9063.00161.500-6
7	Terreno para nova DPF em Corumbá	Rua Nossa senhora da Candelaria, S/N	Corumbá	3.200,81	9063.00206.500-0
8	Nova Delegacia de Polícia Federal em Corumbá (INSS)	Rua Dom Aquino Corrêa, 1265 - Centro	Corumbá	3.595,00	EM REGULARIZAÇÃO
9	Aeroporto - sala	R. Santos Dumont, S/n - Aeroporto	Corumbá	10,00	TERMO DE CESSÃO
10	Posto de Migração ESDRAS	Fronteira Brasil/Bolívia	Corumbá	46,50	EM REGULARIZAÇÃO
11	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular	Dourados	3.888,84	9073.00095.500-5
12	Aeroporto em Dourados	Av. Guaicurus, S/N - Cidade Universitária de, Dourados - MS	Dourados	50,00	EM REGULARIZAÇÃO



13	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	1.024,23	9113.00021.500-4
14	Pátio de Veículos	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	600,00	9113.00038.500-7
15	Pátio de Veículos	JARDIM PARAÍSO - PARQUE INDUSTRIAL- Lado ímpar da Rua José Teixeira, a uma distância de 50,30 metros da Rua Projetada 06 DIJP	Naviraí	15,00	COMODATO
16	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro	Ponta Porã	688,57	9131.00178.500-7
17	Nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Av. Jorge Roberto Salomão, S/N, CEP 79.904-15,	Ponta Porã	3.800,00	9131.00285.500-9
18	Aeroporto - sala	R. Batista de Azevedo, 770 - Granja, Ponta Porã - MS, 79905-360	Ponta Porã	39,89	TERMO DE CESSÃO
19	BASE GISE	Rua Sete de Setembro Bairro Santa Isabel 2292 Ponta Porã M.S	Ponta Porã	196,96	AUTORIZADO JUD
20	Pátio de Veículos	MS-380, Km 04 - Zona industrial, Ponta Porã	Ponta Porã	50,00	TERMO DE CESSÃO
21	NPA	Rua Antônio João, 1371, Centro	Ponta Porã	407,11	TERMO DE ENTREGA DE CHAVES
22	ALOJAMENTO	Rua Campo Grande, 131 - Vila Reno - Ponta Porã - MS, 79902-274	Ponta Porã	310,00	AUTORIZADO JUD
23	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada	Três Lagoas	917,9	9165.00111.500-6
24	Passaporte Shopping - sala	Av: Jamil Jorge Salomão, 3807 - Portal das Araras, Três Lagoas - MS, 79644-900	Três Lagoas	166,00	COMODATO

ETP-6.5. Por que Fazer?

etp-6.5.1.1. Tema já exaurido no item DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE.

ETP-6.6. Vida útil do objeto da contratação.

etp-6.6.1.1. A pretendida contratação trata justamente de prolongar a vida útil de determinado bem. No caso concreto as edificações sob responsabilidade da Unidade gestora de Mato Grosso do Sul, que deverão ser ocupadas, mantidas e conservadas levando em consideração o ciclo de vida de uma edificação, cerca de 50 anos, quando então deverá ser decidido a viabilidade de manter o imóvel e executar grandes reformas e adaptações.

etp-6.6.1.2. Por outro lado a vida útil também pode ser referida a própria contratação, no sentido de manter a saúde contratual, seja pela totalidade da sua vigência, seja pelo próprio escopo, de maneira que o objeto esteja corretamente quantificado e qualificado, evitando aditivos indesejados ou ainda a inexequibilidade por falta de recursos.



etp-6.6.1.3. Nesse sentido, coube a EPC estimar as quantidades a serem contratadas tendo como referência contratações similares do próprio órgão.

ETP-6.7. Manutenção e Assistência

etp-6.7.1.1. Como dito anteriormente, a pretendida contratação trata de manutenção. Resta a deferência aos materiais, máquinas, equipamentos ou mecanismos adquiridos durante a vigência contratual e que deverão, por força de especialização técnica, trazer consigo manuais e garantias inerentes ao objeto.

ETP-7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R09
R11
R12
R13

etp-7.1.1.1. Em especial, para a definição das quantidades estimadas para o novo contrato:

etp-7.1.1.1.1. Levou-se em consideração o contrato atual, e que contempla a contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra..

etp-7.1.1.1.2. Esclarece-se que a edificação principal, é uma edificação de aproximadamente 8.000m² de área construída, possui 46 anos de uso e alguns de seus sistemas necessitam de cuidado rotineiro. O número de chamados corretivos e a periodicidade das rotinas preventivas, por si só, já justificam a presença de uma equipe residente, a abstração fica por conta da quantidade profissionais envolvidos, visto que o excesso de funcionários pode ocasionar ociosidade. A partir dessa premissa é que se inferiu a quantidade de serviços a serem contratados por demanda, na tentativa de evitar mão de obra ociosa e criar um equilíbrio entre a demanda e o número de profissionais envolvidos, da forma como descrita a seguir:

etp-7.1.1.1.2.1. A equipe residente deverá contar com um Engenheiro que será o responsável técnico por todos os serviços e deverá cumprir determinado número de horas em função do serviço.

etp-7.1.1.1.2.2. Além disso, existe uma rotina para a manutenção de aproximadamente 500 splits avulsos. Sendo assim, é inevitável a presença diária de um profissional que deverá ainda ser complementada com um ajudante.

etp-7.1.1.1.2.3. Para os serviços usuais de manutenção predial tais como: elétrica, civil e hidráulica; a equipe foi montada valendo-se de:



4 Oficiais Eletricistas
1 Oficiais Pedreiros
6 Oficiais de Manutenção

- etp-7.1.1.1.2.4.** Dessa maneira tem-se um profissional que conseguirá cumprir todas as demandas de elétrica, desde as leituras e inspeções diárias até os pequenos reparos e adequações, e outro profissional que conseguirá cumprir com as intervenções de hidráulica e de civil. Além disso, os auxiliares de manutenção estarão disponíveis para ajudar os profissionais de acordo com a necessidade.
- etp-7.1.1.1.2.5.** Para a planilha de insumos (peças e materiais) - item 6 da nova contratação - as quantidades foram revisadas observando a necessidade de material que deverá ser fornecido para o trabalho da equipe residente. O valor estimado levou em consideração o valor do contrato anterior, e quantidade de material utilizado, vez que nesta nova modelagem há a previsão de contratação de serviços fora do escopo da mão de obra residente, e portanto, alguns insumos já possuem previsão dentro das composições de serviços especializados e por demanda, como por exemplo no caso do sistema de combate a incêndio e nobreaks, de serviços de vidraçaria e serralheria, entre outros, que não fazem parte do escopo da mão de obra residente. Da planilha constam os materiais que mais comumente deterioram-se ou causam sinistros e as quantidades tem como balizador as instalações da própria edificação.
- etp-7.1.1.1.3.** A IN Seges/MP 5/2017 veda a fixação de quantitativos de mão de obra (art. 63 e item 2.1, alínea "a", do Anexo VII-B) e determina a remuneração com base em mensuração de resultados (item 2.5, alíneas "d" e "d.1", do Anexo V) . Porém, o próprio normativo prevê que, ante circunstâncias excepcionais, é possível contratar e remunerar com base no critério postos de trabalho (item 2.6, alínea "d.1.2", do Anexo V, e item 10.6, alínea "c", do Anexo VII-A) .
- etp-7.1.1.1.3.1.** Assim, considerando o exposto nos itens anteriores, e considerando o histórico de contratação, a característica da edificação e a realidade de dados disponíveis, entende-se como mais adequada a contratação de postos de serviços, para parte dos serviços a serem contratados..
- etp-7.1.1.1.3.2.** Com a implementação da nova contratação, em especial de um software de gerenciamento da manutenção, que possibilite a obtenção de dados gerenciais das manutenções realizadas pela equipe residente, e estudo para eventual automação dos sistemas que compõem a edificação, será possível reavaliar a forma de contratação destes serviços.
- etp-7.1.1.2.** Para as contratações de serviços não especializados, a serem contratados sob demanda, as quantidades foram estimadas, tendo como base as contratações similares da Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu nos anos de 2020 e 2022, em dois contratos distintos, mas que usavam a mesma metodologia na aplicação dos serviços, qual seja, agrupamento de itens tais como equipe residente, serviços gerais sob demanda, serviços especializados e insumos.



- etp-7.1.1.2.1. São 4 itens que consolidam uma modelagem de sucesso em boa parte das licitações para manutenção predial do Governo Federal e, em especial, para a própria Polícia Federal em outras unidades. Foi por meio dessa modelagem que, de forma inédita, conseguiu-se consolidar um histórico de chamados e elaborar um mapa com todas as atividades envolvidas e a partir dele desenvolver uma metodologia que relaciona área de intervenção e o volume de chamados.
- etp-7.1.1.2.2. Sendo assim, foi feita uma média consolidada da quantidade de serviços que estes contratos geraram e a partir daí criou-se uma relação com a área das edificações envolvidas. Dessa maneira consegue-se criar uma razão entre as áreas das edificações objeto desta licitação, e a estimativa de serviços por ela demandadas.
- etp-7.1.1.2.3. Lançando mão dessa ferramenta consegue-se estimar um valor, baseado em composições para serviços SINAPI, para todo um ano de contratação. As composições contemplam os valores de serviços e de insumos estimados para a realização de atividades de manutenção predial.
- etp-7.1.1.2.4. Os dados da revisão histórica consolidada constam na Planilha da Administração.
- etp-7.1.1.3. Além disso, foi realizada pesquisa qualitativa, item 5 deste documento, que demonstra de forma sintética previsão de serviços, postos de trabalhos e insumos envolvidos em contratações similares e verificou-se que a solução adotada neste estudo, é uma das usuais no Serviço Público federal.
- etp-7.1.1.3.1. A grande dificuldade para esse tipo de contratação é definir uma métrica para o tempo médio de reparo. Porém a busca em literatura especializada, tanto em língua nativa quanto estrangeira, não produziu resultados. Caso houvesse um número aproximado para o tempo de reparo de determinado sistema seria fácil aduzir a razão entre tempo/profissional e dessa maneira haveria mais certeza se para determinada edificação a contratação deve se dar por posto de trabalho ou somente por evento.
- etp-7.1.1.3.2. Inexistindo um instrumento balizador a EPC lança mão da experiência com contratos semelhantes e da própria condição das edificações envolvidas no processo, levando-se em conta o tamanho da edificação, a idade, o uso e o nível de deterioração das instalações.
- etp-7.1.1.4. Os serviços especializados, tanto para os serviços rotineiros, quanto sob demanda, foram quantificados valendo-se da necessidade de determinada intervenção multiplicada pelo número de equipamentos existentes. Sendo assim para cada equipamento avaliou-se um número mínimo de intervenções por ano, e ainda, levando em conta que alguns não necessitarão de qualquer reparo, ao passo que outros poderão ser objeto de intervenção mais de uma vez ao ano. O relatório com os dados dos equipamentos existentes constam na Planilha da Administração bem como as memórias de cálculo.

ETP-8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

e ainda de acordo com o § 2º do Art 23 da mesma lei que diz:



§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R25

etp-8.1.1.1. Os serviços de engenharia devem ter os seus custos estimados conforme a metodologia prevista no Decreto nº 7.983/2013, inclusive em função do disposto na IN SEGES/ME nº 91/2022, e as planilhas estimativas de custos devem ser elaboradas pelo profissional competente, com o devido registro da ART/RRT. A Planilha da Administração - constante no Anexo II deste ETP foi elaborada conforme estas diretrizes.

etp-8.1.1.1.1. Os custos estimados para a contratação, levaram em conta os valores contidos na SINAPI e nas pesquisas de mercado para os itens que não constam na SINAPI.

etp-8.1.1.1.1.1. A IN SEGES/ME nº 65/2021, já no § 1º do Art. 1º estabelece que as normas daquela IN não se aplicam às obras e serviços de engenharia. Se assim não fosse, o trabalho de pesquisa de preços de serviços de engenharia que contemplam mais de 1000 itens seria inviável, frente ao tempo necessário para sua realização, e com custo superior ao benefício que se pretende atingir com a aplicação da referida IN.

etp-8.1.1.1.1.2. Para os itens constantes na Tabela SINAPI, foram adotados os custos unitários iguais ao último mês de referência até a elaboração deste ETP.

etp-8.1.1.1.1.3. Para os itens que não constam na Tabela SINAPI foi realizada pesquisa de mercado, com no mínimo três fornecedores e destes foi extraído a mediana, e, quando utilizada outras tabelas de referência essa vale como uma cotação de três.

etp-8.1.1.1.1.4. A pesquisa direta, com fornecedores, indústria e sítios de venda especializada, retornou resultados positivos, permitindo a confecção de uma planilha mais robusta, e critérios de admissibilidade para mensurar o custo unitário a ser ofertado.



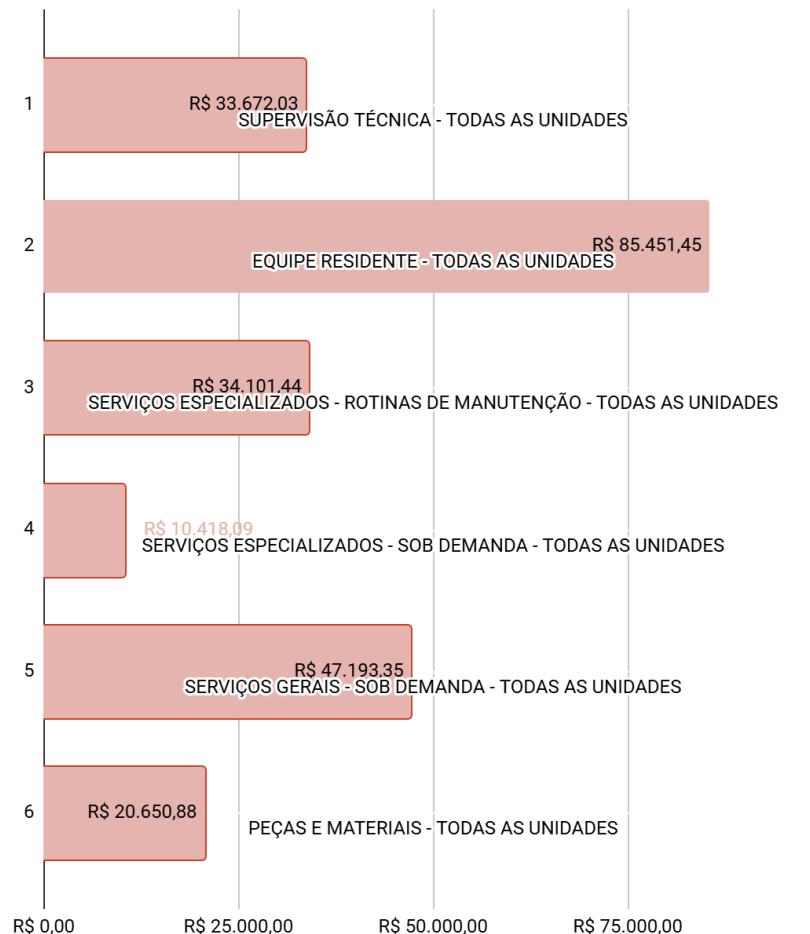
- etp-8.1.1.1.1.5.** Para elaboração dos custos unitários foram adotadas, para alguns itens, composições adaptadas do SINAPI, nos termos do art 8 do Decreto 7.983 de 2013, as quais constam na Planilha da Administração.
- etp-8.1.1.1.2.** Para os serviços da equipe residente, que são também enquadrados, como contratações com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a planilha de custos foi elaborada em combinação das disposições do Decreto nº 7.983/2013 com as disposições da IN MPDG nº 05/2017.
 - etp-8.1.1.1.2.1.** Foram utilizadas as Convenções Coletivas SINDUSCON-MS 2024/2025 de registro:
 - etp-8.1.1.1.2.1.1.** NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MS000240/2024
 - etp-8.1.1.1.2.1.2.** DATA DE REGISTRO NO MTE: 09/07/2024
 - etp-8.1.1.1.2.1.3.** NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023236/2024
 - etp-8.1.1.1.2.1.4.** NÚMERO DO PROCESSO: 19980.271508/2024-16
 - etp-8.1.1.1.2.1.5.** DATA DO PROTOCOLO: 09/07/2024
 - etp-8.1.1.1.2.2.** Foi considerado o período de duração do contrato em 60 meses.
 - etp-8.1.1.1.2.3.** Para o módulo 6 foi utilizado o BDI, em atendimento ao disposto no 9º do Decreto nº 7.983/2013, que estabelece que o preço global de referência das obras e serviços de engenharia será o resultante do custo global de referência acrescido do valor correspondente ao BDI.
 - etp-8.1.1.1.2.4.** Ainda, entende-se que o cálculo na forma do Decreto nº 7.983/2013 reflete de forma mais adequada os custos dos serviços de engenharia do que a forma prevista na IN MPDG nº 05/2017, que não contempla os custos específicos dos serviços de engenharia.
- etp-8.1.1.1.3.** Desoneração da folha de pagamento
 - etp-8.1.1.1.3.1.** A partir de 2011, as empresas passaram a ser contempladas com a política nacional de desoneração da folha de salários, substituindo a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) referente aos 20% (vinte por cento) sobre a folha por uma contribuição de inicialmente 1,50% ou 2,50% que, posteriormente, baixou para 1,00% ou 2,00% sobre a receita bruta, conforme o segmento da empresa. Neste contexto, foi sancionada a Lei nº 13.043/2014, tornando permanente a desoneração da folha.
 - etp-8.1.1.1.3.2.** Ainda, a Lei 13.161/2015, com vigência entre 01/12/2015 a 31/12/2021, alterou a alíquota incidente sobre a receita bruta das empresas, no caso da construção civil, de 2,00% para 4,50%, para preços desonerados. Com esse dispositivo legal, a desoneração passou a ser facultativa, sendo opção da empresa escolher entre a contribuição sobre a receita bruta (CPRB) ou contribuir sobre a folha salarial, optando em cada obra de construção civil por uma das duas contribuições..
 - etp-8.1.1.1.3.3.** Considerando ainda, a reoneração gradual da folha de pagamento conforme detalhado a seguir:
 - etp-8.1.1.1.3.3.1.** 2025: 5% sobre a folha e alíquota sobre a receita entre 0,8% a 3,6%;
 - etp-8.1.1.1.3.3.2.** 2026: 10% sobre a folha e alíquota sobre a receita entre 0,6% a 2,7%;
 - etp-8.1.1.1.3.3.3.** 2027: 15% sobre a folha e alíquota sobre a receita entre 0,4% e 1,8%;
 - etp-8.1.1.1.3.3.4.** 2028: retorno aos 20% sobre a folha e extinção da cobrança sobre a receita bruta.
 - etp-8.1.1.1.3.4.** Deve-se proceder a uma detalhada análise por parte do Gestor, devidamente assessorado pela área técnica, avaliando qual o melhor



regime de contribuição a ser adotado no certame licitatório, quais sejam, desonerado ou não desonerado.

etp-8.1.1.1.3.5. Para a pretendida licitação serão adotados os custos de referência desonerados, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração.

etp-8.1.1.1.3.6. Conforme o gráfico abaixo, somente a mão de obra para serviços continuados já responde por mais de 30% do orçamento geral.



etp-8.1.1.1.3.7. Analisando os dados acima, verifica-se que:

etp-8.1.1.1.3.7.1. um montante superior a 28%, fator de corte para optar pelo regime desonerado, do orçamento será destinado ao pagamento de mão de obra;

etp-8.1.1.1.3.7.2. Infere-se, ainda, que o acréscimo de 4,5% de CPRB nos BDI's de mão de obra e material não é mera adição, devendo-se incrementar tal percentual no denominador da fórmula do BDI;

etp-8.1.1.1.3.8. Conforme o exposto no gráfico acima detalhado, evidencia-se que tendo em vista a diferença de valores dos regimes, deverá ser utilizado o regime de desoneração da folha.

ETP-8.2. Composição do BDI

etp-8.2.1.1. As justificativas e os parâmetros adotados para a composição do BDI constam em Anexo deste ETP, e os BDIs adotados constam com composição detalhada também na Planilha da Administração, e seguem resumidos abaixo:

etp-8.2.1.2. BDIs ADOTADOS



etp-8.2.1.2.1. PARA MÃO DE OBRA

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para mão de obra (serviços) deve estar compreendidos entre os seguintes valores:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	20,34%	22,12%	25,00%

O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).

Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDIs para a mão de obra nos serviços de manutenção predial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul SR/PF/MS, bem como nas suas unidades subordinadas DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS, e DPF/TLS/MS é conforme demonstrado abaixo:

- etp-8.2.1.2.1.1.1. Para a SR/PF/MS: 31,15%;
- etp-8.2.1.2.1.1.2. Para a DPF/CRA/MS: 31,15%;
- etp-8.2.1.2.1.1.3. Para a DPF/DRS/MS: 31,15%;
- etp-8.2.1.2.1.1.4. Para a DPF/NVI/MS: 31,15%;
- etp-8.2.1.2.1.1.5. Para a DPF/PPA/MS: 31,15%;
- etp-8.2.1.2.1.1.6. Para a DPF/TLS/MS: 31,15%;

Os valores de BDI's apresentados ficaram acima do 3º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, em decorrência do valor de CPRB, pois foram calculados **COM desoneração**.

etp-8.2.1.2.2. PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve estar compreendidos entre os seguintes valores:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	11,10%	14,02%	16,80%

O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).

Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDI para mero fornecimento de materiais e equipamentos para todas as unidades é de 18,13%.

O valor de BDI apresentado ficou enquadrado entre o médio e o 3º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

etp-8.2.1.2.3. A previsão de recurso para o software de gerenciamento da manutenção, para registro de abertura de chamados e gerenciamento está incluída no BDI. A premissa é que tais aplicações são faturadas por quantidade de usos, vendida na maior parte das vezes com pacotes de quantidades. De outro lado a empresa ainda pode compartilhar a mesma solução com uma variedade de contratos, como por exemplo, pagando um pacote de 200 chamados por mês, porém divididos em 3 contratos, cada um com a sua quantidade, e ainda, de acordo com a demanda a empresa pode suprimir ou onerar o seu pacote junto com a dona da solução. Sendo assim, a maneira mais fiel de contingenciar recursos para este tipo de



obrigação é por meio do BDI, incluindo na Administração Central, pois a empresa será recompensada pela quantidade de vezes que necessitou usar o sistema, visto que qualquer tipo de demanda deverá estar atrelada a uma ordem de serviço.

etp-8.2.1.2.4. Assim, os valores estimados, considerando todo o apontado acima e o detalhamento contido no Anexo II deste ETP, seguem resumidos na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Unid.	Quant	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total (2 ANOS)
	1	SUPERVISÃO TÉCNICA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 27.507,42	R\$ 330.089,03	R\$ 660.178,06
	2	EQUIPE RESIDENTE - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 85.451,45	R\$ 1.025.417,37	R\$ 2.050.834,74
	3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - ROTINAS DE MANUTENÇÃO - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 34.101,44	R\$ 409.217,27	R\$ 818.434,54
	4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 10.418,09	R\$ 125.017,14	R\$ 250.034,28
	5	SERVIÇOS GERAIS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 47.193,35	R\$ 566.320,18	R\$ 1.132.640,35
	6	PEÇAS E MATERIAIS - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 20.650,88	R\$ 247.810,62	R\$ 495.621,24
Valor Total Estimado dos Serviços						R\$ 225.322,63	R\$ 2.703.871,60	R\$ 5.407.743,21

ETP-8.3. Curva ABC

etp-8.3.1.1. Foi elaborada a curva ABC de insumos e a curva ABC de serviços, que discriminam os itens de maior impacto na contratação. As curvas encontram-se detalhadas na Planilha da Administração.

ETP-8.4. Cronograma Físico Financeiro

etp-8.4.1.1. Foi elaborado Cronograma Físico Financeiro das parcelas que a Administração possui certeza que deverão ser pagas, tais como salário dos terceirizados e rotinas obrigatórias de subcontratação. Para os serviços por demanda ou evento, ou mesmo quanto a utilização de peças e materiais não há como prever ou determinar os resultados.

ETP-8.5. Outros Modelos de Estimativa

etp-8.5.1.1. Com o intuito de ampliar a pesquisa e colocar o valor da contratação dentro um cenário onde cálculo do investimento em Manutenção Predial é realizado utilizando a relação entre área e valor da construção temos o seguinte:

Métodos Valor de Manutenção Predial

Baseado no valor da construção			
Método		%	Tipo de uso
Fuschle	1970	1	escritório
Schulbauinstitut			
der La"nder	1972	1	construção
		3	equipamento
Burianek	1973	2	edifícios
Vogels	1977	1-1,5	edifícios



Koehn	1976	1,0-2,0	Residência
		1,0-1,5	Fábricas
		1,5-2,5	Escritórios
Gerardy	1980	1,0-1,2	edifícios
Simons and Sager	1980	1	residências
Peters	1984	1.9	residências
Hampe	1986	0,8-1,8	residências
Schroder	1989	1.1	Prédios Públicos
Baseado no valor de substituição			
			residências - preservação da função
IPbau	1994	0.8-1.1	restauração
		1.6-2.6	
Frutig and Reibich	1995	1,0-2,0	bancos
		2,0-4,0	comércio
		3,0-6,0	hospitais
		2,5-5,0	centro de convenções
Christen and Meyer	1999	1.25	residências
EFNMS	2001	1,0-3,0	
PABI	2007	0,6	0-10 anos
		1,3	10-20 anos
		1.6	20-30 anos
		5,6	30-40 anos
		2,6	40-45 anos

¹Bahr, Caroli (2008) Análise de dados reais para custos de manutenção de edifícios públicos

- etp-8.5.1.1.1.** Como base de cálculo será utilizado CUB-PR para prédios comerciais e andares livres. Cabe ressaltar que no valor do CUB não estão incluídos os sistemas acessórios (climatização, combate à incêndio, gerador, etc), e nem as fundações, o que dependendo da edificação pode agregar até 30% nos valores finais.
- etp-8.5.1.1.2.** Multiplicando a área da edificação pelo CUB teremos o valor para cada método que mais se assemelha a realidade da contratação, temos assim:

Valor do CUB		
CUB/CAL -8		R\$ 3.436,54
<i>Campo Grande</i>	%	R\$ 30.454.411,29
Fuschle	1,00%	R\$ 304.544,11
Burianek	2,00%	R\$ 609.088,23
Vogels	1,00%	R\$ 304.544,11



Koehn	2,00%	R\$ 609.088,23
Schroder	1,10%	R\$ 334.998,52
EFNMS	2,00%	R\$ 609.088,23
PABI	5,60%	R\$ 1.705.447,03

<i>Corumbá</i>	%	R\$ 15.341.023,85
Fuschle	1,00%	R\$ 153.410,24
Burianek	2,00%	R\$ 306.820,48
Vogels	1,00%	R\$ 153.410,24
Koehn	2,00%	R\$ 306.820,48
Schroder	1,10%	R\$ 168.751,26
EFNMS	2,00%	R\$ 306.820,48
PABI	5,60%	R\$ 859.097,34

<i>Dourados</i>	%	R\$ 13.535.981,21
Fuschle	1,00%	R\$ 135.359,81
Burianek	2,00%	R\$ 270.719,62
Vogels	1,00%	R\$ 135.359,81
Koehn	2,00%	R\$ 270.719,62
Schroder	1,10%	R\$ 148.895,79
EFNMS	2,00%	R\$ 270.719,62
PABI	1,60%	R\$ 216.575,70

<i>Naviraí</i>	%	R\$ 5.581.731,36
Fuschle	1,00%	R\$ 55.817,31
Burianek	2,00%	R\$ 111.634,63
Vogels	1,00%	R\$ 55.817,31
Koehn	2,00%	R\$ 111.634,63
Schroder	1,10%	R\$ 61.399,05
EFNMS	2,00%	R\$ 111.634,63
PABI	1,60%	R\$ 89.307,70

<i>Ponta Porã</i>	%	R\$ 5.816.447,05
Fuschle	1,00%	R\$ 58.164,47
Burianek	2,00%	R\$ 116.328,94
Vogels	1,00%	R\$ 58.164,47
Koehn	2,00%	R\$ 116.328,94
Schroder	1,10%	R\$ 63.980,92
EFNMS	2,00%	R\$ 116.328,94



PABI	5,60%	R\$ 325.721,03
------	-------	-----------------------

<i>Três Lagoas</i>	%	R\$ 3.724.865,71
Fuschle	1,00%	R\$ 37.248,66
Burianek	2,00%	R\$ 74.497,31
Vogels	1,00%	R\$ 37.248,66
Koehn	2,00%	R\$ 74.497,31
Schroder	1,10%	R\$ 40.973,52
EFNMS	2,00%	R\$ 74.497,31
PABI	1,60%	R\$ 59.597,85

TOTAL	
Fuschle	R\$ 744.544,60
Burianek	R\$ 1.489.089,21
Vogels	R\$ 744.544,60
Koehn	R\$ 1.489.089,21
Schroder	R\$ 818.999,07
EFNMS	R\$ 1.489.089,21
PABI	R\$ 3.255.746,65
MEDIANA	R\$ 1.489.089,21
Valor Previsto	R\$ 2.670.595,29

28681,34
R\$ 93,11

Valor Unitário Total	Área (m²)
R\$ 2.555.693,95	28681,34
Valor médio da manutenção por m² de área	R\$ 92,11

- etp-8.5.1.1.3. Ainda que o valor do CUB fosse aceito como uma amostra fiel do m² construído dessas edificações, fica visível que dos sete métodos escolhidos, todos, à exceção do PABI, ficaram abaixo do valor da proposta e, se extrapolando o conceito fosse adotada a mediana entre esses valores, ainda assim teríamos um valor abaixo ao que foi previsto.
- etp-8.5.1.1.4. O recurso dispensado para esta contratação está acima das expectativas usuais, porém dentro da realidade das edificações a serem mantidas, haja vista o tempo de construção dessas edificações e a carência de manutenção adequada .



- etp-8.5.1.1.5. Cabe ressaltar que o método PABI é o único que leva em consideração o tempo de uso da edificação.

ETP-9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/2, parágrafo 1º e seus incisos:

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R14
R16

- etp-9.1.1.1. O objeto da pretendida contratação trata de manutenção predial para 6 localidades agregadas em um mesmo contrato, sendo que em todos os locais haverá contratação por posto de trabalho. Nesse sentido, recorrer a contratos separados seria muito pouco atrativo, visto a baixa previsão de empenho por localidade, cerca de R\$50.000,00 ao ano.
- etp-9.1.1.2. Caso a licitação fosse desmembrada em vários procedimentos haveria risco de comprometer a eficiência da execução dos serviços, além da possibilidade de aumento nos custos diretos e indiretos tanto da contratação/execução quanto da gestão desses procedimentos.
- etp-9.1.1.3. Dessa Maneira, a contratação de postos de trabalho + materiais + serviços (sob demanda gerais e especializados) é o modelo que mais se adapta ao atual cenário das edificações objeto de contrato visto que:
- etp-9.1.1.3.1. Algumas dessas edificações nunca tiveram contrato de manutenção, outras estão sem contrato há anos, sendo assim os equipamentos, sistemas e a própria alvenaria das edificações serão alvo de inúmeras intervenções.
 - etp-9.1.1.3.2. Neste contexto, caso a contratação não seja agrupada, haveria uma diversidade de contratos, onde vários personagens teriam que interferir para realizar as etapas separadamente, tais como: avaliar o tipo de intervenção, realizar a cotação e compra de materiais e, por fim, executar o serviço.
 - etp-9.1.1.3.3. Assim, caso fosse utilizado um modelo não agrupado, com contratos separados para serviço e aquisição de materiais, haveria o risco de que determinadas demandas não fossem resolvidas com a celeridade necessária, pois haveria a possibilidade de determinada centro de custo (serviço ou material) não possuir disponibilidade orçamentária, além de ser necessária a alocação de pessoal para tal atividade, gerando incalculáveis prejuízos na área técnica e, conseqüentemente, financeira da unidade, pois a não resolução de certa não-conformidade pode ocasionar danos a pessoas e instalações.
 - etp-9.1.1.3.4. Em que pese a regra ser o desmembramento em várias contratações, deve-se avaliar no caso concreto se a medida será realmente efetiva. A avaliação que se faz é que o fracionamento da solução irá comprometer o resultado dos trabalhos e não há dúvidas que a depender do serviço teria-se várias empresas executando a mesma demanda. Além disso haveria dificuldade para manter a garantia dos serviços uma vez que cada contratado iria afastar-se da responsabilidade, argumentando interferência dos serviços prestados por outro.



- etp-9.1.1.3.5. Assim, todas considerações acima, justificam o agrupamento e o afastamento da opção de parcelamento, vez que a própria Lei n. 14.133/2021, estabeleceu no artigo 47, § 1º, que devem ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens e ainda o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
- etp-9.1.1.3.6. Quanto a esta última abordagem é importante considerar que mesmo com a modelagem tal como apresentada, o valor do contrato ainda é significativamente baixo se comparado a outros contratos da Administração Pública, não havendo portanto, uma restrição indevida da competição para empresas de grande porte.
- etp-9.1.1.3.7. Assim, a contratação na forma proposta em muito se distancia da contratação de facilities, que pode englobar a contratação de serviços de vigilância e limpeza, por exemplo, além disso não estão contempladas a realização de reformas ou obras, nem fornecimento de equipamentos e, portanto, não implicando na realização de investimentos no imóvel pela empresa contratada. Por exemplo, o escopo do contrato prevê a instalação de ar condicionado, mas não o fornecimento do equipamento. Desta forma, os equipamentos devem ser adquiridos por meio do processo licitatório adequado pela Contratante.
- etp-9.1.1.3.8. Além disso, não se está transferindo a decisão da gestão dos serviços da manutenção predial a serem executados para a empresa Contratada, vez que as manutenções deverão ser registradas em chamado, cuja execução deverá ser previamente aprovada pelo Fiscal do Técnico do Contrato, enquanto representante da Contratante.
- etp-9.1.1.3.9. Como já citado, a ampla gama de serviços se refere à serviços para manutenção da edificação, guardando grau de identidade adequado e em conformidade com o mercado fornecedor, incluindo a manutenção dos sistemas que a compõem.
- etp-9.1.1.3.10. Por exemplo, a manutenção dos extintores é essencial para a prevenção de incêndio que tem potencial para danificar as edificações. A contratação de tais serviços incluída no contrato de manutenção predial pode ser verificada, como por exemplo na licitação do IFPR (PREGÃO No 12/2023, Processo Administrativo no 23411.002930/2023-66), Licitação da RF (PREGÃO No 04/2023, Processo Administrativo n.º 11060.732971/2022-48), Licitação do INMETRO (Pregão No 20/2022, Processo Administrativo 52602.001073/2021-76).
- etp-9.1.1.3.11. Relativo aos no-breaks e gerador, estes se referem a um subsistema que visa preservar os diversos componentes da edificação no caso de queda de energia, sendo que sua manutenção não ocorre de forma isolada da edificação pois, além de diretamente conectado ao sistema e de distribuição elétrica da edificação, são responsáveis pela preservação destes últimos na falta de fornecimento de energia.
- etp-9.1.1.3.12. O mesmo se aplica a manutenção de aparelhos de ar condicionado, sendo estes componentes subsistemas da edificação e, para uma manutenção eficiente, devem ser realizadas as intervenções de forma coordenada com todos os aspectos, tais como: elétrico, hidráulico, pequenos reparos de pintura, troca de disjuntores, entre outros.
- etp-9.1.1.3.13. Assim, para estes serviços a Contratada não se torna mera intermediadora, vez que não se trata de uma subcontratação obrigatória e em muitos casos a própria contratada tem capacitação e até realiza serviços, não necessitando subcontratar.
- etp-9.1.1.3.14. Ainda, mesmo nos casos em que é necessária a subcontratação, a Contratada é a responsável técnica pela execução dos serviços e pela totalidade da manutenção a ser efetuada, bem como responsável pela logística para a realização dos serviços e aquisição dos materiais de consumo em compatibilização com os demais serviços que possam se fazer necessários no decorrer da intervenção.



- etp-9.1.1.3.15. De outro ponto, ainda que fosse um simples caso de intermediação, que conforme explicitado acima não é, se faz razoável admitir que o serviço de intermediação carece da respectiva remuneração. A atividade de intermediação por si é uma atividade econômica que demanda a justa remuneração.
- etp-9.1.1.3.16. O fato de remunerar o serviço prestado não o torna por si só desvantajoso economicamente, pois se refere à remuneração de um serviço que de uma forma ou outra é necessário para a consecução do objetivo final, e que ainda que executado diretamente (e não através da intermediação) possui um custo para a Administração.
- etp-9.1.1.3.17. Neste contexto, evidencia-se a existência de mecanismo para remuneração diferenciada e adequada, qual seja, a utilização de BDI de mero fornecimento, o qual possui menor valor percentual agregado conforme prescrito pelo TCU.
- etp-9.1.1.3.18. Ainda, não é presumível assumir que toda ausência de parcelamento pressupõe perda de competitividade. É necessário considerar se as empresas que participarão do certame e o objeto possuem a mesma natureza, com fornecedores pertencentes a um mesmo ramo de atividade.
- etp-9.1.1.3.19. Tal raciocínio é fundamental, vez que ao dividir objetos de mesma natureza, com os mesmos participantes, pressupõem-se perda de economia de escala face à multiplicidade de contratos. Assim, neste cenário, não haverá perda de competitividade, mas sim perda de vantajosidade, com alto risco de elevar o valor do certame por perda de atratividade devido a múltiplas ofertas de baixo valor.
- etp-9.1.1.3.20. Ao permitir a subcontratação para contemplar eventuais especializações, mantém-se a possibilidade da economia de escala, vez que a Contratada, em regra, possui outros contratos além do firmado com a Contratante e tem inclusive condições de negociar valores menores para a execução dos serviços especializados, em função do seu volume total de contratos.
- etp-9.1.1.3.21. A diretriz normativa na Lei nº 14.133/2021 sofreu uma sutil modificação em comparação com a Lei nº 8.666/93, ao substituir o texto, que não mais se encontra conforme o mencionado no parágrafo 55, a lei passa a informar os critérios para observação do princípio do parcelamento quando este for **tecnicamente viável e economicamente vantajoso**, conforme artigos 40, V, b e 47, II da NLCC.
- etp-9.1.1.3.22. A comodidade para Administração vislumbrada por esta EPC é que o modelo proposto permite que as intervenções necessárias sejam realizadas de forma mais efetiva, com mais agilidade e eficiência, com menor tempo de espera pela solução dos problemas, e com custo significativamente menor com logística para realização das intervenções bem como para a realização de licitações, gestão e fiscalização de diversos contratos administrativos, conta vinculada, entre outros.
- etp-9.1.1.3.23. Segundo Peter Drucker, “a eficiência consiste em fazer certo as coisas [...], geralmente está ligada ao nível operacional, como realizar as operações com menos recursos – menos tempo, menor orçamento, menos pessoas, menos matéria-prima etc.”.
- etp-9.1.1.3.24. Assim, o que é entendido como facilidade, é de fato uma forma mais eficiente de se atender as demandas de manutenção predial, podendo-se gerir melhor os recursos entre as diversas localidades que são de responsabilidade desta Unidade Gestora, de reduzir custos de logística com a compatibilização de disponibilidade de diversas contratadas nas manutenções que possuem interdependência, de reduzir o tempo para resolução dos problemas verificados, de reduzir os procedimentos que demandam gestão e fiscalização em função do reduzido



quadro de pessoal (inclusive por não ser atividade fim da Polícia Federal), da redução de custos com a realização de diversos procedimentos licitatórios.

etp-9.1.1.3.25. Como já dito em relação à competitividade e isonomia cuidou-se de permitir à subcontratação; com relação à economicidade por todo o já exposto, entende-se que a contratação agrupada de manutenção predial acaba por reduzir o custo do serviço e possibilita a economia de escala, como no caso exemplificado da manutenção do gerador, no-breaks e climatização, resultando em uma contratação mais econômica para a Administração.

Quadro Resumo Parcelamento x Não Parcelamento		
	Parcelamento	Não parcelamento
Custo administração (elaboração do certame)	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo devido à necessidade de elaboração de, no mínimo, quatorze contratações.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo devido à necessidade de elaboração de apenas uma contratação.
Custo administração (fiscalização e gestão do contrato)	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo com gestão e fiscalização com, no mínimo, quatorze contratos.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo com gestão/fiscalização de apenas um contrato.
Economia de escala	<ul style="list-style-type: none">• Menor ganho em escala, pois a oferta será de várias contratações com baixo valor agregado, podendo ainda haver acréscimo de BDI (lucro) por parte das empresas, para justificar o investimento necessário face ao pequeno retorno econômico do contrato.	<ul style="list-style-type: none">• Maior ganho em escala devido a um único contrato, em que a empresa contratada absorve custos, os quais podem ser compensados pela quantidade de serviços.
Atratividade	<ul style="list-style-type: none">• Menor atratividade devido ao baixo retorno econômico do contrato, o que faz com que a contratação se justifique do ponto de vista econômico apenas para empresas de maior porte, que já possuem mão de obra disponibilizada para outros contratos; sendo que estas empresas de grande porte, que teriam condições de executar estes contratos, por outro lado não têm interesse justamente pelo baixo valor do contrato..	<ul style="list-style-type: none">• Maior atratividade devido ao valor agregado do contrato, traduzindo-se em maior disputa.
Contratações correlatas	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo devido à necessidade de várias contratações interdependentes, tanto em serviços quanto nas obrigações correlatas, além da necessidade de vários responsáveis técnicos.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo devido à necessidade de uma única contratação, com vários serviços correlatos geridos por um mesmo responsável técnico.
Atividades concorrentes	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo devido à manutenção ser realizada apenas pela empresa que detém a responsabilidade sobre determinado sistema.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo devido à manutenção ser realizada em sistemas que com níveis de intervenção distintos, efetuadas tanto pela equipe residente quanto pela especializada.
Responsabilidade técnica	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo devido à necessidade de vários responsáveis técnicos.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo devido à necessidade de apenas um responsável técnico.



Preposto	<ul style="list-style-type: none">• Maior custo devido à necessidade de vários prepostos.	<ul style="list-style-type: none">• Menor custo devido ao fato de que o preposto poder ser também o responsável técnico.
Descontinuidade	<ul style="list-style-type: none">• Maior risco ao contrato, devido à necessidade de compatibilização de agenda entre os serviços que dependem da intervenção de mais de um responsável;• Maior tempo para aprovação de orçamentos e compra de material;• Maior tempo para execução do serviço.	<ul style="list-style-type: none">• Menor risco ao contrato, pois uma única empresa detém a responsabilidade sobre todos os serviços, independente da equipe que irá executá-lo.• Menor tempo para aprovação de orçamentos e compra de material;• Menor tempo para execução do serviço.
Vantajosidade	<ul style="list-style-type: none">• Menor economia de escala;• Perde em responsabilidade técnica;• Maior tempo de intervenção;• Maior custo de administração, devido a possível aumento de BDI.	<ul style="list-style-type: none">• Maior economia de escala;• Ganha em responsabilidade técnica;• Menor tempo de intervenção;• Menor custo de administração, devido a possível redução de BDI.
Custos Indiretos	<ul style="list-style-type: none">• Maior probabilidade de aumento de custos indiretos devido à baixa atratividade.	<ul style="list-style-type: none">• Maior possibilidade de reduzir o valor do BDI devido ao ganho de escala.

etp-9.1.1.3.26. Assim, um eventual desajuste na composição da solução, ignorando o argumento técnico de como é a melhor solução para atingir os fins propostos na contratação traz o risco da prestação do serviço não ocorrer de forma satisfatória e, por conseguinte, o risco de findar prematuramente o próprio contrato, contrariando assim o objetivo proposto no artigo 11, Parágrafo único.

“Artigo 11 da Lei 14.133/2021 — O processo licitatório tem por objetivos:

I — assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

[...]

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.”

etp-9.1.1.3.27. Foi exaustivamente demonstrado acima que o parcelamento, no caso dos serviços de manutenção predial, não implica em regra preços mais vantajosos para a Administração, e, que, no presente processo o parcelamento implica de fato em uma contratação economicamente desvantajosa para a Administração.

etp-9.1.1.3.28. Reforçamos aqui trecho do voto do Acórdão nº 1238/2016- TCU - Plenário, já citado anteriormente:

3. Manifestei-me contrária a essas irregularidades nos seguintes termos:



[...]

8. Verifica-se que o **pressuposto defendido pela unidade técnica, ao acolher os argumentos de licitantes interessados, é de que o objeto fosse dividido em sete itens distintos. Observo, contudo, que, após deliberação deste Tribunal, por meio do acórdão 1.214/2013-Plenário, a administração, como regra, tem evitado assinar múltiplos contratos, ainda que para prestação de serviços distintos ou em locais diversos. (grifos nossos)**

etp-9.1.1.3.29. Assim, entende-se que há diversas jurisprudências, estudos, bem como a prática da gestão e fiscalização dos contratos administrativos têm demonstrado que não tem sido verificado vantagem efetiva no parcelamento por localidade, mas sim aumento dos custos dos contratos, por não permitir a distribuição dos custos pela Contratada entre as localidades, bem como aumento dos custos com a realização de processos licitatórios, bem como dos diversos procedimentos de gestão (prorrogação, repactuação, aditivos) e fiscalização (procedimentos de fiscalização administrativa, de conta vinculada, etc).

ETP-10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

ETP-10.1. O objeto prescinde ou não de outras contratações?

etp-10.1.1.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes. Todos os serviços que deverão compor a solução fazem parte do mesmo escopo.

ETP-11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

Conforme exigências do Art 11 Parágrafo único da lei 14.133/21 que diz:

Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

e inciso VII do Art 12 que diz:

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de



racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

- etp-11.1.1.1. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: “Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.”
- etp-11.1.1.2. A pretendida contratação vai também ao encontro das diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2022/2023 da Polícia Federal, que foi atualizado pela RESOLUÇÃO CGPF/PF No 06, DE 10 DE OUTUBRO DE 2022, contribuindo para que se atinjam os seguintes fatores críticos de sucesso:
- etp-11.1.1.2.1. Pessoal motivado;
 - etp-11.1.1.2.2. Apoio logístico efetivo;
 - etp-11.1.1.2.3. Credibilidade mantida.
- etp-11.1.1.3. Dentre os objetivos institucionais supracitados fixados no mesmo instrumento, figura a otimização dos serviços ao usuário/cidadão, objetivo este que será devidamente resguardado com a prestação dos serviços de manutenção pelos motivos expostos anteriormente.
- etp-11.1.1.4. Além disso outros fatores críticos de sucesso mencionados no Plano Estratégico da Polícia Federal são:
- etp-11.1.1.4.1. Infraestrutura adequada - Dispor de edificações e mobiliário adequados para o desempenho das atividades, de modo a oferecer tratamento equânime aos Servidores e exemplar atendimento aos cidadãos.
 - etp-11.1.1.4.2. Recursos de C&T atualizados - Dispor de recursos e de técnicas específicas para o acompanhamento e desenvolvimento de níveis mais avançados em matéria de Ciência e Tecnologia.
- etp-11.1.1.5. Dentro do objetivo Institucional ainda temos:
- etp-11.1.1.5.1. Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais - Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.
- etp-11.1.1.6. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.
- etp-11.1.1.7. O Planejamento Estratégico da Polícia Federal vai anexo a este ETP.

ETP-12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;



R17

ETP-12.1. Resultados Financeiros (ROI)

etp-12.1.1.1. Conforme demonstrado nesse estudo preliminar, o resultado que se busca é o retorno sobre Investimento (ROI - Return on Investment) do bem público com cuidados de manutenção profissionais. Evita-se assim que por demora, ausência de manutenção ou profissional adequado o bem público se deteriore, o serviço público seja interrompido e a imagem da organização pública seja afetada. Manter um processo de gestão de manutenção contínuo permite que custos onerosos não ocorram, pois pela continuidade dos serviços os gastos são otimizados durante o processo de manutenção.

ETP-12.2. Resultados para a produtividade

etp-12.2.1.1. Esta medida concorre para uma maior eficiência administrativa na diminuição do absenteísmo e no aumento da produtividade, dois fatores intrínsecos às pessoas que ocupam os edifícios. Além disso, concorre também para a gestão inteligente e eficiente dos sistemas e equipamentos objeto do presente estudo, otimizando o consumo de energia e água e diminuindo a necessidade de intervenções não planejadas, que estatisticamente são mais onerosas, tanto do ponto de vista econômico, como de disponibilidade dos sistemas.

ETP-12.3. Resultados quanto à aplicação de materiais e tecnologia

etp-12.3.1.1. Como a presente contratação possibilitará a manutenção de todas as edificações desta Unidade Gestora, e considerando a disponibilização de software para gerenciamento da manutenção, um dos benefícios a serem alcançados será também a obtenção de dados gerenciais que possibilitem a melhora da gestão da manutenção das edificações. Com vistas a produzir um diagnóstico seguro dos recursos que deverão ser dispensados a manutenção predial das edificações objeto desta contratação.

ETP-13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Identificador de Risco - Mapa de Riscos

R02
R38

ETP-13.1. Adequação dos Locais e Ambientes

etp-13.1.1.1. As edificações, objeto da contratação, possuem ambiente adequado para a prestação dos serviços, sendo desnecessária qualquer alteração e/ou adequação.

ETP-13.2. Gestão e Fiscalização Técnica

etp-13.2.1.1. Para gestão e fiscalização técnica deverá haver ao menos 1 (um) Gestor da Execução do Contrato titular e 1 (um) substituto), 1(um) fiscal titular e 1(um) substituto por localidade,, que irá, em conjunto com o responsável técnico da contratada, consolidar todos os relatórios e comprovações com vistas ao recebimento provisório.



ETP-13.3. Gestão e Fiscalização Administrativa

- etp-13.3.1.1. Para a fiscalização e gestão do contrato e, para a fase de julgamento das propostas, deverão haver servidores capacitados e treinados, ao menos dois de cada, para que não haja prejuízo, por desídia ou má qualificação, à Administração Pública e, para que se mantenha a saúde contratual durante toda a sua vigência.

ETP-14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável

- etp-14.1.1.1. A pretendida contratação possui baixo grau de risco em relação aos impactos ambientais por ela produzidos, e são de fácil mitigação. Trata-se de manutenção predial onde o nível de intervenção é reduzido, são pequenas reformas ou substituição de peças e equipamentos defeituosos. Sendo assim os cuidados com o impacto ambiental resumem-se ao descarte racional dos resíduos produzidos, bem como a aquisição de insumos cuja procedência esteja de acordo com os normativos ambientais.
- etp-14.1.1.2. A aquisição de materiais e peças, objeto do presente contrato, deverão, sempre que possível, atender os critérios de sustentabilidade, dentre eles, que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros. Além disso, as atividades afetas ao objeto da contratação devem se pautar pela economia de recursos gastos com a manutenção e operacionalização da edificação, como também a redução do consumo de energia e água, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental.
- etp-14.1.1.3. Ainda foram relacionados diversos critérios de sustentabilidade ambiental que deverão ser observados pela Contratada durante a execução contratual.

ETP-15. JULGAMENTO POR TÉCNICA E PREÇO

Conforme exigências do Art 33 inciso IV da lei 14.133/21 que diz:

XIII - Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;



V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

e ainda o inciso IX Art 18 da mesma lei:

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

etp-15.1.1.1. Para a pretendida contratação não haverá julgamento por técnica, não se trata de projeto ou aquisição de solução própria que já não exista no mercado, ou ainda que necessite de critérios originais para a escolha do fornecedor.

ETP-16. DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS

ETP-16.1. Licença Ambiental

etp-16.1.1.1. Não se aplica ao objeto da contratação

ETP-16.2. Habite-se

etp-16.2.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-16.3. Matrícula/RGI

etp-16.3.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-16.4. SPIU

etp-16.4.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-16.5. Autorização Para Contratação de Atividade de Custeio

etp-16.5.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-16.6. Autorização do Ordenador Para o Início da Demanda

etp-16.6.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-16.7. Aprovação do Ordenador ao Fim da Instrução Processual

etp-16.7.1.1. A ser inserido no Processo SEI 08335.007032/2024-41, devendo ser atualizado pelo Setor de Logística.

ETP-17. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Conforme exigências do Art 18 inciso I da lei 14.133/21, parágrafo 1º e seus incisos:



XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

etp-17.1.1.1. Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

etp-17.1.1.2. **A elaboração deste Estudo Técnico Preliminar resume e atualiza todas as informações constantes no Processo 08335.007032/2024-41.**

ETP-17.2. VIABILIDADE TÉCNICA OPERACIONAL

etp-17.2.1.1.1. A Superintendência de Polícia Federal no Mato Grosso do Sul, através do Grupo Técnico de Edificações (GTED), possui no seu elenco quadro técnico interdisciplinar que fornecerá suporte em todas as etapas do processo. Porém, trata-se de um quadro reduzido, com vários contratos em pauta. Sendo assim, é indispensável que as unidades contempladas colaborem com mais servidores para a realização do processo. As unidades contempladas deverão fornecer servidores capacitados, preferencialmente na área de engenharia e de contratações, para que o projeto siga dentro do prazo para contratação. Além disso, durante a etapa de fiscalização é imprescindível a disponibilidade de servidor que ocupe a função de fiscal setorial.

ETP-17.3. VIABILIDADE ORÇAMENTÁRIA

etp-17.3.1.1.1. Os custos do projeto são compatíveis e estão dentro da previsão orçamentária para o ano de 2025.

ETP-17.4. VIABILIDADE TÉCNICO LEGAL

etp-17.4.1.1.1. O Documento de Formalização da Demanda, o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos foram elaborados em harmonia com a Instrução Normativa 05/2017 MPDG, o Manual de Obras e Serviços de Engenharia da AGU, o manual Obras Públicas do TCU e o Manual de Licitações e Contratos do TCU. A documentação legal (RGI, matrícula, cadastro no SPU) dos imóveis onde serão realizadas as intervenções, estão de acordo com as recomendações dos órgão de controle, a fim de que não se utilize verba, realize benfeitoria ou manutenção em imóvel que não seja da Polícia Federal/MJ.

ETP-17.5. VIABILIDADE AMBIENTAL

etp-17.5.1.1.1. Trata-se de contratação de serviço que produz reduzido impacto ambiental, não é obra, portanto trata-se de quesito não aplicável no que diz respeito à necessidade de certidões ou autorizações junto aos órgão ambientais. Restam observações, que foram elencadas neste instrumento, quanto à obtenção e descarte de insumos que obedeçam aos requisitos mínimos de eficiência energética/reciclagem e que estejam de acordo com a legislação ambiental.

LISTA DE ANEXOS

- Anexo I do ETP - Características Gerais dos Imóveis
- Anexo II do ETP - Composição dos BDI's Referenciais
- Anexo III do ETP do TR - Planilha da Administração
- Anexo IV do ETP - Convenções Coletivas



ANEXO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS IMÓVEIS

IMOV-1. ESPECIFICAÇÕES

As atuais dependências apresentam as características gerais abaixo descritas, sendo estas orientativas, podendo sofrer modificações e/ou acréscimos em função da necessidade do Órgão.

IMOV-1.1. Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso do Sul;

- IMOV-1.1.1. Endereço: Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 - Bairro Vila Sobrinho - Campo Grande/MS, CEP 79.110-503, Fone (67) 3368-1140
 - IMOV-1.1.1.1. Área construída de aproximadamente 7.200 m², composta de prédio principal (5.308,92 m²),
 - IMOV-1.1.1.2. Área prédios anexos – oficina/depósitos/copa/GTED/Casa Gases/Guarita (572,85 m²), prédio do SELOG (307,87 m²),
 - IMOV-1.1.1.3. Área prédio do SICOR (657,43 m²),
 - IMOV-1.1.1.4. Área Estacionamentos Cobertos (1.757,25 m²);
 - IMOV-1.1.1.5. Área Estacionamento Privativo de Servidores (em frente à SR);
 - IMOV-1.1.1.6. Área sala Shopping Campo Grande (NUMIG)
 - IMOV-1.1.1.7. Área sala Aeroporto (Migração)
 - IMOV-1.1.1.8. Área externa: 14.361,68,00 m²;
 - IMOV-1.1.1.9. Área do terreno: 22.662,00 m²;
- IMOV-1.1.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.1.3. Instalações de prevenção e combate a incêndio, hidrantes e extintores portáteis;
- IMOV-1.1.4. Instalações de Ar condicionado composto por aparelhos de expansão direta tipo mini SPPLIT e ACJ, e exaustores;
- IMOV-1.1.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.1.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.1.7. Instalações elétricas prediais completas, incluindo sistema de iluminação e força. Dotado de rede elétrica convencional (comum), de emergência (gerador), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).
 - IMOV-1.1.7.1. A subestação do prédio sede é atendida na tensão de 13,8 kV, suprimindo, em condições normais, toda a demanda de energia. Na falta da fonte de energia comercial, um grupo motor gerador diesel entra em funcionamento automaticamente suprimindo as cargas definidas como essenciais. Há gerador para o prédio principal e para o prédio do SICOR.

IMOV-1.2. Unidade da PF

- IMOV-1.2.1. Endereço: Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS;
 - IMOV-1.2.1.1. Área construída de aproximadamente: 398,50 m²;
 - IMOV-1.2.1.2. Área externa: 291,15 m²;
 - IMOV-1.2.1.3. Área do terreno: 505,35 m²;
- IMOV-1.2.2. Instalações hidrossanitárias;



- IMOV-1.2.3. Instalações elétricas incluindo sistema de iluminação e força;
- IMOV-1.2.4. Sistema de ar condicionado do tipo Split e de Janela (ACJ);
- IMOV-1.2.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.2.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.2.7. Instalações de prevenção e combate a incêndio com extintores portáteis.

IMOV-1.3. Delegacia de Polícia Federal em Corumbá;

- IMOV-1.3.1. Endereço: Praça da República, 51, Centro, Corumbá/MS, CEP 79.301-140; · Fone: (0xx-67) 3234-7800;
 - IMOV-1.3.1.1. Área construída de aproximadamente: 952,60 m²;
 - IMOV-1.3.1.2. Área externa: 186,95 m²;
 - IMOV-1.3.1.3. Área do terreno: 684,85 m²;
- IMOV-1.3.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.3.3. Instalações elétricas prediais completas, com rede elétrica convencional (comum), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).
- IMOV-1.3.4. Instalações de Ar condicionado composto por aparelhos de expansão direta tipo mini SPLIT e ACJ, e exaustores;
- IMOV-1.3.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.3.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.3.7. Instalações de prevenção e combate a incêndio com extintores portáteis.

IMOV-1.4. Posto de Fiscalização da PF na Fronteira Brasil/Bolívia (ESDRA);

- IMOV-1.4.1. Endereço: Fronteira Brasil/Bolívia, Corumbá/MS;
 - IMOV-1.4.1.1. Área construída de aproximadamente: 46,25 m²;
- IMOV-1.4.2. Instalações elétricas prediais para posto de fiscalização e de iluminação externa; · Sistema de ar condicionado do tipo SPLIT;
- IMOV-1.4.3. Instalação hidrossanitária.

IMOV-1.5. Nova sede para a Delegacia de Polícia Federal em Corumbá;

- IMOV-1.5.1. Endereço: Rua Nossa Senhora da Candelária, s/n, Corumbá/MS;
 - IMOV-1.5.1.1. Área do terreno: 28.000,00 m²;
- IMOV-1.5.2. Instalações elétricas de iluminação para o estacionamento.
- IMOV-1.5.3. Área de capina a ser mantida.

IMOV-1.6. Aeroporto



IMOV-1.7. Delegacia de Polícia Federal em Dourados;

- IMOV-1.7.1. Endereço: Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular, Dourados/MS, CEP 79.822-059, Fone: (0xx-67) 3420-1700;
 - IMOV-1.7.1.1. Área construída de aproximadamente: 3.991,80 m² e área de estacionamentos cobertos de 748,92 m²;
 - IMOV-1.7.1.2. Área externa: 15.060,00 m²;
 - IMOV-1.7.1.3. Área do terreno: 18.361,50 m²;
- IMOV-1.7.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.7.3. Instalações de prevenção e combate a incêndio, hidrantes e extintores portáteis;
- IMOV-1.7.4. Instalações de Ar condicionado composto por aparelhos de expansão direta tipo mini SPPLIT e ACJ, e exaustores;
- IMOV-1.7.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.7.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.7.7. Instalações elétricas prediais completas, com rede elétrica convencional (comum), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).

IMOV-1.8. Delegacia de Polícia Federal em Naviraí;

- IMOV-1.8.1. Endereço: Av. Mato Grosso, nº 1215, bairro Centro, Naviraí/MS, CEP 79.950-000, Fone: (0xx-67) 3409-4200;
 - IMOV-1.8.1.1. Área construída de aproximadamente: 752,40 m² e área de estacionamentos cobertos de 312,25 m²;
 - IMOV-1.8.1.2. Área externa: 5.720,15 m²;
 - IMOV-1.8.1.3. Área do terreno: 6.685,00 m²;
- IMOV-1.8.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.8.3. Instalações elétricas prediais completas, com rede elétrica convencional (comum), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).
- IMOV-1.8.4. Sistema de ar condicionado do tipo Split e de janela;
- IMOV-1.8.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.8.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.8.7. Instalações de prevenção e combate a incêndio com extintores portáteis.

IMOV-1.9. Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã;

- IMOV-1.9.1. Endereço: Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro, Ponta Porã/MS, CEP 79.900-000, Fone: (0xx-67) 3437-0500;
 - IMOV-1.9.1.1. Área construída de aproximadamente: 531,95 m² e área de estacionamento coberto de 124,60 m²;
 - IMOV-1.9.1.2. Área externa: 530,85 m²;
 - IMOV-1.9.1.3. Área do terreno: 852,55 m²;
- IMOV-1.9.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.9.3. Instalações elétricas prediais completas, com rede elétrica convencional (comum), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).
- IMOV-1.9.4. Sistema de ar condicionado do tipo Split e de janela;



- IMOV-1.9.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.9.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.9.7. Instalações de prevenção e combate a incêndio com extintores portáteis.

IMOV-1.10. Nova sede para a Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã;

- IMOV-1.10.1. Endereço: Rua Jorge Roberto Salomão, s/n, bairro Jardim Panambi, Ponta Porã/MS;
 - IMOV-1.10.1.1. Área construída de aproximadamente: 18,50 m²;
 - IMOV-1.10.1.2. Área externa: 28.350,00 m²;
 - IMOV-1.10.1.3. Área do terreno: 34.025,00 m²;
- IMOV-1.10.2. Instalações elétricas prediais para guarita e de iluminação para o estacionamento; · Sistema de ar condicionado do tipo SPLIT para guarita;
- IMOV-1.10.3. Instalação hidrossanitária para guarita.

IMOV-1.11. Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas:

- IMOV-1.11.1. Endereço: Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada, Três Lagoas/MS, CEP 79.611-140, Fone: (0xx-67) 3509-0400;
 - IMOV-1.11.1.1. Área construída de aproximadamente: 917,90 m² e área de estacionamento coberto de 326,70 m²;
 - IMOV-1.11.1.2. Área externa: 1.958,30 m²;
 - IMOV-1.11.1.3. Área do terreno: 6.600,00 m²;
- IMOV-1.11.2. Instalações hidrossanitárias;
- IMOV-1.11.3. Instalações elétricas prediais completas, com rede elétrica convencional (comum), estabilizada (estabilizador) e ininterrupta (no-breaks).
- IMOV-1.11.4. Sistema de ar condicionado do tipo Split e de janela;
- IMOV-1.11.5. Instalações de controle de acesso e CFTV;
- IMOV-1.11.6. Instalações de lógica e telefonia;
- IMOV-1.11.7. Instalações de prevenção e combate a incêndio com extintores portáteis.



ANEXO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR JUSTIFICATIVA E COMPOSIÇÃO DOS BDI REFERENCIAIS

BDI-1. COMPOSIÇÃO DO BDI

BDI-1.1. Para a pretendida licitação o detalhamento do BDI observa as diretrizes do art 9 do Decreto 7.983 de 2013 e os parâmetros do Acórdão 2.622/2013 - Plenário TCU.

BDI-1.2. BDI PARA ITENS DE MÃO DE OBRA PARA TODAS AS UNIDADES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS					7 - COMPOSIÇÃO DE BDIS SERVIÇOS - MÃO DE OBRA SR/PF/MS, DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS			SUMÁRIO	
Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: CAMPO GRANDE/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%			Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.		
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%			
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%			
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.									
ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme inciso IV, Art. 4º, Lei Complementar nº 40/2001.									

Proponente: **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL**

Tipo de Obra: **MANUTENÇÃO PREDIAL**

Desonerado: **SIM**



Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: CORUMBÁ/MS		
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)	
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:	
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%		
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.	
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%		
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.								
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.								
ISS serviço de Manutenção predial - 3%, conforme item 7.05 do anexo I da Lei Complementar nº 677/2007.								

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: DOURADOS/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%			
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	Observações: i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%			
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%			
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%			
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									



A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.

ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme item 15 da tabela I da Lei 6857/01

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: NAVIRAI/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI=((1+AC+R+GS) \times (1+Df) \times (1+L)) / (1-I)$		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%			
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.		
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%			
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%			
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.									
ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme § 4º do Art. 11 da Lei Complementar Nº 17/2006.									

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL											
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM					
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: PONTA PORÃ/MS					
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%			
		1º Quartil	Médio	3º Quartil							
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)				
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%					
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)				
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%					
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	Observações: i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.				
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%					
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%					



6.2	COFINS	Não aplicável	COFINS	3,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS
6.3	ISS	Não aplicável	ISS	5,00%	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%	
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.					
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.					
ISS serviço de Manutenção predial - 3%, conforme item 7.05 da tabela I do anexo A da Lei 7.303/97-CTML					

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: TRÊS LAGOAS/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI=((1+AC+R+GS) \times (1+Df) \times (1+L)) / (1-I)$		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		
	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%			
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.		
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%			
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%			
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.									
ISS serviço de Manutenção predial - 4%, conforme item 7.05 da tabel anexo I da Lei Complementar nº 147/12.									



BDI-1.3. BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA TODAS AS UNIDADES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS		8. COMPOSIÇÃO DE BDI - FORNECIMENTO DE MATERIAIS - SR/PF/MS, DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS					SUMÁRIO	
Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM		
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: CAMPO GRANDE/MS, CORUMBÁ/MS, DOURADOS/MS, NAVIRAÍ/MS, PONTA PORÃ/MS, TRÊS LAGOAS/MS		
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada	BDI Proposto	18,13%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,30%	0,48%	0,82%	Garantia + Seguro (G+S)	0,30%	BDI=((1+AC+R+GS)x(1+Df)x(1+L))/(1-I)	
2	Risco (R)	0,56%	0,85%	0,89%	Risco (R)	0,56%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,85%	0,85%	1,11%	Despesas financeiras (Df)	0,85%		
4	Administração Central (Ac)	1,50%	3,45%	4,49%	Administração Central (Ac)	1,50%	Observações:	
5	Lucro (L)	3,50%	5,11%	6,22%	Lucro (L)	5,11%		
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	8,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.	
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	0,00%		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	Não aplicável			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.								
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.								

BDI-1.4. JUSTIFICATIVAS PARA A COMPOSIÇÃO DO BDI

BDI-1.4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

ACÓRDÃO Nº 2.622/2013 – TCU - PLENÁRIO

O Acórdão nº 2.622/2013 - TCU versa sobre as faixas de valores dos itens componentes do cálculo do BDI, bem como os valores referenciais de BDI por faixa de valores de obras de edificações.

BDI-1.4.2. COMPONENTES DO BDI

Os itens considerados no cálculo do BDI estão contemplados nas tabelas do Acórdão 2.622/2013, e também podem ser verificados no Art. 9º do Decreto nº 7.983, de 8 de abril



de 2013, que estabelece regras e critérios para a elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, sendo:

taxa de rateio da administração central;

percentuais de tributos incidentes sobre o preço do serviço, excluídos aqueles de natureza direta e personalística que oneram o contratado;

taxa de risco, seguro e garantia do empreendimento; e

taxa de lucro.

De acordo com o Acórdão nº 2.622/2013 - TCU – Plenário, a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), foi criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição previdenciária sobre a folha de pagamentos.

BDI-1.4.3. DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

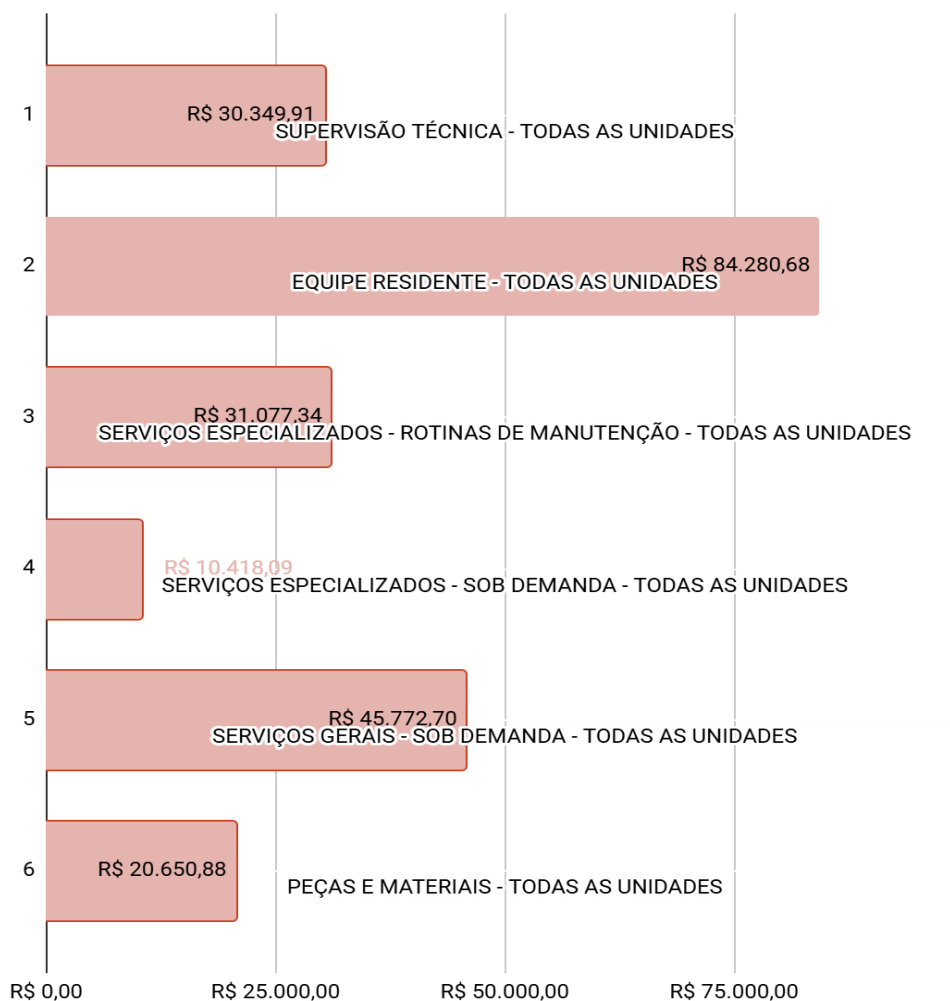
A partir de 2011, as empresas passaram a ser contempladas com a política nacional de desoneração da folha de salários, substituindo a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) referente aos 20% (vinte por cento) sobre a folha, por uma contribuição de inicialmente 1,50% ou 2,50%, que posteriormente baixou para 1,00% u 2,00% sobre a receita bruta, conforme segmento da empresa. Em 13 de novembro de 2014, foi criada a Lei nº 13.043 tornando permanente a desoneração da folha.

A lei 13.161/2015, de 31 de agosto de 2015, com vigência a partir de 1º de dezembro de 2015, alterou a alíquota incidente sobre a receita bruta das empresas, no caso da construção civil, de 2,00% para 4,50%, para preços desonerados. Com essa lei, a desoneração passou a ser facultativa, sendo opção da empresa escolher entre a contribuição sobre a receita bruta (CPRB) ou contribuir sobre a folha salarial, optando em cada obra de construção civil por uma das duas contribuições.

Considerando ainda, a prorrogação da desoneração da folha até 31 de dezembro de 2023, torna-se imperiosa uma detalhada análise por parte do gestor, devidamente assessorado pela área técnica, avaliando qual o melhor regime de contribuição a ser adotado no certame licitatório, quais sejam, desonerado ou não desonerado.

Como no processo licitatório não é sabido, de antemão, qual o licitante vencedor e, pelo fato do edital exigir que a empresa tenha sua atividade-fim relacionada com a área da construção civil, objeto da licitação, adotou-se, o SINAPI COM desoneração (visto ser a opção mais vantajosa para a administração), sendo aplicada, portanto uma CPRB, a fim de remunerar a contratada quanto à tributação sobre a receita bruta, de 4,50%.

Para a pretendida licitação serão adotados os custos de referência desonerados, pois somente a mão de obra para serviços continuados já responde por 41% do orçamento geral,



Sendo assim, verifica-se que:

- BDI-1.4.3.1.1. um montante superior a 28%, fator de corte para optar pelo regime desonerado, do orçamento será destinado ao pagamento de mão de obra;
- BDI-1.4.3.1.2. Infere-se, ainda, que o acréscimo de 4,5% de CPRB nos BDI's de mão de obra e material não é mera adição, devendo-se incrementar tal percentual no denominador da fórmula do BDI;
- BDI-1.4.3.1.3. Conforme o exposto no gráfico acima detalhado, evidencia-se que tendo em vista o valor destinado para mão de obra, frente ao orçamento total, deverá ser utilizado o regime de desoneração da folha.

BDI-1.4.4. EQUAÇÃO DO CÁLCULO DO BDI

Para o cálculo do BDI foi considerado a equação proposta pelo relatório que fundamentou o Acórdão nº 2622/2013, ilustrada abaixo:

$$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$$

Onde:

- AC é a taxa de rateio da administração central;
- R corresponde aos riscos;
- S é uma taxa representativa de Seguros;



- G é a taxa que representa o ônus das garantias exigidas em edital;
- DF é a taxa representativa das despesas financeiras;
- L corresponde ao lucro/remuneração bruta do construtor e;
- I é a taxa representativa dos tributos incidentes sobre o preço de venda (PIS, Cofins, CPRB e ISS).

BDI-1.4.5. PREMISSAS E CONSIDERAÇÕES PARA O CÁLCULO DO BDI

PREMISSAS

Para formação do preço base para licitação, foram adotados os seguintes fatores:

- Regime de incidência do PIS e Cofins cumulativo;
- Regime de contribuição previdenciária sobre receita bruta **COM desoneração**;
- Empresa não enquadrada no simples nacional.

Cada **empresa licitante deverá apresentar o demonstrativo e justificativas para os BDI de acordo com a classificação de sua empresa, o regime de incidência previdenciária e o regime de incidência de PIS e COFINS a qual está enquadrada.**

Por semelhança, no serviço, objeto deste Termo de Referência, foram adotados valores pertencentes ao tipo de obra de construção **de edifícios**.

BDI-1.4.6. PATAMARES ESTIPULADOS PELO ACÓRDÃO Nº 2622/2013 - TCU-PLENÁRIO

Para construção de edifícios o acórdão TCU especifica os seguintes valores:

BDI PARA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS			
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	3,00%	4,00%	5,50%
SEGURO + GARANTIA	0,80%	0,80%	1,00%
RISCO	0,97%	1,27%	1,27%
DESPESA FINANCEIRA	0,59%	1,23%	1,39%
LUCRO	6,16%	7,40%	8,96%

Para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos o acórdão TCU especifica os seguintes valores:

BDI PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS			
PARCELA DO BDI	1º Quartil	Médio	3º Quartil
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%	3,45%	4,49%
SEGURO + GARANTIA	0,30%	0,48%	0,82%
RISCO	0,56%	0,85%	0,89%
DESPESA FINANCEIRA	0,85%	0,85%	1,11%



LUCRO	3,50%	5,11%	6,22%
-------	-------	-------	-------

BDI-1.4.7. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)

A administração central de uma empresa de construção civil engloba toda a estrutura necessária para execução de atividades específicas de direção geral da empresa como um todo, de forma que sejam alcançados os objetivos empresariais da construtora.

O valor da taxa de administração central decorre do rateio das despesas administrativas do escritório central por todas as obras que a empresa esteja executando no período, variando de acordo com a complexidade e o prazo de cada obra, com a estrutura da empresa e efetivamente com a necessidade de utilização do escritório central pela obra, como por exemplo, nas áreas de suprimentos e financeiro.

BDI-1.4.8. Para Mão de Obra (AC = 3,00%)

Para administração central de serviços continuados (mão de obra) optou-se pela taxa de 3,00%, valor referente ao 1º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, tendo em vista que o objeto da contratação é um serviço de baixa complexidade e que não demanda grandes gastos com escritório central podendo ser executado, inclusive, com mão de obra local o que reduz gastos com escritórios e outros relativos à Administração Central.

BDI-1.4.9. Para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (AC = 1,85%)

Para administração central para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos optou-se pela taxa de 3,45%, valor referente ao 2º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, tendo em vista que o objeto da contratação é um serviço de baixa complexidade, mas que terá elevada quantidade de serviço eventual fora da praça de origem, o que demandará, a princípio, acréscimo nos gastos com logística para aquisição de itens de mero fornecimento de materiais ou equipamentos.

BDI-1.4.10. SEGUROS (S) E GARANTIAS (G)

Seguros são contratos regidos pelo direito privado firmados entre o particular (segurado) e a companhia seguradora (segurador), por meio dos quais o segurador se obriga, mediante o recebimento antecipado de um prêmio, a reparar danos causados ao particular segurado ou a terceiros pela ocorrência de eventos alheios a sua vontade devidamente especificados na apólice de seguro, limitando-se essa obrigação ao valor da importância segurada a que tem direito o segurado pela ocorrência do sinistro.

Nos orçamentos de obras públicas, considera-se que a parcela de seguros da composição de BDI refere-se ao valor monetário do prêmio de seguro pago pelo particular segurado à companhia seguradora em contrapartida à cobertura dos riscos contratados, cujos encargos financeiros assumidos pelo particular são repassados aos preços das obras a serem contratadas pela Administração Pública. O cálculo do prêmio de seguro pode variar de acordo com o perfil dos segurados e as características do objeto segurado, como: custos totais de implantação, complexidade e porte da obra, cronograma de execução, condições locais, métodos construtivos, dentre outras variáveis.

A garantia contratual tem por objetivo resguardar a Administração Pública contra possíveis prejuízos causados pelo particular contratado em razão de inadimplemento das disposições contratuais, sendo exigida por decisão discricionária do administrador público, desde que prevista no instrumento convocatório, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993.



Sob o ponto de vista dos orçamentos de obras públicas, considera-se que a exigência de prestação de garantia contratual é uma estratégia de alocação de riscos como medida que visa a assegurar o adequado adimplemento do contrato e a facilitar o ressarcimento de possíveis prejuízos sofridos pela Administração Pública, na hipótese de inexecução por parte do particular contratado. Em função disso, a sua exigência deve ser avaliada caso a caso, levando em conta a complexidade e as especificidades do objeto a ser segurado, dentre outras variáveis, visto que, no caso de o particular optar pelo oferecimento de fiança bancária ou seguro-garantia, os custos de sua contratação acarreta um ônus econômico a ser repassado aos preços das obras na composição de BDI.

Para Mão de Obra (S + G = 0,80%)

BDI-1.4.10.1.1. Tendo em vista que a obra não representa grandes riscos na execução em razão de se tratar de um serviço comum com baixa complexidade, não sendo, portanto, necessário grandes gastos com a contratação de seguros ou execução de garantias, optou-se por utilizar a taxa de 0,80% (valor do 1º quartil e médio do Acórdão 2622/2013 – TCU).

Para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (S + G = 0,30%)

BDI-1.4.10.1.2. Considerando que trata-se de uma obra com execução de serviços comuns com baixa complexidade, não sendo, portanto, necessário grandes gastos com a contratação de seguros ou execução de garantias, foi adotada a taxa de 0,30% (valor do 1º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU).

BDI-1.4.11. RISCOS (R)

A literatura de diversas áreas de conhecimento geralmente define o conceito geral de riscos como eventos futuros e incertos, oriundos de fontes internas e externas, que podem influenciar de forma significativa o alcance dos objetivos de uma organização, cuja probabilidade de ocorrência e seus impactos não podem ser determinados com precisão antecipadamente. Em projetos de obras de engenharia, segundo Limmer (1996, p. 141), os riscos são uma constante ao longo de sua implementação e podem ser definidos como a perda potencial resultante de um incidente futuro resultante de ambientes interno e externo, que tendem a alterar o cenário inicialmente planejado.

Em orçamentos de obras públicas, a mensuração dos riscos deve se basear em uma técnica consistente, que assegure que o risco seja quantificado de maneira sistemática, transparente e confiável, de forma a permitir a cobertura de custos adicionais decorrentes de eventos cujos efeitos sejam incertos. Diante da impossibilidade de empregar técnicas mais complexas para o cálculo da parcela de riscos para cada obra em particular, entende-se que os referenciais extraídos de fontes baseadas em análise estatísticas de projetos semelhantes podem ser paradigmas confiáveis para a determinação do percentual a ser adotado na taxa de BDI.

Para Mão de Obra (R = 0,97%)

BDI-1.4.11.1.1. Na presente licitação, por se tratar de serviços de engenharia de porte pequeno a serem executados em área facilmente isolável onde os riscos de danos a terceiros são facilmente controláveis, os riscos envolvidos a falhas de projetos são facilmente mitigados e os riscos envolvendo fenômenos naturais são improváveis tendo em vista a localização da execução, foi adotado o menor valor constante no Acórdão 2622/2013 – TCU que é 0,97% referente ao 1º Quartil.

Para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (R = 0,56%)



BDI-1.4.11.1.2. Conforme exposto no item anterior, nos serviços a serem executados, não há, salvo melhor entendimento, a probabilidade de ocorrência de fatos que gerem riscos na execução dos mesmos e portanto foi adotado o menor valor constante no Acórdão 2622/2013 – TCU para itens de mero fornecimentos de materiais e equipamento que é 0,56% referente ao 1º Quartil.

BDI-1.4.12. DESPESAS FINANCEIRAS (DF)

Em obras de engenharia, conforme se extrai do Acórdão 325/2007-TCU-Plenário, despesas financeiras são gastos relacionados ao custo do capital decorrente da necessidade de financiamento exigida pelo fluxo de caixa da obra e ocorrem sempre que os desembolsos acumulados forem superiores às receitas acumuladas, sendo correspondentes à perda monetária decorrente da defasagem entre a data de efetivo desembolso e a data do recebimento da medição dos serviços prestados.

O cálculo das despesas financeiras leva em consideração, especialmente, o prazo médio de financiamento da obra. Conceitualmente, a apuração desse prazo médio está relacionada com o ciclo financeiro corresponde ao intervalo de tempo resultante da defasagem entre a data dos desembolsos financeiros e a data das receitas correspondentes, sendo considerado o período em que efetivamente a empresa terá que financiar as suas atividades operacionais, como estocagem, produção, pagamento aos fornecedores, medição dos serviços e recebimento das receitas.

Conforme Lei 4.320/1964, arts. 62 e 63, salvo casos excepcionais, as entidades contratantes só podem legalmente pagar pelos serviços após sua efetiva realização nos contratos de construção de obras públicas. Deste modo, a contratada adquire os insumos e realiza os serviços com seus próprios recursos, e recebe pelos serviços em até 30 dias corridos após a medição, ou seja, 22 dias úteis, conforme estabelece a Lei n. 8.883/1994. Ocorre, com isso, uma defasagem entre o momento do desembolso e o momento do efetivo recebimento, o que acarreta perda monetária.

Para **Mão de Obra (DF = 1,23%)**

BDI-1.4.12.1.1. Em razão de o objeto deste Termo de Referência possuir despesas financeiras que envolvem certo grau de provisionamento, foi utilizado o valor médio de **1,23%**, valor referente ao 1º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

Para **itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (DF = 0,85%)**

BDI-1.4.12.1.2. Em razão de o objeto deste Termo de Referência possuir despesas financeiras que envolvem certo grau de provisionamento, com pagamento antecipado de alguns serviços e materiais, foi utilizado o valor médio de **0,85%**, valor referente ao 2º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

BDI-1.4.13. IMPOSTOS (I) - PIS, COFINS, ISS E CPRB

Impostos sobre o faturamento são aqueles que incidem no preço final do serviço, quais sejam: Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

BDI-1.4.14. PIS e COFINS

No que se refere aos percentuais de Contribuição para Programas de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, apesar de existirem diversos regimes especiais de apuração, foi tratado neste demonstrativo apenas a regra geral de apuração por incidência cumulativa com base no art. 8º da Lei n. 10.637/2002 e art. 10º



da n. Lei 10.833/2003 (alterada pela Lei 13.043/2014), que apontam as pessoas jurídicas e receitas que permanecem sujeitas ao regime cumulativo, dentre elas, as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada de obras de construção civil (Lei n. 12.375/2010).

Assim, as obras de construção civil contribuem para o PIS e a COFINS utilizando as alíquotas de contribuição de 0,65% e 3,00% do faturamento bruto, respectivamente.

BDI-1.4.15. ISS

Para o ISS, a alíquota mínima foi fixada em 2% pelo art. 88, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, enquanto a alíquota máxima foi estipulada em 5% pelo art. 8º, inciso II, da Lei Complementar n. 116, de 31/07/2003.

Ressalte-se, ainda, conforme o § 2º, inciso I, art. 7º dessa mesma Lei Complementar, que a base de cálculo desse tributo é o preço do serviço, excluindo-se desse número o valor dos materiais fornecidos pelo prestador dos serviços.

Ainda, os municípios gozam de autonomia para fixar as alíquotas desse tributo, desde que respeitados esses limites, e que, nos orçamentos, se deve adotar a alíquota de ISS do município onde o empreendimento é realizado, e não aquela de onde fica a sede da empresa construtora.

- BDI-1.4.15.1.1. Para a SR/PF/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Complementar Nº 496 DE 05/10/2023*
- BDI-1.4.15.1.2. Para a DPF/CRA/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Complementar Nº 100, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006.*
- BDI-1.4.15.1.3. Para a DPF/DRS/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Complementar Nº 252, DE 02 DE JUNHO DE 2014.*
- BDI-1.4.15.1.4. Para a DPF/NVI/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Complementar Nº 193, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.*
- BDI-1.4.15.1.5. Para a DPF/PPA/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Complementar nº. 72, de 16 de agosto de 2010.*
- BDI-1.4.15.1.6. Para a DPF/TLS/MS (ISS = 5,00 % sobre mão de obra) - Lei Nº 1.067, DE 25.09.1991*

BDI-1.4.16. CPRB = 4,50%

O acórdão nº. 2.622/2013 estabelece a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), criada pela União para desonerar a folha de salários de diversas atividades econômicas em substituição à contribuição patronal de 20%. Esse percentual que foi estabelecido em 2,00% aplicado sobre o valor da receita bruta, pelo acórdão, foi alterado para 4,50%, pela Lei 13.161 de 31 de agosto de 2015 e passou a vigorar em 01º de dezembro de 2015.

Como os preços SINAPI utilizados para composição da Planilha Orçamentária estão COM desoneração, adota-se CPRB de 4,50% na composição do BDI, visto que cerca de 40 % do orçamento do projeto será utilizado para mão de obra..

BDI-1.4.17. LUCRO

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o lucro para construção de edifícios pode variar de 6,16 % a 8,96%.

ALTOUNIAN (2007)[i] define: “Benefício e lucro: é a parcela que contempla a remuneração do construtor, definida com base em valor percentual sobre o total dos custos diretos e despesas indiretas, excluídas aqueles referentes às parcelas tributárias. A taxa adotada



como benefício deve ser entendida como uma provisão de onde será retirado o lucro do construtor, após desconto de todos os encargos decorrentes de inúmeras incertezas que podem ocorrer durante as obras, difíceis de serem mensuradas no seu conjunto.”

Para Mão de Obra (L = 7,40%)

BDI-1.4.17.1.1. Para esta obra em questão, tendo como base que as localidades do objeto ser em grandes centros do estado, foi adotado o valor de 6,16% para lucro, valor referente ao valor mínimo do Acórdão 2622/2013 – TCU. Por ser um serviço simples de ser executado com possibilidade de utilização de mão de obra local o valor médio foi adotado ao invés do 1º quartil.

Para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (L = 5,11%)

BDI-1.4.17.1.2. O serviço em questão, a princípio, não demanda grandes aquisições de materiais e equipamentos classificados como mero fornecimento. Deste modo, caso haja necessidade de aquisição, a quantidade provavelmente será pequena e não demandará grandes gastos de logística da empresa e o lucro nessas aquisições não deve representar valor significativo (parcela principal). Logo optou-se pela taxa de 3,50 %, referente ao valor médio estipulado no Acórdão 2622/2013 – TCU.

BDI-1.5. BIDs ADOTADOS

BDI-1.5.1. PARA MÃO DE OBRA

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para mão de obra (serviços) deve estar compreendidos entre os seguintes valores:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
	20,34%	22,12%	25,00%

O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).

Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDIs para a mão de obra nos serviços de manutenção predial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Mato Grosso do Sul SR/PF/MS, bem como nas suas unidades subordinadas DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS, e DPF/TLS/MS é conforme demonstrado abaixo:

- BDI-1.5.1.1.1.** Para a SR/PF/MS: 31,15%;
- BDI-1.5.1.1.2.** Para a DPF/CRA/MS: 31,15%;
- BDI-1.5.1.1.3.** Para a DPF/DRS/MS: 31,15%;
- BDI-1.5.1.1.4.** Para a DPF/NVI/MS: 31,15%;
- BDI-1.5.1.1.5.** Para a DPF/PPA/MS: 31,15%;
- BDI-1.5.1.1.6.** Para a DPF/TLS/MS: 31,15%;

Os valores de BDI's apresentados ficaram acima do 3º Quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU, em decorrência do valor de CPRB, pois foram calculados **COM desoneração**.

BDI-1.5.2. PARA ITENS DE MERO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

De acordo com o Acórdão 2622/2013 – TCU, temos que o BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos deve estar compreendidos entre os seguintes valores:

CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL
-------------------------	------------	-------	------------



	11,10%	14,02%	16,80%
--	--------	--------	--------

O BDI utilizado como parâmetro foi o de Construção de Edifícios pois é o que mais se aproxima do objeto da contratação deste Termo de Referência (Serviço).

Com base na equação apresentada no item 2 e os parâmetros do item 3, temos que o BDI para mero fornecimento de materiais e equipamentos para todas as unidades é de 18,13%.

O valor de BDI apresentado ficou enquadrado entre o médio e o 3º quartil do Acórdão 2622/2013 – TCU.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MS000253/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 12/07/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR023214/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 19980.266013/2024-67
DATA DO PROTOCOLO: 24/06/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -SINDUSCON-MS, CNPJ n. 33.174.384/0001-18, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALONSO RESENDE DO NASCIMENTO;

E

FED DOS TRAB IND DA CONST E DO MOB DO ESTADO DE MS, CNPJ n. 26.856.732/0001-71, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). ELIZEU PACHECO;

SIND TRAB IND DA CONST E DO MOBILIARIO DE C GRANDE MS, CNPJ n. 15.418.254/0001-00, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). MARCO CEZAR RIBEIRO GONCALVES;

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE TRES LAGOAS - MS, CNPJ n. 37.198.876/0001-02, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALDENISIO SANTOS SALES;

SINDICATO DOS TRAB NA INDDA CONST CIVIL DE DOURADOS, CNPJ n. 15.554.942/0001-99, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ALINE CHAVES FERLE DAUZACKER;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de março de 2024 a 28 de fevereiro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de março.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Profissional dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Plano da CNTI**, com abrangência territorial em **Água Clara/MS, Amambai/MS, Anastácio/MS, Anaurilândia/MS, Angélica/MS, Antônio João/MS, Aquidauana/MS, Aral Moreira/MS, Bandeirantes/MS, Bataguassu/MS, Batayporã/MS, Bela Vista/MS, Bonito/MS, Brasilândia/MS, Caarapó/MS, Campo Grande/MS, Caracol/MS, Cassilândia/MS, Corguinho/MS, Coronel Sapucaia/MS, Coxim/MS, Deodápolis/MS, Dois Irmãos do Buriti/MS, Douradina/MS, Dourados/MS, Eldorado/MS, Fátima do Sul/MS, Glória de Dourados/MS, Iguatemi/MS, Inocência/MS, Itaporã/MS, Itaquiraí/MS, Ivinhema/MS, Japorã/MS, Jaraguari/MS, Jateí/MS, Juti/MS, Laguna Carapã/MS, Maracaju/MS, Miranda/MS, Mundo Novo/MS, Nioaque/MS, Nova Alvorada do Sul/MS, Nova Andradina/MS, Novo Horizonte do Sul/MS, Paranaíba/MS, Paranhos/MS, Pedro Gomes/MS, Ponta Porã/MS, Porto Murtinho/MS, Ribas do Rio Pardo/MS, Rio Negro/MS, Rio Verde de Mato Grosso/MS, Rochedo/MS, Santa Rita do Pardo/MS, São Gabriel do Oeste/MS, Selvíria/MS, Sete Quedas/MS, Sidrolândia/MS, Sonora/MS, Tacuru/MS, Taquarussu/MS, Terenos/MS, Três Lagoas/MS e Vicentina/MS.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - PISOS SALARIAIS

Ressalvados os aumentos previstos em lei, os pisos salariais das diversas funções da categoria profissional, a partir de 01º de março de 2024, de acordo com esta Convenção Coletiva de Trabalho, passarão a ter os seguintes valores mensais, para carga horária de 220 horas:

Piso Salarial	01/03/2024
Auxiliar de serviços Gerais	R\$ 1.412,00
Auxiliar de escritório	R\$ 1.514,00
Servente e vigia	R\$ 1.514,00
Meio Oficial	R\$ 1.641,00
Oficial	R\$ 2.028,00
Apontador	R\$ 1.989,00
Motorista	R\$ 2.028,00
Almoxarife	R\$ 2.089,00
Encarregado de obra e Depto. Pessoal	R\$ 2.334,00
Mestre de Obra	R\$ 3.123,00

Parágrafo Primeiro: As funções não previstas no quadro acima, terão o reajuste salarial de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário de fevereiro de 2024.

Parágrafo Segundo: As diferenças decorrentes da aplicação retroativa do reajuste salarial estabelecidos na presente Convenção Coletiva de Trabalho (desde o mês de março de 2024) poderão ser pagas em até três parcelas, sendo o mês de março/2024 pago na folha de julho/2024, o mês de abril/2024 pago na folha do mês de agosto de 2024, e os meses de maio/2024 e junho/2024 pago na folha de setembro/2024. Ficando a critério da empresa o pagamento do retroativo em parcela única.

Parágrafo Terceiro: Fica instituída a função de Meio-Oficial, sendo este o empregado que, embora com relativo conhecimento do ofício, não possua ainda a capacidade, produtividade e o desembaraço do profissional (Oficial), executando os serviços sob orientação ou supervisão deste ou ainda do mestre de obra.

Parágrafo Quarto: Os empregados em fase de aprendizado na função de Meio-Oficial poderão ser ou não ser classificados, após 60 (sessenta) dias de trabalho.

Parágrafo Quinto: Serão descontadas as antecipações ou aumentos salariais espontâneos, concedidos após o reajuste salarial de 1º de março de 2023.

Parágrafo Sexto: Não serão compensados os aumentos decorrentes de promoção ou equiparação salarial.

Parágrafo Sétimo: Ao MENOR APRENDIZ, independentemente do setor, fica garantida a percepção do salário hora cujo montante final será variável conforme a carga horária pactuada, na proporção das horas trabalhadas, no seguinte valor: **R\$ 8,45** (Oito reais e quarenta e cinco centavos).

Parágrafo Oitavo: Os valores acima descritos referem-se ao piso salarial mínimo da categoria. As empresas podem, a seu critério, praticar valores acima do estabelecido

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO

Fica convencionado que o pagamento do salário será mensal, com vencimento no quinto dia útil do mês subsequente ao mês trabalhado, conforme artigo 459 da CLT. A empresa poderá conceder mensalmente, a pedido do empregado, um adiantamento salarial correspondente a até 40% (quarenta por cento) do salário-base do empregado, o qual será pago até o vigésimo dia de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIO AO ANALFABETO

O pagamento salarial dos empregados analfabetos será efetuado com a presença e assinatura de 02 (duas) testemunhas.

Parágrafo Único: As empresas que optarem em fazer o pagamento via depósito bancário ficarão dispensadas da exigência prevista no *caput* desta cláusula, desde que o salário seja creditado na conta-corrente de titularidade do empregado.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SEXTA - HORAS EXTRAS

Fica convencionado entre as partes que as horas extras laboradas terão os seguintes adicionais sobre a hora normal:

- a) As 1ª e 2ª horas extras laboradas no dia serão remuneradas como adicional de 50% (cinquenta por cento);**
- b) As horas extras laboradas que excederem os limites previstos no item "a" serão remuneradas com adicional de 100% (cem por cento); e,**
- c) Domingos e feriados serão remunerados com adicional de 100% (cem por cento).**

Parágrafo Único: As horas extras laboradas, ainda que habituais, não descaracterizam o acordo de compensação.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA SÉTIMA - REMUNERAÇÃO DA HORA NORMAL NOTURNA

A remuneração do trabalho realizado no horário compreendido entre as 22h00 de um dia e as 05h00 do dia seguinte terá o acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento) sobre o valor da hora normal diurna.

Parágrafo Único: No percentual acima já estão incluídos o acréscimo previsto no artigo 73 da CLT, bem como a equivalência da hora de 52' e 30" (cinquenta e dois minutos e trinta segundos) àquela de 60" (sessenta minutos), conforme previsto no parágrafo primeiro do referido artigo.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

As empresas obrigam-se a pagar aos seus empregados os adicionais de insalubridade enquanto estes trabalharem em locais insalubres, quando assim enquadrados na legislação trabalhista atinente.

Parágrafo Único: Somente durante o período em que o empregado trabalhar com impermeabilização com produtos químicos em ambientes fechados (Rauf, Algibres e Assemelhados), incidirá adicional de insalubridade em grau máximo calculado com base no salário mínimo regional.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

As empresas obrigam-se a pagar aos seus empregados os adicionais de periculosidade enquanto estes trabalharem em atividade classificada como perigosa pela legislação brasileira.

CLÁUSULA DÉCIMA - TRABALHO EM ANDAIME SUSPENSO

Somente durante o período em que o empregado trabalhar em andaime suspenso ou “cadeirinha”, incidirá adicional de risco de vida de 34 % (trinta e quatro por cento). Tal adicional não se incorporará ao salário para nenhum fim.

OUTROS ADICIONAIS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ABONO DE QUALIFICAÇÃO

Buscando estimular a qualificação profissional e elevar a qualidade produtiva do setor, as empresas concederão aos empregados que realizarem ações de treinamento, com carga mínima de 120 horas, relacionadas às atribuições de seu cargo, proporcionadas e certificadas pelo empregador ou por instituições do Grupo SESI/SENAI, o valor de 5% (cinco por cento) calculado sobre o piso salarial durante o período de quatro meses, a título de abono.

Parágrafo único: Havendo concordância por escrito entre as empresas e os trabalhadores, será aceito que o empregado realize o treinamento em instituições diversas das mencionadas acima.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRÊMIO DE FÉRIAS POR ASSIDUIDADE

Fica assegurado ao trabalhador, o prêmio anual de férias a título de assiduidade consistente em 01 (uma) cesta básica de alimentos, padrão médio, conforme regras do parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: A cesta básica de alimentos será fornecida ao trabalhador que a ela fazer jus, até 15 (quinze) dias após o seu retorno das férias.

Parágrafo Segundo: A cesta básica, padrão médio (tipo C) será formada pelos produtos abaixo relacionados:

- 05 pacotes de arroz, de 5 kg
- 05 pacotes de feijão, de 1 kg
- 06 latas de óleo de soja – 900 ml
- 04 pacotes de açúcar cristal, de 2 kg
- 03 pacotes de café em pó de 500 g
- 03 pacotes de macarrão, de 500 g
- 02 pacotes de sal, de 1 kg
- 02 pacotes de farinha de mandioca, de 1 kg
- 03 latas de extrato de tomate, de 140 g
- 02 latas de sardinha, de 135 g
- 03 pacotes de farinha de trigo especial, de 1 kg
- 01 pacote de fubá, de 500 g
- 01 pacote de esponja de aço, com 8 unidades
- 04 rolos de papel higiênico, de 40 m
- 03 tubos de creme dental de 50 g
- 01 pacote de fósforo, de 10 unidades
- 04 sabonetes comuns, de 90 g
- 05 barras de sabão, de 200 g

02 caixas de detergente em pó, de 500 g

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que o prêmio anual poderá ser o equivalente a R\$ 290,00 (duzentos e noventa reais), em substituição a cesta básica com os produtos acima. Fica a critério da empresa o pagamento do prêmio de férias por assiduidade mediante de ticket alimentação.

Parágrafo Quarto: O recebimento do prêmio de férias pelo empregado que tenha faltado ao trabalho, de maneira injustificada, durante o período aquisitivo das férias, terá os seguintes descontos progressivos no valor do prêmio de férias:

- a) Desconto de 20% sobre o valor do prêmio no caso de 1 (uma) falta injustificada;
- b) Desconto de 50% sobre o valor do prêmio no caso de 2 (duas) faltas injustificadas; e,
- c) Perda do valor prêmio no caso de 3 (três) faltas injustificadas.

Parágrafo Quinto: Se o trabalhador houver alcançado as condições previstas no caput desta Cláusula, sendo rescindido o contrato de trabalho sem ter recebido o prêmio de férias por assiduidade, o pagamento desse benefício deverá ocorrer juntamente com as verbas rescisórias

Parágrafo Sexto: Qualquer forma de concessão do prêmio terá caráter indenizatório, não se incorporando aos contratos de trabalho e não gerando reflexos em qualquer verba consectária da relação de emprego, para nenhum fim.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

A Participação nos Lucros ou Resultados deverá obedecer aos critérios da Lei 10.101/2000, cabendo a Entidade Sindical Laboral negociar diretamente com as empresas que manifestarem por escrito interesse em aderir ao referido Programa (PPR), manifestação a ser endereçada também ao SINDUSCON/MS, para, em comum acordo, fixar os critérios de participação dos empregados nos lucros e resultados das respectivas empresas.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALIMENTAÇÃO

A alimentação oferecida nos canteiros de obras não se constitui salário "in natura" e não integrará a remuneração para qualquer fim.

Parágrafo Primeiro: As empresas fornecerão, obrigatória e gratuitamente, café da manhã aos empregados que estiverem efetivamente trabalhando, com no mínimo, os seguintes itens:

- 2 (dois) Pães com manteiga
- Copo com leite
- Xícara com café

Parágrafo Segundo: O fornecimento poderá ser substituído por ticket alimentação referente aos dias efetivamente trabalhados, em valor compatível com a alimentação descrita, desde que não seja inferior ao valor de R\$ 9,00 (nove reais) por dia.

Parágrafo Terceiro: O café da manhã descrito no parágrafo primeiro desta cláusula é opcional para o empregado e será disponibilizado nos 10 (dez) minutos que antecedem a jornada de trabalho, não podendo ser considerado como tempo à disposição do empregador.

Parágrafo Quarto: As empresas, que tenham em seu quadro mais de 15 (quinze) funcionários, deverão fornecer mensalmente, refeição no local de trabalho, ou auxílio alimentação por meio de vale-alimentação, ou ticket alimentação, com relação aos dias efetivamente trabalhados, sem custo ao empregado. **EXCETO** as empresas localizadas nos municípios de Campo Grande, Dourados e Três Lagoas, que deverão fornecer a refeição ou vale alimentação a qualquer quantidade de funcionários.

Parágrafo Quinto: Se a empresa optar por substituir o fornecimento da refeição pelo pagamento do auxílio alimentação, salvo melhores condições já praticadas, este terá o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) por mês e será fornecido juntamente com o salário até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

Parágrafo Sexto: Os trabalhadores filiados (associados) as entidades sindicais laborais, que assinam a presente convenção, terão direito ao auxílio-alimentação adicional, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais, ou seja, sem prejuízo da importância estipulada para todos os trabalhadores (R\$ 70,00), e será pago na mesma data do parágrafo anterior.

Parágrafo Sétimo: O valor do vale alimentação descrito no parágrafo quinto e sexto deverá ser pago dobrado, uma única vez, no mês seguinte à assinatura da Convenção Coletiva de Trabalho. Esse pagamento se limita aos valores descritos nesta convenção, ainda que a empresa pague vale alimentação ou ticket em valor superior aos especificados. Evidentemente, e por livre disposição da empresa ela poderá pagar valores superiores aos ali estabelecidos.

Parágrafo Oitavo: A dobra estipulada no parágrafo sétimo **NÃO** se aplica às empresas que fornecem alimentação in loco aos seus empregados

Parágrafo Nono: Não terão direito ao benefício os empregados que estiverem com o contrato de trabalho suspenso ou interrompido, bem como tenha recebido qualquer tipo de advertência ou punição. O empregado que tenha faltado ao trabalho, de maneira injustificada, durante o período aquisitivo do benefício, terá os seguintes descontos progressivos no valor do vale alimentação:

- a) Desconto de 20% sobre o valor do prêmio no caso de 1 (uma) falta injustificada;
- b) Desconto de 50% sobre o valor do prêmio no caso de 2 (duas) faltas injustificadas; e,
- c) Perda do valor prêmio no caso de 3 (três) faltas injustificadas.

Parágrafo Décimo: Os benefícios desta cláusula possuem natureza indenizatória, não representando, em hipótese alguma, salário "in natura", não integrando, portanto, o valor da remuneração e não produzindo reflexos nas demais verbas salariais ou nos encargos trabalhistas ou previdenciários decorrentes do vínculo de emprego.

Parágrafo Décimo Primeiro: Se qualquer das empresas associadas ao SINDUSON/MS vier a ser condenada ao pagamento de indenização em razão da discriminação feita no Parágrafo Sexto entre trabalhadores filiados e não filiados aos sindicatos laborais, que assinam a presente convenção, esta será obrigada a repará-la em ação de regresso, podendo ainda tal empresa reter as contribuições que haveria de destinar aos Sindicatos Laborais até o limite atualizado do valor da condenação.

Parágrafo Décimo Segundo: A entidade sindical laboral visando auxiliar as empresas e escritórios contábeis na implantação do VALE ALIMENTAÇÃO disponibiliza **FACULTATIVAMENTE** a PARCERIA/CONVÊNIO com a empresa EUCARD - CARTÕES E BENEFÍCIOS, a qual dispõe de ampla rede de credenciados que aceitam o cartão para a utilização e consumo dos trabalhadores e também contempla atendimento em toda a área de abrangência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, além de estar presente em grande parte do território nacional. Dentro deste convênio a adesão ao cartão e a emissão dos mesmos aos trabalhadores não terá custos a empresa nem ao trabalhador. As recargas disponibilizadas através dos cartões magnéticos também não terão custos para as empresas ou trabalhadores. O processo de credenciamento é bastante simplificado e de rápida execução, sendo entregue os cartões para utilização em poucos dias; CADASTRAMENTO: Para o cadastramento, basta a empresa ou escritório contábil interessado encaminhar e-mail para o endereço eletrônico msfetricom@gmail.com com o assunto: CARTÃO ALIMENTAÇÃO informando o nome da empresa, CNPJ, telefone, pessoa de contato e número de trabalhadores. Após isso, a equipe entrará em contato para o esclarecimento das dúvidas e para realização do credenciamento e emissão dos cartões. Do mesmo modo, poderão as empresas que desejarem contatar diretamente a empresa EUCARD para realização do cadastramento através do endereço eletrônico contato@eucard.com.br com o assunto: CONVÊNIO FETRICOM ou efetuar contato pelos telefones (45) 9 9906-8387 com Eliza, ou 0800 200 3133

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRANSPORTE

O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, por qualquer meio de transporte, não será computado na jornada de trabalho.

Parágrafo Primeiro: As empresas ficam obrigadas a fornecer aos empregados optantes o vale-transporte para utilização efetiva em transporte coletivo no deslocamento de sua residência exclusivamente para o local de trabalho e vice-versa, em quantidade suficiente para suprir tal deslocamento.

Parágrafo Segundo: O empregado que desejar usufruir do vale-transporte, ao ser admitido, deverá comprovar o endereço de sua residência, bem como informar o itinerário do deslocamento diário até o local de trabalho. O uso indevido do vale-transporte acarretará as penalidades previstas em lei, sujeitando o empregado à dispensa por justa causa.

Parágrafo Terceiro: Convencionou-se que o transporte e o vale-transporte não têm natureza salarial e não se incorporam na remuneração para qualquer fim.

Parágrafo Quarto: O empregado que optar pelo recebimento do auxílio sofrerá desconto mensal equivalente a 3% (três por cento) de seu salário a título de contribuição para o pagamento do vale-transporte.

AUXÍLIO DOENÇA/INVALIDEZ

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO-ACIDENTÁRIO

As empresas obrigam-se a pagar, uma única vez, a importância equivalente a 05 (cinco) vezes a remuneração vigente do trabalhador, em virtude de acidente de trabalho que o torne permanentemente inválido, mediante comprovação médica competente.

Parágrafo Único: Ficam dispensadas dessa obrigação as empresas que optarem pela adoção de plano de seguros para essa finalidade, desde que o valor do prêmio seja igual ou superior ao mencionado no *caput*.

AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO-FUNERAL

A empresa pagará, em parcela única, ao cônjuge sobrevivente ou a um dos sucessores do empregado, auxílio-funeral no valor equivalente a 05 (cinco) vezes a remuneração vigente do empregado falecido, no prazo de 30 (trinta) dias da ocorrência.

Parágrafo Único: Ficam dispensadas dessa obrigação as empresas que optarem pela adoção do plano de seguro que cubra essa despesa, desde que o valor do prêmio seja igual ou superior ao mencionado no *caput*.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA CTPS

A anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social digital deverá ser obrigatoriamente comprovada ao trabalhador admitido, entregando-se documento, mediante recibo assinado pelo trabalhador à empresa que o admitir, constando especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

O pagamento das parcelas constantes do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho – TRCT – ou recibo de quitação equivalente deverá ser efetuado até dez dias contados a partir do término do contrato independentemente da característica deste, da forma de rescisão e da modalidade do aviso prévio.

Parágrafo Único: No caso de ocorrer rescisão do contrato de trabalho por justa causa, a empresa comunicará ao trabalhador, por escrito, a infração ou infrações motivadoras da dispensa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO

Nos municípios de Campo Grande, Dourados, Agua Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selviria, e Três Lagoas, as empresas efetuarão as homologações de rescisões de contratos de trabalho, de trabalhadores a partir de 06 (seis) meses de contrato, na entidade sindical laboral representante da Categoria. Já nos demais municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, as homologações de rescisões de contratos de trabalho, de trabalhadores será a partir de 12 (doze) meses de contrato.

Parágrafo Primeiro: As empresas designarão, na carta de Aviso Prévio, dia e hora para o trabalhador comparecer a entidade sindical laboral, para receber as verbas rescisórias. Em caso de ausência do trabalhador, entidade sindical laboral certificará o fato, para descaracterização da mora do art. 477 da CLT.

Parágrafo Segundo: As empresas fornecerão à entidade sindical laboral, trimestralmente e a contar da vigência desta Convenção, a relação dos empregados demitidos com menos de 01 (um) ano de serviço, exclusivamente para fins estatísticos, mediante encaminhamento de um documento comprobatório pertinente.

Parágrafo Terceiro: A entidade sindical laboral pode, após fundamentação escrita e apresentada às empresas, utilizar ressalvas nas homologações das rescisões dos contratos de trabalho efetuadas nesta entidade sindical.

Parágrafo Quarto: A entidade sindical laboral se compromete a implantar um sistema de atendimento com hora marcada para realização das homologações rescisórias.

Parágrafo Quinto: As empresas deverão encaminhar a entidade sindical laboral carta de preposto com poderes para representá-las nas homologações, evitando questionamento quanto à legitimidade de sua representação.

MÃO-DE-OBRA JOVEM

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - MENORES APRENDIZES

Fica convencionado que o percentual de empregados a serem contratados pelas empresas representadas pelo Sindicato Patronal signatário da presente, a título de menores aprendizes, será calculado com base no número de empregados efetivamente registrados para labor no setor administrativo das empresas, tendo em vista as peculiaridades do ramo da construção civil.

Parágrafo Primeiro: Fica proibida a compensação e/ou prorrogação da jornada de trabalho aos menores de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo Segundo: Nos termos do artigo 405, inciso I da Consolidação das Leis do Trabalho, fica vedado ao menor o trabalho em locais e serviços perigosos ou insalubres.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO CONTRATO DE TRABALHO POR OBRA CERTA OU SERVIÇO CERTO

Fica convencionado que as empresas poderão contratar funcionários obedecendo ao Contrato de Trabalho por Obra Certa ou Serviço Certo, de que trata a Lei 2.959 de 17 de novembro de 1956.

Parágrafo Primeiro: O *caput* dessa cláusula fica cumulado ao disposto no Art. 443, §§ 1º e 2º, “b” da CLT, com observância dos requisitos nele inseridos,

Parágrafo Segundo: O contrato deverá ser pactuado por escrito.

Parágrafo Terceiro: Quando praticado o contrato previsto no *caput* desta cláusula, as empresas informarão a Entidade Sindical Laboral o número de empregados contratados e a respectiva obra.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O prazo máximo do contrato de experiência será de até 90 (noventa) dias, devendo pactuado por escrito e em duas vias e uma delas entregue ao trabalhador.

Parágrafo Único: Considera-se por prazo indeterminado, o contrato de trabalho celebrado pelo trabalhador que for readmitido para o exercício da mesma função ao mesmo empregador no prazo máximo de 06 (seis) meses contados da data de sua rescisão.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO/DESVIO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - EMPREGADO SUBSTITUTO

Fica assegurado ao empregado substituto o direito a adicional de gratificação equivalente à diferença entre o seu salário e o do substituído, adicional este que não será integrado ao salário e não gerará reflexos nas demais verbas de natureza salarial. Tal adicional somente será concedido quando:

- a) O empregado substituto execute todas as atividades do empregado substituído;
- b) A substituição ocorra por período igual ou superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

Parágrafo Único: A substituição eventual superior a 150 (cento e cinquenta) dias, passará a constituir promoção automática no cargo ou função. Não será admitido rebaixamento de função, exceto nos cargos de confiança.

TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - EMPREGADO TRANSFERIDO

O trabalhador contratado que for transferido para fora de sua base territorial terá direito a receber as verbas rescisórias em caso de dispensa sem justa causa, no local de origem de sua contratação, sendo que as despesas decorrentes de viagem e alimentação serão custeadas integralmente pelos empregadores.

Parágrafo Primeiro: As empresas arcarão com as despesas do empregado transferido que sejam referentes à alimentação adequada e ao alojamento. Estes benefícios não serão considerados salário “in natura” e, por tal motivo, jamais serão incorporados aos salários.

Parágrafo Segundo: O trabalhador contratado transferido para fora de sua base territorial, alterando provisoriamente seu domicílio, receberá um percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o seu salário-base. Esse adicional não será devido ao funcionário que utilizar-se do benefício instituído na cláusula quadragésima terceira deste instrumento coletivo.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - FERRAMENTAS

Os empregadores fornecerão o material necessário ao labor.

Parágrafo Único: As ferramentas e demais materiais serão entregues mediante comprovante assinado pelo empregado e a troca, quando estiverem fora das condições normais de uso, somente ocorrerá após a devolução do que fora recebido. O empregado é responsável pelas ferramentas e materiais que lhe forem entregues e os devolverá quando solicitado, devendo ressarcir os danos que provocar. Fica autorizado o abatimento, na remuneração do empregado, dos valores correspondentes aos danos.

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DISCRIMINAÇÃO

Nos termos da Constituição Federal vigente é vedado aos empregadores, no ato da admissão de um empregado ou durante a vigência do contrato laboral, a discriminação, seja de cor, raça, credo, sexo, idade, partido político ou qualquer outro tipo que possa ferir sua integridade como ser humano e cidadão.

ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ALEITAMENTO

Para alimentar o próprio filho que conte com até 6 (seis) meses de idade, a mulher empregada terá direito de ausentar-se do labor durante até 1 (uma) hora, nos termos da lei.

ESTABILIDADE SERVIÇO MILITAR

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE – SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Fica garantida ao trabalhador alistado a estabilidade provisória no emprego, sem repercussão financeira ou previdenciária, nos termos do artigo 132 da CLT.

ESTABILIDADE APOSENTADORIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE APOSENTADORIA

Fica assegurada a estabilidade provisória de 12 (doze) meses aos empregados que tenham 04 (quatro) anos ou mais de trabalho ininterruptos, prestados ao mesmo empregador e que estejam a 12 (doze) meses de sua aposentadoria por idade ou tempo de serviço, fato que deverá ser devidamente comprovado por documento elaborado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA AO FILHO MENOR

As trabalhadoras ou trabalhadores viúvos, sem companheiro ou companheira, poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário e dos demais direitos trabalhistas, até 02 (dois) dias em cada mês, consecutivos ou não, para acompanharem filho menor de 14 (quatorze) anos, ou excepcional de qualquer idade, ao hospital, mediante atestado fornecido pelo médico credenciado da empresa ou do sistema único de saúde.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO DO ESTUDANTE

Fica vedada a prorrogação da jornada de trabalho do trabalhador estudante, ressalvadas as hipóteses dos artigos 59 e 61 da Consolidação das Leis do Trabalho.

COMPENSAÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO BANCO DE HORAS

As horas excedentes à jornada diária serão compensadas pela correspondente diminuição em outros dias, desde que não exceda, **no período máximo de 06 (seis) meses**, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, independentemente de acordo de compensação de horas, sem acréscimo de salário, nos termos do art. 6ª da Lei 9.601/98.

Parágrafo Primeiro: As empresas e/ou estabelecimentos deverão criar um banco de horas para controle da jornada laboral, obedecendo ao que dispões o art. 6ª da Lei 9.601/98.

Parágrafo Segundo: Para efeito da aplicação do disposto nesta cláusula, fica definido que empresa e estabelecimento têm o mesmo significado.

Parágrafo Terceiro: Havendo a rescisão do Contrato de Trabalho sem a compensação integral da jornada extraordinária, de acordo com esta cláusula, deverá a empresa e/ou estabelecimento efetuar o pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão. Caso haja saldo negativo a empresa poderá efetuar o desconto das horas não trabalhadas pelo empregado, até o limite legal.

Parágrafo Quarto: As empresas poderão pactuar com seus empregados a implantação do Regime de Banco de Horas por meio de acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de 6 (seis) meses.

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - SUPRESSÃO NOS INTERVALOS INTRAJORNADAS

As partes convencionam que doravante ficam os trabalhadores dispensados de marcação de ponto nos intervalos para alimentação, devendo ser registrados pelos mesmos apenas os horários de início e término de expediente. Para isso, nos livros ou cabeçalhos de cartões de pontos deverão constar, explicitamente, os horários de saída e entrada relativos ao intervalo de almoço.

Parágrafo Primeiro: O intervalo intrajornada será de no mínimo 30 (trinta) minutos e de no máximo 1:00 (uma) hora, a ser fixado dentro do período compreendido entre as 11:00 (onze) horas e 13:00 (treze) horas, **conforme acordado pelas partes caso a caso**. Esclarece-se que o empregado que optar por usufruir do período mínimo de 30 (trinta) minutos de pausa intrajornada, terá antecipado o término de sua jornada de trabalho em 30 (trinta) minutos, o que não ocorrerá para aqueles que gozarem do intervalo de 1:00 (uma) hora, devendo estes cumprir a jornada integral.

Parágrafo Segundo: Para os trabalhadores do setor administrativo o horário de refeição ficará a critério de cada empregador, dentro do período compreendido entre 10h30 (dez e trinta) e 14h (quatorze) horas.

Parágrafo Terceiro: Por acordo entre as partes será possível a dilatação do horário de almoço, com a consequente alteração dos horários de entrada ou saída.

CONTROLE DA JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA JORNADA DE TRABALHO

Fica a critério de cada empresa estabelecer as jornadas diárias de trabalho, assim como as devidas compensações de horário.

Parágrafo Primeiro: Sugere-se que a jornada de labor diário tenha início às 07h00 e término às 17h00, de segunda a quinta-feira, e início às 07h00 e término às 16h00 na sexta-feira, com intervalo de 01 hora para descanso e alimentação.

Parágrafo Segundo: Preferencialmente não haverá jornada normal de trabalho aos sábados, convencionando-se que a duração normal da jornada semanal de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas.

Parágrafo Terceiro: As horas de labor que ocorrerem aos sábados poderão ser compensadas de segunda a sexta-feira, de acordo com as necessidades de cada empresa.

Parágrafo Quarto: As horas trabalhadas de segunda a sexta-feira para compensações de segunda a sexta-feira não serão consideradas horas extras para qualquer fim.

Parágrafo Quinto: Sábado ou dia compensado é considerado como dia útil.

Parágrafo Sexto: Fica permitido o acordo individual verbal para compensação das horas laboradas aos sábados, não sendo exigido acordo por escrito.

Parágrafo Sétimo: Institui-se a jornada de trabalho de 12 x 36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de repouso), respeitando-se o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais. Não são consideradas horas extraordinárias aquelas laboradas após a 8ª (oitava) diária e/ou domingos e feriados, tendo em vista à compensação que se opera. Ficam também compensadas as prorrogações do trabalho noturno.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ATESTADO MÉDICO

As empresas somente aceitarão, para justificativa e abono de faltas ao serviço, atestados que preencham os requisitos da lei (Atestado Médico Padrão) fornecidos por médicos credenciados por entidades oficiais, por planos de saúde conveniados ou por médicos da própria empresa.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FERIADOS

Mediante acordo individual escrito, poderão os empregadores ajustar a supressão da prestação de serviços nos dias 24 (vinte e quatro) e 31 (trinta e um) do mês de dezembro de 2024, com a consequente compensação antecipada das horas não trabalhadas nesses dias, nos meses de novembro ou dezembro de 2024, através da prorrogação da jornada.

Parágrafo Primeiro: Em comum acordo instituem que o dia 26 de outubro – Dia do trabalhador da Construção Civil - não será considerado como feriado.

Parágrafo Segundo: A terça-feira de carnaval será considerada como ponto facultativo podendo a folga nela concedida ser compensada em outro dia, a critério do empregador, ao passo que a quarta-feira de cinzas será dia de expediente normal.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido, **exclusivamente para o município de Dourados**, que para comemorar o dia 26 de outubro – Dia do trabalhador da Construção Civil -, será estabelecido feriado na terça-feira de carnaval.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - AUTORIZAÇÃO PARA TRABALHO DOMINGOS E FERIADOS. ESCALA.

Por meio da presente Convenção Coletiva do Trabalho, a entidade representativa dos empregados registra a autorização às empresas signatárias, para a realização do trabalho aos domingos e feriados, unicamente pelos trabalhadores das empresas signatárias que executem funções nas áreas administrativa e no departamento comercial, nos termos do art. 68 da CLT, servindo a presente cláusula como o laudo necessário para a consecução da autorização a ser emitida pela D.R.T.

FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - INÍCIO DAS FÉRIAS

O início do gozo das férias individuais não poderá ocorrer no período de dois dias que antecedem feriado, dia de repouso semanal remunerado ou compensação de repouso, e, a critério do empregador, poderão ser concedidas de forma fracionada conforme § 1º do art. 134 da CLT.

LICENÇA REMUNERADA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE PONTO DO ESTUDANTE

Concede-se licença remunerada ao trabalhador estudante que esteja em dias de provas, desde que avise o empregador com 72 (setenta e duas) horas de antecedência mediante comprovação escrita do estabelecimento escolar oficial, autorizado ou reconhecido pelo MEC.

Parágrafo Primeiro: As partes concordam em estender os benefícios desta cláusula para os cursos de alfabetização e cursos profissionalizantes.

Parágrafo Segundo: Concede-se licença remunerada, de no máximo 5 (cinco) dias durante o ano, para o trabalhador realizar exames vestibulares, desde que devidamente comprovados pelo documento de inscrição, bem como com aviso ao empregador, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - COMPARECIMENTO À JUSTIÇA EM GERAL

As horas que o trabalhador faltar ao serviço para comparecimento à justiça, como parte ou testemunha, não serão descontadas do seu salário, mediante a apresentação de documento elaborado pelo órgão respectivo que o comprove.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DEBANDA / VISITA À FAMÍLIA

Como regra geral, salvo condição mais favorável ao trabalhador já praticada pela empresa, a título de folga de campo e licença remunerada, o período aquisitivo a cada 120 (Cento e vinte) dias trabalhados (dias corridos), as empresas liberarão, somente os empregados alojados, para folga de campo e retorno às suas residências, conforme endereço informado na ficha de registro, arcando com o transporte aéreo e/ou rodoviário de ida e volta, considerando as seguintes distâncias do local da obra:

a) domicílio a partir de 501 km até 1000 km – folga de 02 (dois) dias, além do sábado e domingo;

b) domicílio de 1001 até 1500 km – folga de mais 03 (três) dias, além do sábado e domingo;

c) domicílio acima de 1501 km – folga de mais 04 (quatro) dias, além do sábado e domingo;

Parágrafo Primeiro: As despesas relativas ao transporte previsto no caput serão reembolsadas ou antecipadas mediante disponibilização ao empregado de cartão viagem ou “voucher” ou fretamento de transporte ou bilhetes de passagens, a critério da empregadora.

Parágrafo Segundo: Os valores por ventura concedidos em decorrência do benefício previsto nesta cláusula, ante o flagrante aspecto indenizatório, não possuem natureza salarial, inexistindo reflexos, recolhimentos previdenciários e/ou fundiários correlatos, bem como direito proporcional.

Parágrafo Terceiro: As empregadoras deverão arcar com a alimentação durante o trajeto de viagem de folga de campo e visita familiar (ida e volta), devendo os valores serem antecipados, sendo R\$ 53,00 (Cinquenta e três reais) por dia de deslocamento. No caso de antecipação, o trabalhador deverá sempre apresentar comprovantes de despesas, sob pena do valor antecipado lhe ser descontado no próximo pagamento.

Parágrafo Quarto: A concessão da folga de campo se dará em, no máximo, até 30 (trinta) dias iniciais do novo período aquisitivo, sem qualquer prejuízo da contagem do novo ciclo temporal do benefício.

Parágrafo Quinto: As empresas deverão definir o roteiro de viagem aérea e/ou rodoviária buscando assegurar o menor percurso/trecho a ser percorrido.

Parágrafo Sexto Em razão do retorno periódico para sua residência, conforme previsto nesta cláusula, a mera alteração provisória de moradia, durante o período de realização da obra, não caracteriza alteração do domicílio do empregado, sendo que o pagamento do benefício instituído nesta cláusula isenta as empresas do pagamento do adicional de transferência eventualmente devido.

Parágrafo Sétimo: Quando demitido, o trabalhador receberá as passagens de retorno para sua residência, sendo que as empresas efetuarão o pagamento, no TRCT, do valor estipulado no parágrafo terceiro da presente cláusula.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - REFEITÓRIO / ÁGUA POTÁVEL

De acordo com a legislação vigente, as empresas com mais de 20 (vinte) empregados oferecerão lugar apropriado para seus trabalhadores tomarem suas refeições, com equipamento para aquecimento destas e água potável, sendo proibido o uso de copos coletivos, o que deverá ser feito de acordo com as possibilidades físicas e técnicas do local.

Parágrafo Único: Fica assegurado ao trabalhador usuário de alojamento e refeitório o direito a esses benefícios no decorrer do cumprimento de seu aviso prévio, desde que não indenizado ou dispensado e desde que não provoque distúrbio no local.

EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA

Os empregadores fornecerão gratuitamente aos seus empregados os uniformes e equipamentos de segurança obrigatórios em razão de lei ou de regulamento da empresa, vedado qualquer desconto, salvo para reposição por culpa ou dolo do empregado.

Parágrafo Primeiro: Os uniformes e equipamentos serão fornecidos mediante a assinatura de termos de responsabilidade e devem ser mantidos em boa guarda e devolvidos na rescisão do contrato de trabalho,

respondendo o empregado pelo dano ou extravio, conforme o disposto no art. 462 da CLT.

Parágrafo Segundo: Caso a empresa seja notificada em razão da falta de uso de Equipamento de Proteção Individual por seu empregado, este ficará sujeito à penalidade prevista no art. 482 da CLT.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - EXAMES MÉDICOS OBRIGATÓRIOS

Os empregadores submeterão seus empregados aos seguintes exames médicos:

- a) Admissional;
- b) Periódico;
- c) De retorno ao trabalho após acidente;
- d) Por mudança de função; e,
- e) Demissional.

Parágrafo Único: Os exames poderão ser realizados por médico próprio da empresa; pela contratação de médico especializado e credenciado ou pelo serviço Médico da Entidade Sindical Laboral.

PRIMEIROS SOCORROS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - PRIMEIROS SOCORROS

Todo canteiro de obras deverá estar equipado com material farmacêutico necessário para a prestação dos primeiros socorros em caso de acidente, devendo ser acessível e disponível aos empregados, item 7.5.1 da Norma Regulamentadora nº 7 do Ministério do Trabalho e Emprego.

OUTRAS NORMAS DE PROTEÇÃO AO ACIDENTADO OU DOENTE

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - ACIDENTE DO TRABALHO

As empresas deverão comunicar o acidente do trabalho à Previdência Social, no prazo legal, remetendo cópia da comunicação realizada ao acidentado ou seus dependentes, bem como a entidade sindical laboral.

Parágrafo Primeiro: Caso a empresa não realize a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT – devida, caberá ao empregado informar a sindicato Profissional para fazê-lo, conforme o disposto no §2º do art. 23 da Lei nº 8.213/91.

Parágrafo Segundo: Quando o atraso na emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho – CAT – decorrer por culpa/dolo do empregado, não considerar-se-á como descumprida a presente cláusula e/ou a obrigação de comunicar. Neste caso, de atraso na emissão em razão de ato omissivo ou comissivo do empregado, o prazo para emissão, pela empresa, será prorrogado para até 48 (quarenta e oito) horas contadas da ciência acerca do acidente pela empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TRANSPORTE DO ACIDENTADO E DE GRÁVIDA EM TRABALHO DE PARTO

Em caso de acidente, mal súbito ou parto ocorridos durante a jornada de trabalho, o empregador deverá providenciar imediatamente o transporte necessário entre o local de trabalho e o hospital mais próximo.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - QUADRO DE AVISOS E VISITAS PERIÓDICAS

A entidade sindical laboral, poderá afixar no quadro de avisos das empresas, mensagens, comunicações e avisos de interesse dos trabalhadores ou da categoria, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivos à moral e bons costumes.

Parágrafo Primeiro: As empresas permitirão, durante trinta minutos, a presença da entidade sindical laboral para realização de palestras e orientações, visando maior bem estar, harmonia, paz e felicidade do trabalhador e consequentemente maior produtividade.

Parágrafo Segundo: A entidade sindical laboral oficiará ao SINDUSCON-MS com antecedência mínima de 03 (três) dias, dando o nome da empresa a ser visitada. Esta empresa marcará o dia e horário para a presença da entidade sindical laboral em seu canteiro em horário de trabalho.

LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONGRESSO E CONFERÊNCIAS

Os empregadores concederão licença remunerada, de no máximo 03 (três) dias corridos anuais, aos empregados que forem convocados pela Entidade Sindical Laboral, para participarem de Congressos Sindicais inerentes a classe da Construção Civil, na seguinte proporção:

- a) (01) trabalhador para a empresa que conte com até no máximo 200 (duzentos) empregados; e,
- b) (02) trabalhadores para a empresa que conte com mais de 200 (duzentos) empregados.

Parágrafo Único: As pequenas empresas com menos de 40 (quarenta) funcionários e com menos de 05 (cinco) funcionários por especialidade, estarão desobrigadas da concessão desta licença.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

As empresas que executarem obras dentro da base territorial abrangida pelo **SINDICATO DOS TRAB NA INDDA CONST CIVIL DE DOURADOS** ou abrangida pelo **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE TRES LAGOAS - MS** ficam obrigadas a disponibilizar as seguintes informações:

1. Endereço da obra;
2. Cópia do contrato das empresas que esta subcontratar;
3. Número aproximado de seus trabalhadores e dos trabalhadores das empresas que subcontratarem.

Parágrafo Primeiro: As empresas que iniciarem execução de obras na base territorial do sindicato laboral, deverão, obrigatoriamente, encaminhar ao sindicato a relação de trabalhadores, contendo informações de cargos, funções, datas de admissões e salários praticados, objetivando a fiscalização das atividades, sob pena de multa por descumprimento

Parágrafo Segundo: As empresas que deixarem de prestar as informações descritas acima ficam sujeitas à penalidade de multa equivalente a 30% (trinta por cento) do piso salarial do empregado, a qual será revertida igualitariamente aos sindicatos signatários da presente.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

Conforme decisão tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada por cada entidade sindical laboral, os trabalhadores da categorial profissional, beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, aprovam o desconto, a título de contribuição assistencial, do percentual de 1,5% (um e meio por cento) dos salários dos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro do ano de 2024 e janeiro e fevereiro do ano de 2025, em favor da respectiva entidade sindical laboral, limitado a R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais.

Parágrafo Primeiro: Subordina-se o desconto assistencial a não oposição do empregado, manifestada diretamente a respectiva Entidade Sindical Laboral, até 10 (dez) dias após o registro da presente convenção na SRTE/MS.

Parágrafo Segundo: As importâncias arrecadadas pelas empresas deverão ser repassadas a respectiva entidade sindical laboral relacionados nesta Convenção até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao mês de desconto. As guias serão fornecidas gratuitamente pela entidade sindical laboral para que as empresas promovam o pagamento das contribuições dos trabalhadores. As empresas enviarão a respectiva entidade sindical laboral uma cópia das guias pagas, devendo ser anexada à mesma a relação dos funcionários contribuintes, contendo nome e CPF bem como os seus respectivos salários.

Parágrafo Terceiro: A contribuição paga pelos trabalhadores destina-se à manutenção e custeio do Sindicato Laboral, que proporcionará ao associado, direta ou indiretamente, de acordo com as suas condições financeiras, serviços assistenciais.

Parágrafo Quarto: O atraso no repasse da referida contribuição implicará aplicação de multa de 2% (dois por cento), acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês de atraso, independente de ação judicial.

Parágrafo Quinto: No caso de algum empregado vir a ajuizar ação para reaver o desconto a que se refere o *caput* desta cláusula, o sindical profissional compromete-se a assumir o pólo passivo da relação processual, desde que notificado com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, por escrito, após recebimento da notificação pela empresa.

Parágrafo Sexto: O sindical profissional, desde já, isenta as empresas de qualquer responsabilidade sobre os descontos realizados por força do artigo 8º, IV, da Constituição Federal.

Parágrafo Sétimo: As empresas permitirão o acesso aos canteiros de obra a entidade sindical laboral, mediante agendamento prévio, para facilitar a filiação dos trabalhadores a este sindicato.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Fica estabelecida, conforme deliberação da Assembleia Geral do Sindicato Patronal signatário da presente, a Contribuição Assistencial Patronal devida pelas empresas associadas ao Sindicato da Categoria Econômica – SINDUSCON/MS – a qual será equivalente a 2% (dois por cento) do total de suas folhas de pagamento de salários.

Parágrafo Primeiro: O recolhimento do valor descrito no *caput* desta cláusula será realizado pelas empresas em duas parcelas, sendo a primeira equivalente a 1% (um por cento) calculado sobre a folha de pagamento referente ao mês de agosto de 2024 e a segunda equivalente a 1% (um por cento) calculado sobre a folha de pagamento do mês de novembro de 2024. A contribuição mínima de cada parcela deverá corresponder a 50% (cinquenta por cento) do salário de um servente, caso o montante de 1% (um por cento) atinente a cada uma das parcelas, calculado sobre a folha de salários, corresponda à quantia inferior. O prazo para recolhimento e repasse ao Sindicato é de até o 5º (quinto) dia útil dos meses de setembro e dezembro de 2024, respectivamente.

Parágrafo Segundo: O SINDUSCON/MS encaminhará às empresas associadas e não associadas documento informando a representatividade desta entidade nas questões coletivas relacionadas à categoria. Na mesma oportunidade possibilitará às empresas não associadas fazer-se representar por meio do pagamento da contribuição assistencial patronal que corresponderá ao percentual descrito no *caput*. O valor da Contribuição não poderá, em qualquer hipótese, ser menor do que a quantia mínima fixada pelo Parágrafo Primeiro desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O recolhimento será efetuado em guia própria enviada pelo SINDUSCON/MS ao filiado.

Parágrafo Quarto: As empresas que forem constituídas durante a vigência desta Convenção, desde que associadas, ficarão incursas na obrigação de arcar com a Contribuição, a qual terá como base de cálculo a folha de pagamento ou o salário de um servente da categoria, vigente no mês da constituição da empresa, com recolhimento até o último dia do mês subsequente.

Parágrafo Quinto: A falta de recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal pelas empresas associadas até as datas fixadas no *caput* e parágrafo primeiro desta Cláusula, constituirá a empresa em mora, devendo o valor da contribuição ser acrescido mensalmente de juros de 1% (um por cento) ao mês, atualização pelo IGP-M/FGV e multa de 2% (dois por cento), até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Conforme decisão tomada em Assembleia Geral Extraordinária realizada pela respectiva entidade sindical Laboral, sem prejuízo da contribuição prevista na Cláusula Quinquagésima Segunda, será descontado de todos os trabalhadores da categoria, sócios e não sócios, o valor correspondente a 6 (seis) horas normais de trabalho de cada empregado, para custeio da sindicato, em decorrência de negociação coletiva, ressalvado o direito de oposição individual escrita do trabalhador não filiado a federação, até 10 (dez) dias após o registro da presente convenção na SRTE/MS.

Parágrafo primeiro: As empresas descontarão o valor da contribuição negocial na primeira folha de pagamento após o decurso do prazo de oposição e efetuarão o repasse a federação até o dia 10 (dez) do mesmo mês de desconto.

Parágrafo segundo: Se o trabalhador houver manifestado a autorização de desconto da Contribuição Sindical, nos termos do art. 545, da CLT, não incidirá o desconto previsto nesta Cláusula.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - PLANO DE SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Em razão de deliberação da Assembleia Geral da Categoria Profissional, foi instituída Contribuição para o Plano de serviços médicos e odontológicos, sendo que as empresas associadas ao SINDUSCON/MS descontarão, de todos os trabalhadores que requererem por escrito a adesão ao Plano, o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais) por mês.

Parágrafo Primeiro: Os valores descontados deverão ser recolhidos à empresa indicada pela respectiva entidade sindical laboral, a qual fornecerá gratuitamente as guias para recolhimento do pagamento da contribuição de que trata esta Cláusula, cujo vencimento será até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente ao desconto realizado.

Parágrafo Segundo: As empresas poderão arcar com pagamento parcial ou integral da contribuição mencionada no *caput*, sem que se caracterize salário *in natura* e nem incorporação ao salário.

Parágrafo Terceiro: As empresas que possuam convênio médico para seus empregados não precisarão descontar a contribuição ora estabelecida, desde que demonstrem que seus empregados aderiram ao plano por elas oferecido, ressalvado o direito de o trabalhador optar por um ou outro.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL DAS ENTIDADES LABORAIS

As entidades laborais que assinam a presente convenção têm sua representatividade territorial estabelecida da seguinte forma, conforme consta em seu cadastro junto ao Ministério do Trabalho:

- 1- **SINTRACOM** - Sindicato dos Trabalhadores Indústria Construção e do Mobiliário de Campo Grande - Abrangência: Municipal - Base Territorial: *Mato Grosso do Sul*: Campo Grande;
- 2- **SINTRACOM/Dourados** - Sindicato dos Trabalhadores Indústria Construção Civil de Dourados - Abrangência: Municipal - Base Territorial: *Mato Grosso do Sul*: Dourados;
- 3- **SINTRICOM-MS** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário e Montagem - Abrangência: Intermunicipal -Base Territorial: *Mato Grosso do Sul*: Água Clara, Bataguassu, Brasilândia, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas;
- 4- **FETRICOM-MS** - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado de Mato Grosso do Sul – MS - Abrangência: Estadual Base Territorial: *Mato Grosso do Sul*, atuando nas cidades onde não haja Sindicato dos Trabalhadores da Construção devidamente estabelecido.

DISPOSIÇÕES GERAIS

MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

A Comissão de Conciliação Prévia, localizada na base territorial da entidade sindical laboral, encontra-se instalada na sede da entidade sindical laboral, funcionando das 7h30 às 11h30, de segunda-feira à sexta-feira, ou em outro horário quando necessário e previamente justificável.

Parágrafo Primeiro: A sala onde funcionará a Comissão ficará aberta de segunda-feira à sexta-feira no horário das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30 horas.

Parágrafo Segundo: A Comissão de Conciliação Prévia será composta de 01 (um) membro de cada Sindicato, mais 01 (um) suplente que somente será convocado na falta do titular.

Parágrafo Terceiro: A entidade sindical laboral escolherá seus representantes dentre os diretores da entidade.

Parágrafo Quarto: O Sindicato patronal escolherá seus representantes e os indicará até o mês subsequente a assinatura desta convenção.

Parágrafo Quinto: A Comissão de Conciliação Prévia reunir-se-á na sede da entidade sindical laboral, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da demanda formulada pelo empregado ou empregador, por escrito, ou reduzida a termo pelo funcionário da comissão, para tentativa de conciliação

Parágrafo Sexto: Recebida a demanda formulada, na forma prevista no art. 625-0, § 1º da CLT, a secretaria administrativa da Comissão, encarregada do recebimento, designará data e horário para a realização da tentativa de conciliação, devendo obrigatoriamente entregar ao demandante uma cópia da demanda com a data e hora da sessão a ser realizada, devidamente recepcionada com data e assinatura.

Parágrafo Sétimo: A Comissão de Conciliação Prévia, após o recebimento da demanda formulada, comunicará o demandado através de telefone, fax, correios, e-mail ou serviço de "moto boy" e com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, informando-lhe a data, horário e local em que a comissão se reunirá para a sessão de tentativa de conciliação da demanda formulada.

Parágrafo Oitavo: Ao demandante que não comparecer à sessão, será aplicado o disposto no parágrafo único do art. 625 da e primeira parte do art. 844 da CLT.

Parágrafo Nono: Será fornecida, às partes, declaração de tentativa de conciliação firmada pelos membros da comissão com a descrição das reivindicações que serão lançadas em ata..

Parágrafo Décimo: Os membros da Comissão de Conciliação Prévia deverão advertir o empregado demandante que na hipótese de realização do acordo, o termo de conciliação que o descreve é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas no termo.

Parágrafo Décimo primeiro: Será cobrado das empresas não associadas ao SINDUSCON-MS, que realizarem acordo junto à Comissão de Conciliação Prévia, o percentual de 15% (quinze por cento) do valor do acordo, e das empresas associadas o percentual de 10% (dez por cento).

Parágrafo Décimo segundo: As empresas que não adimplirem as custas, no prazo máximo de cinco dias após a realização da sessão de conciliação, serão consideradas em mora e terão restringido o direito de acesso à Comissão de Conciliação enquanto perdurar a mora.

Parágrafo Décimo terceiro: As despesas de manutenção da comissão tais como manutenção da sala, material de expediente, computador, e secretária serão pagas pela entidade sindical laboral.

Parágrafo Décimo quarto: Cada entidade sindical se responsabilizará pela manutenção e encargos sociais dos membros da comissão por ele indicado. A arrecadação das taxas pagas empresas reverterá ao SINDUSCON-MS, bem como as taxas pagas pelos empregados serão revertidas a entidade sindical laboral.

Parágrafo Décimo quinto: Fica instituído o Conselho Superior composto pelos Presidentes da entidade sindical laboral e do Sindicato Patronal signatários deste Instrumento, e seus respectivos assessores jurídicos, que terá por finalidade supervisionar o trabalho das Comissões e resolver todos os assuntos a elas pertinentes, inclusive os casos omissos.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DA COMISSÃO ESPECIAL

As entidades sindicais formarão Comissão, a qual deverá iniciar seus trabalhos em até 120 (cento e vinte) dias contados da data de assinatura da presente, para efetuar estudos de viabilidade de melhora das condições de trabalho dos empregados e empregadores nos seguintes aspectos: ganho real; auxílio acidentário; auxílio funeral,

abono por aposentadoria; empreiteiros, subempreiteiros e autônomos; refeitório e água potável, fornecimento de refeição ou ticket e adicional por tempo de serviço, podendo também tratar de outros assuntos que venham a contribuir para a melhoria das condições de emprego.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - MULTA POR INFRAÇÃO À CCT

As empresas que descumprirem as disposições contidas neste instrumento coletivo sujeitam-se ao pagamento de multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do piso salarial do trabalhador, que será revertido em favor do mesmo em uma única vez.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DA SUBEMPREITADA

A empresa pode utilizar mão de obra de empreiteiros, subempreiteiros e/ou autônomos, desde que regularmente constituídos ou inscritos nos órgãos competentes.

Parágrafo Único: As obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados, bem como aquelas decorrentes do cumprimento da presente da Convenção, deverão ser suportadas pelos empregadores, podendo ocorrer da empresa tomadora dos serviços ser corresponsabilizada pelo cumprimento das obrigações, nos termos determinados pela Lei em vigor na época da ocorrência dos fatos.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO

A Comissão de Representação dos Empregados, prevista no art. 510-A da Consolidação das Leis do Trabalho, será exercida pela respectiva entidade sindical laboral

Parágrafo Único: Não haverá eleição para presidente da Comissão.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES FINAIS

As Diretorias das entidades sindicais convenientes, em comum acordo e havendo necessidade, promoverão reuniões, em datas e locais ajustados previamente, com a finalidade de dirimir eventuais conflitos entre as categorias, bem como para acompanhar, efetuar e implantarem melhorias nas condições contratuais e de vida dos trabalhadores.

}

ALONSO RESENDE DO NASCIMENTO
PRESIDENTE
SINDICATO INTERMUNICIPAL DAS INDUSTRIAS DA CONSTRUCAO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -
SINDUSCON-MS

ELIZEU PACHECO
VICE-PRESIDENTE
FED DOS TRAB IND DA CONST E DO MOB DO ESTADO DE MS

MARCO CEZAR RIBEIRO GONCALVES
VICE-PRESIDENTE
SIND TRAB IND DA CONST E DO MOBILIARIO DE C GRANDE MS

ALDENISIO SANTOS SALES
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS IND DA CONSTRUCAO E DO MOBILIARIO DE TRES LAGOAS - MS

ALINE CHAVES FERLE DAUZACKER
PRESIDENTE
SINDICATO DOS TRAB NA INDDA CONST CIVIL DE DOURADOS

ANEXOS
ANEXO I - DECLARAÇÃO -ABRANGÊNCIA SINDICAL E AUSÊNCIA DE
MANDATO VIGENTE

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO II - ATA FETRICOM

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO III - LISTA DE PRESENÇA FETRICOM

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO IV - ATA SINTRACOM CAMPO GRANDE

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO V - LISTA DE PRESENÇA SINTRACOM CAMPO GRANE

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO VI - ATA SINTRACOM DOURADOS

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO VII - LISTA DE PRESENÇA SINTRACOM DOURADOS

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO VIII - ATA SINTRICOM TRES LAGOAS

[Anexo \(PDF\).](#)

ANEXO IX - LISTA DE PRESENÇA CINTRICOM TRES LAGOAS

Anexo (PDF).

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA CADERNO DE ENCARGOS DE MANUTENÇÃO

CE-1. OBJETIVO	4
CE-2. TERMINOLOGIA	4
CE-3. GARANTIA DE QUALIDADE	6
CE-4. SEGURANÇA NO TRABALHO	6
CE-4.2. Armazenagem de Materiais:	6
CE-4.3. Manutenção e Operação em Máquinas e Equipamentos:	7
CE-5. COMBATE A INCÊNDIO	8
CE-5.1. Extintores de Incêndio	8
CE-6. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS	9
CE-7. LIVRO DE ORDEM DE SERVIÇOS	10
CE-8. PEÇAS E MATERIAIS	11
CE-9. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GARANTIA	11
CE-10. ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI	12
CE-11. DIRETRIZES DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO	13
CE-12. SOFTWARE DE GESTÃO DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO	14
CE-13. ORDENS DE SERVIÇO	16
CE-13.2. Do Recebimento das Ordens de Serviço	17
CE-13.3. Dos Prazos para Atendimento das Ordens de Serviço	17
CE-14. RELATÓRIOS	17
CE-14.1. Relatório de Inspeção da Situação Física - RISF	17
CE-14.2. Relatório Inicial	18
CE-14.3. Relatório Mensal de Manutenção	18
CE-14.4. Relatório Mensal Final	20
CE-15. REQUISITOS GERAIS PARA OS PROFISSIONAIS	20
CE-15.1. Trabalho em baixa e média tensão e trabalho em altura	20
CE-16. PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)	21
CE-17. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	22
CE-18. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO	23
CE-18.1. Início da execução do contrato	23
CE-18.2. Execução do Objeto	24
CE-18.3. Da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)	25
CE-19. SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA	26
CE-19.2. Engenheiro Civil – Responsável Técnico – Formação	27
CE-19.3. Engenheiro Civil – Atribuições	27
CE-20. SERVIÇOS DA EQUIPE RESIDENTE	28
CE-20.2. Qualificação e Atribuições da Equipe Residente	29
CE-20.3. Atribuições Gerais da Equipe Residente	32
CE-20.4. Uniformes	32
CE-20.5. Equipamentos de Proteção Individual	33
CE-20.6. Identificação	34
CE-20.7. Equipamentos e Ferramentas	34
CE-21. PEÇAS E MATERIAIS (INSUMOS)- PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA EQUIPE RESIDENTE	38
CE-22. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	40



CE-23. SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL SOB DEMANDA	42
CE-24. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)	43
CE-25. Procedimentos de transição e finalização do contrato	43
PMOC-1. Instalações Elétricas	47
PMOC-1.1. Inspeção do Quadro Geral de Força e Quadro de Entrada da Concessionária	47
PMOC-1.2. Inspeção dos Quadros de Distribuição de Luz e Força	47
PMOC-1.3. Inspeção dos Quadros de Comando	48
PMOC-1.4. Inspeção da Iluminação Geral	48
PMOC-1.5. Inspeção das Tomadas e Interruptores	48
PMOC-1.6. Inspeção das Redes Elétricas Convencionais	49
PMOC-1.7. Inspeção dos Nobreaks	49
PMOC-1.8. Inspeção do Banco de Baterias do Nobreak	49
PMOC-2. Grupo Moto Gerador e Partes Mecânicas	50
PMOC-2.2. Quadros de Transferência Automática:	51
PMOC-3. Instalações de Combate a Incêndio	52
PMOC-3.1. Extintores - Inspeção dos Extintores de Água Pressurizada	52
PMOC-3.2. Extintores - Inspeção dos Extintores de Pó Químico Seco (PQS)	52
PMOC-3.3. Extintores - Inspeção dos Extintores de CO2 (Dióxido de Carbono)	52
PMOC-3.4. SPRINKLER - Inspeção das Bombas de Recalque do Sistema de Sprinkler	52
PMOC-3.5. SPRINKLER - Inspeção dos Registros e Válvulas do Sistema de Sprinkler	53
PMOC-4. Instalações Hidráulicas e Sanitárias	53
PMOC-4.1. Inspeção dos Sistemas Hidráulicos e Sanitários	53
PMOC-4.2. Inspeção dos Reservatórios e Caixas D'água	54
PMOC-4.3. Inspeção das Bombas de Recalque e Esgoto	54
PMOC-4.4. Inspeção das Válvulas e Caixas de Descargas	55
PMOC-4.5. Inspeção das Canalizações: Tubos e Conexões	55
PMOC-4.6. Inspeção dos Ralos e Aparelhos Sanitários	55
PMOC-4.7. Inspeção das Caixas Coletoras e de Gordura	56
PMOC-4.8. Inspeção das Caixas de Inspeção e de Areia	56
PMOC-4.9. Inspeção da Fossa Séptica	56
PMOC-4.10. Inspeção das Calhas e Condutores de Águas Pluviais	56
PMOC-4.11. Inspeção dos Hidrômetro e Tubulação de Entrada	56
PMOC-5. Instalações de Ar Condicionado, Climatização, Ventilação e Automação	57
PMOC-5.2. Equipamentos de Expansão Direta – TIPO SPLIT/ACJ	57
PMOC-5.3. Ventiladores e Exaustores	58
PMOC-5.4. Quadros e Conexões Elétricas de Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão	59
PMOC-5.5. Central de Água Gelada	59
PMOC-5.6. Tubulação de Água Gelada:	60
PMOC-5.7. Fancoil/Fancolete:	61
PMOC-5.8. Chiller:	61
PMOC-5.9. Bomba de Água Gelada:	62
PMOC-5.10. Rede de dutos:	63
PMOC-5.11. Automação:	63
PMOC-5.12. Torres de Resfriamento	64
PMOC-6. Elevadores Automotivos	65
PMOC-6.1. Mensalmente	65
PMOC-6.2. Bimestralmente	65
PMOC-6.3. Trimestralmente	65



RES-1. Manutenção Preventiva (Equipe Residente)	67
RES-1.2. Instalações Elétricas	67
RES-1.3. Inspeção Termográfica	67
RES-1.4. Inspeção e Análise de Energia Elétrica	67
RES-1.5. Inspeção do Sistema de Aterramento	67
RES-2. Manutenção Corretiva (Equipe Residente)	68
RES-2.2. Quadro Geral de Força	68
RES-2.3. Quadros de Distribuição de Luz e Força	68
RES-2.4. Quadros de Comando	68
RES-2.5. Iluminação Geral	68
RES-2.6. Tomada de Piso/Painéis (Paredes, Divisórias)	68
RES-2.7. Sistema de Aterramento	68
RES-2.8. Rede Elétrica Comum e Estabilizada	68
RES-2.9. Instalação de Combate a Incêndio	68
RES-2.10. Instalações Hidráulicas e Sanitárias	68
RES-3. Manutenções Diversas (Equipe Residente)	69
ESP-1. Sistema de Geração de Energia de Emergência – Grupo Gerador	71
ESP-1.2. TRIMESTRAL	71
ESP-1.3. SEMESTRALMENTE:	72
ESP-1.4. ANUALMENTE	72
ESP-1.5. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:	73
ESP-1.6. Tanque de Combustível:	73
ESP-1.7. Sistema de combustível e filtros:	73
ESP-1.8. Radiador ou Intercambiador:	74
ESP-1.9. Bomba d'água:	74
ESP-1.10. Ventilador:	74
ESP-1.11. Resfriador de óleo:	74
ESP-1.12. Bomba injetora e sistema de injeção:	74
ESP-1.13. Filtro de Ar:	74
ESP-1.14. Turbinas:	75
ESP-1.15. Sistema de partida:	75
ESP-1.16. Proteções do Motor:	75
ESP-1.17. Outras verificações:	75
ESP-1.18. Gerador:	75
ESP-1.19. Regulador de Tensão do Gerador:	76
ESP-1.20. Regulador de Velocidade:	76
ESP-1.21. Carregador de bateria (retificador):	76
ESP-1.22. Pré-aquecimento:	76
ESP-1.23. Sistema de Controle Automático (USCA):	76
ESP-1.24. Disjuntores:	77
ESP-1.25. Testes e ajustes:	77
ESP-2. Conjunto de Nobreaks e Conjunto Banco de Baterias	77
ESP-2.1. ANUALMENTE	77
ESP-2.2. Quadros de transferência e sistema auxiliares	78
ESP-2.3. ANUALMENTE	78
ESP-3. Chiller	78
ESP-3.2. MENSAL	78
ESP-3.3. QUADRIMESTRAL	78



ESP-4. Elevadores de Passageiro	80
ESP-4.1. Manutenção Preventiva e Preditiva	80
ESP-4.2. Manutenção Corretiva	83
ESP-4.3. Atendimento Emergencial	84
ESP-4.4. Fornecimento de Peças	84
ESP-5. Elevadores Automotivos	85
ESP-5.1. Semestral	85
ESP-5.2. Anual	85
ESP-6. Sistema de Energia Solar com Placas Fotovoltaicas	85
ESP-6.1. SEMESTRALMENTE	85
ESP-7. Sistema de Aquecimento de Água (Boiler)	86
ESP-7.2. SEMESTRALMENTE	87
ESP-8. Sistema de Ponte Rolante	88
ESP-8.2. TRIMESTRALMENTE	88



CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES INICIAIS

CE-1. OBJETIVO

- CE-1.1.1. Estabelecer as diretrizes gerais para a execução de serviços de conservação e manutenção de uma edificação ou conjunto de edificações.

CE-2. TERMINOLOGIA

- CE-2.1.1. Para os estritos efeitos desta prática, são adotadas as seguintes definições:

- CE-2.1.1.1. Contratante - Pessoa jurídica integrante da Administração Pública responsável pela contratação.
- CE-2.1.1.2. Contratada - Pessoa física ou jurídica, ou consórcio de pessoas jurídicas, signatária de contrato com a Administração.
- CE-2.1.1.3. Caderno de Encargos - Parte do Edital de Licitação, que tem por objetivo definir o objeto da licitação e do sucessivo contrato, bem como estabelecer os requisitos e condições técnicas e administrativas para a sua execução.
- CE-2.1.1.4. Fiscalização - Atividade exercida de modo sistemático pelo Contratante e seus prepostos, objetivando a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.
- CE-2.1.1.5. Componente - Composição, associação, fixação ou aplicação de materiais e equipamentos na edificação.
- CE-2.1.1.6. Solicitação de Uso - Carga, pressão, temperatura, umidade ou outras formas e condições de utilização do componente da edificação.
- CE-2.1.1.7. Desempenho Técnico - Comportamento de um componente ou sistema da edificação frente à solicitação de uso a que é submetido através do tempo.
- CE-2.1.1.8. Conservação - Atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes da edificação.
- CE-2.1.1.9. Manutenção - Atividades técnicas e administrativas destinadas a preservar as características de desempenho técnico dos componentes ou sistemas da edificação, cujo funcionamento depende de dispositivos mecânicos, hidráulicos, elétricos e eletromecânicos, e, portanto, se referem à intervenções isoladas de manutenção predial, que não gerem alterações significativas, autônomas e independentes na edificação.
- CE-2.1.1.10. Manutenção Corretiva - Atividade de manutenção executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.
- CE-2.1.1.11. Manutenção Preditiva - Conjunto de medidas operacionais técnicas de vistoria, que indica as condições reais de funcionamento das máquinas com base em dados que informam o seu desgaste ou processo de degradação. Trata-se da manutenção que prediz o tempo de vida útil dos componentes das máquinas e equipamentos e as condições para que esse tempo de vida seja melhor aproveitado.
- CE-2.1.1.12. Manutenção Preventiva - Atividade de manutenção executada antes da ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação.



- CE-2.1.1.13. Programa de Manutenção - Conjunto de inspeções periódicas destinadas a evitar a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos componentes da edificação, definidas em função das características dos componentes da edificação e orientação técnica dos fabricantes ou fornecedores.
- CE-2.1.1.14. Manutenção Programada - Manutenção preventiva realizada em obediência a um Programa ou Plano de Manutenção dos componentes da edificação.
- CE-2.1.1.15. Serviços Especializados - Serviços que demandam especialização própria para a manutenção corretiva ou preventiva de equipamentos específicos da edificação (geradores, no-breaks, chiller e equipamentos de combate à incêndio), que possuam ou não restrições quanto à garantia de fabricação ou manutenção.
- CE-2.1.1.16. Serviços Gerais de Manutenção - Intervenções isoladas de manutenção predial, que não gerem alterações significativas, autônomas e independentes na edificação, e que não se enquadram nos serviços especializados.
- CE-2.1.1.17. Equipe Residente - Equipe da Contratada, que realiza as atividades de manutenção predial, gerais ou especializadas, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas dependências da Contratante, com carga horária referenciada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de acordo com o escopo do Cargo/Ocupação e carga horária do contrato de trabalho.
- CE-2.1.1.18. Serviços sob demanda - Intervenções de manutenção predial, especializadas ou gerais, executadas conforme a verificação fática da necessidade, mediante requisição da Contratante e pagos pela apuração dos serviços executados. Na localidade que contar com equipe residente, os serviços somente serão executados sob demanda quando extrapolarem as rotinas, competências, qualificação e/ou disponibilidade da Equipe Residente.
- CE-2.1.1.19. Preposto - Pessoa responsável pelas comunicações entre a contratante e a contratada.
- CE-2.1.1.20. Responsável Técnico - Profissional habilitado, Engenheiro, munido da devida ART para manutenção predial, que será responsável pela elaboração de toda e qualquer documentação técnica, tais como relatórios de manutenção, pareceres e notas técnicas, emissão de ARTs e demais tratativas quando da contratação dos serviços e profissionais para a perfeita execução do contrato de manutenção predial.



CAPÍTULO II - ESPECIFICAÇÕES GERAIS

CE-3. GARANTIA DE QUALIDADE

- CE-3.1.1. Ações planejadas e sistemáticas a serem realizadas pela Contratada durante a execução dos serviços e obras, de modo a infundir no Contratante a confiança de que os produtos, fornecimentos ou serviços atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos no Caderno de Encargos.
- CE-3.1.2. Sistema de Qualidade - Estrutura organizacional, responsabilidades, processos, procedimentos e recursos mobilizados pela Contratada e Contratante na gestão da qualidade dos serviços objeto do contrato.
- CE-3.1.3. Gestão de Qualidade - Parte da função gerencial da Contratante que implementa o sistema de qualidade a ser adotado na execução dos serviços objeto do contrato.
- CE-3.1.4. Controle de Qualidade - Técnicas operacionais e atividades da Contratante para verificar o atendimento dos requisitos de qualidade pertinentes aos serviços objeto do contrato.
- CE-3.1.5. A garantia de qualidade obedecerá às condições descritas em Anexo do Termo de Referência.

CE-4. SEGURANÇA NO TRABALHO

- CE-4.1.1. Precauções - Antes do início dos serviços, a Contratada deverá apresentar à Fiscalização o responsável pela execução dos serviços a realizar, ocasião em que serão fixadas as precauções específicas ligadas à natureza dos trabalhos.
- CE-4.1.2. A contratada deverá obedecer às normas relativas à Segurança e Medicina do trabalho expedidas pela ABNT (NR1 a NR36) ou órgãos governamentais destacando-se as seguintes:
 - CE-4.1.2.1. NR1 - Disposições Gerais
 - CE-4.1.2.2. NR4 - Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho
 - CE-4.1.2.3. NR5 - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
 - CE-4.1.2.4. NBR7678 - Segurança na Execução de Obras e Serviços de Construção.

CE-4.2. **Armazenagem de Materiais:**

- CE-4.2.1. Deverá ser feita de tal forma que não prejudique a circulação de pessoas, cargas ou equipamentos de combate a incêndio ou cause sobrecargas ou empuxos em lajes e paredes, adicionais aos que foram previstos em seus dimensionamentos.
- CE-4.2.2. Os materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos devem ser armazenados em local isolado apropriado, sinalizado e de acesso somente a pessoas autorizadas.
- CE-4.2.3. Tubos, vergalhões, perfis, barras, pranchas e outros materiais de grande comprimento devem ser estocados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo.
- CE-4.2.4. Não deverá ser realizado em chão mole, úmido ou desnivelado.
- CE-4.2.5. Quando for feito em pisos elevados, sem a existência de elementos protetores, a distância até a borda livre não deve ser inferior à altura da pilha.



- CE-4.2.6. As madeiras provenientes de escoramentos, andaimes e formas só devem ser empilhadas após o rebatimento ou retirada de pregos ou qualquer outro meio de fixação.
- CE-4.2.7. O peso máximo para transporte e descarga individual realizado manualmente é de 60kg. O peso máximo para levantamento é de 40kg.

CE-4.3. *Manutenção e Operação em Máquinas e Equipamentos:*

- CE-4.3.1. Só poderá ser feita por profissional treinado e habilitado, em espaço bem iluminado, desobstruído e sinalizado.
- CE-4.3.2. Quando a operação ou manutenção de máquinas e equipamentos tiver a visão dificultada por obstáculos será obrigatória a presença de um sinaleiro para a orientação do operador. A comunicação, poderá ser feita por sinais ou verbalmente.
- CE-4.3.3. As máquinas e equipamentos devem ter dispositivos de parada e partida, localizados de modo a evitar riscos ao operador, devem ser protegidas todas as partes móveis e perigosas que estiverem ao alcance do operador.
- CE-4.3.4. A inspeção, limpeza, ajuste e reparo somente devem ser executados com máquina ou equipamento desligado, salvo se o movimento for indispensável a realização da inspeção ou ajuste. A inspeção e a manutenção somente devem ser executadas por pessoas autorizadas.
- CE-4.3.5. As máquinas e equipamentos devem ser submetidos a inspeção e manutenção de acordo com as instruções do fabricante e de acordo com as normas técnicas vigentes.
- CE-4.3.6. Inspeções de Segurança - Serão realizadas inspeções periódicas nos locais de manutenção da Contratada, a fim de verificar o cumprimento das determinações legais, o estado de conservação dos dispositivos protetores do pessoal e das máquinas, bem como para fiscalizar a observância dos regulamentos e normas de caráter geral. À Contratada compete acatar as recomendações decorrentes das inspeções e sanar as irregularidades apontadas.
- CE-4.3.7. Comunicação de Acidentes - Caberá à Contratada fazer a comunicação, da maneira mais detalhada possível, por escrito, de todo tipo de acidente, inclusive princípio de incêndio.
- CE-4.3.8. Equipamento de Proteção Individual (EPI) - A Contratada fornecerá aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro, tais como: capacete de segurança, protetores faciais, óculos de segurança contra impactos, óculos de segurança contra radiações, óculos de segurança contra respingos, luvas, mangas de proteção, botas de borracha, calçados de couro, cintos de segurança, respiradores contra pó e outros.
- CE-4.3.9. Higiene - É de responsabilidade da Contratada manter em estado de higiene todas as instalações de escritório, almoxarifado, depósito de materiais e salas de manutenção, que forem de uso da Contratada, devendo permanecer limpas, isentas de lixo, detritos em geral, e de forma satisfatória ao uso.
- CE-4.3.10. Primeiros Socorros - Caberá à Contratada solicitar socorro profissional, de imediato, para qualquer pessoa, funcionário ou não, que sofreu trauma, lesão ou ferimento em decorrência da sua ação ou omissão quando da realização de procedimentos de manutenção de que trata este termo de referência.
- CE-4.3.11. Exigências de Proteção Contra Incêndio - A contratada deverá manter, nas suas instalações, os equipamentos de proteção contra incêndio, na forma da legislação em vigor.



- CE-4.3.12. Disposições Finais - Caberá à Contratada obedecer todas as normas legais que se relacionam com os trabalhos que executa e respeitar as disposições legais trabalhistas da Engenharia de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho.

CE-5. COMBATE A INCÊNDIO

CE-5.1. *Extintores de Incêndio*

- CE-5.1.1. Os órgãos regulamentadores como corpos de bombeiros mantém a obrigatoriedade da utilização de equipamentos de combate a incêndio, cuja utilização é regulamentada pela NR 23.
- CE-5.1.2. O não cumprimento ou uso incorreto do equipamento, estará sujeito a multas que serão aplicadas também em casos de extintores vencidos, ou seja, sem a devida recarga.
- CE-5.1.3. Todos os extintores devem ser recarregados após seu vencimento ou após serem utilizados.
- CE-5.1.4. De maneira geral, os extintores de água e pó químico devem ser recarregados uma vez ao ano.
- CE-5.1.5. Já os que têm como agente o gás carbônico, necessitam de recarga semestralmente. Se houver descarga, no entanto, ou se houver danificação nos anéis da válvula, a manutenção e a recarga deverão ser feitas antes do período estimado.
- CE-5.1.6. O serviço de recarga de extintor de incêndio CO2 tem como objetivo a manutenção desses componentes fundamentais para a extinção e o controle dos focos de incêndio. Uma vez finalizada, a recarga de extintor de incêndio CO2 torna esses equipamentos novamente aptos para a erradicação de líquidos inflamáveis e materiais elétricos.
- CE-5.1.7. Vale ressaltar que, semestralmente, de acordo com a data de validade, pode ser necessário que os extintores sejam recarregados, de modo a garantir que o CO2 esteja em perfeitas condições de pressão para o combate ao incêndio.
- CE-5.1.8. De acordo com a NR 23, nos subitens abaixo diz:
- I. *23.11.1 Em todos os estabelecimentos ou locais de trabalho só devem ser utilizados extintores de incêndio que obedeçam às normas brasileiras ou regulamentos técnicos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, garantindo essa exigência pela aposição nos aparelhos de identificação de conformidade de órgãos de certificação credenciados pelo INMETRO.*
 - II. *23.12.1 Todos os estabelecimentos, mesmo os dotados de chuveiros automáticos, deverão ser providos de extintores portáteis, a fim de combater o fogo em seu início. Tais aparelhos devem ser apropriados à classe do fogo a extinguir.*
 - III. *23.13.1 O extintor tipo "Espuma" será usado nos fogos de Classe A e B.*
 - IV. *23.13.2 O extintor tipo "Dióxido de Carbono" será usado, preferencialmente, nos fogos das Classes B e C, embora possa ser usado também nos fogos de Classe A em seu início.*
 - V. *23.13.3 O extintor tipo "Químico Seco" usar-se-á nos fogos das Classes B e C. As unidades de tipo maior de 60 a 150 kg deverão ser montadas sobre rodas. Nos incêndios Classe D, será usado o extintor tipo "Químico Seco", porém o pó químico será especial para cada material.*
 - VI. *23.13.4 O extintor tipo "Água Pressurizada", ou "Água-Gás", deve ser usado em fogos Classe A, com capacidade variável entre 10 (dez) e 18 (dezoito) litros.*



- VII. 23.14.3 Cada extintor deverá ter uma etiqueta de identificação presa ao seu bojo, com data em que foi carregado, data para recarga e número de identificação. Essa etiqueta deverá ser protegida convenientemente a fim de evitar que esses dados sejam danificados.
- VIII. 23.14.4 Os cilindros dos extintores de pressão injetada deverão ser pesados semestralmente. Se a perda de peso for além de 10% (dez por cento) do peso original, deverá ser providenciada a sua recarga.
- IX. 23.14.5 O extintor tipo "Espuma" deverá ser recarregado anualmente.

CE-5.1.9. Se o descumprimento da norma gerar risco ou perigo de morte ou à saúde de outrem, responderá (ão) pelo Crime de Perigo (artigo 132 do Código Penal), em caso de dano físico ou lesão corporal efetiva, será caracterizado como Lesão Corporal (artigo 129 do Código Penal), e em caso de morte decorrente ao descumprimento da norma, o caso será tratado como um homicídio (artigo 121 do Código Penal).

CE-6. LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

- CE-6.1.1. A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas.
- CE-6.1.2. Durante a elaboração dos serviços, a Contratada deverá:
 - CE-6.1.2.1. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica - ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77;
 - CE-6.1.2.2. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços objeto do contrato;
 - CE-6.1.2.3. Efetuar o pagamento o de todos os impostos, taxas e demais obrigações fiscais incidentes ou que vierem a incidir sobre o objeto do contrato, até o Recebimento Definitivo dos serviços.
- CE-6.1.3. Norma VDMA 24.186 - "Programme of Service for the Maintenance of Air Handling and other Technical Equipment in Building", de setembro de 1988;
- CE-6.1.4. Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;
 - CE-6.1.4.1. Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA- CONFEA
 - CE-6.1.4.2. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.
 - CE-6.1.4.3. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
 - CE-6.1.4.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.
 - CE-6.1.4.5. Regulamentos das empresas concessionárias.
- CE-6.1.5. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.



- CE-6.1.6. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
- CE-6.1.7. Resolução CONAMA nº 307, de 5 de Julho de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- CE-6.1.8. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes e suas atualizações:
- CE-6.1.8.1. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
 - CE-6.1.8.2. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
 - CE-6.1.8.3. NR 10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
 - CE-6.1.8.4. NR 6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
 - CE-6.1.8.5. NR 18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
 - CE-6.1.8.6. NR 23: Proteção Contra Incêndios;
 - CE-6.1.8.7. NR 35: Trabalho em Altura;
 - CE-6.1.8.8. Demais Normas Técnicas aplicáveis ao objeto a ser contratado.
- CE-6.1.9. Na eventual omissão ou dúvida quanto às especificações do TR, deverão ser observadas as normas técnicas e legislação em vigor sobre o assunto.

CE-7. LIVRO DE ORDEM DE SERVIÇOS

- CE-7.1.1. Conforme Resolução Nº 1.094/CONFEA, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre a obrigatoriedade de adoção do Livro de Ordem de obras e serviços de Engenharia e Agronomia, deverá ser adotado Livro de Ordem em até **30 (trinta)** dias da data prevista na ordem de serviço de abertura, contendo:
- CE-7.1.1.1. Dados do empreendimento, de seu proprietário, do responsável técnico e da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART);
 - CE-7.1.1.2. As datas de início e de previsão da conclusão da obra ou serviço;
 - CE-7.1.1.3. As datas de início e de conclusão de cada etapa programada;
 - CE-7.1.1.4. Posição física do empreendimento no dia de cada visita técnica;
 - CE-7.1.1.5. Orientação de execução, mediante a determinação de providências relevantes para o cumprimento dos projetos e especificações;
 - CE-7.1.1.6. Nomes de empreiteiras ou subempreiteiras, caracterizando as atividades e seus encargos, com as datas de início e conclusão, e números das ART's respectivas;
 - CE-7.1.1.7. Acidentes e danos materiais ocorridos durante os trabalhos;
 - CE-7.1.1.8. Os períodos de interrupção dos trabalhos e seus motivos, quer de caráter financeiro ou meteorológico, quer por falhas em serviços de terceiros não sujeitas à ingerência do responsável técnico;



CE-7.1.1.9. Outros fatos e observações que, a juízo ou conveniência do responsável técnico pelo empreendimento, devam ser registrados.

CE-7.1.2. Os modelos porventura já existentes, físicos ou eletrônicos, tais como Boletim Diário, Livro de Ocorrências Diárias, Diário de Obras, Cadernetas de Obras etc., ainda em uso pelas empresas privadas, órgãos públicos ou autônomos, poderão ser admitidos como Livro de Ordem, desde que atendam às exigências da resolução supracitada.

CE-7.1.3. Todos os relatos serão datados e assinados pelo responsável técnico pela obra ou serviço.

CE-7.1.4. O livro de Ordem poderá ser confeccionado em sua forma digital desde que se possam extrair relatórios, sendo um sistema com possibilidade plena de auditoria.

CE-8. PEÇAS E MATERIAIS

CE-8.1.1. São considerados materiais de consumo aqueles que se consomem à primeira aplicação, empregados em pequenas quantidades e que poderão ser utilizados na execução de mais de uma Ordem de Serviço, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, veda-rosca, colas e adesivos para tubos de PVC, colas Araldite e Super Bonder, Durepoxi, solda, tinta, pilhas, baterias, materiais de escritório, anilhas, conector terminal, abraçadeiras de nylon, parafusos, arruelas, pregos, pincéis e outros necessários à execução dos serviços, os quais deverão ser de primeira qualidade e estar em condição de uso.

CE-8.1.2. Todas as peças e materiais a serem empregados nos serviços deverão ser novos, originais, de primeiro uso, comprovadamente de primeira qualidade, não podendo serem reconicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações.

CE-8.1.3. As peças e materiais deverão ser garantidos pelo período estabelecido na legislação vigente. Nos casos em que peças e materiais tenham prazo de garantia do fabricante superior ao mínimo estabelecido em Lei, prevalecerá o prazo do fabricante.

CE-9. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EM GARANTIA

CE-9.1.1. Os equipamentos que se encontram em período de garantia somente poderão receber manutenção corretiva após constatação de que o problema não decorre de defeito de fabricação, que o objeto de garantia tenha sido exaurido, ou que parte da peça ou equipamento não esteja no escopo da garantia.

CE-9.1.2. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA deverá acionar e acompanhar o procedimento de garantia até que este se conclua.

CE-9.1.3. Caso a CONTRATADA execute serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva em sistemas e equipamentos que se encontram em período de garantia e disso resulte a perda da garantia, deverá assumir, durante o período remanescente da garantia, o ônus de responsabilidade do fabricante.

CE-9.1.4. Quando necessário, caberá à CONTRATADA promover a correta operacionalização de equipamentos, sistemas ou instalações, ainda que em caráter provisório, desde que seja preservada a integridade e suas características originais, assim como a segurança dos usuários e do patrimônio da CONTRATANTE.



CE-10. ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI

- CE-10.1.1.** Na execução contratual, serão utilizados os valores dos custos unitários e composições da tabela SINAPI desonerada, da data da elaboração da planilha orçamentária, bem como para os demais valores de composições próprias ou orçamentos colhidos em mercado, descontados os percentuais da proposta.
- CE-10.1.2.** Os valores poderão ser reajustados anualmente conforme disposições do Termo de Contrato.
- CE-10.1.3.** Os serviços e preços que não se encontram na tabela referencial adotada pela Administração, mas que decorrem da imprevisibilidade das demandas de manutenção predial, serão utilizados e aplicados em caráter eventual e acessório.
- CE-10.1.4.** Para os orçamentos colhidos em mercado, não cabendo para os itens de SINAPI, quando estes possuírem informação insuficiente ou estiverem descompasso com a realidade econômica da localidade onde será prestado o serviço, a contratada poderá requerer ajuste de valor mediante apresentação de ao menos três fontes e a Administração poderá ainda trazer mais um outro orçamento para compor a mediana.
- CE-10.1.5.** Durante a execução contratual, para os serviços e materiais que não constem da tabela SINAPI, ou na proposta da Contratada, o preço devido será calculado da seguinte forma:
- CE-10.1.5.1.** O custo unitário, a exemplo dos procedimentos da SINAPI, será aquele correspondente à mediana dos custos dos orçamentos válidos.
 - CE10.1.5.1.1.** A Contratada deverá apresentar no mínimo 3 (três) orçamentos válidos.
 - CE10.1.5.1.2.** São considerados orçamentos válidos aqueles que não forem excluídos após tratamento estatístico. O tratamento estatístico terá por finalidade a exclusão de orçamentos excessivamente elevados e dos inexequíveis.
 - CE10.1.5.1.3.** Considera-se um orçamento excessivamente elevado aquele que ultrapassar 25% da média de todos os orçamentos analisados.
 - CE10.1.5.1.4.** Considera-se um orçamento inexequível aquele que for menor que 25% da média de todos os orçamentos analisados.
 - CE-10.1.5.2.** O preço do serviço ou material será a soma do custo unitário definido na forma do subitem supra, acrescido do BDI ofertado na licitação.
 - CE-10.1.5.3.** O preço devido, aquele compatibilizado com os valores ofertados na licitação, será o preço do serviço definido na forma do subitem supra, subtraído o desconto ofertado na licitação.
 - CE-10.1.5.4.** A Contratante poderá realizar pesquisa complementar, caso julgue necessário, situação em que a pesquisa deverá ser considerada pela Contratada para definição do valor a ser cobrado.
- CE-10.1.6.** Para todos os itens há a incidência de BDI, nos termos do art. 9º do Decreto 7983/2013, conforme valores ofertados na proposta da Contratada quando da licitação.

CE-11. AJUDAS DE CUSTO e REEMBOLSO

- CE-11.1.1.** São verbas de natureza indenizatória para o colaborador que efetuar deslocamento entre municípios, ou distâncias maiores que 100Km, com comprovada necessidade do pernoite.



CE-11.1.2. Serão pagas da seguinte maneira:

- CE-11.1.2.1.** A verba para alimentação diária será de $\frac{1}{3}$ da percebida para os servidores públicos federais no âmbito da Polícia Federal da localidade onde o serviço será prestado, e será paga por meio de ajuda custo.
- CE-11.1.2.2.** A verba para estadia será paga por reembolso, devendo a contratada realizar três orçamentos em hotéis ou pousadas, com avaliação não superior a duas estrelas, a exceção dos locais onde só existem melhor avaliados, e destas escolher o menor valor, que só serão pagos mediante apresentação de todos os recibos.
- CE-11.1.2.3.** O deslocamento quando utilizado transporte rodoviário será pago mediante reembolso quando da apresentação do bilhete utilizado, e da comprovação do pagamento à respectiva viação. Para os deslocamentos utilizando o veículo da empresa contratada o pagamento será feito mediante os valores de CHP e CHI da Planilha de Peças e Materiais.



CAPÍTULO III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

CE-12. DIRETRIZES DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO

- CE-12.1.1. A Contratada deverá implementar um Sistema de Manutenção, de modo a preservar o desempenho, a segurança e a confiabilidade dos componentes e sistemas da edificação, prolongar a sua vida útil e reduzir os custos de manutenção.
- CE-12.1.2. O Sistema de Manutenção (SM) será configurado pelos seguintes pontos essenciais: organização da área de manutenção, arquivo técnico da edificação, cadastro dos componentes e sistemas da edificação e programa ou plano de manutenção.
- CE-12.1.3. A organização da área de manutenção será compatível com o porte e complexidade da edificação, disponibilidade de pessoal próprio e diretrizes administrativas relativas à contratação de serviços de terceiros, envolvendo as funções de gestão do SM, suprimento, almoxarifado e oficina ou serviços de manutenção. A função de gestão deverá responder pela implementação e articulação das demais funções do SM, manutenção do arquivo técnico e cadastro dos componentes e sistemas da edificação e elaboração do programa ou plano de manutenção.
- CE-12.1.4. O arquivo técnico da edificação será constituído por todos os documentos de projeto e construção, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, desenhos, especificações técnicas. Será integrado ainda pelos catálogos, desenhos de fabricação e instruções de montagem, manuais de manutenção e de operação e termos de garantia fornecidos pelos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação.
- CE-12.1.5. O cadastro da edificação deverá conter o registro de todos os componentes e sistemas abrangidos pelo programa de manutenção, incluindo identificação, descrição e localização, bem como as relações de documentos e de peças sobressalentes fornecidas pelos fabricantes e fornecedores.
- CE-12.1.6. O arquivo técnico e o cadastro dos componentes e sistemas da edificação serão mantidos permanentemente atualizados, refletindo fielmente todas as modificações e complementações realizadas ao longo da sua vida útil, incluindo os memoriais e desenhos “como construído” elaborados durante a construção e todas as alterações posteriores.
- CE-12.1.7. Cumprirá a função de gestão a definição, caracterização e quantificação dos materiais, componentes e serviços de manutenção a serem adquiridos ou contratados pela Administração. Registros históricos dos serviços de manutenção, facilidades de aquisição, disponibilidade de recursos e outras variáveis deverão orientar a fixação dos quantitativos e demais parâmetros de rotação do estoque necessário aos serviços de manutenção.
- CE-12.1.8. O plano ou programa de manutenção será fundamentado nos procedimentos e rotinas de manutenção preventiva recomendados pelas PRÁTICAS de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, normas (NBR) de cada sistema e manuais de manutenção dos fabricantes e fornecedores dos componentes e sistemas da edificação, assim como na experiência adquirida pelo Contratante.
- CE-12.1.9. A função almoxarifado deverá responder pela guarda e controle do estoque de componentes e materiais pertinentes às atividades de manutenção.
- CE-12.1.10. A função suprimento deverá responder pela aquisição de materiais e componentes pertinentes aos serviços de manutenção, bem como à contratação de serviços de terceiros.
- CE-12.1.11. A função oficina ou serviços de manutenção deverá responder pelos serviços de manutenção executados pela própria Contratada, bem como pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços



de manutenção contratados com terceiros, em atendimento ao programa ou plano de manutenção.

- CE-12.1.12.** A gestão do Sistema de Manutenção, que deverá ser informatizado, será apoiado por um Sistema de Informação (SI), “software” para a montagem e gerenciamento de todos os dados e informações pertinentes às atividades de manutenção, incluindo o arquivo técnico e o cadastro dos componentes e sistemas da edificação, o plano ou programa de manutenção, o registro dos serviços, datas e custos de manutenção, controle do vencimento de garantias de fabricantes e fornecedores e outros dados de interesse.

CE-13. SOFTWARE DE GESTÃO DO SISTEMA DE MANUTENÇÃO

- CE-13.1.1.** A Contratada deverá disponibilizar programa específico e apropriado para gerenciamento e controle das atividades, com as características mínimas:

- CE-13.1.1.1.** Operar em ambiente web-internet;
- CE-13.1.1.2.** Utilizar servidor próprio e exclusivo, ou de terceiros, desde que garanta a segurança, integridade e confiabilidade das informações lançadas;
- CE-13.1.1.3.** Após o encerramento do contrato a base de dados do software de gerenciamento de manutenção deverá ser entregue à CONTRATANTE em meio digital compatível com sistemas de banco de dados para aplicativos Windows;
- CE-13.1.1.4.** Trabalhar em ambiente Windows;
- CE-13.1.1.5.** Trabalhar em língua portuguesa;
- CE-13.1.1.6.** Operar em rede TCP/IP;
- CE-13.1.1.7.** Permitir a implantação do cadastro de todos os equipamentos das instalações que fazem parte do escopo dos serviços;
- CE-13.1.1.8.** Conter módulo para implantação do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC);
- CE-13.1.1.9.** Monitorar os equipamentos e/ou sistemas prediais cadastrados através do consumo de energia ativa e reativa, consumo de água, corrente e voltagem por fase de alimentação dos equipamentos, etc., com disponibilização dos dados através de tabelas e gráficos;
- CE-13.1.1.10.** Gerenciar programas de manutenção preventiva de equipamentos e/ou sistemas prediais com emissão programada e automatizada de listas de verificação e medição (check list);
- CE-13.1.1.11.** Permitir a criação de um banco de conhecimento de rotinas de manutenção que possa ser consultado, incorporado e aprimorado, agilizando a implementação das rotinas;
- CE-13.1.1.12.** Permitir o cadastramento de solicitação de serviços pela Internet pelos usuários (demandantes) e pela Fiscalização;
- CE-13.1.1.13.** Permitir o acompanhamento de todo o processo de emissão e encaminhamento das ordens de serviços;
- CE-13.1.1.14.** Permitir a disponibilização histórica de indicadores de qualidade de atendimento em forma gráfica;



- CE-13.1.1.15.** Apresentar relatório de cálculo dos parâmetros Índice de Medição de Resultados, para cada mês e também o acumulado anual. Caso o software não possa ser adaptado para esse cálculo deverá a contratada elaborar planilha contendo cada Ordem de Serviço descrevendo esses parâmetros;
- CE13.1.1.15.1.** Emitir relatórios das quantidades de chamadas recebidas por usuários, com possibilidades de filtragem por período e tipo de problema/solicitação;
 - CE13.1.1.15.2.** Emitir relatórios e gráficos das chamadas, constando o tempo de atendimento, técnico responsável, problema, setor solicitante, etc;
 - CE13.1.1.15.3.** Permitir que os usuários efetuem consultas no sistema, via web, sobre a situação das suas solicitações;
 - CE13.1.1.15.4.** Emitir relatório mensal quanto a todos os parâmetros cadastrados por tipo de serviço: manutenção preventiva, manutenção corretiva, manutenção preditiva e gráficos de acompanhamento do atendimento;
 - CE13.1.1.15.5.** Emitir relatórios de utilização de materiais, por tipo ou período;
 - CE13.1.1.15.6.** Possuir interface gráfica de fácil utilização;
 - CE13.1.1.15.7.** Trabalhar de acordo com fluxograma apresentado em Anexo do TR;
 - CE13.1.1.15.8.** Permitir a limitação de acesso a módulos e funcionalidades específicas por meio de senha pessoal;
 - CE13.1.1.15.9.** Permitir a inserção de textos contendo informações diversas em todas as etapas do atendimento e independente de finalizar uma etapa.
 - CE13.1.1.15.10.** Permitir a criação de um relatório contendo o histórico de etapas da OS.
 - CE13.1.1.15.11.** Permitir a seleção de filtros de exibição de OS, como finalizadas ou em análise.
 - CE13.1.1.15.12.** Ser customizável conforme as necessidades apresentadas pela fiscalização.
 - CE13.1.1.15.13.** Permitir a inserção de arquivos em anexo, como fotos, em todas as etapas do atendimento.
 - CE13.1.1.15.14.** Registrar a data e hora de início e fim de cada etapa, bem como o tempo decorrido entre as etapas. Serão considerados as seguintes etapas:
 - CE13.1.1.15.15.** Solicitação de atendimento;
 - CE13.1.1.15.16.** Autorização da Fiscalização;
 - CE13.1.1.15.17.** Início do atendimento;
 - CE13.1.1.15.18.** Pedido de compra de peça ou material;
 - CE13.1.1.15.19.** Final do atendimento;
 - CE13.1.1.15.20.** Recebimento pelo Responsável Técnico;
 - CE13.1.1.15.21.** Recebimento pelo Demandante;
 - CE13.1.1.15.22.** Recebimento pela Fiscalização.



- CE-13.1.2. Este software deverá ser apresentado à CONTRATANTE, para efeitos de aprovação, em no máximo 15 (quinze) dias corridos, sendo que deverá estar plenamente operacional em no máximo 30 (trinta) dias, sendo todos os prazos contados a partir da data de assinatura do contrato, estando sujeito a sanção administrativa prevista no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) caso não cumpra a implementação do software;
- CE-13.1.3. Durante o período de implementação do software, a CONTRATADA deverá disponibilizar meio eficaz para abertura e controle de Ordem de Serviço, para todos os usuários/servidores, aprovado pela fiscalização.
- CE-13.1.4. Todos os procedimentos e rotinas de manutenção preventiva utilizados deverão ser continuamente avaliados, ajustados e complementados pelo Contratante, de modo a permanecerem sempre atualizados ao longo da evolução tecnológica e consistentes com as necessidades e experiência adquirida na gestão do Sistema de Manutenção.

CE-14. ORDENS DE SERVIÇO

- CE-14.1.1. Todos os serviços objetos deste Caderno de Encargos/Termo de Referência SOMENTE SERÃO EXECUTADOS APÓS A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO pelo usuário demandante e prévia autorização da Fiscalização Técnica, salvo situações emergenciais ou urgentes, devidamente justificadas;
- CE-14.1.2. Autorizada a execução da Ordem de Serviço, a CONTRATADA providenciará o levantamento de peças e materiais necessários, contendo orçamento detalhado, com o código, descrição, valores unitários e totais de Peças e Materiais a serem utilizados.
- CE-14.1.3. Quando para execução dos serviços, ou parte desses, solicitados na Ordem de Serviço, não houver pessoal capacitado/habilitado ou disponível, deverá a contratada realizar o mesmo levantamento descrito no item acima incluindo a alocação de serviço sob demanda seguindo o pressuposto no item 10 [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#) deste documento.
- CE-14.1.4. A aquisição de Peças e Materiais deverá estar em conformidade com o descrito neste Caderno de Encargos.
- CE-14.1.5. Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a CONTRATANTE, e que não tenham sido autorizados por meio de Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.
- CE-14.1.6. As Ordens de Serviços serão emitidas e gerenciadas por meio do Software de Gerenciamento de Manutenção.
- CE-14.1.7. Para controle diário da manutenção e controle do atendimento às rotinas de manutenção previstas neste Caderno de Encargos será criada para cada dia de prestação de serviço uma Ordem de Serviço Diária.
- CE-14.1.8. A Ordem de Serviço Diária constitui o Livro Diário e o Livro de Ocorrências.
- CE-14.1.9. A Ordem de Serviço Diária deverá conter:
 - CE-14.1.9.1. Manutenções e serviços executados;
 - CE-14.1.9.2. Listagem de ocorrências relevantes;
 - CE-14.1.9.3. Descrição dos integrantes da Equipe Residente;



CE-14.1.9.4. Descrição de Serviços Eventuais e Especializados, quando realizados.

CE-14.2. Do Recebimento das Ordens de Serviço

- CE-14.2.1. Todas as Ordens de Serviço deverão estar registradas no Software de Gerenciamento de Manutenção, a fim de que estes sejam validados pela Fiscalização Técnica e mensurados os resultados para atesto e autorização dos pagamentos.
- CE-14.2.2. Todos os serviços somente serão considerados executados mediante a aprovação da Fiscalização de todas as etapas, incluídas a retirada dos entulhos e materiais inservíveis, a reconstituição das partes danificadas, se for este o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas.
- CE-14.2.3. Se após o Recebimento pela Fiscalização Técnica for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo de atendimento da Ordem de Serviço será reaberto e será considerado o prazo já decorrido de atendimento.
- CE-14.2.4. O recebimento da Fiscalização não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto.
- CE-14.2.5. A critério da CONTRATANTE, o recebimento da Fiscalização será realizado de forma eletrônica, por meio do Software de Gerenciamento de Manutenção.

CE-14.3. Dos Prazos para Atendimento das Ordens de Serviço

- CE-14.3.1. O prazo de início de atendimento será de até 01 (um) dia útil a partir da Autorização da Ordem de Serviço pela Fiscalização Técnica.
- CE-14.3.2. O atendimento se inicia a partir do momento que a CONTRATADA se apresenta no local de execução da Ordem de Serviço com o objetivo de analisar a demanda.
- CE-14.3.3. O prazo para finalizar o atendimento de todas as Ordens de Serviço é de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da Autorização da Ordem de Serviço pela Fiscalização Técnica.
- CE-14.3.4. O prazo do item anterior é de 10 (dez) dias úteis para Ordens de Serviço que seja necessária a aquisição de Peças ou Materiais ou a contratação de mão-de-obra eventual ou especializada.
- CE-14.3.5. O atendimento finaliza com o recebimento do serviço ou manutenção pelo solicitante, através de assinatura na Ordem de Serviço ou no Software de Gerenciamento de Manutenção.
- CE-14.3.6. Todas as Ordens de Serviço deverão ser recebidas pelo Responsável Técnico da CONTRATADA. Neste recebimento será avaliado a técnica empregada, a eficiência e qualidade da solução.
- CE-14.3.7. Havendo motivo justo ou comprovada força maior ou caso fortuito, os prazos de atendimento e finalização poderão ser ajustados pela Fiscalização, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA dentro do prazo de atendimento ou finalização.
- CE-14.3.8. O descumprimento nos prazos anteriores estará sujeito às glosas no pagamento por metas não atingidas previstas em Anexo do TR.

CE-15. RELATÓRIOS

CE-15.1. Relatório de Inspeção da Situação Física - RISF

- CE-15.1.1. No início da execução do contrato deverá ser efetuado o levantamento das condições das instalações e as necessidades de intervenções de engenharia a serem realizadas. Bem como avaliar os serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva das instalações.



- CE-15.1.2. O RISF será apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do início do contrato e anualmente até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano, inclusive no ano de início do contrato.
- CE-15.1.3. No caso de prorrogação contratual, o RISF deverá ser atualizado e apresentado até o dia 30 (trinta) de novembro de cada ano de prorrogação.
- CE-15.1.4. Deverá ser elaborado através de editor de texto compatível com o utilizado pela CONTRATANTE. Deverá ser implementado e assinado pelo Responsável Técnico da CONTRATADA.
- CE-15.1.5. O RISF será elaborado de acordo com modelo apresentado em Anexo do TR.
- CE-15.1.6. Deverá conter ainda o parecer do Responsável Técnico da CONTRATADA sobre a situação geral das instalações. A entrega do parecer deverá ser precedida do registro no CREA através de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica);
- CE-15.1.7. O RISF deverá ser aprovado pela Fiscalização Técnica. Caso julgue necessário, a Fiscalização poderá solicitar ajustes, estipulando novo prazo para entrega.

CE-15.2. Relatório Inicial

- CE-15.2.1. No início da execução do contrato deverá ser efetuado o levantamento de peças, materiais, sistemas e equipamentos. Este levantamento será parte do Relatório Inicial e deverá ser apresentado no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do início do contrato.
- CE-15.2.2. No caso de prorrogação contratual, o Relatório Inicial deverá ser atualizado e apresentado até o prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da prorrogação.
- CE-15.2.3. O Relatório Inicial deverá conter os seguintes itens:
 - CE-15.2.3.1. Relação de equipamentos e sistemas existentes nas instalações, indicando nome do fabricante, modelo, número de série, tipo, capacidade, potência, tensão, corrente nominal e outros dados que se fizerem necessários à perfeita identificação dos equipamentos.
 - CE-15.2.3.2. Fichas históricas de todos os sistemas e equipamentos, devidamente preenchidas para visto da Fiscalização Técnica.
 - CE-15.2.3.3. Relação com quantitativo mínimo de peças e materiais que devem ser mantidas em estoque, para atendimento às manutenções preventivas, preditivas e corretivas. A compra dessas peças e materiais será avaliada e autorizada pela Fiscalização Técnica.
 - CE-15.2.3.4. Relação de peças e materiais disponíveis no estoque da CONTRATANTE.
 - CE-15.2.3.5. O Relatório Inicial deverá ser aprovado pela Fiscalização Técnica. Caso julgue necessário, a Fiscalização Técnica poderá solicitar ajustes, estipulando novo prazo para entrega.

CE-15.3. Relatório Mensal de Manutenção

- CE-15.3.1. O Relatório Mensal de Manutenção, que deverá ser entregue até o 5º dia útil de cada mês, é o principal instrumento de medição da execução dos serviços objeto do presente TR e seus Anexos, porém não é o único. O Relatório Mensal de Manutenção é o instrumento pelo qual a CONTRATADA demonstrará formalmente a realização e execução de todo o objeto do contrato, demonstrando os resultados obtidos e as justificativas necessárias.
- CE-15.3.2. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, relatório técnico, elaborados em editor de texto licenciado, e compatível com a última versão usada pela CONTRATANTE, conferido e assinado pelo Responsável Técnico, sobre os serviços prestados, contendo no mínimo, as seguintes informações:



- CE-15.3.2.1. Acompanhamento mensal/anual das medições de entrada de energia elétrica e água.
- CE-15.3.2.2. Item OBSERVAÇÕES TÉCNICAS, contendo as sugestões da CONTRATADA para otimizar os serviços prestados e modernizações cuja necessidade tenha sido constatadas acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação;
- CE-15.3.2.3. Ordens de Serviço Diárias, contendo as atividades desenvolvidas em cada dia de prestação de serviço e as equipes Residente, Eventual e Especializada; e as Ordens de Serviço atendidas;
- CE-15.3.2.4. Check-list das rotinas de manutenção preventiva e preditiva, com a data efetiva de realização de cada procedimento;
- CE-15.3.2.5. Descrição de eventuais pendências das manutenções e serviços, quando houver, com indicação das razões de sua existência;
- CE-15.3.2.6. Apresentação dos dados, na forma de gráfico e tabelas, das medições realizadas nos sistemas e equipamentos da CONTRATANTE, inclusive com a apresentação de gráficos comparativos com meses anteriores;
- CE-15.3.2.7. Descrição de quaisquer anormalidades/dificuldades constatadas no decorrer da execução dos serviços incluindo faltas de energia, vazamentos hidráulicos, performance dos equipamentos, etc;
- CE-15.3.2.8. Planilha de custos das manutenções e serviços, envolvendo Peças, Materiais, Serviços Eventuais e Serviços Especializados;
- CE-15.3.2.9. Curva ABC de Peças e Materiais;
- CE-15.3.2.10. Planilha contendo o histórico dos custos mensais do período do contrato e o acumulado anual;
- CE-15.3.2.11. Os orçamentos elaborados pela CONTRATADA e autorizados pela Fiscalização para compra de peças, materiais e para contratação de serviços sob demanda.
- CE-15.3.2.12. Planilha de peças, materiais e itens que por troca ou manutenção estejam em garantia;
- CE-15.3.2.13. Relatórios apresentados pela Equipe Especializada referente às manutenções realizadas por esta.
- CE-15.3.3. Sempre que solicitado, a CONTRATADA deverá apresentar Relatório Complementar de Atividades, independente do relatório mensal, bem como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnica econômico sobre quaisquer instalações e equipamentos incluindo necessidades de novas instalações. Estes deverão ser anexados ao Relatório Mensal pela CONTRATADA;
- CE-15.3.4. Outras informações e planilhas poderão ser solicitadas pela Fiscalização Técnica.
- CE-15.3.5. De comum acordo com a fiscalização, a CONTRATADA deverá estabelecer indicadores chaves de desempenho da manutenção, para aferição comparativa dos resultados obtidos ao longo do contrato, tais como:
 - CE-15.3.5.1. Percentual de redução do consumo de água e energia, em comparação à média histórica dos 12 (doze) meses anteriores;
 - CE-15.3.5.2. Disponibilidade ou tempo disponível dos equipamentos de maior complexidade;



CE-15.3.5.3. Tempo médio entre falha dos equipamentos de maior complexidade;

CE-15.3.5.4. Quantidade de alarmes e problemas nos equipamentos e sistemas ao longo dos meses, comparando com a média histórica;

CE-15.3.5.5. Entre outros indicadores julgados necessários pela Fiscalização Técnica.

CE-15.3.6. O cálculo do IMR, previsto em Anexo do TR, deverá ser realizado pela CONTRATADA, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas, através de Software de Gestão de Manutenção, e apresentado no Relatório Mensal de Manutenção para conferência da Fiscalização.

CE-15.4. Relatório Mensal Final

CE-15.4.1. Nos casos de não prorrogação ou rescisão contratual, o relatório mensal referente ao último mês, deverá ser elaborado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após o término dos serviços.

CE-15.4.2. Terá o objetivo de subsidiar a empresa sucessora no contrato de manutenção e preservar as informações referentes aos trabalhos implementados.

CE-15.4.3. Deverá atender todos os itens de um Relatório Mensal e conter ainda:

CE-15.4.3.1. O detalhamento das instalações, equipamentos, sistemas, peças e materiais; semelhante ao RISF e ao Relatório Inicial;

CE-15.4.3.2. Fechamento dos serviços e manutenções, apresentado a situação de entrega da manutenção;

CE-15.4.3.3. Outras informações que a Fiscalização julgar pertinente.

CE-16. REQUISITOS GERAIS PARA OS PROFISSIONAIS

CE-16.1. Trabalho em baixa e média tensão e trabalho em altura

CE-16.1.1. Em conformidade com a NR10 e NR35 são considerados autorizados os trabalhadores qualificados ou capacitados e os profissionais habilitados.

CE-16.1.1.1. É considerado trabalhador qualificado aquele que comprovar conclusão de curso específico na área reconhecido pelo Sistema Oficial de Ensino.

CE-16.1.1.2. É considerado profissional legalmente habilitado o trabalhador previamente qualificado e com registro no competente conselho de classe.

CE-16.1.1.3. É considerado trabalhador capacitado aquele que atenda às seguintes condições, simultaneamente:

CE16.1.1.3.1. Receba capacitação sob orientação e responsabilidade de profissional habilitado e autorizado;

CE16.1.1.3.2. Trabalhe sob a responsabilidade de profissional habilitado e autorizado.

CE-16.1.2. A capacitação só terá validade para a empresa que o capacitou e nas condições estabelecidas pelo profissional habilitado e autorizado responsável pela capacitação.

CE-16.1.3. A CONTRATADA deve estabelecer sistema de identificação que permita a qualquer tempo conhecer a abrangência da autorização de cada trabalhador, conforme o item 10.8.4 da NR10.



- CE-16.1.4.** Os trabalhadores autorizados a trabalhar em instalações elétricas devem ter essa condição consignada no sistema de registro de empregado da CONTRATADA.
- CE-16.1.5.** A CONTRATADA concederá autorização na forma da NR10 aos trabalhadores capacitados ou qualificados e aos profissionais habilitados que tenham participado com avaliação e aproveitamento satisfatórios dos cursos constantes do Anexo II da NR10.

CE-17. PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)

- CE-17.1.1.** O Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) deve ser cadastrado, operado e controlado por meio de software. Parte dos sistemas a serem mantidos estão detalhados no Apêndice II deste Caderno de Encargos.



CAPÍTULO IV - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CE-18. LOCAL E HORÁRIO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

CE-18.1.1. Os serviços serão prestados nos seguinte endereços:

1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do SUL	Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 - Bairro Vila Sobrinho	Campo Grande
2	Aeroporto - sala	Av. Duque de Caxias, s/n - Vila Serradinho, Campo Grande - MS, 79101-901	Campo Grande
3	BASE GISE	Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira	Campo Grande
4	Estande de tiro Outdoor	BR 262 sem numero, proximo a Sede da Unidade Descentralizada Embrapa Gado de Corte	Campo Grande
5	Passaporte Shopping - sala	Av. Afonso Pena, 4909 - Santa Fé, Campo Grande - MS, 79031-900	Campo Grande
6	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá	Praça da República, 51, Centro	Corumbá
7	Terreno para nova DPF em Corumbá	Rua Nossa senhora da Candelaria, S/N	Corumbá
8	Nova Delegacia de Polícia Federal em Corumbá (INSS)	Rua Dom Aquino Corrêa, 1265 - Centro	Corumbá
9	Aeroporto - sala	R. Santos Dumont, S/n - Aeroporto	Corumbá
10	Posto de Migração ESDRAS	Fronteira Brasil/Bolívia	Corumbá
11	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular	Dourados
12	Aeroporto em Dourados	Av. Guaicurus, S/N - Cidade Universitária de, Dourados - MS	Dourados
13	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí
14	Pátio de Veículos	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí
15	Pátio de Veículos	JARDIM PARAÍSO - PARQUE INDUSTRIAL- Lado impar da Rua José Teixeira, a uma distância de 50,30 metros da Rua Projetada 06 DIJP	Naviraí



16	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro	Ponta Porã
17	Nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Av. Jorge Roberto Salomão, S/N, CEP 79.904-15,	Ponta Porã
18	Aeroporto - sala	R. Batista de Azevedo, 770 - Granja, Ponta Porã - MS, 79905-360	Ponta Porã
19	BASE GISE	Rua Sete de Setembro Bairro Santa Isabel 2292 Ponta Porã M.S	Ponta Porã
20	Pátio de Veículos	MS-380, Km 04 - Zona industrial, Ponta Porã	Ponta Porã
21	NPA	Rua Antônio João, 1371, Centro	Ponta Porã
22	ALOJAMENTO	Rua Campo Grande, 131 - Vila Reno - Ponta Porã - MS, 79902-274	Ponta Porã
23	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada	Três Lagoas

CE-18.1.2. Os serviços objeto do contrato deverão, sempre que possível, ser realizados durante o horário normal de expediente da Edificação, desde que não venham a prejudicar o normal funcionamento da mesma.

CE-18.1.2.1. Para a execução de serviços que possam prejudicar o bom funcionamento da Edificação e causar incômodo em demasia ou risco aos ocupantes da mesma, deverão ser realizados aos sábados, feriados ou pontos facultativos, com a autorização prévia da Fiscalização.

CE-18.1.2.2. A escala comum de trabalho poderá ser estabelecida pela Fiscalização, em comum acordo com a CONTRATADA, podendo acontecer no período entre às 7h (sete horas) às 19h (dezenove horas), salvo situação excepcional que haja necessidade de alteração da mesma, sendo concedido o intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora para o almoço.

CE-19. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

CE-19.1. *Início da execução do contrato*

CE-19.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de início prevista na Ordem de Serviço de Abertura (OSA), devendo a CONTRATADA, alocar a mão-de-obra residente, informando a Fiscalização, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir os serviços contratados.

CE-19.1.2. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de até **15 (quinze)** dias a partir da data de início da execução dos serviços:

CE-19.1.2.1. Relatório Inicial;

CE-19.1.2.2. Plano Anual de Manutenção;

CE-19.1.2.3. Software de Gerenciamento de Manutenção.



CE-19.1.3. A CONTRATADA deverá iniciar no prazo de até **15 (quinze)** dias da data de início da execução dos serviços:

CE-19.1.3.1. Prestação dos Serviços Especializados;

CE-19.1.4. A CONTRATADA deverá implementar no prazo de até **30 (trinta)** dias da data de início da execução dos serviços:

CE-19.1.4.1. Sistema digital de controle de frequência de pessoal da Equipe Residente.

CE-19.1.4.2. Software de Gerenciamento de Manutenção,

CE-19.1.5. A CONTRATADA deverá apresentar no prazo de até **30 (trinta)** dias da data de início da execução dos serviços:

CE-19.1.5.1. Relatório de Inspeção da Situação Física, para todas as edificações indicadas neste Termo de Referência;

CE-19.1.6. Apresentar à CONTRATANTE, em até **15 (quinze)** dias da emissão da Ordem de Serviço de Abertura:

CE-19.1.6.1. Os integrantes da equipe residente da contratada, que deverão apresentar a comprovação técnica exigida neste documento, além das informações abaixo listadas:

ITEM	CARGO	CAPACITAÇÃO MÍNIMA	PRAZO
01	Engenheiro Civil	Anotação de Responsabilidade Técnica emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA	15 dias
02	Oficial Eletricista	comprovação de aproveitamento mínimo em curso exigido para a formação profissional por entidade de ensino habilitada.	15 dias
03	Oficial Pedreiro	comprovação de aproveitamento mínimo em curso exigido para a formação profissional por entidade de ensino habilitada.	15 dias
04	Auxiliar	comprovação de aproveitamento mínimo em curso exigido para a formação profissional por entidade de ensino habilitada.	15 dias

CE-19.1.6.2. O modelo ou padrão do uniforme que será fornecido aos funcionários deverá ser apresentado em até **15 (quinze)** dias da emissão da Ordem de Serviço de Abertura;

CE-19.1.6.3. Caberá à CONTRATADA adquirir, fornecer e instalar, em até **30 (trinta)** dias da data de início da execução dos serviços, em local indicado pela SR/PF/MS, mantendo as condições ora descritas durante toda a execução contratual, mesas, cadeiras, armário, terminais (computadores), contratação de acesso a internet banda larga e impressora com tecnologias compatíveis às necessidades e exigências da CONTRATANTE, para atender o Engenheiro, de formar a realizar com velocidade adequada todas as tarefas atinentes ao objeto do contrato que demandem o uso de tecnologia da informação.



CE-19.2. Execução do Objeto

- CE-19.2.1.** A execução e apresentação dos serviços seguirá, obrigatoriamente, as diretrizes deste documento, tanto para as rotinas preventivas quanto para as intervenções corretivas.
- CE-19.2.1.1.** O Cronograma de realização dos serviços que é composto pelo conjunto de rotinas diárias, semanais, mensais e anuais, deverá ser elaborado pela empresa contratada em conjunto com a contratante e receberá o nome de PMOC (Plano de Manutenção Operação e Controle), que vai alocar, dentro de um espaço de tempo, o tipo e a quantidade de rotinas preventivas e preditivas dispensadas para determinado sistema.
- CE-19.2.1.2.** Caberá à contratada seguir as rotinas diárias, semanais, mensais e anuais estabelecidas no Plano de Manutenção e Controle.
- CE-19.2.1.3.** Mensalmente será entregue a fiscalização técnica da contratante, Relatório Mensal de Manutenção, com toda a documentação comprobatória relativa a execução dos serviços, elaborado e assinado pelo Responsável Técnico da contratada.
- CE-19.2.1.4.** A medição para fins de fiscalização e pagamento será realizada mensalmente, e terá início com o recebimento do Relatório Mensal elaborado pelo Responsável Técnico e que deverá ser entregue até o 5º dia útil do mês subsequente aquele que será medido.
- CE-19.2.2.** Os serviços de manutenção contemplam as atividades de supervisão e responsabilidade técnica, atividades a serem executadas por empresa ou profissional capacitado, sejam elas executadas com dedicação exclusiva de mão de obra ou por demanda, além de incluir o fornecimento de peças e materiais necessários à execução dos serviços.
- CE-19.2.3.** As atividades a serem desenvolvidas em áreas energizadas deverão contar com profissionais devidamente qualificados para os diversos níveis de tensão exigidos. Caso a Fiscalização constate o descumprimento desta determinação isso se constituirá em falta grave podendo ensejar, inclusive a rescisão contratual.
- CE-19.2.4.** A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, responsabilizando-se também pelos danos decorrentes da má execução desses trabalhos.
- CE-19.2.5.** Toda a equipe técnica deverá ser constituída de pessoal qualificado de modo a reunir permanentemente um serviço homogêneo e de qualidade comprovada, observadas as condições estabelecidas neste Caderno de Encargos/Termo de Referência.
- CE-19.2.6.** No prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte desta, a CONTRATADA deverá retirar do local de prestação de serviços, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios, salvo nas hipóteses em que houver manifestação da CONTRATANTE concedendo prazo superior.
- CE-19.2.7.** Para a Supervisão Técnica e a Equipe Residente, a cada nova contratação, inclusive quando da necessidade de substituições, a CONTRATADA terá até 72 (setenta e duas) horas para a apresentação do novo profissional, devendo, neste prazo, efetuar o recrutamento, a seleção e o encaminhamento dos documentos dos novos profissionais à Fiscalização da CONTRATANTE.
- CE-19.2.8.** Os serviços especificados no contrato não excluem outros, de natureza similar, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida pela CONTRATANTE, obrigando-se a CONTRATADA a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações.

CE-19.3. Da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- CE-19.3.1.** O prazo total de garantia previsto para este contrato será de 12 meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto. Este prazo de garantia



contratual, dar-se-á da seguinte maneira: garantia legal de 3 (três) meses e complementar de 9 (nove) meses, conforme usualmente praticado no mercado nacional.

- CE-19.3.2.** A garantia contratual faz referência aos insumos (Serviços Especializados - Rotinas de Manutenção, Serviços Especializados - Sob demanda, Serviços Gerais - Sob demanda, Peças e Materiais), adquiridos de forma direta ou indireta.
- CE-19.3.3.** Já para os serviços prestados pela Equipe Residente, a garantia fica condicionada à aplicação do INDICADOR nº 1 do IMR, o qual contempla a execução dos serviços e possíveis glosas por atrasos. Neste sentido, para fazer jus à garantia deverá ser aberta nova ordem de serviço, com a posterior dosimetria do indicador supracitado.
- CE-19.3.4.** Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a CONTRATANTE.

CE-20. SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA

- CE-20.1.1.** O engenheiro, preposto da empresa, além da supervisão e responsabilidade técnica do contrato de manutenção, deverá coordenar as equipes, gerenciar todos os procedimentos e rotinas dos trabalhos com vistas a promover qualidade na execução do objeto deste Termo de Referência.

Item	Categoria Profissional	Quant.	Horário	Carga Horária
1	Engenheiro Civil Responsável Técnico	1	2ª a 6ª (5x Por Semana) 07:30h às 11:30h 13:30h às 17:30h	176h/Mês

- CE-20.1.2.** A carga horária SEMANAL do Responsável Técnico deverá ser ajustada a fim de atender a carga horária MENSAL de cada mês de execução do contrato.
- CE-20.1.3.** O Engenheiro Responsável Técnico deverá pertencer ao quadro técnico da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor do certame.
- CE-20.1.3.1.** No decorrer da execução do contrato, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.
- CE-20.1.3.2.** As licitantes, quando solicitadas, deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação e das correspondentes Certidões de Acervo Técnico (CAT), endereço atual da contratante e local em que foram executadas as obras e serviços de engenharia.
- CE-20.1.3.3.** Comprovação da capacitação do Engenheiro Técnico Responsável, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA da região pertinente, nos termos



da legislação aplicável, em nome do responsável técnico, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação.

CE-20.1.3.4. O Engenheiro Civil responsável técnico deverá atender todas as unidades da Polícia Federal, discriminadas anteriormente, sendo o responsável técnico por todas estas unidades fora da SR/PF/MS, bem como responsável pela coordenação e gestão dos equipamentos e materiais e dos trabalhos a serem exercidos pelas equipes residentes, eventuais e especializadas.

CE-20.1.4. Os custos dos serviços de Supervisão Técnica serão aqueles ofertados pela Contratada, quando da licitação, e deverá estar de acordo com o vínculo empregatício ou contrato de prestação de serviços do profissional com a empresa.

CE-20.1.5. Deverá ser comprovado que o Responsável Técnico atende aos requisitos de qualificação, formação e capacidade técnica.

CE-20.1.6. Os profissionais indicados para efeito de substituição, deverão atender estritamente às exigências deste Termo de Referência e seus Anexos, quanto à formação e capacidade técnica.

CE-20.2. Engenheiro Civil – Responsável Técnico – Formação

CE-20.2.1. Formação plena em Engenharia Civil. Registro ativo no respectivo Conselho de Classe. Conhecimento em normas técnicas e regulamentadoras (NR-10, NR-18, NR-35). Experiência mínima de **3 anos na supervisão de equipes técnicas** de manutenção predial ou obras civis.

CE-20.3. Engenheiro Civil – Atribuições

CE-20.3.1. Receber e apresentar à CONTRATANTE todos serviços de manutenção predial desse contrato das equipes RESIDENTE, EVENTUAL, ESPECIALIZADA, SUB CONTRATADAS e outros que vierem a ser realizados, exercendo conforme anotação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) total responsabilidade sobre os serviços executados nas respectivas unidades e locais administrados por esta unidade.

CE-20.3.2. Supervisionar o desenvolvimento dos serviços técnicos, atuando diretamente na execução dos mesmos quando necessário.

CE-20.3.3. Manter permanente contato com a fiscalização do Contratante, visando a otimização de metas e objetivos.

CE-20.3.4. Proceder à avaliação geral das condições requeridas para a manutenção, estudando os projetos e examinando as características do prédio, para determinar o melhor plano de trabalho.

CE-20.3.5. Elaborar projetos de engenharia, gerenciar obras, controlar a qualidade de empreendimentos, coordenar a operação e manutenção do empreendimento, prestar consultoria, assistência e assessoria e elaborar pesquisas tecnológicas.

CE-20.3.6. Elaborar projetos de manutenção e especificações de obras e serviços de engenharia, indicando tipos e qualidades de materiais, equipamentos e mão de obra necessários e efetuar estimativas de custos para apreciação e aprovação da Contratante.

CE-20.3.7. Preparar programa de trabalho, elaborando plantas, croquis, cronogramas, e fiscalização do desenvolvimento dos serviços.

CE-20.3.8. Dirigir a manutenção predial, acompanhando e orientando as operações à medida que avançam os serviços, para assegurar o cumprimento dos cronogramas e dos padrões de qualidade e segurança recomendados, comunicando a Fiscalização Técnica do contrato quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.



- CE-20.3.9. Assessorar a CONTRATANTE nas áreas de engenharia pertinentes às suas atribuições profissionais, quais sejam: auxílio na elaboração de projetos básicos, assessorias técnicas, periciais, de fiscalização, de supervisão e gerenciamento de obras e serviços.
- CE-20.3.10. Certificar-se da aplicação das normas técnicas concernentes aos respectivos processos de trabalho.
- CE-20.3.11. Efetuar levantamento de dados de natureza técnica.
- CE-20.3.12. Desenvolver estudos visando à economia de eletricidade, orientando os serviços de manutenção em busca de maior eficiência energética.
- CE-20.3.13. Elaborar e garantir que sejam mantidos atualizados, e em conformidade com a NR10, durante a vigência do contrato, os esquemas unifilares das instalações elétricas dos edifícios com as especificações do sistema de aterramento e demais equipamentos e dispositivos de proteção.
- CE-20.3.14. Elaborar o Prontuário de Instalações Elétricas, em conformidade com o que determina a NR10 para estabelecimentos com carga instalada superior a 75 kW, e garantir que seja mantido atualizado durante a vigência do contrato.
- CE-20.3.15. Garantir o cumprimento da Norma Regulamentadora Nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade por todos os funcionários da Contratada, durante a execução de todos os serviços por ela disciplinados que fazem parte do contrato.
- CE-20.3.16. Elaborar e assinar o Relatório Mensal de Manutenção.
- CE-20.3.17. Ser responsável pela elaboração de relatórios, comunicados, laudos e outros documentos.
- CE-20.3.18. Elaborar planejamentos, rotinas, e procedimentos operacionais e de acompanhamento para as equipes de manutenção, para a execução do objeto deste contrato, considerando as normas técnicas, legais e administrativas vigentes.
- CE-20.3.19. Desenvolver estudos visando economia de energia, orientando os serviços de manutenção em busca de mais eficiência energética.
- CE-20.3.20. Visitar todas as instalações dos locais listados neste Termo de Referência e seus Anexos. A Supervisão Técnica deverá, ainda, prestar apoio técnico na elaboração de projetos, laudos, especificações técnicas, pesquisa de preços, vistorias conjuntas, acompanhamento de serviços e demais atividades que se fizerem necessárias.
- CE-20.3.21. Deslocar-se ao menos duas vezes, durante o ano contratual, para realizar vistorias e inspeções físicas nas localidades que fazem parte do objeto da contratação, nos termos do item **CE-11. AJUDAS DE CUSTO E REEMBOLSO**.
- CE-20.3.22. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

CE-21. SERVIÇOS DA EQUIPE RESIDENTE

- CE-21.1.1. Os serviços de manutenção predial compreendem a realização de diversas intervenções, que não gerem alterações significativas, autônomas e independentes na edificação, e que são necessárias para a adequada manutenção das edificações e seus respectivos sistemas, que deverão ser realizadas de forma coordenada, divididas para efeito desta contratação em serviços especializados e serviços gerais de manutenção.



- CE-21.1.2.** As justificativas para definição dos quantitativos da Equipe Residente foram detalhados no Estudo Técnico Preliminar.
- CE-21.1.3.** A Equipe Residente desenvolverá as atividades em regime de dedicação exclusiva nas unidades da Polícia Federal no MS, e é constituída pelas funções relacionadas no quadro a seguir, obedecidas às atribuições de cada cargo.

Item	Categoria Profissional	Quantitativo	Horário	Carga Horária
2	Oficial de Manutenção Eletricista	4	2ª a 6ª 07:30h às 11:30h 12:30h Às 17:18h	220h/Mês
	Oficial de Manutenção Pedreiro	1		
	Oficial de Manutenção	5		
	Auxiliar de Manutenção	1		
	Almoxarife	1		
	Auxiliar de Almoxarifado	1		

- CE-21.1.4.** A CONTRATADA deverá disponibilizar e manter nas dependências da CONTRATANTE, toda a mão de obra necessária para a realização dos serviços objeto deste Termo de Referência.
- CE-21.1.5.** Os custos unitários de cada profissional da equipe residente, serão aqueles propostos pela licitante vencedora, respeitados os valores mínimos estabelecidos em instrumento sindical homologado pelo Ministério do Trabalho.
- CE-21.1.6.** Os horários da Equipe Residente poderão ser ajustados para melhor execução dos serviços, desde que aprovados pela Fiscalização.
- CE-21.1.7.** As horas trabalhadas em situações de atendimentos emergenciais serão compensadas em comum acordo entre a Fiscalização e a CONTRATADA, sem ônus contratual, sendo efetuada a homologação do banco de horas e relatório mensal pela fiscalização.
- CE-21.1.8.** Todos os serviços objetos deste Caderno de Encargos/Termo de Referência, incluindo os executados pela Equipe Residente, SOMENTE SERÃO EXECUTADOS APÓS A EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO pelo usuário demandante e prévia autorização da Fiscalização Técnica, salvo situações emergenciais ou urgentes, devidamente justificadas.
- CE-21.1.9.** No caso de ausência do profissional da Equipe Residente, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, eventualmente, não solicitar a substituição do profissional (cobertura) e, nessa hipótese, as horas referentes ao posto vago serão deduzidas da fatura.
- CE-21.1.10.** Para a formação da EQUIPE RESIDENTE de manutenção que atenderá ao objeto do presente Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comprovar que possui, no mínimo, em seu quadro de funcionários, profissionais que atendam aos requisitos de qualificação.
- CE-21.1.11.** Os profissionais indicados para efeito de substituição, deverão atender estritamente às exigências deste Termo de Referência e seus Anexos, quanto à formação e capacidade técnica.



CE-21.1.12. A escolaridade e a formação de cada profissional, deverão ser comprovadas pela CONTRATADA, mediante a apresentação de diploma e/ou certificado emitido por instituição legalmente reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

CE-21.2. Qualificação e Atribuições da Equipe Residente

CE-21.2.1. Oficial de Manutenção Eletricista – Formação

CE-21.2.1.1. Nível de escolaridade 2º grau completo. Formação em curso de Eletricista predial/residencial, com pelo menos 100h e conhecimento técnico em Eletricidade média tensão. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10 e NR35. Experiência mínima comprovada de um ano com manutenção em instalações prediais.

CE-21.2.2. Oficial de Manutenção Eletricista – Atribuições

CE-21.2.2.1. Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas e/ ou informações, para estabelecer o roteiro das tarefas.

CE-21.2.2.2. Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos.

CE-21.2.2.3. É o profissional responsável por:

CE21.2.2.3.1. Realizar instalações elétricas em edifícios e postes.

CE21.2.2.3.2. Solucionar falhas e apagões.

CE21.2.2.3.3. Reparar aparelhos elétricos e eletrônicos.

CE21.2.2.3.4. Executar as manutenções preventivas e corretivas.

CE21.2.2.3.5. Acompanhar instalações, manutenções e serviços que possam comprometer a parte elétrica.

CE21.2.2.3.6. Efetuar passagem de cabos de energia, de rede ou outros cabos lógicos de dados por tubulações internas ou externas;

CE21.2.2.3.7. Efetuar a crimpagem de conectores apropriados para cada tipo de sistema;

CE21.2.2.3.8. Analisar possíveis melhorias e adequações nas instalações.

CE21.2.2.3.9. Testar o sistema para garantir que todos os circuitos estejam funcionando corretamente.

CE21.2.2.3.10. Substituir componentes danificados.

CE21.2.2.3.11. Reconfigurar circuitos.

CE21.2.2.3.12. Atualizar equipamentos obsoletos.

CE-21.2.2.4. Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.



- CE-21.2.2.5. Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação.
- CE-21.2.2.6. Instalar os condutores elétricos, utilizando chaves, alicate, conectores e material isolante, para permitir a distribuição de energia.
- CE-21.2.2.7. Testar a instalação, fazendo-a funcionar repetidas vezes, para comprovar a exatidão do trabalho executado.
- CE-21.2.2.8. Testar os circuitos da instalação, utilizando aparelhos de medição elétricos e eletrônicos, para detectar partes ou peças defeituosas.
- CE-21.2.2.9. Substituir ou reparar fios ou unidades danificadas, utilizando ferramentas manuais comuns e especiais, materiais isolantes e soldas, para restituir à instalação elétrica, condições normais de funcionamento.
- CE-21.2.2.10. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

CE-21.2.3. Oficial de manutenção Pedreiro - Formação

- CE-21.2.3.1. Nível de escolaridade 2º grau completo, formação técnica com conhecimentos em manutenção predial e curso técnico de construtor de alvenaria. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10 e NR35. Experiência mínima comprovada de um ano com manutenção em instalações prediais.

CE-21.2.4. Oficial de Manutenção Pedreiro - Atribuições

- CE-21.2.4.1. Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas e/ ou informações, para estabelecer o roteiro das tarefas.
- CE-21.2.4.2. Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos.
- CE-21.2.4.3. É o profissional responsável por:
 - CE21.2.4.3.1. fazer alicerces; levantar paredes de alvenaria, fazer muros de arrimo;
 - CE21.2.4.3.2. trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo;
 - CE21.2.4.3.3. construir bueiros, fossas e pisos de cimento;
 - CE21.2.4.3.4. fazer orifícios de pedras, cimentados e outros materiais;
 - CE21.2.4.3.5. proceder e orientar a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes;
 - CE21.2.4.3.6. fazer blocos de cimento; colocar concreto em formas e fazer artefatos de cimento;
 - CE21.2.4.3.7. assentar marcos de portas e janelas; colocar azulejos e ladrilhos;
 - CE21.2.4.3.8. armar andaimes;
 - CE21.2.4.3.9. fazer reparos em obras de alvenaria;
 - CE21.2.4.3.10. instalar aparelhos sanitários;



- CE21.2.4.3.11.** Instalar e reparar sistemas hidráulicos e sanitários;
- CE21.2.4.3.12.** assentar e recolocar tijolos, tacos, lambris e outros;
- CE21.2.4.3.13.** trabalhar com qualquer tipo de massa a base de cal, cimento e outros materiais de construção,
- CE21.2.4.3.14.** operar com instrumentos de controle de medidas;
- CE21.2.4.3.15.** cortar pedras;
- CE21.2.4.3.16.** orientar e fiscalizar os serviços executados pelos ajudantes e auxiliares sob a sua direção,
- CE21.2.4.3.17.** dobrar ferro para armações de concretagem;
- CE21.2.4.3.18.** pintar alvenaria, madeira e metal.
- CE-21.2.4.4.** Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender as necessidades do trabalho.
- CE-21.2.4.5.** Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes.
- CE-21.2.4.6.** Realizar check-list diário das atividades realizadas, registrando e comunicando à Fiscalização quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.
- CE-21.2.4.7.** Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.
- CE-21.2.4.8.** Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação.
- CE-21.2.4.9.** Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema.
- CE-21.2.4.10.** Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sob pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento.
- CE-21.2.4.11.** Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento.
- CE-21.2.4.12.** Executar o fechamento de furos e rasgos nas paredes, laje ou piso, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições.
- CE-21.2.4.13.** Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas.
- CE-21.2.4.14.** Desempenhar outras atividades inerentes à função.



CE-21.2.5. Oficial de Manutenção Predial - Formação

- CE-21.2.5.1.** Nível de escolaridade 2º grau completo, curso técnico com no mínimo 80h contendo conhecimentos em manutenção predial, incluindo circuitos elétricos predial, hidrossanitário predial, cabeamentos estruturados e estruturas de concreto. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10 e NR35. Experiência mínima comprovada de dois anos com manutenção em instalações prediais.

CE-21.2.6. Oficial de Manutenção predial - Atribuições

- CE-21.2.6.1.** Estudar o trabalho a ser realizado, consultando plantas e/ ou informações, para estabelecer o roteiro das tarefas.
- CE-21.2.6.2.** Executar tarefas de caráter técnico, relativos ao planejamento, avaliação e controle da manutenção das instalações prediais, prestando esclarecimentos e tomando outras medidas para assegurar a observância dos padrões técnicos estabelecidos.
- CE-21.2.6.3.** É o profissional responsável por:
- CE21.2.6.3.1.** Realizar manutenções corretivas e preventivas.
 - CE21.2.6.3.2.** Instalar e reparar sistemas elétricos, hidráulicos e sanitários.
 - CE21.2.6.3.3.** Efetuar passagem de cabos de energia, de rede ou outros cabos lógicos de dados por tubulações internas ou externas;
 - CE21.2.6.3.4.** Resolver falhas em equipamentos.
 - CE21.2.6.3.5.** Realizar mudanças de mobiliário, máquinas e equipamentos.
 - CE21.2.6.3.6.** Montar e desmontar mobiliário, máquinas e equipamentos que não exijam conhecimento, técnicas e ferramentas especializadas.
 - CE21.2.6.3.7.** Receber mercadorias e verificar se estão de acordo com os procedimentos locais.
 - CE21.2.6.3.8.** Inspeccionar máquinas e equipamentos.
 - CE21.2.6.3.9.** Identificar necessidades de reparo.
 - CE21.2.6.3.10.** Interpretar desenhos e diagramas de instalações;
 - CE21.2.6.3.11.** Pintar alvenaria, madeira e metal.
 - CE21.2.6.3.12.** Levantar paredes de alvenaria, trabalhar com instrumentos de nivelamento e prumo, proceder a preparação de argamassa para junções de tijolos ou para reboco de paredes;
 - CE21.2.6.3.13.** Armar andaimes;
 - CE21.2.6.3.14.** Fazer reparos em obras de alvenaria;
 - CE21.2.6.3.15.** Reparar e instalar aparelhos sanitários;
 - CE21.2.6.3.16.** Verificar instrumentos de medição elétricos e hidráulicos.



- CE-21.2.6.4. Requisitar componentes, equipamentos, instrumentos e materiais e outras peças de reposição, preenchendo formulários e encaminhando-os ao escritório da Contratada, para atender as necessidades do trabalho.
- CE-21.2.6.5. Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes.
- CE-21.2.6.6. Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação.
- CE-21.2.6.7. Executar o fechamento de furos e rasgos nas paredes, laje ou piso, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições.
- CE-21.2.6.8. Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento.
- CE-21.2.6.9. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema.
- CE-21.2.6.10. Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sob pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento.
- CE-21.2.6.11. Escavar valas e fossas, abrir sulcos em pisos e paredes, extraíndo terras, rebocos, massas, permitindo a execução de fundações, o assentamento de canalizações ou tubulações para água ou rede elétrica, ou a execução de obras similares.
- CE-21.2.6.12. Misturar cimento, areia, água, brita e outros materiais, através de processos manuais ou mecânicos, obtendo concreto ou argamassa.
- CE-21.2.6.13. Realizar check-list diário das atividades realizadas, registrando e comunicando à Fiscalização quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.
- CE-21.2.6.14. Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas.
- CE-21.2.6.15. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

CE-21.2.7. Auxiliar de Manutenção - Formação

- CE-21.2.7.1. Nível de escolaridade ensino fundamental completo. Curso de Auxiliar de manutenção predial com pelo menos 40h. Também deverá ter participado com aproveitamento satisfatório no curso Básico previsto na NR10 e NR35.

CE-21.2.8. Auxiliar de Manutenção - Atribuições

- CE-21.2.8.1. Efetuar ações de prevenção de acidentes de trabalho, bem como situações que possam colocar em risco a segurança da edificação e de seus ocupantes.
- CE-21.2.8.2. Realizar check list diário das atividades realizadas, registrando e comunicando à Fiscalização quaisquer inconformidades e/ou irregularidades detectadas.



- CE-21.2.8.3. Instalar quadros de distribuição, calhas, caixas de fusíveis, tomadas, interruptores, e demais partes estruturais da rede elétrica, utilizando ferramentas e equipamentos adequados.
- CE-21.2.8.4. Executar o corte, dobradura e instalação de condutos, utilizando equipamentos de cortar e dobrar tubos, puxadores de aço, grampos e dispositivos de fixação, para possibilitar a passagem da fiação.
- CE-21.2.8.5. Montar e instalar registros e outros acessórios da tubulação, trechos de tubos (metálicos e não metálicos), fazendo as conexões necessárias com os aparelhos, para completar a instalação do sistema.
- CE-21.2.8.6. Testar as tubulações, utilizando ar comprimido ou água sob pressão e observando manômetros, para assegurar-se da vedação de todo o sistema e repará-lo caso seja localizado vazamento.
- CE-21.2.8.7. Executar manutenção das instalações, substituindo ou reparando partes componentes, como tubos, válvulas, conexões, aparelhos, revestimentos isolantes e outros, para mantê-las em boas condições de funcionamento.
- CE-21.2.8.8. Executar o fechamento de furos e rasgos nas paredes, laje ou piso, e a renovação da pintura, para restabelecer as condições privativas da edificação.
- CE-21.2.8.9. Manter o ambiente de trabalho livre de entulhos, recolhendo as sobras, equipamentos e ferramentas.
- CE-21.2.8.10. Efetuar a carga, descarga e transporte de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e/ou ferramentas manuais, possibilitando a utilização ou remoção daqueles materiais.
- CE-21.2.8.11. Escavar valas e fossas, abrir sulcos em pisos e paredes, extraíndo terras, rebocos, massas, permitindo a execução de fundações, o assentamento de canalizações ou tubulações para água ou rede elétrica, ou a execução de obras similares.
- CE-21.2.8.12. Misturar cimento, areia, água, brita e outros materiais, através de processos manuais ou mecânicos, obtendo concreto ou argamassa.
- CE-21.2.8.13. Preparar e transportar materiais, ferramentas, aparelhos ou qualquer peça, limpando-as e arrumando-as de acordo com instruções. Auxiliar o oficial, em conjunto ou sozinho, para levar a bom termo a execução de suas tarefas.
- CE-21.2.8.14. Desempenhar outras atividades inerentes à função.

CE-21.2.9. **Almoxarife - Formação**

- CE-21.2.9.1. Nível de escolaridade 2º grau completo e curso técnico com formação em controle de estoque e almoxarifado.

CE-21.2.10. **Almoxarife - Atribuições**

- CE-21.2.10.1. Recepcionar, conferir e armazenar produtos e materiais em almoxarifados, armazéns, silos e depósitos.
- CE-21.2.10.2. Fazer os lançamentos da movimentação de entradas e saídas e controlar os estoques.



- CE-21.2.10.3. Fazer a estatística de consumo do estoque, considerando os materiais necessários em cada departamento;
- CE-21.2.10.4. Criar protocolos de fornecimento de materiais e armazenamento;
- CE-21.2.10.5. Transportar os materiais aos diversos setores solicitantes;
- CE-21.2.10.6. Manter a qualidade e quantidade dos itens estocados.
- CE-21.2.10.7. Arrumar e empilhar os materiais nas estantes do almoxarifado;
- CE-21.2.10.8.** Realizar mudanças de mobiliário, máquinas e equipamentos.
- CE-21.2.10.9. Realizar a solicitação dos materiais em falta na empresa.
- CE-21.2.10.10. Registrar o consumo de materiais e eventuais perdas.
- CE-21.2.10.11. Auxiliar o Setor de Material no tombamento dos materiais;
- CE-21.2.10.12. Fiscalizar produtos com defeitos e enviá-los para o conserto.
- CE-21.2.10.13. Distribuir produtos e materiais a serem expedidos.
- CE-21.2.10.14. Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados, preservando o estoque limpo e organizado.
- CE-21.2.10.15. Empacotar e desempacotar produtos, realizar expedição de materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliar no processo de logística.
- CE-21.2.10.16. Realizar a desmontagem e montagem (quando necessário), acondicionamento e identificação de itens de estoque para a expedição ou movimentação.

CE-21.2.11. Auxiliar de Almoxarifado - Formação

- CE-21.2.11.1. Nível de escolaridade ensino fundamental completo.

CE-21.2.12. Auxiliar de Almoxarifado - Atribuições

- CE-21.2.12.1. Organizar o almoxarifado para facilitar a movimentação dos itens armazenados, preservando o estoque limpo e organizado.
- CE-21.2.12.2. Empacotar e desempacotar produtos, realizar expedição de materiais e produtos, examinando-os, providenciando os despachos dos mesmos e auxiliar no processo de logística.
- CE-21.2.12.3. Efetuar a carga, descarga e transporte de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e/ou ferramentas manuais, possibilitando a utilização ou remoção daqueles materiais.
- CE-21.2.12.4.** Realizar mudanças de mobiliário, máquinas e equipamentos

CE-21.3. Atribuições Gerais da Equipe Residente

- CE-21.3.1. Encontram-se detalhadas no Apêndice III deste documento.



CE-21.4. Uniformes

CE-21.4.1. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

CE-21.4.2. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

CE-21.4.2.1. Calça comprida tipo “jeans” ou sarja;

CE-21.4.2.2. Camisa manga curta;

CE-21.4.2.3. Camisa manga longa;

CE-21.4.2.4. Blusa de inverno;

CE-21.4.2.5. Par de botina com sola de borracha, de acordo com a categoria profissional;

CE-21.4.2.6. Cinto.

CE-21.4.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

CE-21.4.3.1. Tecido resistente e confortável;

CE-21.4.3.2. Identificação discreta da empresa;

CE-21.4.3.3. O fornecimento dos uniformes, durante o ano contratual, deverá ser efetivado, NO MÍNIMO, da seguinte forma:

Item	Unidade	Quantidade
CONJUNTO CALÇA E CAMISA MANGA LONGA BRIM	UN	2
CAMISA BRIM MANGA CURTA COM BOTÃO, GOLA E BOLSO FRONTAL - UNIFORME PROFISSIONAL	UN	2
CINTO DE COURO BÁSICO PRETO 3,5CM LARGURA COM FIVELA EM ABS COMPRIMENTO 100CM. REF. FERRACINI OU SIMILAR	UN	2
JAQUETA DE FRIO MICROFIBRA	UN	1
BOTA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE AÇO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	1

CE-21.4.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

CE-21.4.5. O modelo ou padrão do uniforme deverá ser apresentado à Fiscalização para aprovação em até 15 **(quinze)** dias antes do início da execução previsto na Ordem de Serviço de Abertura.

CE-21.4.6. Todos os funcionários deverão iniciar a execução do contrato uniformizados.

CE-21.4.7. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada à Fiscalização Técnica do contrato.

CE-21.4.8. Os valores para compra dos uniformes não deverão ser descontados dos funcionários, devendo ser suportada tal despesa com a compra dos uniformes pela empresa contratada.Ç



CE-21.5. Equipamentos de Proteção Individual

CE-21.5.1. A CONTRATADA deve fornecer a seus empregados todos os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados às atividades e necessários à execução dos serviços de manutenção, observando o disposto nos itens seguintes:

- CE-21.5.1.1.** O fornecimento de EPI é condicionante para o início dos serviços, sendo assim as atividades não poderão ser iniciadas até que os funcionários estejam devidamente equipados. Dessa maneira, tal material deverá ser fornecido até a data expressa na Ordem de Serviço de Abertura para o início dos serviços.
- CE-21.5.1.2.** Os EPI's devem ser de boa qualidade e compatíveis com as atividades desenvolvidas pela CONTRATADA e possuir Certificados de Aprovação (CA) do Ministério do Trabalho e Emprego;
- CE-21.5.1.3.** Os EPI's devem ser mantidos em perfeitas condições de uso e em bom estado de conservação e higienização e armazenados separados de outros materiais;
- CE-21.5.1.4.** A CONTRATADA deve registrar a entrega de EPI's aos seus empregados em fichas individuais assinadas;
- CE-21.5.1.5.** Os EPI's devem ser revisados no mínimo semestralmente e esta revisão deve estar registrada na ficha do empregado;

CE-21.5.2. Exemplos de EPI's que deverão ser disponibilizados aos empregados:

- CE-21.5.2.1.** Cinto trava quedas (paraquedista);
- CE-21.5.2.2.** Talabarte para cinto em "Y";
- CE-21.5.2.3.** Capacete com presilha tipo jugular;
- CE-21.5.2.4.** Óculos de Proteção;
- CE-21.5.2.5.** Protetor tipo abafador;
- CE-21.5.2.6.** Plug para proteção auricular;
- CE-21.5.2.7.** Cone de PVC - duas faixas (Proteção Coletiva);
- CE-21.5.2.8.** Protetor Facial acrílico para capacete;
- CE-21.5.2.9.** Máscara respiratória - Carbogرافite, com dois cartuchos de reposição
- CE-21.5.2.10.** Roupa anti-chamas (Subestação).

CE-21.6. Identificação

CE-21.6.1. A identificação dos prestadores de serviço deverá ser feita através de crachá, constando no mínimo os seguintes dados:

- CE-21.6.1.1.** Nome da Empresa CONTRATADA;
- CE-21.6.1.2.** Nome do Funcionário;
- CE-21.6.1.3.** Cargo/Função ocupada;
- CE-21.6.1.4.** Número do Documento de Identidade;



CE-21.6.1.5. Fotografia.

- CE-21.6.2. Durante a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência é obrigatória a utilização do uniforme, crachá de identificação e dos Equipamentos de Proteção Individual pelos funcionários da empresa CONTRATADA em quaisquer das instalações da CONTRATANTE.

CE-21.7. Equipamentos e Ferramentas

- CE-21.7.1. É obrigação da contratada garantir que os equipamentos e ferramentas sejam de boa qualidade;
- CE-21.7.2. O local para armazenamento dos equipamentos e ferramentas será indicado pelo CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA manter a área reservada para esse fim perfeitamente limpa e organizada;
- CE-21.7.3. A CONTRATADA deverá apresentar à Fiscalização relação de equipamentos e ferramentas à disponibilidade da CONTRATADA, os quais deverão estar alocados em suas instalações à disposição do CONTRATANTE, para a perfeita execução dos serviços constantes desta especificação.
- CE-21.7.4. A contratada deverá disponibilizar nas dependências da Contratante e manter para uso permanente, ferramentas básicas para cada profissional, além de equipamentos e instrumentos, que deverão ser listados e mantidos em condições de uso adequado nas dependências da CONTRATADA.
- CE-21.7.5. Manter os equipamentos e ferramentas em perfeito estado de conservação, manutenção, segurança e higiene, prontos para utilização em qualquer tempo, bem como adequados à produtividade compatível com as respectivas especificações técnicas, substituindo-os ou consertando-os no caso de defeito, no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas a partir do evento que inutilizou a ferramenta ou equipamento;**
- CE-21.7.6. A Contratada deverá fornecer a seus empregados os equipamentos de proteção básicos para o desempenho da função quando exigível, enquadrando-se no que couber, com as normas de segurança regulamentadas pelo Ministério do Trabalho.
- CE-21.7.7. Os equipamentos, instrumentos e ferramentas necessários à consecução das rotinas de manutenção de frequência mensal ou superior, serão disponibilizados na medida das necessidades, pelo tempo necessário à realização dos serviços.
- CE-21.7.8. Os custos dos equipamentos, instrumentos e ferramental, deverá ser suportado exclusivamente pela CONTRATADA, tendo estes itens caráter necessário para que a empresa efetue a execução do objeto deste Termo de Referência.
- CE-21.7.9. O custo com equipamentos e ferramentas encontra-se incluído na remuneração da equipe residente.
- CE-21.7.10. Todas as peças, materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários para a realização dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, reparos e adaptações, objeto destas especificações, serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.
- CE-21.7.11. Caso necessário, para a perfeita execução dos serviços, caberá à CONTRATADA desmontar, transportar e remontar, às suas expensas, os equipamentos e sistemas que necessitem serem reparados fora das dependências dos locais de prestação dos serviços, cujo reparo seja de responsabilidade da CONTRATADA.



CE-21.7.12. Caberá à CONTRATADA a remoção, instalação ou reinstalação de peças e materiais pertencentes aos equipamentos e sistemas sob sua responsabilidade, nos casos de eventual necessidade de substituição e retífica das mesmas.

CE-21.7.13. Para execução dos serviços, caberá à CONTRATADA o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento das condições contratuais e observando a seguinte listagem mínima:

Item	Equipamentos, Instrumentos e Ferramental básicos de uso Geral ou sob Demanda:	UN	QUAN T.
FER.1	FURADEIRA 650W 1/2	UN	1,00
FER.2	PARAFUSADEIRA E FURADEIRA DE IMPACTO 1/2 BATERIA	UN	1,00
FER.3	JOGO SERRA COPO PARA METAL E MADEIRA	UN	1,00
FER.4	PLANA MÉDIA N°5	UN	1,00
FER.5	JOGO DE CHAVE TORX T7 A T40	UN	1,00
FER.6	CONJUNTO DE CHAVES CANHÃO 6 A 13MM	UN	1,00
FER.7	CONJUNTO SACA POLIA COM 2 E 3 GARRAS ABERTURA DE 150MM	UN	1,00
FER.8	PÉ DE CABRA	UN	1,00
FER.9	TRENA 30M 1/2 FITA DE FIBRA DE VIDRO	UN	1,00
FER.10	BOTAS DE BORRACHA PRETA E BRANCA	UN	1,00
FER.11	TORNO DE BANCADA (MORSA) N°5	UN	1,00
FER.12	ESCADA AUTOPORTANTE DE 7 DEGRAUS	UN	1,00
FER.13	ESCADA EXTENSIVA DE ALUMÍNIO, 8 X 2 DEGRAUS. REF.: BOTAFOGO OU SIMILAR	UN	1,00
FER.14	BAÚ PARA FERRAMENTAS NUMERO 03, BÁSICO, EM CHAPA DE AÇO COM CADEADO	UN	1,00
FER.15	SEQUENCÍMETRO E FASÍMETRO PORTÁTIL DIGITAL 600V, CAT III. REF.: MINIPA MFA-862	UN	1,00
FER.16	Alicate de bico meia-cana reto 6"	UN	1,00
FER.17	ALICATE DE BICO MEIO CANA TOCHA 7 POL AÇO CARBONO	UN	1,00
FER.18	ALICATE DE BICO CURVO 7 POL 1/2	UN	1,00
FER.19	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6 POL	UN	1,00
FER.20	ALICATE UNIVERSAL 8"	UN	1,00
FER.21	ALICATE PRENSA TERMINAL	UN	1,00
FER.22	CHAVE DE FENDA ISOLADA 1/4 X 6 POL	UN	1,00
FER.24	CHAVES DE GRIFO N° 08", 10", 12", 14", 18", 24" E 36"	UN	1,00



FER.25	CHAVE INGLESA 10POL CABO EMBORRACHADO	UN	1,00
FER.26	CHAVE PHILLIPS ISOLADA 1/4 X 5"	UN	1,00
FER.27	CHAVE PHILLIPS ISOLADA 1/4 X 6 POL	UN	1,00
FER.28	Chave Phillips isolada 1/3 x 3"	UN	1,00
FER.29	Chave Phillips isolada 3/16x3"	UN	1,00
FER.30	Chave Phillips isolada 3/16x4"	UN	1,00
FER.31	CHAVE INGLESA 10 POL CABO EMBORRACHADO	UN	1,00
FER.32	Chave teste	UN	1,00
FER.33	Jogo de chave hexagonal Allen 1/16 a 3/8	UN	1,00
FER.34	Jogo de chave combinada de 6 a 22 mm	UN	1,00
FER.35	ESTILETE	UN	1,00
FER.36	Maleta para ferramentas	UN	1,00
FER.37	Caixa para ferramentas com 7 gavetas	UN	1,00
FER.38	CADEADO 20MM	UN	1,00
FER.39	LANTERNA GRANDE	UN	1,00
FER.40	Chave de fenda isolada ¼x8"	UN	1,00
FER.41	Chave de fenda isolada ⅛ x 3"	UN	1,00
FER.42	BOMBA DE BORRACHA P/ DESOBSTRUÇÃO DE ESGOTO	UN	1,00
FER.43	TRENA DE AÇO 5m	UN	1,00
FER.44	ESTAÇÃO DE SOLDA 60W	UN	1,00
FER.45	DETECTOR DE TENSÃO RANGE: 90-1000V AC	UN	1,00
FER.46	ALICATE AMPERIMETRO CORRENTE CA 400A	UN	1,00
FER.47	MULTÍMETRO DIGITAL	UN	1,00
FER.48	RÁDIO DE COMUNICAÇÃO DISTÂNCIA MAIOR QUE 9KM	UN	1,00
FER.49	ALICATE DE BOMBA D'ÁGUA 10" E 12"	UN	1,00
FER.50	ALICATE DE PRESSÃO 10"	UN	1,00
FER.51	ALICATE UNIVERSAL 8"	UN	1,00
FER.52	ARCO DE SERRA	UN	1,00
FER.55	BOTAS DE BORRACHA PRETA E BRANCA	UN	1,00
FER.56	TRENA A LASER	UN	1,00
FER.57	CHAVE DE CORRENTE 4"	UN	1,00



FER.58	CHAVES DE GRIFO N° 08", 10", 12", 14", 18", 24" E 36"	UN	1,00
FER.59	DESENTUPIDOR DE PIA	UN	1,00
FER.60	JOGO DE CHAVE HEXAGONAL ALLEN 1/16" A 3/8"	UN	1,00
FER.63	JOGO DE TARRAXAS PARA PVC DE 1/2", 3/4" E 1"	UN	1,00
FER.66	NÍVEL DE BOLHA	UN	1,00
FER.67	PAQUÍMETRO DE PLÁSTICO	UN	1,00
FER.68	PRUMO	UN	1,00
FER.72	ESCOVA DE AÇO	UN	1,00
FER.73	ESQUADRO	UN	1,00
FER.74	GRAMPO SARGENTO N°2	UN	1,00
FER.75	LIMA GROSA	UN	1,00
FER.76	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO ENCAIXE DE 1/2" DE 8 mm A 32 mm	UN	1,00
FER.77	JOGO DE FORMÕES	UN	1,00
FER.78	JOGO DE LIMAS (REDONDO, QUADRADO, TRIANGULAR, CHATO, MEIA-CANA, MURÇA E CORTES SIMPLES)	UN	1,00
FER.79	REBITADOR	UN	1,00
FER.80	MARRETA DE BORRACHA	UN	1,00
FER.81	MARRETA DE 1KG	UN	1,00
FER.82	MARTELO	UN	1,00
FER.83	TALHADEIRA COM EMPUNHADURA - 300 E 350 mm	UN	1,00
FER.84	PONTEIRO COM EMPUNHADURA - 300 mm	UN	1,00
FER.85	NÍVEL DE BOLHA	UN	1,00
FER.86	PRUMO	UN	1,00
FER.87	COLHER DE PEDREIRO	UN	1,00
FER.88	SERROTE 24"	UN	1,00
FER.89	MÁQUINA DE SOLDA ELETRODO REVESTIDO 200A	UN	1,00

CE-21.7.14. Os equipamentos, aparelhos e ferramental constantes da relação serão disponibilizados pela CONTRATADA e os seus custos já se encontram contemplados na formação de preço do posto de trabalho.

CE-21.7.15. A lista acima não é exaustiva. A CONTRATADA estará obrigada a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumentos e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto do Caderno de Encargos/Termo de Referência.



- CE-21.7.15.1. Excluem-se desta disposição máquinas e equipamentos que necessitem de operador habilitado ou capacitado para a sua operação, a exemplo de cestas telescópicas, escavadeiras, tratores, entre outros.

CE-22. PEÇAS E MATERIAIS (INSUMOS)- PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DA EQUIPE RESIDENTE

- CE-22.1.1. Para execução dos serviços pela Equipe Residente, os insumos serão adquiridos pela Empresa Contratada, conforme critérios estabelecidos no Item 10 - [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#) deste documento.
- CE-22.1.2. Todas as peças, materiais, ferramentas, instrumentos e equipamentos necessários, constantes deste documento, para a realização dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva, reparos e adaptações, objeto destas especificações, serão fornecidos pela empresa CONTRATADA, cuja obrigação abrangerá também o acondicionamento, transporte e demais procedimentos relacionados com a colocação e/ou disponibilização no local.
- CE-22.1.3. Em situações caracterizadas emergenciais ou urgentes, devidamente justificadas, com autorização da Fiscalização e do Ordenador de Despesas, a realização de 3 (três) cotações de mercado poderá ser dispensada com o objetivo de dar a necessária celeridade ao processo em casos dessa natureza. O preço devido será calculado conforme a metodologia própria para a contratação de serviços e materiais que não constem da tabela SINAPI, conforme estabelecido neste Caderno.
- CE-22.1.4. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente a curva ABC das peças e materiais.
- CE-22.1.5. Os custos correspondentes à utilização das peças e materiais, serão faturados juntamente com o valor mensal a ser pago à CONTRATADA, estando tais despesas limitadas ao valor anual estimado.
- CE-22.1.6. O fornecimento de Peças e Materiais deve ser comprovado através da apresentação de nota fiscal emitida pela CONTRATADA, acompanhada da nota fiscal de compra dos referidos itens pela CONTRATADA, nos Relatórios Mensais discriminando itens e quantitativos.
- CE-22.1.7. A CONTRATADA deverá entregar à CONTRATANTE as peças e materiais substituídos, para aferição e análise. Caso a substituição de alguma peça ou material seja condicionada, pelo fornecedor/fabricante, pela cessão deste em troca do novo, a CONTRATADA deverá apresentar documentação devidamente instruída com todas as informações que comprovem tal situação.
- CE-22.1.8. Caso se comprove que a necessidade de substituição de peças ou materiais se deu em razão de negligência, imperícia ou imprudência na execução de serviços pela CONTRATADA, a CONTRATANTE fica desobrigada do ressarcimento e poderá descontar os valores correspondentes nas próximas medições, caso já tenham sido pagos.
- CE-22.1.9. Os materiais adquiridos por ressarcimento deverão ser entregues no endereço da CONTRATANTE e os custos administrativos e de transporte deverão ser estimados e contemplados previamente na proposta apresentada à CONTRATANTE no ato da licitação.
- CE-22.1.10. Sempre que a Fiscalização solicitar, caberá à CONTRATADA comprovar a necessidade de substituição ou aplicação de peça ou material por ela solicitado, cuja justificativa deverá ser assinada pelo Responsável Técnico e encaminhada à Fiscalização.
- CE-22.1.11. No caso de fornecedor exclusivo de peça ou material, a CONTRATADA deverá apresentar uma carta de exclusividade do seu fornecedor, bem como cópia de uma nota fiscal de venda já realizada desse componente para outrem. Caso a peça ou material nunca tenha sido vendido,



deverá ser fornecido um documento constando que tal componente nunca foi anteriormente vendido pelo fornecedor.

- CE-22.1.12.** A CONTRATADA deverá manter e apresentar à CONTRATANTE, controle individualizado dos equipamentos e componentes, constando o registro, dentre outras informações relevantes, de suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.
- CE-22.1.13.** A CONTRATADA é responsável pela destinação (descarte) de peças, materiais ou equipamentos que forem substituídos, que deverá ser realizado em concordância com as leis ambientais federais, estaduais e municipais:
- CE-22.1.13.1.** Também, qualquer desfazimento (descarte) deverá ser avaliado e autorizado pela Contratante. Cumpre destacar que deve-se observar os normativos que tratam do desfazimento de materiais e equipamentos da União.
 - CE-22.1.13.2.** Deve-se ser adotada a política de logística reversa, conforme previsto no art. 33 da lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
 - CE-22.1.13.3.** É de responsabilidade da CONTRATADA a disposição final responsável e ambientalmente adequada das embalagens e de peças após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no artigo 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, inclusive procedendo à devolução de peças aos fabricantes para o correto tratamento, reciclagem ou descarte.
 - CE-22.1.13.4.** Ao CONTRATANTE reserva-se o direito de assumir a responsabilidade a que se refere o item anterior, podendo dar outra destinação às embalagens, materiais e equipamentos após o uso, caso julgue mais conveniente para a Administração.
 - CE-22.1.13.5.** Os materiais utilizados nas embalagens dos produtos ofertados deverão, preferencialmente, ser recicláveis.

CE-23. SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

- CE-23.1.1.** São considerados serviços especializados aqueles que demandam especialização própria para a manutenção corretiva ou preventiva de equipamentos específicos da edificação (geradores, no-breaks, chiller e equipamentos de combate à incêndio), que possuam ou não restrições quanto à garantia de fabricação ou manutenção.
- CE-23.1.1.1.** Entende-se também por serviço técnico especializado aquele que requeira autorização do fabricante para sua execução, para que assim não haja perda de garantia de fábrica ou de manutenção.
 - CE-23.1.1.2.** Entende-se ainda por serviço técnico especializado aquele que demanda da prestadora de serviço de manutenção um conhecimento técnico diferenciado, uma especialização, para efetuar a manutenção, mesmo a empresa não necessitando e não possuindo carta de exclusividade da fabricante para realização da manutenção.
- CE-23.1.2.** Os serviços especializados por rotina serão executados conforme previsto neste documentos e pagos conforme o valor adjudicado da proposta da Contratada.
- CE-23.1.3.** Os serviços especializados por demanda serão executados conforme estipulado neste documento, e critérios estabelecidos no Item 10 - [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#) deste documento.
- CE-23.1.4.** As rotinas para manutenção especializada são as previstas no Plano de Manutenção de Equipamentos, Apêndice IV deste documento.



- CE-23.1.5.** As rotinas de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva para o equipamento com equipe especializada acima descrito, deverá ser estabelecida e especificada pela CONTRATADA, sendo que esta fará tal detalhamento após verificar junto com a fabricante, quando for o caso, ou com as empresas indicadas pela fabricante ou que possuam carta de exclusividade, a maneira como tais serviços devem ser executados para que assim sejam contratados.
- CE-23.1.6.** Quaisquer serviços de intervenção nos equipamentos devem ser realizados em conformidade com o manual do equipamento, com emissão de relatório detalhado e laudo sobre as condições gerais dos equipamentos devidamente assinados pelo executor dos serviços.
- CE-23.1.7.** Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 5 (cinco) dias da data de início da execução dos serviços da Equipe Residente, fazer o levantamento junto aos fabricantes das rotinas de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva realizada pela equipe especializada, para que seja elaborado pela CONTRATADA rotinas complementares ao Plano de Manutenção de equipamentos.
- CE-23.1.8.** Caso haja impossibilidade de observar o prazo indicado no item anterior, a CONTRATADA deverá apresentar documento assinado pelo Responsável Técnico, justificando os motivos e com documentação comprobatória.
- CE-23.1.9.** Os atendimentos emergenciais serão definidos pelo Responsável Técnico da CONTRATADA em acordo com a Fiscalização da CONTRATANTE.
- CE-23.1.10.** Os serviços especializados previamente estabelecidos são para os equipamentos e sistemas listados neste Termo de Referência, podendo outros existirem em decorrência da compra pela CONTRATANTE, nesse caso, uma nova subcontratação poderá ser realizada, a depender da garantia do fabricante.
- CE-23.1.11.** Caso seja constatado que as falhas ou os defeitos recorrentes, ou a indisponibilidade dos equipamentos, tenha sido por culpa da CONTRATADA, esta deverá arcar com os custos dos serviços técnicos especializados, sem direito a reembolso.
- CE-23.1.12.** A CONTRATADA deverá subcontratar os serviços que, por sua especialização, requeiram a atuação de empresas ou profissionais especialmente habilitados, devendo ser previamente autorizada pelo CONTRATANTE, com base neste Termo de Referência e seus Anexos.
- CE-23.1.12.1.** Os serviços poderão ser executados diretamente pela Contratada desde que comprovada a habilitação e pessoal capacitado para tal, sem ônus sobre a equipe residente. Entende-se como habilitada a empresa que possui em seus quadros:
- CE23.1.12.1.1.** Para os sistemas de climatização: Engenheiro mecânico com capacidade técnica comprovada equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.
- CE23.1.12.1.2.** Para os sistemas de combate a incêndio: Engenheiro ou arquiteto com comprovada habilitação em segurança do trabalho.
- CE23.1.12.1.3.** Para os sistemas de Energia Ininterrupta e Grupo Gerador: Engenheiro Eletricista com capacidade técnica comprovada, equivalente à exigida pelo sistema e emissão de ART sobre os serviços prestados.
- CE-23.1.13.** Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA, qualquer atraso, inadequado atendimento ou falha na prestação do serviço da subcontratada que atenderá a demanda do chamado para efetuar o serviço especializado, devendo a CONTRATADA ajustar contrato com a subcontratada especializada, para garantir tais termos e compromisso na execução dos referidos serviços.



- CE-23.1.14. As empresas que efetuarem a manutenção nos equipamentos como manutenção especializada, deverão apresentar anualmente, quando necessário, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART CREA - da referida manutenção.
- CE-23.1.15. É de responsabilidade da CONTRATADA efetuar a contratação anual, sob demanda, de profissional ou empresa com habilitação em prevenção e combate a incêndio, para que forneça os Laudos de Vistoria e as Anotações de Responsabilidade Técnica - para todas as edificações da SR/PF/MS, e suas unidades subordinadas, dos seguintes sistemas integrantes da prevenção e combate a incêndio, quando existirem:
- CE-23.1.15.1. ART para o Sistema de Detecção de Combate a Incêndio;
 - CE-23.1.15.2. ART para o Controle de Materiais de Acabamento e Revestimento - CMAR;
 - CE-23.1.15.3. ART para os Hidrantes e Mangueiras de Incêndio;
 - CE-23.1.15.4. ART para os Sprinklers;
- CE-23.1.16. Os serviços especializados sob demanda, serão executados conforme a verificação fática da necessidade, mediante requisição da Contratante e pagos pela apuração dos serviços executados, conforme proposta da Contratada e procedimentos previstos no item 10 [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#). Na localidade que contar com equipe residente, os serviços somente serão executados sob demanda quando extrapolarem as rotinas, competências, qualificação e/ou disponibilidade da Equipe Residente.
- CE-23.1.17. Os Serviços Sob Demanda serão pagos somente após a conclusão dos serviços, por ocasião da medição mensal.
- CE-23.1.18. Os Serviços sob Demanda serão pagos independentemente do valor mensal referente à Equipe Residente.
- CE-23.1.19. Os serviços sob demanda somente serão executados por agente externo, sem ônus sobre a equipe residente.
- CE-23.1.20. Sempre que houver necessidade de contratação dos serviços sob demanda, para realização de manutenção ou serviço, o Responsável Técnico deverá elaborar relatório contendo:
- CE-23.1.20.1. Justificativa da contratação;
 - CE-23.1.20.2. Descrição da manutenção ou serviço;
 - CE-23.1.20.3. Custos de Peças e Materiais, se necessário;
 - CE-23.1.20.4. Quantidade de horas necessárias;
 - CE-23.1.20.5. Garantia dos serviços executados.
- CE-23.1.21. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados especializados, sob acompanhamento e orientação do Responsável Técnico da CONTRATADA.
- CE-23.1.22. De acordo com a dimensão e complexidade das manutenções ou serviços a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização e o Responsável Técnico. Tais prazos serão registrados nas Ordens de Serviço.
- CE-23.1.23. O prazo para conclusão de trabalho será considerado prazo para finalizar o atendimento, sendo que seu descumprimento estará sujeito às glosas no pagamento por metas não atingidas previstas em IMR.



- CE-23.1.24. Sempre que o tipo de serviço assim exigir, a Fiscalização, a CONTRATADA obrigar-se-á ao registro da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação.

CE-24. SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO PREDIAL SOB DEMANDA

- CE-24.1.1. São considerados serviços gerais de manutenção predial, as intervenções isoladas de manutenção predial, que não gerem alterações significativas, autônomas e independentes na edificação, e que não se enquadram nos serviços especializados (sob demanda ou não).
- CE-24.1.2. Os serviços gerais de manutenção sob demanda serão executados conforme a verificação fática da necessidade, mediante requisição da Contratante e pagos pela apuração dos serviços executados, conforme proposta da Contratada e procedimentos previstos no item 10 [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#). Na localidade que contar com equipe residente, os serviços somente serão executados sob demanda quando extrapolarem as rotinas, competências, qualificação e/ou disponibilidade da Equipe Residente.
- CE-24.1.2.1. O serviço sob demanda somente terá lugar se os trabalhadores da equipe residente não estiverem disponíveis a curto ou médio prazo (a depender do prazo de atendimento esperado para a demanda), ou obviamente se a atividade pretendida não se incluir dentre as respectivas atribuições.
- CE-24.1.3. Os serviços sob demanda serão executados conforme estipulado neste documento, e critérios estabelecidos no Item 10 - [ORÇAMENTOS E TABELA SINAPI](#) deste documento.
- CE-24.1.4. Os Serviços Sob Demanda serão pagos somente após a conclusão dos serviços, por ocasião da medição mensal.
- CE-24.1.5. Os Serviços sob Demanda serão pagos independentemente do valor mensal referente à Equipe Residente.
- CE-24.1.6. Os serviços sob demanda somente serão executados por agente externo, sem ônus sobre a equipe residente.
- CE-24.1.7. Sempre que houver necessidade de contratação dos serviços sob demanda, para realização de manutenção ou serviço, o Responsável Técnico deverá elaborar relatório contendo:
- CE-24.1.7.1. Justificativa da contratação;
- CE-24.1.7.2. Descrição da manutenção ou serviço;
- CE-24.1.7.3. Custos de Peças e Materiais, se necessário;
- CE-24.1.7.4. Quantidade de horas necessárias;
- CE-24.1.7.5. Garantia dos serviços executados.
- CE-24.1.8. Tais trabalhos deverão ser executados por profissionais qualificados, sob acompanhamento e orientação do Responsável Técnico da CONTRATADA.
- CE-24.1.9. De acordo com a dimensão e complexidade das manutenções ou serviços a serem realizados, serão definidos prazos para conclusão dos trabalhos em comum acordo entre a Fiscalização e o Responsável Técnico. Tais prazos serão registrados nas Ordens de Serviço.
- CE-24.1.10. O prazo para conclusão de trabalho será considerado prazo para finalizar o atendimento, sendo que seu descumprimento estará sujeito às glosas no pagamento por metas não atingidas previstas em IMR.



- CE-24.1.11.** Sempre que o tipo de serviço assim exigir, a Fiscalização, a CONTRATADA obrigar-se-á ao registro da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica – dos serviços eventuais realizados, apresentando à Fiscalização o comprovante de registro e quitação.

CE-25. Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

- CE-25.1.1.** A CONTRATADA obrigar-se-á ao cumprimento de IMR, conforme indicadores constantes do citado instrumento, sujeitando-se às Glosas no Pagamento por metas não atingidas, na execução dos serviços por ela prestados, bem como nas subcontratações, visto que a responsabilidade da contratada, pelos serviços, é integral, independente se houver responsabilidade subsidiária ou não.
- CE-25.1.2.** As Glosas no Pagamento referentes aos Acordos de Níveis de Serviço não excluem as sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21.

CE-26. Procedimentos de transição e finalização do contrato

- CE-26.1.1.** Em qualquer caso de extinção do contrato deverá a Contratada promover a adequada transição do contrato, considerando os aspectos legais, a transferência de recursos, pessoas e conhecimento, a fim de evitar a interrupção na prestação dos serviços.
- CE-26.1.2.** No último mês de execução contratual, a Contratada deverá apresentar Relatório Final de Manutenção Predial.
- CE-26.1.3.** Ao final do contrato a base de dados do software de gerenciamento de manutenção deverá ser entregue à CONTRATANTE em meio digital compatível com sistemas de banco de dados para aplicativos Windows.
- CE-26.1.4.** O Gestor da execução do Contrato deverá elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, a fim de relatar a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- CE-26.1.5.** No prazo de 08 (oito) meses, antes da previsão do encerramento do contrato, seja pelo esaurimento do prazo ou pela possibilidade de rescisão antecipada, prevista no inciso III do artigo 106 da Lei nº 14.133/2021, o Gestor da execução do Contrato deverá iniciar procedimento com vista ao início de novo processo de contratação, anexando em especial versão preliminar do relatório previsto no item anterior.



APÊNDICE I CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

INÍCIO DO CONTRATO			
DIA 0	Assinatura do contrato		
	Reunião para a Emissão da Ordem de Serviço de Abertura (O.S.A)		
ORDEM DE SERVIÇO DE ABERTURA (O.S.A).	Definir prazo para o início da execução dos serviços		
15 DIAS A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE SERVIÇO DE ABERTURA (O.S.A).	Apresentar o modelo ou padrão de uniformes		
	Fornecimento dos EPI's		
	Fornecimento de ferramentas e equipamentos para a execução dos serviços		
	Apresentar habilitação exigida para Engenheiro Civil - Responsável Técnico		
	Apresentar a habilitação e capacitação exigida para Profissional Oficial de Manutenção Eletricista		
	Apresentar a habilitação e capacitação exigida para Profissional Oficial de Manutenção Pedreiro		
	Apresentar a habilitação e capacitação exigida para Oficial de Manutenção de Mecânico de Refrigeração		
	Apresentar a habilitação e capacitação exigida para Profissional Servente de Obras		
	Análise da Fiscalização Técnica		
5 DIAS DA DATA DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	Atender ao disposto no item 22.6 deste Caderno de Encargos		
15 DIAS DA DATA DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	Plano Anual de Manutenção em software.		
	Relatório Inicial de Manutenção		
	Apresentar Software de Gerenciamento de Manutenção		
	Iniciar Prestação dos serviços Especializados		
	Apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica do Engenheiro Responsável		
	Fornecimento e instalação dos materiais (mesas, cadeiras, armário, terminais (computadores) e impressora com tecnologias compatíveis às necessidades e exigências)		
	Análise da Fiscalização Técnica		
30 DIAS DA DATA DE INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.	Sistema de controle de frequência de pessoal da Equipe Residente.		
	Apresentar Relatório de Inspeção da Situação Física – RISF		
	Implementar Software de Gerenciamento de Manutenção.		
2° ao PENÚLTIMO MÊS DO CONTRATO	Atividade	Responsável	Prazo
	Reunião	RESPONSÁVEL TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO TÉCNICA	Quinzenal



	Apresentar relatórios mensais de Manutenção Predial, acompanhados da documentação de suporte <ul style="list-style-type: none">- Relatório Técnico- Relatório Administrativo	CONTRATADA	até o 5º dia útil de cada mês
	Apresentar relatório de Fiscalização Técnica	FISCAL TÉCNICO	até 5 dias úteis a contar do recebimento do Relatório Mensal da Contratada
	Apresentar relatório da Fiscalização Administrativa	FISCAL ADMINISTRATIVO	até 5 dias úteis a contar do recebimento do Relatório Mensal da Contratada
	Recebimento Provisório	FISCAL TÉCNICO	até 10 dias corridos a contar do recebimento do Relatório da Fiscalização Técnica.
	Recebimento Provisório	FISCAL ADMINISTRATIVO	até 10 dias corridos a contar do recebimento do Relatório da Fiscalização Administrativa.
	Recebimento Definitivo	GESTOR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	até 30 dias corridos a contar do recebimento do Relatório Mensal da Fiscalização Técnica/Administrativa.
ÚLTIMO MÊS DO CONTRATO	Relatório Final de Manutenção Predial	CONTRATADA	até o 15º dia útil do último mês de contrato.
	Relatório da Fiscalização Técnica	FISCAL TÉCNICO	até 5 dias úteis a contar do recebimento do Relatório Final de Manutenção
	Relatório da Fiscalização Administrativa	FISCAL ADMINISTRATIVO	até 5 dias úteis a contar do recebimento do Relatório Final de Manutenção
	Recebimento Provisório - Fiscalização Técnica	FISCAL TÉCNICO	até 10 dias corridos a contar do recebimento do Relatório da Fiscalização Técnica.
	Recebimento Provisório - Fiscalização Administrativa	FISCAL ADMINISTRATIVO	até 10 dias corridos a contar do recebimento do Relatório da Fiscalização Técnica.
	Recebimento Definitivo - Gestor da execução do Contrato	GESTOR DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	até 15 dias corridos a contar do recebimento do Relatório Final da Fiscalização Técnica/Administrativa.
FIM DO CONTRATO			



APÊNDICE II PLANO DE MANUTENÇÃO OPERAÇÃO E CONTROLE (PMOC)

PMOC-1. Instalações Elétricas

PMOC-1.1. Inspeção do Quadro Geral de Força e Quadro de Entrada da Concessionária

PMOC-1.1.1. DIARIAMENTE:

- PMOC-1.1.1.1. Ler os instrumentos de medição, inclusive entrada para processamento de dados se houver, e anotar;
- PMOC-1.1.1.2. Medir a amperagem nos alimentadores em todas as saídas e anotar;
- PMOC-1.1.1.3. Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores termomagnéticos e cabos de alimentação;
- PMOC-1.1.1.4. Verificar a existência de quaisquer anormalidades elétricas ou mecânicas (ruídos, odores) que possam caracterizar o mau funcionamento de algum componente;
- PMOC-1.1.1.5. Inspecionar as chaves seccionadoras dos disjuntores termomagnéticos para os andares e cuidar para que não superem as tabelas de amperagens máximas permitidas para cada pavimento;
- PMOC-1.1.1.6. Medir nível de isolamento dos alimentadores;
- PMOC-1.1.1.7. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do quadro geral;
- PMOC-1.1.1.8. Tomar nota das anormalidades verificadas durante os serviços e efetuar as correções necessárias.

PMOC-1.1.2. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-1.1.2.1. Inspecionar os isoladores e conexões da saída dos disjuntores, evitando assim pontos de resistência elevada;
- PMOC-1.1.2.2. Reapertar os parafusos de fixação das tomadas;
- PMOC-1.1.2.3. Verificar a pressão das molas dos disjuntores termomagnéticos;
- PMOC-1.1.2.4. Verificar os contatos de entrada e saída dos disjuntores;
- PMOC-1.1.2.5. Verificar a fixação do barramento e conexões;
- PMOC-1.1.2.6. Efetuar limpeza geral nas conexões e disjuntores;
- PMOC-1.1.2.7. Verificar a regulação do disjuntor geral;
- PMOC-1.1.2.8. Medir a amperagem nos fios de alimentação dos quadros;
- PMOC-1.1.2.9. Inspecionar os cabos de alimentação para prevenir aquecimento (estado de isolamento);
- PMOC-1.1.2.10. Verificar o aspecto da fiação;
- PMOC-1.1.2.11. Verificar o equilíbrio das fases nos alimentadores (circuitos);
- PMOC-1.1.2.12. Inspecionar as ligações da carcaça dos quadros à terra;
- PMOC-1.1.2.13. Lubrificar as dobradiças das portas;
- PMOC-1.1.2.14. Verificar o funcionamento das chaves dos armários.
- PMOC-1.1.2.15. Alinhamento dos contatos, movimentos livres;
- PMOC-1.1.2.16. Reapertar parafusos de fixação do barramento, conexões e ferragens.

PMOC-1.2. Inspeção dos Quadros de Distribuição de Luz e Força

PMOC-1.2.1. DIARIAMENTE:

- PMOC-1.2.1.1. Verificar o aquecimento dos condutores de alimentação e distribuição;
- PMOC-1.2.1.2. Verificar o aquecimento e funcionamento dos disjuntores;
- PMOC-1.2.1.3. Verificar o aquecimento nos disjuntores “no-fuse” geral em todos os quadros de distribuição;
- PMOC-1.2.1.4. Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos, cheiros de queimados e outros;
- PMOC-1.2.1.5. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento dos quadros de distribuição de luz;

PMOC-1.2.2. MENSALMENTE



PMOC-1.2.2.1. Realizar a limpeza externa dos quadros

PMOC-1.2.3. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-1.2.3.1. Medir e controlar as quedas de tensão e corrigir anormalidades;
- PMOC-1.2.3.2. Medir a amperagem nos fios de saída dos disjuntores, a fim de controlar a carga elétrica nos disjuntores.
- PMOC-1.2.3.3. Controlar o nível dos alimentadores;
- PMOC-1.2.3.4. Reapertar os parafusos de contato dos disjuntores;
- PMOC-1.2.3.5. Reapertar a fixação e estado dos barramentos;
- PMOC-1.2.3.6. Efetuar a limpeza geral de barramentos e conexões;
- PMOC-1.2.3.7. Verificar a tensão nas molas dos disjuntores;
- PMOC-1.2.3.8. Inspeccionar o isolamento dos cabos de alimentação.

PMOC-1.3. Inspeção dos Quadros de Comando

PMOC-1.3.1. DIARIAMENTE:

- PMOC-1.3.1.1. Verificar a existência de ruídos anormais, elétricos ou mecânicos;
- PMOC-1.3.1.2. Verificar a existência de fusíveis queimados;
- PMOC-1.3.1.3. TRIMESTRALMENTE
- PMOC-1.3.1.4. Inspeccionar a pressão de contato dos fusíveis;
- PMOC-1.3.1.5. Inspeccionar o estado das bases de fusíveis quanto ao aquecimento e oxidação;
- PMOC-1.3.1.6. Verificar o fechamento correto das tampas dos porta-fusíveis.
- PMOC-1.3.1.7. Inspeccionar o estado das chaves magnéticas;
- PMOC-1.3.1.8. Verificar o contato dos porta-fusíveis para evitar fusões;
- PMOC-1.3.1.9. Verificar o arco em excesso das chaves magnéticas;
- PMOC-1.3.1.10. Verificar o ajuste dos relés de sobrecarga;
- PMOC-1.3.1.11. Verificar o isolamento e continuidade do enrolamento das bobinas das chaves magnéticas;
- PMOC-1.3.1.12. Verificar o estado de conservação das bases dos fusíveis;
- PMOC-1.3.1.13. Reapertar os bornes de ligação das chaves magnéticas;
- PMOC-1.3.1.14. Reapertar os parafusos de contato dos botões de comando.

PMOC-1.4. Inspeção da Iluminação Geral

PMOC-1.4.1. DIARIAMENTE:

- PMOC-1.4.1.1. Verificar as luminárias quanto à ocorrência de lâmpadas queimadas ou com operação insuficiente;
- PMOC-1.4.1.2. Verificar contatos internos, reapertar os parafusos de fixação e contatos externos dos soquetes, caso as lâmpadas ainda não fiquem iluminadas;
- PMOC-1.4.1.3. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento do sistema de iluminação.
- PMOC-1.4.1.4. **MENSALMENTE:**
- PMOC-1.4.1.5. Testar o funcionamento das lâmpadas de emergência;
- PMOC-1.4.1.6. **SEMESTRALMENTE:**
- PMOC-1.4.1.7. Medir o nível de iluminação (utilizando luxímetro);
- PMOC-1.4.1.8. Efetuar limpeza das luminárias;
- PMOC-1.4.1.9. Efetuar limpeza das lâmpadas;
- PMOC-1.4.1.10. Reapertar os parafusos de sustentação das luminárias;
- PMOC-1.4.1.11. Reapertar os contatos dos reatores;
- PMOC-1.4.1.12. Reapertar os parafusos das bases dos soquetes;
- PMOC-1.4.1.13. Verificar os parafusos de contatos de tomadas;
- PMOC-1.4.1.14. Medir a densidade da solução das baterias;
- PMOC-1.4.1.15. Testar a carga das baterias de emergência.

PMOC-1.5. Inspeção das Tomadas e Interruptores

PMOC-1.5.1. SEMESTRALMENTE:



- PMOC-1.5.1.1. Testar de modo adequado a corrente na rede do piso/divisória/parede;
- PMOC-1.5.1.2. Reapertar carcaças e tomadas na tubulação do piso/divisórias/paredes.
- PMOC-1.5.1.3. Reapertar as os parafusos e se necessário refazer as conexões de tomadas e interruptores.

PMOC-1.6. Inspeção das Redes Elétricas Convencionais

PMOC-1.6.1. MENSALMENTE:

- PMOC-1.6.1.1. Inspecionar as caixas de passagem;
- PMOC-1.6.1.2. Inspecionar o estado das capas isolantes, fios e cabos.
- PMOC-1.6.1.3. TRIMESTRALMENTE:
- PMOC-1.6.1.4. Medir a amperagem da fiação e verificação da concordância com as tabelas de amperagem máxima permitida;
- PMOC-1.6.1.5. Verificar a corrente de serviço, sobre aquecimento.

PMOC-1.7. Inspeção dos Nobreaks

PMOC-1.7.1. MENSALMENTE:

- PMOC-1.7.1.1. Verificar o estado das conexões e das ligações das baterias quanto à corrosão;
- PMOC-1.7.1.2. Verificar as funções do anunciador, como: sobretensão do retificador, alarme de baixa tensão contínua, disparo de baixa tensão contínua e alarme do inversor de impedância
- PMOC-1.7.1.3. Verificar a condição limite de temperatura;
- PMOC-1.7.1.4. Registrar em planilhas as tensões e correntes de entrada e saída;
- PMOC-1.7.1.5. Fazer leituras das grandezas elétricas, tensão, corrente, potência e anotar em planilha.
- PMOC-1.7.1.6. Verificar todas as conexões;
- PMOC-1.7.1.7. Verificar todas e quaisquer anormalidades nos componentes, tais como: sobretensão, corrosão e sinais de descargas;
- PMOC-1.7.1.8. Executar a inspeção visual dos equipamentos, com a verificação da existência de aquecimentos ou ruídos anormais;
- PMOC-1.7.1.9. Inspecionar, cuidadosamente, todos os componentes elétricos. Os dispositivos devem ser examinados, a fim de verificar a existência de desligamentos, descoloração ou aquecimento;
- PMOC-1.7.1.10. Verificar as conexões das baterias com o nobreak.

PMOC-1.7.2. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-1.7.2.1. Simular a falta de energia da rede e verificar o comportamento do inversor, nível de tensão de saída e alarme;
- PMOC-1.7.2.2. Ensaio da capacidade, para verificar o estado das baterias.

PMOC-1.7.3. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-1.7.3.1. Reaperto e lubrificação das conexões dos bornes das baterias;
- PMOC-1.7.3.2. Reapertar todas as ligações;
- PMOC-1.7.3.3. Limpar os motores e ventiladores com jato de ar;
- PMOC-1.7.3.4. Verificação geral, reaperto de porcas, parafusos, ligações e terminais;
- PMOC-1.7.3.5. Verificar as condições limites de carga dos equipamentos, desligando para limpeza geral, reapertos e testes;
- PMOC-1.7.3.6. Efetuar todos os testes necessários ao perfeito funcionamento dos estabilizadores de tensão.

PMOC-1.8. Inspeção do Banco de Baterias do Nobreak

PMOC-1.8.1. SEMANALMENTE:

- PMOC-1.8.1.1. Medir a tensão de flutuação na bateria e no banco, verificando a conformidade com os valores nominais especificados na placa, anotar valores para controle;
- PMOC-1.8.1.2. Verificar a ocorrência de quebras, rachaduras, estufamentos e/ou vazamentos nas baterias, substituindo, quando for o caso;
- PMOC-1.8.1.3. Verificar a quebra do lacre nas válvulas de suspiro das baterias seladas/lacradas;



- PMOC-1.8.1.4. Verificar sinais de vazamento e/ou acúmulo de gases, adotando as medidas cabíveis.
- PMOC-1.8.1.5. Verificar a validade de todas as baterias do nobreak predial, quando necessário, efetivar a troca.

PMOC-1.8.2. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-1.8.2.1. Testar o funcionamento do banco, através de auto teste do equipamento e/ou simulando uma falta, sob carga, plena, verificando os níveis de tensão, corrente e o período de autonomia.
- PMOC-1.8.2.2. Verificar o estado geral das baterias, efetuando limpeza e lubrificação nos bornes do produto.

PMOC-1.8.3. ANUALMENTE:

- PMOC-1.8.3.1. Examinar as interligações e conexões, efetuando os reapertos e trocas necessárias;
- PMOC-1.8.3.2. Executar a limpeza geral do gabinete e/ou estantes com substância neutra, retirando ferrugens e efetuando retoques de pintura;
- PMOC-1.8.3.3. Verificar as condições gerais do cubículo das baterias, efetuando a limpeza, desobstrução das grelhas de ventilação e retirada de materiais inflamáveis ou não utilizáveis;
- PMOC-1.8.3.4. Observar a presença de situações críticas que possam afetar o funcionamento e a vida útil das baterias.

PMOC-2. Grupo Moto Gerador e Partes Mecânicas

- PMOC-2.1.1.** Os grupos geradores serão colocados em operação semanalmente, pelo período de 10 (dez) minutos, prioritariamente às sextas-feiras, devendo a empresa, nesta ocasião, verificar a ocorrência de vazamentos e/ou ruídos anormais e caso existentes, saná-los;

- PMOC-2.1.2.** Por ocasião das manutenções, a empresa executará os ensaios previstos na rotina de manutenção, anotando os valores obtidos, serão anotados também, o número de horas de trabalho de cada unidade geradora;

- PMOC-2.1.3.** A troca de óleo deve ser feita com o motor quente, não podendo o óleo substituído ser jogado na rede de águas pluviais da dependência;

PMOC-2.1.4. DIARIAMENTE:

- PMOC-2.1.4.1. Analisar os relatórios do operador;
- PMOC-2.1.4.2. Verificar níveis de óleo lubrificante do motor e do regulador de velocidade da bomba injetora;
- PMOC-2.1.4.3. Drenar os sedimentos nos filtros (quando aplicável);
- PMOC-2.1.4.4. Verificar restrições de ar;
- PMOC-2.1.4.5. Limpar elemento filtrante de ar;
- PMOC-2.1.4.6. Inspeccionar conexões;
- PMOC-2.1.4.7. Verificar o nível de água e/ou funcionamento do pré-aquecimento;
- PMOC-2.1.4.8. Verificar a tensão das correias;
- PMOC-2.1.4.9. Verificar restrições no fluxo de ar do radiador;
- PMOC-2.1.4.10. Verificar infiltrações e/ou vazamentos próximos aos grupos geradores;
- PMOC-2.1.4.11. Verificar impurezas, poeira e obstruções nas telas de proteção;
- PMOC-2.1.4.12. Verificar cabos de potência e controle.

PMOC-2.1.5. SEMANALMENTE:

- PMOC-2.1.5.1. Lubrificação:
- PMOC-2.1.5.2. Verificar o nível do óleo lubrificante;
- PMOC-2.1.5.3. Verificar os filtros ou troca e, se houver a troca do óleo lubrificante;
- PMOC-2.1.5.4. Verificar o nível de óleo lubrificante do regulador de velocidade da bomba injetora;



- PMOC-2.1.5.5. Verificar a pressão do óleo lubrificante;
- PMOC-2.1.5.6. Sistema de Combustível:
- PMOC-2.1.5.7. Verificar o nível de combustível dos tanques;
- PMOC-2.1.5.8. Verificar a operação da bomba de transferência de combustível;
- PMOC-2.1.5.9. Verificar o filtro do sistema de combustível e trocar se necessário;
- PMOC-2.1.5.10. Limpar respingos;
- PMOC-2.1.5.11. Verificar o nível de óleo combustível no tanque de combustível;
- PMOC-2.1.5.12. Drenar a água condensada nos tanques de combustível;
- PMOC-2.1.5.13. Verificar o solenóide de parada.
- PMOC-2.1.5.14. Sistema de Ar condicionado :
- PMOC-2.1.5.15. Limpeza ou troca do elemento filtrante se houver vencido o período de uso;
- PMOC-2.1.5.16. Verificar tubulações e conexões;
- PMOC-2.1.5.17. Verificar restrições no fluxo de ar;
- PMOC-2.1.5.18. Sistema de Refrigeração:
- PMOC-2.1.5.19. Trocar filtros (quando aplicável);
- PMOC-2.1.5.20. Verificar mangueiras e conexões;
- PMOC-2.1.5.21. Verificar a tensão das correias;
- PMOC-2.1.5.22. Verificar fluxo de ar do radiador;
- PMOC-2.1.5.23. Verificar e completar nível de água e funcionamento do pré-aquecimento.
- PMOC-2.1.5.24. Sistema Elétrico:
- PMOC-2.1.5.25. Verificar as baterias, o líquido eletrolítico e a carga;
- PMOC-2.1.5.26. Verificar e reapertar, se necessário, todos os parafusos do sistema de controle e carga;
- PMOC-2.1.5.27. Verificar ruídos anormais no QTA e no equipamento;
- PMOC-2.1.5.28. Verificar isolamento dos cabos do QTA;
- PMOC-2.1.5.29. Verificar a fixação dos componentes do QTA e do equipamento;
- PMOC-2.1.5.30. Limpar os painéis de comando.
- PMOC-2.1.5.31. Outras Providências:
- PMOC-2.1.5.32. Verificar e eliminar impurezas, poeiras e obstruções das telas de proteção do gerador;
- PMOC-2.1.5.33. Verificar e retirar elementos desnecessários ou estranhos a sala dos grupos geradores;
- PMOC-2.1.5.34. Verificar limpeza da sala dos grupos geradores;
- PMOC-2.1.5.35. Verificar infiltrações e vazamentos nas proximidades dos GMG's.

PMOC-2.2. Quadros de Transferência Automática:

PMOC-2.2.1. SEMANALMENTE

- PMOC-2.2.1.1. Testar funcionamento em manual e automático do comando microprocessado;
- PMOC-2.2.1.2. Testar lâmpadas de sinalização;
- PMOC-2.2.1.3. Testar sonoridade do sistema de alarme;
- PMOC-2.2.1.4. Inspeccionar bornes e terminais;
- PMOC-2.2.1.5. Revisar os contadores, disjuntores e relés;
- PMOC-2.2.1.6. Verificar todas as ligações do quadro;
- PMOC-2.2.1.7. Verificar leitura dos voltímetros;
- PMOC-2.2.1.8. Verificar leitura dos amperímetros;
- PMOC-2.2.1.9. Verificar leitura dos frequencímetros.

PMOC-2.2.2. MENSALMENTE

- PMOC-2.2.2.1. Revisão dos contatos dos relés;
- PMOC-2.2.2.2. Teste do conjunto (operação completa) em vazio;
- PMOC-2.2.2.3. Verificar todas as ligações do quadro;
- PMOC-2.2.2.4. Verificar as conexões entre as chaves de transferência e os cabos;
- PMOC-2.2.2.5. Verificar ocorrência de sobreaquecimento;



- PMOC-2.2.2.6. Verificar o funcionamento dos transformadores de medição;
- PMOC-2.2.2.7. Verificar o potenciômetro de ajuste de tensão;
- PMOC-2.2.2.8. Verificar o funcionamento das chaves reversoras, de partida e comutadoras;
- PMOC-2.2.2.9. Limpeza geral das canaletas de passagem do cabeamento;
- PMOC-2.2.2.10. Reaperto geral.

PMOC-3. Instalações de Combate a Incêndio

- PMOC-3.1. Manter histórico de manutenção específico, para facilitar apresentação em caso de vistoria;
- PMOC-3.2. Arquivar certificados e laudo de testes com ART, cumprindo exigências normativas;
- PMOC-3.3. Acompanhar validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), e informar o fiscal sobre as necessidades para que seja mantido sempre válido;

PMOC-3.4. **Extintores - Inspeção dos Extintores de Água Pressurizada**

PMOC-3.4.1. **MENSALMENTE:**

- PMOC-3.4.1.1. Verificar visualmente, examinando-se o seu aspecto externo, os lacres, os manômetros quando o extintor for do tipo pressurizado, verificando se o bico e válvulas de alívio não estão entupidos. Recarregar se necessário.

PMOC-3.4.2. **SEMESTRALMENTE:**

- PMOC-3.4.2.1. Pesar a cápsula de água pressurizada e registrar na etiqueta do aparelho o peso obtido, se a perda for superior a 10% do peso original, deverá ser providenciada a recarga;
- PMOC-3.4.2.2. Verificar se o mangotinho está obstruído.

PMOC-3.4.3. **ANUALMENTE:**

- PMOC-3.4.3.1. Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

PMOC-3.5. **Extintores - Inspeção dos Extintores de Pó Químico Seco (PQS)**

PMOC-3.5.1. **MENSALMENTE:**

- PMOC-3.5.1.1. Verificar se o pino de segurança e o selo de lacre estão corretos;
- PMOC-3.5.1.2. Verificar se o manômetro acusa pressão suficiente para o perfeito funcionamento em situação emergencial.

PMOC-3.5.2. **SEMESTRALMENTE:**

- PMOC-3.5.2.1. Examinar o pó se for notado empedramento, deve ser substituído por novo;
- PMOC-3.5.2.2. Examinar a mangueira e o esguicho contra a obstrução;
- PMOC-3.5.2.3. Se o aparelho estiver corroído ou amassado, testá-lo hidrostáticamente, comunicar à Administração e/ou à Fiscalização.

PMOC-3.5.3. **ANUALMENTE:**

- PMOC-3.5.3.1. Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

PMOC-3.6. **Extintores - Inspeção dos Extintores de CO2 (Dióxido de Carbono)**

PMOC-3.6.1. **MENSALMENTE:**

- PMOC-3.6.1.1. Verificar se o pino de segurança e o selo de lacre estão corretos;
- PMOC-3.6.1.2. Verificar se o manômetro acusa pressão suficiente para o perfeito funcionamento em situação emergencial.

PMOC-3.6.2. **SEMESTRALMENTE:**

- PMOC-3.6.2.1. Pesar o aparelho e registrar o peso na etiqueta do extintor, recarregar se a perda for superior a 10% (dez por cento);
- PMOC-3.6.2.2. Se o aparelho estiver corroído ou amassado, testá-lo hidrostáticamente, comunicar à Administração e/ou à Fiscalização.



PMOC-3.6.3. ANUALMENTE:

PMOC-3.6.3.1. Proceder à manutenção de 2º nível, de acordo com a NBR nº 12962/1998.

PMOC-3.7. Hidrantes - Inspeção das Bombas de Recalque

PMOC-3.7.1. MENSALMENTE:

- PMOC-3.7.1.1. Inspecionar os cabos de alimentação geral das bombas;
- PMOC-3.7.1.2. Verificar as condições dos acoplamentos, abraçadeiras e mangotes;
- PMOC-3.7.1.3. Verificar as condições do selo mecânico;
- PMOC-3.7.1.4. Verificar e completar se necessário o nível de óleo das bombas;
- PMOC-3.7.1.5. Inspecionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- PMOC-3.7.1.6. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas;
- PMOC-3.7.1.7. Controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- PMOC-3.7.1.8. Inspecionar as válvulas de retenção;
- PMOC-3.7.1.9. Medir amperagem dos motores;
- PMOC-3.7.1.10. Inspecionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- PMOC-3.7.1.11. Verificar as condições de fixação com referência à base, amortecedores e conexões;
- PMOC-3.7.1.12. Verificar a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, pressostatos, fusíveis, relés térmicos, etc;
- PMOC-3.7.1.13. Verificar as luvas de acoplamento;
- PMOC-3.7.1.14. Verificar o alinhamento do eixo das bombas;
- PMOC-3.7.1.15. Verificar o funcionamento das bombas;
- PMOC-3.7.1.16. Inspecionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- PMOC-3.7.1.17. Lubrificar os mancais das bombas.

PMOC-3.7.2. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-3.7.2.1. Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- PMOC-3.7.2.2. Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

PMOC-3.8. Hidrantes e mangotinhos

PMOC-3.8.1. MENSALMENTE:

- PMOC-3.8.1.1. Verificar visualmente o estado das mangueiras (dobras, vazamentos, etc.);
- PMOC-3.8.1.2. Checar as válvulas de abertura e seus lacres;
- PMOC-3.8.1.3. Inspecionar a sinalização de rota de fuga e hidrantes;

PMOC-3.8.2. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-3.8.2.1. Realizar testes de fluxo nas mangueiras e hidrantes.
- PMOC-3.8.2.2. Avaliar a vazão e pressão de cada ponto.
- PMOC-3.8.2.3. Inspecionar o quadro de comando das bombas.

PMOC-3.8.3. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-3.8.3.1. Testar a capacidade de sucção e recalque das bombas.
- PMOC-3.8.3.2. Limpeza completa das mangueiras e inspeção de componentes metálicos.
- PMOC-3.8.3.3. Revisar a integridade de válvulas redutoras de pressão.

PMOC-3.9. SISTEMA DE ALARMES, DETECÇÃO E CENTRAL DE CONTROLE



PMOC-3.9.1. MENSALMENTE:

- PMOC-3.9.1.1. Testar manualmente o alarme de incêndio.
- PMOC-3.9.1.2. Verificar o funcionamento das luzes de emergência.
- PMOC-3.9.1.3. Checar a conexão de baterias reserva.
- PMOC-3.9.1.4. Checar se a central de alarme está ativa e sem falhas registradas.
- PMOC-3.9.1.5. Testar os dispositivos de comunicação.

PMOC-3.9.2. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-3.9.2.1. Verificar e limpar sensores de fumaça e detectores de calor.
- PMOC-3.9.2.2. Testar o funcionamento completo da sirene e iluminação de emergência.
- PMOC-3.9.2.3. Atualizar o software da central de controle, se aplicável.

PMOC-3.9.3. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-3.9.3.1. Realizar simulação de incêndio para verificar a resposta do sistema.
- PMOC-3.9.3.2. Inspecionar as baterias de backup quanto à capacidade de carga.
- PMOC-3.9.3.3. Calibrar os dispositivos de detecção.

PMOC-3.10. SPRINKLER - Inspeção dos Registros e Válvulas do Sistema de Sprinkler

PMOC-3.10.1. MENSALMENTE:

- PMOC-3.10.1.1. Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros e válvulas do sistema de sprinkler;

PMOC-3.10.2. SPRINKLER - Inspeção das Canalizações: Tubos e Conexões do Sistema de Sprinkler

PMOC-3.10.3. MENSALMENTE:

- PMOC-3.10.3.1. Verificar a ocorrência de vazamentos e danos na tubulação de Sprinkler.

PMOC-3.10.4. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-3.10.4.1. Verificar a pintura dos trechos de tubulação aparentes, efetuando os retoques necessários;
- PMOC-3.10.4.2. Verificar as condições de fixação da tubulação.

PMOC-4. Instalações Hidráulicas e Sanitárias

PMOC-4.1. Inspeção dos Sistemas Hidráulicos e Sanitários

PMOC-4.1.1. SEMANALMENTE:

- PMOC-4.1.1.1. Verificar válvulas de descarga dos sanitários;
- PMOC-4.1.1.2. Verificar caixas e ralos sifonados e secos, limpando-os quando necessário;
- PMOC-4.1.1.3. Verificar existência de vazamento em torneiras, registros e válvulas de pias, lavatórios, mictórios, sanitários e outros que porventura venham a ser observados, procedendo-se os reparos necessários;
- PMOC-4.1.1.4. Verificar e registrar semanalmente, em livro próprio, o consumo de água e o estado dos hidrômetros;
- PMOC-4.1.1.5. Verificar o estado da tubulação primária, consertando possíveis vazamentos;
- PMOC-4.1.1.6. Verificar o estado das bombas de recalque e seus contatos de níveis superior e inferior;
- PMOC-4.1.1.7. Verificar as “bocas de lobo” e caixas de visita externas, a fim de proporcionar um perfeito escoamento das águas pluviais;



- PMOC-4.1.1.8. Verificar o sistema de captação de águas pluviais (calhas, ralos, tubulações, caixas de inspeção e de areia);
- PMOC-4.1.1.9. Verificar o nível das caixas de gordura e proceder a remoção do material ali existente;
- PMOC-4.1.1.10. Examinar os reajustes nas gaxetas e conexões das bombas;
- PMOC-4.1.1.11. Verificar o estado das bóias das caixas de água;
- PMOC-4.1.1.12. Verificar o estado de vedação dos reservatórios.

PMOC-4.2. Inspeção dos Reservatórios e Caixas D'água

PMOC-4.2.1. DIARIAMENTE:

- PMOC-4.2.1.1. Verificar e corrigir se necessário, os controladores de nível dos reservatórios;
- PMOC-4.2.1.2. Verificar a existência de dejetos e/ou substâncias poluentes, procedendo a remoção;
- PMOC-4.2.1.3. Verificar o funcionamento da torneira de bóia.

PMOC-4.2.2. MENSALMENTE:

- PMOC-4.2.2.1. Verificar se a reserva técnica de incêndio está sendo mantida, registrando o nível observado;
- PMOC-4.2.2.2. Verificar se as válvulas estão em suas devidas posições “aberta” ou “fechada”.
- PMOC-4.2.2.3. Verificar se as válvulas e registros estão limpos, desobstruídos e sem ferrugem;
- PMOC-4.2.2.4. Verificar se há vazamentos e infiltrações de água através das paredes do reservatório;
- PMOC-4.2.2.5. Verificar se as estruturas dos tanques elevados necessitam de reparos;
- PMOC-4.2.2.6. Verificar se as visitas estão devidamente fechadas.

PMOC-4.2.3. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-4.2.3.1. Inspeção e reparos do medidor de nível, torneira de boia, extravasor (ladrão), sistema automático de funcionamento de bombas, registros de válvulas de pé e de retenção;
- PMOC-4.2.3.2. Inspeção periódica da ventilação do ambiente e das aberturas de acesso;
- PMOC-4.2.3.3. Controle periódico do nível de água para identificação de possível vazamento;
- PMOC-4.2.3.4. Limpeza dos poços de drenagem;
- PMOC-4.2.3.5. Proceder à limpeza dos reservatórios.

PMOC-4.3. Inspeção das Bombas de Recalque e Esgoto

PMOC-4.3.1. SEMANALMENTE:

- PMOC-4.3.1.1. Operar, ligar e desligar as bombas;
- PMOC-4.3.1.2. Inspecionar os cabos de alimentação geral as bombas;
- PMOC-4.3.1.3. Verificar a existência de ruídos e vibrações anormais, quando em funcionamento;
- PMOC-4.3.1.4. Verificar as condições dos acoplamentos, abraçadeiras e mangotes;
- PMOC-4.3.1.5. Verificar as condições do selo mecânico;
- PMOC-4.3.1.6. Verificar e completar se necessário o nível de óleo das bombas;
- PMOC-4.3.1.7. Inspecionar as passagens internas das aberturas de ventilação dos motores;
- PMOC-4.3.1.8. Verificar as condições gerais de segurança no funcionamento das bombas de recalque e de esgoto;
- PMOC-4.3.1.9. Controlar o gotejamento pelas gaxetas, evitando o regime excessivo;
- PMOC-4.3.1.10. Inspecionar as válvulas de retenção;
- PMOC-4.3.1.11. Inspecionar o funcionamento das bóias inferiores e superiores;
- PMOC-4.3.1.12. Verificar o aquecimento excessivo dos motores das bombas.

PMOC-4.3.2. MENSALMENTE:

- PMOC-4.3.2.1. Medir amperagem dos motores;
- PMOC-4.3.2.2. Inspecionar as tubulações e as conexões hidráulicas;
- PMOC-4.3.2.3. Verificar as condições de fixação com referência à base, amortecedores e conexões;
- PMOC-4.3.2.4. Verificar a regulagem e atuação dos dispositivos de acionamento, chave-bóia, fusíveis, relés térmicos, etc;
- PMOC-4.3.2.5. Limpar e desobstruir as aberturas de ventilação dos motores das bombas;



- PMOC-4.3.2.6. Verificar o nível de óleo das bombas;
- PMOC-4.3.2.7. Verificar as luvas de acoplamento;
- PMOC-4.3.2.8. Verificar o alinhamento do eixo das bombas;
- PMOC-4.3.2.9. Inspecionar os terminais elétricos nas caixas de ligação;
- PMOC-4.3.2.10. Lubrificar os mancais das bombas.

PMOC-4.3.3. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-4.3.3.1. Verificar a existência de pontos de ferrugem no equipamento, caso exista, inibir o processo de corrosão, lixando e protegendo com nova pintura as partes afetadas;
- PMOC-4.3.3.2. Verificar o desgaste dos rotores, rolamentos, gaxetas, mancais, válvulas e registros, procedendo as substituições necessárias.

PMOC-4.4. Inspeção das Válvulas e Caixas de Descargas

PMOC-4.4.1. MENSALMENTE:

- PMOC-4.4.1.1. Regulagens e reparos dos elementos componentes;
- PMOC-4.4.1.2. Teste de vazamento nas válvulas ou nas caixas de descarga;
- PMOC-4.4.1.3. Verificar dispositivos de acionamento;
- PMOC-4.4.1.4. Verificar a existência de vazamento;
- PMOC-4.4.1.5. Verificar a fixação dos componentes.

PMOC-4.4.2. TRIMESTRALMENTE:

- PMOC-4.4.2.1. Verificar o funcionamento da válvula de admissão (bóia).
- PMOC-4.4.2.2. Inspeção dos Registros, Torneiras e Metais sanitários

PMOC-4.4.3. MENSALMENTE:

- PMOC-4.4.3.1. Verificar o funcionamento e a estanqueidade dos registros, válvulas e torneiras;
- PMOC-4.4.3.2. Reparos de vazamentos com troca de guarnição, aperto de gaxeta e substituição do material;
- PMOC-4.4.3.3. Verificar a regulagem das válvulas dos mictórios e sanitários;
- PMOC-4.4.3.4. Verificar o estado de conservação dos metais, efetuando os reapertos e/ou colocação das peças de acabamento faltantes (canoplas, carrapetas, etc);
- PMOC-4.4.3.5. Verificar os acoplamentos e os anéis de vedação;
- PMOC-4.4.3.6. Verificar as condições e fixação das tubulações flexíveis aparentes;
- PMOC-4.4.3.7. Lubrificar registros e válvulas dos barriletes.

PMOC-4.5. Inspeção das Canalizações: Tubos e Conexões

PMOC-4.5.1. MENSALMENTE:

- PMOC-4.5.1.1. Verificar a ocorrência de vazamento, entupimentos e danos na tubulação de entrada até o reservatório inferior e/ou superior;

PMOC-4.5.2. SEMESTRALMENTE:

- PMOC-4.5.2.1. Realizar a limpeza e desobstrução;
- PMOC-4.5.2.2. Verificar a pintura dos trechos de tubulação aparentes, efetuando os retoques necessários;
- PMOC-4.5.2.3. Verificar as condições de fixação da tubulação.

PMOC-4.6. Inspeção dos Ralos e Aparelhos Sanitários

PMOC-4.6.1. MENSALMENTE:

- PMOC-4.6.1.1. Inspeção periódica de funcionamento;
- PMOC-4.6.1.2. Verificar a existência de trincas ou outros danos nas pias, lavatórios e vasos;
- PMOC-4.6.1.3. Verificar as condições de uso e fixação de saboneteiras, papeleiras e outros acessórios, repondo os elementos faltantes;
- PMOC-4.6.1.4. Verificar as condições de uso e fixação das tampas de vaso, substituindo caso necessário;



PMOC-4.6.1.5. Rejuntar os bojos das pias, lavatórios e vasos sanitários, caso necessário.

PMOC-4.6.2. TRIMESTRALMENTE:

PMOC-4.6.2.1. Remover detritos do interior dos ralos.

PMOC-4.7. Inspeção das Caixas Coletoras e de Gordura

PMOC-4.7.1. MENSALMENTE:

PMOC-4.7.1.1. Limpar as caixas de inspeção do prédio;

PMOC-4.7.1.2. Limpar ralos e caixas sifonadas das casas de máquinas, recintos de barrilete e casa de bombas;

PMOC-4.7.1.3. Verificar as condições e fixação das tampas das caixas de inspeção/passagem e coletoras de gordura e dos ralos.

PMOC-4.7.2. SEMESTRALMENTE:

PMOC-4.7.2.1. Verificar o estado geral de conservação das caixas de inspeção/ passagem e gordura, efetuando reparos necessários;

PMOC-4.7.2.2. Identificar situações críticas de vazão incompatível para o dimensionamento da caixa, relatando os casos.

PMOC-4.8. Inspeção das Caixas de Inspeção e de Areia

PMOC-4.8.1. MENSALMENTE:

PMOC-4.8.1.1. Inspeção de funcionamento.

PMOC-4.8.2. SEMESTRALMENTE:

PMOC-4.8.2.1. Serviços de limpeza e desobstrução.

PMOC-4.9. Inspeção da Fossa Séptica

PMOC-4.9.1. EVENTUALMENTE:

PMOC-4.9.1.1. Fazer a drenagem dos dejetos sempre que apresentar transbordo, utilizando meio apropriado para drenagem.

PMOC-4.10. Inspeção das Calhas e Condutores de Águas Pluviais

PMOC-4.10.1. SEMESTRALMENTE:

PMOC-4.10.1.1. Limpar os ralos simples e hemisféricos de captação pluvial da cobertura;

PMOC-4.10.1.2. Limpar calhas coletoras e condutores da cobertura.

PMOC-4.10.1.3. Verificar a fixação dos chapins, rufos, calhas e condutos de captação;

PMOC-4.10.1.4. Verificar a existência de vazamentos nas juntas de tubulações/calhas;

PMOC-4.10.1.5. Serviços de limpeza e desobstrução.

PMOC-4.11. Inspeção dos Hidrômetros e Tubulação de Entrada

PMOC-4.11.1. DIARIAMENTE:

PMOC-4.11.1.1. Verificar o funcionamento do hidrômetro e registrar a leitura em formulário próprio para controle de consumo diário de água.

PMOC-4.11.2. MENSALMENTE:

PMOC-4.11.2.1. Verificar o funcionamento do hidrômetro e efetuar sua limpeza;

PMOC-4.11.2.2. Verificar o funcionamento do registro geral, examinando (posição aberta/fechada) as condições de vedação;

PMOC-4.11.2.3. Verificar as condições da caixa do hidrômetro, efetuando a limpeza interna e externa, lubrificação e reaperto das dobradiças e fechos da tampa, correção dos focos de corrosão e retoques de pintura nas áreas afetadas;

PMOC-4.11.2.4. Verificar a ocorrência de perdas no sistema hidráulico, através da verificação do funcionamento do hidrômetro com o fechamento das válvulas e registros internos.



PMOC-5. Instalações de Ar Condicionado, Climatização, Ventilação e Automação

- PMOC-5.1.1.** A metodologia de execução para os serviços de manutenção do sistema de ar condicionado deverá conter medidas básicas referentes aos procedimentos de verificação visual do estado de limpeza e manutenção de todos os componentes do sistema de climatização, de maneira a garantir a qualidade do ar interior e prevenir contra riscos à saúde dos ocupantes e demais usuários, de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, implantado nos termos das normas e instruções descritas na portaria n.º 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada, dentro do que for cabível no escopo dos serviços aqui descritos.
- PMOC-5.1.2.** A CONTRATADA deverá realizar a análise físico-química de água gelada, quando for o caso, e o seu respectivo tratamento, contendo no mínimo os seguintes parâmetros: alcalinidade, cloretos, sólidos dissolvidos, condutividade e pH.
- PMOC-5.1.3.** O desenvolvimento dessa análise físico-química abrangerá a manutenção preventiva e corretiva. A fase preventiva se dará com aplicação de produtos químicos para eliminar processos corrosivos, incrustação, desenvolvimento biológico, entre outros, com frequência semanal, balizada pela amostra da água coletada.
- PMOC-5.1.4.** Lastreado a esta análise a CONTRATADA deverá providenciar um relatório mensal contendo as informações dos parâmetros supracitados, a metodologia de pesquisa aplicada, cronograma de serviços prestados, a respectiva programação do próximo mês, bem como o anexo fotográfico dos equipamentos analisados.
- PMOC-5.1.5.** A CONTRATADA deverá realizar, quando demanda, a Análise Gravimétrica dos Dutos e Unidades de Fancoils, e semestralmente proceder com a coleta de ar ambiente em pelo menos 15 pontos da Edificação, através de empresas especializadas e de acordo com os padrões definidos pelas resoluções da ANVISA.
- PMOC-5.1.6.** O relatório de Análise Gravimétrica e Análise da Qualidade do Ar Interior, com os respectivos laudos técnicos, assinados por técnico responsável, deverá ser entregue para a FISCALIZAÇÃO até 30 (trinta dias) após as análises.
- PMOC-5.1.7.** A limpeza dos dutos, grelhas e afins será realizada pela CONTRATADA através de seus funcionários e com a utilização de equipamentos convencionais e/ou específicos.
- PMOC-5.1.8.** Caberá ainda à EQUIPE RESIDENTE, a operação da central de incêndio e para tanto a CONTRATADA deverá apresentar comprovação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o início da vigência do contrato, de que foi realizado treinamento aos funcionários que compõem a equipe operacional quanto à operação das funções básicas da Central de Incêndio.

PMOC-5.2. Equipamentos de Expansão Direta – TIPO SPLIT/ACJ

PMOC-5.2.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.2.1.1.** Limpeza da carcaça externa da evaporadora e acessórios em geral com pano úmido;
- PMOC-5.2.1.2.** Retirar os filtros e lavar com água e sabão neutro. Secar completamente e reinstalar;
- PMOC-5.2.1.3.** Medir diferencial de temperatura entre ar insuflado e retornado;
- PMOC-5.2.1.4.** Avaliar se o equipamento está resfriando corretamente;
- PMOC-5.2.1.5.** Inspeccionar a tubulação de dreno para evitar entupimentos;
- PMOC-5.2.1.6.** Verificar fecho das tampas e parafusos dos painéis do gabinete, ajustando o que precisar;
- PMOC-5.2.1.7.** Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- PMOC-5.2.1.8.** Verificação do posicionamento, fixação e balanceamento da hélice ou turbina;
- PMOC-5.2.1.9.** Verificar botoeiras e dispositivos de sinalização;
- PMOC-5.2.1.10.** Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;



PMOC-5.2.1.11. Verificar e corrigir obstrução de sujeira e aletas amassadas.

PMOC-5.2.2. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.2.2.1. Limpeza completa da evaporadora. Retirar e higienizar todas as partes desmontáveis. Usar máquina pressurizadora de água na lavagem. Usar produto bactericida homologado para climatização;
- PMOC-5.2.2.2. Medir a pressão do fluido refrigerante e corrigir níveis, se necessário. Avaliar se há vazamentos;
- PMOC-5.2.2.3. Limpar a unidade externa (condensadora) com jato de ar ou água sob baixa pressão.
- PMOC-5.2.2.4. Remover sujeiras como folhas e detritos que possam comprometer o desempenho.
- PMOC-5.2.2.5. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- PMOC-5.2.2.6. Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- PMOC-5.2.2.7. Verificar eletrodutos e conduítes;
- PMOC-5.2.2.8. Testar continuidade elétrica, apertar conexões elétricas afrouxadas;
- PMOC-5.2.2.9. Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamentos térmicos do gabinete, tubulações e dutos;
- PMOC-5.2.2.10. Medir pressões de funcionamento;
- PMOC-5.2.2.11. Medir pressões de equilíbrio;
- PMOC-5.2.2.12. Avaliar se há vazamentos no circuito de gás;
- PMOC-5.2.2.13. Reposição ou substituição do gás refrigerante caso necessário;
- PMOC-5.2.2.14. Manobrar válvulas de serviços do princípio ao fim do curso (se houver).

PMOC-5.2.3. ANUALMENTE

- PMOC-5.2.3.1. Limpeza química das serpentinas, aplicar solução desincrustante e enxaguar adequadamente.
- PMOC-5.2.3.2. Revisão total da tubulação de dreno. Limpar e desobstruir todo o sistema de drenagem;
- PMOC-5.2.3.3. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos;
- PMOC-5.2.3.4. Verificar e ajustar funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- PMOC-5.2.3.5. Verificar e ajustar todos os dispositivos do sistema;
- PMOC-5.2.3.6. Conferir e recuperar isolamento térmico dos tubos de cobre;
- PMOC-5.2.3.7. Verificar fixação do split na parede ou suporte.
- PMOC-5.2.3.8. Avaliar corrosões ou deformações na estrutura.
- PMOC-5.2.3.9. Conferir se há vazamentos no circuito de gás.
- PMOC-5.2.3.10. Identificar peças com desgaste crítico e recomendar substituição.
- PMOC-5.2.3.11. Verificar o desbalanceamento de tensão de acordo com especificação do fabricante;
- PMOC-5.2.3.12. Calibração dos controle e ajuste do termostato;
- PMOC-5.2.3.13. Medir os índices de CO₂, umidade relativa e contaminantes.
- PMOC-5.2.3.14. Emitir relatório conforme a Resolução RE nº 9.

PMOC-5.3. Serviço de limpeza para equipamentos TIPO SPLIT

PMOC-5.3.1. Limpeza completa:

- PMOC-5.3.1.1. Limpeza completa da evaporadora. Retirar e higienizar todas as partes desmontáveis. Usar produto bactericida homologado para climatização;
- PMOC-5.3.1.2. Limpar a unidade externa (condensadora) com jato de ar ou água sob baixa pressão.
- PMOC-5.3.1.3. Limpeza química das serpentinas, aplicar solução desincrustante e enxaguar adequadamente.
- PMOC-5.3.1.4. Limpar e desobstruir todo o sistema de dreno;
- PMOC-5.3.1.5. Limpeza da carcaça externa da evaporadora e acessórios em geral com pano úmido;
- PMOC-5.3.1.6. Retirar os filtros e lavar com água e sabão neutro. Secar completamente e reinstalar;

PMOC-5.4. Ventiladores e Exaustores

PMOC-5.4.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.4.1.1. Limpar externamente o ventilador/exaustor;



- PMOC-5.4.1.2. Limpar e trocar (se necessário) filtros de ar;
- PMOC-5.4.1.3. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- PMOC-5.4.1.4. Verificar e corrigir fixação e alinhamento das polias do motor e do ventilador/exaustor;
- PMOC-5.4.1.5. Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- PMOC-5.4.1.6. Verificar acoplamentos e juntas flexíveis (se houver);
- PMOC-5.4.1.7. Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- PMOC-5.4.1.8. Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- PMOC-5.4.1.9. Verificar e corrigir tampas soltas e vedação do gabinete;
- PMOC-5.4.1.10. Eliminar focos de oxidação;
- PMOC-5.4.1.11. Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- PMOC-5.4.1.12. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.4.2. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.4.2.1. Efetuar limpeza do (s) rotor (es);
- PMOC-5.4.2.2. Verificar a existência de pontos de oxidação e eliminá-los, caso existirem;
- PMOC-5.4.2.3. Efetuar a lubrificação dos mancais quando não forem de lubrificação permanente;
- PMOC-5.4.2.4. Reapertar parafusos dos mancais e suportes;
- PMOC-5.4.2.5. Verificar os interruptores e fusíveis;
- PMOC-5.4.2.6. Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- PMOC-5.4.2.7. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.4.3. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.4.3.1. Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico);
- PMOC-5.4.3.2. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos elétricos.

PMOC-5.4.4. ANUALMENTE

- PMOC-5.4.4.1. Repetir as rotinas descritas no item anterior;
- PMOC-5.4.4.2. Verificar a atuação do (s) relé (s) térmico (s);
- PMOC-5.4.4.3. Testar controles de temperatura e moto-reductor (damper), se existir;
- PMOC-5.4.4.4. Verificar o manejo dos dampers e corrigir, se necessário;
- PMOC-5.4.4.5. Verificar vazamento de ar nos colarinhos do ventilador;
- PMOC-5.4.4.6. Ajustar os dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, alarmes visuais, sonoros, flow switch, etc.;
- PMOC-5.4.4.7. Executar repintura do (s) equipamento (s), caso necessário;
- PMOC-5.4.4.8. Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- PMOC-5.4.4.9. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.5. Quadros e Conexões Elétricas de Ar Condicionado, Ventilação e Exaustão

PMOC-5.5.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.5.1.1. Limpar componentes e painel em geral;
- PMOC-5.5.1.2. Verificar e ajustar parafusos, terminais, fusíveis e chaves contadoras;
- PMOC-5.5.1.3. Verificar abertura e fechamento das chaves seccionadoras sem carga;
- PMOC-5.5.1.4. Verificar sequência de partida de todas as chaves elétricas;
- PMOC-5.5.1.5. Verificar e ajustar os sistemas de intertravamento elétrico-eletrônico;
- PMOC-5.5.1.6. Verificar aterramento;
- PMOC-5.5.1.7. Verificar e corrigir os pontos de aquecimento anormais;
- PMOC-5.5.1.8. Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores;
- PMOC-5.5.1.9. Eliminar focos de oxidação.

PMOC-5.5.2. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.5.2.1. Verificar oxidação e desgaste dos contadores e articuladores;
- PMOC-5.5.2.2. Verificar o estado dos parafusos de ajuste e bases de fusíveis.



PMOC-5.5.3. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.5.3.1. Verificar e trocar (se necessário) terminais e contatos de força e auxiliar;
- PMOC-5.5.3.2. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos barramentos;
- PMOC-5.5.3.3. Verificar eletrodutos e conduítes.

PMOC-5.5.4. ANUALMENTE

- PMOC-5.5.4.1. Verificar e ajustar os instrumentos de controle e segurança;
- PMOC-5.5.4.2. Verificar e ajustar a regulação dos relés temporizados e de proteção;
- PMOC-5.5.4.3. Medir aterramento;
- PMOC-5.5.4.4. Verificar regulagens de proteção através de transformadores do circuito de controle;
- PMOC-5.5.4.5. Retocar pintura.

PMOC-5.6. Central de Água Gelada

PMOC-5.6.1. DIARIAMENTE

- PMOC-5.6.1.1. Operação de todo o sistema;
- PMOC-5.6.1.2. Verificação da voltagem nas três fases;
- PMOC-5.6.1.3. Verificação da existência de ruídos anormais elétricos e mecânicos nos quadros elétricos;
- PMOC-5.6.1.4. Verificação do funcionamento das motobombas de água gelada;
- PMOC-5.6.1.5. Verificação das lâmpadas de sinalização de todos os quadros elétricos;
- PMOC-5.6.1.6. Verificação do funcionamento dos condicionadores e exaustores observando ruídos anormais e escoamento das bandejas e drenos;
- PMOC-5.6.1.7. Limpeza geral da casa de máquinas;
- PMOC-5.6.1.8. Preenchimento de folha de leitura do equipamento de resfriamento de líquido, conforme solicitado pela fiscalização da PF.

PMOC-5.7. Tubulação de Água Gelada:

PMOC-5.7.1. SEMANALMENTE

- PMOC-5.7.1.1. Vazamento, condensação, mangotes, suportes, braçadeiras e válvulas;
- PMOC-5.7.1.2. Verificação da integridade do revestimento térmico da tubulação, corrigindo quando necessário.

PMOC-5.7.2. MENSALMENTE

- PMOC-5.7.2.1. Verificação dos exaustores, das centrífugas e compressores;
- PMOC-5.7.2.2. Verificação dos contatos de força e auxiliares das contadoras dos moto-ventiladores e motobombas;
- PMOC-5.7.2.3. Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros das centrífugas e compressores;
- PMOC-5.7.2.4. Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros dos moto-ventiladores e motobombas;
- PMOC-5.7.2.5. Reaperto dos terminais e conexões elétricas nos quadros dos condicionadores e exaustores;
- PMOC-5.7.2.6. Ajuste das correias e alinhamento das polias dos moto-ventiladores e exaustores;
- PMOC-5.7.2.7. Verificação quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais dos motoventiladores e motobombas;
- PMOC-5.7.2.8. Verificação quanto ao aquecimento dos rolamentos e mancais condicionadores e exaustores;
- PMOC-5.7.2.9. Limpeza dos filtros e serpentinas das unidades de Fancoil;
- PMOC-5.7.2.10. Limpeza dos filtros e serpentinas dos condicionadores;
- PMOC-5.7.2.11. Verificação do estado do óleo lubrificante das bombas de água gelada, de condensação e de lavagem;
- PMOC-5.7.2.12. Lubrificação das motobombas, motoventiladores, condicionadores e exaustores;
- PMOC-5.7.2.13. Limpeza geral nos quadros elétricos de todo o sistema;
- PMOC-5.7.2.14. Limpeza das passagens de ventilação de todos os motores;



- PMOC-5.7.2.15. Aferição de todos os elementos de controles;
- PMOC-5.7.2.16. Teste de vazamento de gás em todo circuito frigorígeno;
- PMOC-5.7.2.17. Limpeza de todas as bandejas de água condensada;
- PMOC-5.7.2.18. Medição de sub-resfriamento dos compressores.
- PMOC-5.7.2.19. Coleta e análise química das águas geladas.

PMOC-5.7.3. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.7.3.1. Medição da resistência de isolamento dos compressores e motores;
- PMOC-5.7.3.2. Aferição das condições de trabalho dos compressores;
- PMOC-5.7.3.3. Verificação do aterramento dos quadros elétricos e motores do sistema
- PMOC-5.7.3.4. Reaperto das bases de fixação dos motores, ventiladores e bombas;
- PMOC-5.7.3.5. Reaperto dos mancais dos ventiladores, condicionadores exaustores;
- PMOC-5.7.3.6. Medição da condição de trabalho dos condicionadores exaustores;
- PMOC-5.7.3.7. Verificar limpeza do filtro Y de condensação.

PMOC-5.7.4. ANUALMENTE

- PMOC-5.7.4.1. Troca de óleo e filtros das centrífugas e compressores;
- PMOC-5.7.4.2. Verificação dos ajustes de controle de segurança das centrífugas e compressores;
- PMOC-5.7.4.3. Inspeccionar a purga;
- PMOC-5.7.4.4. Análise gravimétrica do ar e limpeza dos dutos;
- PMOC-5.7.4.5. Efetuar limpeza mecânica do condensador e evaporador (varetar);
- PMOC-5.7.4.6. Verificação do desbalanceamento de tensão (<2%).

PMOC-5.8. Fancoil/Fancolete:

PMOC-5.8.1. SEMANALMENTE

- PMOC-5.8.1.1. Limpar externa e internamente o condicionador;
- PMOC-5.8.1.2. Limpar e trocar (se necessário) os filtros de ar;
- PMOC-5.8.1.3. Limpar sistema de drenagem e bandeja de condensado;
- PMOC-5.8.1.4. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais.

PMOC-5.8.2. MENSALMENTE

- PMOC-5.8.2.1. Verificar e corrigir fixação e alinhamento de polias do ventilador;
- PMOC-5.8.2.2. Verificar estado e ajustar tensão das correias;
- PMOC-5.8.2.3. Verificar e sanar vazamento de água;
- PMOC-5.8.2.4. Verificar fechos das tampas e parafusos dos painéis, completando o que faltar;
- PMOC-5.8.2.5. Verificar funcionamento do sensor, controlador e atuador da válvula de água gelada;
- PMOC-5.8.2.6. Verificar operação dos dispositivos de sinalização e alarme (se houver);
- PMOC-5.8.2.7. Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- PMOC-5.8.2.8. Verificar e ajustar parafusos de fixação dos componentes;
- PMOC-5.8.2.9. Verificar operação dos dampers e splitters (se houver);
- PMOC-5.8.2.10. Verificar acoplamentos e juntas flexíveis;
- PMOC-5.8.2.11. Verificar estado das conexões flexíveis dos dutos (se houver);
- PMOC-5.8.2.12. Verificar atuação do comando pneumático (se houver);
- PMOC-5.8.2.13. Limpar casa de máquinas;
- PMOC-5.8.2.14. Limpar filtros de linha (de água).

PMOC-5.8.3. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.8.3.1. Eliminar focos de oxidação;
- PMOC-5.8.3.2. Lubrificar mancais (rolamentos não blindados);
- PMOC-5.8.3.3. Manobrar cada registro hidráulico do início ao fim do curso;
- PMOC-5.8.3.4. Verificar e corrigir revestimentos protetores e isolamento térmico do gabinete, tubulações, válvulas e dutos.

PMOC-5.8.4. SEMESTRALMENTE



- PMOC-5.8.4.1. Verificar e ajustar regulagem dos sensores de ambiente;
- PMOC-5.8.4.2. Verificar funcionamento das resistências de aquecimento e umidificação (se houver);
- PMOC-5.8.4.3. Verificar e ajustar atuação de válvula de 3 vias;
- PMOC-5.8.4.4. Verificar nível de água e funcionamento da bóia de alimentação da caixa de umidificação (se houver);
- PMOC-5.8.4.5. Verificar e limpar serpentina;
- PMOC-5.8.4.6. Verificar e ajustar dispositivos de medição, controle e segurança (como relé térmico, termostato, manômetro e termômetro);
- PMOC-5.8.4.7. Verificar e limpar contatos das chaves magnéticas.

PMOC-5.8.5. ANUALMENTE

- PMOC-5.8.5.1. Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- PMOC-5.8.5.2. Retocar pintura.

PMOC-5.9. Chiller:

PMOC-5.9.1. DIARIAMENTE

- PMOC-5.9.1.1. Limpar o equipamento e acessórios em geral;
- PMOC-5.9.1.2. Limpar casa de máquinas;
- PMOC-5.9.1.3. Verificar funcionamento da resistência de aquecimento do óleo do cárter;
- PMOC-5.9.1.4. Verificar o nível de óleo lubrificante do compressor;
- PMOC-5.9.1.5. Verificar registros e válvulas das tubulações de entrada e saída de água;
- PMOC-5.9.1.6. Medir e anotar as pressões de sucção e descarga dos compressores;
- PMOC-5.9.1.7. Medir e anotar a tensão e corrente elétrica em cada fase do compressor, comparando com a de placa;
- PMOC-5.9.1.8. Medir e anotar as temperaturas de entrada e saída de água gelada;
- PMOC-5.9.1.9. Verificar os visores das linhas de líquido, quanto a presença de umidade no sistema, quatro vezes ao dia;
- PMOC-5.9.1.10. Verificar o sistema Interlock elétrico da torre-motobomba, quatro vezes por dia.

PMOC-5.9.2. SEMANALMENTE

- PMOC-5.9.2.1. Fazer limpeza externa do compressor;
- PMOC-5.9.2.2. Verificar funcionamento de todos os dispositivos do quadro de comando do chiller;
- PMOC-5.9.2.3. Verificar eventuais vazamentos, condensação, mangotes, abraçadeiras e válvulas;
- PMOC-5.9.2.4. Verificar e corrigir os vazamentos no circuito de gás refrigerante;
- PMOC-5.9.2.5. Verificar e corrigir o isolamento das tubulações;

PMOC-5.9.3. MENSALMENTE

- PMOC-5.9.3.1. Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- PMOC-5.9.3.2. Medir e ajustar, se necessário, o superaquecimento e o sub-resfriamento do circuito de gás refrigerante;
- PMOC-5.9.3.3. Verificar eletrodutos e conduítes;
- PMOC-5.9.3.4. Fazer limpeza externa do compressor, do compressor e do evaporador.

PMOC-5.9.4. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.9.4.1. Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como pressostatos, termostatos, manômetros, termômetros, chaves de fluxo);
- PMOC-5.9.4.2. Manobrar cada registro hidráulica e válvula de serviço do início ao fim do curso;
- PMOC-5.9.4.3. Verificar e ajustar o funcionamento da válvula solenóide (se houver);
- PMOC-5.9.4.4. Fazer limpeza mecânica dos condensadores e evaporadores (se necessário);
- PMOC-5.9.4.5. Fazer limpeza das serpentinas do condensador;
- PMOC-5.9.4.6. Verificar o sistema Interlock elétrico da torre- bombas e chiller, quatro vezes por dia.

PMOC-5.9.5. ANUALMENTE



- PMOC-5.9.5.1. Verificar sequência de funcionamento do sistema elétrico (DRY – RUN) de acordo com tempos de sequência;
- PMOC-5.9.5.2. Verificar operação da válvula de expansão;
- PMOC-5.9.5.3. Analisar o estado do óleo dos compressores e trocar, se necessário;
- PMOC-5.9.5.4. Verificar e limpar rotores/hélices dos ventiladores;
- PMOC-5.9.5.5. Retocar pintura.

PMOC-5.10. Bomba de Água Gelada:

PMOC-5.10.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.10.1.1. Limpar externamente a bomba e motor;
- PMOC-5.10.1.2. Verificar e limpar filtros de sucção;
- PMOC-5.10.1.3. Verificar e limpar sistema de drenagem da água;
- PMOC-5.10.1.4. Verificar funcionamento dos purgadores de ar;
- PMOC-5.10.1.5. Verificar e ajustar gaxetas das bombas;
- PMOC-5.10.1.6. Verificar e corrigir nível de óleo das bombas;
- PMOC-5.10.1.7. Verificar e corrigir ruídos e vibrações anormais;
- PMOC-5.10.1.8. Verificar e reapertar flanges, abraçadeiras, juntas flexíveis e mangotes;
- PMOC-5.10.1.9. Verificar e eliminar vazamentos de água nas gaxetas dos registros e válvulas;
- PMOC-5.10.1.10. Limpar internamente o quadro de comando;
- PMOC-5.10.1.11. Verificar e corrigir fixação de terminais, cabos e conexões elétricas;
- PMOC-5.10.1.12. Verificar botoeiras, interruptores e sinalizadores do quadro de comando;
- PMOC-5.10.1.13. Verificar operação das chaves magnéticas;
- PMOC-5.10.1.14. Verificar dispositivos de proteção e circuitos de comando;
- PMOC-5.10.1.15. Verificar o funcionamento do fluxostato;
- PMOC-5.10.1.16. Eliminar focos de oxidação.

PMOC-5.10.2. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.10.2.1. Lubrificar mancais (rolamentos não blindados) dos motores e dos ventiladores;
- PMOC-5.10.2.2. Verificar eletrodutos e conduítes;
- PMOC-5.10.2.3. Verificar funcionamento das válvulas gaveta, globo e retenção (se houver);
- PMOC-5.10.2.4. Verificar alinhamento e acoplamento do conjunto motobomba;
- PMOC-5.10.2.5. Manobrar registros hidráulicos do princípio ao fim do curso.

PMOC-5.10.3. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.10.3.1. Trocar óleo de bomba;
- PMOC-5.10.3.2. Verificar e ajustar todos os dispositivos de medição, controle e segurança (como termostato, pressostato, manômetro, termômetro, temporizador e chave de fluxo);
- PMOC-5.10.3.3. Verificar e limpar contatos elétricos;
- PMOC-5.10.3.4. Verificar e ajustar parafusos de fixação da base;
- PMOC-5.10.3.5. Lubrificar registros hidráulicos.

PMOC-5.10.4. ANUALMENTE

- PMOC-5.10.4.1. Inspeccionar selo mecânico (se houver);
- PMOC-5.10.4.2. Inspeccionar válvula de retenção;
- PMOC-5.10.4.3. Retocar pintura do conjunto motobomba, tubulações e acessórios.

PMOC-5.11. Rede de dutos:

PMOC-5.11.1. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.11.1.1. Efetuar limpeza dos dutos, grelhas e trocadores de calor;
- PMOC-5.11.1.2. Efetuar alteração dos dutos e colarinhos, quando necessários;
- PMOC-5.11.1.3. Observar portaria no. 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração.



PMOC-5.12. Automação:

PMOC-5.12.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.12.1.1. Limpeza dos quadros de controle.
- PMOC-5.12.1.2. Reaperto de todos os terminais dos quadros de controle.
- PMOC-5.12.1.3. Verificação dos fusíveis dos quadros de controle.
- PMOC-5.12.1.4. Relatar os alarmes presentes na automação.
- PMOC-5.12.1.5. Inserir e verificar a programação mensal de feriados.
- PMOC-5.12.1.6. Verificar a tensão secundária de todos os transformadores de automação.

PMOC-5.12.2. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.12.2.1. Verificar a existência de Backup do sistema e realizar se necessário (Serviços a serem realizados sob a chancela de empresa autorizada pelo fabricante da automação). Medir valores, comparar com a leitura de todos os sensores de pressão, temperatura, válvulas de controle de fluxo de água e sinais das chaves de fluxo de ar e se necessário restabelecer o funcionamento correto.¹
- PMOC-5.12.2.2. Limpar contatos de todos os sensores da automação.
- PMOC-5.12.2.3. Reaperto geral de todos os contatos dos sensores de automação e manobrar disjuntores.
- PMOC-5.12.2.4. Verificar se os sets points de automação estão adequados.
- PMOC-5.12.2.5. Reinstalar ou Atualizar softwares das controladoras e corrigir/atualizar lógicas de programação se necessário.
- PMOC-5.12.2.6. Restabelecer toda comunicação entre controladoras, sensores e atuadores existentes no sistema de ar condicionado.

PMOC-5.12.3. ANUALMENTE

- PMOC-5.12.3.1. Funcionamento e configuração geral do sistema, relatando detalhadamente eventuais erros ou melhorias de código;
- PMOC-5.12.3.2. Análise qualitativa e quantitativa do tráfego de rede, detectando pacotes sem resposta;
- PMOC-5.12.3.3. Listagem de eventuais atualizações necessárias;
- PMOC-5.12.3.4. Abordar as ações corretivas requeridas e eventuais necessidades de substituição de Computadores, peças, controladores ou outros dispositivos, acompanhadas de proposta para fornecimento dos materiais necessários;
- PMOC-5.12.3.5. Sensores: abordar a calibração de cada sensor do equipamento, corrigindo o offset se necessário, informando os valores lidos e esperados;
- PMOC-5.12.3.6. Atuadores: tratar do funcionamento de cada atuador, o qual deve ser comandado a variar da posição 0 a 100%;
- PMOC-5.12.3.7. Restauração das configurações originais, caso solicitado;
- PMOC-5.12.3.8. Execução de backup das configurações e softwares, fornecendo os CD's a POLÍCIA FEDERAL;
- PMOC-5.12.3.9. Atualização da lista de feriados.

PMOC-5.13. Torres de Resfriamento

PMOC-5.13.1. MENSALMENTE

- PMOC-5.13.1.1. Verificar/corrigir ruídos e vibrações anormais;
- PMOC-5.13.1.2. Verificar/corrigir existência de vazamentos e nível de óleo redutor de velocidade (se existir);
- PMOC-5.13.1.3. Verificar o estado de alinhamento da(s) correia(s) do ventilador;
- PMOC-5.13.1.4. Verificar a fixação e alinhamento das polias do motor e ventilador (se existir);
- PMOC-5.13.1.5. Verificar e regular o nível de água, funcionamento da bóia d'água de reposição e interruptor de baixo nível (se existir);
- PMOC-5.13.1.6. Efetuar a limpeza do filtro de sucção;
- PMOC-5.13.1.7. Verificar e eliminar vazamentos de água;



- PMOC-5.13.1.8. Verificar e reapertar abraçadeiras e mangotes (se existir);
- PMOC-5.13.1.9. Verificar os pulverizadores e eliminadores de gotas;
- PMOC-5.13.1.10. Verificar/registrar tensões/desbalanceamentos entre fases dos motores dos ventiladores;
- PMOC-5.13.1.11. Verificar/registrar corrente/desbalanceamentos entre fases do(s) motor(es) do(s) ventiladores
- PMOC-5.13.1.12. Efetuar apertos dos terminais elétricos, parafusos e molas;
- PMOC-5.13.1.13. Verificar os níveis de aquecimento dos motores;
- PMOC-5.13.1.14. Verificar atuação e regulação do termostato;
- PMOC-5.13.1.15. Verificar e regular o funcionamento da(s) bóia(s) de reposição;
- PMOC-5.13.1.16. Verificar/Limpar a(s) bacia(s) de água da(s) torre(s) e drenos;
- PMOC-5.13.1.17. Inspeccionar canaletas de distribuição de água e eliminadores de gotículas;
- PMOC-5.13.1.18. Verificar e completar o nível de óleo redutor de velocidade, se existir;
- PMOC-5.13.1.19. Verificar o estado de conservação do(s) equipamento(s);
- PMOC-5.13.1.20. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.13.2. TRIMESTRALMENTE

- PMOC-5.13.2.1. Lubrificar os mancais e rolamentos do(s) motor(es);
- PMOC-5.13.2.2. Lubrificar os mancais e rolamentos do(s) ventilador(es) (quando não forem de lubrificação permanente);
- PMOC-5.13.2.3. Reapertar parafusos dos mancais e suportes;
- PMOC-5.13.2.4. Medir/registrar a temperatura de retorno/saída de água, bem como ar exterior (B.S. / B.U);
- PMOC-5.13.2.5. Verificar a existência de pontos de oxidação e eliminá-los, caso existirem;
- PMOC-5.13.2.6. Verificar a atuação do (s) temporizador (es);
- PMOC-5.13.2.7. Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- PMOC-5.13.2.8. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.13.3. SEMESTRALMENTE

- PMOC-5.13.3.1. Repetir as rotinas descritas no item anterior;
- PMOC-5.13.3.2. Trocar o óleo do redutor de velocidade (se existir);
- PMOC-5.13.3.3. Manobrar cada registro hidráulico, do princípio ao fim do curso, voltando-o à posição original;
- PMOC-5.13.3.4. Efetuar medições e registrar isolamento(s) do(s) motor(es);
- PMOC-5.13.3.5. Verificar o estado de conservação do(s) equipamento(s);
- PMOC-5.13.3.6. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.

PMOC-5.13.4. ANUALMENTE

- PMOC-5.13.4.1. Repetir as rotinas descritas no item anterior;
- PMOC-5.13.4.2. Efetuar limpeza da (s) bacia (s) de água da (s) torre (s);
- PMOC-5.13.4.3. Efetuar limpeza do enchimento (mecânica ou química);
- PMOC-5.13.4.4. Verificar a atuação do (s) relé (s) térmico (s);
- PMOC-5.13.4.5. Verificar o estado das superfícies dos contatos das chaves magnéticas e relés de umidade;
- PMOC-5.13.4.6. Ajustar os dispositivos de segurança e controle, tais como: relés térmicos, flow switch, alarmes visuais, sonoros, bóia de nível , etc...;
- PMOC-5.13.4.7. Trocar o óleo do redutor de velocidade (se existir);
- PMOC-5.13.4.8. Executar repintura do (s) equipamento (s), caso necessário;
- PMOC-5.13.4.9. Verificar o estado de conservação do (s) equipamento (s);
- PMOC-5.13.4.10. Registrar os dados levantados, bem como os itens substituídos, no relatório.



PMOC-6. Elevadores Automotivos

PMOC-6.1. Mensalmente

- PMOC-6.1.1.* Completar o óleo nas colunas: Preencher o reservatório de óleo de cada coluna até o nível indicado e com o óleo específico.

PMOC-6.2. Bimestralmente

- PMOC-6.2.1.* Chave de Acionamento: Verificar funcionamento das articulações e lubrificar com óleo.

PMOC-6.3. Trimestralmente

- PMOC-6.3.1.* Engraxar a corrente da base: Abrir a tampa da calha da base, aplicar a graxa especificada em toda a extensão (nunca aplicar com as mãos).
- PMOC-6.3.2.* Verificar tensão da corrente da base: Caso necessário, soltar os parafusos da coluna e tensionar a corrente de maneira que pressionando com dois dedos o lado externo da corrente se obtenha de três a quatro centímetros de folga. Fechar a tampa da calha da base.
- PMOC-6.3.3.* Verificação de anéis elásticos: Verificar o correto encaixe dos anéis elásticos nos pinos dos braços. Trocar se danificados ou inexistentes.
- PMOC-6.3.4.* Verificar estado e tensão da correia: Retirar a tampa da proteção da correia na coluna do motor. Verificar o estado de conservação da correia e apertá-la através dos parafusos do suporte do motor de maneira que com dois dedos se consiga torcê-la de 60 a 90 graus. Proceder ao aperto da correia de maneira que não altere o alinhamento das polias.
- PMOC-6.3.5.* Conservação das sapatas de sustentação do veículo: Verificar o estado das sapatas e trocá-las caso possam comprometer a estabilidade ou sustentação do veículo
- PMOC-6.3.6.* Verificação da chave elétrica: Retirar a capa de proteção da chave e inspecionar os contatos e isolamentos. Não podem apresentar deformações, rachaduras ou danificações. Substituir caso necessário.
- PMOC-6.3.7.* Funcionamento do sistema de acionamento: Verificar se o sistema de acionamento da chave elétrica permite acionamento e desacionamento total da chave e se o batente final de curso da vareta garante o desligamento.
- PMOC-6.3.8.* Ruídos e vibrações: Verificar a ocorrência de ruídos ou vibrações excessivas durante o uso do equipamento.

APÊNDICE III ATRIBUIÇÕES GERAIS DA EQUIPE RESIDENTE

RES-1. Manutenção Preventiva (Equipe Residente)

RES-1.1.1. Abaixo descreve-se, de forma não exaustiva, as atividades relacionadas a manutenção PREVENTIVA para os sistemas e subsistemas.

RES-1.2. Instalações Elétricas

RES-1.2.1. As Inspeções elétricas deverão ser realizadas em até **30 (trinta)** dias da data de início dos serviços, preferencialmente nos meses de janeiro ou fevereiro, notadamente meses de elevado consumo de energia elétrica, sendo realizada através de instrumentos e equipamentos que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizada.

RES-1.2.2. Caberá à CONTRATADA a correção e acompanhamento das irregularidades apontadas no relatório.

RES-1.3. Inspeção Termográfica

RES-1.3.1.1. **ANUALMENTE:** A CONTRATADA deverá realizar Inspeção Termográfica utilizando termovisor, anualmente ou eventualmente, quando solicitada pela Fiscalização ou Responsável Técnico da CONTRATADA, nas instalações a seguir indicadas:

RES-1.3.1.1.1. Quadro Geral de Força;

RES-1.3.1.1.2. Quadros de Distribuição de Luz e Força;

RES-1.3.1.1.3. Quadros de Comando (Geradores, Bombas, etc.);

RES-1.3.1.1.4. Quadros dos circuitos de tomada e iluminação dos pavimentos;

RES-1.3.1.1.5. Quadros de circuitos de energia estabilizada (Nobreak);

RES-1.3.1.1.6. Outros locais indicados pela Fiscalização ou Responsável Técnico da CONTRATADA;

RES-1.4. Inspeção e Análise de Energia Elétrica

RES-1.4.1.1. **ANUALMENTE:** A CONTRATADA deverá realizar inspeção com equipamento analisador de energia, anualmente ou eventualmente quando solicitado pela Fiscalização ou Responsável Técnico da CONTRATADA, em todos os cabeamentos do QGBT ou nos locais indicados por estes, contendo:

RES-1.4.1.1.1. Diagnóstico energético completo da instalação

RES-1.4.1.1.2. Qualidade de energia;

RES-1.4.1.1.3. Levantamento de curvas de carga;

RES-1.4.1.1.4. Diagnósticos de distorções harmônicas;

RES-1.4.1.1.5. Correção de fator de potência;

RES-1.4.1.1.6. Resistência dos cabos elétricos alimentadores;

RES-1.4.1.1.7. Testes de isolamento à corrente contínua;

RES-1.4.1.1.8. Levantamento de demandas;

RES-1.4.1.1.9. Conservação de energia;

RES-1.5. Inspeção do Sistema de Aterramento

RES-1.5.1.1. **ANUALMENTE:** A CONTRATADA deverá realizar inspeção com equipamento analisador de aterramento (Terrômetro), anualmente ou eventualmente quando solicitado pela Fiscalização Técnica ou Engenheiro Responsável da CONTRATADA, contendo:

RES-1.5.1.1.1. Inspeção da malha de aterramento e suas condições normais de uso, conexões, malha de cobre nu, etc.;

RES-1.5.1.1.2. Inspeção das condições de uso das ligações entre aterramento e os estabilizadores;

RES-1.5.1.1.3. A resistência ôhmica que não poderá superar 10 (dez) Ohms, adotando as medidas de correção, quando necessário;

RES-1.5.1.1.4. Medição dos índices de umidade e alcalinidade do solo do aterramento, mantendo-o dentro dos padrões normais;

RES-1.5.2. As Inspeções deverão ser realizadas em até 30 (trinta) dias da data de início dos serviços, preferencialmente nos meses de janeiro ou fevereiro, notadamente meses de elevado consumo de energia elétrica, sendo realizada através de instrumentos e equipamentos que possibilite o registro das imagens térmicas geradas, de forma fotográfica ou digitalizada.



RES-1.5.3. Para todas as inspeções a CONTRATADA deverá apresentar relatório completo, em arquivo digital, preferencialmente extensão PDF, assinado por engenheiro Eletricista responsável contendo as leituras, dos pontos considerados críticos e/ou suspeitos e indicando providências a serem tomadas, com cronograma de serviço para regularização das falhas apontadas, devendo ser entregue à Fiscalização em até 15 (quinze) dias a contar do último dia de realização da inspeção.

RES-1.5.4. Caberá à CONTRATADA a correção e acompanhamento das irregularidades apontadas no relatório.

RES-2. Manutenção e conservação de equipamento de musculação

RES-2.1. Mensalmente

RES-2.1.1. EQUIPAMENTOS DE MUSCULAÇÃO

- RES-2.1.1.1.** Limpeza da estruturas dos equipamentos, polias e pesos;
- RES-2.1.1.2.** Lubrificação das partes móveis dos equipamentos;
- RES-2.1.1.3.** Verificação de desgaste nos cabos, polias e guias;
- RES-2.1.1.4.** Inspeção visual de ferrugem nos equipamento;
- RES-2.1.1.5.** Verificação de alinhamento das estruturas barras, trilhos e suportes;
- RES-2.1.1.6.** Reaperto de porcas, parafusos, freios e mancais.

RES-3. Manutenção e conservação do Estande de Tiro

RES-3.1. Semanalmente

RES-3.1.1. ESTANDE DE TIRO

- RES-3.1.1.1.** Remoção de cartuchos vazio e outro detritos do chão e da mesa;
- RES-3.1.1.2.** Verificação de danos estruturais;
- RES-3.1.1.3.** Verificação de integridade do anteparo de projéteis ;
- RES-3.1.1.4.** Lubrificação e limpeza dos trilhos dos *target*;
- RES-3.1.1.5.** Verificação/limpeza dos filtros, dutos de ventilação e proteção acústica;
- RES-3.1.1.6.** Verificação de controle de Acesso;
- RES-3.1.1.7.** Inspeção de luminárias do estande.

RES-4. Manutenção Corretiva (Equipe Residente)

RES-4.1.1. Abaixo descreve-se, de forma não exaustiva, as atividades relacionadas a manutenção CORRETIVA para os sistemas e subsistemas.

RES-4.1.2. Instalações Elétricas

RES-4.2. Quadro Geral de Força

- RES-4.2.1.1.** Trocar disjuntores quando houver necessidade;
- RES-4.2.1.2.** Substituição de Amperímetro e/ou Voltímetro quando necessário;
- RES-4.2.1.3.** Se forem evidenciados sinais de corrosão ou desgaste nas partes metálicas expostas, efetuar a limpeza, combater a corrosão e/ou efetuar substituição.

RES-4.3. Quadros de Distribuição de Luz e Força

- RES-4.3.1.1.** Substituir disjuntores;
- RES-4.3.1.2.** Substituir barramentos;
- RES-4.3.1.3.** Substituir conexões diversas, terra e neutro.

RES-4.4. Quadros de Comando

- RES-4.4.1.1.** Substituição de fusíveis, contadores, relés diversos, sinalizadores, botoeiras, chave seletora, terminais e conexões elétricas.



RES-4.5. Iluminação Geral

- RES-4.5.1.1. Substituição de lâmpadas queimadas, reatores danificados e inoperantes, soquetes, luminárias, difusores, spots e plafonier.

RES-4.6. Tomada de Piso/Painéis (Paredes, Divisórias)

- RES-4.6.1.1. Substituição de tomadas danificadas e inoperantes, parafusos e terminais, espelhos de bronze e de baquelite.

RES-4.7. Sistema de Aterramento

- RES-4.7.1.1. Substituição de conectores;
RES-4.7.1.2. Refazer ponto de solda isotérmica;
RES-4.7.1.3. Executar a medição da resistência da malha de aterramento quando necessário;
RES-4.7.1.4. Aplicar produtos químicos para melhorar as características de resistência do solo quando necessário.

RES-4.8. Rede Elétrica Comum e Estabilizada

- RES-4.8.1.1. Acréscimo de circuitos;
RES-4.8.1.2. Substituição de cabos;
RES-4.8.1.3. Balanceamento de circuitos.

RES-4.9. Instalação de Combate a Incêndio

- RES-4.9.1. Reposição de registros e acessórios faltantes, inoperantes e/ou avariados;
RES-4.9.2. Substituir mangueiras danificadas e/ou em mau estado de conservação;
RES-4.9.3. Substituir portas das caixas de incêndio danificadas ou em mau estado de conservação;
RES-4.9.4. Instalar sinalizadores padronizados;
RES-4.9.5. Executar pintura das caixas de incêndio.

RES-4.10. Instalações Hidráulicas e Sanitárias

- RES-4.10.1. Substituição de válvulas de descarga dos sanitários;
RES-4.10.2. Substituir metais sanitários;
RES-4.10.3. Substituir louças sanitárias;
RES-4.10.4. Substituir tubulação hidráulica e/ou sanitária;
RES-4.10.5. Instalação de tubulação hidráulica de PVC rígido para água fria, com todas as suas conexões, registros e demais itens;
RES-4.10.6. Instalação de tubulação hidráulica de PVC rígido para água quente, com todas as suas conexões, registros e demais itens;
RES-4.10.7. Instalação de tubulação hidráulica de PVC rígido para esgoto, com todas as suas conexões, registros, ralos, fechos hídricos, caixas, e demais itens;
RES-4.10.8. Instalação de tubulação hidráulica de ferro fundido águas pluviais, com todas as suas conexões, registros, ralos, fechos hídricos, caixas, e demais itens;
RES-4.10.9. Providenciar intervenções de emergência e de contingência;
RES-4.10.10. Manutenção e limpeza nos reservatórios e caixas de água;
RES-4.10.11. Substituição de válvulas de pé e de retenção, registros, torneiras de bóia e automáticos;
RES-4.10.12. Bombas de recalque e esgoto;
RES-4.10.13. Reparar a carcaça dos motores em caso de corrosão e/ou substituí-las;
RES-4.10.14. Substituir válvulas de retenção;
RES-4.10.15. Efetuar eventuais troca de peças ou equipamentos, quando sua recuperação se tornar inviável;
RES-4.10.16. Proceder a toda e qualquer intervenção, no local ou fora dele, para garantir o bom funcionamento do sistema de bombeamento, inclusive as bombas reserva.

RES-5. Manutenções Diversas (Equipe Residente)

- RES-5.1.1. Abaixo descreve-se, de forma não exaustiva, as atividades relacionadas a manutenções DIVERSAS para os sistemas e subsistemas.



- RES-5.1.2. Recuperação de peças metálicas, com eliminação de todos os focos de ferrugem e substituição de partes sem condições de recuperação, efetuando a troca/colocação de baguetes, travessas e montantes onde for necessário;
- RES-5.1.3. Confecção e instalação de gradis de proteção, suportes para o sistema de ar condicionado e demais peças em ferro soldado;
- RES-5.1.4. Retirada das unidades de vidros danificadas e o assentamento das novas peças com utilização de massa apropriada e eventuais substituições de baguetes e/ou parafusos. A vedação dos vidros a serem instalados deverá ser feita com silicone apropriado;
- RES-5.1.5. A substituição de vidros prevê todas as etapas para a troca desejada. No caso dos vidros das fachadas, incluir-se-ão as etapas de retirada de vidros avariados, limpeza e tratamento adequado do local para instalação do vidro novo; posicionamento do vidro novo com aplicação do material apropriado; limpeza do ambiente, além dos transportes horizontais e verticais, ou quaisquer outras ações e serviços complementares;
- RES-5.1.6. Não será permitido a execução da instalação dos vidros sem os equipamentos de proteção individuais;
- RES-5.1.7. Os serviços serão executados com a técnica necessária para que a retirada dos vidros fissurados e quebrados, de modo que não ofereça perigo aos servidores, visitantes e aos trabalhadores envolvidos;
- RES-5.1.8. Executar os serviços de montagem, desmontagem e manutenção de painéis de divisórias e de portas;
- RES-5.1.9. Troca ou reparo em divisórias, inclusive troca de peças e elementos que as compõem;
- RES-5.1.10. Executar os serviços de montagem, desmontagem e manutenção de mobiliários e persianas;
- RES-5.1.11. Reparação e substituição de pisos diversos, inclusive porcelanato;
- RES-5.1.12. Melhoria e conserto em pastilhas e demais revestimentos, internos ou externos;
- RES-5.1.13. Execução de pintura, interna ou externa;
- RES-5.1.14. Reparação de fachadas;
- RES-5.1.15. Reposição de juntas de dilatação;
- RES-5.1.16. Substituição de forros e seus demais componentes;
- RES-5.1.17. Reparação em elementos estruturais, com aplicação de concreto ou massa cimento, incluído reforço de ferragem;
- RES-5.1.18. Trabalhos em alvenarias, inseridos aqui reboco e chapisco para correção;
- RES-5.1.19. Reparação de impermeabilização, aqui inseridas em manta asfáltica, acrílica, ou outro tipo específico;
- RES-5.1.20. Reparação, recuperação de telhados e instalação de telhas;
- RES-5.1.21. Recuperação de pavimentação ou calçada por concreto, asfalto frio ou outro material originalmente instalado;
- RES-5.1.22. Recuperação em esquadrias, portas, janelas, portões e outros elementos específicos;
- RES-5.1.23. Efetuar passagem de cabos de rede ou outros cabos lógicos de dados por tubulações internas ou externas;
- RES-5.1.24. Efetuar a crimpagem de conectores apropriados para cada tipo de sistema;
- RES-5.1.25. Instalação de interruptores simples, paralelos ou three-way;



- RES-5.1.26. Instalação e troca de luminárias e reatores, inclusive utilizando técnica de rapel ou outro meio adequado;
- RES-5.1.27. Instalação e limpeza de calhas, dutos e canaletas;
- RES-5.1.28. Limpeza de caixa d'água e cisternas;
- RES-5.1.29. Limpeza/troca e instalação de filtros de ar condicionado ou renovação de ar;
- RES-5.1.30. Nos dois itens anteriores e em outros que ocorram em altura, as manutenções podem ocorrer em alturas superiores a 5 metros, como super-postes, calhas elevadas e fachadas. Deverá ser utilizado o meio adequado, atendendo as normas de segurança pertinentes;
- RES-5.1.31. Instalação e manutenção de quadros elétricos e protetores de surto;
- RES-5.1.32. Instalação e manutenção de bancos de capacitores;
- RES-5.1.33. Instalação e manutenção de sistemas de monitoramento e alarme;
- RES-5.1.34. Instalação e manutenção de sistema de cerca elétrica;
- RES-5.1.35. Instalação e manutenção de partes do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas.
- RES-5.1.36. Instalação de novos circuitos elétricos e cabos diversos para:
 - RES-5.1.36.1. Estações de trabalho;
 - RES-5.1.36.2. Tomadas de uso geral e específico;
 - RES-5.1.36.3. Circuitos elétricos para ar condicionado;
 - RES-5.1.36.4. Iluminação;
 - RES-5.1.36.5. Impressoras e aparelhos de fax;
 - RES-5.1.36.6. Outros equipamentos elétricos;
 - RES-5.1.36.7. Pontos de rede;
 - RES-5.1.36.8. Circuitos diversos quando requisitados.



APÊNDICE IV MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

ESP-1. Sistema de Geração de Energia de Emergência – Grupo Gerador

- ESP-1.1.1. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do início do contrato de manutenção, fazer levantamento junto às fabricantes de todos os geradores qual é a rotina de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva realizada pela equipe residente, pela equipe eventual e pela equipe especializada, para que seja elaborado pela CONTRATADA a rotina do Plano de Manutenção dos referidos equipamentos, sendo assim revisto o Plano de Manutenção constante neste Anexo.
- ESP-1.1.2. As manutenções corretivas ou chamadas de emergência que porventura ocorram deverão ser atendidas prontamente independente de dia ou horário num prazo máximo de 2 (duas) horas;
- ESP-1.1.3. Deverão ser atendidos rigorosamente os itens de manutenção descritos no Manual do Fabricante;
- ESP-1.1.4. Todo equipamento que necessitar ser removido para conserto em oficinas só será removido mediante prévia autorização do gestor da execução do contrato;
- ESP-1.1.5. Após cada manutenção, deverá ser apresentado um relatório circunstanciado, com a relação dos serviços constantes no plano de manutenção preventiva;
- ESP-1.1.6. As peças substituídas serão entregues à unidade gestora do contrato.

ESP-1.2. TRIMESTRAL

- ESP-1.2.1. Realizar limpeza no Grupo Gerador;
- ESP-1.2.2. Realizar limpeza do Painel de Controle;
- ESP-1.2.3. Reaperto das conexões das mangueiras;
- ESP-1.2.4. Reaperto dos chicotes elétricos do equipamento do motor e painel;
- ESP-1.2.5. Verificar existências de vazamento no equipamento;
- ESP-1.2.6. Verificar nível da água do radiador;
- ESP-1.2.7. Verificar estado do líquido de arrefecimento do radiador;
- ESP-1.2.8. Verificar estado das mangueiras do sistema de arrefecimento do motor;
- ESP-1.2.9. Verificar funcionamento do sistema de pré-aquecimento do motor;
- ESP-1.2.10. Verificar estado das mangueiras de pré-aquecimento do motor;
- ESP-1.2.11. Verificar estado do radiador;
- ESP-1.2.12. Verificar estado das correias do motor;
- ESP-1.2.13. Verificar funcionamento da bomba d'água do motor;
- ESP-1.2.14. Verificar funcionamento do motor de partida;
- ESP-1.2.15. Verificar funcionamento do solenóide do motor;
- ESP-1.2.16. Verificar funcionamento do pressostato do motor;
- ESP-1.2.17. Verificar nível do óleo diesel;
- ESP-1.2.18. Verificar estado das mangueiras/ tubulação do sistema de diesel;
- ESP-1.2.19. Verificar nível de óleo lubrificante;



- ESP-1.2.20. Drenar óleo diesel do tanque (se o sistema permitir);
- ESP-1.2.21. Verificar e limpar filtro;
- ESP-1.2.22. Verificar da solução da bateria;
- ESP-1.2.23. Verificar estado dos cabos da bateria;
- ESP-1.2.24. Verificar os terminais da bateria;
- ESP-1.2.25. Verificar tensão nas baterias;
- ESP-1.2.26. Verificar queda de tensão;
- ESP-1.2.27. Verificar funcionamento do gerador;
- ESP-1.2.28. Verificar ruídos estranhos com o gerador em funcionamento;
- ESP-1.2.29. Verificar ruídos estranhos com motor em movimento;
- ESP-1.2.30. Verificar a ventilação da sala do grupo gerador (fluxo do ar);
- ESP-1.2.31. Reaperto da base do gerador;

ESP-1.3. SEMESTRALMENTE:

- ESP-1.3.1. Troca de óleo lubrificante do motor;
- ESP-1.3.2. Troca de elemento ou filtro de óleo do motor;
- ESP-1.3.3. Trocar elemento ou filtro by-pass do sistema de lubrificante se houver;
- ESP-1.3.4. Trocar elemento ou filtro de combustível do motor;
- ESP-1.3.5. Trocar líquido de arrefecimento do motor;
- ESP-1.3.6. Trocar elemento ou filtro do sistema de arrefecimento do motor;
- ESP-1.3.7. Verificar tensão das correias;
- ESP-1.3.8. Recolher amostra de óleo lubrificante do equipamento para análise em laboratório;
- ESP-1.3.9. Recolher amostra de óleo diesel para análise em laboratório;

ESP-1.4. ANUALMENTE

- ESP-1.4.1. Trocar elemento ou filtro de ar do motor;
- ESP-1.4.2. Verificar resistência de isolamento do gerador;
- ESP-1.4.3. Inspeccionar rolamentos do gerador;
- ESP-1.4.4. Inspeccionar os diodos do gerador;
- ESP-1.4.5. Trocar baterias de partida do motor;
- ESP-1.4.6. Trocar bateria auxiliar do módulo de controle (se possuir);
- ESP-1.4.7. Trocar mangueiras do sistema de arrefecimento;
- ESP-1.4.8. Troca das correias;
- ESP-1.4.9. Limpeza externa do radiador sem desmontagem em condições de ambiente não insalubre;
- ESP-1.4.10. Examinar a folga axial do tubo compressor;



- ESP-1.4.11. Limpar a turbina e o difusor do turbo compressor;
- ESP-1.4.12. Limpar e calibrar os injetores em bancada;
- ESP-1.4.13. Limpar e calibrar a bomba de combustível em bancada;
- ESP-1.4.14. Recondicionar e/ ou turbocompressor em bancada;
- ESP-1.4.15. Recondicionar e/ou substituir amortecedores de vibrações;
- ESP-1.4.16. Recondicionar e/ou substituir a bomba d'água;
- ESP-1.4.17. Recondicionar e/ou substituir o cubo do ventilador;
- ESP-1.4.18. Recondicionar e/ou substituir a polia tensora;
- ESP-1.4.19. Revisão completa;

ESP-1.5. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS:

ESP-1.6. Tanque de Combustível:

- ESP-1.6.1. Avaliar o estado de conservação do tanque;
- ESP-1.6.2. Verificar o nível do combustível na data;
- ESP-1.6.3. Verificar vazamentos pelas conexões/tubulações;
- ESP-1.6.4. Drenar para verificar o teor de água e impurezas;
- ESP-1.6.5. Drenar água e sedimentos do filtro tipo RACOR;
- ESP-1.6.6. Verificar respiro do tanque;
- ESP-1.6.7. Verificar se o tanque se mantém instalado na mesma posição onde o nível máximo do combustível não deve exceder a linha dos cabeçotes do motor (para motores Cummins).

ESP-1.7. Sistema de combustível e filtros:

- ESP-1.7.1. Verificar as mangueiras e as tubulações de óleo combustível;
- ESP-1.7.2. Verificar qualidade (marca homologada) dos filtros instalados;
- ESP-1.7.3. Controlar e registrar a necessidade de troca dos filtros em conformidade com as normas do fabricante. Sistema de óleo lubrificante e filtros:
- ESP-1.7.4. Verificar o nível de óleo lubrificante;
- ESP-1.7.5. Verificar temperatura do óleo lubrificante;
- ESP-1.7.6. Verificar pressão do óleo lubrificante;
- ESP-1.7.7. Verificar vazamentos em juntas e bujões;
- ESP-1.7.8. Realizar limpeza do respiro do cárter;
- ESP-1.7.9. Controlar e registrar a necessidade de troca de óleo do cárter e dos filtros em conformidade com as normas do fabricante;
- ESP-1.7.10. Controlar a necessidade de troca do elemento do filtro de respiro do cárter em conformidade com as normas do fabricante;
- ESP-1.7.11. Verificar qualidade (marca homologada) dos filtros instalados.



ESP-1.8. Radiador ou Intercambiador:

- ESP-1.8.1. Verificar nível da água de arrefecimento;
- ESP-1.8.2. Controlar e registrar a necessidade de troca da água e anticorrosivo de acordo com as normas do fabricante;
- ESP-1.8.3. Verificar funcionamento e fixação;
- ESP-1.8.4. Controlar e registrar a necessidade de limpeza sob pressão, em nível de oficina;
- ESP-1.8.5. Verificar as mangueiras do radiador ou intercambiados;
- ESP-1.8.6. Verificar temperatura da água de arrefecimento;
- ESP-1.8.7. Verificar a existência de vazamentos na linha de arrefecimento;
- ESP-1.8.8. Medir a cada 90 dias, a concentração do anticorrosivo (0,66 un/l) e providenciar que se faça a adição quando necessário;
- ESP-1.8.9. Controlar e registrar a troca do filtro da água de arrefecimento;
- ESP-1.8.10. Verificar a qualidade (marca homologada) do filtro instalado.

ESP-1.9. Bomba d'água:

- ESP-1.9.1. Verificar vazamentos e funcionamento.

ESP-1.10. Ventilador:

- ESP-1.10.1. Verificar tensão da correia, fixação da grade de proteção e estado das pás e parafusos.

ESP-1.11. Resfriador de óleo:

- ESP-1.11.1. Verificar a conservação, fixação e vedação.

ESP-1.12. Bomba injetora e sistema de injeção:

- ESP-1.12.1. Verificar a fixação e reaperto da bomba injetora;
- ESP-1.12.2. Verificar vazamentos externos e reaperto nos injetores;
- ESP-1.12.3. Verificar a necessidade de ajustar válvulas de admissão e escape de acordo com as normas do fabricante;
- ESP-1.12.4. Verificar a necessidade de ajustar bicos injetores de acordo com as normas do fabricante (somente motores Cummins Linhas N, K e VT);
- ESP-1.12.5. Realizar limpeza do pick-up magnético;
- ESP-1.12.6. Ajustar a rotação do motor diesel;
- ESP-1.12.7. Verificar a necessidade de limpeza do pré-filtro da bomba alimentadora.

ESP-1.13. Filtro de Ar:

- ESP-1.13.1. Verificar conservação e fixação;
- ESP-1.13.2. Realizar limpeza no filtro do pré-filtro de ar e gamela coletora de pó;
- ESP-1.13.3. Verificar o indicador de restrição;
- ESP-1.13.4. Controlar e registrar a necessidade de troca do elemento filtrante de acordo com as normas do fabricante;
- ESP-1.13.5. Verificar qualidade (marca homologada) do filtro de ar instalado;



ESP-1.13.6. Verificar a limpeza interna da tubulação do pós-filtro e anterior à turbina.

ESP-1.14. Turbinas:

ESP-1.14.1. Verificar vazamentos externos, conservação e fixação;

ESP-1.14.2. Verificar folga dos turbocompressores;

ESP-1.14.3. Controlar e registrar a necessidade de revisão das turbinas, em nível de oficina de acordo com as normas do fabricante.

ESP-1.15. Sistema de partida:

ESP-1.15.1. Verificar motor de partida;

ESP-1.15.2. Verificar chave de partida e contatos elétricos;

ESP-1.15.3. Medir o nível de tensão e densidade das baterias;

ESP-1.15.4. Revisar terminais de baterias;

ESP-1.15.5. Monitorar a necessidade de substituição das baterias após 2 (dois) anos de uso, aproximadamente.

ESP-1.16. Proteções do Motor:

ESP-1.16.1. Simular eletricamente atuação do termostato de desligamento por alta temperatura d'água;

ESP-1.16.2. Simular eletricamente a atuação do pressostato de desligamento por baixa pressão do óleo;

ESP-1.16.3. Verificar a atuação do sensor de sobre velocidade (parâmetro 65/66 HZ);

ESP-1.16.4. Verificar eletricamente a atuação do sensor de baixo nível d'água do radiador/intercambiador, quando existente;

ESP-1.16.5. Verificar a atuação da válvula de fluxo d'água do intercambiador quando existente.

ESP-1.17. Outras verificações:

ESP-1.17.1. Verificar ruídos estranhos e/ou anormais do motor;

ESP-1.17.2. Verificar tensão, desgaste e vida útil das correias;

ESP-1.17.3. Verificar as condições de funcionamento dos instrumentos;

ESP-1.17.4. Verificar fiação, estado do sensor e valor ajustado do sistema de pré-aquecimento;

ESP-1.17.5. Verificar amortecedores de vibrações;

ESP-1.17.6. Realizar limpeza do (s) grupo (s) gerador (es).

ESP-1.18. Gerador:

ESP-1.18.1. Verificar estado de conservação e realizar limpeza externa;

ESP-1.18.2. Verificar obstrução de passagens de ar internas e externas;

ESP-1.18.3. Avaliar a temperatura da carcaça do estator;

ESP-1.18.4. Realizar aperto dos terminais de força e de comando na saída do gerador;

ESP-1.18.5. Verificar e avaliar vibrações;

ESP-1.18.6. Verificar acoplamento, borrachas e aperto dos parafusos;

ESP-1.18.7. Realizar lubrificação dos rolamentos (de acordo com o modelo e tabela do fabricante);

ESP-1.18.8. Realizar reaperto dos tirantes (prisioneiros) do estator.



ESP-1.19. Regulador de Tensão do Gerador:

- ESP-1.19.1. Verificar os ajustes de tensão, ganho e estabilidade do regulador;
- ESP-1.19.2. Verificar o comportamento dinâmico com carga e sem carga no grupo gerador;
- ESP-1.19.3. Verificar ajuste de compensação de reativo (quando aplicado em grupos paralelos);
- ESP-1.19.4. Verificar conexões e contatos elétricos.

ESP-1.20. Regulador de Velocidade:

- ESP-1.20.1. Verificar ajustes de frequência, ganho e estabilidade;
- ESP-1.20.2. Verificar comportamento dinâmico com carga e sem carga;
- ESP-1.20.3. Verificar conexões e contatos elétricos;
- ESP-1.20.4. Revisar o sensor magnético (pick-up).

ESP-1.21. Carregador de bateria (retificador):

- ESP-1.21.1. Realizar medições e calibragem de corrente em carga e flutuação;
- ESP-1.21.2. Realizar medições e calibragem de tensão em carga e flutuação;
- ESP-1.21.3. Realizar simulação de defeitos no retificador;
- ESP-1.21.4. Verificar conexões e contatos elétricos;
- ESP-1.21.5. Verificar sensor de sobre velocidade;
- ESP-1.21.6. Verificar medições do sinal emitido pelo sensor magnético (pick-up) ou tacogerador;
- ESP-1.21.7. Realizar ajuste da faixa de atuação de sobrevelocidade do motor;
- ESP-1.21.8. Verificar conexões e contatos elétricos.

ESP-1.22. Pré-aquecimento:

- ESP-1.22.1. Verificar aquecimento no bloco do motor;
- ESP-1.22.2. Realizar ajuste do termostato regulável;
- ESP-1.22.3. Realizar medição da corrente de consumo da (s) resistência (s);
- ESP-1.22.4. Verificar conexões e contatos elétricos.

ESP-1.23. Sistema de Controle Automático (USCA):

- ESP-1.23.1. Realizar teste das funções lógicas do quadro de comando e proteção do grupo;
- ESP-1.23.2. Verificar atuação dos sensores de tensão frequências;
- ESP-1.23.3. Verificar conexões e contatos elétricos.
- ESP-1.23.4. Conferir as leituras de sinais pelo display digital;
- ESP-1.23.5. Verificar conexões e contatos elétricos.
- ESP-1.23.6. Realizar ajustes de distribuição de potência ativa;
- ESP-1.23.7. Verificar ajuste de fase zero para fechamento dos grupos em paralelo;
- ESP-1.23.8. Verificar tempo de entrada dos grupos em sincronismo;
- ESP-1.23.9. Verificar a atuação do sensor de potência inversa.



- ESP-1.23.10. Verificar o tempo de confirmação de grupo na barra;
- ESP-1.23.11. Realizar teste de lógica de funcionamento;
- ESP-1.23.12. Verificar conexões e contatos elétricos.
- ESP-1.23.13. Verificar os níveis de reativos entre os grupos quando aplicável;
- ESP-1.23.14. Analisar o funcionamento em conjunto dos grupos.

ESP-1.24. Disjuntores:

- ESP-1.24.1. Verificar o circuito de fechamento, abertura e proteção com testes de funcionamento.

ESP-1.25. Testes e ajustes:

- ESP-1.25.1. Verificar instrumentos de medição;
- ESP-1.25.2. Verificar lâmpadas sinalizadoras;
- ESP-1.25.3. Verificar fusíveis;
- ESP-1.25.4. Verificar conexões de comando e de força;
- ESP-1.25.5. Verificar chaves seletoras;
- ESP-1.25.6. Realizar testes de falta de rede comercial e verificar a entrada do grupo gerador (para GMG's com comando automático);
- ESP-1.25.7. Verificar estado e caminho dos cabos elétricos;
- ESP-1.25.8. Verificar partes quentes;
- ESP-1.25.9. Executar limpeza interna do quadro, com aspirador de pó, a cada 6 (seis) meses, aproximadamente

ESP-2. Conjunto de Nobreaks e Conjunto Banco de Baterias

ESP-2.1. ANUALMENTE

- ESP-2.1.1.1. Verificação e ajustes de níveis de tensão de entrada/saída;
- ESP-2.1.1.2. Verificação e medições de corrente e frequência de entrada e saída;
- ESP-2.1.1.3. Verificação individual de baterias (medição de tensão e descarga);
- ESP-2.1.1.4. Verificação, limpeza e lubrificação dos pólos das baterias;
- ESP-2.1.1.5. Verificação dos conectores, reapertos.
- ESP-2.1.1.6. Limpeza interna e externa do equipamento;
- ESP-2.1.1.7. Verificação geral das indicações luminosas;
- ESP-2.1.1.8. Checagem dos log's de alarmes e acionamentos;
- ESP-2.1.1.9. Testes funcionais e simulações de falta de energia;
- ESP-2.1.1.10. Testes de funcionamento do sistema de by-pass interno;
- ESP-2.1.1.11. Checagem dos aspectos gerais das condições da instalação elétrica dos Nobreaks referidos neste contrato;
- ESP-2.1.1.12. Verificação dos níveis de temperatura ambiente;
- ESP-2.1.1.13. Emissão de relatório com avaliação.



ESP-2.2. Quadros de transferência e sistema auxiliares

ESP-2.3. ANUALMENTE

- ESP-2.3.1.1.** Verificar contatos dos contadores auxiliares;
- ESP-2.3.1.2.** Verificar funcionamento dos botões de comando;
- ESP-2.3.1.3.** Aferir com voltímetro padrão, indicação do voltímetro do painel;
- ESP-2.3.1.4.** Fazer teste de aperfeiçoamento de fase para enrolamento de gerador;
- ESP-2.3.1.5.** Aferir amperímetro do painel;
- ESP-2.3.1.6.** Aferir frequencímetro;
- ESP-2.3.1.7.** Verificar relação dos transformadores de corrente;
- ESP-2.3.1.8.** Verificar isoladores dos barramentos;
- ESP-2.3.1.9.** Limpar aerodutos;
- ESP-2.3.1.10.** Medir e registrar aterramento do painel e grupo, testando continuidade;
- ESP-2.3.1.11.** Verificar pintura externa do painel;
- ESP-2.3.1.12.** Fazer teste de carga.
- ESP-2.3.1.13.** Desfazer todas as conexões, limpar e conectá-las;
- ESP-2.3.1.14.** Efetuar o reaperto geral;
- ESP-2.3.1.15.** Medir e registrar resistência de isolamento dos cabos e disjuntores;
- ESP-2.3.1.16.** Limpar os barramentos;
- ESP-2.3.1.17.** Efetuar a limpeza geral com sopro de ar comprimido;
- ESP-2.3.1.18.** Combater a corrosão e retocar pintura do quadro.

ESP-3. Chiller

- ESP-3.1.1.** A CONTRATADA, se devidamente credenciada pelo fabricante (através de carta de credenciamento de manutenção compatível com o tipo de equipamento), ou a partir de subcontratação de agente credenciado (carta de credenciamento) ou o próprio fabricante, deverá através dos serviços especializados executar as seguintes rotinas:

ESP-3.2. MENSAL

- ESP-3.2.1.** Visita técnica para avaliar as condições gerais de funcionamento do chiller, e reunião com o operador do chiller e o responsável técnico pela manutenção predial, para avaliar as possíveis adaptações de rotina e sub rotinas de inspeção e manutenção, bem como verificação de não conformidades de operação, leitura ou manobra dos sistemas integrados.

ESP-3.3. QUADRIMESTRAL

- ESP-3.3.1.** Para 01 (um) Sistema de climatização central:
- ESP-3.3.2.** Avaliar o gasto com energia elétrica.
- ESP-3.3.3.** Medidas de superaquecimento e sub-resfriamento de cada circuito, estimando a quantidade de refrigerante para acerto de carga;



- ESP-3.3.4. Listagem das ações corretivas necessárias acompanhadas de proposta para fornecimento dos materiais necessários;
- ESP-3.3.5. Sistema de óleo: abordar resistência de aquecimento do óleo, bomba de óleo, perda de carga nos filtros, vazamentos e itens do sistema em geral;
- ESP-3.3.6. Dispositivos de segurança e alarme: abordar o funcionamento e teste das chaves de fluxo, terminais e conexões elétricas; displays, configurações originais do equipamento e ocorrência de alarmes;
- ESP-3.3.7. Sensores: abordar a calibração de cada sensor do equipamento, corrigindo-a se necessário, informando os valores lidos, valores esperados e as respectivas leituras dos parâmetros elétricos (corrente ou tensão);
- ESP-3.3.8. Avaliação da necessidade de limpeza do evaporador.
- ESP-3.3.9. Preencher folha de leitura com todos os parâmetros operac analisar se existe alguma condição anormal;
- ESP-3.3.10. Anotar a leitura de horas de funcionamento dos compressores e da unidade.
- ESP-3.3.11. Checar a atuação das válvulas solenóides e substituir as bobinas, se necessário.
- ESP-3.3.12. Inspeccionar os controles de operação, realizando um teste dos controles (função teste).
- ESP-3.3.13. Inspeccionar a máquina com relação a vazamentos de refrigerante e água.
- ESP-3.3.14. Checar o indicador de umidade para identificar a presença ou não de umidade no sistema, o que pode ser um indicativo de vazamento de água.
- ESP-3.3.15. Limpar e inspeccionar visualmente os painéis de controle e partida.
- ESP-3.3.16. Verificar se não há vazamentos em todas as conexões do sistema de lubrificação.
- ESP-3.3.17. Checar a atuação dos pressostatos diferenciais de água gelada ou chaves de fluxo de água.
- ESP-3.3.18. Verificar o funcionamento dos motores e hélices dos ventiladores dos condensadores.
- ESP-3.3.19. Verificar os terminais dos motores do compressor e motores ventiladores.
- ESP-3.3.20. Inspeccionar se há ruídos estranhos nos compressores.
- ESP-3.3.21. Verificar se há desbalanceamento de tensão e corrente.
- ESP-3.3.22. Medir e registrar a perda de carga ou vazão do cooler.
- ESP-3.3.23. Medir e registrar a perda de carga ou vazão do condensador.
- ESP-3.3.24. Verificar o funcionamento da válvula slide.
- ESP-3.3.25. Preencher relatório de conclusão e fazer as recomendações de reparos adicionais caso necessário e discutir as condições de operação da máquina com o cliente. NOTA: não realizar reparos sem autorização formal do cliente.
- ESP-3.3.26. Análise de óleo ANUAL.
- ESP-3.3.27. Prever 10 horas para chamados emergenciais.



ESP-4. Elevadores de Passageiro

ESP-4.1. Manutenção Preventiva e Preditiva

- ESP-4.1.1.** No final de cada período mensal deverá ser apresentado relatório dos serviços de operação e manutenção, em material impresso, conferido e assinado pelo engenheiro técnico responsável da Contratada, contendo, no mínimo, os seguintes dados:
- ESP-4.1.1.1.** Serviços executados;
 - ESP-4.1.1.2.** Resumo das anormalidades e fatos ocorridos no período e performance do equipamento;
 - ESP-4.1.1.3.** Resumo dos serviços preventivos e corretivos executados, com indicação das pendências e suas razões que dependam de solução por parte da Fiscalização;
 - ESP-4.1.1.4.** Peças ou materiais substituídos por defeitos ou desgaste, e seu respectivo valor;
 - ESP-4.1.1.5.** Sugestões sobre reparos preventivos, acompanhadas de parecer sobre o estado geral da instalação, assinado pelo responsável técnico.
- ESP-4.1.2.** O relatório mensal deverá ser apresentado até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao mês de execução dos serviços, com exceção do último mês de vigência contratual, quando deverá ser apresentado no prazo máximo de 10 (dez) dias, com a supervisão da Fiscalização, constando o detalhamento dos equipamentos e instalações, nos termos do relatório inicial (primeiro mês), que será repassado à sucessora, findo o contrato.
- ESP-4.1.3.** A partir do segundo mês, no início de cada quinzena, a Contratada deverá apresentar programa de manutenção, com o respectivo cronograma de atividades preventivas.
- ESP-4.1.4.** Sempre que solicitado, a Contratada deverá apresentar relatório de atividades realizadas, independentemente do relatório mensal, assim como elaborar pareceres, laudos técnicos, avaliações, estudos de viabilidade técnico-econômica, sobre os equipamentos existentes e sobre a necessidade de readequações.

ROTINA	PERIODICIDADE
CASA DE MÁQUINAS	
Limpar a casa de máquinas	Mensal
MOTOR	
Fazer a remoção de poeira e demais resíduos do motor	Mensal
Inspecionar o motor de tração quanto à temperatura de funcionamento e ruído	Mensal
Inspecionar rolamento, rotor bobina do estator de campo magnético, carcaça externa, correia, polia do motor, terminal, escovas, coletores, encoders.	Mensal
FREIOS	
Inspecionar o sistema de frenagem quanto a ruído, desgaste das sapatas, ovalização do tambor, terminais de ligação, abertura do freio, regulagem das molas, regulagem do percurso do núcleo, nivelamento de parada.	Mensal
Lubrificar o conjunto de freios.	Mensal
Limpar as sapatas e tambores, removendo todo o lubrificante excedente.	Mensal



QUADRO DE ENTRADA DE ENERGIA	
Inspeções, limpeza, correções de vibrações e ruídos, cabos aterramentos e conexões, portas, travas e fechaduras, barramentos, fusíveis, disjuntores, chaves, conexões, verificação emissão anormal de calor, verificação de existência de trincas, fissuras e manchas nos isoladores, reaperto geral nas conexões e estado geral dos motores do ventilador / exaustor e de fechamento das portas, executar limpeza geral nos aneis coletores, executar ensaios de resistência de isolamento.	Mensal
QUADRO DE COMANDO	
Fazer a remoção da poeira nos quadros.	Mensal
Inspecionar as chaves controladoras quanto à regulagem, pressão, integridade, desgaste e alinhamento dos contatos.	Mensal
Inspecionar e ajustar, sempre que necessário, os temporizadores, relés, chaves com mau contato e circuitos de proteção, temporizador eletrônico, transformador, terminal, cabo de comando, lâmpada de sinalização, estrutura.	Mensal
Inspecionar os leds de monitoração (interface homem / máquina) dos comandos microprocessados.	Mensal
EIXO SEM FIM	
Inspecionar o eixo sem fim e o controlador de velocidade.	Mensal
CAIXA	
Lavar e aplicar novo lubrificante nas alas das guias de cabines e de contrapesos.	Anual
CABINES	
Fazer a remoção de lixo acumulado em toda a extensão da soleira da cabine.	Mensal
Fazer a remoção de toda a poeira das faces externas das portas.	Mensal
Inspecionar a existência de vibrações e/ou ruídos anormais quando há movimentação da cabine.	Mensal
Fazer a remoção de todo o material depositado nas suspensões.	Mensal
Inspecionar excentricidade da polia da cabine.	Mensal
Lubrificar a polia da cabine.	Mensal
Proceder à limpeza geral das barras articulares, lubrificando-as.	Mensal
Fazer a remoção geral da poeira das grades de ventilação.	Mensal
Fazer a remoção de lixo e de poeira da tampa do teto.	Mensal
Limpar e inspecionar o funcionamento e nível de ruídos dos ventiladores.	Mensal



Liberar o dispositivo e desengate para a aplicação de fina camada de óleo.	Mensal
Lubrificar os conjuntos operadores das portas.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do motor e as condições das correias de acionamento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do aparelho de comunicação.	Mensal
Inspecionar o funcionamento das botoeiras, botões de chamada de emergência, sinalizadores, lampadas e reatores da iluminação normal e de emergência.	Mensal
Inspecionar o funcionamento da barra de proteção eletrônica.	Mensal
Inspecionar o funcionamento do dispositivo que impede o movimento do carro com as portas abertas e que impede a abertura das mesmas com o carro em trânsito.	Mensal
Inspecionar o desgaste dos coxins, ou roletes, ajustando se necessário.	Trimestral
Inspecionar os terminais elétricos, na parte superior das cabines, quanto ao estado geral e fixação.	Trimestral
Inspecionar os comandos localizados sobre a cabine.	Trimestral
Testar o dispositivo de segurança que limita a carga da cabine.	Semestral
Testar o funcionamento de freio de segurança (teste estático), ajustando as velocidades de desarme.	Semestral
ROTINAS - PAVIMENTOS	
Fazer a remoção de toda a poeira das faces internas e externas das portas dos pavimentos.	Mensal
Fazer a remoção de todo material depositado sobre as barras chatas de ferros (apoio das carretilhas).	Mensal
Proceder à limpeza em toda a extensão das soleiras nos pavimentos.	Mensal
Proceder à limpeza geral e inspecionar o estado das carretilhas e dos trincos lubrificando os eixos destes componentes.	Mensal
Inspecionar as portas quanto à atuação das carretilhas e do fechador mecânico.	Mensal
Ajustar folga excessiva nas carretilhas excêntricas das suspensões das folhas das portas.	Mensal
Inspecionar o nivelamento, aceleração e retardamento das cabines, com as portas de cada pavimento.	Mensal
Inspecionar e ajustar a simultaneidade da abertura das portas das cabines, com as portas de cada pavimento.	Mensal
Inspecionar o funcionamento dos dispositivos de abertura manual das portas e dos dispositivos mecânicos de acionamento de emergência.	Mensal
Inspecionar todos os botões de chamada e indicadores, visuais e sonoros de posição (térreo) e movimentação (todos os pavimentos).	Mensal



Inspecionar a integridade dos perfis de borracha das portas dos pavimentos substituindo-os quando necessário.	Trimestral
CONTRA PESOS	
Ajustar a folga excessiva entre as corrediças deslizantes.	Mensal
Inspecionar a excentricidade da polia intermediária.	Mensal
Lubrificar a polia intermediária.	Mensal
Fazer a remoção da poeira da suspensão.	Trimestral
CABOS DE AÇO	
Limpar e lubrificar.	Mensal
Inspecionar quanto ao desgaste, oxidação, redução de diâmetro e quebra de arames e trancas.	Mensal
Ajustar tensões dos cabos de tração e compensação.	Trimestral
POLIAS DE COMPENSAÇÃO E DE DESVIO	
Inspecionar quanto à excentricidade e lubrificar.	Mensal
PARA-CHOQUE	
Proceder à limpeza geral do fundo do poço.	Mensal
Inspecionar o nível de óleo do pára-choque, completando-o se necessário.	Mensal
Inspecionar o aperto das porcas abraçadeiras de apoio.	Mensal
Inspecionar o estado de conservação da mola de amortecimento, a fixação de guias laterais no concreto, a fixação de travessas intermediárias, o estado da corrente do contrapeso, o estado de conservação da pintura das guias e providenciar retoques se necessário, o funcionamento e ajustes da polia esticadora do limitador, a existência de desgastes anormais nas guias, a fixação dos cabos de aço no contrapeso, o estado de conservação dos coxins, efetuar lubrificação dos mancais das polias de compensação e polia esticadora do limitador, o deslocamento das guias, o estado geral dos pesos e contrapesos.	Mensal

ESP-4.2. Manutenção Corretiva

- ESP-4.2.1. O atendimento pela CONTRATADA deverá ser para qualquer chamado da CONTRATANTE, sempre que um equipamento apresentar sinais de mau funcionamento, substituindo ou reparando, conforme a necessidade técnica, peças, materiais, acessórios e/ou componentes necessários para que os elevadores sejam disponibilizados nas condições normais de uso.
- ESP-4.2.2. Após a realização dos serviços de manutenção corretiva o Responsável Técnico da CONTRATADA que coordenou ou acompanhou a execução dos referidos serviços deverá complementar a OS, relatando a causa do mau funcionamento.
- ESP-4.2.3. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de peças, materiais, acessórios e/ou componentes, novos genuínos dos elevadores, comprovadamente de primeira qualidade, não



podendo ser recondicionadas ou reaproveitadas, devendo estar de acordo com as especificações e serem submetidas previamente à aprovação da CONTRATANTE, de modo a manter as características originais dos elevadores, sem incorrer em ônus adicionais à CONTRATANTE.

ESP-4.2.4. O pronto atendimento das chamadas para manutenção corretiva de elevadores será realizado quantas vezes forem necessárias, isto é, sem limite de chamadas e visará à correção de falhas, eliminação de defeitos e restabelecimento do funcionamento à normalidade de uso dos elevadores.

ESP-4.2.5. O atendimento de manutenção corretiva deverá ser efetuado no elevadores inoperantes ou com mau funcionamento, de acordo com as condições e horários máximos de atendimento relacionados na tabela abaixo, contados a partir do recebimento dos chamados pela CONTRATADA:

Situação	Tempo de chegada após o chamado
Elevador parado com pessoas presas em seu interior	até 30 min
Elevador parado sem pessoas presas em seu interior	até 2 (duas) horas

ESP-4.2.6. Em situações especiais em que não for possível encerrar o atendimento no equipamento/elevador para funcionamento normal e em perfeita condição de uso, a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE um relatório contendo as justificativas pelo descumprimento do prazo, bem como definir uma data para conclusão dos serviços.

ESP-4.2.7. Em caso de necessidade de substituição de peça, o prazo máximo para a resolução do problema será de 5 dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao dia do atendimento, prazo que poderá ser revisto de acordo com a necessidade.

ESP-4.3. Atendimento Emergencial

ESP-4.3.1. Ocasões excepcionais em que pessoas/usuários podem estar em risco e/ou instalações do prédio em situações calamitosas. Constituem também situação de excepcionalidade a ocorrência de parada abrupta do funcionamento do elevador, ficando o mesmo entre andares ou sem condições de executar sua função, notadamente nos casos em que pessoas fiquem presas em seu interior, seja por problemas nos sistemas do elevador seja por falta de alimentação elétrica.

ESP-4.3.2. O atendimento emergencial deverá funcionar em regime de plantão – 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana - devendo, as solicitações de chamados, ser atendidas em no máximo 30 (trinta) minutos, contados a partir do registro do horário dos respectivos chamados efetuados pela CONTRATANTE.

ESP-4.4. Fornecimento de Peças

ESP-4.4.1. Os materiais e peças que não se encontram na tabela referencial adotada pela Administração, mas que decorrem da imprevisibilidade das demandas de manutenção corretiva, serão utilizados e aplicados em caráter eventual e acessório.

ESP-4.4.2. Durante a execução contratual, para os serviços e materiais que não constem da planilha adjudicada / homologada, o preço será calculado da seguinte forma:

ESP-4.4.2.1. O custo unitário, será aquele correspondente à mediana dos custos dos orçamentos válidos.



ESP-4.4.2.1.1. A Contratada deverá apresentar no mínimo 3 (três) orçamentos válidos.

ESP-4.4.2.1.2. São considerados orçamentos válidos aqueles que não forem excluídos após tratamento estatístico. O tratamento estatístico terá por finalidade a exclusão de orçamentos excessivamente elevados e dos inexequíveis.

ESP-4.4.2.1.3. Considera-se um orçamento excessivamente elevado aquele que ultrapassar 25% da média de todos os orçamentos analisados.

ESP-4.4.2.1.4. Considera-se um orçamento inexequível aquele que for menor que 25% da média de todos os orçamentos analisados.

ESP-4.4.2.2. O preço do serviço ou material será a soma do custo unitário definido na forma do subitem supra, acrescido do BDI ofertado na licitação.

ESP-4.4.2.3. O preço devido, aquele compatibilizado com os valores ofertados na licitação, será o preço do serviço definido na forma do subitem supra, subtraído o desconto ofertado na licitação.

ESP-4.4.2.4. A Contratante poderá realizar pesquisa complementar, caso julgue necessário, situação em que a pesquisa deverá ser considerada pela Contratada para definição do valor a ser cobrado.

ESP-4.4.3. Para todos os itens há a incidência de BDI, nos termos do art. 9º do Decreto 7983/2013, conforme valores ofertados na proposta da Contratada quando da licitação.

ESP-4.4.4. Os valores poderão ser reajustados anualmente conforme disposições do Termo de Contrato.

ESP-5. Elevadores Automotivos

ESP-5.1. Semestral

ESP-5.1.1. Verificação de fusos: Retirar a proteção do fuso na parte frontal das colunas e inspecionar os fusos quanto: Existência de riscos, deformações, trincas e principalmente rebarbas e sinais de desgastes. A porca do fuso e fuso não podem em hipótese nenhuma desprender cavacos.

ESP-5.2. Anual

ESP-5.2.1. Desmontagem e montagem: Proceder à desmontagem do equipamento. Limpar as peças e remontar atentando para que peças com sinais de desgaste ou danificadas sejam substituídas. Inspeção severa em fusos, porcas do fuso, engrenagem e corrente. Esta operação deve ser executada por técnico qualificado.

ESP-5.2.2. Chumbadores: Verificar a fixação dos chumbadores.

ESP-5.2.3. Instalação elétrica: Reapertar todos os contatos elétricos. Limpar os contatos da chave reversora. Verificação da conservação de cabos elétricos e emendas. Verificação e reaperto das chaves fim de curso.

ESP-6. Sistema de Energia Solar com Placas Fotovoltaicas

ESP-6.1. SEMESTRALMENTE

ESP-6.1.1. Estrutura de fixação

ESP-6.1.1.1. Verificar oxidação;

ESP-6.1.1.2. Verificar alinhamento da mesa (usina de solo);

ESP-6.1.1.3. Verificar grampos de fixação;

ESP-6.1.1.4. Verificar torque das conexões e parafusos;

ESP-6.1.1.5. Verificar aterramento.

ESP-6.1.2. String box

ESP-6.1.2.1. Verificar conectores dos cabos DC;



- ESP-6.1.2.2. Verificar cabos de entradas e os prensa cabos;
- ESP-6.1.2.3. Verificar sinais de superaquecimento e arco elétrico;
- ESP-6.1.2.4. Verificar terminais e o isolamento termo retrátil;
- ESP-6.1.2.5. Verificar DPS;
- ESP-6.1.2.6. Verificar aterramento;
- ESP-6.1.2.7. Realizar reaperto geral.

ESP-6.1.3. Cabos e conectores

- ESP-6.1.3.1. Realizar reaperto conectores MC4 das strings;
- ESP-6.1.3.2. Realizar reaperto terminais dos cabos de baixa tensão CC;
- ESP-6.1.3.3. Realizar inspeção termográfica dos terminais dos cabos de baixa tensão CC (string box e inversor);
- ESP-6.1.3.4. Realizar Teste de isolamento dos cabos de baixa tensão CC.

ESP-6.1.4. Inversor

- ESP-6.1.4.1. Verificar ambiente de instalação (se é apropriado);
- ESP-6.1.4.2. Realizar a limpeza do ventilador, grade, trocador de calor, filtro;
- ESP-6.1.4.3. Realizar Inspeção geral quanto a danos ou rompimentos;
- ESP-6.1.4.4. Verificar vedações e presença de umidade;
- ESP-6.1.4.5. Verificar sinais de sobreaquecimento e arcos elétricos;
- ESP-6.1.4.6. Medir a tensão com multímetro;
- ESP-6.1.4.7. Verificar proteções elétricas;
- ESP-6.1.4.8. Verificar integridade da entrada de cabos e prensa cabos;
- ESP-6.1.4.9. Verificar versão do firmware.

ESP-6.1.5. Placas fotovoltaicas

- ESP-6.1.5.1. Verificar parte interna (se existem danos);
- ESP-6.1.5.2. Verificar células solares (delaminação, rachaduras, oxidação, bolhas, corrosão);
- ESP-6.1.5.3. Verificar moldura;
- ESP-6.1.5.4. Verificar proteção mecânica (vidro);
- ESP-6.1.5.5. Verificar isolamentos e conexão dos cabos;
- ESP-6.1.5.6. Verificar caixa de conexão e diodo bypass;
- ESP-6.1.5.7. Verificar curva de potência (Curva IxV);
- ESP-6.1.5.8. Realizar limpeza das placas solares, feita apenas com água e equipamentos não abrasivos, como vassouras de cerdas macias ou rodos com pano úmido, para não danificar a superfície dos módulos.

ESP-6.1.6. Relatório

- ESP-6.1.6.1. **Elaborar Relatório de Inspeção Física contendo:**
 - ESP-6.1.6.1.1. Análise das estruturas de fixação (carport e fixação das placas);
 - ESP-6.1.6.1.2. Análise termográfica dos painéis elétricos, transformador e inversores;
 - ESP-6.1.6.1.3. Análise de vida útil das placas solares e dos inversores;
 - ESP-6.1.6.1.4. Análise dos sistemas de aterramento e DPS;
 - ESP-6.1.6.1.5. Análise da geração e possíveis recomendações para futuras melhorias no sistema.

ESP-7. Sistema de Aquecimento de Água (Boiler)

- ESP-7.1.1. Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do início do contrato de manutenção, fazer levantamento junto a fabricante do sistema de aquecimento de água qual é a rotina de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva realizada pela equipe residente, pela equipe eventual e pela equipe especializada, para que seja elaborado pela



CONTRATADA a rotina do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) do referido equipamento.

- ESP-7.1.2. As manutenções corretivas ou chamadas de emergência que porventura ocorram deverão ser atendidas prontamente independente de dia ou horário num prazo máximo de 4 (quatro) horas;
- ESP-7.1.3. Deverão ser atendidos rigorosamente os itens de manutenção descritos no Manual do Fabricante;
- ESP-7.1.4. Todo equipamento que necessitar ser removido para conserto em oficinas só será removido mediante prévia autorização do fiscal do contrato;
- ESP-7.1.5. Após cada manutenção, deverá ser apresentado um relatório circunstanciado, com a relação dos serviços constantes no plano de manutenção preventiva;
- ESP-7.1.6. As peças substituídas serão entregues à unidade gestora do contrato.

ESP-7.2. SEMESTRALMENTE

ESP-7.2.1. BOILER AP/BP

- ESP-7.2.1.1. Verificar Vazamentos/ Estanqueidade do boiler;
- ESP-7.2.1.2. Fazer drenagem do boiler (lodo sedimentado);
- ESP-7.2.1.3. Limpeza Externa Boiler Comandos Bombas e área adjacente;
- ESP-7.2.1.4. Verificar/Conduzir quebra de vácuo para alta pressão;
- ESP-7.2.1.5. Verificar/Conduzir válvula de Alívio e Desaeradora;
- ESP-7.2.1.6. Verificar/Calibrar Vaso Expansão 25 psi e Flange Corrosão;

ESP-7.2.2. APOIO ELÉTRICO interno/externo

- ESP-7.2.2.1. Verificar contatos resistência medir corrente;
- ESP-7.2.2.2. Verificar termostato chicote boiler Termostato Segurança;

ESP-7.2.3. RECIRCULAÇÃO bomba e comando

- ESP-7.2.3.1. Verificar/Limpar – bomba anel de circulação – termostato;

ESP-7.2.4. COMANDOS quadro e painéis

- ESP-7.2.4.1. Verificar Contatores – e fusíveis – atenção com terminais;
- ESP-7.2.4.2. Verificar fiação caixa de comando – reordenar se necessário;
- ESP-7.2.4.3. Verificar leds, botões e fixação dos painéis – trocar se necessário;

ESP-7.2.5. PRESSURIZADOR bombas e dispositivos

- ESP-7.2.5.1. Verificar Pressão – acionamento e estanqueidade;
- ESP-7.2.5.2. Calibrar Tanque Hidropneumático 20 a 30 psi;

ESP-7.2.6. APOIO A GÁS bombas e dispositivos

- ESP-7.2.6.1. Verificar/Limpar – bomba e termostato apoio a gás;
- ESP-7.2.6.2. Verificar Queima, Chaminé e Ventilação Aquecedor a gás;
- ESP-7.2.6.3. Verificar Engates e registros e filtro Aquecedor a gás;
- ESP-7.2.6.4. Verificar Regulador Gás (validade) e pressão gás;
- ESP-7.2.6.5. Limpeza Interna dos equipamentos;

ESP-7.2.7. COLETORES SOLARES proteção e funcionamento

- ESP-7.2.7.1. Limpar Vidros e Caixa e fazer drenagem dos coletores;
- ESP-7.2.7.2. Verificar Fixação, Vedação e Vidros dos coletores;
- ESP-7.2.7.3. Verificar/Substituir termostato congelamento ver validade;
- ESP-7.2.7.4. Verificar resistência do coletor/termostato 1,65 A cada;
- ESP-7.2.7.5. Verificar Vaso de expansão do solar para sistemas fechados;



- ESP-7.2.7.6.** Verificar Densidade Aditivo Completar ou Substituir -30°C;
- ESP-7.2.7.7.** Verificar bomba solar – acionamento e refrigeração.

ESP-8. Sistema de Ponte Rolante

- ESP-8.1.1.** Fica sob responsabilidade da CONTRATADA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias do início do contrato de manutenção, fazer levantamento junto a fabricante da ponte rolante qual é a rotina de execução da manutenção preventiva, preditiva e corretiva realizada pela equipe residente, pela equipe eventual e pela equipe especializada, para que seja elaborado pela CONTRATADA a rotina do Plano de Manutenção Operação e Controle (PMOC) do referido equipamento.
- ESP-8.1.2.** As manutenções corretivas ou chamadas de emergência que porventura ocorram deverão ser atendidas prontamente independente de dia ou horário num prazo máximo de 4 (quatro) horas;
- ESP-8.1.3.** Deverão ser atendidos rigorosamente os itens de manutenção descritos no Manual do Fabricante;
- ESP-8.1.4.** Todo equipamento que necessitar ser removido para conserto em oficinas só será removido mediante prévia autorização do fiscal do contrato;
- ESP-8.1.5.** Após cada manutenção, deverá ser apresentado um relatório circunstanciado, com a relação dos serviços constantes no plano de manutenção preventiva;
- ESP-8.1.6.** As peças substituídas serão entregues à unidade gestora do contrato.

ESP-8.2. TRIMESTRALMENTE

- ESP-8.2.1.** Verificar o funcionamento dos freios e efetuar a regulagem caso haja escorregamento da carga.
- ESP-8.2.2.** Verificar o percurso de frenagem e regular caso necessário;
- ESP-8.2.3.** Verificar o funcionamento da chave fim de curso;
- ESP-8.2.4.** Verificar cabo de sustentação da botoeira, cabo de comando e botoeira quanto a eventuais danos;
- ESP-8.2.5.** Inspeccionar cabo de aço quanto a danos e quebras dos arames;
- ESP-8.2.6.** Inspeccionar e medir corrente de elevação;
- ESP-8.2.7.** Limpar e lubrificar régua da chave fim de curso;
- ESP-8.2.8.** Verificar a fixação do cabo de aço e guia de cabo;
- ESP-8.2.9.** Verificar a fixação e estado de conservação pino de fixação fim da corrente;
- ESP-8.2.10.** Lubrificar o cabo de aço e o guia de cabo;
- ESP-8.2.11.** Lubrificar a corrente e guia da corrente;
- ESP-8.2.12.** Verificar o nível de óleo de todos os redutores, caso necessário completar;
- ESP-8.2.13.** Verificar a parte estrutural e fixações (bases, suportes, parafusos, cordões de solda, rebites, etc.);
- ESP-8.2.14.** Verificar todos os batedores freio de estacionamento;
- ESP-8.2.15.** Inspeccionar o sistema de força: barramento elétrico, pantógrafo, carro coletor, escovas, isoladores, condutores, entradas de força e fixação dos suportes;
- ESP-8.2.16.** Verificar aterramento do painel, sistema ventilação (caso aplicável), resistência aquecimento e iluminação;
- ESP-8.2.17.** Efetuar limpeza geral dos painéis, barramentos e isoladores de acordo com PMP;
- ESP-8.2.18.** Inspeccionar instalação elétrica em geral e suas respectivas proteções;
- ESP-8.2.19.** Inspeccionar os ganchos de carga com respeito a fissuras e deformações devido a esforços mecânicos;
- ESP-8.2.20.** Verificar o conjunto de acoplamento e os redutores da talha de translação do carro quanto a ruídos;
- ESP-8.2.21.** Verificar fixação, engrenagem e rolamentos dos redutores através de janelas de inspeção existentes no mesmo, não sendo contemplado a desmontagem dos redutores para realizar esse tipo de inspeção;



- ESP-8.2.22. Verificar o acionamento de translação, especialmente situação dos flanges das rodas e blindagem dos rolamentos;
- ESP-8.2.23. Verificar a necessidade de substituição do óleo de todos os redutores;
- ESP-8.2.24. Substituir a graxa do redutor de translação do trole da talha e das calotas de proteção das rodas acionadas;
- ESP-8.2.25. Para talhas verificar mecanismo de elevação, principalmente tambor de cabo de aço/ corrente, moitão;
- ESP-8.2.26. Verificar o estado de conservação geral do equipamento, principalmente sinais de corrosão nas estruturas metálicas, deterioração da base civil e a necessidade de pintura;
- ESP-8.2.27. Programar inspeção visual nas chapas das vigas dos equipamentos e solicitar serviço de medição de espessura quando necessário;
- ESP-8.2.28. Indicar a necessidade de efetuar os testes de carga;
- ESP-8.2.29. Inspecionar visualmente o alinhamento e desnivelamento do caminho de rolamento dos equipamentos;
- ESP-8.2.30. Revisar e Atualizar o Plano de Inspeção: pontos de inspeção, frequências e métodos de aplicação necessários;
- ESP-8.2.31. Auxiliar o Cliente no controle dos spare-parts dos equipamentos administrados por este escopo, incluindo a identificação de necessidades de reposição de estoque.

ESP-9. Limpeza de Subestação de Média Tensão

ESP-9.1. *Anualmente*

ESP-9.1.1. CELAS DE TRANSFORMAÇÃO E DISJUNÇÃO

- ESP-9.1.1.1. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais dos isoladores de pedestal;
- ESP-9.1.1.2. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais dos isoladores dos transformadores
- ESP-9.1.1.3. de potencial;
- ESP-9.1.1.4. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais do isolamento dos transformadores
- ESP-9.1.1.5. de corrente;
- ESP-9.1.1.6. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais do isolamento dos para-raios;
- ESP-9.1.1.7. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais do isolamento dos passa-muros;
- ESP-9.1.1.8. Limpeza / retirada de marcas de descargas parciais dos barramentos do QGMT;
- ESP-9.1.1.9. Aplicação de Revestimento de RTV Silicone nos componentes danificados pela descarga parcial.

ESP-9.1.2. TRANSFORMADOR 13,8 KV:

- ESP-9.1.2.1. Limpeza / reaperto das buchas de MT e BT;
- ESP-9.1.2.2. Limpeza e reaperto do tanque;
- ESP-9.1.2.3. Completar o nível de óleo (Se necessário);
- ESP-9.1.2.4. Retirar vazamento;
- ESP-9.1.2.5. Medição de resistência de enrolamento / contato do comutador;
- ESP-9.1.2.6. Medição da Resistência de isolamento AT/BT – AT/Massa – BT/Massa;
- ESP-9.1.2.7. Medição da relação de transformação;
- ESP-9.1.2.8. Coleta de óleo para análise (físico-química / cromatografia).

ESP-9.1.3. SECCIONADORAS DE MT

- ESP-9.1.3.1. Limpeza / reaperto;
- ESP-9.1.3.2. Lubrificação;
- ESP-9.1.3.3. Medição de resistência de contato;
- ESP-9.1.3.4. Medição da Resistência de isolamento;



ESP-9.1.3.5. Testes funcionais;

ESP-9.1.4. MANUTENÇÃO DO DISJUNTOR PVO DE MT

ESP-9.1.4.1. Limpeza do disjuntor;

ESP-9.1.4.2. Limpeza externa dos polos de contato;

ESP-9.1.4.3. Correção dos isoladores – Retirada das descargas parciais;

ESP-9.1.4.4. Limpeza do mecanismo de acionamento;

ESP-9.1.4.5. Teste do acionamento mecânico;

ESP-9.1.4.6. Troca de óleo isolante dos polos de contato;

ESP-9.1.4.7. Ensaio de resistência ôhmica de contato dos polos;

ESP-9.1.4.8. Ensaio de resistência de isolamento dos polos com Megger de 5 KVCC;

ESP-9.1.4.9. Ensaio de Tensão aplicada de 36 KVCC.

ESP-9.1.5. RELÉ DE PROTEÇÃO DIRETA (Eletromecânicos)

ESP-9.1.5.1. Limpeza / reaperto das conexões;

ESP-9.1.5.2. Troca de óleo isolante;

ESP-9.1.5.3. Teste de atuação do relé sobre a bobina de desliga (Desligamento do disjuntor).

ESP-9.1.6. QGBT

ESP-9.1.6.1. Limpeza / reaperto das conexões;

ESP-9.1.6.2. Medição de resistência de contato do disjuntor principal;

ESP-9.1.6.3. Inspeção Termográfica.

ESP-9.1.7. MALHA DE TERRA

ESP-9.1.7.1. Medição de Resistência de pontos de aterramento;

ESP-10. Manutenção e conservação de tanque de mergulho

ESP-10.1. *Semanalmente*

ESP-10.1.1. TANQUE DE MERGULHO

ESP-10.1.1.1. Verificação dos anéis de vedação;

ESP-10.1.1.2. Aspiração do tanque;

ESP-10.1.1.3. Limpeza das bordas do tanque;

ESP-10.1.1.4. Aplicação de cloro e algicida;

ESP-10.1.1.5. Retrolavagem do filtro;

ESP-10.1.1.6. Controle de alcalinidade e pH da água;

ESP-10.1.1.7. Verificação da integridade da moto-bomba e quadro de acionamento;

ESP-10.1.1.8. Inspeção de vazamentos e rachaduras no tanque.



ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

- IMR-1.** O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é um ajuste escrito, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.
- IMR-2.** Os indicadores de IMR, serão:
- IMR-2.1.** INDICADOR nº 1 - Atendimento às rotinas de Manutenção Preventiva descritas no Caderno de Encargos;
 - IMR-2.2.** INDICADOR nº 2 - Prazos para Atendimento das Ordens de Serviço conforme item Dos Prazos para Atendimento das Ordem de Serviço do Termo de Referência;
 - IMR-2.3.** INDICADOR nº 3 - Atendimento aos prazos definidos no Termo de Referência.
 - IMR-2.4.** INDICADOR nº 4 - Uso de EPI, Uniformes e Rádios.
 - IMR-2.5.** INDICADOR nº 5 - Atraso no Pagamento de Salários e Benefícios.
 - IMR-2.6.** INDICADOR nº 6 - Falta de Materiais, Equipamentos e Ferramentas previstos em contrato.
 - IMR-2.7.** INDICADOR nº 7 - Atraso ou Falta Injustificada de Funcionários.
- IMR-3.** A Fiscalização, no interesse do serviço, poderá, a qualquer tempo, modificar as rotinas e periodicidade de realização dos serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva previstas em Anexo do Termo de Referência.
- IMR-4.** A CONTRATADA deverá iniciar e concluir os serviços, cumprindo as metas estabelecidas no IMR, atendendo no prazo e qualidade esperados e assumindo o ônus das sanções impostas.
- IMR-5.** O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) visa garantir um atendimento célere às demandas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva.
- IMR-6.** O cálculo do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) deverá ser realizado pela CONTRATANTE, preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas, através de Software de Gestão de Manutenção, e apresentado no Relatório Mensal de Manutenção para conferência da Fiscalização.
- IMR-7.** Caso haja impedimentos na realização das rotinas de manutenção, a Fiscalização deverá ser comunicada imediatamente e dentro dos prazos visando à normalização dos serviços e a não incidência de ajustes ou sanções.
- IMR-8.** Caso seja apurado o desconto, será usado para o cálculo o valor da nota fiscal para a fatura mensal do mês ao qual se refere o indicador ou do mês no qual foi descumprido um determinado prazo.
- IMR-9.** O desconto deverá ser preferencialmente efetivado no pagamento do mês medido.
- IMR-10.** INDICADOR Nº 1:

INDICADOR nº 1 - Atendimento às rotinas de Manutenção Preventiva e Corretiva.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução de todas as rotinas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva previstas em Anexo do Termo de referência, dentro dos prazos previstos



Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Relatórios no Software de Gerenciamento da Manutenção comprovando execução e a frequência
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência
Início da vigência	Com início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste 100% = 15 pontos	0 (zero) ocorrências = 15 pontos 1 (uma) ocorrência = 12 pontos 2 (duas) ocorrências = 9 pontos 3 (três) ocorrências = 6 pontos 4 (quatro) ocorrências = 3 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto
Fator de criticidade	1,5 ponto a cada dia de atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR
Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR

IMR-11. INDICADOR Nº 2:

INDICADOR nº 2 – Prazos para Atendimento das Ordens de Serviço.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir um atendimento célere às demandas de manutenção preventiva, preditiva e corretiva solicitadas por meio de Ordem de Serviço.
Metas a Cumprir	Atender a todas as ordens de serviço, no prazo estabelecido em Termo de Referência
Instrumento de Medição	Histórico individual de Ordem de Serviço no Software de Gerenciamento da Manutenção, destacando a hora e data de cada etapa.
Periodicidade	Diária, com aferição mensal do resultado.
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas com tempo de resposta superior a meta.
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de Ajuste 100% = 15 pontos	0 (zero) ocorrências = 15 pontos 1 (uma) ocorrência = 12 pontos 2 (duas) ocorrências = 9 pontos 3 (três) ocorrências = 6 pontos 4 (quatro) ocorrências = 3 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto



Fator de criticidade	1,5 ponto a cada dia de atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR
Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR

IMR-12. INDICADOR N° 3:

INDICADOR nº 3 – Atendimento aos prazos definidos no Termo de Referência.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir o atendimento dos prazos gerais definidos no Termo de referência e anexos.
Metas a Cumprir	Entregar toda a documentação nos prazos fixados em Termo de Referência
Instrumento de Medição	Data limite para cumprimento dos eventos abaixo discriminados.
Periodicidade	Constatação do prazo descumprido, com aferição mensal.
Ocorrência	Iniciar a execução dos serviços.
	Apresentar RISF.
	Apresentar Relatório inicial.
	Apresentar o Plano Anual de Manutenção.
	Apresentar Relatório Mensal Final.
	Apresentar Software de Gerenciamento de Manutenção.
	Operacionalizar Software de Gerenciamento de manutenção.
	Implementar sistema de controle de frequência de pessoal da Equipe Fixa.
	Iniciar a prestação dos serviços especializados.
	Apresentar o Relatório Mensal de Manutenção.
	Operacionalizar o escritório.
	Apresentar uniforme dos funcionários.
	Apresentar documentação dos funcionários.
	Apresentar veículo
	Enviar comprovante salarial dos funcionários.
	Enviar nota fiscal de serviços, peças e materiais.



	Apresentar as ARTs e demais habilitações técnicas dos profissionais da Equipe Fixa.
Mecanismo de Cálculo.	Verificação da quantidade de prazos não atendidos.
Início da Vigência	Data da assinatura do contrato.
Faixas de Ajuste 100% = 20 pontos	0 (zero) ocorrências = 20 pontos 1 (uma) ocorrência = 16 pontos 2 (duas) ocorrências = 12 pontos 3 (três) ocorrências = 8 pontos 4 (quatro) ocorrências = 4 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto
Fator de criticidade	2 ponto a cada dia de atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR
Penalidade.	Conforme tabela lista de verificação do IMR

IMR-13. INDICADOR N° 4:

INDICADOR nº 4 - Uso de EPI, Uniformes e Rádios.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências específicas relacionadas à segurança do trabalho e fornecimento e uso dos uniformes
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês.
Instrumento de Medição	Constatação formal da ocorrência.
Periodicidade	Por evento constatado, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início da vigência	Com início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste 100% = 10 pontos	0 (zero) ocorrências = 10 pontos 1 (uma) ocorrência = 8 pontos 2 (duas) ocorrências = 6 pontos 3 (três) ocorrências = 4 pontos 4 (quatro) ocorrências = 2 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto
Fator de criticidade	1 ponto a cada reincidência diária atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR
Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR



IMR-14. INDICADOR N° 5:

INDICADOR nº 5 - Atraso no Pagamento de Salários, Benefícios e/ou Contribuições - FGTS e INSS.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Mitigar as ocorrências de atrasos nos pagamentos
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Aferição do Fiscal do Contrato mediante envio de comprovante de pagamento.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Identificação de, pelo menos, uma ocorrência de atraso no mês de referência.
Início da vigência	Com início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste 100% = 20 pontos	0 (zero) ocorrências = 20 pontos 1 (uma) ocorrência ou mais = 0 ponto
Fator de criticidade	Não se aplica.
Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR

IMR-15. INDICADOR N° 6:

INDICADOR nº 6 - Falta de Materiais, Equipamentos e Ferramentas previstos em contrato.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços de manutenção.
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal da ocorrência.
Periodicidade	Por evento constatado, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início da vigência	Com início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste 100% = 10 pontos	0 (zero) ocorrências = 10 pontos 1 (uma) ocorrência = 8 pontos 2 (duas) ocorrências = 6 pontos 3 (três) ocorrências = 4 pontos 4 (quatro) ocorrências = 2 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto
Fator de criticidade	1 ponto a cada reincidência diária atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR



Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR
------------	---

IMR-16. INDICADOR N° 7:

INDICADOR nº 7 - Atraso ou Falta Injustificada de Funcionários.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir a execução dos serviços de manutenção.
Meta a Cumprir	Nenhuma ocorrência no mês
Instrumento de Medição	Constatação formal da ocorrência.
Periodicidade	Por evento constatado, com aferição mensal do resultado
Mecanismo de Cálculo	Verificação da quantidade de ocorrências registradas no mês de referência (pessoa/dia)
Início da vigência	Com início da prestação do serviço
Faixas de Ajuste 100% = 10 pontos	0 (zero) ocorrências = 10 pontos 1 (uma) ocorrência = 8 pontos 2 (duas) ocorrências = 6 pontos 3 (três) ocorrências = 4 pontos 4 (quatro) ocorrências = 2 pontos 5 (cinco) ou mais ocorrências = 0 ponto
Fator de criticidade	1 ponto a cada reincidência diária atraso cumulativo às ocorrências verificadas, limitadas ao número de pontos máximo referentes ao IMR
Penalidade	Conforme tabela lista de verificação do IMR

IMR-17. Faixas de Ajuste de Pagamento:

IMR-17.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

IMR-17.2. O PAGAMENTO SERÁ O VALOR DA FATURA MENSAL MULTIPLICADO PELO FATOR DE AJUSTE.

IMR-17.3. Faixa de ajustes do pagamento anual:

TABELA FAIXA DE AJUSTE DO PAGAMENTO ANUAL		
Faixa de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
0 a 40	100 %	1,00
41 a 50	96 %	0,96
51 a 60	95 %	0,95
61 a 70	94 %	0,94
71 a 80	93 %	0,93



81 a 90	92 %	0,92
91 a 100	91 %	0,91
Acima de 101	90 % (a cada 10 pontos atingidos)	0,90

Observações:

Acima de 40 pontos o fiscal deve informar a GESCON para aplicação de sanções/penalidades contratualmente previstas e legislação aplicável.

Acumulativo ao decorrer do contrato.

A faixa de pontuação cumulativa anual é realizada no tipo crescente através da soma dos valores descontados dos IMR's mensais.

Acima de 100 pontos acumulados pela CONTRATADA, o fator de ajuste será de 0,90 para cada 10 pontos somados e acumulando-se até o fim da vigência do contrato.

Ex.:

Faixa de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
101 a 110	90 %	0,90
111 a 120	90 %	0,90
121 a 130	90 %	0,90
131 a 140	90 %	0,90
141 a 150	90 %	0,90
151 a 160	90 %	0,90
161 a 170	90 %	0,90
171 a 180	90 %	0,90
181 a 190	90 %	0,90
191 a 200	90 %	0,90

IMR-17.4. Faixa de ajuste do pagamento mensal:

IMR-17.5. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente a soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

Pontuação total do serviço = Pontos "Indicador 1" + Pontos "Indicador 2" + Pontos "Indicador 3" + Pontos "Indicador 4" + Pontos "Indicador 5" + Pontos "Indicador 6" + Pontos "Indicador 7".



TABELA FAIXA DE AJUSTE DO PAGAMENTO MENSAL		
Faixa de Pontuação	Pagamento Devido	Fator de Ajuste
91 a 100	100%	1,00
81 a 90	97%	0,97
71 a 80	95%	0,95
61 a 70	93%	0,93
51 a 60	90%	0,90
<p>Observação:</p> <p>Abaixo de 91 pontos o fiscal deve informar a GESCON para aplicação de sanções/penalidades contratualmente previstas e legislação aplicável.</p> <p>A faixa de pontuação cumulativa mensal é realizada no tipo decrescente através da subtração dos valores descontados dos IMR's mensais.</p>		

IMR-18. Lista de verificação de IMR

LOCAL:				PERÍODO:	
Indicador	Critério	Pontos	Criticidade	Avaliação	Acúmulo anual
1 – Atendimento às rotinas de Manutenção Preventiva descritas em Anexo do TR.	Sem ocorrências	15			
	1 ocorrência	12			
	2 ocorrências	9			
	3 ocorrências	6			
	4 ocorrências	3			
	5 ou mais ocorrências	0			
2 – Prazos para Atendimento das Ordens de Serviço.	Sem atraso	15			
	1 resposta com atraso	12			
	2 respostas com atraso	9			
	3 respostas com atraso	6			



	4 respostas com atraso	3			
	5 ou mais respostas com atraso	0			
3 – Atendimento aos prazos definidos no TR.	Sem atraso	20			
	1 resposta com atraso	16			
	2 resposta com atraso	12			
	3 resposta com atraso	8			
	4 resposta com atraso	4			
	5 ou mais respostas com atraso	0			
4 – Uso de EPI, Uniformes e Rádios.	Sem ocorrência	10			
	1 ocorrência	8			
	2 ocorrências	6			
	3 ocorrências	4			
	4 ocorrências	2			
	5 ou mais ocorrências	0			
5 – Atraso no Pagamento de Salários e Benefícios.	Sem ocorrência	0			
	1 ocorrência	20			
6 - Falta de Materiais, Equipamentos e Ferramentas previstos em contrato.	Sem ocorrência	10			
	1 ocorrência	8			
	2 ocorrência	6			
	3 ocorrência	4			
	4 ocorrência	2			
	5 ou mais ocorrências	0			
7 - Atraso ou Falta Injustificada de Funcionários.	Sem atraso	10			
	1 respostas com atraso	8			
	2 respostas com atraso	6			
	3 respostas com atraso	4			
	4 respostas com atraso	2			



	5 ou mais respostas com atraso	0			
Pontuação Total					

Observações:

Os prazos poderão ser revistos pela Fiscalização desde que devidamente justificados pelo Responsável Técnico da CONTRATADA dentro do prazo em revisão.

Os fatores de ajuste do pagamento mensal e anual NÃO são cumulativos entre si. Assim, caso seja registrado que a CONTRATADA atingiu o valor de pontos necessários para realizar o ajuste mensal e ajuste anual no mesmo período, deverá ser aplicada a sanção de maior glosa sobre o pagamento.

PLANILHA DA ADMINISTRAÇÃO

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA E DO ETP

<div>  <div> SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS </div> <div> LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS </div> </div>						SUMÁRIO
ITEM	Edificação	Endereço	Cidade	Área	REF	Alocação
1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Mato Grosso do SUL	Rua Fernando Luiz Fernandes, nº 322 - Bairro Vila Sobrinho	Campo Grande	7.892,59	9051.00191.500-6	1 Supervisão Técnica (Eng Elet.), 1 Oficial Eletricista, 1 Oficial Pedreiro, 1 Auxiliar de Manutenção, 1 Almoxarife, 1 Auxiliar de Almoxarifado Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
2	Aeroporto - sala	Av. Duque de Caxias, s/n - Vila Serradinho, Campo Grande - MS, 79101-901	Campo Grande	50,85	Novo TC em andamento	
3	BASE GISE	Rua Serra Nevada, 28, Bairro Chácara Cachoeira	Campo Grande	398,50	AUTORIZADO JUD	
4	Estande de tiro Outdoor	BR 262 sem numero, proximo a Sede da Unidade Descentralizada Embrapa Gado de Corte	Campo Grande	120,00	COMODATO	
5	Passaporte Shopping - sala	Av. Afonso Pena, 4909 - Santa Fé, Campo Grande - MS, 79031-900	Campo Grande	400,00	COMODATO	
6	Delegacia de Polícia Federal em Corumbá	Praça da República, 51, Centro	Corumbá	812,59	9063.00161.500-6	1 Oficial Eletricista, 1 Oficial de Manutenção, Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
7	Terreno para nova DPF em Corumbá	Rua Nossa senhora da Candelaria, S/N	Corumbá	3.200,81	9063.00206.500-0	
8	Nova Delegacia de Polícia Federal em Corumbá (INSS)	Rua Dom Aquino Corrêa, 1265 - Centro	Corumbá	3.595,00	EM REGULARIZAÇÃO	
9	Aeroporto - sala	R. Santos Dumont, S/n - Aeroporto	Corumbá	10,00	TERMO DE CESSÃO	
10	Posto de Migração ESDRAS	Fronteira Brasil/Bolívia	Corumbá	46,50	EM REGULARIZAÇÃO	
11	Delegacia de Polícia Federal em Dourados	Rua Azis Rasselen, nº 360, bairro Vila Popular	Dourados	3.888,84	9073.00095.500-5	1 Oficial Eletricista, 1 Oficial de Manutenção, Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
12	Aeroporto em Dourados	Av. Guaicurus, S/N - Cidade Universitária de, Dourados - MS	Dourados	50,00	EM REGULARIZAÇÃO	
13	Delegacia de Polícia Federal em Naviraí	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	1.024,23	9113.00021.500-4	1 Oficial de Manutenção, Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
14	Pátio de Veículos	Av. Mato Grosso, nº 1215, Bairro Industrial	Naviraí	600,00	9113.00038.500-7	
15	Pátio de Veículos	JARDIM PARAÍSO - PARQUE INDUSTRIAL- Lado impar da Rua José Teixeira, a uma distância de 50,30 metros da Rua Projetada 06 DIJP	Naviraí	15,00	COMODATO	
16	Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Avenida Presidente Vargas, nº 70, bairro Centro	Ponta Porã	688,57	9131.00178.500-7	1 Oficial Eletricista, 1 Oficial de Manutenção.
17	Nova Delegacia de Polícia Federal em Ponta Porã	Av. Jorge Roberto Salomão, S/N, CEP 79.904-15,	Ponta Porã	3.800,00	9131.00285.500-9	
18	Aeroporto - sala	R. Batista de Azevedo, 770 - Granja, Ponta Porã - MS, 79905-360	Ponta Porã	39,89	TERMO DE CESSÃO	

19	BASE GISE	Rua Sete de Setembro Bairro Santa Isabel 2292 Ponta Porã M.S	Ponta Porã	196,96	AUTORIZADO JUD	1 Oficial de Manutenção, Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
20	Pátio de Veículos	MS-380, Km 04 - Zona industrial, Ponta Porã	Ponta Porã	50,00	TERMO DE CESSÃO	
21	NPA	Rua Antônio João, 1371, Centro	Ponta Porã	407,11	TERMO DE ENTREGA DE CHAVES	
22	ALOJAMENTO	Rua Campo Grande, 131 - Vila Reno - Ponta Porã - MS, 79902-274	Ponta Porã	310,00	AUTORIZADO JUD	
23	Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas	Rua Joaquim Murtinho, nº 3.261, Jardim Alvorada	Três Lagoas	917,9	9165.00111.500-6	1 Oficial de Manutenção, Peças e Materiais, Serviços Gerais sob Demanda, Serviços Especializados sob Demanda, Serviços Especializados Rotina.
24	Passaporte Shopping - sala	Av: Jamil Jorge Salomão, 3807 - Portal das Araras, Três Lagoas - MS, 79644-900	Três Lagoas	166,00	COMODATO	
				28.681,34		

QUADRO RESUMO

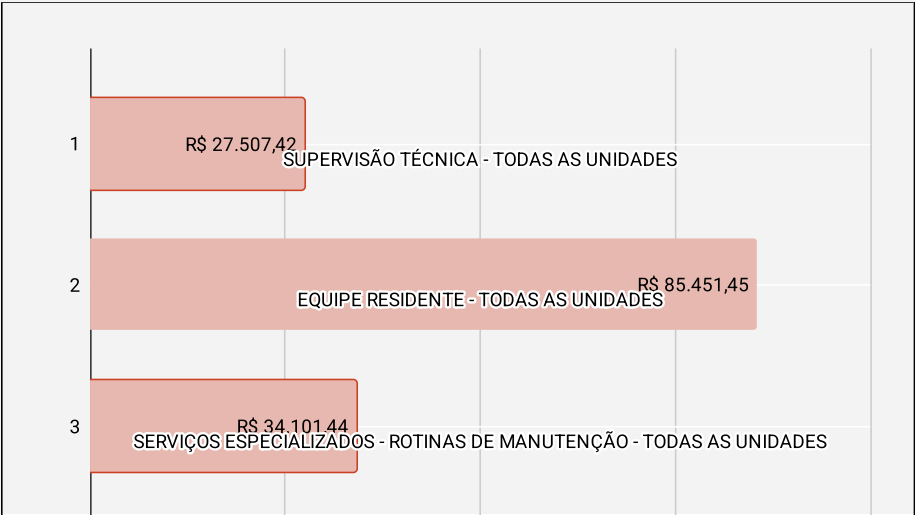
R\$ 5.407.743,21

Processo nº 08335.007032/2024-41 - Manutenção Predial SR/PF/MS e Unidades Descentralizadas

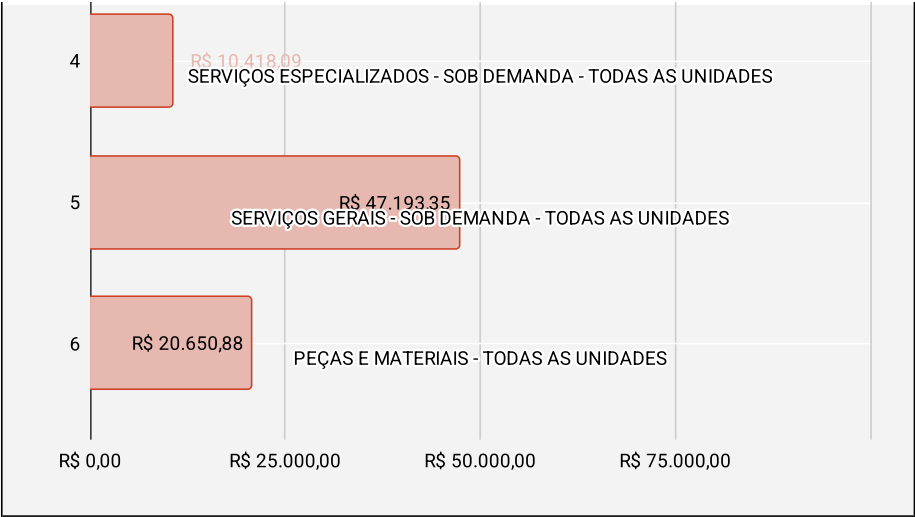
						COM BDI		
Grupo	Item	Descrição	CATSER	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total (2 ANOS)
	1	SUPERVISÃO TÉCNICA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 27.507,42	R\$ 330.089,03	R\$ 660.178,06
	2	EQUIPE RESIDENTE - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 85.451,45	R\$ 1.025.417,37	R\$ 2.050.834,74
	3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - ROTINAS DE MANUTENÇÃO - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 34.101,44	R\$ 409.217,27	R\$ 818.434,54
	4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 10.418,09	R\$ 125.017,14	R\$ 250.034,28
	5	SERVIÇOS GERAIS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 47.193,35	R\$ 566.320,18	R\$ 1.132.640,35
	6	PEÇAS E MATERIAIS - TODAS AS UNIDADES	1627	Mês	24	R\$ 20.650,88	R\$ 247.810,62	R\$ 495.621,24
Valor Total Estimado dos Serviços						R\$ 225.322,63	R\$ 2.703.871,60	R\$ 5.407.743,21
Valor Total Global da Proposta (anual)								R\$ 2.703.871,60
Valor Total Global da Proposta (05 anos)								R\$ 13.519.358,02


SUMÁRIO

- [1. SUPERVISAO TÉCNICA TODAS AS LOCALIDADES - PLANILHA DE CUSTOS](#)
- [2. EQUIPE RESIDENTE SR/PF/PR - PLANILHA DE CUSTOS](#)
- [SINTETICA GERAL](#)
- [7. BDI SERVIÇOS](#)
- [8. BDI MERO FORNECIMENTO](#)
- [10. PLANILHA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÕES CLIMATIZAÇÃO](#)
- [11. PLANILHA ANALÍTICA DE COMPOSIÇÕES - SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO](#)
- [12. PLANILHA DE ORÇAMENTOS PRÓPRIOS - COTAÇÃO DE MERCADO](#)



- [13. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTIDADE EXTINTORES](#)
- [14. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO QUANTIDADE DE GERADORES](#)
- [15. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO QUANTIDADE NO-BREAKs](#)
- [16. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTITATIVO DE CLIMATIZAÇÃO](#)
- [17.QUANT_ELEVADOR](#)
- [18.QUANT_PONTE_ROLANTE](#)
- [19. QUANT_BOILER](#)
- [20.QUANT_PLACA_SOLAR](#)
- [21. RELATÓRIO - HISTORICO DE MANUTENÇÃO 2020 - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO](#)
- [22. RELATÓRIO - HISTORICO DE MANUTENÇÃO 2022 - DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM FOZ DO](#)
- [23. RELATÓRIO HISTORICO CONSOLIDADO E CALCULADORA PARA SERVIÇOS SOB DEMANDA -](#)
- [24-A. TABELA SINAPI INSUMOS](#)
- [26-B - TABELA SINAPI SERVIÇOS](#)
- [28. MÉTODOS](#)
- [29. PESQUISA PAINEL DE PREÇOS](#)
- [30. CRONOGRAMA](#)



<div>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS</div> <div></div> <div>PLANILHA SINTÉTICA GERAL</div> <div>R\$ 2.703.871,60</div>															
<div>1. Razão Social da Empresa: 3. Inscrição Estadual: 5. Endereço: 7. Validade da proposta: 8. Prazo de pagamento: Conforme Edital 9. Banco: _____/ Agência: _____C/c: _____ 10. Representante da Empresa: 12. A unidade da federação na qual será emitido o documento fiscal é:</div> <div>2. CNPJ Nº: 4. Inscrição Municipal: N/A 6. Telefone:</div>					<div>Bancos</div> <div>SINAPI - 06/2024 - MS e Cotações de</div>			<div>BDI para Mão de Obra</div> <div>Campo Grande 31,15%Corumbá 31,15%Dourados 31,15%Naviraí 31,15%Ponta Porá 31,15%Três Lagoas 31,15%</div> <div>BDI para Materiais e Equipamentos</div> <div>18,13%</div>							
ITEM	Código	Código da tabela de origem	Tabela de Origem	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit		Valor Unit com BDI			Total com BDI			Peso (%)
							M.O.	MAT. + EQUIP. + SERV. TERC. + OUTROS	M.O.	MAT. + EQUIP. + SERV. TERC. + OUTROS	TOTAL	M.O.	MAT. + EQUIP. + SERV. TERC. + OUTROS	TOTAL	
1	SUPERVISÃO TÉCNICA - TODAS AS UNIDADES											R\$ 328.068,67	R\$ 2.020,36	R\$ 330.089,03	12,208%
1.1.1	EF_01		SUPER_TEC	ENGENHEIRO CIVIL - SR/PF/MS	MÊS	R\$ 12,00	R\$ 20.845,05	R\$ 142,52	R\$ 27.339,06	R\$ 168,36	R\$ 27.507,42	R\$ 328.068,67	R\$ 2.020,36	R\$ 330.089,03	12,208%
2	EQUIPE RESIDENTE - TODAS AS UNIDADES											R\$ 956.324,06	R\$ 69.093,32	R\$ 1.025.417,37	37,924%
1.2.1	EF_02		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO ELETRICISTA - SR/PF/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 386,14	R\$ 6.316,54	R\$ 456,16	R\$ 6.772,70	R\$ 75.798,44	R\$ 5.473,90	R\$ 81.272,35	3,006%
1.2.2	EF_03		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO PEDREIRO - SR/PF/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 388,56	R\$ 6.316,54	R\$ 459,02	R\$ 6.775,55	R\$ 75.798,44	R\$ 5.508,21	R\$ 81.306,65	3,007%
1.2.3	EF_04		EQP_RESIDENTE	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO - SR/PF/MS	MÊS	12,00	R\$ 3.834,48	R\$ 364,96	R\$ 5.029,06	R\$ 431,14	R\$ 5.460,20	R\$ 60.348,72	R\$ 5.173,66	R\$ 65.522,37	2,423%
1.2.4	EF_05		EQP_RESIDENTE	ALMOXARIFE - SR/PF/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.932,63	R\$ 364,96	R\$ 6.469,32	R\$ 431,14	R\$ 6.900,46	R\$ 77.631,88	R\$ 5.173,66	R\$ 82.805,54	3,062%
1.2.5	EF_06		EQP_RESIDENTE	AUXILIAR DE ALMOXARIFADO - SR/PF/MS	MÊS	12,00	R\$ 3.834,48	R\$ 364,96	R\$ 5.029,06	R\$ 431,14	R\$ 5.460,20	R\$ 60.348,72	R\$ 5.173,66	R\$ 65.522,37	2,423%
1.2.6	EF_07		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DPF/CRA/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 386,14	R\$ 6.316,54	R\$ 456,16	R\$ 6.772,70	R\$ 75.798,44	R\$ 5.473,90	R\$ 81.272,35	3,006%
1.2.7	EF_08		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO ELETRICISTA - DPF/CRA/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 386,14	R\$ 6.316,54	R\$ 456,16	R\$ 6.772,70	R\$ 75.798,44	R\$ 5.473,90	R\$ 81.272,35	3,006%
1.2.8	EF_09		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO ELETRICISTA DPF/DRS/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 386,14	R\$ 6.316,54	R\$ 456,16	R\$ 6.772,70	R\$ 75.798,44	R\$ 5.473,90	R\$ 81.272,35	3,006%
1.2.9	EF_10		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DPF/DRS/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 364,96	R\$ 6.316,54	R\$ 431,14	R\$ 6.747,67	R\$ 75.798,44	R\$ 5.173,66	R\$ 80.972,10	2,995%
1.2.10	EF_11		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DPF/NVI/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 364,96	R\$ 6.316,54	R\$ 431,14	R\$ 6.747,67	R\$ 75.798,44	R\$ 5.173,66	R\$ 80.972,10	2,995%
1.2.11	EF_12		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DPF/PPA/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 364,96	R\$ 6.316,54	R\$ 431,14	R\$ 6.747,67	R\$ 75.798,44	R\$ 5.173,66	R\$ 80.972,10	2,995%
1.2.12	EF_13		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO ELETRICISTA - DPF/PPA/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,79	R\$ 386,14	R\$ 6.317,40	R\$ 456,16	R\$ 6.773,55	R\$ 75.808,75	R\$ 5.473,90	R\$ 81.282,65	3,006%
1.2.13	EF_14		EQP_RESIDENTE	OFICIAL DE MANUTENÇÃO - DPF/TLS/MS	MÊS	12,00	R\$ 4.816,13	R\$ 364,96	R\$ 6.316,54	R\$ 431,14	R\$ 6.747,67	R\$ 75.798,44	R\$ 5.173,66	R\$ 80.972,10	2,995%
3	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - ROTINAS DE MANUTENÇÃO - TODAS AS UNIDADES											R\$ 0,00	R\$ 403.546,89	R\$ 409.217,27	15,134%
3.1	Sistema de Geração de Energia - Geradores - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 67.860,29	R\$ 67.860,29	2,510%
3.1.2	SERV_GERAD_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA GRUPO GERADOR STEMAC 500KVA, GRAMACO G2R, MOTOR SCANIA (DC 1253A) COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE ROTINAS DE SERVIÇOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. MATERIAIS INCLUSOS: 2 FILTROS DE ÓLEO DIESEL, 2 FILTROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, 2 JUNTAS DO BUIÃO DO CARTER, 2 FILTROS DE AR PRIMÁRIO, 2 FILTROS DE AR SECUNDÁRIO, 2 PRÉ-FILTROS, 4 ARRUELAS DE VEDAÇÃO, 2 BALDES DE ÓLEO DE 20 L, 2 MANGUEIRAS DE PRE AQUECIMENTO DE 5/8 E 8 ABRAÇADEIRAS PRÉ AQUECIMENTO.	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 2.987,00	R\$ 0,00	R\$ 3.528,63	R\$ 3.528,63	R\$ 0,00	R\$ 42.343,58	R\$ 42.343,58	1,566%
3.1.3	SERV_GERAD_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA GRUPO GERADOR STEMAC 150KVA , MOTOR MWM (6.10T)COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE ROTINAS DE SERVIÇOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. MATERIAIS INCLUSOS: 2 FILTROS DE ÓLEO DIESEL, 2 FILTROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, 2 JUNTAS DO BUIÃO DO CARTER, 2 FILTROS DE AR PRIMÁRIO, 2 FILTROS DE AR SECUNDÁRIO, 2 PRÉ-FILTROS, 4 ARRUELAS DE VEDAÇÃO, 2 BALDES DE ÓLEO DE 20 L, 2 MANGUEIRAS DE PRE AQUECIMENTO DE 5/8 E 8 ABRAÇADEIRAS PRÉ AQUECIMENTO.	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00	R\$ 2.126,39	R\$ 2.126,39	R\$ 0,00	R\$ 25.516,72	R\$ 25.516,72	0,944%
3.2	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - SR/PF/PMS											R\$ 0,00	R\$ 16.859,93	R\$ 16.859,93	0,624%
3.2.1	SERV_NOBREAK_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak até 5 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 487,00	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	0,021%
3.2.2	SERV_NOBREAK_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 5 a 20 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	R\$ 0,00	R\$ 4.075,59	R\$ 4.075,59	0,151%

3.2.2	SERV_NOBREAK_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 20 a 30 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 1.320,00	R\$ 0,00	R\$ 1.559,35	R\$ 1.559,35	R\$ 0,00	R\$ 3.118,71	R\$ 3.118,71	0,115%
3.2.2	SERV_NOBREAK_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 30 a 40 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.595,00	R\$ 0,00	R\$ 1.884,22	R\$ 1.884,22	R\$ 0,00	R\$ 1.884,22	R\$ 1.884,22	0,070%
3.2.3	SERV_NOBREAK_006	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 60 a 100 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 3.050,00	R\$ 0,00	R\$ 3.603,06	R\$ 3.603,06	R\$ 0,00	R\$ 7.206,11	R\$ 7.206,11	0,267%
3.3	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/CRA/MS											R\$ 0,00	R\$ 4.844,63	R\$ 4.844,63	0,179%
3.3.1	SERV_NOBREAK_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 20 a 30 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 1.320,00	R\$ 0,00	R\$ 1.559,35	R\$ 1.559,35	R\$ 0,00	R\$ 3.118,71	R\$ 3.118,71	0,115%
3.3.2	SERV_NOBREAK_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak até 5 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 487,00	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	R\$ 0,00	R\$ 1.725,92	R\$ 1.725,92	0,064%
3.4	Sistema de Geração de Energia - Geradores - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 23.390,32	R\$ 23.390,32	0,865%
3.4.1	SERV_GERAD_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA GRUPO GERADOR WEG 50KVA , MOTOR PERK COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE ROTINAS DE SERVIÇOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. MATERIAIS INCLUSOS: 2 FILTROS DE ÓLEO DIESEL, 2 FILTROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, 2 JUNTAS DO BUIÃO DO CARTER, 2 FILTROS DE AR PRIMÁRIO, 2 FILTROS DE AR SECUNDÁRIO, 2 PRÉ-FILTROS, 4 ARRUELAS DE VEDAÇÃO, 2 BALDES DE ÓLEO DE 20 L, 2 MANGUEIRAS DE PRE AQUECIMENTO DE 5/8 E 8 ABRAÇADEIRAS PRÉ AQUECIMENTO.	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 1.650,00	R\$ 0,00	R\$ 1.949,19	R\$ 1.949,19	R\$ 0,00	R\$ 23.390,32	R\$ 23.390,32	0,865%
3.5	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 4.075,59	R\$ 4.075,59	0,151%
3.5.1	SERV_NOBREAK_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 5 a 20 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	R\$ 0,00	R\$ 4.075,59	R\$ 4.075,59	0,151%
3.6	Sistema de Geração de Energia - Geradores - DPF/NVI/MS											R\$ 0,00	R\$ 25.516,72	R\$ 25.516,72	0,944%
3.6.1	SERV_GERAD_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA GRUPO GERADOR STEMAC 150KVA , MOTOR MWM (6.10T)COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE ROTINAS DE SERVIÇOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. MATERIAIS INCLUSOS: 2 FILTROS DE ÓLEO DIESEL, 2 FILTROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, 2 JUNTAS DO BUIÃO DO CARTER, 2 FILTROS DE AR PRIMÁRIO, 2 FILTROS DE AR SECUNDÁRIO, 2 PRÉ-FILTROS, 4 ARRUELAS DE VEDAÇÃO, 2 BALDES DE ÓLEO DE 20 L, 2 MANGUEIRAS DE PRE AQUECIMENTO DE 5/8 E 8 ABRAÇADEIRAS PRÉ AQUECIMENTO.	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 1.800,00	R\$ 0,00	R\$ 2.126,39	R\$ 2.126,39	R\$ 0,00	R\$ 25.516,72	R\$ 25.516,72	0,944%
3.7	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/NVI/MS											R\$ 0,00	R\$ 1.933,84	R\$ 1.933,84	0,072%
3.7.1	SERV_NOBREAK_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak até 5 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 487,00	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	0,021%
3.7.2	SERV_NOBREAK_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 5 a 20 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	0,050%
3.8	Sistema de Geração de Energia - Geradores - DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 38.912,99	R\$ 38.912,99	1,439%
3.8.1	SERV_GERAD_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA GRUPO GERADOR STEMAC 300KVA, MOTOR FPT, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DE ROTINAS DE SERVIÇOS CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. MATERIAIS INCLUSOS: 2 FILTROS DE ÓLEO DIESEL, 2 FILTROS DE ÓLEO LUBRIFICANTE, 2 JUNTAS DO BUIÃO DO CARTER, 2 FILTROS DE AR PRIMÁRIO, 2 FILTROS DE AR SECUNDÁRIO, 2 PRÉ-FILTROS, 4 ARRUELAS DE VEDAÇÃO, 2 BALDES DE ÓLEO DE 20 L, 2 MANGUEIRAS DE PRE AQUECIMENTO DE 5/8 E 8 ABRAÇADEIRAS PRÉ AQUECIMENTO.	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 2.745,00	R\$ 0,00	R\$ 3.242,75	R\$ 3.242,75	R\$ 0,00	R\$ 38.912,99	R\$ 38.912,99	1,439%
3.9	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 5.794,42	R\$ 5.794,42	0,214%
3.9.1	SERV_NOBREAK_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak até 5 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 487,00	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	R\$ 0,00	R\$ 2.876,54	R\$ 2.876,54	0,106%
	SERV_NOBREAK_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 5 a 20 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	0,050%
	SERV_NOBREAK_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 20 a 30 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.320,00	R\$ 0,00	R\$ 1.559,35	R\$ 1.559,35	R\$ 0,00	R\$ 1.559,35	R\$ 1.559,35	0,058%
3.10	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/TLS/MS											R\$ 0,00	R\$ 1.933,84	R\$ 1.933,84	0,072%
3.10.1	SERV_NOBREAK_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak até 5 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 487,00	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	R\$ 0,00	R\$ 575,31	R\$ 575,31	0,021%
	SERV_NOBREAK_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Serviço de Manutenção Preventiva de Nobreak de 5 a 20 KVA, revisão e limpeza geral conforme rotina estipulada em TR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.150,00	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	R\$ 0,00	R\$ 1.358,53	R\$ 1.358,53	0,050%
3.11	Elevadores de passageiro - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 28.068,39	R\$ 28.068,39	1,038%
3.11.1	SERV_ELEV_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA ELEVADOR 850KG 4 PARADAS	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 1.169,52	R\$ 1.169,52	R\$ 0,00	R\$ 14.034,19	R\$ 14.034,19	0,519%
3.11.2	SERV_ELEV_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA ELEVADOR 850KG 4 PARADAS	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 1.169,52	R\$ 1.169,52	R\$ 0,00	R\$ 14.034,19	R\$ 14.034,19	0,519%
3.12	Elevadores Automotivos - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 22.681,53	R\$ 22.681,53	0,839%
3.12.1	SERV_ELEV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA AUTOMOTIVA	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%

3.12.2	SERV_ELEV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA AUTOMOTIVA	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%
3.13	Elevadores de passageiro PCD - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.13.1	SERV_ELEV_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA DE PCD	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 472,53	R\$ 472,53	R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.13	Elevadores de passageiro PCD - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.13.1	SERV_ELEV_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA DE PCD	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 472,53	R\$ 472,53	R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.14	Elevadores Automotivo - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%
3.14.1	SERV_ELEV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA AUTOMOTIVA	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%
3.16	Elevadores de passageiro - DPF/CRA/MS											R\$ 0,00	R\$ 28.068,39	R\$ 28.068,39	1,038%
3.16.1	SERV_ELEV_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA ELEVADOR 490KG 5 PARADAS	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 1.169,52	R\$ 1.169,52	R\$ 0,00	R\$ 14.034,19	R\$ 14.034,19	0,519%
3.16.2	SERV_ELEV_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA ELEVADOR 490KG 5 PARADAS	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 1.169,52	R\$ 1.169,52	R\$ 0,00	R\$ 14.034,19	R\$ 14.034,19	0,519%
3.15	Elevadores de passageiro PCD - DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.15.1	SERV_ELEV_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA DE PCD	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 400,00	R\$ 0,00	R\$ 472,53	R\$ 472,53	R\$ 0,00	R\$ 5.670,38	R\$ 5.670,38	0,210%
3.17	Elevadores Automotivos - DPF/PPA/PF											R\$ 0,00	R\$ 22.681,53	R\$ 22.681,53	0,839%
3.17.1	SERV_ELEV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA AUTOMOTIVA	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%
3.17.2	SERV_ELEV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E EMERGENCIAL PARA PLATAFORMA AUTOMOTIVA	MÊS	12	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 11.340,76	R\$ 11.340,76	0,419%
3.18	Manuten;ão e Limpeza de Usina Fotovoltaica DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 42.173,46	R\$ 42.173,46	1,560%
3.18.1	SERV_FOTO_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE USINA FOTOVOLTAICA 4 INVERSORES DE 50KW E 450 PLACAS DE 420W	ANO	2	R\$ 0,00	R\$ 17.850,00	R\$ 0,00	R\$ 21.086,73	R\$ 21.086,73	R\$ 0,00	R\$ 42.173,46	R\$ 42.173,46	1,560%
3.19	Manuten;ão e Limpeza de Usina Fotovoltaica DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 22.445,26	R\$ 22.445,26	0,830%
3.19.1	SERV_FOTO_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE USINA FOTOVOLTAICA 2 INVERSORES DE 75KW E 260 PLACAS DE 550W	ANO	2	R\$ 0,00	R\$ 9.500,00	R\$ 0,00	R\$ 11.222,63	R\$ 11.222,63	R\$ 0,00	R\$ 22.445,26	R\$ 22.445,26	0,830%
3.20	Manutenção e Limpeza de Usina Fotovoltaica DPF/TLS/MS											R\$ 0,00	R\$ 14.175,95	R\$ 14.175,95	0,524%
3.20.1	SERV_FOTO_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE USINA FOTOVOLTAICA 3 INVERSORES DE 30KW E 102 PLACAS DE 665W	ANO	2	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 7.087,98	R\$ 7.087,98	R\$ 0,00	R\$ 14.175,95	R\$ 14.175,95	0,524%
3.21	Manutenção e Limpeza de Ponte Rolante DPF/NVI/MS											R\$ 0,00	R\$ 9.448,27	R\$ 9.448,27	0,349%
3.21.1	PONTE_MAN_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE PONTE ROLANTE TLS 04	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 7.998,00	R\$ 0,00	R\$ 9.448,27	R\$ 9.448,27	R\$ 0,00	R\$ 9.448,27	R\$ 9.448,27	0,349%
4	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES											R\$ 0,00	R\$ 125.017,14	R\$ 125.017,14	4,624%
4.1	Prevenção contra Incêndios - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 17.845,48	R\$ 17.845,48	0,660%
4.1.1	MAN_COT.030	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 6Kg	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 177,20	R\$ 177,20	R\$ 0,00	R\$ 5.315,98	R\$ 5.315,98	0,197%
4.1.2	MAN_COT.031	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 10Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 130,00	R\$ 0,00	R\$ 153,57	R\$ 153,57	R\$ 0,00	R\$ 153,57	R\$ 153,57	0,006%
4.1.3	MAN_COT.032	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 25Kg	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 180,25	R\$ 0,00	R\$ 212,93	R\$ 212,93	R\$ 0,00	R\$ 425,87	R\$ 425,87	0,016%
4.1.4	MAN_COT.033	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe ABC - 4Kg	UN	51	R\$ 0,00	R\$ 35,40	R\$ 0,00	R\$ 41,82	R\$ 41,82	R\$ 0,00	R\$ 2.132,77	R\$ 2.132,77	0,079%
4.1.5	MAN_COT.035	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe ABC - 6Kg	UN	56	R\$ 0,00	R\$ 53,10	R\$ 0,00	R\$ 62,73	R\$ 62,73	R\$ 0,00	R\$ 3.512,80	R\$ 3.512,80	0,130%
4.1.6	MAN_COT.036	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe ABC - 12Kg	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 106,20	R\$ 0,00	R\$ 125,46	R\$ 125,46	R\$ 0,00	R\$ 501,83	R\$ 501,83	0,019%
4.1.7	MAN_COT.037	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 20Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 132,97	R\$ 0,00	R\$ 157,08	R\$ 157,08	R\$ 0,00	R\$ 157,08	R\$ 157,08	0,006%
4.1.8	MAN_COT.038	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 50Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 280,00	R\$ 0,00	R\$ 330,77	R\$ 330,77	R\$ 0,00	R\$ 330,77	R\$ 330,77	0,012%
4.1.9	MAN_COT.039	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de espuma mecânica classe AB - 50 L	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 299,00	R\$ 0,00	R\$ 353,22	R\$ 353,22	R\$ 0,00	R\$ 353,22	R\$ 353,22	0,013%
4.1.10	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	56	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 4.961,58	R\$ 4.961,58	0,183%
4.2	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - SR/PF/MS											R\$ 0,00	R\$ 53.732,77	R\$ 53.732,77	1,987%
4.2.1	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	60	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 37.892,33	R\$ 37.892,33	1,401%
4.2.2	SERV_NOBREAK_011	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 7 Ah - Mão de obra e Material	UN	110	R\$ 0,00	R\$ 121,90	R\$ 0,00	R\$ 144,00	R\$ 144,00	R\$ 0,00	R\$ 15.840,45	R\$ 15.840,45	0,586%
4.3	Prevenção contra Incêndios - DPF/CRA/MS											R\$ 0,00	R\$ 1.837,63	R\$ 1.837,63	0,068%
4.3.1	MAN_COT.034	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 4Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 32,48	R\$ 0,00	R\$ 38,37	R\$ 38,37	R\$ 0,00	R\$ 38,37	R\$ 38,37	0,001%
4.3.1	MAN_COT.0340	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 6Kg	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 45,99	R\$ 0,00	R\$ 54,33	R\$ 54,33	R\$ 0,00	R\$ 651,95	R\$ 651,95	0,024%
4.3.2	MAN_COT.0341	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 12Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 106,20	R\$ 0,00	R\$ 125,46	R\$ 125,46	R\$ 0,00	R\$ 125,46	R\$ 125,46	0,005%
4.3.3	MAN_COT.0380	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de espuma mecânica classe AB - 10 L	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 98,00	R\$ 0,00	R\$ 115,77	R\$ 115,77	R\$ 0,00	R\$ 578,85	R\$ 578,85	0,021%
4.3.4	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 443,00	R\$ 443,00	0,016%
4.4	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/CRA/MS											R\$ 0,00	R\$ 21.589,45	R\$ 21.589,45	0,798%
4.4.1	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 18.946,16	R\$ 18.946,16	0,701%

4.4.2	SERV_NOBREAK_011	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 7 Ah - Mão de obra e Material	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 121,90	R\$ 0,00	R\$ 144,00	R\$ 144,00	R\$ 0,00	R\$ 576,02	R\$ 576,02	0,021%
4.4.3	SERV_NOBREAK_008	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 18 Ah - Mão de obra e Material	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 349,99	R\$ 0,00	R\$ 413,45	R\$ 413,45	R\$ 0,00	R\$ 2.067,27	R\$ 2.067,27	0,076%
4.5	Prevenção contra Incêndios - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 3.957,15	R\$ 3.957,15	0,146%
4.5.1	MAN_COT.030	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 6Kg	UN	9	R\$ 0,00	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 177,20	R\$ 177,20	R\$ 0,00	R\$ 1.594,79	R\$ 1.594,79	0,059%
4.5.2	MAN_COT.034	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 4Kg	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 32,48	R\$ 0,00	R\$ 38,37	R\$ 38,37	R\$ 0,00	R\$ 383,70	R\$ 383,70	0,014%
4.5.3	MAN_COT.0340	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 6Kg	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 45,99	R\$ 0,00	R\$ 54,33	R\$ 54,33	R\$ 0,00	R\$ 108,66	R\$ 108,66	0,004%
4.5.4	MAN_COT.0342	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 8Kg	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 50,00	R\$ 0,00	R\$ 59,07	R\$ 59,07	R\$ 0,00	R\$ 118,13	R\$ 118,13	0,004%
4.5.5	MAN_COT.037	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 20Kg	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 132,97	R\$ 0,00	R\$ 157,08	R\$ 157,08	R\$ 0,00	R\$ 157,08	R\$ 157,08	0,006%
4.5.6	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	18	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 1.594,79	R\$ 1.594,79	0,059%
4.6	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/DRS/MS											R\$ 0,00	R\$ 5.229,27	R\$ 5.229,27	0,193%
4.6.1	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 3.789,23	R\$ 3.789,23	0,140%
4.6.2	SERV_NOBREAK_011	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 7 Ah - Mão de obra e Material	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 121,90	R\$ 0,00	R\$ 144,00	R\$ 144,00	R\$ 0,00	R\$ 1.440,04	R\$ 1.440,04	0,053%
4.7	Prevenção contra Incêndios - DPF/NVI/MS											R\$ 0,00	R\$ 1.481,40	R\$ 1.481,40	0,055%
4.7.1	MAN_COT.034	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 4Kg	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 32,48	R\$ 0,00	R\$ 38,37	R\$ 38,37	R\$ 0,00	R\$ 306,96	R\$ 306,96	0,011%
4.7.2	MAN_COT.035	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe ABC - 6Kg	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 53,10	R\$ 0,00	R\$ 62,73	R\$ 62,73	R\$ 0,00	R\$ 125,46	R\$ 125,46	0,005%
4.7.3	MAN_COT.0340	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 6Kg	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 45,99	R\$ 0,00	R\$ 54,33	R\$ 54,33	R\$ 0,00	R\$ 162,99	R\$ 162,99	0,006%
4.7.4	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 886,00	R\$ 886,00	0,033%
4.8	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/NVI/MS											R\$ 0,00	R\$ 2.126,13	R\$ 2.126,13	0,079%
4.8.1	SERV_NOBREAK_009	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 9 Ah - Mão de obra e Material	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 183,30	R\$ 0,00	R\$ 216,54	R\$ 216,54	R\$ 0,00	R\$ 1.299,23	R\$ 1.299,23	0,048%
4.8.2	SERV_NOBREAK_008	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 18 Ah - Mão de obra e Material	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 349,99	R\$ 0,00	R\$ 413,45	R\$ 413,45	R\$ 0,00	R\$ 826,91	R\$ 826,91	0,031%
4.9	Prevenção contra Incêndios - DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 748,92	R\$ 748,92	0,028%
4.9.1	MAN_COT.030	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 6Kg	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 177,20	R\$ 177,20	R\$ 0,00	R\$ 354,40	R\$ 354,40	0,013%
4.9.2	MAN_COT.0340	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 6Kg	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 45,99	R\$ 0,00	R\$ 54,33	R\$ 54,33	R\$ 0,00	R\$ 217,32	R\$ 217,32	0,008%
4.9.3	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 177,20	R\$ 177,20	0,007%
4.11	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/PPA/MS											R\$ 0,00	R\$ 10.754,23	R\$ 10.754,23	0,398%
4.11.1	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	16	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 10.104,62	R\$ 10.104,62	0,374%
4.11.2	SERV_NOBREAK_009	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 9 Ah - Mão de obra e Material	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 183,30	R\$ 0,00	R\$ 216,54	R\$ 216,54	R\$ 0,00	R\$ 649,61	R\$ 649,61	0,024%
4.10	Prevenção contra Incêndios - DPF/TLS/MS											R\$ 0,00	R\$ 1.925,47	R\$ 1.925,47	0,071%
4.10.1	MAN_COT.030	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de gás carbônico (CO2) classe AB - 6Kg	UN	7	R\$ 0,00	R\$ 150,00	R\$ 0,00	R\$ 177,20	R\$ 177,20	R\$ 0,00	R\$ 1.240,40	R\$ 1.240,40	0,046%
4.10.2	MAN_COT.034	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de pó químico seco (PQS) classe BC - 4Kg	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 32,48	R\$ 0,00	R\$ 38,37	R\$ 38,37	R\$ 0,00	R\$ 153,48	R\$ 153,48	0,006%
4.10.3	MAN_COT.040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Recarga de extintor de água pressurizada classe A - 10 L	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 531,60	R\$ 531,60	0,020%
4.11	Sistema de Energia Ininterrupta - No Breaks - DPF/PPA/TLS											R\$ 0,00	R\$ 3.789,23	R\$ 3.789,23	0,140%
4.11.1	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 1.263,08	R\$ 1.263,08	0,047%
	SERV_NOBREAK_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Substituição de banco de baterias, unidades de 45 Ah - Mão de obra e Material	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 534,60	R\$ 0,00	R\$ 631,54	R\$ 631,54	R\$ 0,00	R\$ 2.526,16	R\$ 2.526,16	0,093%
5	SERVIÇOS GERAIS - SOB DEMANDA - TODAS AS UNIDADES											R\$ 43.953,58	R\$ 522.366,60	R\$ 566.320,18	20,945%
5.1	PROFISSIONAIS											R\$ 18.326,77	R\$ 24.642,77	R\$ 42.969,54	1,589%
5.1.1	88309	SINAPI	SINAPI-S	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20	R\$ 16,93	R\$ 6,52	R\$ 22,20	R\$ 7,70	R\$ 29,91	R\$ 444,09	R\$ 154,05	R\$ 598,13	0,022%
5.1.2	88325	SINAPI	SINAPI-S	VIDRACEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 14,49	R\$ 6,52	R\$ 19,00	R\$ 7,70	R\$ 26,71	R\$ 190,04	R\$ 77,02	R\$ 267,06	0,010%
5.1.3	88310	SINAPI	SINAPI-S	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 16,81	R\$ 8,16	R\$ 22,05	R\$ 9,64	R\$ 31,69	R\$ 220,47	R\$ 96,40	R\$ 316,87	0,012%
5.1.4	88267	SINAPI	SINAPI-S	ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRÁULICO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 16,87	R\$ 5,83	R\$ 22,13	R\$ 6,89	R\$ 29,01	R\$ 221,26	R\$ 68,87	R\$ 290,13	0,011%
5.1.5	88273	SINAPI	SINAPI-S	MARCENEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 15,57	R\$ 6,38	R\$ 20,42	R\$ 7,54	R\$ 27,96	R\$ 204,21	R\$ 75,37	R\$ 279,58	0,010%
5.1.6	88317	SINAPI	SINAPI-S	SOLDADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 17,06	R\$ 7,48	R\$ 22,37	R\$ 8,84	R\$ 31,21	R\$ 223,75	R\$ 88,36	R\$ 312,11	0,012%
5.1.7	88315	SINAPI	SINAPI-S	SERRALHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 17,15	R\$ 6,52	R\$ 22,49	R\$ 7,70	R\$ 30,20	R\$ 224,93	R\$ 77,02	R\$ 301,95	0,011%
5.1.8	88264	SINAPI	SINAPI-S	ELETRICISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	10	R\$ 17,24	R\$ 6,51	R\$ 22,61	R\$ 7,69	R\$ 30,30	R\$ 226,11	R\$ 76,90	R\$ 303,01	0,011%
5.1.9	90777	SINAPI	SINAPI-S	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	40	R\$ 99,49	R\$ 2,13	R\$ 130,48	R\$ 2,52	R\$ 133,00	R\$ 5.219,39	R\$ 100,65	R\$ 5.320,04	0,197%
5.1.10	88252	SINAPI	SINAPI-S	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20	R\$ 12,49	R\$ 6,40	R\$ 16,38	R\$ 7,56	R\$ 23,94	R\$ 327,62	R\$ 151,21	R\$ 478,83	0,018%

5.1.11	90768	SINAPI	SINAPI-S	ARQUITETO DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	20	R\$ 96,93	R\$ 2,13	R\$ 127,13	R\$ 2,52	R\$ 129,64	R\$ 2.542,55	R\$ 50,32	R\$ 2.592,87	0,096%
5.1.12	ESTAG_01	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	ESTAGIARIO DE ENGENHARIA	MES	12	R\$ 0,00	R\$ 1.400,00	R\$ 0,00	R\$ 1.653,86	R\$ 1.653,86	R\$ 0,00	R\$ 19.846,34	R\$ 19.846,34	0,734%
5.1.13	88316	SINAPI	SINAPI-S	SERVENTE	H	500	R\$ 12,63	R\$ 6,40	R\$ 16,56	R\$ 7,56	R\$ 24,13	R\$ 8.282,36	R\$ 3.780,25	R\$ 12.062,61	0,446%
5.2	SERVIÇOS CIVIL, ELÉTRICA E HIDRÁULICA											R\$ 25.453,37	R\$ 139.982,77	R\$ 165.436,14	6,118%
5.2.1	MAN_PR_001	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE DE PAREDE FIXO PARA TV E MONITOR DE 32 À 80 POLEGADAS	UN	2,00	R\$ 38,42	R\$ 197,85	R\$ 50,39	R\$ 233,73	R\$ 284,12	R\$ 100,78	R\$ 467,45	R\$ 568,23	0,021%
5.2.2	100903	SINAPI	SINAPI-S	LÂMPADA TUBULAR LED DE 18/20 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	UN	50,00	R\$ 5,64	R\$ 20,04	R\$ 7,40	R\$ 23,67	R\$ 31,07	R\$ 369,85	R\$ 1.183,69	R\$ 1.553,55	0,057%
5.2.3	91953	SINAPI	SINAPI-S	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	R\$ 11,03	R\$ 14,40	R\$ 14,47	R\$ 17,01	R\$ 31,48	R\$ 28,93	R\$ 34,02	R\$ 62,95	0,002%
5.2.4	MAN_PR_002	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE AÇO 1/8 REVESTIDO COM PVC, TOTAL 50M, PARA PORTA BANDEIRAS	UN	2,00	R\$ 258,19	R\$ 613,40	R\$ 338,63	R\$ 724,63	R\$ 1.063,25	R\$ 677,25	R\$ 1.449,26	R\$ 2.126,51	0,079%
5.2.5	MAN_PR_003	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VENTILADOR DE PAREDE 50CM COM 6 PÁS, 200W, BIVOLT	UN	3,00	R\$ 30,59	R\$ 422,52	R\$ 40,12	R\$ 499,14	R\$ 539,26	R\$ 120,36	R\$ 1.497,41	R\$ 1.617,77	0,060%
5.2.6	MAN_PR_004	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE FORRO DE FIBRA MINERAL - EXCLUSIVE ESTRUTURA DE SUSTENTAÇÃO	UN	40,00	R\$ 3,50	R\$ 60,49	R\$ 4,59	R\$ 71,46	R\$ 76,05	R\$ 183,58	R\$ 2.858,22	R\$ 3.041,81	0,112%
5.2.7	MAN_PR_005	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BATERIA SELADA 12V - 60 AH	UN	6,00	R\$ 15,30	R\$ 501,41	R\$ 20,06	R\$ 592,33	R\$ 612,39	R\$ 120,36	R\$ 3.553,98	R\$ 3.674,34	0,136%
5.2.8	88489	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	36,00	R\$ 3,42	R\$ 8,03	R\$ 4,49	R\$ 9,49	R\$ 13,97	R\$ 161,48	R\$ 341,50	R\$ 502,98	0,019%
5.2.9	102209	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M2	2,00	R\$ 3,20	R\$ 4,08	R\$ 4,20	R\$ 4,82	R\$ 9,02	R\$ 8,39	R\$ 9,64	R\$ 18,03	0,001%
5.2.10	93653	SINAPI	SINAPI-S	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	3,00	R\$ 1,06	R\$ 10,66	R\$ 1,39	R\$ 12,59	R\$ 13,98	R\$ 4,17	R\$ 37,78	R\$ 41,95	0,002%
5.2.11	96358	SINAPI	SINAPI-S	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS. AF_07/2023_PS	M2	4,00	R\$ 12,35	R\$ 78,68	R\$ 16,20	R\$ 92,95	R\$ 109,14	R\$ 64,79	R\$ 371,79	R\$ 436,58	0,016%
5.2.12	97610	SINAPI	SINAPI-S	LÂMPADA COMPACTA DE LED 10 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	26,00	R\$ 3,77	R\$ 10,65	R\$ 4,94	R\$ 12,58	R\$ 17,53	R\$ 128,56	R\$ 327,11	R\$ 455,67	0,017%
5.2.13	86878	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA EM METAL CROMADO TIPO AMERICANA 3.1/2" X 1.1/2" PARA PIA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	R\$ 3,60	R\$ 117,32	R\$ 4,72	R\$ 138,59	R\$ 143,32	R\$ 9,44	R\$ 277,19	R\$ 286,63	0,011%
5.2.14	MAN_PR_014	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EXTENSÃO ELÉTRICA COM CABO DE COBRE PP CORDPLAST 3 X 2,5MM2, ISOLAMENTO 40/750V COM ISOLAÇÃO PP 70ºC, COMPRIMENTO DE 1,5M	UN	8,00	R\$ 10,71	R\$ 43,86	R\$ 14,04	R\$ 51,81	R\$ 65,85	R\$ 112,34	R\$ 414,48	R\$ 526,81	0,019%
5.2.15	98296	SINAPI	SINAPI-S	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	47,00	R\$ 0,80	R\$ 10,18	R\$ 1,05	R\$ 12,03	R\$ 13,08	R\$ 49,31	R\$ 565,22	R\$ 614,53	0,023%
5.2.16	101657	SINAPI	SINAPI-S	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 98 W ATÉ 137 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	24,00	R\$ 11,53	R\$ 437,47	R\$ 15,12	R\$ 516,80	R\$ 531,92	R\$ 362,93	R\$ 12.403,11	R\$ 12.766,04	0,472%
5.2.17	101632	SINAPI	SINAPI-S	RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	3,00	R\$ 0,49	R\$ 37,35	R\$ 0,64	R\$ 44,12	R\$ 44,77	R\$ 1,93	R\$ 132,37	R\$ 134,30	0,005%
5.2.18	91306	SINAPI	SINAPI-S	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTAS INTERNAS, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, COM EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	2,00	R\$ 16,96	R\$ 129,63	R\$ 22,24	R\$ 153,14	R\$ 175,38	R\$ 44,49	R\$ 306,27	R\$ 350,76	0,013%
5.2.19	95547	SINAPI	SINAPI-S	SABONETEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA SABONETE LIQUIDO COM RESERVATORIO 800 A 1500 ML, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	7,00	R\$ 6,56	R\$ 51,97	R\$ 8,60	R\$ 61,39	R\$ 70,00	R\$ 60,23	R\$ 429,76	R\$ 489,98	0,018%
5.2.20	MAN_PR_015	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	VEDAÇÃO DE ELEMENTOS COM SILICONE PASTOSO	M	2,00	R\$ 0,85	R\$ 0,94	R\$ 1,11	R\$ 1,11	R\$ 2,22	R\$ 2,22	R\$ 2,23	R\$ 4,45	0,000%
5.2.21	MAN_PR_021	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	REPARO DE VAZAMENTO EM BACIAS SANITÁRIAS COM A RETIRADA, COLOCAÇÃO DE NOVAS VEDAÇÕES E REASSENTAMENTO	UN	1,00	R\$ 59,00	R\$ 44,64	R\$ 77,38	R\$ 52,74	R\$ 130,12	R\$ 77,38	R\$ 52,74	R\$ 130,12	0,005%
5.2.22	101654	SINAPI	SINAPI-S	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 33 W ATÉ 50 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	13,00	R\$ 11,53	R\$ 215,03	R\$ 15,12	R\$ 254,02	R\$ 269,14	R\$ 196,59	R\$ 3.302,28	R\$ 3.498,86	0,129%
5.2.23	MAN_PR_016	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	VISITA TÉCNICA DE OFICIAL DE ELÉTRICA E AJUDANTE PARA VERIFICAÇÃO DE PROBLEMA GERAL	UN	2,00	R\$ 45,89	R\$ 30,52	R\$ 60,18	R\$ 36,05	R\$ 96,23	R\$ 120,36	R\$ 72,10	R\$ 192,46	0,007%
5.2.24	91952	SINAPI	SINAPI-S	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 7,10	R\$ 8,94	R\$ 9,31	R\$ 10,56	R\$ 19,87	R\$ 9,31	R\$ 10,56	R\$ 19,87	0,001%
5.2.25	MAN_PR_051	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	SERVIÇO DE MONTAGEM DE MÓVEIS/ARMÁRIOS EM MDF	M2	2,00	R\$ 14,88	R\$ 6,38	R\$ 19,51	R\$ 7,54	R\$ 27,05	R\$ 39,02	R\$ 15,07	R\$ 54,09	0,002%
5.2.26	90831	SINAPI	SINAPI-S	FECHADURA DE EMBUTIR PARA PORTA DE BANHEIRO, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 16,96	R\$ 129,63	R\$ 22,24	R\$ 153,14	R\$ 175,38	R\$ 22,24	R\$ 153,14	R\$ 175,38	0,006%
5.2.27	MAN_PR_007	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	DESENTUPIMENTO DE LOUÇAS	UN	4,00	R\$ 47,89	R\$ 20,50	R\$ 62,81	R\$ 24,22	R\$ 87,03	R\$ 251,22	R\$ 96,88	R\$ 348,11	0,013%
5.2.28	86906	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO POPULAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	R\$ 1,98	R\$ 85,75	R\$ 2,60	R\$ 101,30	R\$ 103,90	R\$ 5,19	R\$ 202,60	R\$ 207,79	0,008%
5.2.29	100849	SINAPI	SINAPI-S	ASSENTO SANITÁRIO CONVENCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_01/2020	UN	3,00	R\$ 3,18	R\$ 43,22	R\$ 4,17	R\$ 51,06	R\$ 55,23	R\$ 12,51	R\$ 153,17	R\$ 165,68	0,006%
5.2.30	MAN_PR_006	PRÓPRIO	COMPOSICÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REFLETOR LED, CORPO DE ALUMÍNIO, VIDRO TEMPERADO, POTÊNCIA 30W, BIVOLT, TEMP. COR 3000K, IP-66	UN	13,00	R\$ 12,63	R\$ 36,04	R\$ 16,56	R\$ 42,57	R\$ 59,13	R\$ 215,26	R\$ 553,45	R\$ 768,70	0,028%
5.2.31	91926	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	26,00	R\$ 0,88	R\$ 3,32	R\$ 1,15	R\$ 3,92	R\$ 5,08	R\$ 30,01	R\$ 101,97	R\$ 131,98	0,005%
5.2.32	92018	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (4 MÓDULOS), 2P+T 10 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00	R\$ 24,17	R\$ 37,27	R\$ 31,70	R\$ 44,03	R\$ 75,73	R\$ 126,80	R\$ 176,11	R\$ 302,91	0,011%

5.2.33	100902	SINAPI	SINAPI-S	LÂMPADA TUBULAR LED DE 9/10 W, BASE G13 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020_PS	UN	5,00	R\$ 5,64	R\$ 16,61	R\$ 7,40	R\$ 19,62	R\$ 27,02	R\$ 36,99	R\$ 98,11	R\$ 135,09	0,005%
5.2.34	MAN_PR_008	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE DIVISÓRIA NAVAL	M2	4,00	R\$ 33,21	R\$ 14,05	R\$ 43,55	R\$ 16,59	R\$ 60,15	R\$ 174,22	R\$ 66,37	R\$ 240,59	0,009%
5.2.35	98532	SINAPI	SINAPI-S	PODA EM ALTURA DE ÁRVORE COM DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M. AF_03/2024	UN	1,00	R\$ 9,28	R\$ 19,61	R\$ 12,17	R\$ 23,17	R\$ 35,34	R\$ 12,17	R\$ 23,17	R\$ 35,34	0,001%
5.2.36	MAN_PR_009	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO FOTOLUMINOSCENTE 13x26CM	UN	7,00	R\$ 5,99	R\$ 28,51	R\$ 7,85	R\$ 33,68	R\$ 41,53	R\$ 54,97	R\$ 235,74	R\$ 290,72	0,011%
5.2.37	MAN_PR_010	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	TESTE DE ENERGIZAÇÃO DE CERCA ELÉTRICA	UN	1,00	R\$ 18,23	R\$ 6,51	R\$ 23,90	R\$ 7,69	R\$ 31,59	R\$ 23,90	R\$ 7,69	R\$ 31,59	0,001%
5.2.38	MAN_PR_011	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	TESTE FUNCIONAL EM CIRCUITOS	UN	2,00	R\$ 18,23	R\$ 6,51	R\$ 23,90	R\$ 7,69	R\$ 31,59	R\$ 47,81	R\$ 15,38	R\$ 63,19	0,002%
5.2.39	MAN_PR_018	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA CENTRAL DE COMANDO UNIVERSAL X2 FULL ST IPEC PARA AUTOMATIZADORES	UN	3,00	R\$ 9,18	R\$ 70,31	R\$ 12,04	R\$ 83,05	R\$ 95,09	R\$ 36,11	R\$ 249,16	R\$ 285,27	0,011%
5.2.40	91997	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 13,63	R\$ 18,20	R\$ 17,88	R\$ 21,50	R\$ 39,38	R\$ 17,88	R\$ 21,50	R\$ 39,38	0,001%
5.2.41	89985	SINAPI	SINAPI-S	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 6,60	R\$ 74,86	R\$ 8,66	R\$ 88,43	R\$ 97,09	R\$ 8,66	R\$ 88,43	R\$ 97,09	0,004%
5.2.42	MAN_PR_012	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	RETIRADA DE LÂMPADA E ACONDICIONAMENTO EM CAIXA DE PAPELÃO, EXCLUSIVE FORNECIMENTO DA CAIXA	UN	1,00	R\$ 6,68	R\$ 3,26	R\$ 8,75	R\$ 3,85	R\$ 12,60	R\$ 8,75	R\$ 3,85	R\$ 12,60	0,000%
5.2.43	98297	SINAPI	SINAPI-S	CABO ELETRÔNICO CATEGORIA 6, INSTALADO EM EDIFICAÇÃO INSTITUCIONAL - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	266,00	R\$ 0,12	R\$ 9,88	R\$ 0,16	R\$ 11,67	R\$ 11,83	R\$ 41,86	R\$ 3.104,63	R\$ 3.146,49	0,116%
5.2.44	96113	SINAPI	SINAPI-S	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_08/2023_PS	M2	2,00	R\$ 20,56	R\$ 23,68	R\$ 26,97	R\$ 27,97	R\$ 54,94	R\$ 53,93	R\$ 55,95	R\$ 109,88	0,004%
5.2.45	MAN_PR_013	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANA EM PVC BRANCO, LÂMINA COM LARGURA DE 89MM, SEM BANDÔ	M2	1,00	R\$ 0,00	R\$ 156,00	R\$ 0,00	R\$ 184,29	R\$ 184,29	R\$ 0,00	R\$ 184,29	R\$ 184,29	0,007%
5.2.46	96803	SINAPI	SINAPI-S	KIT CHASSI PEX, PRÉ-FABRICADO, PARA COZINHA COM CUBA SIMPLES, INCLUSO QUADRO METÁLICO, TUBOS E CONEXÕES POR CRIMPAGEM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2023	UN	1,00	R\$ 9,69	R\$ 58,31	R\$ 12,71	R\$ 68,88	R\$ 81,59	R\$ 12,71	R\$ 68,88	R\$ 81,59	0,003%
5.2.47	MAN_PR_022	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	VERIFICAÇÃO E TESTE DE PONTO/CIRCUITO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO	UN	1,00	R\$ 9,11	R\$ 3,26	R\$ 11,95	R\$ 3,85	R\$ 15,80	R\$ 11,95	R\$ 3,85	R\$ 15,80	0,001%
5.2.48	91971	SINAPI	SINAPI-S	INTERRUPTOR SIMPLES (3 MÓDULOS) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 30,07	R\$ 45,52	R\$ 39,44	R\$ 53,77	R\$ 93,21	R\$ 39,44	R\$ 53,77	R\$ 93,21	0,003%
5.2.49	97665	SINAPI	SINAPI-S	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	1,00	R\$ 1,11	R\$ 0,47	R\$ 1,46	R\$ 0,56	R\$ 2,01	R\$ 1,46	R\$ 0,56	R\$ 2,01	0,000%
5.2.50	101915	SINAPI	SINAPI-S	CONJUNTO DE MANGUEIRA PARA COMBATE A INCÊNDIO EM FIBRA DE POLIESTER PURA, COM 1.1/2", REVESTIDA INTERNAMENTE, COMPRIMENTO DE 15M - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 4,22	R\$ 481,66	R\$ 5,53	R\$ 569,00	R\$ 574,53	R\$ 5,53	R\$ 569,00	R\$ 574,53	0,021%
5.2.51	87811	SINAPI	SINAPI-S	EMBOÇO OU MASSA ÚNICA EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADA MANUALMENTE EM SUPERFÍCIES EXTERNAS DA SACADA, ESPESSURA DE 25 MM, SEM USO DE TELA METÁLICA DE REFORÇO CONTRA FISSURAÇÃO. AF_08/2022	M2	2,00	R\$ 40,11	R\$ 31,44	R\$ 52,61	R\$ 37,14	R\$ 89,75	R\$ 105,21	R\$ 74,28	R\$ 179,49	0,007%
5.2.52	98546	SINAPI	SINAPI-S	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MANTA ASFÁLTICA, UMA CAMADA, INCLUSIVE APLICAÇÃO DE PRIMER ASFÁLTICO, E=4MM. AF_09/2023	M2	5,00	R\$ 18,42	R\$ 133,97	R\$ 24,16	R\$ 158,26	R\$ 182,42	R\$ 120,79	R\$ 791,31	R\$ 912,11	0,034%
5.2.53	97644	SINAPI	SINAPI-S	REMOÇÃO DE PORTAS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	1,00	R\$ 5,76	R\$ 2,63	R\$ 7,55	R\$ 3,11	R\$ 10,66	R\$ 7,55	R\$ 3,11	R\$ 10,66	0,000%
5.2.54	103323	SINAPI	SINAPI-S	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 9X19X39 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	M2	1,00	R\$ 15,16	R\$ 43,14	R\$ 19,88	R\$ 50,96	R\$ 70,85	R\$ 19,88	R\$ 50,96	R\$ 70,85	0,003%
5.2.55	103782	SINAPI	SINAPI-S	LUMINÁRIA TIPO PLAFON CIRCULAR, DE SOBREPOR, COM LED DE 12/13 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2022	UN	4,00	R\$ 11,32	R\$ 18,35	R\$ 14,85	R\$ 21,68	R\$ 36,52	R\$ 59,39	R\$ 86,71	R\$ 146,10	0,005%
5.2.56	567	SINAPI	SINAPI-I	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM ACO CARBONO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	2,00	R\$ 0,00	R\$ 10,56	R\$ 0,00	R\$ 12,47	R\$ 12,47	R\$ 0,00	R\$ 24,95	R\$ 24,95	0,001%
5.2.57	91989	SINAPI	SINAPI-S	INTERRUPTOR PULSADOR MINUTERIA (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 11,03	R\$ 16,93	R\$ 14,47	R\$ 20,00	R\$ 34,47	R\$ 14,47	R\$ 20,00	R\$ 34,47	0,001%
5.2.58	86937	SINAPI	SINAPI-S	CUBA DE EMBUTIR OVAL EM LOUÇA BRANCA, 35 X 50CM OU EQUIVALENTE, INCLUSO VÁLVULA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 22,90	R\$ 237,07	R\$ 30,03	R\$ 280,06	R\$ 310,09	R\$ 30,03	R\$ 280,06	R\$ 310,09	0,011%
5.2.59	89984	SINAPI	SINAPI-S	REGISTRO DE PRESSÃO BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 1/2", COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4,00	R\$ 5,46	R\$ 72,02	R\$ 7,16	R\$ 85,08	R\$ 92,24	R\$ 28,64	R\$ 340,32	R\$ 368,96	0,014%
5.2.60	92021	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (6 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	R\$ 39,85	R\$ 64,68	R\$ 52,26	R\$ 76,41	R\$ 128,67	R\$ 104,53	R\$ 152,82	R\$ 257,35	0,010%
5.2.61	101655	SINAPI	SINAPI-S	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 51 W ATÉ 67 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	4,00	R\$ 11,53	R\$ 343,55	R\$ 15,12	R\$ 405,85	R\$ 420,97	R\$ 60,49	R\$ 1.623,38	R\$ 1.683,87	0,062%
5.2.62	99818	SINAPI	SINAPI-S	LIMPEZA DE BACIA SANITÁRIA, BIDÊ OU MICTÓRIO EM LOUÇA, INCLUSIVE METAIS CORRESPONDENTES. AF_04/2019	UN	1,00	R\$ 1,56	R\$ 3,17	R\$ 2,05	R\$ 3,74	R\$ 5,79	R\$ 2,05	R\$ 3,74	R\$ 5,79	0,000%
5.2.63	MAN_PR_019	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	DESENTUPIMENTO E LIMPEZA DE BACIAS SANITÁRIAS	UN	2,00	R\$ 7,58	R\$ 3,84	R\$ 9,94	R\$ 4,54	R\$ 14,48	R\$ 19,88	R\$ 9,07	R\$ 28,95	0,001%
5.2.65	101913	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA DE INCÊNDIO 45X75X17CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 32,54	R\$ 424,72	R\$ 42,68	R\$ 501,73	R\$ 544,41	R\$ 42,68	R\$ 501,73	R\$ 544,41	0,020%

5.2.66	11581	SINAPI	SINAPI-I	TRILHO PANTOGRAFICO CONCAVO, TIPO U, EM ALUMINIO, COM DIMENSOES DE APROX *35 X 35* MM, PARA ROLDANA DE PORTA DE CORRER	M	1,00	R\$ 0,00	R\$ 21,63	R\$ 0,00	R\$ 25,55	R\$ 25,55	R\$ 0,00	R\$ 25,55	R\$ 25,55	0,001%
5.2.67	100742	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	32,00	R\$ 11,41	R\$ 10,12	R\$ 14,96	R\$ 11,96	R\$ 26,92	R\$ 478,87	R\$ 382,56	R\$ 861,43	0,032%
5.2.68	38179	SINAPI	SINAPI-I	ROLDANA CONCAVA DUPLA, 4 RODAS, PARA PORTA DE CORRER, EM ZAMAC COM CHAPA DE ACO, ROLAMENTO INTERNO BLINDADO DE ACO REVESTIDO EM NYLON	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 48,77	R\$ 0,00	R\$ 57,61	R\$ 57,61	R\$ 0,00	R\$ 57,61	R\$ 57,61	0,002%
5.2.69	MAN_PR_020	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	TESTE, LIMPEZA E REAPERTO DOS COMPONENTES PARA QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO ATÉ 64 CIRCUITOS	UN	4,00	R\$ 183,54	R\$ 78,12	R\$ 240,72	R\$ 92,29	R\$ 333,01	R\$ 962,88	R\$ 369,14	R\$ 1.332,02	0,049%
5.2.70	100858	SINAPI	SINAPI-S	MICTÓRIO SIFONADO LOUÇA BRANCA - PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 21,01	R\$ 569,75	R\$ 27,56	R\$ 673,06	R\$ 700,62	R\$ 27,56	R\$ 673,06	R\$ 700,62	0,026%
5.2.71	94213	SINAPI	SINAPI-S	TELHAMENTO COM TELHA DE AÇO/ALUMÍNIO E = 0,5 MM, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO IÇAMENTO. AF_07/2019	M2	1,00	R\$ 2,73	R\$ 60,15	R\$ 3,58	R\$ 71,06	R\$ 74,64	R\$ 3,58	R\$ 71,06	R\$ 74,64	0,003%
5.2.72	89713	SINAPI	SINAPI-S	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	6,00	R\$ 11,42	R\$ 18,26	R\$ 14,98	R\$ 21,57	R\$ 36,55	R\$ 89,87	R\$ 129,43	R\$ 219,29	0,008%
5.2.73	86883	SINAPI	SINAPI-S	SIFÃO DO TIPO FLEXÍVEL EM PVC 1 X 1.1/2 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	9,00	R\$ 1,74	R\$ 10,76	R\$ 2,28	R\$ 12,71	R\$ 14,99	R\$ 20,54	R\$ 114,40	R\$ 134,94	0,005%
5.2.74	95248	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA DE ESFERA BRUTA, BRONZE, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 2,13	R\$ 45,51	R\$ 2,79	R\$ 53,76	R\$ 56,56	R\$ 2,79	R\$ 53,76	R\$ 56,56	0,002%
5.2.75	87411	SINAPI	SINAPI-S	APLICAÇÃO MANUAL DE GESSO DESEMPENADO (SEM TALISCAS) EM TETO DE AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10M², ESPESSURA DE 0,5CM. AF_03/2023	M2	1,00	R\$ 5,81	R\$ 10,36	R\$ 7,62	R\$ 12,24	R\$ 19,86	R\$ 7,62	R\$ 12,24	R\$ 19,86	0,001%
5.2.76	97064	SINAPI	SINAPI-S	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ANDAIME TUBULAR TIPO "TORRE" (EXCLUSIVE ANDAIME E LIMPEZA). AF_03/2024	M	2,00	R\$ 18,49	R\$ 6,06	R\$ 24,25	R\$ 7,16	R\$ 31,41	R\$ 48,50	R\$ 14,32	R\$ 62,82	0,002%
5.2.77	92009	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 16,80	R\$ 28,20	R\$ 22,03	R\$ 33,31	R\$ 55,35	R\$ 22,03	R\$ 33,31	R\$ 55,35	0,002%
5.2.78	90830	SINAPI	SINAPI-S	FECHADURA DE EMBUTIR COM CILINDRO, EXTERNA, COMPLETA, ACABAMENTO PADRÃO MÉDIO, INCLUSO EXECUÇÃO DE FURO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	5,00	R\$ 22,17	R\$ 144,53	R\$ 29,08	R\$ 170,74	R\$ 199,81	R\$ 145,38	R\$ 853,69	R\$ 999,07	0,037%
5.2.79	102520	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE SEGURANÇA, FAIXAS AMARELA E PRETA, APLICAÇÃO MANUAL, 2 DEMÃOS. AF_05/2021	M2	9,00	R\$ 38,07	R\$ 34,38	R\$ 49,93	R\$ 40,61	R\$ 90,54	R\$ 449,37	R\$ 365,53	R\$ 814,90	0,030%
5.2.80	90825	SINAPI	SINAPI-S	PORTA DE MADEIRA, MACIÇA (PESADA OU SUPERPESADA), 90X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 51,51	R\$ 758,50	R\$ 67,56	R\$ 896,04	R\$ 963,60	R\$ 67,56	R\$ 896,04	R\$ 963,60	0,036%
5.2.81	100860	SINAPI	SINAPI-S	CHUVEIRO ELÉTRICO COMUM CORPO PLÁSTICO, TIPO DUCHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	2,00	R\$ 9,30	R\$ 91,00	R\$ 12,20	R\$ 107,50	R\$ 119,70	R\$ 24,39	R\$ 215,00	R\$ 239,40	0,009%
5.2.82	MAN_PR_023	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	RETIRADA E RECOLOCAÇÃO DE PORTA DE DIVISÓRIA, UM MÓDULO	UN	1,00	R\$ 64,52	R\$ 28,99	R\$ 84,63	R\$ 34,24	R\$ 118,87	R\$ 84,63	R\$ 34,24	R\$ 118,87	0,004%
5.2.83	101903	SINAPI	SINAPI-S	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 38A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 12,39	R\$ 452,49	R\$ 16,25	R\$ 534,54	R\$ 550,79	R\$ 16,25	R\$ 534,54	R\$ 550,79	0,020%
5.2.84	92008	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	R\$ 16,81	R\$ 24,43	R\$ 22,05	R\$ 28,86	R\$ 50,91	R\$ 44,09	R\$ 57,72	R\$ 101,81	0,004%
5.2.85	98307	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA DE REDE RJ45 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UN	1,00	R\$ 6,29	R\$ 33,53	R\$ 8,25	R\$ 39,61	R\$ 47,86	R\$ 8,25	R\$ 39,61	R\$ 47,86	0,002%
5.2.86	94991	SINAPI	SINAPI-S	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	M3	1,00	R\$ 52,37	R\$ 755,62	R\$ 68,69	R\$ 892,64	R\$ 961,32	R\$ 68,69	R\$ 892,64	R\$ 961,32	0,036%
5.2.87	MAN_PR_024	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	VERIFICAÇÃO DE VAZAMENTO EM INSTALAÇÕES INTERNAS POR RAMAL	UN	1,00	R\$ 15,96	R\$ 6,22	R\$ 20,93	R\$ 7,35	R\$ 28,28	R\$ 20,93	R\$ 7,35	R\$ 28,28	0,001%
5.2.88	91928	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	19,00	R\$ 1,18	R\$ 5,38	R\$ 1,55	R\$ 6,36	R\$ 7,90	R\$ 29,40	R\$ 120,76	R\$ 150,16	0,006%
5.2.89	91996	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	4,00	R\$ 13,63	R\$ 16,32	R\$ 17,88	R\$ 19,28	R\$ 37,16	R\$ 71,51	R\$ 77,12	R\$ 148,62	0,005%
5.2.90	103307	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE LIXEIRA METÁLICA DUPLA, CAPACIDADE DE 60 L, EM TUBO DE AÇO CARBONO E CESTOS EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	1,00	R\$ 54,20	R\$ 1.271,30	R\$ 71,09	R\$ 1.501,82	R\$ 1.572,91	R\$ 71,09	R\$ 1.501,82	R\$ 1.572,91	0,058%
5.2.94	86935	SINAPI	SINAPI-S	CUBA DE EMBUTIR DE AÇO INOXIDÁVEL MÉDIA, INCLUSO VÁLVULA TIPO AMERICANA EM METAL CROMADO E SIFÃO FLEXÍVEL EM PVC - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 15,24	R\$ 328,97	R\$ 19,99	R\$ 388,62	R\$ 408,61	R\$ 19,99	R\$ 388,62	R\$ 408,61	0,015%
5.2.95	MAN_PR_025	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CANALETA EM PVC PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA APARENTE, INCLUSIVE CONEXÕES, DIMENSÕES 20 X 10 MM	M	7,00	R\$ 10,71	R\$ 9,31	R\$ 14,04	R\$ 10,99	R\$ 25,04	R\$ 98,29	R\$ 76,96	R\$ 175,26	0,006%
5.2.96	99634	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 21,60	R\$ 601,45	R\$ 28,33	R\$ 710,51	R\$ 738,84	R\$ 28,33	R\$ 710,51	R\$ 738,84	0,027%
5.2.97	MAN_PR_026	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA BIOMÉTRICA PARA PORTA, ABERTURA TIPO SENHA OU CHAVEIRO DE PROXIMIDADE. REF: INTELBRAS FR 320 OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 45,89	R\$ 1.299,43	R\$ 60,18	R\$ 1.535,06	R\$ 1.595,23	R\$ 60,18	R\$ 1.535,06	R\$ 1.595,23	0,059%
5.2.98	86877	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA EM METAL CROMADO 1.1/2" X 1.1/2" PARA TANQUE OU LAVATÓRIO, COM OU SEM LADRÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 3,60	R\$ 108,19	R\$ 4,72	R\$ 127,81	R\$ 132,53	R\$ 4,72	R\$ 127,81	R\$ 132,53	0,005%
5.2.99	103029	SINAPI	SINAPI-S	REGISTRO OU REGULADOR DE GÁS DE COZINHA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 3,28	R\$ 37,98	R\$ 4,30	R\$ 44,87	R\$ 49,17	R\$ 4,30	R\$ 44,87	R\$ 49,17	0,002%

5.2.100	MAN_PR_027	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	SUBSTITUIÇÃO DE PLUGUE 2P+T DE 20A, 250V	UN	13,00	R\$ 6,12	R\$ 11,36	R\$ 8,02	R\$ 13,42	R\$ 21,45	R\$ 104,31	R\$ 174,52	R\$ 278,83	0,010%
5.2.101	102137	SINAPI	SINAPI-S	CHAVE DE BOIA AUTOMÁTICA SUPERIOR/INFERIOR 15A/250V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2020	UN	1,00	R\$ 19,36	R\$ 61,24	R\$ 25,39	R\$ 72,34	R\$ 97,74	R\$ 25,39	R\$ 72,34	R\$ 97,74	0,004%
5.2.102	100748	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	3,00	R\$ 3,62	R\$ 6,16	R\$ 4,75	R\$ 7,28	R\$ 12,02	R\$ 14,24	R\$ 21,83	R\$ 36,07	0,001%
5.2.103	86910	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA CROMADA TUBO MÓVEL, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4", PARA PIA DE COZINHA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 2,41	R\$ 148,04	R\$ 3,16	R\$ 174,88	R\$ 178,04	R\$ 3,16	R\$ 174,88	R\$ 178,04	0,007%
5.2.104	92021	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (6 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	R\$ 39,85	R\$ 64,68	R\$ 52,26	R\$ 76,41	R\$ 128,67	R\$ 104,53	R\$ 152,82	R\$ 257,35	0,010%
5.2.105	MAN_PR_028	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA OU SUMIDOURO - VIAGEM DE 7M3	VG	1,00	R\$ 0,00	R\$ 1.250,06	R\$ 0,00	R\$ 1.476,73	R\$ 1.476,73	R\$ 0,00	R\$ 1.476,73	R\$ 1.476,73	0,055%
5.2.106	MAN_PR_029	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	TAMPA DE CONCRETO ARMADO PARA CAIXAS DE PASSAGEM 0,60X0,60X0,07M	UN	2,00	R\$ 5,87	R\$ 28,93	R\$ 7,70	R\$ 34,18	R\$ 41,88	R\$ 15,41	R\$ 68,36	R\$ 83,77	0,003%
5.2.107	99627	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA DE RETENÇÃO VERTICAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 2,13	R\$ 54,09	R\$ 2,79	R\$ 63,90	R\$ 66,69	R\$ 2,79	R\$ 63,90	R\$ 66,69	0,002%
5.2.108	MAN_PR_017	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE KIT MOTOR PPA 1/4HP, 500KG, DESLIZANTE, INCLUÍNDO 2 CONTROLE E 5M DE CREMALHEIRA, NÃO INCLUSO EXECUÇÃO DE BASE DE FIXAÇÃO E GUIA	UN	1,00	R\$ 45,89	R\$ 530,95	R\$ 60,18	R\$ 627,23	R\$ 687,41	R\$ 60,18	R\$ 627,23	R\$ 687,41	0,025%
5.2.109	90801	SINAPI	SINAPI-S	BATENTE PARA PORTA DE MADEIRA, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E MONTAGEM. AF_12/2019	UN	1,00	R\$ 60,49	R\$ 256,41	R\$ 79,33	R\$ 302,90	R\$ 382,24	R\$ 79,33	R\$ 302,90	R\$ 382,24	0,014%
5.2.110	101895	SINAPI	SINAPI-S	DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO TRIPOLAR , CORRENTE NOMINAL DE 125A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 40,45	R\$ 384,71	R\$ 53,05	R\$ 454,47	R\$ 507,52	R\$ 53,05	R\$ 454,47	R\$ 507,52	0,019%
5.2.111	MAN_PR_030	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRA EM PLÁSTICO POLIPROPILENO (PP) COM PROTEÇÃO UV, COM CAPACIDADE DE 50L, PARA COLETA SELETIVA COM SUPORTE (POSTE)	UN	1,00	R\$ 10,92	R\$ 285,13	R\$ 14,32	R\$ 336,83	R\$ 351,15	R\$ 14,32	R\$ 336,83	R\$ 351,15	0,013%
5.2.112	4221	SINAPI	SINAPI-I	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	47,00	R\$ 0,00	R\$ 5,96	R\$ 0,00	R\$ 7,04	R\$ 7,04	R\$ 0,00	R\$ 330,91	R\$ 330,91	0,012%
5.2.113	11186	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO CRISTAL E = 4 MM	M2	1,00	R\$ 0,00	R\$ 401,33	R\$ 0,00	R\$ 474,10	R\$ 474,10	R\$ 0,00	R\$ 474,10	R\$ 474,10	0,018%
5.2.114	MAN_PR_031	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	REPARO PARA VÁLVULA DE DESCARGA, COMPLETO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 23,94	R\$ 61,00	R\$ 31,40	R\$ 72,06	R\$ 103,46	R\$ 31,40	R\$ 72,06	R\$ 103,46	0,004%
5.2.115	100750	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020	M2	4,00	R\$ 11,41	R\$ 10,04	R\$ 14,96	R\$ 11,86	R\$ 26,83	R\$ 59,86	R\$ 47,44	R\$ 107,30	0,004%
5.2.116	COT_MAN_074	PRÓPRIO	COT-MERCADO	EXECUÇÃO DO TESTE DE ESTANQUEIDADE PNEUMÁTICO EM CHUVEIRO AUTOMÁTICO SPRINKLER + ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO/LAUDO E FORNECIMENO DE ART	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 3.034,36	R\$ 0,00	R\$ 3.584,58	R\$ 3.584,58	R\$ 0,00	R\$ 3.584,58	R\$ 3.584,58	0,133%
5.2.117	COT_MAN_075	PRÓPRIO	COT-MERCADO	EXECUÇÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO EM HIDRANTES + ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO/LAUDO E FORNECIMENO DE ART	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 2.709,25	R\$ 0,00	R\$ 3.200,52	R\$ 3.200,52	R\$ 0,00	R\$ 6.401,03	R\$ 6.401,03	0,237%
5.2.118	COT_MAN_076	PRÓPRIO	COT-MERCADO	EXECUÇÃO DE TESTE EM SISTEMAS DE ALARME DE INCÊNDIO + ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO/LAUDO E FORNECIMENO DE ART	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 1.625,55	R\$ 0,00	R\$ 1.920,31	R\$ 1.920,31	R\$ 0,00	R\$ 1.920,31	R\$ 1.920,31	0,071%
5.2.120	99855	SINAPI	SINAPI-S	CORRIMÃO SIMPLES, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO. AF_04/2019_PS	M	6,00	R\$ 26,32	R\$ 72,70	R\$ 34,52	R\$ 85,88	R\$ 120,40	R\$ 207,12	R\$ 515,30	R\$ 722,41	0,027%
5.2.121	MAN_PR_033	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTEIRO ELETRONICO. REF.: INTELBRAS IPR 8010 OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 30,59	R\$ 238,02	R\$ 40,12	R\$ 281,18	R\$ 321,30	R\$ 40,12	R\$ 281,18	R\$ 321,30	0,012%
5.2.122	MAN_PR_032	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	ESCADA DO TIPO MARINHEIRO EM AÇO GALVANIZADO COM PROTEÇÃO	M	2,00	R\$ 0,00	R\$ 814,61	R\$ 0,00	R\$ 962,32	R\$ 962,32	R\$ 0,00	R\$ 1.924,65	R\$ 1.924,65	0,071%
5.2.123	MAN_PR_034	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	TRATAMENTO DE FISSURAS ESTÁVEIS (NÃO ATIVAS) EM ELEMENTO DE CONCRETO	M	12,00	R\$ 88,68	R\$ 258,31	R\$ 116,31	R\$ 305,15	R\$ 421,45	R\$ 1.395,69	R\$ 3.661,75	R\$ 5.057,43	0,187%
5.2.124	98554	SINAPI	SINAPI-S	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	M2	12,00	R\$ 11,27	R\$ 35,84	R\$ 14,78	R\$ 42,34	R\$ 57,12	R\$ 177,37	R\$ 508,07	R\$ 685,44	0,025%
5.2.125	MAN_PR_035	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA OU CISTERNA, COM CAPACIDADE DE 2001 A 20000L, INCLUSIVE DESINFEECAO CONFORME NORMAS DA SANEPAR	UN	11,00	R\$ 481,85	R\$ 206,23	R\$ 631,96	R\$ 243,63	R\$ 875,59	R\$ 6.951,55	R\$ 2.679,93	R\$ 9.631,48	0,356%
5.2.126	MAN_PR_036	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	LIMPEZA DE CAIXA DE PASSAGEM OU DE GORDURA	UN	2,00	R\$ 15,34	R\$ 6,42	R\$ 20,12	R\$ 7,58	R\$ 27,70	R\$ 40,24	R\$ 15,16	R\$ 55,40	0,002%
5.2.128	97638	SINAPI	SINAPI-S	REMOÇÃO DE CHAPAS E PERFIS DE DRYWALL, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M2	2,00	R\$ 5,44	R\$ 2,25	R\$ 7,13	R\$ 2,66	R\$ 9,79	R\$ 14,27	R\$ 5,32	R\$ 19,59	0,001%
5.2.129	92988	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA REDE ENTERRADA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2021	M	39,00	R\$ 2,52	R\$ 54,62	R\$ 3,31	R\$ 64,52	R\$ 67,83	R\$ 128,90	R\$ 2.516,44	R\$ 2.645,34	0,098%
5.2.130	100702	SINAPI	SINAPI-S	PORTA DE CORRER DE ALUMÍNIO, COM DUAS FOLHAS PARA VIDRO, INCLUSO VIDRO LISO INCOLOR, FECHADURA E PUXADOR, SEM ALIZAR. AF_12/2019	M2	1,00	R\$ 6,54	R\$ 480,69	R\$ 8,58	R\$ 567,85	R\$ 576,43	R\$ 8,58	R\$ 567,85	R\$ 576,43	0,021%
5.2.131	94798	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 1 1/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 10,42	R\$ 154,49	R\$ 13,67	R\$ 182,50	R\$ 196,17	R\$ 13,67	R\$ 182,50	R\$ 196,17	0,007%
5.2.132	91995	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2,00	R\$ 9,70	R\$ 12,74	R\$ 12,72	R\$ 15,05	R\$ 27,77	R\$ 25,44	R\$ 30,10	R\$ 55,54	0,002%
5.2.133	102255	SINAPI	SINAPI-S	TAPA VISTA DE MICTÓRIO EM GRANITO CINZA POLIDO, ESP = 3CM, ASSENTADO COM ARGAMASSA COLANTE AC III-E . AF_01/2021	M2	1,00	R\$ 116,69	R\$ 788,82	R\$ 153,04	R\$ 931,86	R\$ 1.084,90	R\$ 153,04	R\$ 931,86	R\$ 1.084,90	0,040%
5.2.134	MAN_PR_037	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	LUBRIFICAÇÃO DE FERRAGEM	UN	1,00	R\$ 1,26	R\$ 1,04	R\$ 1,66	R\$ 1,23	R\$ 2,89	R\$ 1,66	R\$ 1,23	R\$ 2,89	0,000%
5.2.135	88488	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	M2	21,00	R\$ 4,78	R\$ 8,67	R\$ 6,27	R\$ 10,24	R\$ 16,51	R\$ 131,65	R\$ 215,08	R\$ 346,74	0,013%

5.2.136	86915	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA CROMADA DE MESA, 1/2" OU 3/4", PARA LAVATÓRIO, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 1,98	R\$ 166,81	R\$ 2,60	R\$ 197,06	R\$ 199,65	R\$ 2,60	R\$ 197,06	R\$ 199,65	0,007%
5.2.137	86885	SINAPI	SINAPI-S	ENGATE FLEXÍVEL EM PLÁSTICO BRANCO, 1/2" X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 3,18	R\$ 8,87	R\$ 4,17	R\$ 10,48	R\$ 14,65	R\$ 4,17	R\$ 10,48	R\$ 14,65	0,001%
5.2.138	100857	SINAPI	SINAPI-S	ACABAMENTO MONOCOMANDO PARA CHUVEIRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 7,16	R\$ 611,73	R\$ 9,39	R\$ 722,65	R\$ 732,05	R\$ 9,39	R\$ 722,65	R\$ 732,05	0,027%
5.2.139	102210	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA) ESMALTE SINTÉTICO BRILHANTE EM MADEIRA, 1 DEMÃO. AF_01/2021	M2	1,00	R\$ 3,20	R\$ 3,74	R\$ 4,20	R\$ 4,42	R\$ 8,62	R\$ 4,20	R\$ 4,42	R\$ 8,62	0,000%
5.2.140	100751	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA COM TINTA EPOXÍDICA DE ACABAMENTO PULVERIZADA SOBRE PERFIL METÁLICO EXECUTADO EM FÁBRICA (02 DEMÃOS). AF_01/2020_PE	M2	1,00	R\$ 2,12	R\$ 32,90	R\$ 2,78	R\$ 38,87	R\$ 41,65	R\$ 2,78	R\$ 38,87	R\$ 41,65	0,002%
5.2.141	91929	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	25,00	R\$ 1,18	R\$ 5,86	R\$ 1,55	R\$ 6,92	R\$ 8,47	R\$ 38,69	R\$ 173,06	R\$ 211,76	0,008%
5.2.142	93656	SINAPI	SINAPI-S	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 2,01	R\$ 11,38	R\$ 2,64	R\$ 13,44	R\$ 16,08	R\$ 2,64	R\$ 13,44	R\$ 16,08	0,001%
5.2.143	95545	SINAPI	SINAPI-S	SABONETEIRA DE PAREDE EM METAL CROMADO, INCLUSO FIXAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 6,57	R\$ 29,49	R\$ 8,62	R\$ 34,84	R\$ 43,45	R\$ 8,62	R\$ 34,84	R\$ 43,45	0,002%
5.2.144	86916	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" PARA TANQUE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 3,17	R\$ 20,38	R\$ 4,16	R\$ 24,08	R\$ 28,23	R\$ 4,16	R\$ 24,08	R\$ 28,23	0,001%
5.2.145	MAN_PR_038	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REFLETOR LED 400W, CORPO DE ALUMÍNIO, VIDRO TEMPERADO, BIVOLT, TEMP. COR BRANCO FRIO COM PROTEÇÃO IP-67	UN	1,00	R\$ 12,63	R\$ 225,21	R\$ 16,56	R\$ 266,04	R\$ 282,60	R\$ 16,56	R\$ 266,04	R\$ 282,60	0,010%
5.2.146	103304	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE BANCO METÁLICO COM ENCOSTO, 1,60 M DE COMPRIMENTO, EM TUBO DE AÇO CARBONO COM PINTURA ELETROSTÁTICA, SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	UN	1,00	R\$ 24,56	R\$ 1.218,31	R\$ 32,21	R\$ 1.439,23	R\$ 1.471,44	R\$ 32,21	R\$ 1.439,23	R\$ 1.471,44	0,054%
5.2.147	102167	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO FUME, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	M2	1,00	R\$ 12,80	R\$ 357,47	R\$ 16,79	R\$ 422,29	R\$ 439,08	R\$ 16,79	R\$ 422,29	R\$ 439,08	0,016%
5.2.148	98397	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA ANTICORROSIVA DE DUTO METÁLICO. AF_03/2024	M2	1,00	R\$ 4,76	R\$ 5,87	R\$ 6,24	R\$ 6,93	R\$ 13,18	R\$ 6,24	R\$ 6,93	R\$ 13,18	0,000%
5.2.149	102156	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021	M2	1,00	R\$ 10,53	R\$ 212,96	R\$ 13,81	R\$ 251,58	R\$ 265,39	R\$ 13,81	R\$ 251,58	R\$ 265,39	0,010%
5.2.150	MAN_PR_039	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOX PARA BANHEIRO EM ALUMÍNIO BRANCO E VIDRO TEMPERADO INCOLOR 8MM, INCLUSIVE FERRAGENS, COMPLETO	M2	1,00	R\$ 0,00	R\$ 350,00	R\$ 0,00	R\$ 413,47	R\$ 413,47	R\$ 0,00	R\$ 413,47	R\$ 413,47	0,015%
5.2.151	91958	SINAPI	SINAPI-S	INTERRUPTOR SIMPLES (2 MÓDULOS), 10A/250V, SEM SUPORTE E SEM PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 12,30	R\$ 17,08	R\$ 16,13	R\$ 20,18	R\$ 36,31	R\$ 16,13	R\$ 20,18	R\$ 36,31	0,001%
5.2.152	3267	SINAPI	SINAPI-I	FLANGE SEXTAVADO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 88,54	R\$ 0,00	R\$ 104,59	R\$ 104,59	R\$ 0,00	R\$ 104,59	R\$ 104,59	0,004%
5.2.153	102166	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO INCOLOR, E = 6 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	M2	1,00	R\$ 12,80	R\$ 275,80	R\$ 16,79	R\$ 325,81	R\$ 342,60	R\$ 16,79	R\$ 325,81	R\$ 342,60	0,013%
5.2.154	MAN_PR_054	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FUSÍVEL TIPO NH 00 DE 6A ATÉ 125A	UN	1,00	R\$ 6,12	R\$ 31,77	R\$ 8,02	R\$ 37,54	R\$ 45,56	R\$ 8,02	R\$ 37,54	R\$ 45,56	0,002%
5.2.155	MAN_PR_040	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	LAUDO TECNICO SPDA CONFORME NBR 5419, INCLUSIVE EMISSÃO DE ART	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 3.543,99	R\$ 3.543,99	R\$ 0,00	R\$ 3.543,99	R\$ 3.543,99	0,131%
5.2.156	98115	SINAPI	SINAPI-S	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,60 M E ALTURA = 0,10 M. AF_12/2020	UN	1,00	R\$ 37,93	R\$ 51,45	R\$ 49,75	R\$ 60,78	R\$ 110,53	R\$ 49,75	R\$ 60,78	R\$ 110,53	0,004%
5.2.157	102201	SINAPI	SINAPI-S	APLICAÇÃO MASSA ACRÍLICA PARA MADEIRA, PARA PINTURA COM TINTA DE ACABAMENTO (PIGMENTADA). AF_01/2021	M2	1,00	R\$ 7,59	R\$ 9,74	R\$ 9,95	R\$ 11,51	R\$ 21,46	R\$ 9,95	R\$ 11,51	R\$ 21,46	0,001%
5.2.158	101564	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 50 MM², 0,6/1,0 KV, PARA REDE AÉREA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BAIXA TENSÃO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	M	70,00	R\$ 0,04	R\$ 54,85	R\$ 0,05	R\$ 64,80	R\$ 64,85	R\$ 3,67	R\$ 4.535,71	R\$ 4.539,39	0,168%
5.2.159	MAN_PR_042	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	LIMPEZA E DESOBSTRUÇÃO DE CALHAS DE ZINCO	M	22,00	R\$ 12,63	R\$ 6,40	R\$ 16,56	R\$ 7,56	R\$ 24,13	R\$ 364,42	R\$ 166,33	R\$ 530,75	0,020%
5.2.160	98575	SINAPI	SINAPI-S	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO, COM TARUGO DE POLIETILENO E SELANTE PU, INCLUSO PREENCHIMENTO COM ESPUMA EXPANSIVA PU. AF_09/2023	M	1,00	R\$ 25,88	R\$ 39,78	R\$ 33,94	R\$ 46,99	R\$ 80,94	R\$ 33,94	R\$ 46,99	R\$ 80,94	0,003%
5.2.161	37400	SINAPI	SINAPI-I	PAPELEIRA PLASTICA TIPO DISPENSER PARA PAPEL HIGIENICO ROLAO	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 51,50	R\$ 0,00	R\$ 60,84	R\$ 60,84	R\$ 0,00	R\$ 60,84	R\$ 60,84	0,002%
5.2.162	MAN_PR_041	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE ATERRAMENTO, INCLUÍDO 1M DE CABO DE COBRE NU 50MM2, HASTE E CAIXA DE INSPEÇÃO	UN	1,00	R\$ 13,30	R\$ 171,17	R\$ 17,44	R\$ 202,21	R\$ 219,65	R\$ 17,44	R\$ 202,21	R\$ 219,65	0,008%
5.2.163	97662	SINAPI	SINAPI-S	REMOÇÃO DE TUBULAÇÕES (TUBOS E CONEXÕES) DE ÁGUA FRIA, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	M	6,00	R\$ 0,33	R\$ 0,11	R\$ 0,43	R\$ 0,13	R\$ 0,56	R\$ 2,60	R\$ 0,78	R\$ 3,38	0,000%
5.2.164	96718	SINAPI	SINAPI-S	TUBO, PPR, DN 20 MM, CLASSE PN 20, INSTALADO EM RESERVAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_04/2024	M	6,00	R\$ 2,42	R\$ 10,53	R\$ 3,17	R\$ 12,44	R\$ 15,61	R\$ 19,04	R\$ 74,64	R\$ 93,68	0,003%
5.2.165	5901	SINAPI	SINAPI-S	CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	1,00	R\$ 16,62	R\$ 293,52	R\$ 21,80	R\$ 346,74	R\$ 368,54	R\$ 21,80	R\$ 346,74	R\$ 368,54	0,014%
5.2.166	97062	SINAPI	SINAPI-S	COLOCAÇÃO DE TELA EM ANDAIME FACHADEIRO. AF_03/2024	M2	2,00	R\$ 1,99	R\$ 4,10	R\$ 2,61	R\$ 4,84	R\$ 7,45	R\$ 5,22	R\$ 9,69	R\$ 14,91	0,001%
5.2.167	97664	SINAPI	SINAPI-S	REMOÇÃO DE ACESSÓRIOS, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	UN	1,00	R\$ 0,99	R\$ 0,39	R\$ 1,30	R\$ 0,46	R\$ 1,76	R\$ 1,30	R\$ 0,46	R\$ 1,76	0,000%
5.2.168	96985	SINAPI	SINAPI-S	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	2,00	R\$ 7,57	R\$ 62,14	R\$ 9,93	R\$ 73,41	R\$ 83,34	R\$ 19,86	R\$ 146,82	R\$ 166,67	0,006%

5.2.169	103019	SINAPI	SINAPI-S	REGISTRO OU VÁLVULA GLOBO ANGULAR EM LATÃO, PARA HIDRANTES EM INSTALAÇÃO PREDIAL DE INCÊNDIO, 45 GRAUS, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 13,58	R\$ 183,29	R\$ 17,81	R\$ 216,53	R\$ 234,34	R\$ 17,81	R\$ 216,53	R\$ 234,34	0,009%
5.2.170	97609	SINAPI	SINAPI-S	LÂMPADA COMPACTA DE LED 6 W, BASE E27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	4,00	R\$ 3,77	R\$ 9,87	R\$ 4,94	R\$ 11,66	R\$ 16,60	R\$ 19,78	R\$ 46,64	R\$ 66,42	0,002%
5.2.171	MAN_PR_057	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MOLA HIDRÁULICA AÉREA PARA PORTAS ATÉ 950MM E PESO DE ATÉ 65KG, COM CORPO EM ALUMÍNIO E BRAÇO DE AÇO, SEM BRAÇO DE PARADA	UN	2,00	R\$ 12,04	R\$ 193,45	R\$ 15,80	R\$ 228,52	R\$ 244,32	R\$ 31,59	R\$ 457,05	R\$ 488,64	0,018%
5.2.172	87244	SINAPI	SINAPI-S	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EXTERNAS EM PASTILHAS DE PORCELANA 5 X 5 CM (PLACAS DE 30 X 30 CM), ALINHADAS A PRUMO. AF_02/2023	M2	1,00	R\$ 26,71	R\$ 162,73	R\$ 35,03	R\$ 192,24	R\$ 227,27	R\$ 35,03	R\$ 192,24	R\$ 227,27	0,008%
5.2.173	97599	SINAPI	SINAPI-S	LUMINÁRIA DE EMERGÊNCIA, COM 30 LÂMPADAS LED DE 2 W, SEM REATOR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2020	UN	6,00	R\$ 4,08	R\$ 16,48	R\$ 5,35	R\$ 19,47	R\$ 24,82	R\$ 32,11	R\$ 116,81	R\$ 148,92	0,006%
5.2.174	MAN_PR_043	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	SUBSTITUIÇÃO DE MANGUEIRA PARA COMPRESSOR DO TIPO ENGATE RÁPIDO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 1,52	R\$ 79,67	R\$ 1,99	R\$ 94,11	R\$ 96,10	R\$ 1,99	R\$ 94,11	R\$ 96,10	0,004%
5.2.175	MAN_PR_044	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CALIBRADOR ELETRÔNICO PARA PNEUS, BIVOLT, BLINDADO. REF. STOKAIR-M2000 OU SIMILAR - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 30,59	R\$ 1.162,32	R\$ 40,12	R\$ 1.373,08	R\$ 1.413,20	R\$ 40,12	R\$ 1.373,08	R\$ 1.413,20	0,052%
5.2.176	93203	SINAPI	SINAPI-S	FIXAÇÃO (ENCUNHAMENTO) DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO COM ESPUMA DE POLIURETANO EXPANSIVA. AF_03/2024	M	3,00	R\$ 0,97	R\$ 13,51	R\$ 1,27	R\$ 15,96	R\$ 17,23	R\$ 3,82	R\$ 47,88	R\$ 51,70	0,002%
5.2.177	MAN_PR_045	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FECHADURA DE SOBREPOR PAR APORTA CORTA FOGO (SEM CHAVE) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	2,00	R\$ 44,06	R\$ 98,99	R\$ 57,78	R\$ 116,94	R\$ 174,72	R\$ 115,56	R\$ 233,88	R\$ 349,44	0,013%
5.2.178	MAN_PR_046	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	BOTOEIRA COM RETENÇÃO PARA QUADRO/PAINEL	UN	1,00	R\$ 9,18	R\$ 37,44	R\$ 12,04	R\$ 44,22	R\$ 56,26	R\$ 12,04	R\$ 44,22	R\$ 56,26	0,002%
5.2.179	101914	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA DE INCÊNDIO 60X90X17CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 40,82	R\$ 540,62	R\$ 53,54	R\$ 638,65	R\$ 692,19	R\$ 53,54	R\$ 638,65	R\$ 692,19	0,026%
5.2.180	102153	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO FUME, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE MADEIRA, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021	M2	1,00	R\$ 17,27	R\$ 210,12	R\$ 22,65	R\$ 248,22	R\$ 270,87	R\$ 22,65	R\$ 248,22	R\$ 270,87	0,010%
5.2.181	95305	SINAPI	SINAPI-S	TEXTURA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO. AF_04/2023	M2	3,00	R\$ 3,23	R\$ 8,93	R\$ 4,24	R\$ 10,55	R\$ 14,79	R\$ 12,71	R\$ 31,65	R\$ 44,36	0,002%
5.2.182	MAN_PR_062	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	KIT COMPLETO UNIVERSAL PARA REPARO EM CAIXA ACOPLADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 29,93	R\$ 131,56	R\$ 39,25	R\$ 155,42	R\$ 194,67	R\$ 39,25	R\$ 155,42	R\$ 194,67	0,007%
5.2.183	89714	SINAPI	SINAPI-S	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	6,00	R\$ 13,31	R\$ 19,78	R\$ 17,46	R\$ 23,37	R\$ 40,82	R\$ 104,74	R\$ 140,20	R\$ 244,94	0,009%
5.2.184	MAN_PR_047	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	DUCHA HIGIÊNCIA PLÁSTICA COM REGISTRO METÁLICO 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1,00	R\$ 8,44	R\$ 122,12	R\$ 11,06	R\$ 144,26	R\$ 155,32	R\$ 11,06	R\$ 144,26	R\$ 155,32	0,006%
5.2.185	86888	SINAPI	SINAPI-S	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 18,66	R\$ 444,84	R\$ 24,47	R\$ 525,50	R\$ 549,98	R\$ 24,47	R\$ 525,50	R\$ 549,98	0,020%
5.2.186	98576	SINAPI	SINAPI-S	TRATAMENTO DE JUNTA DE DILATAÇÃO COM MANTA ASFÁLTICA ADERIDA COM MAÇARICO. AF_09/2023	M	1,00	R\$ 0,55	R\$ 31,05	R\$ 0,72	R\$ 36,68	R\$ 37,40	R\$ 0,72	R\$ 36,68	R\$ 37,40	0,001%
5.2.187	92001	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 20 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 11,34	R\$ 17,22	R\$ 14,87	R\$ 20,34	R\$ 35,22	R\$ 14,87	R\$ 20,34	R\$ 35,22	0,001%
5.2.189	86881	SINAPI	SINAPI-S	SIFÃO DO TIPO GARRAFA EM METAL CROMADO 1 X 1.1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 5,68	R\$ 341,20	R\$ 7,45	R\$ 403,07	R\$ 410,52	R\$ 7,45	R\$ 403,07	R\$ 410,52	0,015%
5.2.190	MAN_PR_072	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTO DE TENSÃO DPS 20KA - 175V	UN	1,00	R\$ 9,18	R\$ 72,37	R\$ 12,04	R\$ 85,49	R\$ 97,52	R\$ 12,04	R\$ 85,49	R\$ 97,52	0,004%
5.2.191	91927	SINAPI	SINAPI-S	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	16,00	R\$ 0,88	R\$ 3,86	R\$ 1,15	R\$ 4,56	R\$ 5,71	R\$ 18,47	R\$ 72,96	R\$ 91,43	0,003%
5.2.192	86887	SINAPI	SINAPI-S	ENGATE FLEXÍVEL EM INOX, 1/2 X 40CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	3,00	R\$ 3,17	R\$ 86,36	R\$ 4,16	R\$ 102,02	R\$ 106,18	R\$ 12,47	R\$ 306,06	R\$ 318,53	0,012%
5.2.193	93666	SINAPI	SINAPI-S	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 50A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 11,55	R\$ 60,76	R\$ 15,15	R\$ 71,78	R\$ 86,93	R\$ 15,15	R\$ 71,78	R\$ 86,93	0,003%
5.2.194	99624	SINAPI	SINAPI-S	VÁLVULA DE RETENÇÃO HORIZONTAL, DE BRONZE, ROSCÁVEL, 2 1/2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 13,58	R\$ 408,60	R\$ 17,81	R\$ 482,69	R\$ 500,50	R\$ 17,81	R\$ 482,69	R\$ 500,50	0,019%
5.2.195	101902	SINAPI	SINAPI-S	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 22A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 6,06	R\$ 216,47	R\$ 7,95	R\$ 255,72	R\$ 263,67	R\$ 7,95	R\$ 255,72	R\$ 263,67	0,010%
5.2.196	MAN_PR_070	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RELÊ TÉRMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFÁSICOS, TENSÃO 380V, POTÊNCIA DE ATÉ 15 CV, CORRENTE NOMINAL MÁXIMA DE 22A	UN	4,00	R\$ 27,53	R\$ 185,88	R\$ 36,11	R\$ 219,58	R\$ 255,69	R\$ 144,43	R\$ 878,33	R\$ 1.022,76	0,038%
5.2.197	MAN_PR_071	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE REFLETOR LED 50W DE POTÊNCIA, BRANCO FRIO, 6500K, BIVOLT	UN	3,00	R\$ 12,63	R\$ 39,82	R\$ 16,56	R\$ 47,04	R\$ 63,60	R\$ 49,67	R\$ 141,11	R\$ 190,79	0,007%
5.2.198	MAN_PR_056	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ADAPTADOR DE PORCELANA PARA LÂMPADA BASE E40 PARA E27	UN	13,00	R\$ 4,59	R\$ 12,65	R\$ 6,02	R\$ 14,95	R\$ 20,97	R\$ 78,23	R\$ 194,32	R\$ 272,55	0,010%
5.2.199	94796	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA DE BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 5,67	R\$ 41,54	R\$ 7,44	R\$ 49,07	R\$ 56,51	R\$ 7,44	R\$ 49,07	R\$ 56,51	0,002%
5.2.200	97885	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA ENTERRADA ELÉTRICA RETANGULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, FUNDO COM BRITA, DIMENSÕES INTERNAS: 1X1X0,5 M. AF_12/2020	UN	3,00	R\$ 93,03	R\$ 1.210,30	R\$ 122,01	R\$ 1.429,76	R\$ 1.551,78	R\$ 366,04	R\$ 4.289,29	R\$ 4.655,33	0,172%
5.2.201	92871	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA RETANGULAR 4" X 4" MÉDIA (1,30 M DO PISO), METÁLICA, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 9,36	R\$ 7,62	R\$ 12,28	R\$ 9,00	R\$ 21,28	R\$ 12,28	R\$ 9,00	R\$ 21,28	0,001%
5.2.202	MAN_PR_059	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE PP CORDPLAST 3 X 2,5MM2, 450/750V	M	19,00	R\$ 3,67	R\$ 12,52	R\$ 4,81	R\$ 14,79	R\$ 19,60	R\$ 91,47	R\$ 280,95	R\$ 372,43	0,014%

5.2.203	11960	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 2,5 MM, COMPRIMENTO 12 MM	UN	12,00	R\$ 0,00	R\$ 0,20	R\$ 0,00	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$ 0,00	R\$ 2,84	R\$ 2,84	0,000%
5.2.204	MAN_PR_073	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CONECTOR DE DERIVAÇÃO PERFORANTE 10-95MM2	UN	3,00	R\$ 9,57	R\$ 15,81	R\$ 12,55	R\$ 18,67	R\$ 31,22	R\$ 37,64	R\$ 56,02	R\$ 93,65	0,003%
5.2.205	101894	SINAPI	SINAPI-S	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO NEMA, CORRENTE NOMINAL DE 60 ATÉ 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 23,94	R\$ 130,94	R\$ 31,40	R\$ 154,68	R\$ 186,08	R\$ 31,40	R\$ 154,68	R\$ 186,08	0,007%
5.2.206	101901	SINAPI	SINAPI-S	CONTATOR TRIPOLAR I NOMINAL 12A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 4,35	R\$ 176,11	R\$ 5,71	R\$ 208,04	R\$ 213,75	R\$ 5,71	R\$ 208,04	R\$ 213,75	0,008%
5.2.207	MAN_PR_058	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BOBINA PARA CONTATOR CWM9 A CWM25, 380V	UN	1,00	R\$ 4,37	R\$ 43,95	R\$ 5,73	R\$ 51,92	R\$ 57,65	R\$ 5,73	R\$ 51,92	R\$ 57,65	0,002%
5.2.208	89379	SINAPI	SINAPI-S	LUVA DE CORRER, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2014	UN	1,00	R\$ 3,02	R\$ 14,09	R\$ 3,96	R\$ 16,64	R\$ 20,61	R\$ 3,96	R\$ 16,64	R\$ 20,61	0,001%
5.2.209	89381	SINAPI	SINAPI-S	LUVA COM BUCHA DE LATÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM X 3/4 , INSTALADO EM RAMAL OU SUB-RAMAL DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	1,00	R\$ 2,82	R\$ 8,38	R\$ 3,70	R\$ 9,90	R\$ 13,60	R\$ 3,70	R\$ 9,90	R\$ 13,60	0,001%
5.2.210	5104	SINAPI	SINAPI-I	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	31,00	R\$ 0,00	R\$ 121,10	R\$ 0,00	R\$ 143,06	R\$ 143,06	R\$ 0,00	R\$ 4.434,83	R\$ 4.434,83	0,164%
5.2.211	86914	SINAPI	SINAPI-S	TORNEIRA CROMADA 1/2" OU 3/4" PARA TANQUE, PADRÃO MÉDIO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	UN	1,00	R\$ 3,17	R\$ 111,86	R\$ 4,16	R\$ 132,14	R\$ 136,30	R\$ 4,16	R\$ 132,14	R\$ 136,30	0,005%
5.2.212	94498	SINAPI	SINAPI-S	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 2" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	1,00	R\$ 10,14	R\$ 122,90	R\$ 13,30	R\$ 145,19	R\$ 158,48	R\$ 13,30	R\$ 145,19	R\$ 158,48	0,006%
5.2.213	94975	SINAPI	SINAPI-S	CONCRETO FCK = 15MPa, TRAÇO 1:3,4:3,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	M3	1,00	R\$ 78,38	R\$ 387,97	R\$ 102,80	R\$ 458,32	R\$ 561,12	R\$ 102,80	R\$ 458,32	R\$ 561,12	0,021%
5.2.214	101883	SINAPI	SINAPI-S	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 18 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 18,18	R\$ 481,03	R\$ 23,84	R\$ 568,25	R\$ 592,10	R\$ 23,84	R\$ 568,25	R\$ 592,10	0,022%
5.2.215	102163	SINAPI	SINAPI-S	INSTALAÇÃO DE VIDRO LISO FUME, E = 4 MM, EM ESQUADRIA DE ALUMÍNIO OU PVC, FIXADO COM BAGUETE. AF_01/2021_PS	M2	1,00	R\$ 20,93	R\$ 309,48	R\$ 27,45	R\$ 365,60	R\$ 393,05	R\$ 27,45	R\$ 365,60	R\$ 393,05	0,015%
5.2.216	MAN_PR_063	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CERCA ELÉTRICA INDUSTRIAL INCLUSIVE FIXAÇÃO, CENTRAL DE CHOQUE, BATERIA, SIRENE,HASTES, ATERRAMENTO, FIOS E PLACAS DE ATENÇÃO	M	1,00	R\$ 7,31	R\$ 15,31	R\$ 9,59	R\$ 18,08	R\$ 27,67	R\$ 9,59	R\$ 18,08	R\$ 27,67	0,001%
5.2.217	87398	SINAPI	SINAPI-S	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO PARA REVESTIMENTOS E ASSENTAMENTO DA ALVENARIA, PREPARO MANUAL. AF_08/2019	M3	1,00	R\$ 159,00	R\$ 1.819,38	R\$ 208,53	R\$ 2.149,29	R\$ 2.357,82	R\$ 208,53	R\$ 2.149,29	R\$ 2.357,82	0,087%
5.2.218	5795	SINAPI	SINAPI-S	MARTELETE OU ROMPEDOR PNEUMÁTICO MANUAL, 28 KG, COM SILENCIADOR - CHP DIURNO. AF_07/2016	CHP	1,00	R\$ 16,66	R\$ 9,54	R\$ 21,85	R\$ 11,27	R\$ 33,12	R\$ 21,85	R\$ 11,27	R\$ 33,12	0,001%
5.2.219	102608	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA D'ÁGUA EM POLIETILENO, 1500 LITROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2021	UN	1,00	R\$ 5,99	R\$ 994,63	R\$ 7,86	R\$ 1.174,99	R\$ 1.182,84	R\$ 7,86	R\$ 1.174,99	R\$ 1.182,84	0,044%
5.2.220	89724	SINAPI	SINAPI-S	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	1,00	R\$ 3,80	R\$ 5,38	R\$ 4,98	R\$ 6,36	R\$ 11,34	R\$ 4,98	R\$ 6,36	R\$ 11,34	0,000%
5.2.221	98110	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_12/2020	UN	1,00	R\$ 8,64	R\$ 363,60	R\$ 11,33	R\$ 429,53	R\$ 440,86	R\$ 11,33	R\$ 429,53	R\$ 440,86	0,016%
5.2.222	104395	SINAPI	SINAPI-S	CONDULETE DE PVC, TIPO E, PARA ELETRODUTO DE PVC SOLDÁVEL DN 20 MM (1/2"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	1,00	R\$ 6,58	R\$ 10,07	R\$ 8,63	R\$ 11,90	R\$ 20,53	R\$ 8,63	R\$ 11,90	R\$ 20,53	0,001%
5.2.223	91884	SINAPI	SINAPI-S	LUVA PARA ELETRODUTO, PVC, ROSCÁVEL, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 6,07	R\$ 3,39	R\$ 7,96	R\$ 4,00	R\$ 11,97	R\$ 7,96	R\$ 4,00	R\$ 11,97	0,000%
5.2.224	MAN_PR_060	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CONECTOR PARA CABOS 4MM2 3 VIAS. REF. WAGO 221-413 OU SIMILAR	UN	31,00	R\$ 5,10	R\$ 5,62	R\$ 6,69	R\$ 6,64	R\$ 13,33	R\$ 207,33	R\$ 205,83	R\$ 413,15	0,015%
5.2.225	MAN_PR_064	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO DE COBRE PP CORDPLAST 3 X 4,0MM2, 450/750V	M	3,00	R\$ 3,98	R\$ 16,07	R\$ 5,22	R\$ 18,99	R\$ 24,20	R\$ 15,65	R\$ 56,97	R\$ 72,61	0,003%
5.2.226	3777	SINAPI	SINAPI-I	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2	31,00	R\$ 0,00	R\$ 1,25	R\$ 0,00	R\$ 1,48	R\$ 1,48	R\$ 0,00	R\$ 45,78	R\$ 45,78	0,002%
5.2.227	92273	SINAPI	SINAPI-S	FABRICAÇÃO DE ESCORAS DO TIPO PONTALETE, EM MADEIRA, PARA PÉ-DIREITO SIMPLES. AF_09/2020	M	56,00	R\$ 2,49	R\$ 11,39	R\$ 3,27	R\$ 13,46	R\$ 16,72	R\$ 182,88	R\$ 753,50	R\$ 936,38	0,035%
5.2.228	95801	SINAPI	SINAPI-S	CONDULETE DE ALUMÍNIO, TIPO X, PARA ELETRODUTO DE AÇO GALVANIZADO DN 20 MM (3/4"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2022	UN	1,00	R\$ 12,26	R\$ 20,77	R\$ 16,08	R\$ 24,54	R\$ 40,62	R\$ 16,08	R\$ 24,54	R\$ 40,62	0,002%
5.2.229	MAN_PR_067	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO MONTADO DE TOMADA 2P + T, ABNT, DE SOBREPOR, 20A, SISTEMA X	UN	5,00	R\$ 21,41	R\$ 41,10	R\$ 28,08	R\$ 48,56	R\$ 76,64	R\$ 140,42	R\$ 242,79	R\$ 383,21	0,014%
5.2.230	39391	SINAPI	SINAPI-I	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 34,61	R\$ 0,00	R\$ 40,89	R\$ 40,89	R\$ 0,00	R\$ 40,89	R\$ 40,89	0,002%
5.2.231	MAN_PR_074	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO KIT DE PROTECAO ARSTOP PARA AR CONDICIONADO, TOMADA PADRAO 2P+T 20 A, COM DISJUNTOR BIPOLAR DIN 20A	UN	1,00	R\$ 30,59	R\$ 93,52	R\$ 40,12	R\$ 110,48	R\$ 150,60	R\$ 40,12	R\$ 110,48	R\$ 150,60	0,006%
5.2.232	101537	SINAPI	SINAPI-S	APARELHO SINALIZADOR DE SAÍDA DE GARAGEM, COM CÉLULA FOTOELÉTRICA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2020	UN	1,00	R\$ 24,93	R\$ 74,85	R\$ 32,70	R\$ 88,42	R\$ 121,12	R\$ 32,70	R\$ 88,42	R\$ 121,12	0,004%
5.2.233	MAN_PR_065	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRELHA PARA RALO EM PVC, REDONDA, 10CM. REF. TIGRE OU SIMILAR	UN	2,00	R\$ 1,89	R\$ 6,86	R\$ 2,48	R\$ 8,10	R\$ 10,59	R\$ 4,97	R\$ 16,21	R\$ 21,18	0,001%
5.2.234	89557	SINAPI	SINAPI-S	REDUÇÃO EXCÊNTRICA, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 100 X 75 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	2,00	R\$ 2,20	R\$ 27,00	R\$ 2,89	R\$ 31,90	R\$ 34,78	R\$ 5,77	R\$ 63,79	R\$ 69,56	0,003%
5.2.235	104357	SINAPI	SINAPI-S	CAP, PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM SUBCOLETOR AÉREO DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	2,00	R\$ 2,75	R\$ 14,74	R\$ 3,61	R\$ 17,41	R\$ 21,02	R\$ 7,21	R\$ 34,83	R\$ 42,04	0,002%
5.2.236	MAN_PR_066	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA P/ BOTOEIRA PLÁSTICA 1 FURO 22 mm	UN	1,00	R\$ 9,18	R\$ 23,81	R\$ 12,04	R\$ 28,12	R\$ 40,16	R\$ 12,04	R\$ 28,12	R\$ 40,16	0,001%

5.2.237	11964	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE ACO ZINCADO, TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN	12,00	R\$ 0,00	R\$ 3,31	R\$ 0,00	R\$ 3,91	R\$ 3,91	R\$ 0,00	R\$ 46,92	R\$ 46,92	0,002%
5.2.238	11267	SINAPI	SINAPI-I	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATAO POLIDO, DIAMETRO NOMINAL 5/8", DIAMETRO EXTERNO = 34 MM, DIAMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESSURA = *2,5* MM	UN	12,00	R\$ 0,00	R\$ 1,43	R\$ 0,00	R\$ 1,69	R\$ 1,69	R\$ 0,00	R\$ 20,27	R\$ 20,27	0,001%
5.2.239	MAN_PR_075	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	PINTURA ADESIVA P/ CONCRETO, A BASE DE RESINA EPOXI (SIKADUR 32)	KG	1,00	R\$ 10,35	R\$ 70,56	R\$ 13,57	R\$ 83,35	R\$ 96,92	R\$ 13,57	R\$ 83,35	R\$ 96,92	0,004%
5.2.240	MAN_PR_061	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CANALETA EM ALUMÍNIO COM DIVISÓRIA PARA INSTALAÇÃO ELÉTRICA EM PISO, INCLUSIVE CONEXÕES, DIMENSÕES 20 X 10 MM	M	1,00	R\$ 10,71	R\$ 87,14	R\$ 14,04	R\$ 102,94	R\$ 116,98	R\$ 14,04	R\$ 102,94	R\$ 116,98	0,004%
5.2.241	87412	SINAPI	SINAPI-S	APLICAÇÃO MANUAL DE GESSO DESEMPENADO (SEM TALISCAS) EM TETO DE AMBIENTES DE ÁREA ENTRE 5M² E 10M², ESPESSURA DE 0,5CM. AF_03/2023	M2	10,00	R\$ 11,29	R\$ 12,41	R\$ 14,81	R\$ 14,66	R\$ 29,47	R\$ 148,07	R\$ 146,60	R\$ 294,68	0,011%
5.2.242	92016	SINAPI	SINAPI-S	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (3 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	1,00	R\$ 22,28	R\$ 33,52	R\$ 29,22	R\$ 39,60	R\$ 68,82	R\$ 29,22	R\$ 39,60	R\$ 68,82	0,003%
5.2.243	101633	SINAPI	SINAPI-S	SUBSTITUIÇÃO DE RELÉ FOTOELÉTRICO PARA COMANDO DE ILUMINAÇÃO EXTERNA 1000 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2020	UN	1,00	R\$ 5,27	R\$ 97,40	R\$ 6,91	R\$ 115,06	R\$ 121,97	R\$ 6,91	R\$ 115,06	R\$ 121,97	0,005%
5.2.244	MAN_PR_076	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA PARA QUADRO DE COMANDO TIPO CC PLAST 30X20X17CM CINZA/TR	KG	2,00	R\$ 38,24	R\$ 411,95	R\$ 50,15	R\$ 486,64	R\$ 536,79	R\$ 100,30	R\$ 973,29	R\$ 1.073,59	0,040%
5.2.245	103425	SINAPI	SINAPI-S	LUVA, EM PEAD LISO PARA REDE DE ÁGUA OU ESGOTO, DIÂMETRO DE 20 MM, JUNTA SOLDADA POR ELETROFUSÃO (NÃO INCLUI A EXECUÇÃO DE SOLDA). AF_12/2021	UN	3,00	R\$ 2,11	R\$ 12,62	R\$ 2,77	R\$ 14,91	R\$ 17,68	R\$ 8,30	R\$ 44,73	R\$ 53,03	0,002%
5.2.246	1599	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR DE ALUMINIO TIPO PRENSA CABO, BITOLA 3/4", PARA CABOS DE DIAMETRO DE 17,5 A 20 MM	UN	10,00	R\$ 0,00	R\$ 15,82	R\$ 0,00	R\$ 18,69	R\$ 18,69	R\$ 0,00	R\$ 186,89	R\$ 186,89	0,007%
5.2.247	100749	SINAPI	SINAPI-S	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO FOSCO) PULVERIZADA SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (POR DEMÃO). AF_01/2020_PE	M2	1,00	R\$ 8,84	R\$ 12,36	R\$ 11,59	R\$ 14,60	R\$ 26,20	R\$ 11,59	R\$ 14,60	R\$ 26,20	0,001%
5.2.248	1535	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 6 A 10 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 5,76	R\$ 0,00	R\$ 6,80	R\$ 6,80	R\$ 0,00	R\$ 6,80	R\$ 6,80	0,000%
5.2.249	1550	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 25 MM2	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 8,55	R\$ 0,00	R\$ 10,10	R\$ 10,10	R\$ 0,00	R\$ 10,10	R\$ 10,10	0,000%
5.2.250	101875	SINAPI	SINAPI-S	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO, DE EMBUTIR, COM BARRAMENTO TRIFÁSICO, PARA 12 DISJUNTORES DIN 100A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2020	UN	1,00	R\$ 16,34	R\$ 345,68	R\$ 21,43	R\$ 408,36	R\$ 429,79	R\$ 21,43	R\$ 408,36	R\$ 429,79	0,016%
5.2.251	5678	SINAPI	SINAPI-S	RETROESCAVADEIRA SOBRE RODAS COM CARREGADEIRA, TRAÇÃO 4X4, POTÊNCIA LÍQ. 88 HP, CAÇAMBA CARREG. CAP. MÍN. 1 M3, CAÇAMBA RETRO CAP. 0,26 M3, PESO OPERACIONAL MÍN. 6.674 KG, PROFUNDIDADE ESCAVAÇÃO MÁX. 4,37 M - CHP DIURNO. AF_06/2014	CHP	2,00	R\$ 22,36	R\$ 120,44	R\$ 29,33	R\$ 142,28	R\$ 171,61	R\$ 58,65	R\$ 284,56	R\$ 343,21	0,013%
5.2.252	98101	SINAPI	SINAPI-S	SUMIDOURO RETANGULAR, EM ALVENARIA COM BLOCOS DE CONCRETO, DIMENSÕES INTERNAS: 1,6 X 5,8 X H=3,0 M, ÁREA DE INFILTRAÇÃO: 50 M² (PARA 20 CONTRIBUINTES). . AF_12/2020	UN	1,00	R\$ 2.368,30	R\$ 6.104,88	R\$ 3.106,11	R\$ 7.211,87	R\$ 10.317,99	R\$ 3.106,11	R\$ 7.211,87	R\$ 10.317,99	0,382%
5.2.253	98059	SINAPI	SINAPI-S	FILTRO ANAERÓBIO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,88 M, ALTURA INTERNA = 1,50 M, VOLUME ÚTIL: 3331,1 L (PARA 19 CONTRIBUINTES). AF_12/2020_PA	UN	1,00	R\$ 303,97	R\$ 3.566,95	R\$ 398,67	R\$ 4.213,74	R\$ 4.612,41	R\$ 398,67	R\$ 4.213,74	R\$ 4.612,41	0,171%
5.2.254	98054	SINAPI	SINAPI-S	TANQUE SÉPTICO CIRCULAR, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,88 M, ALTURA INTERNA = 2,50 M, VOLUME ÚTIL: 6245,8 L (PARA 32 CONTRIBUINTES). AF_12/2020_PA	UN	1,00	R\$ 248,73	R\$ 4.535,01	R\$ 326,22	R\$ 5.357,34	R\$ 5.683,56	R\$ 326,22	R\$ 5.357,34	R\$ 5.683,56	0,210%
5.2.255	COT_MAN_036	PRÓPRIO	COT MENCADO	CONTROLE PARA PORTÃO ELETRÔNICO 4 VIAS DE LONGO ALCANCE. REF.: INTELBRAS EP 04 OU SIMILAR	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 27,80	R\$ 0,00	R\$ 32,84	R\$ 32,84	R\$ 0,00	R\$ 32,84	R\$ 32,84	0,001%
5.2.256	100554	SINAPI	SINAPI-S	CABO COAXIAL RG59 95% - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	1,00	R\$ 2,17	R\$ 3,17	R\$ 2,85	R\$ 3,74	R\$ 6,59	R\$ 2,85	R\$ 3,74	R\$ 6,59	0,000%
5.2.257	38105	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA PARA ANTENA DE TV, CABO COAXIAL DE 9 MM (APENAS MÓDULO)	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 9,45	R\$ 0,00	R\$ 11,16	R\$ 11,16	R\$ 0,00	R\$ 11,16	R\$ 11,16	0,000%
5.2.258	98300	SINAPI	SINAPI-S	CABO COAXIAL RG6 95% - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	M	3,00	R\$ 2,29	R\$ 3,31	R\$ 3,00	R\$ 3,91	R\$ 6,91	R\$ 9,01	R\$ 11,73	R\$ 20,74	0,001%
5.2.259	38394	SINAPI	SINAPI-I	KIT ACESSORIOS PARA COMPRESSOR DE AR, 5 PECAS (PISTOLAS PINTURA, LIMPEZA E PULVERIZACAO, CALIBRADOR E MANGUEIRA)	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 453,44	R\$ 0,00	R\$ 535,66	R\$ 535,66	R\$ 0,00	R\$ 535,66	R\$ 535,66	0,020%
5.2.260	12892	SINAPI	SINAPI-I	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1,00	R\$ 0,00	R\$ 12,47	R\$ 0,00	R\$ 14,73	R\$ 14,73	R\$ 0,00	R\$ 14,73	R\$ 14,73	0,001%
5.2.261	38140	SINAPI	SINAPI-I	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 110 MM, FURO DE 20 MM	UN	7,00	R\$ 0,00	R\$ 19,50	R\$ 0,00	R\$ 23,04	R\$ 23,04	R\$ 0,00	R\$ 161,25	R\$ 161,25	0,006%
5.2.262	21012	SINAPI	SINAPI-I	TUBO ACO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE LEVE, DN 40 MM (1 1/2"), E = 3,00 MM, *3,48* KG/M (NBR 5580)	M	1,00	R\$ 0,00	R\$ 51,46	R\$ 0,00	R\$ 60,79	R\$ 60,79	R\$ 0,00	R\$ 60,79	R\$ 60,79	0,002%
5.2.263	100808	SINAPI	SINAPI-S	TUBO, PEX, MULTICAMADA, COM TUBO LUVA, DN 20, INSTALADO EM RAMAL INTERNO DE INSTALAÇÕES DE GÁS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_01/2020	M	1,00	R\$ 10,09	R\$ 19,04	R\$ 13,23	R\$ 22,49	R\$ 35,73	R\$ 13,23	R\$ 22,49	R\$ 35,73	0,001%
5.2.264	100556	SINAPI	SINAPI-S	CAIXA DE PASSAGEM PARA TELEFONE 15X15X10CM (SOBREPOR), FORNECIMENTO E INSTALACAO. AF_11/2019	UN	1,00	R\$ 10,58	R\$ 25,45	R\$ 13,88	R\$ 30,06	R\$ 43,94	R\$ 13,88	R\$ 30,06	R\$ 43,94	0,002%
5.2.265	99824	SINAPI	SINAPI-S	LIMPEZA DE PORTA EM AÇO/ALUMÍNIO. AF_04/2019	M2	1,00	R\$ 1,18	R\$ 1,03	R\$ 1,55	R\$ 1,22	R\$ 2,76	R\$ 1,55	R\$ 1,22	R\$ 2,76	0,000%
5.2.266	MAN_PR_069	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LÂMPADA LED BULBO E27, 60W DE POTÊNCIA, COR BRANCO FRIO 6500K	UN	1,00	R\$ 12,63	R\$ 54,76	R\$ 16,56	R\$ 64,69	R\$ 81,25	R\$ 16,56	R\$ 64,69	R\$ 81,25	0,003%
5.2.267	156	SINAPI	SINAPI-I	ADESIVO ESTRUTURAL A BASE DE RESINA EPOXI, BICOMPONENTE, FLUIDO	KG	1,00	R\$ 0,00	R\$ 60,03	R\$ 0,00	R\$ 70,92	R\$ 70,92	R\$ 0,00	R\$ 70,92	R\$ 70,92	0,003%
5.3	SERVIÇOS REFRIGERAÇÃO											R\$ 173,44	R\$ 357.741,06	R\$ 357.914,50	13,237%

5.3.1	SPLIT_SERV_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ATÉ 9.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	7,00	R\$ 0,00	R\$ 450,00	R\$ 0,00	R\$ 531,60	R\$ 531,60	R\$ 0,00	R\$ 3.721,19	R\$ 3.721,19	0,138%
5.3.2	SPLIT_SERV_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 9.000 BTUS ATÉ 12.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	170,00	R\$ 0,00	R\$ 450,00	R\$ 0,00	R\$ 531,60	R\$ 531,60	R\$ 0,00	R\$ 90.371,71	R\$ 90.371,71	3,342%
5.3.3	SPLIT_SERV_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 12.000 BTUS ATÉ 18.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	163,00	R\$ 0,00	R\$ 550,00	R\$ 0,00	R\$ 649,73	R\$ 649,73	R\$ 0,00	R\$ 105.906,19	R\$ 105.906,19	3,917%
5.3.4	SPLIT_SERV_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 18.000 BTUS ATÉ 24.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	88,00	R\$ 0,00	R\$ 650,00	R\$ 0,00	R\$ 767,86	R\$ 767,86	R\$ 0,00	R\$ 67.572,05	R\$ 67.572,05	2,499%
5.3.5	SPLIT_SERV_005	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 24.000 BTUS ATÉ 30.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 700,00	R\$ 0,00	R\$ 826,93	R\$ 826,93	R\$ 0,00	R\$ 1.653,86	R\$ 1.653,86	0,061%
5.3.6	SPLIT_SERV_006	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 30.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	66,00	R\$ 0,00	R\$ 700,00	R\$ 0,00	R\$ 826,93	R\$ 826,93	R\$ 0,00	R\$ 54.577,42	R\$ 54.577,42	2,018%
5.3.7	SPLIT_SERV_007	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 36.000 BTUS ATÉ 48.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	3,00	R\$ 0,00	R\$ 990,00	R\$ 0,00	R\$ 1.169,52	R\$ 1.169,52	R\$ 0,00	R\$ 3.508,55	R\$ 3.508,55	0,130%
5.3.8	SPLIT_SERV_008	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 48.000 BTUS ATÉ 60.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	1,00	R\$ 0,00	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.181,33	R\$ 1.181,33	R\$ 0,00	R\$ 1.181,33	R\$ 1.181,33	0,044%
5.3.9	REFRI. 001	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM ATÉ 9.000 BTUS.	M	2,00	R\$ 3,27	R\$ 90,04	R\$ 4,28	R\$ 106,37	R\$ 110,65	R\$ 8,57	R\$ 212,74	R\$ 221,31	0,008%
5.3.10	REFRI. 002	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM ACIMA DE 9.000 BTUS ATÉ 12.000 BTUS.	M	5,00	R\$ 3,27	R\$ 102,11	R\$ 4,28	R\$ 120,62	R\$ 124,90	R\$ 21,42	R\$ 603,11	R\$ 624,52	0,023%
5.3.11	REFRI. 003	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM ACIMA DE 12.000 BTUS ATÉ 18.000 BTUS.	M	10,00	R\$ 3,48	R\$ 114,65	R\$ 4,56	R\$ 135,44	R\$ 140,00	R\$ 45,58	R\$ 1.354,39	R\$ 1.399,98	0,052%
5.3.12	REFRI. 004	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM DE ACIMA DE 18.000 BTUS ATÉ 24.000 BTUS.	M	10,00	R\$ 3,48	R\$ 114,65	R\$ 4,56	R\$ 135,44	R\$ 140,00	R\$ 45,58	R\$ 1.354,39	R\$ 1.399,98	0,052%
5.3.13	REFRI. 005	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM ACIMA DE 24.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS.	M	5,00	R\$ 3,63	R\$ 131,70	R\$ 4,75	R\$ 155,59	R\$ 160,34	R\$ 23,77	R\$ 777,93	R\$ 801,70	0,030%
5.3.14	REFRI. 006	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM DE ACIMA DE 36.000 BUTS ATÉ 48.000 BTUS.	M	5,00	R\$ 3,63	R\$ 184,51	R\$ 4,75	R\$ 217,96	R\$ 222,72	R\$ 23,77	R\$ 1.089,82	R\$ 1.113,60	0,041%
5.3.15	REFRI. 007	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE TUBULAÇÃO EM COBRE P/ INTERLIGAÇÃO DO CONDENSADOR AO EVAPORADOR, INCLUSIVE ISOLAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, CONEXÕES E FIXAÇÕES, P/ CONDICIONADORES DE AR SPLIT SYSTEM DE ACIMA DE 48.000 BUTS ATÉ 60.000 BTUS.	M	1,00	R\$ 3,63	R\$ 184,51	R\$ 4,75	R\$ 217,96	R\$ 222,72	R\$ 4,75	R\$ 217,96	R\$ 222,72	0,008%
5.3.16	SPLIT_SERV_009	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ATÉ 9.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 595,00	R\$ 0,00	R\$ 702,89	R\$ 702,89	R\$ 0,00	R\$ 1.405,78	R\$ 1.405,78	0,052%
5.3.17	SPLIT_SERV_010	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 9.000 BTUS ATÉ 12.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 750,00	R\$ 0,00	R\$ 886,00	R\$ 886,00	R\$ 0,00	R\$ 1.771,99	R\$ 1.771,99	0,066%
5.3.18	SPLIT_SERV_011	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 12.000 BTUS ATÉ 18.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 1.890,13	R\$ 1.890,13	0,070%
5.3.19	SPLIT_SERV_012	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 18.000 BTUS ATÉ 24.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 800,00	R\$ 0,00	R\$ 945,06	R\$ 945,06	R\$ 0,00	R\$ 1.890,13	R\$ 1.890,13	0,070%
5.3.20	SPLIT_SERV_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 24.000 BTUS ATÉ 30.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 950,00	R\$ 0,00	R\$ 1.122,26	R\$ 1.122,26	R\$ 0,00	R\$ 2.244,53	R\$ 2.244,53	0,083%
5.3.21	SPLIT_SERV_014	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 30.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 1.050,00	R\$ 0,00	R\$ 1.240,40	R\$ 1.240,40	R\$ 0,00	R\$ 2.480,79	R\$ 2.480,79	0,092%

5.3.22	SPLIT_SERV_015	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 36.000 BTUS ATÉ 48.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 1.300,00	R\$ 0,00	R\$ 1.535,73	R\$ 1.535,73	R\$ 0,00	R\$ 3.071,46	R\$ 3.071,46	0,114%
5.3.23	SPLIT_SERV_016	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 48.000 BTUS ATÉ 60.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 1.650,00	R\$ 0,00	R\$ 1.949,19	R\$ 1.949,19	R\$ 0,00	R\$ 3.898,39	R\$ 3.898,39	0,144%
5.3.24	SPLIT_SERV_017	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ATÉ 9.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 200,00	R\$ 0,00	R\$ 236,27	R\$ 236,27	R\$ 0,00	R\$ 472,53	R\$ 472,53	0,017%
5.3.25	SPLIT_SERV_018	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 9.000 BTUS ATÉ 12.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 250,00	R\$ 0,00	R\$ 295,33	R\$ 295,33	R\$ 0,00	R\$ 590,66	R\$ 590,66	0,022%
5.3.26	SPLIT_SERV_019	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 12.000 BTUS ATÉ 18.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 280,00	R\$ 0,00	R\$ 330,77	R\$ 330,77	R\$ 0,00	R\$ 661,54	R\$ 661,54	0,024%
5.3.27	SPLIT_SERV_020	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 18.000 BTUS ATÉ 24.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 260,00	R\$ 0,00	R\$ 307,15	R\$ 307,15	R\$ 0,00	R\$ 614,29	R\$ 614,29	0,023%
5.3.28	SPLIT_SERV_021	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 24.000 BTUS ATÉ 30.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 260,00	R\$ 0,00	R\$ 307,15	R\$ 307,15	R\$ 0,00	R\$ 614,29	R\$ 614,29	0,023%
5.3.29	SPLIT_SERV_022	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 30.000 BTUS ATÉ 36.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 260,00	R\$ 0,00	R\$ 307,15	R\$ 307,15	R\$ 0,00	R\$ 614,29	R\$ 614,29	0,023%
5.3.30	SPLIT_SERV_023	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 36.000 BTUS ATÉ 48.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 354,40	R\$ 354,40	R\$ 0,00	R\$ 708,80	R\$ 708,80	0,026%
5.3.31	SPLIT_SERV_024	PRÓPRIO	COT.MERCADO	SERVIÇO DE REMOÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT ACIMA DE 48.000 BTUS ATÉ 60.000 BTUS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MATERIAIS	UN	2,00	R\$ 0,00	R\$ 300,00	R\$ 0,00	R\$ 354,40	R\$ 354,40	R\$ 0,00	R\$ 708,80	R\$ 708,80	0,026%
6	PEÇAS E MATERIAIS - TODAS AS UNIDADES											R\$ 0,00	R\$ 247.810,62	R\$ 247.810,62	9,165%
6.1	Elétrica											R\$ 0,00	R\$ 39.916,83	R\$ 39.916,83	1,476%
6.1.1	414	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,09	R\$ 0,00	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,00	R\$ 2,13	R\$ 2,13	0,000%
6.1.2	410	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 150 X *3,6* MM	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,23	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 5,43	R\$ 5,43	0,000%
6.1.3	411	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,29	R\$ 0,00	R\$ 0,34	R\$ 0,34	R\$ 0,00	R\$ 6,85	R\$ 6,85	0,000%
6.1.4	408	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 1,44	R\$ 0,00	R\$ 1,70	R\$ 1,70	R\$ 0,00	R\$ 34,02	R\$ 34,02	0,001%
6.1.5	394	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 6,72	R\$ 0,00	R\$ 7,94	R\$ 7,94	R\$ 0,00	R\$ 158,77	R\$ 158,77	0,006%
6.1.6	392	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 3,27	R\$ 0,00	R\$ 3,86	R\$ 3,86	R\$ 0,00	R\$ 77,26	R\$ 77,26	0,003%
6.1.7	39128	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 3,48	R\$ 0,00	R\$ 4,11	R\$ 4,11	R\$ 0,00	R\$ 82,22	R\$ 82,22	0,003%
6.1.8	400	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 3,40	R\$ 0,00	R\$ 4,02	R\$ 4,02	R\$ 0,00	R\$ 80,33	R\$ 80,33	0,003%
6.1.9	39138	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 3/4"	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 1,49	R\$ 0,00	R\$ 1,76	R\$ 1,76	R\$ 0,00	R\$ 14,08	R\$ 14,08	0,001%
6.1.10	36801	SINAPI	SINAPI-I	ACABAMENTO DE METAL CROMADO PARA REGISTRO PEQUENO, DE PAREDE, 1/2" OU 3/4"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 41,31	R\$ 0,00	R\$ 48,80	R\$ 48,80	R\$ 0,00	R\$ 48,80	R\$ 48,80	0,002%
6.1.11	12615	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA PVC, PARA CALHA PLUVIAL, DIAMETRO ENTRE *80 E 100* MM, PARA DRENAGEM PLUVIAL PREDIAL	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 11,59	R\$ 0,00	R\$ 13,69	R\$ 13,69	R\$ 0,00	R\$ 164,30	R\$ 164,30	0,006%
6.1.12	7588	SINAPI	SINAPI-I	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 53,00	R\$ 0,00	R\$ 62,61	R\$ 62,61	R\$ 0,00	R\$ 250,44	R\$ 250,44	0,009%
6.1.13	2516	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR CURVO 90 GRAUS DE ALUMINIO, BITOLA 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 11,05	R\$ 0,00	R\$ 13,05	R\$ 13,05	R\$ 0,00	R\$ 26,11	R\$ 26,11	0,001%
6.1.14	2517	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR CURVO 90 GRAUS DE ALUMINIO, BITOLA 1 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 21,30	R\$ 0,00	R\$ 25,16	R\$ 25,16	R\$ 0,00	R\$ 50,32	R\$ 50,32	0,002%
6.1.15	2515	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR CURVO 90 GRAUS DE ALUMINIO, BITOLA 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 9,20	R\$ 0,00	R\$ 10,87	R\$ 10,87	R\$ 0,00	R\$ 21,74	R\$ 21,74	0,001%
6.1.16	2526	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 4,88	R\$ 0,00	R\$ 5,76	R\$ 5,76	R\$ 0,00	R\$ 11,53	R\$ 11,53	0,000%
6.1.17	11950	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,00	R\$ 0,17	R\$ 0,17	R\$ 0,00	R\$ 8,27	R\$ 8,27	0,000%
6.1.18	7583	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 0,29	R\$ 0,00	R\$ 0,34	R\$ 0,34	R\$ 0,00	R\$ 17,13	R\$ 17,13	0,001%
6.1.19	1020	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 10,21	R\$ 0,00	R\$ 12,06	R\$ 12,06	R\$ 0,00	R\$ 1.206,14	R\$ 1.206,14	0,045%

6.1.20	1022	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 2,79	R\$ 0,00	R\$ 3,30	R\$ 3,30	R\$ 0,00	R\$ 329,59	R\$ 329,59	0,012%
6.1.21	1021	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 4,28	R\$ 0,00	R\$ 5,06	R\$ 5,06	R\$ 0,00	R\$ 505,61	R\$ 505,61	0,019%
6.1.22	994	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 6,23	R\$ 0,00	R\$ 7,36	R\$ 7,36	R\$ 0,00	R\$ 735,97	R\$ 735,97	0,027%
6.1.23	857	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	M	25	R\$ 0,00	R\$ 18,53	R\$ 0,00	R\$ 21,89	R\$ 21,89	R\$ 0,00	R\$ 547,25	R\$ 547,25	0,020%
6.1.24	34624	SINAPI	SINAPI-I	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 4 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 7,90	R\$ 0,00	R\$ 9,33	R\$ 9,33	R\$ 0,00	R\$ 933,25	R\$ 933,25	0,035%
6.1.25	1014	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 2,35	R\$ 0,00	R\$ 2,78	R\$ 2,78	R\$ 0,00	R\$ 277,61	R\$ 277,61	0,010%
6.1.26	981	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	50	R\$ 0,00	R\$ 3,90	R\$ 0,00	R\$ 4,61	R\$ 4,61	R\$ 0,00	R\$ 230,36	R\$ 230,36	0,009%
6.1.27	1872	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 1,75	R\$ 0,00	R\$ 2,07	R\$ 2,07	R\$ 0,00	R\$ 12,40	R\$ 12,40	0,000%
6.1.28	1368	SINAPI	SINAPI-I	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 87,40	R\$ 0,00	R\$ 103,25	R\$ 103,25	R\$ 0,00	R\$ 412,99	R\$ 412,99	0,015%
6.1.29	11891	SINAPI	SINAPI-I	CORDAO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	50	R\$ 0,00	R\$ 5,56	R\$ 0,00	R\$ 6,57	R\$ 6,57	R\$ 0,00	R\$ 328,41	R\$ 328,41	0,012%
6.1.30	11821	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), COM SEPARADOR DE CABOS BIMETALICOS, PARA CABOS ATE 25 MM2	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 10,53	R\$ 0,00	R\$ 12,44	R\$ 12,44	R\$ 0,00	R\$ 99,52	R\$ 99,52	0,004%
6.1.31	2559	SINAPI	SINAPI-I	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO C, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,00	R\$ 0,00	R\$ 14,18	R\$ 14,18	R\$ 0,00	R\$ 56,70	R\$ 56,70	0,002%
6.1.32	2565	SINAPI	SINAPI-I	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO E, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,72	R\$ 0,00	R\$ 11,48	R\$ 11,48	R\$ 0,00	R\$ 45,93	R\$ 45,93	0,002%
6.1.33	2593	SINAPI	SINAPI-I	CONDULETE DE ALUMINIO TIPO LR, PARA ELETRODUTO ROSCAVEL DE 3/4", COM TAMPA CEGA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 10,04	R\$ 0,00	R\$ 11,86	R\$ 11,86	R\$ 0,00	R\$ 47,44	R\$ 47,44	0,002%
6.1.34	2483	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,48	R\$ 0,00	R\$ 4,11	R\$ 4,11	R\$ 0,00	R\$ 16,44	R\$ 16,44	0,001%
6.1.35	2487	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	16	R\$ 0,00	R\$ 1,66	R\$ 0,00	R\$ 1,96	R\$ 1,96	R\$ 0,00	R\$ 31,38	R\$ 31,38	0,001%
6.1.36	2488	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 3/4", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	16	R\$ 0,00	R\$ 1,95	R\$ 0,00	R\$ 2,30	R\$ 2,30	R\$ 0,00	R\$ 36,86	R\$ 36,86	0,001%
6.1.37	11856	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 10 MM2	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 6,90	R\$ 0,00	R\$ 8,15	R\$ 8,15	R\$ 0,00	R\$ 97,81	R\$ 97,81	0,004%
6.1.38	1539	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 16 MM2	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 8,11	R\$ 0,00	R\$ 9,58	R\$ 9,58	R\$ 0,00	R\$ 114,97	R\$ 114,97	0,004%
6.1.39	1614	SINAPI	SINAPI-I	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 32 A, TENSAO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 364,24	R\$ 0,00	R\$ 430,29	R\$ 430,29	R\$ 0,00	R\$ 430,29	R\$ 430,29	0,016%
6.1.40	1627	SINAPI	SINAPI-I	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE *65* A, TENSAO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 844,72	R\$ 0,00	R\$ 997,89	R\$ 997,89	R\$ 0,00	R\$ 997,89	R\$ 997,89	0,037%
6.1.41	1612	SINAPI	SINAPI-I	CONTATOR TRIPOLAR, CORRENTE DE 9 A, TENSAO NOMINAL DE *500* V, CATEGORIA AC-2 E AC-3	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 161,12	R\$ 0,00	R\$ 190,34	R\$ 190,34	R\$ 0,00	R\$ 190,34	R\$ 190,34	0,007%
6.1.42	2623	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 135 GRAUS PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 20 MM (3/4"), ESPESSURA DE 1,50 MM	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 4,57	R\$ 0,00	R\$ 5,40	R\$ 5,40	R\$ 0,00	R\$ 64,78	R\$ 64,78	0,002%
6.1.43	39271	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, CURTA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 1,54	R\$ 0,00	R\$ 1,82	R\$ 1,82	R\$ 0,00	R\$ 21,83	R\$ 21,83	0,001%
6.1.44	1879	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 2,02	R\$ 0,00	R\$ 2,39	R\$ 2,39	R\$ 0,00	R\$ 28,64	R\$ 28,64	0,001%
6.1.45	1884	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 3,07	R\$ 0,00	R\$ 3,63	R\$ 3,63	R\$ 0,00	R\$ 43,52	R\$ 43,52	0,002%
6.1.46	1875	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 4,19	R\$ 0,00	R\$ 4,95	R\$ 4,95	R\$ 0,00	R\$ 59,40	R\$ 59,40	0,002%
6.1.47	1874	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 3,46	R\$ 0,00	R\$ 4,09	R\$ 4,09	R\$ 0,00	R\$ 49,05	R\$ 49,05	0,002%
6.1.48	1876	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 6,81	R\$ 0,00	R\$ 8,04	R\$ 8,04	R\$ 0,00	R\$ 96,54	R\$ 96,54	0,004%
6.1.49	1879	SINAPI	SINAPI-I	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 2,02	R\$ 0,00	R\$ 2,39	R\$ 2,39	R\$ 0,00	R\$ 28,64	R\$ 28,64	0,001%
6.1.50	34616	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 52,44	R\$ 0,00	R\$ 61,95	R\$ 61,95	R\$ 0,00	R\$ 247,80	R\$ 247,80	0,009%
6.1.51	34709	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 64,25	R\$ 0,00	R\$ 75,90	R\$ 75,90	R\$ 0,00	R\$ 303,60	R\$ 303,60	0,011%
6.1.52	2370	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSAO MAXIMA DE 240 V	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,85	R\$ 0,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 0,00	R\$ 56,00	R\$ 56,00	0,002%
6.1.53	34653	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 9,15	R\$ 0,00	R\$ 10,81	R\$ 10,81	R\$ 0,00	R\$ 86,47	R\$ 86,47	0,003%
6.1.54	2370	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSAO MAXIMA DE 240 V	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,85	R\$ 0,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 0,00	R\$ 56,00	R\$ 56,00	0,002%

6.1.55	2370	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSAO MAXIMA DE 240 V	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,85	R\$ 0,00	R\$ 14,00	R\$ 14,00	R\$ 0,00	R\$ 56,00	R\$ 56,00	0,002%
6.1.56	2373	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSAO MAXIMA DE 415 V	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 112,07	R\$ 0,00	R\$ 132,39	R\$ 132,39	R\$ 0,00	R\$ 264,78	R\$ 264,78	0,010%
6.1.57	2393	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO TRIPOLAR 250 A / 600 V, TIPO FXD	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 934,49	R\$ 0,00	R\$ 1.103,94	R\$ 1.103,94	R\$ 0,00	R\$ 1.103,94	R\$ 1.103,94	0,041%
6.1.58	34623	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 40 - 50 A	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 51,64	R\$ 0,00	R\$ 61,00	R\$ 61,00	R\$ 0,00	R\$ 244,02	R\$ 244,02	0,009%
6.1.59	2392	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 10 ATE 50A, TENSAO MAXIMA DE 415 V	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 79,54	R\$ 0,00	R\$ 93,96	R\$ 93,96	R\$ 0,00	R\$ 375,85	R\$ 375,85	0,014%
6.1.60	34709	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 64,25	R\$ 0,00	R\$ 75,90	R\$ 75,90	R\$ 0,00	R\$ 303,60	R\$ 303,60	0,011%
6.1.61	34709	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 64,25	R\$ 0,00	R\$ 75,90	R\$ 75,90	R\$ 0,00	R\$ 303,60	R\$ 303,60	0,011%
6.1.62	34714	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 63 A	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 76,74	R\$ 0,00	R\$ 90,66	R\$ 90,66	R\$ 0,00	R\$ 181,31	R\$ 181,31	0,007%
6.1.63	39445	SINAPI	SINAPI-I	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 140,88	R\$ 0,00	R\$ 166,43	R\$ 166,43	R\$ 0,00	R\$ 665,70	R\$ 665,70	0,025%
6.1.64	39446	SINAPI	SINAPI-I	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 40 A, TIPO AC	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 143,39	R\$ 0,00	R\$ 169,39	R\$ 169,39	R\$ 0,00	R\$ 677,56	R\$ 677,56	0,025%
6.1.65	39447	SINAPI	SINAPI-I	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 63 A, TIPO AC	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 153,33	R\$ 0,00	R\$ 181,13	R\$ 181,13	R\$ 0,00	R\$ 543,40	R\$ 543,40	0,020%
6.1.66	39458	SINAPI	SINAPI-I	DISPOSITIVO DR, 4 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 80 A, TIPO AC	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 326,77	R\$ 0,00	R\$ 386,02	R\$ 386,02	R\$ 0,00	R\$ 772,05	R\$ 772,05	0,029%
6.1.67	21128	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, LEVE, DIAMETRO 3/4", PAREDE DE 0,90 MM	M	60	R\$ 0,00	R\$ 7,41	R\$ 0,00	R\$ 8,75	R\$ 8,75	R\$ 0,00	R\$ 525,22	R\$ 525,22	0,019%
6.1.71	2504	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 25 MM, DN = 3/4", TIPO SEALTUBO	M	20	R\$ 0,00	R\$ 8,22	R\$ 0,00	R\$ 9,71	R\$ 9,71	R\$ 0,00	R\$ 194,21	R\$ 194,21	0,007%
6.1.72	21137	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO FLEXIVEL, EM FITA DE ACO GALVANIZADO, REVESTIDO COM PVC PRETO, DIAMETRO EXTERNO DE 15 MM, DN = 3/8", TIPO SEALTUBO	M	10	R\$ 0,00	R\$ 7,58	R\$ 0,00	R\$ 8,95	R\$ 8,95	R\$ 0,00	R\$ 89,54	R\$ 89,54	0,003%
6.1.73	2674	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	M	20	R\$ 0,00	R\$ 4,94	R\$ 0,00	R\$ 5,84	R\$ 5,84	R\$ 0,00	R\$ 116,72	R\$ 116,72	0,004%
6.1.74	39255	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RIGIDO, LISO, COR CINZA, DE 1", PARA INSTALACOES APARENTES (NBR 5410)	M	20	R\$ 0,00	R\$ 21,10	R\$ 0,00	R\$ 24,93	R\$ 24,93	R\$ 0,00	R\$ 498,52	R\$ 498,52	0,018%
6.1.75	11002	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 30,34	R\$ 0,00	R\$ 35,84	R\$ 35,84	R\$ 0,00	R\$ 71,68	R\$ 71,68	0,003%
6.1.76	39253	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RIGIDO, LISO, COR CINZA, DE 3/4", PARA INSTALACOES APARENTES (NBR 5410)	M	20	R\$ 0,00	R\$ 14,53	R\$ 0,00	R\$ 17,16	R\$ 17,16	R\$ 0,00	R\$ 343,29	R\$ 343,29	0,013%
6.1.77	38091	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 2,09	R\$ 0,00	R\$ 2,47	R\$ 2,47	R\$ 0,00	R\$ 49,38	R\$ 49,38	0,002%
6.1.78	11890	SINAPI	SINAPI-I	CORDAO DE COBRE, FLEXIVEL, TORCIDO, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/D, 300 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	50	R\$ 0,00	R\$ 3,43	R\$ 0,00	R\$ 4,05	R\$ 4,05	R\$ 0,00	R\$ 202,60	R\$ 202,60	0,007%
6.1.79	20111	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 11,23	R\$ 0,00	R\$ 13,27	R\$ 13,27	R\$ 0,00	R\$ 198,99	R\$ 198,99	0,007%
6.1.80	404	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	M	5	R\$ 0,00	R\$ 1,53	R\$ 0,00	R\$ 1,81	R\$ 1,81	R\$ 0,00	R\$ 9,04	R\$ 9,04	0,000%
6.1.81	21127	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 4,24	R\$ 0,00	R\$ 5,01	R\$ 5,01	R\$ 0,00	R\$ 10,02	R\$ 10,02	0,000%
6.1.82	12344	SINAPI	SINAPI-I	FUSIVEL DIAZED 20 A TAMANHO DII, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 50 KA EM VCA E 8 KA EM VCC, TENSAO NOMINAL DE 500 V	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 2,65	R\$ 0,00	R\$ 3,13	R\$ 3,13	R\$ 0,00	R\$ 25,04	R\$ 25,04	0,001%
6.1.83	38063	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTOR PARALELO 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	16	R\$ 0,00	R\$ 8,29	R\$ 0,00	R\$ 9,79	R\$ 9,79	R\$ 0,00	R\$ 156,69	R\$ 156,69	0,006%
6.1.84	38062	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	32	R\$ 0,00	R\$ 6,09	R\$ 0,00	R\$ 7,19	R\$ 7,19	R\$ 0,00	R\$ 230,22	R\$ 230,22	0,009%
6.1.85	38071	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTORES SIMPLES (3 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 14,94	R\$ 0,00	R\$ 17,65	R\$ 17,65	R\$ 0,00	R\$ 70,60	R\$ 70,60	0,003%
6.1.86	38070	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTORES PARALELOS (2 MODULOS) 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 14,43	R\$ 0,00	R\$ 17,05	R\$ 17,05	R\$ 0,00	R\$ 68,19	R\$ 68,19	0,003%
6.1.87	38066	SINAPI	SINAPI-I	PULSADOR CAMPAINHA 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 8,20	R\$ 0,00	R\$ 9,69	R\$ 9,69	R\$ 0,00	R\$ 19,37	R\$ 19,37	0,001%
6.1.88	38112	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 5,93	R\$ 0,00	R\$ 7,01	R\$ 7,01	R\$ 0,00	R\$ 56,04	R\$ 56,04	0,002%
6.1.89	39387	SINAPI	SINAPI-I	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	300	R\$ 0,00	R\$ 11,31	R\$ 0,00	R\$ 13,36	R\$ 13,36	R\$ 0,00	R\$ 4.008,25	R\$ 4.008,25	0,148%
6.1.91	38194	SINAPI	SINAPI-I	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 5,90	R\$ 0,00	R\$ 6,97	R\$ 6,97	R\$ 0,00	R\$ 348,49	R\$ 348,49	0,013%
6.1.92	38774	SINAPI	SINAPI-I	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 14,82	R\$ 0,00	R\$ 17,51	R\$ 17,51	R\$ 0,00	R\$ 525,22	R\$ 525,22	0,019%
6.1.93	39391	SINAPI	SINAPI-I	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 34,61	R\$ 0,00	R\$ 40,89	R\$ 40,89	R\$ 0,00	R\$ 327,09	R\$ 327,09	0,012%
6.1.94	1892	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 1,22	R\$ 0,00	R\$ 1,44	R\$ 1,44	R\$ 0,00	R\$ 11,53	R\$ 11,53	0,000%
6.1.95	1893	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 2,62	R\$ 0,00	R\$ 3,10	R\$ 3,10	R\$ 0,00	R\$ 24,76	R\$ 24,76	0,001%
6.1.96	1902	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 1,90	R\$ 0,00	R\$ 2,24	R\$ 2,24	R\$ 0,00	R\$ 17,96	R\$ 17,96	0,001%
6.1.97	1894	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 2", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 3,79	R\$ 0,00	R\$ 4,48	R\$ 4,48	R\$ 0,00	R\$ 35,82	R\$ 35,82	0,001%
6.1.98	1891	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 0,88	R\$ 0,00	R\$ 1,04	R\$ 1,04	R\$ 0,00	R\$ 8,32	R\$ 8,32	0,000%

6.1.99	1901	SINAPI	SINAPI-I	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 0,59	R\$ 0,00	R\$ 0,70	R\$ 0,70	R\$ 0,00	R\$ 5,58	R\$ 5,58	0,000%
6.1.100	2637	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, COM ROSCA, DIAMETRO DE 20 MM (3/4")	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 1,36	R\$ 0,00	R\$ 1,61	R\$ 1,61	R\$ 0,00	R\$ 12,85	R\$ 12,85	0,000%
6.1.101	12038	SINAPI	SINAPI-I	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 432,21	R\$ 0,00	R\$ 510,58	R\$ 510,58	R\$ 0,00	R\$ 1.021,16	R\$ 1.021,16	0,038%
6.1.102	12296	SINAPI	SINAPI-I	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, FIXO DE TETO, PARA LAMPADAS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,17	R\$ 0,00	R\$ 4,93	R\$ 4,93	R\$ 0,00	R\$ 19,70	R\$ 19,70	0,001%
6.1.103	2510	SINAPI	SINAPI-I	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 37,04	R\$ 0,00	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,00	R\$ 175,03	R\$ 175,03	0,006%
6.1.104	12359	SINAPI	SINAPI-I	RELE TERMICO BIMETAL PARA USO EM MOTORES TRIFASICOS, TENSAO 380 V, POTENCIA ATE 15 CV, CORRENTE NOMINAL MAXIMA 22 A	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 174,16	R\$ 0,00	R\$ 205,74	R\$ 205,74	R\$ 0,00	R\$ 411,48	R\$ 411,48	0,015%
6.1.105	39392	SINAPI	SINAPI-I	SENSOR DE PRESENCA BIVOLT DE PAREDE COM FOTOCELULA PARA QUALQUER TIPO DE LAMPADA POTENCIA MAXIMA *1000* W, USO INTERNO	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 81,81	R\$ 0,00	R\$ 96,64	R\$ 96,64	R\$ 0,00	R\$ 289,93	R\$ 289,93	0,011%
6.1.106	12732	SINAPI	SINAPI-I	SOLDA ESTANHO/COBRE PARA CONEXOES DE COBRE, FIO 2,5 MM, CARRETEL 500 GR (SEM CHUMBO)	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 287,80	R\$ 0,00	R\$ 339,99	R\$ 339,99	R\$ 0,00	R\$ 339,99	R\$ 339,99	0,013%
6.1.107	14543	SINAPI	SINAPI-I	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM CHAVE, PARA LAMPADAS	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 7,15	R\$ 0,00	R\$ 8,45	R\$ 8,45	R\$ 0,00	R\$ 67,57	R\$ 67,57	0,002%
6.1.108	13329	SINAPI	SINAPI-I	SOQUETE DE PVC / TERMOPLASTICO BASE E27, COM RABICHO, PARA LAMPADAS	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 4,20	R\$ 0,00	R\$ 4,96	R\$ 4,96	R\$ 0,00	R\$ 39,69	R\$ 39,69	0,001%
6.1.109	38099	SINAPI	SINAPI-I	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 1,30	R\$ 0,00	R\$ 1,54	R\$ 1,54	R\$ 0,00	R\$ 12,29	R\$ 12,29	0,000%
6.1.110	7543	SINAPI	SINAPI-I	TAMPA CEGA EM PVC PARA CONDULETE 4 X 2"	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 3,94	R\$ 0,00	R\$ 4,65	R\$ 4,65	R\$ 0,00	R\$ 55,85	R\$ 55,85	0,002%
6.1.111	39346	SINAPI	SINAPI-I	TAMPA PARA CONDULETE, EM PVC, PARA 1 INTERRUPTOR	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 2,43	R\$ 0,00	R\$ 2,87	R\$ 2,87	R\$ 0,00	R\$ 34,45	R\$ 34,45	0,001%
6.1.112	38101	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 6,75	R\$ 0,00	R\$ 7,97	R\$ 7,97	R\$ 0,00	R\$ 95,69	R\$ 95,69	0,004%
6.1.113	7528	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	24	R\$ 0,00	R\$ 7,93	R\$ 0,00	R\$ 9,37	R\$ 9,37	R\$ 0,00	R\$ 224,83	R\$ 224,83	0,008%
6.1.114	12147	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 12,09	R\$ 0,00	R\$ 14,28	R\$ 14,28	R\$ 0,00	R\$ 171,39	R\$ 171,39	0,006%
6.1.115	38075	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 13,73	R\$ 0,00	R\$ 16,22	R\$ 16,22	R\$ 0,00	R\$ 194,64	R\$ 194,64	0,007%
6.1.116	38193	SINAPI	SINAPI-I	LAMPADA LED 6 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	35	R\$ 0,00	R\$ 5,12	R\$ 0,00	R\$ 6,05	R\$ 6,05	R\$ 0,00	R\$ 211,69	R\$ 211,69	0,008%
6.1.117	42244	SINAPI	SINAPI-I	LUMINARIA DE LED PARA ILUMINACAO PUBLICA, DE 33 W ATE 50 W, INVOLUCRO EM ALUMINIO OU ACO INOX	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 152,04	R\$ 0,00	R\$ 179,61	R\$ 179,61	R\$ 0,00	R\$ 2.155,31	R\$ 2.155,31	0,080%
6.1.118	38095	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 4", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 4,43	R\$ 0,00	R\$ 5,23	R\$ 5,23	R\$ 0,00	R\$ 62,80	R\$ 62,80	0,002%
6.1.119	38092	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO / PLACA DE 1 POSTO 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 1,98	R\$ 0,00	R\$ 2,34	R\$ 2,34	R\$ 0,00	R\$ 28,07	R\$ 28,07	0,001%
6.1.120	38093	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO / PLACA DE 2 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 2,05	R\$ 0,00	R\$ 2,42	R\$ 2,42	R\$ 0,00	R\$ 29,06	R\$ 29,06	0,001%
6.1.121	38078	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTOR PARALELO + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 14,22	R\$ 0,00	R\$ 16,80	R\$ 16,80	R\$ 0,00	R\$ 201,58	R\$ 201,58	0,007%
6.1.122	38077	SINAPI	SINAPI-I	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 13,20	R\$ 0,00	R\$ 15,59	R\$ 15,59	R\$ 0,00	R\$ 187,12	R\$ 187,12	0,007%
6.1.123	43130	SINAPI	SINAPI-I	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	5	R\$ 0,00	R\$ 19,00	R\$ 0,00	R\$ 22,45	R\$ 22,45	R\$ 0,00	R\$ 112,23	R\$ 112,23	0,004%
6.1.124	2527	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1 1/2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 7,62	R\$ 0,00	R\$ 9,00	R\$ 9,00	R\$ 0,00	R\$ 72,01	R\$ 72,01	0,003%
6.1.125	2489	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 2", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,45	R\$ 0,00	R\$ 9,98	R\$ 9,98	R\$ 0,00	R\$ 39,93	R\$ 39,93	0,001%
6.1.126	2483	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR RETO DE ALUMINIO PARA ELETRODUTO DE 1", PARA ADAPTAR ENTRADA DE ELETRODUTO METALICO FLEXIVEL EM QUADROS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,48	R\$ 0,00	R\$ 4,11	R\$ 4,11	R\$ 0,00	R\$ 16,44	R\$ 16,44	0,001%
6.1.127	34602	SINAPI	SINAPI-I	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 4,34	R\$ 0,00	R\$ 5,13	R\$ 5,13	R\$ 0,00	R\$ 512,70	R\$ 512,70	0,019%
6.1.128	34607	SINAPI	SINAPI-I	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 2 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 10,64	R\$ 0,00	R\$ 12,57	R\$ 12,57	R\$ 0,00	R\$ 1.256,93	R\$ 1.256,93	0,046%
6.1.129	34618	SINAPI	SINAPI-I	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 5,92	R\$ 0,00	R\$ 6,99	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 699,35	R\$ 699,35	0,026%
6.1.130	34621	SINAPI	SINAPI-I	CABO FLEXIVEL PVC 750 V, 3 CONDUTORES DE 4,0 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 14,66	R\$ 0,00	R\$ 17,32	R\$ 17,32	R\$ 0,00	R\$ 1.731,83	R\$ 1.731,83	0,064%
6.1.131	39771	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA DE PASSAGEM METALICA DE SOBREPOR COM TAMPA PARAFUSADA, DIMENSOES 20 X 20 X 10 CM	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 29,88	R\$ 0,00	R\$ 35,30	R\$ 35,30	R\$ 0,00	R\$ 70,60	R\$ 70,60	0,003%
6.1.132	2680	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2 ", SEM LUVA	M	12	R\$ 0,00	R\$ 11,30	R\$ 0,00	R\$ 13,35	R\$ 13,35	R\$ 0,00	R\$ 160,19	R\$ 160,19	0,006%
6.1.133	2684	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA	M	12	R\$ 0,00	R\$ 10,28	R\$ 0,00	R\$ 12,14	R\$ 12,14	R\$ 0,00	R\$ 145,73	R\$ 145,73	0,005%
6.1.134	2681	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 ", SEM LUVA	M	12	R\$ 0,00	R\$ 18,47	R\$ 0,00	R\$ 21,82	R\$ 21,82	R\$ 0,00	R\$ 261,83	R\$ 261,83	0,010%
6.1.135	39757	SINAPI	SINAPI-I	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 28 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 399,66	R\$ 0,00	R\$ 472,13	R\$ 472,13	R\$ 0,00	R\$ 944,26	R\$ 944,26	0,035%
6.1.136	1542	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL METALICO A PRESSAO 1 CABO, PARA CABOS DE 4 A 10 MM2, COM 2 FUROS PARA FIXACAO	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 24,07	R\$ 0,00	R\$ 28,43	R\$ 28,43	R\$ 0,00	R\$ 227,48	R\$ 227,48	0,008%
6.1.137	2510	SINAPI	SINAPI-I	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	12	R\$ 0,00	R\$ 37,04	R\$ 0,00	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,00	R\$ 525,08	R\$ 525,08	0,019%

6.1.138	996	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 25,22	R\$ 0,00	R\$ 29,79	R\$ 29,79	R\$ 0,00	R\$ 2.979,31	R\$ 2.979,31	0,110%
6.1.139	39603	SINAPI	SINAPI-I	CONECTOR MACHO RJ 45, CATEGORIA 6 (CAT 6) PARA CABOS	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 4,16	R\$ 0,00	R\$ 4,91	R\$ 4,91	R\$ 0,00	R\$ 491,43	R\$ 491,43	0,018%
6.2	Hidráulica											R\$ 0,00	R\$ 61.422,80	R\$ 61.422,80	2,272%
6.2.1	112	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 4,21	R\$ 0,00	R\$ 4,97	R\$ 4,97	R\$ 0,00	R\$ 9,95	R\$ 9,95	0,000%
6.2.2	107	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 0,77	R\$ 0,00	R\$ 0,91	R\$ 0,91	R\$ 0,00	R\$ 1,82	R\$ 1,82	0,000%
6.2.3	104	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 18,35	R\$ 0,00	R\$ 21,68	R\$ 21,68	R\$ 0,00	R\$ 43,35	R\$ 43,35	0,002%
6.2.4	102	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 85 MM X 3", PARA AGUA FRIA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 25,30	R\$ 0,00	R\$ 29,89	R\$ 29,89	R\$ 0,00	R\$ 59,78	R\$ 59,78	0,002%
6.2.5	74	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC, SOLDABEL, COM FLANGES LIVRES, 85 MM X 3", PARA CAIXA D'AGUA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 288,20	R\$ 0,00	R\$ 340,46	R\$ 340,46	R\$ 0,00	R\$ 680,92	R\$ 680,92	0,025%
6.2.6	122	SINAPI	SINAPI-I	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 72,55	R\$ 0,00	R\$ 85,71	R\$ 85,71	R\$ 0,00	R\$ 514,23	R\$ 514,23	0,019%
6.2.7	296	SINAPI	SINAPI-I	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5688)	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 1,69	R\$ 0,00	R\$ 2,00	R\$ 2,00	R\$ 0,00	R\$ 11,98	R\$ 11,98	0,000%
6.2.8	97	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 32 MM X 1", PARA CAIXA D'AGUA	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 17,49	R\$ 0,00	R\$ 20,66	R\$ 20,66	R\$ 0,00	R\$ 123,97	R\$ 123,97	0,005%
6.2.9	95	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 20 MM X 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 10,69	R\$ 0,00	R\$ 12,63	R\$ 12,63	R\$ 0,00	R\$ 37,89	R\$ 37,89	0,001%
6.2.10	96	SINAPI	SINAPI-I	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D'AGUA	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 11,63	R\$ 0,00	R\$ 13,74	R\$ 13,74	R\$ 0,00	R\$ 41,22	R\$ 41,22	0,002%
6.2.11	366	SINAPI	SINAPI-I	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	2	R\$ 0,00	R\$ 93,00	R\$ 0,00	R\$ 109,86	R\$ 109,86	R\$ 0,00	R\$ 219,73	R\$ 219,73	0,008%
6.2.12	1381	SINAPI	SINAPI-I	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	10	R\$ 0,00	R\$ 0,85	R\$ 0,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 10,04	R\$ 10,04	0,000%
6.2.13	34353	SINAPI	SINAPI-I	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	10	R\$ 0,00	R\$ 1,58	R\$ 0,00	R\$ 1,87	R\$ 1,87	R\$ 0,00	R\$ 18,67	R\$ 18,67	0,001%
6.2.14	377	SINAPI	SINAPI-I	ASSENTO SANITARIO DE PLASTICO, TIPO CONVENCIONAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 42,00	R\$ 0,00	R\$ 49,62	R\$ 49,62	R\$ 0,00	R\$ 198,46	R\$ 198,46	0,007%
6.2.15	7588	SINAPI	SINAPI-I	AUTOMATICO DE BOIA SUPERIOR / INFERIOR, *15* A / 250 V	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 53,00	R\$ 0,00	R\$ 62,61	R\$ 62,61	R\$ 0,00	R\$ 125,22	R\$ 125,22	0,005%
6.2.16	3731	SINAPI	SINAPI-I	LADRILHO HIDRAULICO, *20 X 20* CM, E= 2 CM, PADRAO DADOS, COR NATURAL	M2	3	R\$ 0,00	R\$ 75,00	R\$ 0,00	R\$ 88,60	R\$ 88,60	R\$ 0,00	R\$ 265,80	R\$ 265,80	0,010%
6.2.17	7271	SINAPI	SINAPI-I	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	UN	45	R\$ 0,00	R\$ 0,87	R\$ 0,00	R\$ 1,03	R\$ 1,03	R\$ 0,00	R\$ 46,25	R\$ 46,25	0,002%
6.2.18	820	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 50 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,39	R\$ 0,00	R\$ 6,37	R\$ 6,37	R\$ 0,00	R\$ 25,47	R\$ 25,47	0,001%
6.2.19	20086	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, 50 X 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,86	R\$ 0,00	R\$ 3,38	R\$ 3,38	R\$ 0,00	R\$ 13,51	R\$ 13,51	0,000%
6.2.20	797	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL 1 1/2" X 1"	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 8,06	R\$ 0,00	R\$ 9,52	R\$ 9,52	R\$ 0,00	R\$ 28,56	R\$ 28,56	0,001%
6.2.21	796	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2" X 3/4"	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 6,85	R\$ 0,00	R\$ 8,09	R\$ 8,09	R\$ 0,00	R\$ 24,28	R\$ 24,28	0,001%
6.2.22	798	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO PVC ROSCAVEL 3/4" X 1/2"	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 1,11	R\$ 0,00	R\$ 1,31	R\$ 1,31	R\$ 0,00	R\$ 3,93	R\$ 3,93	0,000%
6.2.23	829	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 32 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 0,90	R\$ 0,00	R\$ 1,06	R\$ 1,06	R\$ 0,00	R\$ 3,19	R\$ 3,19	0,000%
6.2.24	812	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 1,99	R\$ 0,00	R\$ 2,35	R\$ 2,35	R\$ 0,00	R\$ 7,05	R\$ 7,05	0,000%
6.2.25	819	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 50 X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 3,45	R\$ 0,00	R\$ 4,08	R\$ 4,08	R\$ 0,00	R\$ 12,23	R\$ 12,23	0,000%
6.2.26	818	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, CURTA, COM 60 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 6,43	R\$ 0,00	R\$ 7,60	R\$ 7,60	R\$ 0,00	R\$ 22,79	R\$ 22,79	0,001%
6.2.27	832	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 32 X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 2,66	R\$ 0,00	R\$ 3,14	R\$ 3,14	R\$ 0,00	R\$ 9,43	R\$ 9,43	0,000%
6.2.28	834	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 40 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 3,44	R\$ 0,00	R\$ 4,06	R\$ 4,06	R\$ 0,00	R\$ 12,19	R\$ 12,19	0,000%
6.2.29	813	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 50 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 4,00	R\$ 0,00	R\$ 4,73	R\$ 4,73	R\$ 0,00	R\$ 14,18	R\$ 14,18	0,001%
6.2.30	816	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 60 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 9,60	R\$ 0,00	R\$ 11,34	R\$ 11,34	R\$ 0,00	R\$ 34,02	R\$ 34,02	0,001%
6.2.31	814	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 60 X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 11,93	R\$ 0,00	R\$ 14,09	R\$ 14,09	R\$ 0,00	R\$ 42,28	R\$ 42,28	0,002%
6.2.32	822	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE REDUCAO DE PVC, SOLDABEL, LONGA, COM 60 X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 15,57	R\$ 0,00	R\$ 18,39	R\$ 18,39	R\$ 0,00	R\$ 55,18	R\$ 55,18	0,002%
6.2.33	11868	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA D'AGUA / RESERVATORIO EM POLIESTER REFORCADO COM FIBRA DE VIDRO,1000 LITROS, COM TAMPA	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 605,38	R\$ 0,00	R\$ 715,15	R\$ 715,15	R\$ 0,00	R\$ 2.145,46	R\$ 2.145,46	0,079%
6.2.34	11712	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 42,45	R\$ 0,00	R\$ 50,15	R\$ 50,15	R\$ 0,00	R\$ 200,59	R\$ 200,59	0,007%
6.2.35	11880	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA QUADRADA, BRANCA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 95,42	R\$ 0,00	R\$ 112,72	R\$ 112,72	R\$ 0,00	R\$ 450,89	R\$ 450,89	0,017%
6.2.36	1030	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA DE DESCARGA PLASTICA PARA BACIA / VASO SANITARIO, EXTERNA, CAPACIDADE 9 LITROS, PUXADOR FIO DE NYLON, NAO INCLUSO CANO, BOLSA, ENGATE	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 49,90	R\$ 0,00	R\$ 58,95	R\$ 58,95	R\$ 0,00	R\$ 117,90	R\$ 117,90	0,004%

6.2.37	5103	SINAPI	SINAPI-I	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA, BRANCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 22,68	R\$ 0,00	R\$ 26,79	R\$ 26,79	R\$ 0,00	R\$ 53,59	R\$ 53,59	0,002%
6.2.38	40607	SINAPI	SINAPI-I	CANOPLA ACABAMENTO CROMADO PARA INSTALACAO DE SPRINKLER, SOB FORRO, 15 MM	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 7,88	R\$ 0,00	R\$ 9,31	R\$ 9,31	R\$ 0,00	R\$ 18,62	R\$ 18,62	0,001%
6.2.39	567	SINAPI	SINAPI-I	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM ACO CARBONO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	9	R\$ 0,00	R\$ 10,56	R\$ 0,00	R\$ 12,47	R\$ 12,47	R\$ 0,00	R\$ 112,27	R\$ 112,27	0,004%
6.2.40	1170	SINAPI	SINAPI-I	CAP OU TAMPAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,14	R\$ 0,00	R\$ 10,80	R\$ 10,80	R\$ 0,00	R\$ 43,19	R\$ 43,19	0,002%
6.2.41	574	SINAPI	SINAPI-I	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM ACO CARBONO, 38,1 MM X 3,17 MM (L X E), 3,48 KG/M	M	4	R\$ 0,00	R\$ 27,77	R\$ 0,00	R\$ 32,81	R\$ 32,81	R\$ 0,00	R\$ 131,22	R\$ 131,22	0,005%
6.2.42	20088	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,89	R\$ 0,00	R\$ 14,05	R\$ 14,05	R\$ 0,00	R\$ 56,18	R\$ 56,18	0,002%
6.2.43	20089	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SERIE R, DN 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 58,31	R\$ 0,00	R\$ 68,88	R\$ 68,88	R\$ 0,00	R\$ 275,53	R\$ 275,53	0,010%
6.2.44	20087	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SERIE R, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,84	R\$ 0,00	R\$ 11,62	R\$ 11,62	R\$ 0,00	R\$ 46,50	R\$ 46,50	0,002%
6.2.45	1202	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, ROSCAVEL, 1", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,69	R\$ 0,00	R\$ 5,54	R\$ 5,54	R\$ 0,00	R\$ 22,16	R\$ 22,16	0,001%
6.2.46	1197	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, ROSCAVEL, 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 1,65	R\$ 0,00	R\$ 1,95	R\$ 1,95	R\$ 0,00	R\$ 7,80	R\$ 7,80	0,000%
6.2.47	1198	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, ROSCAVEL, 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,17	R\$ 0,00	R\$ 2,56	R\$ 2,56	R\$ 0,00	R\$ 10,25	R\$ 10,25	0,000%
6.2.48	1200	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,94	R\$ 0,00	R\$ 10,56	R\$ 10,56	R\$ 0,00	R\$ 42,24	R\$ 42,24	0,002%
6.2.49	12909	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,15	R\$ 0,00	R\$ 4,90	R\$ 4,90	R\$ 0,00	R\$ 19,61	R\$ 19,61	0,001%
6.2.50	12910	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,45	R\$ 0,00	R\$ 8,80	R\$ 8,80	R\$ 0,00	R\$ 35,20	R\$ 35,20	0,001%
6.2.51	1185	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 1,18	R\$ 0,00	R\$ 1,39	R\$ 1,39	R\$ 0,00	R\$ 5,58	R\$ 5,58	0,000%
6.2.52	1189	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 1,93	R\$ 0,00	R\$ 2,28	R\$ 2,28	R\$ 0,00	R\$ 9,12	R\$ 9,12	0,000%
6.2.53	1193	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,71	R\$ 0,00	R\$ 4,38	R\$ 4,38	R\$ 0,00	R\$ 17,53	R\$ 17,53	0,001%
6.2.54	1194	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,70	R\$ 0,00	R\$ 7,91	R\$ 7,91	R\$ 0,00	R\$ 31,66	R\$ 31,66	0,001%
6.2.55	1195	SINAPI	SINAPI-I	CAP PVC, SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,27	R\$ 0,00	R\$ 13,31	R\$ 13,31	R\$ 0,00	R\$ 53,25	R\$ 53,25	0,002%
6.2.56	20971	SINAPI	SINAPI-I	CHAVE DUPLA PARA CONEXOES TIPO STORZ, ENGATE RAPIDO 1 1/2" X 2 1/2", EM LATAO, PARA INSTALACAO PREDIAL COMBATE A INCENDIO	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 16,90	R\$ 0,00	R\$ 19,96	R\$ 19,96	R\$ 0,00	R\$ 79,86	R\$ 79,86	0,003%
6.2.57	1647	SINAPI	SINAPI-I	CRUZETA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 19,30	R\$ 0,00	R\$ 22,80	R\$ 22,80	R\$ 0,00	R\$ 91,20	R\$ 91,20	0,003%
6.2.58	1747	SINAPI	SINAPI-I	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA DE 3 1/2 ", DE *56 X 33 X 12* CM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 203,01	R\$ 0,00	R\$ 239,82	R\$ 239,82	R\$ 0,00	R\$ 959,29	R\$ 959,29	0,035%
6.2.59	4823	SINAPI	SINAPI-I	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	4	R\$ 0,00	R\$ 40,87	R\$ 0,00	R\$ 48,28	R\$ 48,28	R\$ 0,00	R\$ 193,12	R\$ 193,12	0,007%
6.2.60	11696	SINAPI	SINAPI-I	LAVATORIO / CUBA DE SOBREPOR, OVAL PEQUENA, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *44 X 31* CM (L X C)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 158,02	R\$ 0,00	R\$ 186,67	R\$ 186,67	R\$ 0,00	R\$ 746,69	R\$ 746,69	0,028%
6.2.61	1743	SINAPI	SINAPI-I	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA 3 1/2 ", DE *46 X 30 X 12* CM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 184,65	R\$ 0,00	R\$ 218,13	R\$ 218,13	R\$ 0,00	R\$ 872,53	R\$ 872,53	0,032%
6.2.62	1927	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,31	R\$ 0,00	R\$ 2,73	R\$ 2,73	R\$ 0,00	R\$ 10,92	R\$ 10,92	0,000%
6.2.63	1923	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,22	R\$ 0,00	R\$ 4,99	R\$ 4,99	R\$ 0,00	R\$ 19,94	R\$ 19,94	0,001%
6.2.64	1929	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,11	R\$ 0,00	R\$ 6,04	R\$ 6,04	R\$ 0,00	R\$ 24,15	R\$ 24,15	0,001%
6.2.65	1930	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,75	R\$ 0,00	R\$ 10,34	R\$ 10,34	R\$ 0,00	R\$ 41,35	R\$ 41,35	0,002%
6.2.66	1924	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 14,13	R\$ 0,00	R\$ 16,69	R\$ 16,69	R\$ 0,00	R\$ 66,77	R\$ 66,77	0,002%
6.2.67	1939	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1", COR BRANCA, AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,62	R\$ 0,00	R\$ 10,18	R\$ 10,18	R\$ 0,00	R\$ 40,73	R\$ 40,73	0,002%
6.2.68	1940	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/4", COR BRANCA, AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 31,44	R\$ 0,00	R\$ 37,14	R\$ 37,14	R\$ 0,00	R\$ 148,56	R\$ 148,56	0,005%
6.2.69	1937	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1/2", COR BRANCA, AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,31	R\$ 0,00	R\$ 6,27	R\$ 6,27	R\$ 0,00	R\$ 25,09	R\$ 25,09	0,001%
6.2.70	1938	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC 90 GRAUS, ROSCAVEL, 3/4", COR BRANCA, AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,03	R\$ 0,00	R\$ 7,12	R\$ 7,12	R\$ 0,00	R\$ 28,49	R\$ 28,49	0,001%
6.2.71	1955	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 1,99	R\$ 0,00	R\$ 2,35	R\$ 2,35	R\$ 0,00	R\$ 9,40	R\$ 9,40	0,000%
6.2.72	1956	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,82	R\$ 0,00	R\$ 3,33	R\$ 3,33	R\$ 0,00	R\$ 13,33	R\$ 13,33	0,000%
6.2.73	1957	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,09	R\$ 0,00	R\$ 7,19	R\$ 7,19	R\$ 0,00	R\$ 28,78	R\$ 28,78	0,001%
6.2.74	1958	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,35	R\$ 0,00	R\$ 13,41	R\$ 13,41	R\$ 0,00	R\$ 53,63	R\$ 53,63	0,002%
6.2.75	1959	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,31	R\$ 0,00	R\$ 14,54	R\$ 14,54	R\$ 0,00	R\$ 58,17	R\$ 58,17	0,002%
6.2.76	1925	SINAPI	SINAPI-I	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDAVEL, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 32,18	R\$ 0,00	R\$ 38,02	R\$ 38,02	R\$ 0,00	R\$ 152,06	R\$ 152,06	0,006%
6.2.77	1966	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 21,59	R\$ 0,00	R\$ 25,50	R\$ 25,50	R\$ 0,00	R\$ 76,51	R\$ 76,51	0,003%
6.2.78	1933	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 4,65	R\$ 0,00	R\$ 5,49	R\$ 5,49	R\$ 0,00	R\$ 16,48	R\$ 16,48	0,001%
6.2.79	1932	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 10,65	R\$ 0,00	R\$ 12,58	R\$ 12,58	R\$ 0,00	R\$ 37,74	R\$ 37,74	0,001%

6.2.80	1951	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 22,21	R\$ 0,00	R\$ 26,24	R\$ 26,24	R\$ 0,00	R\$ 52,47	R\$ 52,47	0,002%
6.2.81	1970	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 53,97	R\$ 0,00	R\$ 63,76	R\$ 63,76	R\$ 0,00	R\$ 127,51	R\$ 127,51	0,005%
6.2.82	1967	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 6,41	R\$ 0,00	R\$ 7,57	R\$ 7,57	R\$ 0,00	R\$ 22,72	R\$ 22,72	0,001%
6.2.83	1968	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 12,67	R\$ 0,00	R\$ 14,97	R\$ 14,97	R\$ 0,00	R\$ 44,90	R\$ 44,90	0,002%
6.2.84	1969	SINAPI	SINAPI-I	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 41,23	R\$ 0,00	R\$ 48,71	R\$ 48,71	R\$ 0,00	R\$ 146,12	R\$ 146,12	0,005%
6.2.85	1370	SINAPI	SINAPI-I	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 119,02	R\$ 0,00	R\$ 140,60	R\$ 140,60	R\$ 0,00	R\$ 140,60	R\$ 140,60	0,005%
6.2.86	11683	SINAPI	SINAPI-I	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2" X 30 CM	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 77,72	R\$ 0,00	R\$ 91,81	R\$ 91,81	R\$ 0,00	R\$ 91,81	R\$ 91,81	0,003%
6.2.87	11684	SINAPI	SINAPI-I	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2" X 40 CM	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 85,07	R\$ 0,00	R\$ 100,50	R\$ 100,50	R\$ 0,00	R\$ 100,50	R\$ 100,50	0,004%
6.2.88	6142	SINAPI	SINAPI-I	CONJUNTO DE LIGACAO AJUSTAVEL, PARA VASO / BACIA SANITARIA, EM PLASTICO BRANCO, COM TUBO, CANOPLA E ESPUDE	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 9,44	R\$ 0,00	R\$ 11,15	R\$ 11,15	R\$ 0,00	R\$ 89,21	R\$ 89,21	0,003%
6.2.89	3148	SINAPI	SINAPI-I	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 16,08	R\$ 0,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 0,00	R\$ 284,94	R\$ 284,94	0,011%
6.2.90	39512	SINAPI	SINAPI-I	FORRO DE FIBRA MINERAL EM PLACAS DE 1250 X 625 MM, E = 15 MM, BORDA RETA, COM PINTURA ANTIMOFO, APOIADO EM PERFIL DE ACO GALVANIZADO COM 24 MM DE BASE - INSTALADO	M2	30	R\$ 0,00	R\$ 121,12	R\$ 0,00	R\$ 143,08	R\$ 143,08	R\$ 0,00	R\$ 4.292,48	R\$ 4.292,48	0,159%
6.2.91	3315	SINAPI	SINAPI-I	GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS E USO GERAL	KG	30	R\$ 0,00	R\$ 0,85	R\$ 0,00	R\$ 1,00	R\$ 1,00	R\$ 0,00	R\$ 30,12	R\$ 30,12	0,001%
6.2.92	134	SINAPI	SINAPI-I	GRAUTE CIMENTICIO PARA USO GERAL	KG	30	R\$ 0,00	R\$ 1,90	R\$ 0,00	R\$ 2,24	R\$ 2,24	R\$ 0,00	R\$ 67,34	R\$ 67,34	0,002%
6.2.93	3485	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 45 GRAUS, 1", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 12,51	R\$ 0,00	R\$ 14,78	R\$ 14,78	R\$ 0,00	R\$ 44,34	R\$ 44,34	0,002%
6.2.94	3475	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 45 GRAUS, 1/2", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 4,52	R\$ 0,00	R\$ 5,34	R\$ 5,34	R\$ 0,00	R\$ 16,02	R\$ 16,02	0,001%
6.2.95	3534	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 45 GRAUS, 3/4", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 7,17	R\$ 0,00	R\$ 8,47	R\$ 8,47	R\$ 0,00	R\$ 25,41	R\$ 25,41	0,001%
6.2.96	3499	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 1,07	R\$ 0,00	R\$ 1,26	R\$ 1,26	R\$ 0,00	R\$ 6,32	R\$ 6,32	0,000%
6.2.97	3500	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 1,42	R\$ 0,00	R\$ 1,68	R\$ 1,68	R\$ 0,00	R\$ 8,39	R\$ 8,39	0,000%
6.2.98	3501	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 3,91	R\$ 0,00	R\$ 4,62	R\$ 4,62	R\$ 0,00	R\$ 23,09	R\$ 23,09	0,001%
6.2.99	3502	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 5,62	R\$ 0,00	R\$ 6,64	R\$ 6,64	R\$ 0,00	R\$ 33,20	R\$ 33,20	0,001%
6.2.100	3503	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 7,06	R\$ 0,00	R\$ 8,34	R\$ 8,34	R\$ 0,00	R\$ 41,70	R\$ 41,70	0,002%
6.2.101	3477	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 25,67	R\$ 0,00	R\$ 30,32	R\$ 30,32	R\$ 0,00	R\$ 151,62	R\$ 151,62	0,006%
6.2.102	3472	SINAPI	SINAPI-I	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 13,98	R\$ 0,00	R\$ 16,51	R\$ 16,51	R\$ 0,00	R\$ 33,03	R\$ 33,03	0,001%
6.2.103	3450	SINAPI	SINAPI-I	COTOVELO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 1/2"	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 8,70	R\$ 0,00	R\$ 10,28	R\$ 10,28	R\$ 0,00	R\$ 30,83	R\$ 30,83	0,001%
6.2.104	3525	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SOLDABEL, 45 GRAUS, 85 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 75,97	R\$ 0,00	R\$ 89,75	R\$ 89,75	R\$ 0,00	R\$ 538,47	R\$ 538,47	0,020%
6.2.105	3482	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	9	R\$ 0,00	R\$ 5,13	R\$ 0,00	R\$ 6,06	R\$ 6,06	R\$ 0,00	R\$ 54,54	R\$ 54,54	0,002%
6.2.106	3510	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/4", COR BRANCA, AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 11,90	R\$ 0,00	R\$ 14,06	R\$ 14,06	R\$ 0,00	R\$ 42,17	R\$ 42,17	0,002%
6.2.107	3543	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1/2", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 1,66	R\$ 0,00	R\$ 1,96	R\$ 1,96	R\$ 0,00	R\$ 5,88	R\$ 5,88	0,000%
6.2.108	3505	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 2,47	R\$ 0,00	R\$ 2,92	R\$ 2,92	R\$ 0,00	R\$ 8,75	R\$ 8,75	0,000%
6.2.109	3542	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 20 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 0,56	R\$ 0,00	R\$ 0,66	R\$ 0,66	R\$ 0,00	R\$ 9,92	R\$ 9,92	0,000%
6.2.110	3529	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 0,69	R\$ 0,00	R\$ 0,82	R\$ 0,82	R\$ 0,00	R\$ 12,23	R\$ 12,23	0,000%
6.2.111	3536	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 2,29	R\$ 0,00	R\$ 2,71	R\$ 2,71	R\$ 0,00	R\$ 40,58	R\$ 40,58	0,002%
6.2.112	3535	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 5,57	R\$ 0,00	R\$ 6,58	R\$ 6,58	R\$ 0,00	R\$ 98,70	R\$ 98,70	0,004%
6.2.113	3540	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 4,71	R\$ 0,00	R\$ 5,56	R\$ 5,56	R\$ 0,00	R\$ 44,51	R\$ 44,51	0,002%
6.2.114	3539	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 60 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 27,32	R\$ 0,00	R\$ 32,27	R\$ 32,27	R\$ 0,00	R\$ 193,64	R\$ 193,64	0,007%
6.2.115	20147	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 5,05	R\$ 0,00	R\$ 5,97	R\$ 5,97	R\$ 0,00	R\$ 29,83	R\$ 29,83	0,001%
6.2.116	3524	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 7,61	R\$ 0,00	R\$ 8,99	R\$ 8,99	R\$ 0,00	R\$ 44,95	R\$ 44,95	0,002%
6.2.117	3532	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 17,58	R\$ 0,00	R\$ 20,77	R\$ 20,77	R\$ 0,00	R\$ 103,84	R\$ 103,84	0,004%
6.2.118	3531	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 3,55	R\$ 0,00	R\$ 4,19	R\$ 4,19	R\$ 0,00	R\$ 20,97	R\$ 20,97	0,001%
6.2.119	3522	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 2,29	R\$ 0,00	R\$ 2,71	R\$ 2,71	R\$ 0,00	R\$ 27,05	R\$ 27,05	0,001%

6.2.120	3527	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDAVEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 32 MM X 3/4", COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 12,05	R\$ 0,00	R\$ 14,24	R\$ 14,24	R\$ 0,00	R\$ 71,18	R\$ 71,18	0,003%
6.2.121	3463	SINAPI	SINAPI-I	COTOVELO DE REDUCAO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 1/2"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 15,86	R\$ 0,00	R\$ 18,74	R\$ 18,74	R\$ 0,00	R\$ 37,47	R\$ 37,47	0,001%
6.2.122	3464	SINAPI	SINAPI-I	COTOVELO DE REDUCAO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1" X 3/4"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 15,86	R\$ 0,00	R\$ 18,74	R\$ 18,74	R\$ 0,00	R\$ 37,47	R\$ 37,47	0,001%
6.2.123	12403	SINAPI	SINAPI-I	COTOVELO DE REDUCAO 90 GRAUS DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4" X 1"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 27,14	R\$ 0,00	R\$ 32,06	R\$ 32,06	R\$ 0,00	R\$ 64,12	R\$ 64,12	0,002%
6.2.124	3538	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDAVEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,89	R\$ 0,00	R\$ 5,78	R\$ 5,78	R\$ 0,00	R\$ 23,11	R\$ 23,11	0,001%
6.2.125	20151	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 18,92	R\$ 0,00	R\$ 22,35	R\$ 22,35	R\$ 0,00	R\$ 89,40	R\$ 89,40	0,003%
6.2.126	20150	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 45 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 16,01	R\$ 0,00	R\$ 18,91	R\$ 18,91	R\$ 0,00	R\$ 75,65	R\$ 75,65	0,003%
6.2.127	20157	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,97	R\$ 0,00	R\$ 21,23	R\$ 21,23	R\$ 0,00	R\$ 84,91	R\$ 84,91	0,003%
6.2.128	20157	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,97	R\$ 0,00	R\$ 21,23	R\$ 21,23	R\$ 0,00	R\$ 84,91	R\$ 84,91	0,003%
6.2.129	20155	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,54	R\$ 0,00	R\$ 6,54	R\$ 6,54	R\$ 0,00	R\$ 26,18	R\$ 26,18	0,001%
6.2.130	20156	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 15,59	R\$ 0,00	R\$ 18,42	R\$ 18,42	R\$ 0,00	R\$ 73,67	R\$ 73,67	0,003%
6.2.131	3528	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,46	R\$ 0,00	R\$ 9,99	R\$ 9,99	R\$ 0,00	R\$ 39,98	R\$ 39,98	0,001%
6.2.132	3516	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDAVEL, BB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,17	R\$ 0,00	R\$ 2,56	R\$ 2,56	R\$ 0,00	R\$ 10,25	R\$ 10,25	0,000%
6.2.133	3518	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,51	R\$ 0,00	R\$ 4,15	R\$ 4,15	R\$ 0,00	R\$ 16,59	R\$ 16,59	0,001%
6.2.134	3520	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDAVEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,69	R\$ 0,00	R\$ 9,08	R\$ 9,08	R\$ 0,00	R\$ 36,34	R\$ 36,34	0,001%
6.2.135	10835	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, COM BOLSA E ANEL, 90 GRAUS, DN 40 X *38* MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,25	R\$ 0,00	R\$ 6,20	R\$ 6,20	R\$ 0,00	R\$ 24,81	R\$ 24,81	0,001%
6.2.136	10836	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC COM VISITA, 90 GRAUS, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 18,80	R\$ 0,00	R\$ 22,21	R\$ 22,21	R\$ 0,00	R\$ 88,84	R\$ 88,84	0,003%
6.2.137	3669	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO DE REDUCAO INVERTIDA, PVC SOLDAVEL, 75 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,62	R\$ 0,00	R\$ 14,91	R\$ 14,91	R\$ 0,00	R\$ 59,63	R\$ 59,63	0,002%
6.2.138	10911	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO INVERTIDA, PVC SOLDAVEL, 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,00	R\$ 0,00	R\$ 20,08	R\$ 20,08	R\$ 0,00	R\$ 80,33	R\$ 80,33	0,003%
6.2.139	3670	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 22,24	R\$ 0,00	R\$ 26,27	R\$ 26,27	R\$ 0,00	R\$ 105,09	R\$ 105,09	0,004%
6.2.140	3659	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO SIMPLES DE REDUCAO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,32	R\$ 0,00	R\$ 20,46	R\$ 20,46	R\$ 0,00	R\$ 81,84	R\$ 81,84	0,003%
6.2.141	3660	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO SIMPLES DE REDUCAO, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 22,40	R\$ 0,00	R\$ 26,46	R\$ 26,46	R\$ 0,00	R\$ 105,85	R\$ 105,85	0,004%
6.2.142	3662	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,13	R\$ 0,00	R\$ 10,79	R\$ 10,79	R\$ 0,00	R\$ 43,14	R\$ 43,14	0,002%
6.2.143	3658	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,29	R\$ 0,00	R\$ 20,43	R\$ 20,43	R\$ 0,00	R\$ 81,70	R\$ 81,70	0,003%
6.2.144	3768	SINAPI	SINAPI-I	LIXA EM FOLHA PARA FERRO, NUMERO 150	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 3,63	R\$ 0,00	R\$ 4,29	R\$ 4,29	R\$ 0,00	R\$ 64,32	R\$ 64,32	0,002%
6.2.145	38383	SINAPI	SINAPI-I	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	17	R\$ 0,00	R\$ 3,09	R\$ 0,00	R\$ 3,65	R\$ 3,65	R\$ 0,00	R\$ 62,06	R\$ 62,06	0,002%
6.2.146	3893	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER, PVC, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,08	R\$ 0,00	R\$ 20,18	R\$ 20,18	R\$ 0,00	R\$ 80,71	R\$ 80,71	0,003%
6.2.147	3895	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER, PVC, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,57	R\$ 0,00	R\$ 13,67	R\$ 13,67	R\$ 0,00	R\$ 54,67	R\$ 54,67	0,002%
6.2.148	3848	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER, PVC, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 10,42	R\$ 0,00	R\$ 12,31	R\$ 12,31	R\$ 0,00	R\$ 49,24	R\$ 49,24	0,002%
6.2.149	3869	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,93	R\$ 0,00	R\$ 3,46	R\$ 3,46	R\$ 0,00	R\$ 13,85	R\$ 13,85	0,001%
6.2.150	3872	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 40 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,00	R\$ 0,00	R\$ 5,91	R\$ 5,91	R\$ 0,00	R\$ 23,63	R\$ 23,63	0,001%
6.2.151	38023	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO, SOLDAVEL, PVC, 50 X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,87	R\$ 0,00	R\$ 6,93	R\$ 6,93	R\$ 0,00	R\$ 27,74	R\$ 27,74	0,001%
6.2.152	3850	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO SOLDAVEL, PVC, 60 MM X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,54	R\$ 0,00	R\$ 13,63	R\$ 13,63	R\$ 0,00	R\$ 54,53	R\$ 54,53	0,002%
6.2.153	3910	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,03	R\$ 0,00	R\$ 14,21	R\$ 14,21	R\$ 0,00	R\$ 56,85	R\$ 56,85	0,002%
6.2.154	3939	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 20,58	R\$ 0,00	R\$ 24,31	R\$ 24,31	R\$ 0,00	R\$ 97,25	R\$ 97,25	0,004%
6.2.155	3911	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 16,81	R\$ 0,00	R\$ 19,86	R\$ 19,86	R\$ 0,00	R\$ 79,43	R\$ 79,43	0,003%
6.2.156	3912	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 31,52	R\$ 0,00	R\$ 37,24	R\$ 37,24	R\$ 0,00	R\$ 148,94	R\$ 148,94	0,006%
6.2.157	3913	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 57,51	R\$ 0,00	R\$ 67,94	R\$ 67,94	R\$ 0,00	R\$ 271,75	R\$ 271,75	0,010%
6.2.158	3914	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 86,75	R\$ 0,00	R\$ 102,48	R\$ 102,48	R\$ 0,00	R\$ 409,92	R\$ 409,92	0,015%
6.2.159	3909	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,40	R\$ 0,00	R\$ 8,74	R\$ 8,74	R\$ 0,00	R\$ 34,97	R\$ 34,97	0,001%
6.2.160	3915	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 136,80	R\$ 0,00	R\$ 161,61	R\$ 161,61	R\$ 0,00	R\$ 646,42	R\$ 646,42	0,024%
6.2.161	20170	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,57	R\$ 0,00	R\$ 14,85	R\$ 14,85	R\$ 0,00	R\$ 59,40	R\$ 59,40	0,002%
6.2.162	20171	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 150 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 36,24	R\$ 0,00	R\$ 42,81	R\$ 42,81	R\$ 0,00	R\$ 171,25	R\$ 171,25	0,006%

6.2.163	20169	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC SERIE R, 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 10,95	R\$ 0,00	R\$ 12,94	R\$ 12,94	R\$ 0,00	R\$ 51,74	R\$ 51,74	0,002%
6.2.164	3904	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PVC SOLDAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 0,77	R\$ 0,00	R\$ 0,91	R\$ 0,91	R\$ 0,00	R\$ 3,64	R\$ 3,64	0,000%
6.2.165	3903	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PVC SOLDAVEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 1,88	R\$ 0,00	R\$ 2,22	R\$ 2,22	R\$ 0,00	R\$ 8,88	R\$ 8,88	0,000%
6.2.166	3862	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PVC SOLDAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,02	R\$ 0,00	R\$ 4,75	R\$ 4,75	R\$ 0,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	0,001%
6.2.167	3863	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PVC SOLDAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 4,12	R\$ 0,00	R\$ 4,87	R\$ 4,87	R\$ 0,00	R\$ 19,47	R\$ 19,47	0,001%
6.2.168	3864	SINAPI	SINAPI-I	LUVA PVC SOLDAVEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,61	R\$ 0,00	R\$ 14,90	R\$ 14,90	R\$ 0,00	R\$ 59,59	R\$ 59,59	0,002%
6.2.169	37985	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER, CPVC, SOLDAVEL, 42 MM, PARA AGUA QUENTE PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 30,19	R\$ 0,00	R\$ 35,66	R\$ 35,66	R\$ 0,00	R\$ 142,66	R\$ 142,66	0,005%
6.2.170	3871	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA, PVC, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,24	R\$ 0,00	R\$ 20,37	R\$ 20,37	R\$ 0,00	R\$ 81,46	R\$ 81,46	0,003%
6.2.171	3825	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER PVC PBA, JE, DN 50 / DE 60 MM, PARA REDE DE AGUA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,86	R\$ 0,00	R\$ 15,19	R\$ 15,19	R\$ 0,00	R\$ 60,77	R\$ 60,77	0,002%
6.2.172	3874	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,65	R\$ 0,00	R\$ 6,67	R\$ 6,67	R\$ 0,00	R\$ 26,70	R\$ 26,70	0,001%
6.2.173	3870	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO, PVC, 25 MM X 3/4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,20	R\$ 0,00	R\$ 7,32	R\$ 7,32	R\$ 0,00	R\$ 29,30	R\$ 29,30	0,001%
6.2.174	3873	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 11,65	R\$ 0,00	R\$ 13,76	R\$ 13,76	R\$ 0,00	R\$ 55,05	R\$ 55,05	0,002%
6.2.175	38021	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 20,68	R\$ 0,00	R\$ 24,43	R\$ 24,43	R\$ 0,00	R\$ 97,72	R\$ 97,72	0,004%
6.2.176	3847	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 26,96	R\$ 0,00	R\$ 31,85	R\$ 31,85	R\$ 0,00	R\$ 127,39	R\$ 127,39	0,005%
6.2.177	38022	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE CORRER PARA TUBO SOLDAVEL, PVC, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 37,05	R\$ 0,00	R\$ 43,77	R\$ 43,77	R\$ 0,00	R\$ 175,07	R\$ 175,07	0,006%
6.2.178	3899	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,07	R\$ 0,00	R\$ 7,17	R\$ 7,17	R\$ 0,00	R\$ 28,68	R\$ 28,68	0,001%
6.2.179	3875	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,06	R\$ 0,00	R\$ 3,61	R\$ 3,61	R\$ 0,00	R\$ 14,46	R\$ 14,46	0,001%
6.2.180	3898	SINAPI	SINAPI-I	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,21	R\$ 0,00	R\$ 7,34	R\$ 7,34	R\$ 0,00	R\$ 29,34	R\$ 29,34	0,001%
6.2.181	37527	SINAPI	SINAPI-I	MANGUEIRA DE INCENDIO, TIPO 2, DE 1 1/2", COMPRIMENTO = 15 M, TECIDO EM FIO DE POLIESTER E TUBO INTERNO EM BORRACHA SINTETICA, COM UNIOES ENGATE RAPIDO	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 710,49	R\$ 0,00	R\$ 839,32	R\$ 839,32	R\$ 0,00	R\$ 1.678,65	R\$ 1.678,65	0,062%
6.2.182	37459	SINAPI	SINAPI-I	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 3/4" X 2 MM	M	20	R\$ 0,00	R\$ 6,89	R\$ 0,00	R\$ 8,14	R\$ 8,14	R\$ 0,00	R\$ 162,79	R\$ 162,79	0,006%
6.2.183	12899	SINAPI	SINAPI-I	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGF/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE *63* MM, CONEXAO DE 1/4"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 104,89	R\$ 0,00	R\$ 123,91	R\$ 123,91	R\$ 0,00	R\$ 123,91	R\$ 123,91	0,005%
6.2.184	10432	SINAPI	SINAPI-I	MICTORIO INDIVIDUAL, SIFONADO, DE LOUCA BRANCA, SEM COMPLEMENTOS	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 330,63	R\$ 0,00	R\$ 390,58	R\$ 390,58	R\$ 0,00	R\$ 781,17	R\$ 781,17	0,029%
6.2.185	11560	SINAPI	SINAPI-I	MOLA HIDRAULICA AEREA, PARA PORTAS DE ATE 950 MM E PESO DE ATE 65 KG, COM CORPO EM ALUMINIO E BRACO EM ACO, SEM BRACO DE PARADA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 188,23	R\$ 0,00	R\$ 222,36	R\$ 222,36	R\$ 0,00	R\$ 444,72	R\$ 444,72	0,016%
6.2.186	11960	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 2,5 MM, COMPRIMENTO 12 MM	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 0,20	R\$ 0,00	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$ 0,00	R\$ 3,54	R\$ 3,54	0,000%
6.2.187	4333	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 3,2 MM, COMPRIMENTO 16 MM	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 0,36	R\$ 0,00	R\$ 0,43	R\$ 0,43	R\$ 0,00	R\$ 6,38	R\$ 6,38	0,000%
6.2.188	4358	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 65 MM	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 2,81	R\$ 0,00	R\$ 3,32	R\$ 3,32	R\$ 0,00	R\$ 26,56	R\$ 26,56	0,001%
6.2.189	11955	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO DE LATAO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 6,15	R\$ 0,00	R\$ 7,27	R\$ 7,27	R\$ 0,00	R\$ 108,98	R\$ 108,98	0,004%
6.2.190	20078	SINAPI	SINAPI-I	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 29,94	R\$ 0,00	R\$ 35,37	R\$ 35,37	R\$ 0,00	R\$ 141,48	R\$ 141,48	0,005%
6.2.191	4888	SINAPI	SINAPI-I	PLUG OU BUJAO DE FERRO GALVANIZADO, DE 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 3,70	R\$ 0,00	R\$ 4,37	R\$ 4,37	R\$ 0,00	R\$ 17,48	R\$ 17,48	0,001%
6.2.192	21059	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 150 X 150 MM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 62,04	R\$ 0,00	R\$ 73,29	R\$ 73,29	R\$ 0,00	R\$ 293,16	R\$ 293,16	0,011%
6.2.193	11234	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 200 X 200 MM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 93,51	R\$ 0,00	R\$ 110,47	R\$ 110,47	R\$ 0,00	R\$ 441,86	R\$ 441,86	0,016%
6.2.194	21060	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 250 X 250 MM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 115,10	R\$ 0,00	R\$ 135,97	R\$ 135,97	R\$ 0,00	R\$ 543,88	R\$ 543,88	0,020%
6.2.195	21061	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 300 X 300 MM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 143,87	R\$ 0,00	R\$ 169,96	R\$ 169,96	R\$ 0,00	R\$ 679,83	R\$ 679,83	0,025%
6.2.196	21062	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO COM REQUADRO, QUADRADO 400 X 400 MM	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 226,60	R\$ 0,00	R\$ 267,69	R\$ 267,69	R\$ 0,00	R\$ 1.070,76	R\$ 1.070,76	0,040%
6.2.197	11708	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO SEMIESFERICO, 100 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 24,72	R\$ 0,00	R\$ 29,20	R\$ 29,20	R\$ 0,00	R\$ 116,81	R\$ 116,81	0,004%
6.2.198	11707	SINAPI	SINAPI-I	RALO FOFO SEMIESFERICO, 75 MM, PARA LAJES/ CALHAS	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 18,52	R\$ 0,00	R\$ 21,88	R\$ 21,88	R\$ 0,00	R\$ 87,51	R\$ 87,51	0,003%
6.2.199	11743	SINAPI	SINAPI-I	RALO SIFONADO REDONDO CONICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,55	R\$ 0,00	R\$ 11,28	R\$ 11,28	R\$ 0,00	R\$ 45,13	R\$ 45,13	0,002%
6.2.200	20043	SINAPI	SINAPI-I	REDUCAO EXCENTRICA PVC, DN 100 X 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,31	R\$ 0,00	R\$ 9,82	R\$ 9,82	R\$ 0,00	R\$ 39,27	R\$ 39,27	0,001%
6.2.201	20044	SINAPI	SINAPI-I	REDUCAO EXCENTRICA PVC, DN 100 X 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,63	R\$ 0,00	R\$ 11,38	R\$ 11,38	R\$ 0,00	R\$ 45,50	R\$ 45,50	0,002%
6.2.202	20042	SINAPI	SINAPI-I	REDUCAO EXCENTRICA PVC, DN 75 X 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,21	R\$ 0,00	R\$ 8,52	R\$ 8,52	R\$ 0,00	R\$ 34,07	R\$ 34,07	0,001%
6.2.203	11677	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDAVEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 50,70	R\$ 0,00	R\$ 59,89	R\$ 59,89	R\$ 0,00	R\$ 239,57	R\$ 239,57	0,009%
6.2.204	6019	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 49,46	R\$ 0,00	R\$ 58,43	R\$ 58,43	R\$ 0,00	R\$ 233,71	R\$ 233,71	0,009%

6.2.205	6010	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 1/2" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 85,11	R\$ 0,00	R\$ 100,54	R\$ 100,54	R\$ 0,00	R\$ 402,17	R\$ 402,17	0,015%
6.2.206	6028	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 118,54	R\$ 0,00	R\$ 140,03	R\$ 140,03	R\$ 0,00	R\$ 560,14	R\$ 560,14	0,021%
6.2.207	6011	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 245,85	R\$ 0,00	R\$ 290,43	R\$ 290,43	R\$ 0,00	R\$ 1.161,72	R\$ 1.161,72	0,043%
6.2.208	6012	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 297,65	R\$ 0,00	R\$ 351,62	R\$ 351,62	R\$ 0,00	R\$ 1.406,49	R\$ 1.406,49	0,052%
6.2.209	6016	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 31,33	R\$ 0,00	R\$ 37,01	R\$ 37,01	R\$ 0,00	R\$ 148,04	R\$ 148,04	0,005%
6.2.210	6027	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 4" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 620,19	R\$ 0,00	R\$ 732,65	R\$ 732,65	R\$ 0,00	R\$ 2.930,60	R\$ 2.930,60	0,108%
6.2.211	6020	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1/2" (REF 1509)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 29,71	R\$ 0,00	R\$ 35,10	R\$ 35,10	R\$ 0,00	R\$ 140,39	R\$ 140,39	0,005%
6.2.212	11678	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 60 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 92,84	R\$ 0,00	R\$ 109,67	R\$ 109,67	R\$ 0,00	R\$ 438,70	R\$ 438,70	0,016%
6.2.213	6021	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 1/2" (REF 1416)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 69,75	R\$ 0,00	R\$ 82,40	R\$ 82,40	R\$ 0,00	R\$ 329,59	R\$ 329,59	0,012%
6.2.214	6024	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4" (REF 1416)	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 72,10	R\$ 0,00	R\$ 85,17	R\$ 85,17	R\$ 0,00	R\$ 340,70	R\$ 340,70	0,013%
6.2.215	10904	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO OU VALVULA GLOBO ANGULAR EM LATAO, PARA HIDRANTES EM INSTALACAO PREDIAL DE INCENDIO, 45 GRAUS, DIAMETRO DE 2 1/2", COM VOLANTE, CLASSE DE PRESSAO DE ATE 200 PSI	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 177,50	R\$ 0,00	R\$ 209,69	R\$ 209,69	R\$ 0,00	R\$ 838,74	R\$ 838,74	0,031%
6.2.216	38390	SINAPI	SINAPI-I	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 49,73	R\$ 0,00	R\$ 58,75	R\$ 58,75	R\$ 0,00	R\$ 469,98	R\$ 469,98	0,017%
6.2.217	6150	SINAPI	SINAPI-I	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA, 1.1/2 X 2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 431,14	R\$ 0,00	R\$ 509,32	R\$ 509,32	R\$ 0,00	R\$ 509,32	R\$ 509,32	0,019%
6.2.218	6145	SINAPI	SINAPI-I	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA AMERICANA 1.1/2 X 1.1/2"	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 20,13	R\$ 0,00	R\$ 23,78	R\$ 23,78	R\$ 0,00	R\$ 142,68	R\$ 142,68	0,005%
6.2.219	20262	SINAPI	SINAPI-I	SIFAO PLASTICO EXTENSIVEL UNIVERSAL, TIPO COPO	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 18,22	R\$ 0,00	R\$ 21,52	R\$ 21,52	R\$ 0,00	R\$ 129,14	R\$ 129,14	0,005%
6.2.220	7105	SINAPI	SINAPI-I	TE DE INSPECAO, PVC, 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 38,00	R\$ 0,00	R\$ 44,89	R\$ 44,89	R\$ 0,00	R\$ 89,78	R\$ 89,78	0,003%
6.2.221	7136	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 6,31	R\$ 0,00	R\$ 7,45	R\$ 7,45	R\$ 0,00	R\$ 14,91	R\$ 14,91	0,001%
6.2.222	7128	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 8,18	R\$ 0,00	R\$ 9,66	R\$ 9,66	R\$ 0,00	R\$ 19,33	R\$ 19,33	0,001%
6.2.223	7108	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 8,16	R\$ 0,00	R\$ 9,64	R\$ 9,64	R\$ 0,00	R\$ 19,28	R\$ 19,28	0,001%
6.2.224	7129	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 9,61	R\$ 0,00	R\$ 11,35	R\$ 11,35	R\$ 0,00	R\$ 22,71	R\$ 22,71	0,001%
6.2.225	7130	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 13,96	R\$ 0,00	R\$ 16,49	R\$ 16,49	R\$ 0,00	R\$ 32,98	R\$ 32,98	0,001%
6.2.226	7131	SINAPI	SINAPI-I	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 17,07	R\$ 0,00	R\$ 20,17	R\$ 20,17	R\$ 0,00	R\$ 40,33	R\$ 40,33	0,001%
6.2.227	7091	SINAPI	SINAPI-I	TE SANITARIO, PVC, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 14,81	R\$ 0,00	R\$ 17,50	R\$ 17,50	R\$ 0,00	R\$ 34,99	R\$ 34,99	0,001%
6.2.228	11655	SINAPI	SINAPI-I	TE SANITARIO DE REDUCAO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 15,75	R\$ 0,00	R\$ 18,61	R\$ 18,61	R\$ 0,00	R\$ 37,21	R\$ 37,21	0,001%
6.2.229	11656	SINAPI	SINAPI-I	TE SANITARIO DE REDUCAO, PVC, DN 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 18,08	R\$ 0,00	R\$ 21,36	R\$ 21,36	R\$ 0,00	R\$ 42,72	R\$ 42,72	0,002%
6.2.230	7097	SINAPI	SINAPI-I	TE SANITARIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 6,96	R\$ 0,00	R\$ 8,22	R\$ 8,22	R\$ 0,00	R\$ 16,44	R\$ 16,44	0,001%
6.2.231	11658	SINAPI	SINAPI-I	TE SANITARIO, PVC, DN 75 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 15,37	R\$ 0,00	R\$ 18,16	R\$ 18,16	R\$ 0,00	R\$ 36,31	R\$ 36,31	0,001%
6.2.232	7139	SINAPI	SINAPI-I	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 1,13	R\$ 0,00	R\$ 1,33	R\$ 1,33	R\$ 0,00	R\$ 2,67	R\$ 2,67	0,000%
6.2.233	7140	SINAPI	SINAPI-I	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 3,56	R\$ 0,00	R\$ 4,21	R\$ 4,21	R\$ 0,00	R\$ 8,41	R\$ 8,41	0,000%
6.2.234	7141	SINAPI	SINAPI-I	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 8,71	R\$ 0,00	R\$ 10,29	R\$ 10,29	R\$ 0,00	R\$ 20,58	R\$ 20,58	0,001%
6.2.235	7142	SINAPI	SINAPI-I	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS,50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 9,10	R\$ 0,00	R\$ 10,75	R\$ 10,75	R\$ 0,00	R\$ 21,50	R\$ 21,50	0,001%
6.2.236	7143	SINAPI	SINAPI-I	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 29,22	R\$ 0,00	R\$ 34,52	R\$ 34,52	R\$ 0,00	R\$ 69,04	R\$ 69,04	0,003%
6.2.237	7123	SINAPI	SINAPI-I	TE PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 4,37	R\$ 0,00	R\$ 5,16	R\$ 5,16	R\$ 0,00	R\$ 10,32	R\$ 10,32	0,000%
6.2.238	11762	SINAPI	SINAPI-I	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA JARDIM / TANQUE, COM BICO PLASTICO, CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2" OU 3/4" (REF 1153 / 1130)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 69,74	R\$ 0,00	R\$ 82,39	R\$ 82,39	R\$ 0,00	R\$ 164,77	R\$ 164,77	0,006%
6.2.239	36796	SINAPI	SINAPI-I	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA, PARA LAVATORIO, TEMPORIZADA PRESSAO FECHAMENTO AUTOMATICO, BICA BAIXA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 174,36	R\$ 0,00	R\$ 205,98	R\$ 205,98	R\$ 0,00	R\$ 411,95	R\$ 411,95	0,015%
6.2.240	13417	SINAPI	SINAPI-I	TORNEIRA METALICA CROMADA CANO CURTO, SEM BICO, SEM AREJADOR, DE PAREDE, PARA TANQUE E USO GERAL, 1/2" OU 3/4" (REF 1143)	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 110,57	R\$ 0,00	R\$ 130,62	R\$ 130,62	R\$ 0,00	R\$ 261,24	R\$ 261,24	0,010%
6.2.241	9866	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 20,04	R\$ 0,00	R\$ 23,67	R\$ 23,67	R\$ 0,00	R\$ 236,74	R\$ 236,74	0,009%
6.2.242	9862	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 29,58	R\$ 0,00	R\$ 34,94	R\$ 34,94	R\$ 0,00	R\$ 349,44	R\$ 349,44	0,013%
6.2.243	9861	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 23,23	R\$ 0,00	R\$ 27,44	R\$ 27,44	R\$ 0,00	R\$ 274,42	R\$ 274,42	0,010%
6.2.244	9860	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, ROSCAVEL, 2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 42,32	R\$ 0,00	R\$ 49,99	R\$ 49,99	R\$ 0,00	R\$ 499,94	R\$ 499,94	0,018%

6.2.245	9863	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, ROSCAVEL, 2 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 57,98	R\$ 0,00	R\$ 68,49	R\$ 68,49	R\$ 0,00	R\$ 684,93	R\$ 684,93	0,025%
6.2.246	9859	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC ROSCAVEL, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	M	10	R\$ 0,00	R\$ 9,59	R\$ 0,00	R\$ 11,33	R\$ 11,33	R\$ 0,00	R\$ 113,29	R\$ 113,29	0,004%
6.2.247	9836	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 13,80	R\$ 0,00	R\$ 16,30	R\$ 16,30	R\$ 0,00	R\$ 163,02	R\$ 163,02	0,006%
6.2.248	9835	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 6,03	R\$ 0,00	R\$ 7,12	R\$ 7,12	R\$ 0,00	R\$ 71,23	R\$ 71,23	0,003%
6.2.249	9838	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 9,96	R\$ 0,00	R\$ 11,77	R\$ 11,77	R\$ 0,00	R\$ 117,66	R\$ 117,66	0,004%
6.2.250	9837	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 75 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 13,06	R\$ 0,00	R\$ 15,43	R\$ 15,43	R\$ 0,00	R\$ 154,28	R\$ 154,28	0,006%
6.2.251	9868	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 3,92	R\$ 0,00	R\$ 4,63	R\$ 4,63	R\$ 0,00	R\$ 46,31	R\$ 46,31	0,002%
6.2.252	9869	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 8,46	R\$ 0,00	R\$ 9,99	R\$ 9,99	R\$ 0,00	R\$ 99,94	R\$ 99,94	0,004%
6.2.253	9874	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 13,28	R\$ 0,00	R\$ 15,69	R\$ 15,69	R\$ 0,00	R\$ 156,88	R\$ 156,88	0,006%
6.2.254	9875	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 50 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 14,57	R\$ 0,00	R\$ 17,21	R\$ 17,21	R\$ 0,00	R\$ 172,12	R\$ 172,12	0,006%
6.2.255	9873	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 60 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 23,97	R\$ 0,00	R\$ 28,32	R\$ 28,32	R\$ 0,00	R\$ 283,16	R\$ 283,16	0,010%
6.2.256	9871	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 39,72	R\$ 0,00	R\$ 46,92	R\$ 46,92	R\$ 0,00	R\$ 469,22	R\$ 469,22	0,017%
6.2.257	9872	SINAPI	SINAPI-I	TUBO PVC, SOLDABEL, DE 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	10	R\$ 0,00	R\$ 55,26	R\$ 0,00	R\$ 65,28	R\$ 65,28	R\$ 0,00	R\$ 652,80	R\$ 652,80	0,024%
6.2.258	13127	SINAPI	SINAPI-I	TUBO ACO CARBONO SEM COSTURA 1/2", E= *2,77 MM, SCHEDULE 40, *1,27 KG/M	M	2	R\$ 0,00	R\$ 38,55	R\$ 0,00	R\$ 45,54	R\$ 45,54	R\$ 0,00	R\$ 91,08	R\$ 91,08	0,003%
6.2.259	12425	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 1"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 56,00	R\$ 0,00	R\$ 66,15	R\$ 66,15	R\$ 0,00	R\$ 66,15	R\$ 66,15	0,002%
6.2.260	12424	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DE 1 1/2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 86,22	R\$ 0,00	R\$ 101,85	R\$ 101,85	R\$ 0,00	R\$ 101,85	R\$ 101,85	0,004%
6.2.261	12426	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 1/2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 40,76	R\$ 0,00	R\$ 48,15	R\$ 48,15	R\$ 0,00	R\$ 48,15	R\$ 48,15	0,002%
6.2.262	12428	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 2'	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 149,19	R\$ 0,00	R\$ 176,24	R\$ 176,24	R\$ 0,00	R\$ 176,24	R\$ 176,24	0,007%
6.2.263	12427	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 2 1/2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 232,43	R\$ 0,00	R\$ 274,58	R\$ 274,58	R\$ 0,00	R\$ 274,58	R\$ 274,58	0,010%
6.2.264	12429	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 3"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 375,84	R\$ 0,00	R\$ 443,99	R\$ 443,99	R\$ 0,00	R\$ 443,99	R\$ 443,99	0,016%
6.2.265	12430	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 3/4"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 49,97	R\$ 0,00	R\$ 59,03	R\$ 59,03	R\$ 0,00	R\$ 59,03	R\$ 59,03	0,002%
6.2.266	12431	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE BRONZE, DIAMETRO 4"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 639,62	R\$ 0,00	R\$ 755,60	R\$ 755,60	R\$ 0,00	R\$ 755,60	R\$ 755,60	0,028%
6.2.267	12437	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE FERRO LONGO (MACHO-FEMEA), DIAMETRO 2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 209,31	R\$ 0,00	R\$ 247,26	R\$ 247,26	R\$ 0,00	R\$ 247,26	R\$ 247,26	0,009%
6.2.268	12436	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO COM ASSENTO CONICO DE FERRO LONGO (MACHO-FEMEA), DIAMETRO 4"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 478,49	R\$ 0,00	R\$ 565,25	R\$ 565,25	R\$ 0,00	R\$ 565,25	R\$ 565,25	0,021%
6.2.269	9900	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 1", AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 17,83	R\$ 0,00	R\$ 21,06	R\$ 21,06	R\$ 0,00	R\$ 84,25	R\$ 84,25	0,003%
6.2.270	9901	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 30,78	R\$ 0,00	R\$ 36,36	R\$ 36,36	R\$ 0,00	R\$ 145,45	R\$ 145,45	0,005%
6.2.271	9892	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, ROSCAVEL 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,36	R\$ 0,00	R\$ 7,51	R\$ 7,51	R\$ 0,00	R\$ 30,05	R\$ 30,05	0,001%
6.2.272	9905	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,25	R\$ 0,00	R\$ 7,38	R\$ 7,38	R\$ 0,00	R\$ 29,53	R\$ 29,53	0,001%
6.2.273	9906	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,54	R\$ 0,00	R\$ 8,91	R\$ 8,91	R\$ 0,00	R\$ 35,63	R\$ 35,63	0,001%
6.2.274	9899	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, ROSCAVEL, 3/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 8,00	R\$ 0,00	R\$ 9,45	R\$ 9,45	R\$ 0,00	R\$ 37,80	R\$ 37,80	0,001%
6.2.275	9907	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 85 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 163,18	R\$ 0,00	R\$ 192,77	R\$ 192,77	R\$ 0,00	R\$ 771,08	R\$ 771,08	0,029%
6.2.276	9895	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,70	R\$ 0,00	R\$ 15,00	R\$ 15,00	R\$ 0,00	R\$ 60,01	R\$ 60,01	0,002%
6.2.277	9894	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 24,43	R\$ 0,00	R\$ 28,86	R\$ 28,86	R\$ 0,00	R\$ 115,44	R\$ 115,44	0,004%
6.2.278	9897	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 26,08	R\$ 0,00	R\$ 30,81	R\$ 30,81	R\$ 0,00	R\$ 123,24	R\$ 123,24	0,005%
6.2.279	9910	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 60 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 67,86	R\$ 0,00	R\$ 80,17	R\$ 80,17	R\$ 0,00	R\$ 320,66	R\$ 320,66	0,012%
6.2.280	9909	SINAPI	SINAPI-I	UNIAO PVC, SOLDABEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 138,21	R\$ 0,00	R\$ 163,27	R\$ 163,27	R\$ 0,00	R\$ 653,09	R\$ 653,09	0,024%
6.2.281	10228	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE DESCARGA METALICA, BASE 1 1/2" E ACABAMENTO METALICO CROMADO	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 203,74	R\$ 0,00	R\$ 240,68	R\$ 240,68	R\$ 0,00	R\$ 481,37	R\$ 481,37	0,018%
6.2.282	21112	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE DESCARGA EM METAL CROMADO PARA MICTORIO COM ACIONAMENTO POR PRESSAO E FECHAMENTO AUTOMATICO	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 175,38	R\$ 0,00	R\$ 207,18	R\$ 207,18	R\$ 0,00	R\$ 414,36	R\$ 414,36	0,015%
6.2.283	10408	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 281,68	R\$ 0,00	R\$ 332,76	R\$ 332,76	R\$ 0,00	R\$ 665,51	R\$ 665,51	0,025%
6.2.284	10405	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 2 1/2", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 402,81	R\$ 0,00	R\$ 475,85	R\$ 475,85	R\$ 0,00	R\$ 951,70	R\$ 951,70	0,035%
6.2.285	10406	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 3", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 556,37	R\$ 0,00	R\$ 657,26	R\$ 657,26	R\$ 0,00	R\$ 1.314,51	R\$ 1.314,51	0,049%
6.2.286	10407	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO HORIZONTAL, DE BRONZE (PN-25), 4", 400 PSI, TAMPA DE PORCA DE UNIAO, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 862,93	R\$ 0,00	R\$ 1.019,40	R\$ 1.019,40	R\$ 0,00	R\$ 2.038,81	R\$ 2.038,81	0,075%
6.2.287	12657	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 2 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 249,91	R\$ 0,00	R\$ 295,23	R\$ 295,23	R\$ 0,00	R\$ 590,45	R\$ 590,45	0,022%
6.2.288	10414	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 341,27	R\$ 0,00	R\$ 403,15	R\$ 403,15	R\$ 0,00	R\$ 806,30	R\$ 806,30	0,030%
6.2.289	6157	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA EM METAL CROMADO PARA PIA AMERICANA 3.1/2 X 1.1/2"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 115,74	R\$ 0,00	R\$ 136,73	R\$ 136,73	R\$ 0,00	R\$ 273,45	R\$ 273,45	0,010%
6.2.290	10422	SINAPI	SINAPI-I	BACIA SANITARIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFAO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 354,96	R\$ 0,00	R\$ 419,32	R\$ 419,32	R\$ 0,00	R\$ 419,32	R\$ 419,32	0,016%

6.2.291	10414	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 3", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 341,27	R\$ 0,00	R\$ 403,15	R\$ 403,15	R\$ 0,00	R\$ 403,15	R\$ 403,15	0,015%
6.2.292	10420	SINAPI	SINAPI-I	BACIA SANITARIA (VASO) CONVENCIONAL, DE LOUCA BRANCA, SIFAO APARENTE, SAIDA VERTICAL (SEM ASSENTO)	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 189,90	R\$ 0,00	R\$ 224,33	R\$ 224,33	R\$ 0,00	R\$ 224,33	R\$ 224,33	0,008%
6.2.293	7307	SINAPI	SINAPI-I	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	3	R\$ 0,00	R\$ 36,09	R\$ 0,00	R\$ 42,63	R\$ 42,63	R\$ 0,00	R\$ 127,90	R\$ 127,90	0,005%
6.2.294	1360	SINAPI	SINAPI-I	COMPENSADO NAVAL - CHAPA/PAINEL EM MADEIRA COMPENSADA PRENSADA, DE 2200 X 1600 MM, E = 6 MM	M2	10	R\$ 0,00	R\$ 53,11	R\$ 0,00	R\$ 62,74	R\$ 62,74	R\$ 0,00	R\$ 627,40	R\$ 627,40	0,023%
6.2.295	34357	SINAPI	SINAPI-I	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	10	R\$ 0,00	R\$ 4,99	R\$ 0,00	R\$ 5,89	R\$ 5,89	R\$ 0,00	R\$ 58,95	R\$ 58,95	0,002%
6.2.296	10909	SINAPI	SINAPI-I	JUNCAO DE REDUCAO INVERTIDA, PVC SOLDAVEL, 100 X 75 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 20,55	R\$ 0,00	R\$ 24,28	R\$ 24,28	R\$ 0,00	R\$ 194,21	R\$ 194,21	0,007%
6.2.297	6136	SINAPI	SINAPI-I	SIFAO EM METAL CROMADO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 338,90	R\$ 0,00	R\$ 400,35	R\$ 400,35	R\$ 0,00	R\$ 800,71	R\$ 800,71	0,030%
6.2.298	38386	SINAPI	SINAPI-I	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2" (38 MM)	UN	9	R\$ 0,00	R\$ 7,26	R\$ 0,00	R\$ 8,58	R\$ 8,58	R\$ 0,00	R\$ 77,19	R\$ 77,19	0,003%
6.3	Geral											R\$ 0,00	R\$ 18.116,59	R\$ 18.116,59	0,670%
6.3.1	4791	SINAPI	SINAPI-I	ADESIVO ACRILICO DE BASE AQUOSA / COLA DE CONTATO	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 37,74	R\$ 0,00	R\$ 44,58	R\$ 44,58	R\$ 0,00	R\$ 89,17	R\$ 89,17	0,003%
6.3.2	20080	SINAPI	SINAPI-I	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 23,68	R\$ 0,00	R\$ 27,97	R\$ 27,97	R\$ 0,00	R\$ 55,95	R\$ 55,95	0,002%
6.3.3	366	SINAPI	SINAPI-I	AREIA FINA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1	R\$ 0,00	R\$ 93,00	R\$ 0,00	R\$ 109,86	R\$ 109,86	R\$ 0,00	R\$ 109,86	R\$ 109,86	0,004%
6.3.4	370	SINAPI	SINAPI-I	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1	R\$ 0,00	R\$ 93,00	R\$ 0,00	R\$ 109,86	R\$ 109,86	R\$ 0,00	R\$ 109,86	R\$ 109,86	0,004%
6.3.5	371	SINAPI	SINAPI-I	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA MULTIUSO, PARA REVESTIMENTO INTERNO E EXTERNO E ASSENTAMENTO DE BLOCOS DIVERSOS	KG	100	R\$ 0,00	R\$ 0,92	R\$ 0,00	R\$ 1,09	R\$ 1,09	R\$ 0,00	R\$ 108,68	R\$ 108,68	0,004%
6.3.6	4721	SINAPI	SINAPI-I	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	1	R\$ 0,00	R\$ 98,72	R\$ 0,00	R\$ 116,62	R\$ 116,62	R\$ 0,00	R\$ 116,62	R\$ 116,62	0,004%
6.3.7	4718	SINAPI	SINAPI-I	PEDRA BRITADA N. 2 (19 A 38 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	1	R\$ 0,00	R\$ 99,24	R\$ 0,00	R\$ 117,24	R\$ 117,24	R\$ 0,00	R\$ 117,24	R\$ 117,24	0,004%
6.3.8	4722	SINAPI	SINAPI-I	PEDRA BRITADA N. 3 (38 A 50 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	1	R\$ 0,00	R\$ 93,25	R\$ 0,00	R\$ 110,16	R\$ 110,16	R\$ 0,00	R\$ 110,16	R\$ 110,16	0,004%
6.3.9	38392	SINAPI	SINAPI-I	PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 80,04	R\$ 0,00	R\$ 94,55	R\$ 94,55	R\$ 0,00	R\$ 472,77	R\$ 472,77	0,017%
6.3.10	1379	SINAPI	SINAPI-I	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	900	R\$ 0,00	R\$ 0,77	R\$ 0,00	R\$ 0,91	R\$ 0,91	R\$ 0,00	R\$ 818,66	R\$ 818,66	0,030%
6.3.11	38367	SINAPI	SINAPI-I	ESPATULA DE ACO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 18,50	R\$ 0,00	R\$ 21,85	R\$ 21,85	R\$ 0,00	R\$ 174,84	R\$ 174,84	0,006%
6.3.12	38124	SINAPI	SINAPI-I	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 32,00	R\$ 0,00	R\$ 37,80	R\$ 37,80	R\$ 0,00	R\$ 189,01	R\$ 189,01	0,007%
6.3.13	38152	SINAPI	SINAPI-I	FECHADURA ROSETA REDONDA PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	2	R\$ 0,00	R\$ 142,99	R\$ 0,00	R\$ 168,92	R\$ 168,92	R\$ 0,00	R\$ 337,84	R\$ 337,84	0,012%
6.3.14	11468	SINAPI	SINAPI-I	FECHADURA DE SOBREPOR PARA GAVETAS E ARMARIOS, EM ACO INOX COM ACABAMENTO CROMADO, COM CILINDRO DE APROX 20 MM	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 13,47	R\$ 0,00	R\$ 15,91	R\$ 15,91	R\$ 0,00	R\$ 31,83	R\$ 31,83	0,001%
6.3.15	34546	SINAPI	SINAPI-I	MASSA PREMIUM PARA TEXTURA RUSTICA DE BASE ACRILICA, COR BRANCA, USO INTERNO E EXTERNO	KG	30	R\$ 0,00	R\$ 6,83	R\$ 0,00	R\$ 8,07	R\$ 8,07	R\$ 0,00	R\$ 242,05	R\$ 242,05	0,009%
6.3.16	5065	SINAPI	SINAPI-I	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17)	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 36,74	R\$ 0,00	R\$ 43,40	R\$ 43,40	R\$ 0,00	R\$ 86,80	R\$ 86,80	0,003%
6.3.17	5066	SINAPI	SINAPI-I	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 25,45	R\$ 0,00	R\$ 30,06	R\$ 30,06	R\$ 0,00	R\$ 60,13	R\$ 60,13	0,002%
6.3.18	5067	SINAPI	SINAPI-I	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 16 X 24 (2 1/4 X 12)	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 20,59	R\$ 0,00	R\$ 24,32	R\$ 24,32	R\$ 0,00	R\$ 48,65	R\$ 48,65	0,002%
6.3.19	34357	SINAPI	SINAPI-I	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	3	R\$ 0,00	R\$ 4,99	R\$ 0,00	R\$ 5,89	R\$ 5,89	R\$ 0,00	R\$ 17,68	R\$ 17,68	0,001%
6.3.20	38393	SINAPI	SINAPI-I	ROLO DE ESPUMA POLIESTER 23 CM (SEM CABO)	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 22,42	R\$ 0,00	R\$ 26,49	R\$ 26,49	R\$ 0,00	R\$ 211,88	R\$ 211,88	0,008%
6.3.21	6085	SINAPI	SINAPI-I	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	15	R\$ 0,00	R\$ 8,76	R\$ 0,00	R\$ 10,35	R\$ 10,35	R\$ 0,00	R\$ 155,23	R\$ 155,23	0,006%
6.3.22	39961	SINAPI	SINAPI-I	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 25,67	R\$ 0,00	R\$ 30,32	R\$ 30,32	R\$ 0,00	R\$ 909,74	R\$ 909,74	0,034%
6.3.23	34401	SINAPI	SINAPI-I	TIJOLO CERAMICO LAMINADO DE *5,5 X 11 X 23* CM (L X A X C)	UN	150	R\$ 0,00	R\$ 2,07	R\$ 0,00	R\$ 2,45	R\$ 2,45	R\$ 0,00	R\$ 366,80	R\$ 366,80	0,014%
6.3.24	7258	SINAPI	SINAPI-I	TIJOLO CERAMICO MACICO COMUM DE *5 X 10 X 20* CM (L X A X C)	UN	60	R\$ 0,00	R\$ 0,74	R\$ 0,00	R\$ 0,87	R\$ 0,87	R\$ 0,00	R\$ 52,45	R\$ 52,45	0,002%
6.3.25	7356	SINAPI	SINAPI-I	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	30	R\$ 0,00	R\$ 27,83	R\$ 0,00	R\$ 32,88	R\$ 32,88	R\$ 0,00	R\$ 986,29	R\$ 986,29	0,036%
6.3.26	7348	SINAPI	SINAPI-I	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	18	R\$ 0,00	R\$ 18,66	R\$ 0,00	R\$ 22,04	R\$ 22,04	R\$ 0,00	R\$ 396,78	R\$ 396,78	0,015%
6.3.27	7288	SINAPI	SINAPI-I	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO	L	18	R\$ 0,00	R\$ 33,92	R\$ 0,00	R\$ 40,07	R\$ 40,07	R\$ 0,00	R\$ 721,27	R\$ 721,27	0,027%
6.3.28	7306	SINAPI	SINAPI-I	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE EFEITO PROTETOR DE SUPERFICIE METALICA ALUMINIO	L	18	R\$ 0,00	R\$ 40,85	R\$ 0,00	R\$ 48,26	R\$ 48,26	R\$ 0,00	R\$ 868,63	R\$ 868,63	0,032%
6.3.29	7311	SINAPI	SINAPI-I	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	36	R\$ 0,00	R\$ 34,56	R\$ 0,00	R\$ 40,83	R\$ 40,83	R\$ 0,00	R\$ 1.469,76	R\$ 1.469,76	0,054%
6.3.30	35692	SINAPI	SINAPI-I	TINTA LATEX ACRILICA STANDARD, COR BRANCA	L	36	R\$ 0,00	R\$ 18,21	R\$ 0,00	R\$ 21,51	R\$ 21,51	R\$ 0,00	R\$ 774,43	R\$ 774,43	0,029%
6.3.31	7304	SINAPI	SINAPI-I	TINTA EPOXI BASE AGUA PREMIUM, BRANCA	L	10	R\$ 0,00	R\$ 69,03	R\$ 0,00	R\$ 81,55	R\$ 81,55	R\$ 0,00	R\$ 815,47	R\$ 815,47	0,030%
6.3.32	7348	SINAPI	SINAPI-I	TINTA ACRILICA PREMIUM PARA PISO	L	10	R\$ 0,00	R\$ 18,66	R\$ 0,00	R\$ 22,04	R\$ 22,04	R\$ 0,00	R\$ 220,44	R\$ 220,44	0,008%
6.3.33	10527	SINAPI	SINAPI-I	LOCACAO DE ANDAIME METALICO TUBULAR DE ENCAIXE, TIPO DE TORRE, CADA PAINEL COM LARGURA DE 1 ATE 1,5 M E ALTURA DE *1,00* M, INCLUINDO DIAGONAL, BARRAS DE LIGACAO, SAPATAS OU RODIZIOS E DEMAIS ITENS NECESSARIOS A MONTAGEM (NAO INCLUI INSTALACAO)	MXMES	25	R\$ 0,00	R\$ 38,00	R\$ 0,00	R\$ 44,89	R\$ 44,89	R\$ 0,00	R\$ 1.122,26	R\$ 1.122,26	0,042%
6.3.34	43130	SINAPI	SINAPI-I	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	25	R\$ 0,00	R\$ 19,00	R\$ 0,00	R\$ 22,45	R\$ 22,45	R\$ 0,00	R\$ 561,13	R\$ 561,13	0,021%
6.3.35	37329	SINAPI	SINAPI-I	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	3	R\$ 0,00	R\$ 105,12	R\$ 0,00	R\$ 124,18	R\$ 124,18	R\$ 0,00	R\$ 372,54	R\$ 372,54	0,014%

6.3.36	39897	SINAPI	SINAPI-I	PASTA PARA SOLDA DE TUBOS E CONEXOES DE COBRE (EMBALAGEM COM 250 G)	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 52,76	R\$ 0,00	R\$ 62,33	R\$ 62,33	R\$ 0,00	R\$ 186,98	R\$ 186,98	0,007%
6.3.37	626	SINAPI	SINAPI-I	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	KG	150	R\$ 0,00	R\$ 26,11	R\$ 0,00	R\$ 30,84	R\$ 30,84	R\$ 0,00	R\$ 4.626,68	R\$ 4.626,68	0,171%
6.4	Material Básico											R\$ 0,00	R\$ 1.284,57	R\$ 1.284,57	0,048%
6.4.1	13	SINAPI	SINAPI-I	ESTOPA	KG	9	R\$ 0,00	R\$ 23,09	R\$ 0,00	R\$ 27,28	R\$ 27,28	R\$ 0,00	R\$ 245,49	R\$ 245,49	0,009%
6.4.2	20111	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	24	R\$ 0,00	R\$ 11,23	R\$ 0,00	R\$ 13,27	R\$ 13,27	R\$ 0,00	R\$ 318,39	R\$ 318,39	0,012%
6.4.3	3767	SINAPI	SINAPI-I	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	40	R\$ 0,00	R\$ 1,21	R\$ 0,00	R\$ 1,43	R\$ 1,43	R\$ 0,00	R\$ 57,18	R\$ 57,18	0,002%
6.4.4	5318	SINAPI	SINAPI-I	DILUENTE AGUARRAS	L	8	R\$ 0,00	R\$ 16,98	R\$ 0,00	R\$ 20,06	R\$ 20,06	R\$ 0,00	R\$ 160,47	R\$ 160,47	0,006%
6.4.5	151	SINAPI	SINAPI-I	IMPERMEABILIZANTE INCOLOR, BASE SILICONE, PARA TRATAMENTO DE FACHADAS, TELHAS, PEDRAS E OUTRAS SUPERFICIES	L	4	R\$ 0,00	R\$ 31,43	R\$ 0,00	R\$ 37,13	R\$ 37,13	R\$ 0,00	R\$ 148,52	R\$ 148,52	0,005%
6.4.6	38123	SINAPI	SINAPI-I	SELANTE TIPO VEDA CALHA PARA METAL E FIBROCIMENTO	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 55,38	R\$ 0,00	R\$ 65,42	R\$ 65,42	R\$ 0,00	R\$ 130,84	R\$ 130,84	0,005%
6.4.7	37590	SINAPI	SINAPI-I	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 16,96	R\$ 0,00	R\$ 20,04	R\$ 20,04	R\$ 0,00	R\$ 80,14	R\$ 80,14	0,003%
6.4.8	938	SINAPI	SINAPI-I	FIO DE COBRE, SOLIDO, CLASSE 1, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 450/750V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	M	75	R\$ 0,00	R\$ 1,62	R\$ 0,00	R\$ 1,91	R\$ 1,91	R\$ 0,00	R\$ 143,53	R\$ 143,53	0,005%
6.5	APARELHOS DE AR CONDICIONADO											R\$ 0,00	R\$ 54.898,87	R\$ 54.898,87	2,030%
6.5.1	Compressores, Motores Ventiladores e Placas de comando											R\$ 0,00	R\$ 33.542,84	R\$ 33.542,84	1,241%
6.5.1.1	AR_MAT_001	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 7.000 A 7.500 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 721,46	R\$ 0,00	R\$ 852,28	R\$ 852,28	R\$ 0,00	R\$ 852,28	R\$ 852,28	0,032%
6.5.1.2	AR_MAT_002	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 9.000 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 718,20	R\$ 0,00	R\$ 848,43	R\$ 848,43	R\$ 0,00	R\$ 848,43	R\$ 848,43	0,031%
6.5.1.3	AR_MAT_003	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 12.000 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 911,05	R\$ 0,00	R\$ 1.076,25	R\$ 1.076,25	R\$ 0,00	R\$ 1.076,25	R\$ 1.076,25	0,040%
6.5.1.4	AR_MAT_004	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 18.000 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.081,55	R\$ 0,00	R\$ 1.277,67	R\$ 1.277,67	R\$ 0,00	R\$ 1.277,67	R\$ 1.277,67	0,047%
6.5.1.5	AR_MAT_005	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 24.000 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 908,36	R\$ 0,00	R\$ 1.073,07	R\$ 1.073,07	R\$ 0,00	R\$ 1.073,07	R\$ 1.073,07	0,040%
6.5.1.6	AR_MAT_006	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 30.000 BTUS ROTATIVO R22 220V	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 1.469,10	R\$ 0,00	R\$ 1.735,49	R\$ 1.735,49	R\$ 0,00	R\$ 1.735,49	R\$ 1.735,49	0,064%
6.5.1.7	AR_MAT_007	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 36.000 BTUS ROTATIVO R22 220V.	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 2.132,75	R\$ 0,00	R\$ 2.519,48	R\$ 2.519,48	R\$ 0,00	R\$ 2.519,48	R\$ 2.519,48	0,093%
6.5.1.8	AR_MAT_008	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 48.000 BTUS ROTATIVO R22 220V. REF.: SCROLL SANYO CSB303H6B	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 2.201,31	R\$ 0,00	R\$ 2.600,47	R\$ 2.600,47	R\$ 0,00	R\$ 2.600,47	R\$ 2.600,47	0,096%
6.5.1.9	AR_MAT_009	PRÓPRIO	COT.MERCADO	COMPRESSOR CAPACIDADE 60.000 BTUS ROTATIVO R22 220V. REF.: SRCOLL COPELAND ZR57KETF552E	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 2.712,00	R\$ 0,00	R\$ 3.203,77	R\$ 3.203,77	R\$ 0,00	R\$ 3.203,77	R\$ 3.203,77	0,118%
6.5.1.10	AR_MAT_010	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 9.000 ATÉ 12.000 BTUS 220V. REF.: MIDEA, CARRIER 25906085	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 231,08	R\$ 0,00	R\$ 272,98	R\$ 272,98	R\$ 0,00	R\$ 272,98	R\$ 272,98	0,010%
6.5.1.11	AR_MAT_011	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 ATÉ 30.000 BTUS 220V. REF.: CARRIER 25906088	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 317,87	R\$ 0,00	R\$ 375,51	R\$ 375,51	R\$ 0,00	R\$ 375,51	R\$ 375,51	0,014%
6.5.1.12	AR_MAT_012	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA CONDENSADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 ATÉ 60.000 BTUS 220V/380V. REF.: MIDEA, SPRINGER, CARRIER 25901797	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 599,01	R\$ 0,00	R\$ 707,63	R\$ 707,63	R\$ 0,00	R\$ 707,63	R\$ 707,63	0,026%
6.5.1.13	AR_MAT_013	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 7.500 ATÉ 12.000 BTUS 220V. REF. EOS UNIVERSAL OU SIMILAR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 249,90	R\$ 0,00	R\$ 295,21	R\$ 295,21	R\$ 0,00	R\$ 295,21	R\$ 295,21	0,011%
6.5.1.14	AR_MAT_014	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 18.000 BTUS BTUS 220V. REF. SPRINGER CARRIER MIDEA 2024003A0009 OU SIMILAR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 267,10	R\$ 0,00	R\$ 315,53	R\$ 315,53	R\$ 0,00	R\$ 315,53	R\$ 315,53	0,012%
6.5.1.15	AR_MAT_015	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 24.000 BTUS 220V. REF. ELGIN, SPRINGER, MIDEA OU SIMILAR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 247,79	R\$ 0,00	R\$ 292,72	R\$ 292,72	R\$ 0,00	R\$ 292,72	R\$ 292,72	0,011%
6.5.1.16	AR_MAT_016	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 30.000 BTUS 220V. REF. AGRATTO, CARRIER, ELGIN OU SIMILAR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 485,00	R\$ 0,00	R\$ 572,94	R\$ 572,94	R\$ 0,00	R\$ 572,94	R\$ 572,94	0,021%
6.5.1.17	AR_MAT_017	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 36.000 BTUS 220V. REF. SPLIT TETO CARRIER SPRINGER 36000 BTUS	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 599,00	R\$ 0,00	R\$ 707,62	R\$ 707,62	R\$ 0,00	R\$ 707,62	R\$ 707,62	0,026%
6.5.1.18	AR_MAT_018	PRÓPRIO	COT.MERCADO	MOTOR VENTILADOR DA EVAPORADORA AR CONDICIONADO SPLIT DE 48.000 BTUS A 60.000 BTUS 220V. REF. SPLIT TETO CARRIER SPRINGER 48000 BTUS	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 673,08	R\$ 0,00	R\$ 795,13	R\$ 795,13	R\$ 0,00	R\$ 795,13	R\$ 795,13	0,029%
6.5.1.19	AR_MAT_019	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade evaporadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 9.000 Btus REF.: Midea 17122000A15551 ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 320,00	R\$ 0,00	R\$ 378,03	R\$ 378,03	R\$ 0,00	R\$ 378,03	R\$ 378,03	0,014%
6.5.1.20	AR_MAT_020	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade evaporadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 12.000 Btus REF.: MIDEA CARRIER 42MTCB12M5 201332590965 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 334,80	R\$ 0,00	R\$ 395,51	R\$ 395,51	R\$ 0,00	R\$ 791,02	R\$ 791,02	0,029%
6.5.1.21	AR_MAT_021	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade evaporadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 18.000 Btus REF.: New Carrier mod 2013328A0364 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 290,00	R\$ 0,00	R\$ 342,59	R\$ 342,59	R\$ 0,00	R\$ 685,17	R\$ 685,17	0,025%
6.5.1.22	AR_MAT_022	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade evaporadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 24.000 - 30.000 Btus REF.: Media mod 201333090103 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 243,44	R\$ 0,00	R\$ 287,58	R\$ 287,58	R\$ 0,00	R\$ 575,17	R\$ 575,17	0,021%
6.5.1.23	AR_MAT_023	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade evaporadora) ar condicionado SPLIT PISO/TETO 30.000 - 60.000 BTUS. REF.: Eco Elgin ARC141290609401 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 489,99	R\$ 0,00	R\$ 578,84	R\$ 578,84	R\$ 0,00	R\$ 1.157,68	R\$ 1.157,68	0,043%
6.5.1.24	AR_MAT_024	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade condensadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 9.000 até 12.000 Btus REF.: MIDEA CARRIER 201337390164 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 1.056,48	R\$ 0,00	R\$ 1.248,05	R\$ 1.248,05	R\$ 0,00	R\$ 2.496,10	R\$ 2.496,10	0,092%

6.5.1.25	AR_MAT_025	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade condensadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 18.000 Btus REF.: CARRIER ECO INVERTER 201337790035 ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 847,80	R\$ 0,00	R\$ 1.001,53	R\$ 1.001,53	R\$ 0,00	R\$ 2.003,06	R\$ 2.003,06	0,074%
6.5.1.26	AR_MAT_026	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade condensadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 24.000 Btus REF.: ELGIN MOD HVQE24B2IA ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 2.138,90	R\$ 0,00	R\$ 2.526,75	R\$ 2.526,75	R\$ 0,00	R\$ 5.053,49	R\$ 5.053,49	0,187%
6.5.1.27	AR_MAT_027	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade condensadora) ar condicionado SPLIT HI-WALL 30.000 Btus REF.: Springer, Midea, Carrier INVERTER FRIO ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 340,80	R\$ 0,00	R\$ 402,60	R\$ 402,60	R\$ 0,00	R\$ 402,60	R\$ 402,60	0,015%
6.5.1.28	AR_MAT_028	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Placa de comando (da unidade condensadora) ar condicionado SPLIT PISO/TETO 48.000 Btus REF.: KOMECO kop36.48fcqc koc36.48fcqc 380v g4 ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 404,91	R\$ 0,00	R\$ 478,33	R\$ 478,33	R\$ 0,00	R\$ 478,33	R\$ 478,33	0,018%
6.5.2	Correias											R\$ 0,00	R\$ 1.426,93	R\$ 1.426,93	0,053%
6.5.2.1	AR_MAT_040	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V A-32. REF: WORKER, REXON OU SIMILAR	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 10,12	R\$ 0,00	R\$ 11,96	R\$ 11,96	R\$ 0,00	R\$ 47,82	R\$ 47,82	0,002%
6.5.2.2	AR_MAT_041	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-41. REF.: POWER MAKE, REXON OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 16,49	R\$ 0,00	R\$ 19,48	R\$ 19,48	R\$ 0,00	R\$ 38,96	R\$ 38,96	0,001%
6.5.2.3	AR_MAT_042	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-54. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 24,68	R\$ 0,00	R\$ 29,16	R\$ 29,16	R\$ 0,00	R\$ 58,31	R\$ 58,31	0,002%
6.5.2.4	AR_MAT_043	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-53. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 27,50	R\$ 0,00	R\$ 32,49	R\$ 32,49	R\$ 0,00	R\$ 64,97	R\$ 64,97	0,002%
6.5.2.5	AR_MAT_044	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-64. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 20,99	R\$ 0,00	R\$ 24,80	R\$ 24,80	R\$ 0,00	R\$ 49,59	R\$ 49,59	0,002%
6.5.2.6	AR_MAT_045	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-52. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 33,71	R\$ 0,00	R\$ 39,82	R\$ 39,82	R\$ 0,00	R\$ 79,65	R\$ 79,65	0,003%
6.5.2.7	AR_MAT_046	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-49. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 29,00	R\$ 0,00	R\$ 34,26	R\$ 34,26	R\$ 0,00	R\$ 34,26	R\$ 34,26	0,001%
6.5.2.8	AR_MAT_047	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V B-42. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 28,00	R\$ 0,00	R\$ 33,08	R\$ 33,08	R\$ 0,00	R\$ 66,15	R\$ 66,15	0,002%
6.5.2.9	AR_MAT_048	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia tipo V A-55. REF.: POWER SPAN OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 21,81	R\$ 0,00	R\$ 25,76	R\$ 25,76	R\$ 0,00	R\$ 51,53	R\$ 51,53	0,002%
6.5.2.10	AR_MAT_049	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia C 128 multi v 3T. REF: VONDER OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 82,90	R\$ 0,00	R\$ 97,93	R\$ 97,93	R\$ 0,00	R\$ 195,86	R\$ 195,86	0,007%
6.5.2.11	AR_MAT_050	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia C 112 multi v 3T. REF: VONDER OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 76,61	R\$ 0,00	R\$ 90,50	R\$ 90,50	R\$ 0,00	R\$ 181,00	R\$ 181,00	0,007%
6.5.2.12	AR_MAT_051	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Correia C 225 multi v 3T. REF: POWER SPAN, VONDER OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 236,52	R\$ 0,00	R\$ 279,41	R\$ 279,41	R\$ 0,00	R\$ 558,82	R\$ 558,82	0,021%
6.5.3	Fluidos Refrigerantes											R\$ 0,00	R\$ 2.700,10	R\$ 2.700,10	0,100%
6.5.3.1	MAN_COT.043	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Gás refrigerante R22 - 13,6Kg	kg	26	R\$ 0,00	R\$ 4,12	R\$ 0,00	R\$ 4,87	R\$ 4,87	R\$ 0,00	R\$ 126,63	R\$ 126,63	0,005%
6.5.3.2	MAN_COT.045	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Gás R410 A - 750g	kg	20	R\$ 0,00	R\$ 51,68	R\$ 0,00	R\$ 61,05	R\$ 61,05	R\$ 0,00	R\$ 1.220,90	R\$ 1.220,90	0,045%
6.5.3.3	AR_MAT_038	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Gás R134a - 13,6 Kg	kg	26	R\$ 0,00	R\$ 44,04	R\$ 0,00	R\$ 52,02	R\$ 52,02	R\$ 0,00	R\$ 1.352,57	R\$ 1.352,57	0,050%
6.5.4	Instrumentação											R\$ 0,00	R\$ 1.078,25	R\$ 1.078,25	0,040%
6.5.4.1	12898	SINAPI	SINAPI-I	MANOMETRO COM CAIXA EM ACO PINTADO, ESCALA *10* KGf/CM2 (*10* BAR), DIAMETRO NOMINAL DE 100 MM, CONEXAO DE 1/2"	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 166,38	R\$ 0,00	R\$ 196,55	R\$ 196,55	R\$ 0,00	R\$ 393,10	R\$ 393,10	0,015%
6.5.4.2	AR_MAT_074	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Termômetro Capela Reto 0 a 50 Graus Haste 50mm	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 289,99	R\$ 0,00	R\$ 342,57	R\$ 342,57	R\$ 0,00	R\$ 685,15	R\$ 685,15	0,025%
6.5.5	Tubo Cobre Split											R\$ 0,00	R\$ 278,62	R\$ 278,62	0,010%
6.5.5.1	39660	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/2 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 40,10	R\$ 0,00	R\$ 47,37	R\$ 47,37	R\$ 0,00	R\$ 47,37	R\$ 47,37	0,002%
6.5.5.2	39661	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 13,11	R\$ 0,00	R\$ 15,49	R\$ 15,49	R\$ 0,00	R\$ 15,49	R\$ 15,49	0,001%
6.5.5.3	39662	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 1/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 19,22	R\$ 0,00	R\$ 22,71	R\$ 22,71	R\$ 0,00	R\$ 22,71	R\$ 22,71	0,001%
6.5.5.4	39663	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/16 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 23,64	R\$ 0,00	R\$ 27,93	R\$ 27,93	R\$ 0,00	R\$ 27,93	R\$ 27,93	0,001%
6.5.5.5	39664	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 29,57	R\$ 0,00	R\$ 34,93	R\$ 34,93	R\$ 0,00	R\$ 34,93	R\$ 34,93	0,001%
6.5.5.6	39665	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 5/8 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 49,88	R\$ 0,00	R\$ 58,92	R\$ 58,92	R\$ 0,00	R\$ 58,92	R\$ 58,92	0,002%
6.5.5.7	39666	SINAPI	SINAPI-I	TUBO DE COBRE FLEXIVEL, D = 3/4 ", E = 0,79 MM, PARA AR-CONDICIONADO/ INSTALACOES GAS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	M	1	R\$ 0,00	R\$ 60,33	R\$ 0,00	R\$ 71,27	R\$ 71,27	R\$ 0,00	R\$ 71,27	R\$ 71,27	0,003%
6.5.6	Parafusos, porcas e afins											R\$ 0,00	R\$ 687,00	R\$ 687,00	0,025%
6.5.6.1	4777	SINAPI	SINAPI-I	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG	25	R\$ 0,00	R\$ 8,07	R\$ 0,00	R\$ 9,53	R\$ 9,53	R\$ 0,00	R\$ 238,33	R\$ 238,33	0,009%
6.5.6.2	4331	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 2 1/4"	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 5,68	R\$ 0,00	R\$ 6,71	R\$ 6,71	R\$ 0,00	R\$ 100,65	R\$ 100,65	0,004%
6.5.6.3	4382	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA SOBERBA, DIAMETRO 5/16", COMPRIMENTO 80 MM	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 1,56	R\$ 0,00	R\$ 1,84	R\$ 1,84	R\$ 0,00	R\$ 36,86	R\$ 36,86	0,001%
6.5.6.4	4330	SINAPI	SINAPI-I	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 5/16"	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 0,20	R\$ 0,00	R\$ 0,24	R\$ 0,24	R\$ 0,00	R\$ 4,73	R\$ 4,73	0,000%
6.5.6.5	11950	SINAPI	SINAPI-I	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,00	R\$ 0,17	R\$ 0,17	R\$ 0,00	R\$ 8,27	R\$ 8,27	0,000%
6.5.6.6	MAN_COT.005	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Arruela lisa de aço galvanizada de Ø 1/4"	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,09	R\$ 0,00	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,00	R\$ 1,06	R\$ 1,06	0,000%
6.5.6.7	MAN_COT.008	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Arruela lisa de 3/8"	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,16	R\$ 0,00	R\$ 0,19	R\$ 0,19	R\$ 0,00	R\$ 1,89	R\$ 1,89	0,000%
6.5.6.8	MAN_COT.009	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Arruela lisa de 5/16"	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,28	R\$ 0,00	R\$ 0,33	R\$ 0,33	R\$ 0,00	R\$ 3,31	R\$ 3,31	0,000%
6.5.6.9	MAN_COT.046	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Porca sextavada 1/4"	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,12	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,14	R\$ 0,00	R\$ 1,42	R\$ 1,42	0,000%
6.5.6.10	MAN_COT.047	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Porca sextavada 5/16"	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,12	R\$ 0,00	R\$ 0,14	R\$ 0,14	R\$ 0,00	R\$ 1,42	R\$ 1,42	0,000%
6.5.6.11	MAN_COT.048	PRÓPRIO	COT.MERCADO	Porca sextavada 3/8 "	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 0,25	R\$ 0,00	R\$ 0,30	R\$ 0,30	R\$ 0,00	R\$ 2,95	R\$ 2,95	0,000%

6.5.6.12	5104	SINAPI	SINAPI-I	REBITE DE REPUXO EM ALUMINIO VAZADO, DIAMETRO 3,2 X 8 MM DE COMPRIMENTO (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	2	R\$ 0,00	R\$ 121,10	R\$ 0,00	R\$ 143,06	R\$ 143,06	R\$ 0,00	R\$ 286,12	R\$ 286,12	0,011%
6.5.7	Rolamentos											R\$ 0,00	R\$ 323,26	R\$ 323,26	0,012%
6.5.7.1	AR_MAT_052	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Rolamento 6209 ZZ/C3. REF: NSK OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 70,33	R\$ 0,00	R\$ 83,08	R\$ 83,08	R\$ 0,00	R\$ 166,17	R\$ 166,17	0,006%
6.5.7.2	AR_MAT_053	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Rolamento Rígido de Esferas 6307-ZZ/C3. REF: NSK 6307-ZZ/C3	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 66,49	R\$ 0,00	R\$ 78,55	R\$ 78,55	R\$ 0,00	R\$ 157,09	R\$ 157,09	0,006%
6.5.8	Conexões											R\$ 0,00	R\$ 1.203,03	R\$ 1.203,03	0,044%
6.5.8.1	6298	SINAPI	SINAPI-I	TE DE FERRO GALVANIZADO, DE 2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 59,54	R\$ 0,00	R\$ 70,34	R\$ 70,34	R\$ 0,00	R\$ 70,34	R\$ 70,34	0,003%
6.5.8.2	AR_MAT_054	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Válvula Filtro Y em Latão com Tela Inox de 1.1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 155,34	R\$ 0,00	R\$ 183,51	R\$ 183,51	R\$ 0,00	R\$ 734,03	R\$ 734,03	0,027%
6.5.8.3	3482	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, ROSCAVEL, 90 GRAUS, 1", COR BRANCA, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,13	R\$ 0,00	R\$ 6,06	R\$ 6,06	R\$ 0,00	R\$ 24,24	R\$ 24,24	0,001%
6.5.8.4	3522	SINAPI	SINAPI-I	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", COR MARROM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 2,29	R\$ 0,00	R\$ 2,71	R\$ 2,71	R\$ 0,00	R\$ 10,82	R\$ 10,82	0,000%
6.5.8.5	3908	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,44	R\$ 0,00	R\$ 6,43	R\$ 6,43	R\$ 0,00	R\$ 25,71	R\$ 25,71	0,001%
6.5.8.6	12404	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 9,99	R\$ 0,00	R\$ 11,80	R\$ 11,80	R\$ 0,00	R\$ 47,21	R\$ 47,21	0,002%
6.5.8.7	3925	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 2" X 1"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 35,00	R\$ 0,00	R\$ 41,35	R\$ 41,35	R\$ 0,00	R\$ 41,35	R\$ 41,35	0,002%
6.5.8.8	12410	SINAPI	SINAPI-I	LUVA DE REDUCAO DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP MACHO/FEMEA, DE 3/4" X 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 12,10	R\$ 0,00	R\$ 14,29	R\$ 14,29	R\$ 0,00	R\$ 57,18	R\$ 57,18	0,002%
6.5.8.9	6016	SINAPI	SINAPI-I	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 3/4" (REF 1509)	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 31,33	R\$ 0,00	R\$ 37,01	R\$ 37,01	R\$ 0,00	R\$ 111,03	R\$ 111,03	0,004%
6.5.8.10	4177	SINAPI	SINAPI-I	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1/2"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 5,07	R\$ 0,00	R\$ 5,99	R\$ 5,99	R\$ 0,00	R\$ 23,96	R\$ 23,96	0,001%
6.5.8.11	4178	SINAPI	SINAPI-I	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 3/4"	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,03	R\$ 0,00	R\$ 8,30	R\$ 8,30	R\$ 0,00	R\$ 33,22	R\$ 33,22	0,001%
6.5.8.12	4209	SINAPI	SINAPI-I	NIPLE DE FERRO GALVANIZADO, COM ROSCA BSP, DE 1 1/2"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 20,28	R\$ 0,00	R\$ 23,96	R\$ 23,96	R\$ 0,00	R\$ 23,96	R\$ 23,96	0,001%
6.5.10	Diversos											R\$ 0,00	R\$ 2.373,35	R\$ 2.373,35	0,088%
6.5.10.1	3148	SINAPI	SINAPI-I	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	6	R\$ 0,00	R\$ 16,08	R\$ 0,00	R\$ 19,00	R\$ 19,00	R\$ 0,00	R\$ 113,97	R\$ 113,97	0,004%
6.5.10.2	5318	SINAPI	SINAPI-I	DILUENTE AGUARRAS	L	6	R\$ 0,00	R\$ 16,98	R\$ 0,00	R\$ 20,06	R\$ 20,06	R\$ 0,00	R\$ 120,35	R\$ 120,35	0,004%
6.5.10.3	20080	SINAPI	SINAPI-I	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 23,68	R\$ 0,00	R\$ 27,97	R\$ 27,97	R\$ 0,00	R\$ 83,92	R\$ 83,92	0,003%
6.5.10.4	13	SINAPI	SINAPI-I	ESTOPA	KG	8	R\$ 0,00	R\$ 23,09	R\$ 0,00	R\$ 27,28	R\$ 27,28	R\$ 0,00	R\$ 218,22	R\$ 218,22	0,008%
6.5.10.5	3143	SINAPI	SINAPI-I	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (L X C)	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 9,92	R\$ 0,00	R\$ 11,72	R\$ 11,72	R\$ 0,00	R\$ 35,16	R\$ 35,16	0,001%
6.5.10.6	MAN_COT.002	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Fita adesiva silver tape 48mm x 50m	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 35,50	R\$ 0,00	R\$ 41,94	R\$ 41,94	R\$ 0,00	R\$ 83,87	R\$ 83,87	0,003%
6.5.10.7	MAN_COT.055	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Thinner, ref. Natrielli ou equivalente	L	10	R\$ 0,00	R\$ 21,77	R\$ 0,00	R\$ 25,72	R\$ 25,72	R\$ 0,00	R\$ 257,15	R\$ 257,15	0,010%
6.5.10.8	7307	SINAPI	SINAPI-I	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	7,2	R\$ 0,00	R\$ 36,09	R\$ 0,00	R\$ 42,63	R\$ 42,63	R\$ 0,00	R\$ 306,97	R\$ 306,97	0,011%
6.5.10.9	AR_MAT_055	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Detergente Desincrustante Profissional limpa metal 5L. Ref: Thilex, Solupan, Metasil ou similar	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 116,00	R\$ 0,00	R\$ 137,03	R\$ 137,03	R\$ 0,00	R\$ 548,14	R\$ 548,14	0,020%
6.5.10.10	39701	SINAPI	SINAPI-I	FITA ADESIVA ASFALTICA ALUMINIZADA MULTIUSO, L = 10 CM, ROLO DE 10 M	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 144,11	R\$ 0,00	R\$ 170,24	R\$ 170,24	R\$ 0,00	R\$ 170,24	R\$ 170,24	0,006%
6.5.10.11	410	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 150 X *3,6* MM	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,23	R\$ 0,00	R\$ 0,27	R\$ 0,27	R\$ 0,00	R\$ 27,17	R\$ 27,17	0,001%
6.5.10.12	411	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 200 X *4,6* MM	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,29	R\$ 0,00	R\$ 0,34	R\$ 0,34	R\$ 0,00	R\$ 34,26	R\$ 34,26	0,001%
6.5.10.13	414	SINAPI	SINAPI-I	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 100 X 2,5 MM	UN	100	R\$ 0,00	R\$ 0,09	R\$ 0,00	R\$ 0,11	R\$ 0,11	R\$ 0,00	R\$ 10,63	R\$ 10,63	0,000%
6.5.10.14	37458	SINAPI	SINAPI-I	MANGUEIRA CRISTAL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 1/2" X 2 MM	M	35	R\$ 0,00	R\$ 4,91	R\$ 0,00	R\$ 5,80	R\$ 5,80	R\$ 0,00	R\$ 203,01	R\$ 203,01	0,008%
6.5.10.15	3143	SINAPI	SINAPI-I	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 25 M (L X C)	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 9,92	R\$ 0,00	R\$ 11,72	R\$ 11,72	R\$ 0,00	R\$ 35,16	R\$ 35,16	0,001%
6.5.10.16	AR_MAT_056	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Filtro Secador de cobre 1" com Ponteira comp. 70mm	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 10,12	R\$ 0,00	R\$ 11,96	R\$ 11,96	R\$ 0,00	R\$ 11,96	R\$ 11,96	0,000%
6.5.10.17	AR_MAT_057	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Controle Remoto Universal EOS para Ar Condicionado Split. REF: EOS KIT000687 ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 18,90	R\$ 0,00	R\$ 22,33	R\$ 22,33	R\$ 0,00	R\$ 22,33	R\$ 22,33	0,001%
6.5.10.18	AR_MAT_058	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Kit de Pilhas Alcalinas AAA Palito com 16 unidades. REF: DURACELL ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 76,90	R\$ 0,00	R\$ 90,84	R\$ 90,84	R\$ 0,00	R\$ 90,84	R\$ 90,84	0,003%
6.5.11	Solda e Brasagem											R\$ 0,00	R\$ 930,30	R\$ 930,30	0,034%
6.5.11.1	11002	SINAPI	SINAPI-I	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	5	R\$ 0,00	R\$ 30,34	R\$ 0,00	R\$ 35,84	R\$ 35,84	R\$ 0,00	R\$ 179,21	R\$ 179,21	0,007%
6.5.11.2	39914	SINAPI	SINAPI-I	SOLDA EM VARETA FOSCOPER, D = *2,5* MM X COMPRIMENTO 500 MM	KG	1	R\$ 0,00	R\$ 249,42	R\$ 0,00	R\$ 294,65	R\$ 294,65	R\$ 0,00	R\$ 294,65	R\$ 294,65	0,011%
6.5.11.3	1	SINAPI	SINAPI-I	ACETILENO (RECARGA DE GAS ACETILENO PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE) NAO INCLUI TROCA/MANUTENCAO DO CILINDRO	KG	1	R\$ 0,00	R\$ 91,00	R\$ 0,00	R\$ 107,50	R\$ 107,50	R\$ 0,00	R\$ 107,50	R\$ 107,50	0,004%
6.5.11.4	2	SINAPI	SINAPI-I	OXIGENIO, RECARGA PARA CILINDRO DE CONJUNTO OXICORTE GRANDE	M3	10	R\$ 0,00	R\$ 19,94	R\$ 0,00	R\$ 23,56	R\$ 23,56	R\$ 0,00	R\$ 235,56	R\$ 235,56	0,009%
6.5.11.5	AR_MAT_059	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Refil Gás Map Pro Para Maçarico Com 400g	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 47,99	R\$ 0,00	R\$ 56,69	R\$ 56,69	R\$ 0,00	R\$ 113,38	R\$ 113,38	0,004%
6.5.12	Válvulas											R\$ 0,00	R\$ 3.539,87	R\$ 3.539,87	0,131%
6.5.12.1	10416	SINAPI	SINAPI-I	VALVULA DE RETENCAO VERTICAL, DE BRONZE (PN-16), 1 1/2", 200 PSI, EXTREMIDADES COM ROSCA	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 107,03	R\$ 0,00	R\$ 126,44	R\$ 126,44	R\$ 0,00	R\$ 126,44	R\$ 126,44	0,005%
6.5.12.2	AR_MAT_060	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Válvula Motorizada 3 Vias 1" ON-OFF Retorno Elétrico REF: Actua Controls ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 689,52	R\$ 0,00	R\$ 814,55	R\$ 814,55	R\$ 0,00	R\$ 1.629,10	R\$ 1.629,10	0,060%
6.5.12.3	AR_MAT_061	PRÓPRIO	COT.MENÇADO	Válvula Motorizada 3 Vias 3/4" ON-OFF Retorno Elétrico REF: Actua Controls ou similar	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 418,90	R\$ 0,00	R\$ 494,86	R\$ 494,86	R\$ 0,00	R\$ 989,72	R\$ 989,72	0,037%

6.5.12.4	AR_MAT_062	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Válvula Motorizada 3 Vias 1/2" ON-OFF Retorno Elétrico REF: Actua Controls ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 498,62	R\$ 0,00	R\$ 589,03	R\$ 589,03	R\$ 0,00	R\$ 589,03	R\$ 589,03	0,022%
6.5.12.5	AR_MAT_063	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Válvula De Esfera GBC 5/8"	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 174,02	R\$ 0,00	R\$ 205,57	R\$ 205,57	R\$ 0,00	R\$ 205,57	R\$ 205,57	0,008%
6.5.13	Dutos, isolamentos e afins											R\$ 0,00	R\$ 4.814,01	R\$ 4.814,01	0,178%
6.5.13.1	MAN_COT.049	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 1/4"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 11,08	R\$ 0,00	R\$ 13,09	R\$ 13,09	R\$ 0,00	R\$ 261,78	R\$ 261,78	0,010%
6.5.13.2	MAN_COT.050	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 3/8"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 11,82	R\$ 0,00	R\$ 13,96	R\$ 13,96	R\$ 0,00	R\$ 279,27	R\$ 279,27	0,010%
6.5.13.3	MAN_COT.051	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 1/2"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 20,97	R\$ 0,00	R\$ 24,77	R\$ 24,77	R\$ 0,00	R\$ 495,45	R\$ 495,45	0,018%
6.5.13.4	MAN_COT.052	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 5/8"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 49,00	R\$ 0,00	R\$ 57,89	R\$ 57,89	R\$ 0,00	R\$ 1.157,70	R\$ 1.157,70	0,043%
6.5.13.5	MAN_COT.053	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 3/4"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 19,10	R\$ 0,00	R\$ 22,56	R\$ 22,56	R\$ 0,00	R\$ 451,27	R\$ 451,27	0,017%
6.5.13.6	MAN_COT.054	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Isolamento esponjoso elastomérico para tubo de cobre 7/8"	M	20	R\$ 0,00	R\$ 19,43	R\$ 0,00	R\$ 22,95	R\$ 22,95	R\$ 0,00	R\$ 458,95	R\$ 458,95	0,017%
6.5.13.8	39699	SINAPI	SINAPI-I	MANTA / LENCOL DE BORRACHA, SBR, ANTIRRUIDO, E = 5 MM	M2	40	R\$ 0,00	R\$ 19,91	R\$ 0,00	R\$ 23,52	R\$ 23,52	R\$ 0,00	R\$ 940,81	R\$ 940,81	0,035%
6.5.13.9	AR_MAT_064	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	TUBO ESPONJOSO 1/2 BLINDADO PRETO BARRA COM 2 METROS. REF: VIX OU SIMILAR	UN	30	R\$ 0,00	R\$ 2,51	R\$ 0,00	R\$ 2,97	R\$ 2,97	R\$ 0,00	R\$ 88,95	R\$ 88,95	0,003%
6.5.13.10	AR_MAT_065	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	TUBO ESPONJOSO 3/4 BLINDADO PRETO BARRA COM 2 METROS. REF: VIX OU SIMILAR	UN	20	R\$ 0,00	R\$ 2,84	R\$ 0,00	R\$ 3,35	R\$ 3,35	R\$ 0,00	R\$ 67,10	R\$ 67,10	0,002%
6.5.13.11	AR_MAT_066	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Duto flexível aluminizado 200mm com 10 metros para exaustão. REF: SICFLUX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 236,34	R\$ 0,00	R\$ 279,20	R\$ 279,20	R\$ 0,00	R\$ 558,39	R\$ 558,39	0,021%
6.5.13.12	AR_MAT_067	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	FITA ALUMINIO ALUMINIZADA REFRIGERAÇÃO AR CONDICIONADO 48MM X 50M. REF: VIX ou similar	UN	10	R\$ 0,00	R\$ 4,60	R\$ 0,00	R\$ 5,43	R\$ 5,43	R\$ 0,00	R\$ 54,34	R\$ 54,34	0,002%
6.5.14	Capacitores											R\$ 0,00	R\$ 406,40	R\$ 406,40	0,015%
6.5.14.1	AR_MAT_029	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 2,0 µF 380 V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 13,95	R\$ 0,00	R\$ 16,48	R\$ 16,48	R\$ 0,00	R\$ 65,92	R\$ 65,92	0,002%
6.5.14.2	AR_MAT_030	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 3,0 µF 380V. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 7,00	R\$ 0,00	R\$ 8,27	R\$ 8,27	R\$ 0,00	R\$ 33,08	R\$ 33,08	0,001%
6.5.14.3	AR_MAT_031	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 6,0 µF 380V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	4	R\$ 0,00	R\$ 6,30	R\$ 0,00	R\$ 7,44	R\$ 7,44	R\$ 0,00	R\$ 29,77	R\$ 29,77	0,001%
6.5.14.4	AR_MAT_032	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 20 µF 380V - TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 15,30	R\$ 0,00	R\$ 18,07	R\$ 18,07	R\$ 0,00	R\$ 36,15	R\$ 36,15	0,001%
6.5.14.5	AR_MAT_033	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 25 µF 380/400V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 11,96	R\$ 0,00	R\$ 14,13	R\$ 14,13	R\$ 0,00	R\$ 28,26	R\$ 28,26	0,001%
6.5.14.6	AR_MAT_034	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 30 µF 380V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 20,10	R\$ 0,00	R\$ 23,74	R\$ 23,74	R\$ 0,00	R\$ 47,49	R\$ 47,49	0,002%
6.5.14.7	AR_MAT_035	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 35 µF 380V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 16,20	R\$ 0,00	R\$ 19,14	R\$ 19,14	R\$ 0,00	R\$ 38,28	R\$ 38,28	0,001%
6.5.14.8	AR_MAT_036	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 40 µF 380V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 22,50	R\$ 0,00	R\$ 26,58	R\$ 26,58	R\$ 0,00	R\$ 53,16	R\$ 53,16	0,002%
6.5.14.9	AR_MAT_037	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Capacitor Partida 45 µF 380V TML. REF.: VIX OU SIMILAR	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 31,45	R\$ 0,00	R\$ 37,15	R\$ 37,15	R\$ 0,00	R\$ 74,31	R\$ 74,31	0,003%
6.5.15	Elétrica e Afins											R\$ 0,00	R\$ 919,52	R\$ 919,52	0,034%
6.5.15.1	34653	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), MONOPOLAR, 6 - 32 A	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 9,15	R\$ 0,00	R\$ 10,81	R\$ 10,81	R\$ 0,00	R\$ 86,47	R\$ 86,47	0,003%
6.5.15.2	20111	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 11,23	R\$ 0,00	R\$ 13,27	R\$ 13,27	R\$ 0,00	R\$ 26,53	R\$ 26,53	0,001%
6.5.15.3	MAN_COT.015	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Cabo de cobre PP Cordplast 3 x 1,5 mm2, 450/750v	M	30	R\$ 0,00	R\$ 6,15	R\$ 0,00	R\$ 7,27	R\$ 7,27	R\$ 0,00	R\$ 217,96	R\$ 217,96	0,008%
6.5.15.4	MAN_COT.056	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Relé de falta de fase 127-220V, ref. 3UGO2 40-OA507	UN	2	R\$ 0,00	R\$ 169,99	R\$ 0,00	R\$ 200,81	R\$ 200,81	R\$ 0,00	R\$ 401,63	R\$ 401,63	0,015%
6.5.15.5	MAN_COT.057	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Plugue para tomada, tipo macho, 2P+T 10A	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 5,60	R\$ 0,00	R\$ 6,62	R\$ 6,62	R\$ 0,00	R\$ 52,92	R\$ 52,92	0,002%
6.5.15.6	12147	SINAPI	SINAPI-I	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA SOBREPOR 4" X 2" (CAIXA + MODULO)	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 12,09	R\$ 0,00	R\$ 14,28	R\$ 14,28	R\$ 0,00	R\$ 114,26	R\$ 114,26	0,004%
6.5.15.7	38091	SINAPI	SINAPI-I	ESPELHO / PLACA CEGA 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	8	R\$ 0,00	R\$ 2,09	R\$ 0,00	R\$ 2,47	R\$ 2,47	R\$ 0,00	R\$ 19,75	R\$ 19,75	0,001%
6.5.16	Lubrificante, Óleo e Afins											R\$ 0,00	R\$ 675,40	R\$ 675,40	0,025%
6.5.16.1	4229	SINAPI	SINAPI-I	GRAXA LUBRIFICANTE A BASE DE LITIO, DE MULTIPLAS APLICACOES E CONTENDO ADITIVOS DE EXTREMA PRESSAO (GRAU DE VISCOSIDADE NLGI 2)	KG	4	R\$ 0,00	R\$ 44,39	R\$ 0,00	R\$ 52,44	R\$ 52,44	R\$ 0,00	R\$ 209,76	R\$ 209,76	0,008%
6.5.16.2	AR_MAT_069	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Lubrificante Spray - 200g/300 ml. REF: VONDER ou similar	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 17,51	R\$ 0,00	R\$ 20,69	R\$ 20,69	R\$ 0,00	R\$ 103,43	R\$ 103,43	0,004%
6.5.16.3	AR_MAT_070	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Desingripante Spray 300 ml. REF: White Lub Super ORBI-03 ou similar	UN	3	R\$ 0,00	R\$ 10,00	R\$ 0,00	R\$ 11,81	R\$ 11,81	R\$ 0,00	R\$ 35,44	R\$ 35,44	0,001%
6.5.16.4	AR_MAT_071	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Adesivo Bond em Bisnarga 3g. REF: Scoth Bond ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 7,67	R\$ 0,00	R\$ 9,06	R\$ 9,06	R\$ 0,00	R\$ 9,06	R\$ 9,06	0,000%
6.5.16.5	AR_MAT_072	PRÓPRIO	COT.MATERIAIS	Graxa Especial Para Lubrificação - 10KG. REF: Unigrax Ca-2 10kg Ingrax ou similar	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 268,95	R\$ 0,00	R\$ 317,72	R\$ 317,72	R\$ 0,00	R\$ 317,72	R\$ 317,72	0,012%
6.6	GERADORES											R\$ 0,00	R\$ 9.302,20	R\$ 9.302,20	0,344%
6.6.1	34616	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), BIPOLAR, 6 - 32 A	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 52,44	R\$ 0,00	R\$ 61,95	R\$ 61,95	R\$ 0,00	R\$ 61,95	R\$ 61,95	0,002%
6.6.2	34709	SINAPI	SINAPI-I	DISJUNTOR TERMOMAGNETICO PARA TRILHO DIN (IEC), TRIPOLAR, 10 - 50 A	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 64,25	R\$ 0,00	R\$ 75,90	R\$ 75,90	R\$ 0,00	R\$ 75,90	R\$ 75,90	0,003%
6.6.3	1570	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 1,05	R\$ 0,00	R\$ 1,24	R\$ 1,24	R\$ 0,00	R\$ 62,02	R\$ 62,02	0,002%
6.6.4	1571	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	50	R\$ 0,00	R\$ 1,36	R\$ 0,00	R\$ 1,61	R\$ 1,61	R\$ 0,00	R\$ 80,33	R\$ 80,33	0,003%
6.6.5	1578	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 50 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 5,66	R\$ 0,00	R\$ 6,69	R\$ 6,69	R\$ 0,00	R\$ 100,29	R\$ 100,29	0,004%
6.6.6	1579	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 70 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M10	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 7,05	R\$ 0,00	R\$ 8,33	R\$ 8,33	R\$ 0,00	R\$ 124,93	R\$ 124,93	0,005%

6.6.7	1580	SINAPI	SINAPI-I	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 95 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M12	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 8,69	R\$ 0,00	R\$ 10,27	R\$ 10,27	R\$ 0,00	R\$ 153,99	R\$ 153,99	0,006%
6.6.8	11953	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 2", COM PORCA E ARRUELA	UN	15	R\$ 0,00	R\$ 4,51	R\$ 0,00	R\$ 5,33	R\$ 5,33	R\$ 0,00	R\$ 79,92	R\$ 79,92	0,003%
6.6.9	21127	SINAPI	SINAPI-I	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	5	R\$ 0,00	R\$ 4,24	R\$ 0,00	R\$ 5,01	R\$ 5,01	R\$ 0,00	R\$ 25,04	R\$ 25,04	0,001%
6.6.10	11953	SINAPI	SINAPI-I	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 2", COM PORCA E ARRUELA	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 4,51	R\$ 0,00	R\$ 5,33	R\$ 5,33	R\$ 0,00	R\$ 5,33	R\$ 5,33	0,000%
6.6.11	4227	SINAPI	SINAPI-I	OLEO LUBRIFICANTE MINERAL MONOVISCOO, SAE 40, PARA MOTORES DE EQUIPAMENTOS PESADOS (CAMINHÕES, TRATORES, RETROS E ETC)	L	20	R\$ 0,00	R\$ 27,79	R\$ 0,00	R\$ 32,83	R\$ 32,83	R\$ 0,00	R\$ 656,58	R\$ 656,58	0,024%
6.6.12	1022	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 2,79	R\$ 0,00	R\$ 3,30	R\$ 3,30	R\$ 0,00	R\$ 329,59	R\$ 329,59	0,012%
6.6.13	1021	SINAPI	SINAPI-I	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	100	R\$ 0,00	R\$ 4,28	R\$ 0,00	R\$ 5,06	R\$ 5,06	R\$ 0,00	R\$ 505,61	R\$ 505,61	0,019%
6.6.14	4221	SINAPI	SINAPI-I	OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500	L	1000	R\$ 0,00	R\$ 5,96	R\$ 0,00	R\$ 7,04	R\$ 7,04	R\$ 0,00	R\$ 7.040,72	R\$ 7.040,72	0,260%
6.7	VEÍCULO											R\$ 0,00	R\$ 31.567,58	R\$ 31.567,58	1,167%
6.7.1	MAN_PR_077	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHP DIURNO	CHP	264	R\$ 0,00	R\$ 52,29	R\$ 0,00	R\$ 61,77	R\$ 61,77	R\$ 0,00	R\$ 16.307,73	R\$ 16.307,73	0,603%
6.7.2	MAN_PR_078	PRÓPRIO	COMPOSIÇÕES	CAMINHONETE CABINE SIMPLES COM MOTOR 1.6 FLEX, CÂMBIO MANUAL, POTÊNCIA 101/104 CV, 2 PORTAS - CHI DIURNO	CHI	1848	R\$ 0,00	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 8,26	R\$ 8,26	R\$ 0,00	R\$ 15.259,85	R\$ 15.259,85	0,564%
6.8	ELEVADORES											R\$ 0,00	R\$ 18.306,55	R\$ 18.306,55	0,677%
6.8.1	MAN_ELE_001	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CONTATOS DE PORTAS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 80,00	R\$ 0,00	R\$ 94,51	R\$ 94,51	R\$ 0,00	R\$ 189,01	R\$ 189,01	0,007%
6.8.2	MAN_ELE_002	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CORREIAS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 239,60	R\$ 0,00	R\$ 283,05	R\$ 283,05	R\$ 0,00	R\$ 566,09	R\$ 566,09	0,021%
6.8.3	MAN_ELE_003	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	FECHOS ELETROMECÂNICOS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 720,00	R\$ 0,00	R\$ 850,56	R\$ 850,56	R\$ 0,00	R\$ 1.701,11	R\$ 1.701,11	0,063%
6.8.4	MAN_ELE_004	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	SUSPENSÕES DE PORTA	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 151,45	R\$ 0,00	R\$ 178,91	R\$ 178,91	R\$ 0,00	R\$ 357,82	R\$ 357,82	0,013%
6.8.5	MAN_ELE_005	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CONTATORES	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 406,90	R\$ 0,00	R\$ 480,68	R\$ 480,68	R\$ 0,00	R\$ 961,37	R\$ 961,37	0,036%
6.8.6	MAN_ELE_006	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	ROLDANAS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 70,98	R\$ 0,00	R\$ 83,85	R\$ 83,85	R\$ 0,00	R\$ 167,70	R\$ 167,70	0,006%
6.8.7	MAN_ELE_007	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CHAVE ARTICULADA	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 90,65	R\$ 0,00	R\$ 107,09	R\$ 107,09	R\$ 0,00	R\$ 214,18	R\$ 214,18	0,008%
6.8.8	MAN_ELE_008	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	BUCHAS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 48,30	R\$ 0,00	R\$ 57,06	R\$ 57,06	R\$ 0,00	R\$ 114,12	R\$ 114,12	0,004%
6.8.9	MAN_ELE_009	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CORREDIÇA	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 7,82	R\$ 0,00	R\$ 9,24	R\$ 9,24	R\$ 0,00	R\$ 18,48	R\$ 18,48	0,001%
6.8.10	MAN_ELE_010	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	ÓLEO LUBRIFICANTE	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 22,08	R\$ 0,00	R\$ 26,09	R\$ 26,09	R\$ 0,00	R\$ 52,18	R\$ 52,18	0,002%
6.8.11	MAN_ELE_011	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	SENSORES ELETRÔNICOS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 423,06	R\$ 0,00	R\$ 499,77	R\$ 499,77	R\$ 0,00	R\$ 999,55	R\$ 999,55	0,037%
6.8.12	MAN_ELE_012	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	AMORTECEDOR	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 797,40	R\$ 797,40	R\$ 0,00	R\$ 1.594,79	R\$ 1.594,79	0,059%
6.8.13	MAN_ELE_013	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	LAMPADAS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 11,93	R\$ 0,00	R\$ 14,09	R\$ 14,09	R\$ 0,00	R\$ 28,19	R\$ 28,19	0,001%
6.8.14	MAN_ELE_014	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	ACRILICOS	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 39,70	R\$ 0,00	R\$ 46,90	R\$ 46,90	R\$ 0,00	R\$ 93,80	R\$ 93,80	0,003%
6.8.15	MAN_ELE_015	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	MOTOR DE OPERADOR DE PORTA	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 3.657,00	R\$ 0,00	R\$ 4.320,12	R\$ 4.320,12	R\$ 0,00	R\$ 8.640,24	R\$ 8.640,24	0,320%
6.8.16	MAN_ELE_016	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	ROLDANA COM ROLAMENTO	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 138,84	R\$ 0,00	R\$ 164,02	R\$ 164,02	R\$ 0,00	R\$ 328,03	R\$ 328,03	0,012%
6.8.17	MAN_ELE_017	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	BOTÕES	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 89,30	R\$ 0,00	R\$ 105,49	R\$ 105,49	R\$ 0,00	R\$ 210,99	R\$ 210,99	0,008%
6.8.18	MAN_ELE_018	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	PAINÉIS INDICADORES	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 460,00	R\$ 0,00	R\$ 543,41	R\$ 543,41	R\$ 0,00	R\$ 1.086,82	R\$ 1.086,82	0,040%
6.8.19	MAN_ELE_019	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	CHAVE FIM DE CURSO	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 45,67	R\$ 0,00	R\$ 53,95	R\$ 53,95	R\$ 0,00	R\$ 107,90	R\$ 107,90	0,004%
6.8.20	MAN_ELE_020	PRÓPRIO	12 A COT-MERCADO - ELEVADOR	VENTILADORES	UN	2,0000	R\$ 0,00	R\$ 370,00	R\$ 0,00	R\$ 437,09	R\$ 437,09	R\$ 0,00	R\$ 874,18	R\$ 874,18	0,032%
6.9	TANQUE DE MERGULHO											R\$ 0,00	R\$ 12.994,62	R\$ 12.994,62	0,481%
6.9.1	MERGULHO_01	PRÓPRIO	COTA-MERCADO	MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE TANQUE DE MERGULHO E TREINAMENTO	UN	1	R\$ 0,00	R\$ 11.000,00	R\$ 0,00	R\$ 12.994,62	R\$ 12.994,62	R\$ 0,00	R\$ 12.994,62	R\$ 12.994,62	0,481%


TOTAIS	R\$ 1.328.346,31	R\$ 1.369.854,91	R\$ 2.703.871,60
49,13%	50,66%		
Total sem BDI	R\$	2.123.985,11	
Total do BDI	R\$	579.886,49	
Total Geral	R\$	2.703.871,60	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE
EDIFICAÇÕESGTED/SR/PF/MS

1 - SUPERVISÃO TÉCNICA -
PLANILHA DE CUSTOS

R\$ 330.089,03

SUMÁRIO



ENGENHEIRO CIVIL - SR/PF/MS

R\$ 251.688,17

R\$ 330.089,03

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MISP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/MS

Processo nº 08385.002737/2021-34

Pregão Eletrônico nº

Dia ____/____/2023 às ____:____ horas

I - Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	CAMPO GRANDE/MS
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	CREA/MS
D	Nº de meses de execução contratual	12

II - Identificação do Serviço

Tipo de Serviço	Quantidade
Engenheiro Civil	1

Mão-de-obra

Mão-de-obra vinculada à execução contratual

Dados complementares para composição dos custos referente à mão-de-obra

1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)	Continuado
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)	2143-05
3	Salário Normativo da Categoria Profissional (jornada de 40 horas por semana)	R\$ 10.302,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	ENGENHEIRO CIVIL
5	Data base da categoria (dia/mês/ano)	PISO NACIONAL CREA

Módulo 1 - Composição da Remuneração

	Composição da Remuneração	%	Valor (R\$)
A	Salário Base - jornada de 176h/mês		R\$ 10.302,00
B	Adicional de periculosidade	30%	R\$ 3.090,60
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado		
G	Outros (especificar)		
	Total da Remuneração		R\$ 13.392,60

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

		%	Valor (R\$)
A	13 º Salário	8,33%	R\$ 1.116,05
B	Férias e Adicional de Férias	12,1%	R\$ 1.623,18
B1	Férias (Substituto na cobertura de Férias)	9,09%	R\$ 1.217,39
B2	Adicional de Férias	3,03%	R\$ 405,84
	Subtotal		R\$ 2.739,23
C	Incidência do Submódulo 2.2 sobre 13º Salário	16,80%	R\$ 460,19
	Total	49,37%	R\$ 3.199,42

2.2 GPS, FGTS e outras contribuições

		%	Valor (R\$)
A	INSS	0,00%	R\$ 0,00
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 334,82
C	SAT - Seguro acidente do trabalho - SAT/RAT X FAP	3,00%	R\$ 401,78
D	SESI ou SESC	1,50%	R\$ 200,89
E	SENAI ou SENAC	1,00%	R\$ 133,93
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 80,36
G	INCRA	0,20%	R\$ 26,79
H	FGTS	8,00%	R\$ 1.071,41
I	SECONCI	0,00%	R\$ 0,00
	TOTAL	16,80%	R\$ 2.249,96

2.3 Benefícios Mensais e Diários

			Valor (R\$)
A	Transporte (- desc.6% s/sal.) - 4 dias trabalhados/mês a = valor da passagem do transp. coletivo no município da prest. do serviço b = quantidade de passagens por dia por empregado		R\$ 0,00
B	Auxílio-Refeição/Alimentação		R\$ 664,00
	Valor do Auxílio Refeição/Alimentação (conforme CCT vigente da categoria)	R\$ 0,00	
	Valor Unitário de Vale Refeição/Alimentação (carga horária 220h mensais)	R\$ 0,00	
	Carga horária do profissional para esta contratação (h)	220	
	Quantidade dias úteis trabalhados (média mensal)	21	
D	Seguro de vida (cooparticipativo)		R\$ 0,00
E	Abono Natalino		R\$ 55,33
	TOTAL		R\$ 719,33

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários


		%	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	49,37%	R\$ 3.199,42
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	16,80%	R\$ 2.249,96
2.3	Benefícios Mensais e Diários	5,37%	R\$ 719,33
	Total		R\$ 6.168,72

Módulo 3 - Provisão para Rescisão


A	Aviso prévio indenizado	0,42%	R\$ 55,80
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03%	R\$ 4,46
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado (5,55% STF - fls 187/199 volume IV)	3,61%	R\$ 582,37
D	Aviso prévio trabalhado	1,94%	R\$ 260,41

26/03/2025 21:16:24

1

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MISP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS		1 - SUPERVISÃO TÉCNICA - PLANILHA DE CUSTOS		R\$ 330.089,03	SUMÁRIO
		ENGENHEIRO CIVIL - SR/PF/MS		R\$ 251.688,17	R\$ 330.089,03
E	Incidência do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,33%		R\$ 0,85	
F	Multa do FGTS e contribuição social s/ aviso prévio trabalhado	0,0062%		R\$ 1,00	
Total				R\$ 904,91	
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente					
4.1	Substituto nas Ausências Legais	%	Valor (R\$)		
A	Substituto na cobertura de Férias	8,33%	R\$ 266,62		
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,28%	R\$ 44,81		
C	Substituto na cobertura de Licença paternidade	0,02%	R\$ 3,23		
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,03%	R\$ 4,84		
E	Substituto na cobertura de Afastamento maternidade	0,03%	R\$ 4,84		
F	Substituto na cobertura de Outras ausências (especificar)	0,00%	R\$ 0,00		
G	Subtotal		R\$ 324,33		
Incidência do Submódulo 2.2 - Encargos			R\$ 54,49		
Total			R\$ 378,82		
4.2	Intrajornada	%	Valor (R\$)		
A	Intervalo para repouso ou alimentação		Não se aplica		
Total					
Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				Valor (R\$)	
4.1	Ausências Legais		R\$ 378,82		
4.2	Intrajornada		Não se aplica		
Total			R\$ 378,82		
Módulo 5 - Insumos Diversos					
5	Insumos Diversos (valores mensais por emprego)	%	Valor (R\$)		
A	Uniformes e EPIs		140,23		
B	Materiais				
C	Ferramental		2,29		
Subtotal (A+B+C)			142,52		
Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro					
6	BDI	%	Valor (R\$)		
A	BDI conforme cálculo do Anexo	31,15%	6.494,01		
B	BDI conforme cálculo do Anexo	18,13%	25,84		
Total			6.519,85		
2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO					
Mão-de-obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)			(R\$)		
A	Módulo 1 – Composição da Remuneração	13.392,60			
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	6.168,72			
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	904,91			
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	378,82			
Subtotal (A + B +C+ D)		20.845,05			
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	142,52			
Subtotal (E)		142,52			
F	Módulo 6 – Custos indiretos, tributos e lucro	6.519,85			
Subtotal (F)		6.519,85			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO		27.507,42			
3. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					
Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto por Emprego (B)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (DxE)		
Engenheiro Eletricista CBO 2143-05	R\$ 27.507,42	1	R\$ 27.507,42		
4. QUADRO DEMONSTRATIVO DO VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					
	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)			
A	Valor proposto por unidade de medida *	27.507,42			
B	Valor mensal do serviço	27.507,42			
C	Valor global da proposta (Valor mensal do serviço multiplicado por 12 (doze), número de meses do contrato).	330.089,03			

NOTAS	
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	
A	1/12meses = 0,0833 = 8,33%; Cotação de 8,33% sobre o valor do Módulo 1 - Composição da remuneração, conforme Anexo XII da IN 5/17
B (B1 e B2)	Cotação de Férias (B1) e Adicional de Férias (B2) do profissional titular, conforme item 14 do ANEXO XII da IN 5/17. Estamos tratando aqui das férias e 1/3 adicional de férias do empregado titular. Não confundir com a provisão do empregado substituto na cobertura de férias. Como a alíquota de 12,1% é obtida pela soma das férias de 9,09% (1/11 =0,090 = 9,09%) e do adicional de férias de 3,025% ((1/3)/11 = 0,030 = 3,03%), sendo que o valor de férias ocorre somente no primeiro ano de contrato, assim, em caso de prorrogação contratual este quesito será reduzido a alíquota de 3,025%.
Submódulo 2.1 - GPS, FGTS e outras contribuições	
A	INSS = 0%. Fundamentação: art. 22, inciso I da Lei nº 8.212/91.
B	Salário Educação = 2,5%. Fundamentação: art. 3º, inciso I, do Decreto nº 87.043/82.
C	SAT (RAT x FAP)= 1%, 2% ou 3% x FAP. Fundamentação: art. 22, inciso II, alíneas "b" e "c", da Lei nº 8.212/91. A definição de risco leve, médio ou grave, ficou a critério do Anexo V do Decreto nº 3048/99(link is external) que determina o grau de risco do estabelecimento de acordo com sua atividade (pelo CNAE(link is external)) preponderante (com maior número de empregados). CNAE 78.20-5-00(link is external) - Locação de mão-de-obra temporária = 3%
D	SESC = 1,5%. Fundamentação: art. 30 da Lei nº 8.036/90 e art. 1º da Lei nº 8.154/90.
E	SENAC = 1%. Fundamentação: Decreto-Lei nº 2.318/86
F	SEBRAE = 0,6%. Fundamentação: Lei nº 8.029/90, alterada pela Lei nº 8.154/90.
G	INCRA = 0,2%. Fundamentação: art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 1.146/70.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MISP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS		1 - SUPERVISÃO TÉCNICA - PLANILHA DE CUSTOS	R\$ 330.089,03	SUMÁRIO
 ENGENHEIRO CIVIL - SR/PF/MS		RS	251.688,17	
			R\$ 330.089,03	
H	FGTS = 8%. Fundamentação: art. 15 da Lei nº 8.036/90 e art. 7º, inciso III, da Constituição Federal de 1988.			
Módulo 3 - Provisão para Rescisão				
A	Aviso prévio indenizado: Custa 30 (trinta) dias de trabalho. Ele é calculado considerando a probabilidade de acontecer mediante base estatística, normalmente pesquisando-se a RAIS para o serviço, entretanto essa estatística é oriunda de estudo do STF (fls. 187/199 – volume IV), que aponta 5,55% de empregados demitidos não trabalham durante o aviso prévio, citado no Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário(link is external). Fundamentação: art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal e art. 487 da CLT e Acórdão TCU nº 1904/2007 Plenário. 1 salário integral x (1 mês não trabalhado / 12 meses) x 5,55% estatística = 0,46% Onde: 5,55% = percentual de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, de acordo com estudo do STF (fls. 187/199 - volume IV)			
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado: Não existe contribuição previdenciária sobre verbas não salariais (indenizatórias). Portanto, tratando-se de aviso prévio indenizado, só restou a incidência do FGTS. 8% FGTS x 0,46% = 0,04%			
C	Acórdão 1904/07 TCU Plenário e Acórdão de Relação 522/2019 - TCU Plenário: O item 'Aviso-Prévio Indenizado' (inciso XXI do art. 7º da Constituição Federal e art. 487 da CLT), o empregado não trabalha por mais 30 dias e é instantaneamente desvinculado do empregador. Assim, o funcionário tem direito a receber uma indenização e a contratada tem de arcar com esse ônus. (Remuneração + 13º salário + Férias + Adicional de férias) x 50% multa x 8% Fgts x 0,9 = (1 Remuneração + 0,0833 13º Salário + 0,0833 Férias + 0,0278 Adic.Férias) x 0,4 Multa x 0,08 FGTS x0,0555 = 1,94% 1,94% x 50% de ponderação = 0,11% 5,55% = percentual de empregados demitidos que não trabalham durante o aviso prévio, de acordo com estudo do STF (fls. 187/199 - volume IV)			
D	Aviso prévio trabalhado: Custa 7 (sete) dias de trabalho. O empregado recebe o salário integral e tem direito a 7 (sete) dias de licença para procurar emprego. O que se provisiona aqui não é o valor dos 30 (trinta) dias do aviso prévio porque este já está dentro da remuneração normal contida na planilha, mas o valor do custo dos 7 (sete) dias que deverá ser coberto por outro empregado. Base de cálculo: Módulo 1 + Módulo 2 + 13º + Adicional de Férias. Fundamentação: art. 7º, inciso XXI, da Constituição Federal e parágrafo único do art. 488 da CLT. Índice: [(1 remuneração integral / 30 dias) x 7 dias] / 12 meses = 1,94%			
E	Total dos encargos do submódulo 2.2 multiplicado pelo custo de referência do Aviso Prévio Trabalhado composto por: Módulo 1 + Módulo 2 + 13º + Adicional de Férias.			
F	Corresponde ao valor da multa do FGTS indenizado (40%) + contribuição social s/FGTS (10%), que incide sobre a alíquota do FGTS (8%) aplicado sobre salário, férias e 13º salário. O Anexo II da IN SEGES 5/2017 diz que deve ser retido 5% pra fins de multa do FGTS (trabalhado+indenizado) para a conta vinculada. Não se sabe a fórmula usada. Como a multa do FGTS voltou para 40% (foi retirado os 10% em janeiro/2020 que somava 50%) então, o COMPRASNET divulgou nota de que esse índice passou para 4%, mas novamente não divulgou a memória de cálculo (fórmula) e nem alteraram a IN ainda que manda reter 5%: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/noticias/1238-extincao-contribuicao-social-sobre-o-fgts Pois bem, o que se sabia era o seguinte, que segundo a pesquisa RAIS, o empregado permanece mais ou menos 3 anos no emprego, dependendo do serviço pesquisado. Então, ao longo de 60 meses (prazo máximo que o contrato pode ser prorrogado) metade dos empregados já receberam aviso-prévio indenizado, daí fazemos a provisão com essa ponderação de 50% como ensinado na planilha do Comprasnet. No manual do Comprasnet diz-se que 10% (dez por cento) dos empregados pedem demissão, portanto eles não tem direito à multa nem ao saque do FGTS e daí a fórmula da provisão deve recair sobre os 90% (0,9) que recebem. (Remuneração + 13º salário + Férias + Adicional de férias) x 50% multa x 8% Fgts x 0,9 = (1 Remuneração + 0,0833 13º Salário + 0,0833 Férias + 0,0278 Adic.Férias) x 0,4 Multa x 0,08 FGTS x0,9 = 3,44% 3,44% x 50% de ponderação = 1,72%			
Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente				
4.1 - Substituto nas Ausências Legais				
A	1 salário x (1/12) = 0,0833 = 8,33%. Todavia, observe que apenas no primeiro ano do contrato o empregado tem que trabalhar 12 meses pra gozar férias. Incidência de alíquota de 13,3% (treze vírgula três por cento) como encargo de férias, quando, em princípio, o correto seria 11,11% (onze vírgula onze por cento), correspondente a 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) mais 2,78% (dois vírgula setenta e oito por cento), considerando o afastamento de trinta dias a cada período de doze meses mais o abono de férias de um terço da remuneração (achado II.16);			
B	Faltas abonadas por lei, 2 dias em caso de morte do cônjuge, ascendente ou descendente; 1 dia para registro de nascimento de filho; 3 dias para casamento; 1 dia para doação de sangue; 2 dias para alistamento eleitoral; e 1 dia para exigências do serviço militar; entre outros. (1 dia/30 dias) x (1/12 meses) = 0,0028 = 0,28%. Fundamentação: art. 473 da CLT(link is external) e Acórdão TCU 6771/2009.			
C	Custo de ausência do trabalhador pelo período de cinco dias. Criada pela CF, art. 7º inciso XIX, combinado com o art. 10, §1º, ADCT. De acordo com o IBGE, nascem filhos de 1,5% dos trabalhadores no período de um ano (Acórdão TCU n. 3.006/2001 – Plenário). Dessa forma a provisão para este item corresponde a: Cálculo: ((5/30) /12) x 0,015 x 100 = 0,02%			
D	O Regulamento Geral da Previdência obriga o empregador a assumir o ônus financeiro pelo prazo de 15 dias no caso de acidente de trabalho previsto no art. 131 da CLT. De acordo com os números mais recentes apresentados pelo Ministério da Previdência de Assistência Social, baseados em informações prestadas pelos empregadores, por meio da GFIP, 0,78% dos empregados se acidentam no ano. Assim a provisão corresponde a: Cálculo: ((15/30)/12) x 0,0078 x 100 = 0,03%.			
E	Afastamento de 120 dias sem prejuízo da remuneração. Criada pelo art. 7º, inciso XVIII, da CF. Regulado pela Lei n. 8.213/1991, art. 72. O salário é custeado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS. Cabe à empresa a Contribuição Patronal, o FGTS e as provisões relativas a 13º Salário. A Lei n. 11.770/2008 preconiza a prorrogação por 60 dias. Nesse caso, a empresa paga o salário-maternidade e compensa no pagamento do Imposto de Renda, não sendo necessário o desembolso pelo órgão. (Estudo CNJ – Resolução 098/2009). De acordo com dados estatísticos do IBGE, a taxa de natalidade brasileira é de 1,44%. Estima-se que 10% das empregadas engravidam em cada ano de execução contratual. Considerando-se o custo de encargos como sendo 45,09% da remuneração (CPP 20,00% + SAT 4,00% + 13º Salário 9,09% + FGTS 8,00% + Multa Rescisória 4,00%) e que a licença-maternidade dure 6 meses, a provisão para este item corresponde a: Cálculo: (0,0144 x 0,1 + 0,4509 x 6/12) = 0,03%.			
G	Aplica-se o percentual (%) do submódulo 2.2 – Encargos previdenciários e FGTS sobre o valor encontrado para o Custo de Reposição do Profissional Ausente.			

[illegible]

2.A CCT - SINDUSCON/MS

Item	Funções na CCT	Remuneração	Cargo na Manutenção Predial	CBO
1	Auxiliar de serviços Gerais	R\$ 1.412,00	Auxiliar de Almoxarifado, Estoquista, Armazenista	4141-05 4141-10 4141-25
2	Auxiliar de escritório	R\$ 1.514,00		
3	Servente e vigia	R\$ 1.514,00	Auxiliar de Manutenção Predial, Auxiliar de Manutenção de Edificações, Auxiliar de Manutenção de Equipamentos	5143-10
4	Meio Oficial	R\$ 1.641,00	Meio Oficial de Manutenção	5143-25
5	Oficial	R\$ 2.028,00	Oficial de Manutenção, Oficial de Manutenção Eletricista, Oficial de Manutenção Pedreiro, Oficial de Manutenção de Refrigeração	5143-25
6	Apontador	R\$ 1.989,00		
7	Motorista	R\$ 2.028,00		
8	Almoxarife	R\$ 2.089,00	Auxiliar de Almoxarifado, Estoquista, Armazenista	4141-05 4141-10 4141-25
9	Encarregado de obra e Depto. Pessoal	R\$ 2.334,00		
10	Mestre de Obra	R\$ 3.123,00		

	dia	mês
Vale Transporte	R\$ 5,00	R\$ 110,00
Auxílio Alimentação	R\$ 13,00	R\$ 286,00
Prêmio por Assiduidade		R\$ 180,00
Café da Manhã	R\$ 9,00	R\$ 198,00
TOTAL ALIMENTAÇÃO		R\$ 664,00

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM		
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: CAMPO GRANDE/MS		
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)	
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	Observações:	
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.	
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%		
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.								
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.								
ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme inciso IV, Art. 4º, Lei Complementar nº 40/2001.								

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL										
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL							Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.							Município Aplicável: CORUMBA/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%		
		1º Quartil	Médio	3º Quartil						
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$			
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%				
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%				
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)			
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	Observações:			
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.			
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%				
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%				
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%				
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.										
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.										
ISS serviço de Manutenção predial - 3%, conforme item 7.05 do anexo I da Lei Complementar nº 677/2007.										

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL						
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL					Desonerado: SIM	

Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: PONTA PORÃ/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%			Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.		
6	Impostos (I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%			
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%			
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.									
ISS serviço de Manutenção predial - 3%, conforme item 7.05 da tabela I do anexo A da Lei 7.303/97-CTML									

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: DOURADOS/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%			Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		
5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.		
6	Impostos (I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%			
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%			
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%			
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.									
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.									
ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme item 15 da tabela I da Lei 6857/01									

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL									
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL						Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.						Município Aplicável: NAVIRAI/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%	
		1º Quartil	Médio	3º Quartil					
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$		
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%			
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Observações:		

5	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%	
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%	
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%	
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.							
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.							
ISS serviço de Manutenção predial - 5%, conforme § 4º do Art. 11 da Lei Complementar Nº 17/2006.							


Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL								
Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL					Desonerado: SIM			
Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.					Município Aplicável: TRÊS LAGOAS/MS			
Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem justificativa			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	31,15%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	0,80%	1,00%	Garantia + Seguro (G+S)	0,80%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$	
2	Risco (R)	0,97%	1,27%	1,27%	Risco (R)	0,97%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,59%	1,23%	1,39%	Despesas financeiras (Df)	1,23%		
4	Administração Central (Ac)	3,00%	4,00%	5,50%	Administração Central (Ac)	3,00%	Limites = 20,34% a 25,00% (não desonerado)	
Observações:								
	Lucro (L)	6,16%	7,40%	8,96%	Lucro (L)	7,40%	i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios.	
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	13,15%		
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	5,00%	ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	4,50%			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%		
Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.								
A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.								
ISS serviço de Manutenção predial - 4%, conforme item 7.05 da tabel anexo I da Lei Complementar nº 147/12.								

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MJSP - POLÍCIA FEDERAL

O TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES

GTED/SR/PF/MS



8. COMPOSIÇÃO DE BDI - FORNECIMENTO DE

MATERIAIS - SR/PF/MS, DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS,

DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS

SUMÁRIO

Proponente: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL

Tipo de Obra: MANUTENÇÃO PREDIAL

Empreendimento: MANUTENÇÃO PREDIAL DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SR/PF/MS, BEM COMO NAS SUAS UNIDADES SUBORDINADAS DPF/CRA/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NVI/MS, DPF/PPA/MS E DPF/TLS/MS.

Município Aplicável: CAMPO GRANDE/MS, CORUMBÁ/MS, DOURADOS/MS, NAVIRAÍ/MS, PONTA PORÃ/MS, TRÊS LAGOAS/MS

Composição do BDI sugerida		Intervalos admissíveis sem just			Composição de BDI Adotada		BDI Proposto	18,13%
		1º Quartil	Médio	3º Quartil				
1	Garantia + Seguro (G+S)	0,30%	0,48%	0,82%	Garantia + Seguro (G+S)	0,30%	$BDI = \left(\left(\frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} \right) - 1 \right) \times 100$ <div>Limites = 11,10% a 16,80%</div>	
2	Risco (R)	0,56%	0,85%	0,89%	Risco (R)	0,56%		
3	Despesas financeiras (Df)	0,85%	0,85%	1,11%	Despesas financeiras (Df)	0,85%		
4	Administração Central (Ac)	1,50%	3,45%	4,49%	Administração Central (Ac)	1,50%		
5	Lucro (L)	3,50%	5,11%	6,22%	Lucro (L)	5,11%	Observações: i) Composição do BDI, intervalos admissíveis e fórmula de cálculo nos termos do Acórdão 2622/2013 do TCU. Foi considerado, por similaridade, o item construção de edifícios. ii) Tributos adotados = PIS+COFINS+ISS	
6	Impostos(I)	Não aplicável			Impostos (I)	8,15%		
6.1	PIS	Não aplicável			PIS	0,65%		
6.2	COFINS	Não aplicável			COFINS	3,00%		
6.3	ISS	Não aplicável			ISS	0,00%		
6.4	CPRB - Lei 12.546/11	Não aplicável			CPRB - Lei 12.546/11	4,50%		

Declaro par os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração.

A empresa licitante deverá apresentar o BDI de acordo com seu regime de tributação e classificação.



13. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTIDADE DE EXTINTORES

SUMÁRIO

QUADRO DE EXTINTORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	CAPACIDADE EXTINTORA	QUANTIDADE							TOTAL (UND) (ATUAL 2024)	TOTAL (UND) 2027*	TOTAL
				SR/PF/MS	DPF/CRA/MS	DPF/DRS/MS	DPF/NVI/MS	DPF/PPA/MS (Atual 2024)	DPF/PPA/MS (2027*)	DPF/TLS/MS			
1	Extintor de incêndio com carga de gás carbônico CO2, Classe AB	4	KG	5-B:C							0	0	0 KG
2	Extintor de incêndio com carga de gás carbônico CO2, Classe AB	6	KG	5-B:C	30		9	2	20	7	48	66	288 KG
3	Extintor de incêndio com carga de gás carbônico CO2, Classe AB	10	KG	5-B:C	1						1	1	10 KG
4	Extintor de incêndio com carga de gás carbônico CO2, Classe AB	25	KG	10-B:C	2						2	2	50 KG
5	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, classe ABC	4	KG	2-A 20-B:C	51						51	51	204 KG
6	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, classe BC	4	KG	20-B:C		1	10	8		4	23	23	92 KG
7	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, classe ABC	6	KG	4-A 40-B:C	56			2			58	58	348 KG
8	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, Classe BC	6	KG	20-B:C		12	2	3	6		21	23	126 KG
9	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, Classe ABC	8	KG	4-A 40-B:C							0	0	0 KG
10	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, Classe BC	8	KG	30-B:C			2				2	2	16 KG
11	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, Classe ABC	12	KG	6-A 40-B:C	4						4	4	48 KG
12	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco PQS, Classe BC	12	KG	40-B:C		1					1	1	12 KG
13	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco, classe ABC	20	KG	10-A 40-B:C							0	0	0 KG
14	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco, classe BC	20	KG	80-B:C	1		1				2	2	40 KG
15	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco, classe ABC	50	KG	10-A 40-B:C							0	0	0 KG
16	Extintor de incêndio com carga de pó químico seco, classe BC	50	KG	80-B:C	1						1	1	50 KG
17	Extintor de espuma mecânica, Classe AB	10	L	2-A 10-B		5					5	5	50 L
18	Extintor de espuma mecânica, Classe AB	50	L	6-A 40-B	1						1	1	50 L
19	Extintor de água, Classe A	10	L	2-A	56	5	18	10	2	6	97	95	970 L
TOTAL				203	24	42	23	8	-	17	317	335	

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE						TOTAL (UND)	OBS
			SR/PF/MS	DPF/CRA/MS	DPF/DRS/MS	DPF/NVI/MS	DPF/PPA/MS	DPF/TLS/MS		
1	Mangueira de Incendio	UN	19	10	7				36	
2	Mangueira de Incendio (15M) com esguicho e conexões	UN					20		20	ABRIGO PARA HIDRANTE INTERNO, INCLUSIVE CAIXA EMBUTIR CHAPA FERRO N.º 14, DIMENSÕES 0.90 X 0.60 X 0.17 M, REGISTRO TIPO GLOBO 2 1/2", COM 02 MANGUEIRAS (15M) COM ESGUICHO E CONEXÕES.
2	Hidrante de Recalque	UN							0	
3	Bomba de incêncio	UN	3	1	1				5	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES
GTED/SR/PF/MS

14. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTIDADE DE GERADORES

SUMÁRIO

QUADRO DE GERADORES

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	POTÊNCIA (KVA)	TENSÃO (V)	QUANT.	UNIDADE	MOTOR	OBS
1	GERADOR A DIESEL	STEMAC	GRAMACO G2R	500/456	220	1	SR/PF/MS	SCANIA DC 1253A	CORRENTE 1200A, FREQUENCIA 60HZ, PESO 2620Kg
2	GERADOR A DIESEL	STEMAC	GRAMACO G2R	150/141	220	1	SR/PF/MS	MWM 6.10T	CORRENTE 371A, FREQUENCIA 60HZ, PESO 1270Kg
3	GERADOR A DIESEL	WEG	GTA	55/50	220	1	DPF/DRS/MS	PERK	corrente 132A, frequência 60HZ, Rotação 1800RPM, peso 840 kg, fabricada em março de 2004.
4	GERADOR A DIESEL	STEMAC	GRAMACO G2R	150/141	220	1	DPF/NVI/MS	MWM6.10T	CORRENTE 370A, FREQUENCIA 60HZ, PESO 2046Kg
5	GERADOR A DIESEL	-	-	300	220/127	1	DPF/PPA/MS	-	Será instalado para nova sede da DPF/PPA/MS (2027)



15. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTIDADE DE NOBREAK'S

SUMÁRIO

QUADRO DE NO-BREAKS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	POTÊNCIA (KVA)	QUANT.	QUANT. BATERIAS	CAPACIDADE DAS BATERIAIS (Ah)	UNIDADE	SALA
1	NOBREAK	HDS	UPS/NO-BREAK 60KVA HDS HI POWER	60	1	32	40	SR/PF/MS	DELEPAT - ANÁLISE (CICOR) SALA 12
2	NOBREAK	NHS	UPS/NO-BREAK 1,2KVA NHS PREMIUM PDV 1200	1,2	1	1	40	SR/PF/MS	GUARITA
3	NOBREAK	HDS	UPS/NO-BREAK 60KVA HDS HI POWER 60 ON-LINE DUPLA-CONVERSAO	60	1	32	40	SR/PF/MS	NUCART/CUSTÓDIA DE PROVAS
4	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 20KVA ENGETRON DWTT20A-PR	20	1	114	7	SR/PF/MS	NAD - SALA DE NO BREAK (1º ANDAR)
5	NOBREAK	CP ELETRONICA	UPS/NO-BREAK 15KVA CP ELETRONICA TETRA 1150 AND ON-LINE	15	1	16	40	SR/PF/MS	SALA DE NO BREAK (TÉRREO)
6	NOBREAK	CM COMANDOS	UPS/NO-BREAK 10KVA CM COMANDOS SOLUTION S1	10	1	16	40	SR/PF/MS	GISE
7	NOBREAK	SMS	UPS/NO-BREAK 5,0KVA SMS μSS5000 DI SINUS DOUBLE II	3,2	1	32	7	SR/PF/MS	GISE
8	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 20KVA ENGETRON DWTT20T2-PLUS18	20	1	114	7	SR/PF/MS	NTI - SALA NO BREAK (2º ANDAR)
9	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 40KVA ENGETRON DWTT40T2 A2 DOUBLE WAY	40	1	38	45	SR/PF/MS	SETEC - SALA NOBRACK (2º ANDAR)
10	NOBREAK	SMS	UPS/NO-BREAK 20KVA SMS μTF 20000THTHi SINUS TRIPH. DOUBLE II	20	1	16	40	DPF/CRA/MS	POSTO ESDRAS
11	NOBREAK	RAGTECH	PS/NO-BREAK 2,0KVA RAGTECH NEJ 2000 CBU-TI 4222	2	1	2	7	DPF/CRA/MS	DELEGACIA DE CORUMBA
12	NOBREAK	RAGTECH	UPS/NO-BREAK 1,4KVA RAGTECH NEW 1400STD-TI 4144	1,4	1	2	7	DPF/CRA/MS	DELEGACIA DE CORUMBA
13	NOBREAK		UPS/NO-BREAK 2,3KVA EQUISUL OFFICE 2300 PLUS	2,3	1	2	40	DPF/CRA/MS	DELEGACIA DE CORUMBA
14	NOBREAK	EQUISUL							
15	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 20KVA ENGETRON DWMM20 -E	20	1	16	40	DPF/CRA/MS	DELEGACIA DE CORUMBA
16	NOBREAK	KEOR	UPS/NO-BREAK 20KVA KEOR BR 20.00	20	1	40	7	DPF/DRS/MS	DRS - NUTEC
17	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 8,0KVA ENGETRON SEN 8.0	8	1	6	40	DPF/DRS/MS	No-Break Instalado Delegacia Dourados - Instalado Piso Superior
18	NOBREAK	352813	UPS/NO-BREAK 20KVA ENGETRON DWMM20-E	20	1	16	45	DPF/DRS/MS	No-Break Instalado Delegacia Dourados - Instalado Piso Superior
19	NOBREAK	KEOR	UPS/NO-BREAK 20KVA KEOR BR 20.00 c/ NET ADAPTER II	20	1	40	9	DPF/NVI/MS	Delegacia de Naviraí /MS
20	NOBREAK	BREAKLES	UPS/NO-BREAK 7,5KVA CP ELETRONICA BREAKLESS 1675	7,5	1	16	18	DPF/NVI/MS	Delegacia de Naviraí /MS

21	NOBREAK	RAGTECH	UPS/NO-BREAK 2,0KVA RAGTECH NEJ 2000 CBU-TI 4222	2	1	2	7	DPF/PPA/MS	(Servidor/ Delegacia) - Ponta Pora/MS)
22	NOBREAK	NHS	UPS/NO-BREAK 1,5KVA NHS PREMIUM PR 1500	1,5	1	2	40	DPF/PPA/MS	(Aeroporto- Delegacia) - Ponta Porã /MS.
23	NOBREAK	ENGETRON	UPS/NO-BREAK 20KVA ENGETRON DWMM20	20	1	16	40	DPF/PPA/MS	(Servidor/ Delegacia) - Ponta Pora/MS)
24	NOBREAK	EQUISUL	UPS/NO-BREAK 1,2KVA EQUISUL OFFICE 1200	1,2	1	1	40	DPF/PPA/MS	(Servidor/ Delegacia) - Ponta Pora/MS)
25	NOBREAK	MKS	UPS/NO-BREAK 10KVA MKS MS10000	10	1	16	7	DPF/PPA/MS	GISE/DPF/PPA/MS
26	NOBREAK	SMS	UPS/NO-BREAK 1,4KVA SMS μSM1400Bi EXPERT MANAGER NET4+	1,4	1	2	7	DPF/PPA/MS	GISE/DPF/PPA/MS
27	NOBREAK	SMS	UPS/NO-BREAK 2,2KVA SMS μPV 2200 POWER VISION NG	2,2	1	2	18	DPF/PPA/MS	(Servidor/ Delegacia) - Ponta Pora/MS)
28	NOBREAK		NO BREAK ON LINE DUPLA CONVERSÃO DE 60 KVA , MARCA REF. PHD ON LINE, MODELO EA 60 KVA, OU EQUIVALENTE TÉCNICO, TENSÃO DE ENTRADA TRIFÁSICA 380V ESTRELA (-45% +25%), TENSÃO DE SAÍDA TRIFÁSICA 380V ESTRELA, +/-1%	60	1	18	100	DPF/PPA/MS	Instalado apos a conclusão da construção da nova DPF/PPA/MS
29	NOBREAK	POWER SINUS	FONTE 02 TLS VM01	3,2	1	2	40	DPF/TLS/MS	SERVIDOR
30	NOBREAK	TS SHARA	TS SVAL 12	12	1	16	40	DPF/TLS/MS	SERVIDOR

<div><div><div><div><div><div></div></div><div><div>POLÍCIA</div></div></div><div><div><div><div></div></div><div><div>FEDERAL</div></div></div></div><div>SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL MJSP - POLÍCIA FEDERAL GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES GTED/SR/PF/MS</div></div></div></div>				16. RELATÓRIO - LEVANTAMENTO DE QUANTITATIVO PARA CLIMATIZAÇÃO						SUMÁRIO		
QUADRO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT E JANELA												
ITEM	DESCRIÇÃO	UND		QUANTIDADE						TOTAL		
				SR/PF/MS	DPF/CRA/MS	DPF/DRS/MS	DPF/NVI/MS	DPF/PPA/MS	DPF/TLS/MS			
1	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	9000		2	5		0		7		
2	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	12000	97	10	17	22	12	12	170		
3	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	18000	68	18	28	9	20	20	163		
4	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	24000	45	17	7	3	12	4	88		
5	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	30000	1	1			0		2		
6	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	36000	31		13	15	5	2	66		
7	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	48000		3					3		
8	Ar condicionado	SPLIT/PAREDE	60000							0		
9	Ar condicionado	JANELA	7000							0		
10	Ar condicionado	JANELA	7500							0		
11	Ar condicionado	JANELA	9000							0		
12	Ar condicionado	JANELA	10000							0		
13	Ar condicionado	JANELA	12000							0		
14	Ar condicionado	JANELA	18000							0		
16	Ar condicionado	JANELA	21000							0		
17	Ar condicionado	JANELA	24000							0		
18	Ar condicionado	SPLIT/TETO	12000							0		
19	Ar condicionado	SPLIT/TETO	18000							0		
20	Ar condicionado	SPLIT/TETO	30000							0		
21	Ar condicionado	SPLIT/TETO	60000							0		
22*	(Nova delegacia de DPF/PPA/MS, previsão de finalização em 2027)	SPLIT/HI-WALL (PAREDE)	12000					10		10		
			18000					4		4		
		SPLIT/PISO TETO	24000					12		12		
			36000					5		5		
			60000					1		1		
			18000					20		20		
		SPLIT/CASSETE (TETO)	24000					24		24		
			36000					6		6		
		TOTAL POR UNIDADE (ATUAL 2024)				242	51	70	49	49	38	499
		TOTAL POR UNIDADE (PREVISÃO FUTURO 2027*)				242	51	70	49	82	38	532



RELATÓRIO - QUANTIDADE DE ELEVADORES

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	CAPACIDADE	VELOCIDADE	PERCURSO	UNIDADE	OBSERVAÇÃO
1	Elevador de passageiros			850 kg		4 paradas	SR/PF/MS	Elevador privativo SR
2	Elevador de passageiros			850 kg		4 paradas	SR/PF/MS	Elevador coletivo
3	Plataforma PCD			275 kg	Até 6m/min	Desnível até 4m	DPF/DRS/MS	
4	Plataforma Automotiva	ALTOSUL	EL4500			2	DPF/DRS/MS	2 Motores eletricos WEG de 4 Hp
5	Elevador de passageiros	Elevador OTIS	serial LCB II	490 Kg		5 paradas	DPF/CRA/MS	Prédio atual do INSS, mudança a ser realizada em 2025*, 7 pessoas
6	Elevador de passageiros	Elevador OTIS	serial LCB II	490 Kg		5 paradas	DPF/CRA/MS	Prédio atual do INSS, mudança a ser realizada em 2025*, 7 pessoas
7	Plataforma Automotiva	WAKAMATSU	WKC 5000				SR/PF/MS	2 Motores eletricos de 3 CV
8	Plataforma Automotiva	WAKAMATSU	WKC 5000				SR/PF/MS	2 Motores eletricos de 4 CV
9	Plataforma Automotiva			340Kg		2,30m	DPF/PPA/PF	Compra futura apos a conclusão das obras da delegacia. Final de 2025
10	Plataforma Automotiva			340Kg		2,30m	DPF/PPA/PF	Compra futura apos a conclusão das obras da delegacia. Final de 2025



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES
GTED/SR/PF/MS

RELATÓRIO - QUANTIDADE DE PONTE ROLANTE, GRUAS, MONTA CARGA

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	CAPACIDADE	MOTOR 1	MOTOR 2	MOTOR 3	UNIDADE
1	Talha elétrica de corrente	TOPLIFT	TL04	3 ton	TL01	TL02	TL04	DPF/NVI/MS
2								



SUMÁRIO



RELATÓRIO - QUANTIDADE DE PLACAS SOLARES

SUMÁRIO

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	MODELO	POTÊNCIA (W)	QUANT. PLACAS	INVERSOR	AUTOTRANSFORMADOR	LOCALIDADE	OBS
1	MÓDULO CANADIAN CS3N-420	CANADIAN	CS3N-420	420	450	4 x INVERSOR EGT 50000 MAX, 50kW	300KVA	DPF/PPA/MS	Equipamento a ser intalado após a conclusão da nova sede da DPF/PPA/MS (previsão 2027)
2	PLACA SOLAR FOTOVOLTAICA, 550W, MONOCRISTALINA, CS6W - CANADIAN	CANADIAN		550	260	2 x INVERSOR 220V, 8MPPT, 75kW		DPF/DRS/MS	Em licitação.
3	PLACA SOLAR FOTOVOLTAICA 665W, MONOCIRSTALINA - MARCA: CANADIAN OU SIMILAR	CANADIAN		665	102	3X INVERSOR STRING TRIFÁSICO WEG SIW500H SK020 - 220V - 4 MPPTS/8		DPF/TLS/MS	Em funcionamento

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 1

RELATÓRIO ANUAL DE INSPEÇÃO DA SITUAÇÃO FÍSICA DA (unidade DPF/XXX/PR)

1. IDENTIFICAÇÃO DOS IMÓVEIS

imóvel 1	
Ocupação	
Endereço	
Lote	
Quadra	
Área do terreno	
Imóvel 2	
Ocupação	
Endereço	
Lote	
Quadra	
Área do terreno	
Imóvel N	
Ocupação	
Endereço	
Lote	
Quadra	
Área do terreno	

2. INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Inspeção da Situação Física das unidades da DPF/XXX/PR foi solicitado através do documento de formalização da demanda nº xxxxxxxxx, processo SEI xxxxxx.

Este trabalho caracteriza-se pela inspeção predial como um “Check-up” da edificação, tendo como escopo um diagnóstico geral sobre os imóveis, identificando as anomalias construtivas e falhas de manutenção – com a análise do risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio – que interferem e prejudicam a saúde e habitabilidade, frente ao desempenho dos sistemas construtivos e elementos vistoriados da edificação, especialmente a estrutura e instalações elétricas e hidrossanitários.

Neste contexto, a ANOMALIA representa a irregularidade relativa à construção e suas instalações, enquanto que a FALHA diz respeito à manutenção, operação e uso da casa prisional.

3. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

3.1. Data das Vistorias

Imóvel	Data realização das vistorias
--------	-------------------------------

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 2

Imóvel 1	De xx/11/2020 a xx/11/2020
Imóvel 2	De xx/11/2020 a xx/11/2020
Imóvel N	De xx/11/2020 a xx/11/2020

3.2. Responsável pelas vistorias

Responsável: [Nome do servidor, Matrícula, cargo, formação e nº CREA caso seja engenheiro]

3.3. Obras em andamento

Os imóveis não possuem obras em andamento.

4. METODOLOGIA

4.1. Critério Utilizado

- 4.1.0. A inspeção predial está baseada no “check-up” da edificação, que tem como resultado a análise técnica do fato ou da condição relativa à habitabilidade, mediante a verificação “in loco” de cada sistema construtivo, estando a mesma voltada para o enfoque da segurança e da manutenção predial, de acordo com as diretrizes da Norma de Inspeção Predial do IBAPE – 2009 e da Norma de Manutenção em Edificações - NBR 5674, da ABNT.
- 4.1.1. A inspeção procede ao diagnóstico das anomalias construtivas e falhas de manutenção que interferem e prejudicam o estado de utilização do prédio e suas instalações, tendo como objetivo verificar os aspectos de desempenho, vida útil, utilização e segurança que tenham interface direta com os usuários.
- 4.1.2. Nota: Não foram realizados testes, medições ou ensaios por ocasião das vistorias, consoante o nível de inspeção estabelecido como escopo para este trabalho.

4.2. Nível de Inspeção

- 4.2.0. Esta inspeção é classificada como “Inspeção de Nível 1”, representada por análise expedita dos fatos e sistemas construtivos vistoriados, com a identificação de suas anomalias e falhas aparentes.
- 4.2.1. Caracteriza-se pela verificação isolada ou combinada das condições técnicas de uso e de manutenção do sistema da edificação, de acordo com a Norma de Inspeção Predial do IBAPE, respeitado o nível de inspeção adotado, com a classificação das deficiências encontradas quanto ao grau de risco que representa em relação à segurança dos usuários, à habitabilidade e à conservação do patrimônio edificado.

4.3. Adequação ao uso

Para este documento a inspeção visual é classificada em três diferentes níveis, considerando o estado de conservação dos elementos:

- 4.3.0. RUIM (R) – é aquele elemento que teve sua funcionalidade ou desempenho comprometido em razão do seu estado de conservação, causando possíveis paralisações, aumento excessivo

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 3

de custo, comprometimento sensível de vida útil e desvalorização.

4.3.1. REGULAR (M) – é aquele que provoca a perda parcial de desempenho e funcionalidade da edificação, sem prejuízo à operação direta do elemento, deterioração precoce e desvalorização em níveis aceitáveis;

4.3.2. BOM (B) – é aquele causado por pequenas perdas de desempenho e funcionalidade, principalmente quanto à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos relativos aos impactos irrecuperáveis e parcialmente recuperáveis, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor do elemento.

4.4. Grau de Risco

Conforme a referida Norma de Inspeção Predial do IBAPE, as anomalias e falhas são classificadas em três diferentes graus de recuperação, considerando o impacto do risco oferecido aos usuários, ao meio ambiente e ao patrimônio:

4.4.0. GRAU DE RISCO CRÍTICO (RC) – IMPACTO IRRECUPERÁVEL – é aquele que provoca danos contra a saúde e segurança das pessoas e meio ambiente, com perda excessiva de desempenho e funcionalidade, causando possíveis paralisações, aumento excessivo de custo, comprometimento sensível de vida útil e desvalorização imobiliária acentuada.

4.4.1. GRAU DE RISCO REGULAR (RR) – IMPACTO PARCIALMENTE RECUPERÁVEL – é aquele que provoca a perda parcial de desempenho e funcionalidade da edificação, sem prejuízo à operação direta de sistemas, deterioração precoce e desvalorização em níveis aceitáveis.

4.4.2. GRAU DE RISCO MÍNIMO (RM)– IMPACTO RECUPERÁVEL – é aquele causado por pequenas perdas de desempenho e funcionalidade, principalmente quanto à estética ou atividade programável e planejada, sem incidência ou sem a probabilidade de ocorrência dos riscos relativos aos impactos irrecuperáveis e parcialmente recuperáveis, além de baixo ou nenhum comprometimento do valor imobiliário.

5. SISTEMAS CONSTRUTIVOS INSPECIONADOS:

5.1. Os seguintes sistemas construtivos dos imóveis foram inspecionados em seus elementos aparentes, considerando o acesso aos locais e a documentação fornecida:

5.1.0. Coberturas e Telhados

5.1.1. Estruturas e lajes de concreto;

5.1.2. Paredes;

5.1.3. Pisos;

5.1.4. Forros;

5.1.5. Portas e janelas;

5.1.6. Banheiros e copas;

5.1.7. Sistema de iluminação;

5.1.8. Quadros de luz;

5.1.9. Transformadores e geradores;

5.1.10. Sistemas de ar condicionado e exaustão;

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 4

- 5.1.11. Instalações hidráulicas e elétricas gerais;
 - 5.1.12. Instalações de combate a incêndios;
 - 5.1.13. Escadas;
 - 5.1.14. Reservatórios (água e incêndio);
 - 5.1.15. Sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 5.1.16. Elevadores;
 - 5.1.17. Sistemas de segurança patrimonial;
 - 5.1.18. Fachadas;
 - 5.1.19. Bases de equipamentos;
 - 5.1.20. Áreas externas;
 - 5.1.21. Outros considerados relevantes.
- 5.2. Os sistemas são relatados genericamente, seguindo-se a descrição e localização das anomalias e falhas detectadas, com a classificação do grau do estado atribuído a cada sistema: Bom (B), Regular (M) ou Ruim (R).

6. IMÓVEIS

6.1. Imóvel 1

6.1.0. Cobertura e Telhados:

Tipo: Ex.: Cobertura com laje impermeabilizada na varanda e telhas metálicas nas demais áreas de cobertura.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Fixação e vedação das telhas	Ex.: Regular	RC, RR ou RM	Ex.: Existem folhas com fixação comprometida. Necessita de reparos.
Estado geral das telhas		RC, RR ou RM	
Ocorrência de infiltrações	Ex.: Bom	RC, RR ou RM	Ex.: Não constatadas infiltrações
Condições de impermeabilização das lajes de coberturas		RC, RR ou RM	
Condições das calhas de escoamento	Ex.: Ruim	RC, RR ou RM	Ex.: Uma das calhas está apresentando vazamento culminando no acúmulo de água na laje.
Condições dos tubos condutores		RC, RR ou RM	
Condições das chapas (calhas, rufos e contrarufos)		RC, RR ou RM	
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.1. Estruturas e lajes de concreto:

Tipo: Ex.: Estruturas de concreto armado.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Ocorrência de fissuras			
Infiltrações			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 5

Ocorrência de infiltrações em lajes			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.2. Paredes:

Tipo: Ex.: Paredes externas em alvenaria e internas em divisória.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Ocorrência de fissuras			
Condições do reboco/emboço			
Ocorrência de infiltrações			
Pintura	Ex: Regular		Ex: Pintura interna em bom estado; Necessitando de pinturas externas; Adequar ao padrão de cores do DPF;
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.3. Pisos:

Tipo: Ex.: Piso cerâmico em toda a edificação com exceção dos banheiros que é de granito.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Trincas, danos e rejuntamento de placas do piso			
Fixação de placas de piso			
Conservação geral/desgastes			
Ocorrência de danos no carpete	Ex.: Regular		Ex.: Carpete está solto e desnivelado ao piso. Necessita de fixação.
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.4. Forros:

Tipo: Ex.: Forro de fibra mineral nos escritórios e circulações e de gesso nos banheiros e copas.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Trincas, danos e rejuntamento de placas do piso			
Fixação das placas ou peças			
Limpeza e conservação			
Danos no forro	Ex.: Bom		Ex.: Há necessidade de substituição de algumas peças.
Registro Fotográfico			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 6

Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.

6.1.5. Portas e Janelas:

Tipo: Ex.: Há portas de madeira para as divisórias, portas de alumínio tipo veneziana em copas e banheiros e portas de vidro de correr. A maior parte janelas é em alumínio com vidro fixo.

Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento			
Fixação			
Ferragens			
Vidros	Ex.: Regular	RC, RR ou RM	Ex.: Existem vidros trincados necessitando substituição
Pintura			
Venezianas			
Conservação geral			

Registro Fotográfico

Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.

6.1.6. Banheiros e Copas:

Tipo: Não aplicável.

Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Fixação das louças			
Rejuntamento dos azulejos			
Conservação geral			
Condições dos metais (torneiras, registros, sifões metálicos, etc)			
Fixação e conservação de ralos			
Condições de pisos			
Pinturas			

Registro Fotográfico

Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.

6.1.7. Sistema de Iluminação:

Tipo: Maior parte da iluminação com luminárias tipo calha de embutir com duas lâmpadas TL5 de 120cm. Nas copas e banheiros spots de embutir com lâmpadas fluorescentes E27.

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 7

Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento de luminárias e acessórios	Ex.: BOM		Ex.: Interessante considerar a substituição das luminárias fluorescentes por LED.
Funcionamento de interruptores			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.8. Quadros de luz:

Tipo: Ex.: Em caixa de metal com barramento.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento dos disjuntores	Ex.: BOM		Ex.: Interessante considerar a substituição das luminárias fluorescentes por LED.
Aterramento	Não verificado		
Limpeza e conservação			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.9. Transformadores e Geradores:

Tipo: Ex.: 1 grupo gerador de 200 KVA marca Heimer			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento	Ex.: Não verificado		Ex.: Necessário mão de obra especializada para teste.
Fixação	Ex.: Bom		
Aterramento	Ex.: Não verificado		Ex.: Necessário mão de obra especializada para teste.
Limpeza e conservação	Ex.: Bom		
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 8

6.1.10. Sistemas de ar condicionado e exaustão:

Tipo: Ex.: Tipo central com sistema VRF			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento			
Conservação geral/limpeza			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.11. Instalações hidráulicas e elétricas gerais:

Tipo: Ex.: Embutidas nas paredes e aparentes entre laje e forro (fibra mineral)			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Fixação			
Limpeza			
Vazamentos visuais			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.12. Instalações de combate a incêndios:

Tipo: Ex.: Por hidrantes, extintores e detectores de fumaça e incêndio			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Manutenção em extintores	Ex.: Bom		
Testes em tubulações e válvulas	-		Ex.: Não realizado. Necessário mão de obra especializada.
Testes em chuveiros automáticos	-		Ex.: Não realizado. Necessário mão de obra especializada.
Testes em detectores de fumaça	-		Ex.: Não realizado. Necessário mão de obra especializada.
Quadros	Ex.: Bom		Ex.: Apenas inspeção visual.
Hidrantes	Ex.: Bom		
Portas corta-fogo	-		Ex.: Não há
Registro Fotográfico			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 9

Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.

6.1.13. Escadas:

Tipo: Ex.: Escada de concreto com piso em granito			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Condição dos guarda-corpos			
Condição dos corrimões			
Degraus e fissuras/desgastes			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.14. Reservatórios (água e incêndio):

Tipo: Ex.: Reservatório em concreto armado (consumo) e de fibrocimento 10000L (reserva de Incêndio)			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Ocorrência de infiltrações			
Limpeza e conservação			
Fissuras			
Obstrução dos tubos de drenagem			
Funcionamento dos registros			
Vazamento em tubulações			
Tubulação de alimentação			
Condições de guarda corpos e de escadas de marinho			
Condições e fixação das tampas			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.15. Sistemas de drenagem de águas pluviais:

Tipo: Ex.: Drenagem por calhas metálicas, grelhas, ralos e tubos de PVC			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx		
	Pág. 10		

Condições das bocas de lobo			
Condição das grelhas e ralos			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.16. Elevadores:

Tipo: Ex.: 2 elevadores Otis com capacidade para 8 passageiros			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento			
Conservação e limpeza			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.17. Sistemas de segurança patrimonial:

Tipo: Ex.: Não há sistema de segurança patrimonial			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Funcionamento			
Conservação			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.18. Fachadas:

Tipo: Ex.: Fachada da Rua A com Alvenaria e alumínio composto. Fachada da Rua B com paredes de alvenaria.			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Condições do reboco/emboço			
Fissuras			
Infiltrações			
Pintura			
Fixação de aparelhos de ar condicionado			
Fixação de peças de acabamento			
Registro Fotográfico			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 11

Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.

6.1.19. Bases de equipamentos:

Tipo: Ex.: Em concreto armado para o gerador			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Fissura e rupturas			
Fixação dos equipamentos			
Conservação geral			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.20. Áreas externas:

Tipo: Ex.: Pátio com pavimento de blocos de concreto intertravado			
Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Condições da pavimentação			
Conservação das calçadas			
Condições de canaletas e sarjetas de drenagem			
Condições de tampas e pré-moldadas			
Fixação/conservação dos postes e luminárias			
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

6.1.21. Outros considerados relevantes:

Descrição	Adequação ao Uso	Grau de Risco	Observações
Registro Fotográfico			
Colocar fotos do elemento inspecionado com legenda.			

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA

MODELO DE RISF

Plano de Obras 20XX	Processo SEI nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx
	Pág. 12

6.2. Imóvel 2

Idem item 6.1.

6.3. Imóvel 3

Idem item 6.1.

6.4. Imóvel N

Idem item 6.1.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relatório de Inspeção as Situação Física constataram a necessidade de realização dos seguintes serviços:

7.1. Para o Imóvel 1

- a. Reforma A com prioridade 1;
- b. Reforma B com prioridade 2;
- c. Reforma C com prioridade 3.

7.2. Para o Imóvel 2

Conforme item 6.1.

7.3. Para o Imóvel N

Conforme item 6.1.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA GARANTIA ADICIONAL
(PARA PROPOSTAS INEXEQUÍVEIS)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

1. DECLARO ESTAR CIENTE QUE A PROPOSTA POR MIM ENCAMINHADA SUPERA O LIMITE DE 25% DE DESCONTO IMPOSTO PELA LEI 14.133/21 NO ART.59 § 4º QUE DIZ:

“No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.”

2. DECLARO ESTAR CIENTE DO DISPOSTO NO § 5º do Art 59 da lei 14.133 QUE DIZ:

“Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. “

3. DECLARO, DESTA FORMA, ESTAR CIENTE QUE A GARANTIA ADICIONAL SERÁ DE: (85% DO VALOR OFERTADO PELA ADMINISTRAÇÃO) - (VALOR DA PROPOSTA DO LICITANTE) = ADICIONAL DA GARANTIA, ALÉM DA GARANTIA JÁ EXIGIDA NO CONTRATO.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou RENÚNCIA

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

- Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do **Pregão/Concorrência Eletrônico(a) nº XX/2025**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em fornecer serviço deXX
Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos, que o integram, independentemente de transcrição.
- Declaramos estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido, e por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário habilitado da empresa declaramos:

DECLARAMOS:	Escolha
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter VISTORIADO presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa habilitado, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:	
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter RENUNCIADO à faculdade de realizar vistoria nos locais que fazem parte do objeto desta licitação:	

Empresa

CNPJ

Endereço

Telephone/Fax

E-mail

Responsável Técnico

(nome e registro no Conselho Profissional)

Foz do Iguaçu (PR), ____ de _____ de 20 ____.

Responsável Técnico da Empresa

PF

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DOS TERMOS DO EDITAL

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a):

1. (Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, que aceita integralmente os termos e condições da presente Licitação, bem como às disposições contidas na Lei Nº 14.133/21 e suas alterações.
2. DECLARA, ainda, ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Edital e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

Declaramos para fins de habilitação ao Processo Licitatório **n.º xxxx/2024– Pregão Eletrônico n.º xxxx/2024**, que não mantemos em nosso quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesesseis) anos executando qualquer trabalho, observando desta forma, o dispositivo constitucional consagrado no art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98, bem como o disposto no inciso VI do art 68 da Lei 14.133/21 c/c pela Lei nº 9.854/99.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº _____, sediada à rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação** no presente processo licitatório, estamos ciente da obrigatoriedade de declararmos ocorrências posteriores.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, declara que cumpre a legislação vigente referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados, conforme o disposto no artigo 93 da Lei 8.213/1991, e que atende às normas de acessibilidade.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, a **inexistência de conflito de interesses para sua habilitação e classificação**, com referência aos profissionais, pelo prazo de duração do contrato e após o seu término, conforme regulamentação específica e aplicável em sua área de atuação, e portanto, afirma não exercer atividades que conflitem com as atividades relativas aos serviços desta licitação.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELOS DADOS DAS PLANILHAS DE
QUANTITATIVOS (para e empresa vencedora)**

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

Declaro para os devidos fins, que eu..... (nome do profissional e qualificação profissional c/ nº do registro no CREA e CPF), representante da empresa(nome da empresa c/ CNPJ), sou autor da Planilha Orçamentária do Projeto.....(especificar o tipo de projeto) da obra.....(Ex: Construção da Sede da Delegacia de Polícia Federal em Cascavel / PR), e que os quantitativos e custos da referida planilha estão perfeitamente compatíveis com os quantitativos do projeto de arquitetura e/ou engenharia e os custos do SINAPI.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

(caso seja obrigatório no Termo de Referência)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado _____, Telefone: _____, vem por meio de seu representante legal abaixo identificado, demonstrar as seguintes condições:

ÍNDICES CÁLCULOS 1.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	LG= _____ = _____
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: _____ <u>Ativo Total</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	SG= _____ = _____
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: _____ <u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	LC= _____ = _____

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO E PESSOAL

(caso seja obrigatório no Termo de Referência)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

A (nome da empresa), inscrita no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal que esta subscreve, o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade n.º..... e do C.P.F. n.º, DECLARA, sob as penas da Lei, que **por ocasião da contratação, disporá das instalações, dos veículos, dos equipamentos e do pessoal adequado e suficiente** para a realização do objeto desta licitação.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE ESCRITÓRIO
NO MUNICÍPIO DA CONTRATAÇÃO**

(caso seja obrigatório no Termo de Referência)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

1. (Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, declaramos, sob as penalidades cabíveis, que num prazo máximo de 60 dias após assinatura do contrato com a Polícia Federal, instalará escritório administrativo na cidade de, que deverá ser comprovado por meio de documentação contábil do imóvel, local, sede ou sucursal, ou ainda visita do fiscal do contrato.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DA SUBCONTRATAÇÃO

(caso seja obrigatório no Termo de Referência)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

- Declaramos, sob as penalidades cabíveis, que num prazo máximo de XXX dias após assinatura do contrato com a Polícia Federal, apresentaremos cópia do contrato de manutenção preventiva/corretiva com reposição de peças que será firmado com as empresas especializadas no tipo dessa manutenção, bem como documentos e atestados que comprovem a habilitação e capacitação da empresa e dos profissionais autorizados e/ou especializados.

Item	Descrição	Local	Marca	Empresa	Contato
1	Sistema de XXXXXX				
2	Sistema XXXXXX				
3	Sistema de XXXXX				

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como o CEDENTE
, _____ ,
RG _____, CPF _____
_____, representante legal da
empresa _____
_____,
CNPJ _____, e, de
outro lado, como CESSIONÁRIOS e CONTRATANTE, **a Delegacia de
Polícia Federal em Foz do Iguaçu CNPJ 00.394.494/0077-34**, têm
justo e acordado o presente Contrato de Cessão de Uso dos Direitos de
Propriedade Intelectual, em caráter universal, total e definitivo, que se faz
por prazo indeterminado e gratuito, mediante as seguintes cláusulas e
condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Pelo presente Instrumento Particular de Cessão de Uso e na melhor forma de direito, o CEDENTE e AUTOR do PROJETO ou da solução cede aos CESSIONÁRIOS o direito de uso da propriedade intelectual da obra:

Projeto de XXXXXX
Processo SEI XXXXXX
ART XXXXXX
- 1.2. O CEDENTE declara, sob as penas da lei e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, que é o autor e proprietário da obra acima especificada, responsabilizando-se por qualquer dano que venha a causar aos CESSIONÁRIOS.
- 1.3. O CEDENTE responde integralmente pela originalidade do produto e/ou processo objeto bem como, pelos conceitos ideológicos e pessoais que envolvam terceiros ou de outra ordem neles contidos.
- 1.4. O CEDENTE declara não existir nenhuma proibição vinculada à divulgação da obra, produto ou processo objeto do PROJETO ou da solução, desonerando, também, o Departamento de Polícia Federal de todas e quaisquer responsabilidades oriundas da utilização do material por si ou de terceiros.
- 1.5. Fica garantido ao CEDENTE todos os direitos de propriedade intelectual relativos ao PROJETO ou da solução, podendo o CESSIONÁRIO ser co titular dos referidos direitos e, a qualquer momento alterar e disponibilizar para terceiro quando do interesse da Administração Pública

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA AUTORIZAÇÃO DO CEDENTE

- 2.1. Por força do presente instrumento, o CEDENTE autoriza os CESSIONÁRIOS:
- 2.2. Utilizar sua imagem, nome e voz, gratuitamente, em qualquer tipo de divulgação e obra de criação intelectual de autoria do Departamento de Polícia Federal produzida a qualquer tempo, em qualquer suporte, sem limite de quantidade, que poderá ser veiculada em qualquer veículo no todo ou em parte, dentro e fora do país, inclusive para efeitos publicitários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

- 3.1. O CEDENTE assume toda e qualquer responsabilidade pela originalidade da criação do objeto do presente instrumento, e se obriga a responder civil e penalmente por qualquer reclamação à autoria desta obra.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. A cessão de direitos autorais objeto do presente Contrato tem vigência por prazo indeterminado, a contar da assinatura deste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Este contrato, além de seu conteúdo específico, reger-se-á pelas disposições legais existentes, apropriadas à natureza jurídica do ora pactuado.
- 5.2. A presente cessão será efetuada a título gratuito.
- 5.3. Por estarem justos e acordados, perante as testemunhas, datam e assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, para a produção de todos os seus efeitos.

Representante Legal/CEDENTE

Polícia Federal / CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

CPF

CPF

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número ____/____-____, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE, a não divulgar sem autorização, utilizar para si, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros das informações relativas às **Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR e Cascavel/PR**, em especial das Plantas/Pranchas de Desenho, enquanto material SIGILOSO pertencente ao Departamento de Polícia Federal, as quais devem ser conceituadas como SEGREDO DE NEGÓCIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. A RESPONSÁVEL reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da Polícia Federal, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização de servidor autorizado da Polícia Federal.
- 1.2. Parágrafo Único - A RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. O RESPONSÁVEL, obriga-se, por si, seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados e quaisquer outros que, através dos agentes da RESPONSÁVEL, tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação das Delegacias de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR e Cascavel/PR a que tenham acesso.
- 2.2. Parágrafo 1º - O termo “informação” abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais, especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.
- 2.3. Parágrafo 2º - A RESPONSÁVEL poderá proceder ao fornecimento das informações confidenciais de que trata o presente quando exigidas por autoridade competente, mediante ordem judicial

ou administrativa, obrigando-se, todavia, a imediatamente comunicar tal fato às Delegacias de Polícia Federal em Cascavel/PR e Foz do Iguaçu/PR, por escrito, observando que as mesmas poderão ser liberadas consoante os termos da ordem judicial ou administrativa.

- 2.4. Parágrafo 3º - Os materiais, documentos e informações obtidos pela RESPONSÁVEL serão utilizados apenas com o propósito de formular proposta em licitação ou executar o serviço comum de engenharia para acessibilidade das Delegacia de Polícia Federal em Foz do Iguaçu/PR e Cascavel/PR, caso reste vencedora da referida licitação.
- 2.5. Parágrafo 4º - Ao término da execução dos serviços, a RESPONSÁVEL se compromete a devolver à Polícia Federal todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso, inclusive todas e quaisquer cópias dos mesmos.
- 2.6. Parágrafo 5º - Todos os documentos e/ou informações necessários à execução dos serviços deverão ser solicitados sempre por e-mail criptografado utilizando recurso disponibilizado pela Polícia Federal ou deverão ser entregues à Polícia Federal, mediante relação e protocolo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. O não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições deste TERMO implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio deste TERMO.
- 3.2. Parágrafo Único - A infração de quaisquer disposições deste TERMO, estando ou não finalizado os serviços, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações da PF ao mercado e/ou a outras pessoas físicas e/ou jurídicas, dará ensejo a indenizações por perdas e danos que porventura a Polícia Federal e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaindo essas responsabilidades, exclusivamente, sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

4. CLÁUSULA QUARTA

- 4.1. O presente instrumento representa o consentimento integral da RESPONSÁVEL quanto à sua matéria e não poderá ser alterado sem o expresso e formal consentimento da Polícia Federal. As disposições do presente termo vinculam os eventuais sucessores da RESPONSÁVEL, assim como quaisquer sociedades ou entidades, contratadas ou ainda “afiliadas” à RESPONSÁVEL, nacionais ou estrangeiras, que venham a ter contato com as informações confidenciais, entendendo-se por “afiliadas” quaisquer sociedades controladoras, controladas ou que estejam sob o mesmo controle que a RESPONSÁVEL. O presente termo não poderá ser cedido sem o consentimento expresso da Polícia Federal.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o marco do início da execução da obra/dos serviços.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: O chefe ou gerente da Gerência de Contratos.

QUANDO PREENCHER: Início da fiscalização.

ORDEM DE SERVIÇO Nº _____

Referente à execução da (DESCREVER OBJETO), localizado (a) à (DESCREVER ENDEREÇO).

1. REFERÊNCIA

- 1.1. Processo Licitatório nº
- 1.2. (Modalidade) nº
- 1.3. Valor Estimado pelo/a (SIGLA do órgão contratante): R\$ xxxxxxxx (valor por
- 1.4. extenso).
- 1.5. Contrato nº
- 1.6. Valor do Contrato: R\$ xxxxxxxx (valor por extenso).
- 1.7. Contratada:
- 1.8. Prazo Contratual: XXX dias corridos.
- 1.9. Prazo de Execução: XXX dias corridos
- 1.10. Data de início da execução:
- 1.11. Data de conclusão da conclusão:
- 1.12. Data Base:
- 1.13. Fiscal/Gestor do Contrato:
- 1.14. Aditivo de Prazo de Execução:
- 1.15. Aditivo de Prazo de Vigência:
- 1.16. Aditivo de valor:

Pela presente Ordem de Serviços, autorizamos a (Descrever Contratada) a iniciar na data de _____ de _____ de 20__ os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre o/a (DESCREVER CONTRATANTE) e a empresa acima.

_____, _____ de _____ de 20__.

(nome da autoridade competente, cargo por extenso)

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA
(Papel timbrado da contratante pessoa jurídica)

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____ na cidade de _____ Estado de _____, prestou serviços à Delegacia de Polícia Federal em GUAIRA, CNPJ nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, conforme informações abaixo descritas.

1. DADOS DO CONTRATO

- 1.1. ART/RRT(s) nº **XXX** *obrigatório Contrato nº **XXX** *obrigatório Celebrado: **dia/mês/ano**
- 1.2. Valor do contrato: R\$ **XX.XX** *obrigatório
- 1.3. Período de realização dos serviços: *obrigatório
- 1.4. Data de início: **dia/mês/ano**
- 1.5. Data de fim: **dia/mês/ano**

2. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

- 2.1. Local de realização dos serviços: **(Logradouro, nº, Município e Estado).** *obrigatório

3. RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

- 3.1. Responsável(is) Técnico(s) pela realização dos serviços: **(Identificação completa do(s) profissional(is): Nome do Profissional, Título, nº do CAU, etc.)** *obrigatório

4. ATIVIDADE TÉCNICA

- 4.1. Descrição das atividades técnicas desenvolvidas: **(As atividades técnicas deverão ser descritas detalhadamente, possibilitando a perfeita identificação dos seus elementos quantitativos e qualitativos). (Caso no atestado conste mais de um profissional, deverão ser informadas as atividades prestadas de forma individual).**

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

(Assinatura do Representante legal do Contratante)

(Nome, CPF e cargo do representante legal da pessoa jurídica)

ainda:

(Em representação desta: Arquiteto e Urbanista ou outro profissional que possua habilitação legal para realizar as atividades atestadas, informando o Nome, título profissional e número de registro no CAU se Arquiteto e Urbanista, ou no Conselho Profissional Respectivo, se outro profissional.)

Observações:

- O modelo de Atestado disponibilizado pela PF é um documento sugestivo, podendo sua formatação vir a ser alterada. Quando o atestado a ser registrado se referir a projeto, obra ou outro serviço técnico realizado em regime de subcontratação ou subempreitada, será necessária a comprovação da anuência do contratante inicial ou da efetiva participação do profissional na realização das atividades técnicas atestadas.
- O registro do atestado será deferido se, após a análise da documentação apresentada, verificar-se que há compatibilidade entre os dados informados e aqueles constantes dos Registros de Responsabilidade Técnica- RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondentes efetuados em nome do profissional responsável pelo projeto, obra ou serviço técnico.
- O atestado de capacidade técnica é o documento fornecido pela pessoa jurídica contratante, que comprova a realização do projeto, obra ou outro serviço técnico nele descrito. No caso de a pessoa jurídica ser, ao mesmo tempo, proprietária da obra ou serviço técnico e emitente do atestado, deverá ser anexado ao pedido de registro deste um documento público que comprove a conclusão das atividades atestadas.
- O atestado que se referir a obras ou serviços técnicos parcialmente executados deverá explicitar quais as etapas e em que período os mesmos foram realizados. A Certidão de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A perderá validade se houver qualquer modificação nos dados técnicos qualitativos ou quantitativos constantes dos RRT/ART que a constituem ou se for constatada qualquer alteração das informações constantes no atestado a que se refere. ATENÇÃO: Para que seja aprovada a CAT-A, os dados do atestado técnico devem ser IGUAIS aos do RRT/ART. Caso haja qualquer divergência, o RRT deverá ser retificado ou emitido novo atestado para que as informações correspondam com o que de fato foi realizado. Para os fins de registro de atestado referente a atividade técnica realizada no exterior, toda documentação apresentada em língua estrangeira deverá: I - atender aos requisitos de validade conforme a legislação do país onde a atividade técnica foi realizada; II - ser legalizada pela autoridade consular brasileira no país de origem; e III - ser acompanhada da correspondente tradução para o vernáculo, por tradutor público juramentado, nos termos da legislação brasileira vigente.



ATA DE REUNIÃO - 1 de jan. de 2023

Ata nº : **XX/2023**

Horário: **10:00**

Emitente: **XXXXXXX**

Local: **GTED/SR/PF/PR**

Assunto Fiscalização do Contrato de XXXXXXXXXXXX

Participantes	Órgão / Instituição / Empresa
	PF
	PF

Item	Evento	Responsável	Observação	Prazo	status
01			•	25 de nov. de 2022	CONCLUÍDO
02			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
03			•	28 de out. de 2022	EM ANDAMENTO
04			•	28 de out. de 2022	EM ANDAMENTO
05			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
06			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
07			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO



ATA DE REUNIÃO - 1 de jan. de 2023

Item	Evento	Responsável	Observação	Prazo	status
08			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
09			•	25 de nov. de 2022	EM ANDAMENTO
10			•	4 de nov. de 2022	A FAZER

MODELO